

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Rafael dos Santos da Silva

A Dinâmica Social da Pobreza

*Tese no âmbito do Programa de Doutoramento em Sociologia, orientada Professor
Doutor José Manuel Mendes, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade
de Coimbra.*

dezembro de 2021

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA.

Tese no âmbito do Doutoramento em Sociologia orientada pelo Professor Doutor José Manuel Mendes e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Rafael dos Santos da Silva

dezembro de 2021



Ficha Técnica



A todos aqueles e aquelas que me precederam na luta contra a pobreza.

AGRADECIMENTO

Como já disse em algum lugar deste texto, uma tese é por excelência um trabalho solitário. Contudo, está no campo do improvável fazê-la individualmente. Por isso, ao chegar nessa fase, sou obrigado a reconhecer que não percorri esse caminho sozinho, mas com um conjunto de pessoas a doar aquilo que de melhor possuíam, e aos poucos sem que se percebesse, lapidavam-me. Aqui ganha todo sentido a expressão de Fernando Pessoa quando afirmava: “somos todos anjos de uma asa só” Se eu não soube aproveitar foi outra questão! Mas, o fato é que não poderia deixar de agradecer e reconhecer cada um e cada uma que me ajudaram a construir essas centenas de páginas. O poeta e diplomata Vinicius de Moraes, foi quem melhor soube eternizar o reconhecimento aos seus passeiros de estrada a partir do samba da benção. Se eu tivesse que imitá-lo, o meu samba da benção se daria da seguinte forma: A benção a doutora Karine Pinheiro de Sousa, a grande entusiasta de primeira hora deste trabalho. A ela meu mais profundo agradecimento pelas alegrias, pelas marcas, pelo orgulho e sobretudo pelo rumo. Depois a benção agradecida aos meus colegas de trabalho por ter dado seus votos favoráveis à minha liberação, agradecer inclusive aqueles que votaram de forma contrária, porque serviu de incentivo para que eu fosse ao meu melhor. Nesse grupo gostaria de personalizar a professora Maria Elias Soares a quem coube o voto de minerva para minha licença, e por isso peço sua benção. Gostaria de pedir a benção aos movimentos sociais de Crateús (Frente Social Cristã, Caritas Diocesana, Movimento dos Sem Terra, Movimento de Articulação contra a Mineração, Sindicato dos Professores Municipais de Crateús, e o Fórum dos Movimentos Sociais). A benção dos amigos religiosos, especialmente ao padre Géu, um desses presentes que a caminhada oferece. A benção dos amigos que estiveram mais próximos na lida diária em sala de aula, aqui estão Pedro, Fabito, Lucília, e claro Risoneide Amorim. Está sim, ficará guardada no lado esquerdo do peito, porque se fez amiga e companheira. Não falta quem diga que somos irmãos, às vezes até eu mesmo me pergunto: não somos? Também pedir a benção a Shirley, companheira de vida de Risoneide, e que muito me ensinou e ensina. Aqui vai um pedido de benção todo especial ao grupo que criamos para suportar o bucolismo de Coimbra, chamava-se Solar da Aranha. Adriana Aranha, quem dá nome ao solar, é uma renomada servidora pública em Minas Gerais, e árdua lutadora da justiça social, a quem peço sua benção. Ela ocupava um charmoso apartamento, virado para o poente, no formoso bairro Celas, onde o sol iluminava toda sala ao cair da tarde gerando um calor disputadíssimo. Junto com sua filha Beatriz Aranha, e sua cachorrinha nina, nos recebia

sempre com um largo sorriso, não só a mim, mas ao casal Jaluza e o Otto, ambos professores da UNEB a quem peço a benção; recebia o “grande” Luís Fernando, professor associado na U.F.F.S, em Erechim-RS, que vez ou outra gastava seu francês cantando *la vie a rose*. Sua benção grande Luís. Também foi ponto de chegada para meu camarada, José Roberto Pereira professor titular da Universidade de Lavras, municipalista e dono de um legado acadêmico inestimável. Com ele dividi uma caminhada espiritual de 7 dias até Santiago de Compostela. Mais tarde, já no Brasil, tive a honra de testemunhar sua união com a também amiga e colega Conceição Malveira Diógenes. Ao casal, sua benção; O solar da Aranha recebeu ainda minha querida amiga Célia Rtca da UFPA, quem tantas vezes abriu-me as portas da revista Alice News, sua benção Célia. Também encontrei por lá o querido Elmo, douto pedagogo da UFPI; vi passar por ali a competentíssima Tania Regina Kruger, a quem peço à benção, e de quem a UFSC tem a sorte de receber seus trabalhos; peço à benção pelas vezes que descordei afetuosamente, com ninguém menos que Kelma Matos, renomadíssima educadora na UFC; assim como a professora Raimunda Monteiro, que cumpriu um importante papel como reitora na UFOPA; Sua benção Ediana Balleroni, moça paulistana marcada pelo fino trato com as pessoas; Sua benção queridíssima, Ramona CarlosFerreira, imagética, conterrânea, amiga e servidora do Ministério da Saúde em Brasília, que nos emprestava seu sorriso mais terno. A benção, meu amigo Sérgio Mariani, professor no Instituto Federal de Brasília, de quem fui aprendiz de primeira hora na arte do pandeiro. Sua benção nobre colega da UFRJ Alex Magalhães que mais tarde viria contribuir intensamente neste trabalho, Alex e eu somos marcados pelo respeito que aprendemos a ter um pelo outro. Isso nos coloca na conta da amizade, fina, elegante e sincera. Assim o Solar da Aranha foi regado a muitos risos, boa comida e muito, muito vinho. A todos deste espaço que já não frequento mais: vossas benções! Gostaria de pedir a benção ao corpo técnico do Centro de Estudos Sociais - CES, na pessoa da caríssima Maria José, servidora exemplar de quem aprendemos a respeitar. Agradecer e pedi à benção aos professores da FEUC, de quem não faltavam atenção. Aqui está o nobre professor João Arriscado Nunes de quem levei o gosto pelo método, a bela *intelligenza* de Silvia Portugal; o trato firme e certo de Silvia Ferreira; a potência ímpar das análises da Paula Abreu; não poderia esquecer do meu grande professor Carlos Fortuna, catedrático agora reformado, foi quem me ensinou os meandros da sociologia profunda, foi ele quem me despertou para a importância de ser um intelectual militante. Fortuna tem a verve da pesquisa, tanto pela simplicidade no método, quanto pela profundidade na técnica. Não poderia faltar a benção do professor José Manuel Mendes. Intelectual orgânico, José

Mendes é um grande conhecedor das periferias do mundo, inclusive do Brasil profundo, e desde sempre não hesitou ao desafio de orientar este trabalho. A ele meu muito obrigado pela paciência e cordialidade. Está aqui também o professor Boaventura Sousa Santos, que entre suas aulas magistrais topava uma boa conversa, sempre descontraída, porém muito crítica sobre o tema que agora se faz tese. A todos suas bençãos! Devo pedir a benção a Marcela Uchoa, conterrânea, e de estatura intelectual brilhante. A conheci *intra murus* em Coimbra onde também se doutorava, mas na área de filosofia. Meu reconhecimento a ela ocorre em função da confiança depositada por diversas vezes que disponibilizou meu nome às palestras, aulas públicas e até movimentos políticos junto a grupos da esquerda portuguesa. Graças a isso, em pouco tempo meu nome foi ganhando espaço nas estreitas, gélidas, mascosmopolitas ruas coimbranas. Pedir a benção ao meu camarada e poeta Carlos Guerra Junior, o nosso Mossoró que tanto nos encanta com sua pesquisa rapper. Quero pedir a benção ao casal Rossana Moura e ao Heliomar Medeiros de Lima, amigos despreendidos me emprestaram, não poucas às vezes, seu apartamento em Lisboa para adaptação a nova dinâmica. Mais que isso, juntos compartilhamos angústias, frustrações e muitos risos. A benção à Gerardo Leite e Sonara Capaverde, casal afetoso que fez questão de me acompanhar pela primeira vez a cidade de Coimbra. Sua benção Erick Morris, guatemalteco que por força da ditadura de 64 se fez militante da boa causa e do socialismo, hoje é radicado no nordeste brasileiro. Erick também me deu guarida em seu apartamento, mas desta feita em Coimbra, e abriu canal direto com a nata da intelectualidade coimbrana. Agradecer as instituições Alice News, Segunda Opinião, IHU – Unisínios, e ao INESP da Assembleia Legislativa do Ceará por confiarem aos mais de sessenta textos e dois livros que escrevia para desopilar dos momentos solitários deste período, e que não couberam nesta tese. Gostaria de pedir à benção aos membros dos grupos de pesquisas dos quais contribuo, aqui estão Observatório de Políticas Públicas; o Observatório do Meio Rural, e o grupo de Pesquisa Josué de Castro. Neles, respectivamente, pedir à benção a ninguém menos que Maria do Ceú de Lima, amiga e colega de quem herdo a coragem das lutas necessárias; a benção a José Fernando Pires, dono de uma sólida formação em Sorbone, que desde sempre se apressou a ensinar-me os caminhos da pesquisa em políticas públicas, à benção a Marcelo Vieira e sua companheira, a estatística e especialista em estudos populacionais Daniela Santos Gomes da Silva, a quem agradeço pelo idealismo necessário no combate à fome. Pedir a benção aos colaboradores do Observatório de Políticas Públicas dos Sertões de Crateús, em especial minhas estagiárias Evelyn e Ana Karina, bem como aos colaboradores Diego, Lucas, Gabriele Araújo e Welington. Sua benção Tamires

de Macedo da Silva, minha filha, porque no auto dos seus 14 anos atuou criticamente no refino das conclusões deste trabalho. Sua curiosidade me ajudou a reorientar alguns argumentos. Quero pedir a benção da minha outra filha Yasmin de Macedo da Silva, que ao seu jeito me afeta e me influencia. A elas meu mais sincero agradecimento pela paciência na minha ausência. Agradecer e pedir a benção aos meus pais seu Rui Paulo da Silva e dona Maria de Fátima dos Santos da Silva, sem eles tudo isso não seria possível. Pedir a benção ao meu irmão e camarada Tafarel Tiago dos Santos da Silva, e sua família Debora Marques e a pequena Ana Beatriz. Finalmente, agradecer e pedir a benção a Aline Lima de Paula Miranda por ter aceitado entrar na minha vida mesmo diante de águas tão turvas e ventos tão fortes. Assim, gostaria de encerrar o meu “samba da benção”, pedindo a benção a todos colegas, amigos, conhecidos, alunos e alunas, que de alguma forma me influenciaram e me fizeram um pouco melhor. Se talvez mais prudente, ainda guardo o sabor das lutas; se talvez mais teórico, ainda trago o desejo pela prática, se talvez mais precavido, não posso deixar de registrar que se hoje me faço doutor, é porque somos a soma e o resto das nossas resistências, lutas e amores. A todos que passaram por mim, meu mais afetuoso obrigado.

Esta Tese de Doutorado foi realizada com a Liberação, inicialmente em tempo Integral, depois em tempo parcial das atividades acadêmicas sem prejuízo dos rendimentos, realizada pela Universidade Federal do Ceará.

,

“quando dei pão aos pobres me chamaram de santo, mas quando perguntei porque eles são pobres, me chamaram de comunista”

Dom Helder Câmara

RESUMO

A pobreza é uma forma extremada de opressão que se refaz na urbanidade. É refinada pela ausência de cidadania e de democracia. Por isso, é imperativo enxergá-la a partir de sua totalidade, razão pela qual este trabalho não buscou adjetivá-la, mas conectar suas estruturas até ser possível compreendê-la em sua complexidade. Assim, deu-se a responder como a dinâmica social da pobreza urbana afetou a cidadania em um território brasileiro. O meio urbano foi tomado por referência em virtude de ser o destino de quase dois terços da humanidade. A hipótese a testar foi que a dinâmica da pobreza urbana é intensificada pela redução da cidadania. O primeiro passo realizou articulação teórica a partir de uma densa pesquisa bibliográfica e documental. A sociologia da pobreza foi o campo de estudo mais utilizado, e as contribuições de George Simmel foram fundamentais. Contudo, a sociologia urbana serviu de auxílio para alcançar às questões da cidade. Assim, estabeleceu-se como objetivo geral explorar a evolução da pobreza a partir das práticas de cidadania nos territórios urbanos da cidade de Crateús a partir de um estudo de caso múltiplo aplicado em quatro territórios deste município. Valendo-se de grupos focais, o pesquisador, as lideranças e os moradores, coletaram dados nos primeiros meses de 2021. Nesse momento, utilizaram a técnica denominada Indicadores da Cidadania – INCID - desenvolvida pelo IBASE, cujo objetivo é identificar o conjunto de direitos que garantem a cidadania. A novidade da pesquisa emergiu na construção do mapa da dinâmica social da pobreza urbana, que parte da literatura existente, mas inova ao relacionar no mesmo espaço as variáveis da desigualdade, da exclusão social e da fome. Constatou-se ser a exclusão social o ciclo da pobreza de maior impacto. No entanto, o ciclo da fome foi detectado em dois, dos quatro territórios, e deverá ser duplamente solucionado, porque suas raízes estão tanto na ausência da oferta da merenda escolar, como no mal funcionamento econômico. Logo, é preciso garantir acesso a merenda escolar, reduzindo a desigualdade, de um lado, e do outro, a exclusão social por meio da oferta de serviços públicos para aliviar os orçamentos familiares. Finalmente, a tese inaugura um novo elemento conceitual capaz de observar a pobreza pela lente da cidadania, e sob uma só abordagem. Espera-se que a pobreza, não sendo reduzida a adjetivos, nem investigada individualmente, possa ser enfrentada segundo sua estruturação.

Palavras-Chave: Pobreza, Espaço Urbanas, Democracia, Cidadania; Dinâmica Social da Pobreza

ABSTRACT

Poverty is a way of extreme oppression that recreates itself in the society. It is known for the lack of citizenship and democracy. So, it is essential to observe poverty from the whole totally, that is why this composition did not seek to classify it, but in fact, connect the structures until it is possible to comprehend it in your full complexity. Then, it was possible to answer how the social dynamic of urban poverty affected the citizenship in the Brazilian territory. The urban zone was taken as a reference for being the destination of almost two thirds of humanity. The test was substantiated in the assumption of the urban poverty dynamic being boosted by the decrease of citizenship. The first step performed the theoretical articulation from a voluminous bibliographic and documentary research. The poverty sociology was the most used field of study, and the George Simmel's contributions were essential for achieving conclusions. Nevertheless, the urban society was presented as an aid to achieve the city's issues. Then, was established as a general purpose to search the poverty evolution from the practices of citizenship in the urban zones at the Cratueus city, inserted in a multiple case study applied in four territories of this county. Drawing upon focus groups, the researcher, leaders and local residents collected data in the first months of 2021. At this moment, was used a technic called Citizenship Indicators – INCID – developed by IBASE, with the goal is to identify the set of rights that guarantee citizenship. The research innovation emerged in the map's construction of the social dynamics of urban poverty, which starts from the existing literature, but innovates by relating in the same space the variables of inequality, social exclusion and hunger. It was verified that the social exclusion has the biggest impact on poverty cycle. Yet the hunger cycle was noticed in two of four territories and must be solved in two different type of ways, because the problems source are both in the absence of school meals offer, as in the economic malfunction. After all, it is essential to guarantee free access to school meal, and consequently decreasing inequality, from a point of view, and from another, the social exclusion by offering public services to relieve the household budgets. Therefore, the dissertation initiate a new conceptual element capable of observing poverty through the lens of citizenship and under a single approach. It is expected that poverty, do not be reduced to adjectives, nor investigated individually, maybe faced according to its structure.

Keywords: Poverty, Urban Zone, Democracy, Citizenship; Social Dynamics of Poverty

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|--|
| CEPAL | Comissão Permanente para América Latina |
| OXFAM | Comitê de Oxford para Alívio da Fome |
| ICHI | Comissão Permanente para as Questões Humanitárias Internacionais |
| UFC | Universidade Federal do Ceará |
| FSC | Frente Social Cristã |
| ONU | Organization United Nations |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social |
| IBASE | Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica |
| INCID | Indicadores de Cidadania |
| EAPN | Rede Europeia Anti-Pobreza |
| FAO | Food and Agriculture Organization |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura |
| FAOSTAT | Statistical for Food and Agriculture Organization |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| ODM | Objetivos do Milênio |
| ODS | Objetivos do Desenvolvimento Sustentável |
| Covid-19 | SarsCov2 |
| UNICEF | Fundação das Nações Unidas para a Infância |
| IBOPE | Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística |
| FGV | Fundação Getúlio Vargas |
| PENSSAN | Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional |
| S.A | Segurança Alimentar |
| I.A | Insegurança Alimentar |
| I.A.L | Insegurança Alimentar Leve |
| I.A.M | Insegurança Alimentar Média |
| I.A.G | Insegurança Alimentar Grave |

| | |
|-----------|--|
| SAMU | Serviço de Atendimento Móvel de Urgência |
| PSF | Programa Saúde da Família |
| CAPS | Central de Atendimento Psíquico Social |
| MAXQDA | Analytics Software Pro Crack |
| CF | Constituição Federal |
| IPCA | Índice de Preço ao Consumidor Amplo |
| MP | Medida Provisória |
| Petrobras | Distribuidora Brasileira de Petróleo e Gás |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|---|-----|
| Quadro 1 | Síntese das fases, etapas, ações e conteúdo da Observação de Campo | 124 |
| Quadro 2 | Prioridades por Território/Núcleo segundo o conjunto de Direitos | 137 |
| Quadro 3 | Categoria e Variáveis a partir das transcrições dos grupos focais tratados a partir do Software Maxqdas | 141 |
| Quadro 4 | Notas Segundo a percepção de acesso ao conjunto de direitos por território | 196 |

LISTA DE IMAGENS

| | | |
|-----------|--|-----|
| Imagem 01 | Distribuição espacial da Frente Social Cristã segundo seus territórios na Zona Urbana da Cidade de Crateús em 2020. | 121 |
| Imagem 02 | Organização dos Documentos no ambiente do MAXQDA, 2018 | 140 |
| Imagem 03 | Categorias e Variáveis a partir das transcrições dos grupos focais tratados a partir do Software MAXQDA | 141 |
| Imagem 04 | Distribuição da Quantidade de Códigos por Território | 143 |
| Imagem 05 | Evolução da percentagem do número de pessoas em situação de pobreza na renda, segundo faixas de U\$ 1,9; U\$ 3,2 e U\$ 5,5. Considerando a população mundial para os intervalos 1980 a 2018. | 153 |
| Imagem 06 | Evolução da População em Situação de Pobreza de absoluta, 1820 a 2015. | 155 |
| Imagem 07 | Evolução da População em Situação de extrema pobreza, para o período de 1820 a 2015. | 158 |
| Imagem 08 | Total de Pessoas afetados pela Extrema Pobreza, segundo a região do mundo | 158 |
| Imagem 09 | Evolução da Pobreza e da Pobreza Extrema na América Latina para o Período de 1990 a 2020. | 168 |
| Imagem 10 | Proporção de Pessoas com Rendimento Domiciliar entre U\$ 1,90 e U\$ 5,5 diários, por unidade da Federação. | 170 |
| Imagem 11 | Proporção de Pessoas com Rendimento Domiciliar entre U\$ 1,90 e U\$ 5,5 diários, por unidade da Federação | 172 |
| Imagem 12 | Número de pessoas por estrato de renda domiciliar per capita desagregadas para o período de 2012, 2019 e os meses de julho e agosto de 2020 | 183 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | | |
|-----------|---|-----|
| Tabela 1 | Ciclos, Zonas, Movimentações e Dimensão da Pobreza | 52 |
| Tabela 2 | Síntese da Abordagem Metodológica | 115 |
| Tabela 3 | Síntese da Fase de coleta Grupo Focal | 138 |
| Tabela 4: | Síntese do quadro geral da metodologia referente - seleção do sujeito, técnica de recolha e análise dos dados | 145 |
| Tabela 5 | Evolução do número de brasileiros em situação de pobreza segundo a medida de grandeza renda domiciliar per capita para o período de 2012 a 2019 | 171 |
| Tabela 6 | Evolução Percentual de pessoas em situação de pobreza na renda no Brasil por faixa de rendimento utilizando o salário mínimo como parâmetro entre 2012 a 2019 | 173 |
| Tabela 7 | Evolução do número de pessoas em situação de pobreza segundo parâmetros internacionais no Estado do Ceará para o período de 2012 a 2019. | 174 |
| Tabela 8 | Evolução percentual da pobreza no Brasil por faixa de rendimento utilizando o salário mínimo como parâmetro para o período de 2012 a 2019 | 175 |
| Tabela 9 | Comparação para Brasil e Ceará da Evolução de Pessoas Residentes em Domicílios sem acesso a Saneamento Básico, referente ao período 2016 a 2019 | 178 |
| Tabela 10 | Pessoas Residentes em domicílios com algum tipo de restrição estratificado por renda no Brasil, entre 2017 a 2019 | 180 |
| Tabela 11 | Pessoas Residentes em domicílios com algum tipo de restrição estratificada por renda no Ceará, entre 2017 a 2019 | 182 |
| Tabela 12 | Quantidade de domicílios com algum tipo de restrição, para o Brasil e Ceará, comparado com a evolução da população para os anos de 2017 a 2019 | 184 |
| Tabela 13 | Proporção de Pessoas por classe de renda domiciliar per capita de salário mínimo | 188 |
| Tabela 14 | Evolução da variação % de pessoas com renda domiciliar per capita por classe desagregado de salário mínimo para o Ceará entre o período 2012 a agosto de 2020 | 190 |
| Tabela 15 | Distribuição total da População Brasileira, com variação percentual por níveis de Segurança e Insegurança Alimentar, em comparação aos anos 2004 e 2021 | 192 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | | |
|-----------|---|-----|
| Figura 1 | Ciclo metodológico da pesquisa | 119 |
| Figura 2 | Mandala da Cidadania Efetiva | 126 |
| Figura 3 | Dimensões da Cidadania utilizadas pelo IBASE | 127 |
| Figura 4 | Disposição da técnica IBASE segundo o conjunto de Direitos, Tipologias e áreas de observação. Estruturação das Dimensões de Cidadania, segundo seus objetivos | 128 |
| Figura 5 | Cidadania Vivida | 129 |
| Figura 6 | Cidadania Garantida | 130 |
| Figura 7 | Cidadania Percebida | 132 |
| Figura 8 | Cidadania em Ação | 133 |
| Figura 9 | Relações entre as Variáveis Apresentadas segundo a percepção dos sujeitos a partir dos grupos focais | 199 |
| Figura 10 | Composição dos Elementos Teóricos da Dinâmica Social da Pobreza | 257 |

ÍNDICE DE GRÁFICOS

| | | |
|-----------|--|-----|
| Gráfico 1 | Aproximação da percepção de acesso aos direitos por território, segundo a perspectiva dos entrevistados | 197 |
|-----------|--|-----|

ÍNDICE DE MAPAS

| | | |
|---------|---|-----|
| Mapa 1 | Mapa da Categoria Educação e as relações entre as variáveis | 200 |
| Mapa 2 | Mapa da Categoria Saúde e as relações entre as variáveis | 206 |
| Mapa 3 | Mapa da Categoria Cultura e as relações entre as variáveis | 215 |
| Mapa 4 | Mapa da categoria Vida Segura e as relações entre as variáveis | 220 |
| Mapa 5 | Mapa de categoria Meio Ambiente e as relações entre as variáveis | 227 |
| Mapa 6 | Categoria Participação e Ação e as relações entre as variáveis | 233 |
| Mapa 7 | Categoria Mobilidade e as relações entre as variáveis | 239 |
| Mapa 8 | Categorias Emergentes - Trabalho e Emprego; Racismo Ambiental, Burocracia e Acesso e Juventude - e as relações entre as variáveis | 244 |
| Mapa 9 | Dinâmica Social da Pobreza – segundo a distribuição das frequências dispostas nos ciclos Desigualdade, Exclusão Social e Fome | 259 |
| Mapa 10 | Disponibilidade de equipamentos de educação e saúde nos territórios da Frente Social Cristã. | 289 |
| Mapa 11 | Dinâmica Social da Pobreza no território Socorro Pereira segundo a percepção dos sujeitos | 342 |
| Mapa 12 | Dinâmica Social da Pobreza no território Neném Ramiro segundo a percepção dos sujeitos | 343 |
| Mapa 13 | Dinâmica Social da Pobreza no território Ana Januário segundo a percepção os sujeitos | 344 |
| Mapa 14 | Dinâmica Social da Pobreza no território Alice Matias segundo a percepção os sujeitos | 345 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-------------|
| DEDICATÓRIA | IV |
| AGRADECIMENTOS | V |
| POEMA | VI |
| RESUMO | VII |
| ABSTRACT | VIII |
| | |
| CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO | 01 |
| | |
| CAPÍTULO 2- A EVOLUÇÃO DOS ASPECTOS HISTÓRICOS DA POBREZA E CONSTRUÇÃO DE UMA EPISTEMOLOGIA RECENTE | 11 |
| 2.1 - A Epistemologia da Pobreza: Evolução Conceitual | 13 |
| 2.1.2 - A Pobreza na Atualidade | 20 |
| 2.1.3 - Aspectos Sociológicos da Pobreza..... | 21 |
| 2.1.4 - As Abordagens da Pobreza | 28 |
| 2.1.4.1 - Abordagem Culturalista da Pobreza | 29 |
| 2.1.4.2 - Abordagem Liberal da Pobreza | 33 |
| 2.1.4.3 - A Abordagem Estrutural da Pobreza | 37 |
| 2.1.4.4 - A Abordagem Socioeconômica da Pobreza | 41 |
| 2.1.4.5 - Abordagem latino-americana da pobreza | 44 |
| 2.1.4.6 A Síntese das abordagens da pobreza e o surgimento de uma nova abordagem | 46 |
| 2.2.- Proposta de uma Epistemologia de uma Pobreza Urbana | 49 |
| 2.2.1 A Vulnerabilidade e o Risco da Pobreza | 53 |
| 2.2.2 - Ciclo I – Desigualdade | 55 |
| 2.2.2.1 - Desigualdade e o Princípio da Diferença | 60 |
| 2.2.2.2 - Desigualdade e o Patriarcado | 63 |
| 2.2.3 - Ciclo II – Exclusão Social | 65 |
| 2.2.4 – Ciclo III – Fome | 70 |
| | |
| CAPÍTULO 3 - OS ESPAÇOS E AS CIDADES: DEMOCRACIA E CIDADANIA | 75 |
| 3.1 - A Importância do espaço e da justiça: uma introdução a Justiça Espacial | 77 |
| 3.1.1 - A Percepção da Justiça | 79 |
| 3.1.2 – O difícil começo sobre o debate em torno da justiça | 80 |
| 3.1.3 - O Meio Urbano e a Justiça Espacial | 82 |
| 3.2 - A Importância da Democracia | 87 |
| 3.2.1 - Os Perigos da Democracia Liberal | 91 |
| 3.2.2 - Aprofundar a Democracia até as Últimas Consequências | 93 |
| 3.2.3 - A Democracia Enquanto Possibilidade de Superação da Linha Abissal | 95 |
| 3.3 - A Cidade e a Cidadania – O Urbano como Espaço de Apropriação e Reprodução Social | 98 |
| 3.3.1 - A Cidade e a Ressignificação do Espaço pela Cidadania | 106 |
| 3.3.2 – Os Riscos de Uma Cidadania Mal Resolvida | 107 |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 4 – APROXIMAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGIA DE PESQUISA | 111 |
| 4.1 - Abordagem Metodológica do Estudo de Caso Múltiplo e a Seleção do Objeto de Pesquisa | 114 |
| 4.1.2 - A Definição do Problema, dos Objetivos, da Delimitação de Pesquisa, além da Definição do Objeto e Sujeito da Pesquisa | 116 |
| 4.1.3 - Quanto a Definição do Objeto e Seleção do Sujeito da Pesquisa | 119 |
| 4.1.4 - A Frente Social Cristã – uma instituição a ser estudada | 120 |
| 4.1.5 - Aproximação ao Objeto de Pesquisa | 122 |
| 4.1.6 - Técnicas de Recolha – Pesquisa Documental, Seleção dos Indicadores para Recolha | 124 |
| 4.2 - Indicadores de Cidadania do IBASE como Referência de Coleta | 125 |
| 4.2.1 - Aplicação do INCID | 134 |
| 4.2.2 - Tratamento e Análise dos Dados | 138 |
| 4.2.3 - Utilizando o MAXQDA | 139 |
| 4.2.3.1 - Escolha das Categorias | 140 |
| 4.2.3.2 - Escolhas das variáveis e a codificação | 141 |
| 4.2.3.3 - Tratamento dos Dados a Partir do MAXQDA | 144 |
| CAPÍTULO 5 – CARACTERIZAÇÃO DA PROBREZA NO MUNDO E NO BRASIL | 147 |
| 5.1- O que dizem os Organismos Internacionais sobre a Pobreza? | 148 |
| 5.2 - A Caracterização da Pobreza Unidimensional | 152 |
| 5.3 - O Papel da Comunidade Internacional diante do Aumento da Pobreza | 160 |
| 5.4 - A Pobreza na América Latina | 164 |
| 5.5 - Uma Síntese da Pobreza Unidimensional no Brasil | 169 |
| 5.6 - A Pobreza Multidimensional – aspectos da negação do acesso a vida digna | 176 |
| 5.7 - Os Efeitos da pandemia da COVID-19 na vida dos Brasileiros mais pobres | 185 |
| CAPÍTULO 6 - A POBREZA URBANA E A PROMOÇÃO DA CIDADANIA EM CRATEÚS | 195 |
| 6.1- Análise das Frequências das Variáveis nos Grupos Focais considerando a realidade nos territórios | 198 |
| 6.2 - Análise do Grupo Focal – Categoria Educação | 200 |
| 6.2.1 - Categoria Educação nos Territórios | 201 |
| 6.2.2 - Categoria Educação no Território Socorro Pereira | 202 |
| 6.2.3 - Categoria Educação no Território Neném Ramiro | 203 |
| 6.2.4 - Categoria educação no território Ana Januário | 203 |
| 6.2.5 - Categoria Educação no Território Alice Matias | 204 |
| 6.3 - Análise da categoria saúde | 206 |
| 6.3.1 – A Categoria Saúde no Território Socorro Pereira | 208 |
| 6.3.2 – A Categoria Saúde no Território Neném Ramiro | 210 |
| 6.3.3 – A Categoria Saúde no Território Ana Januário | 211 |
| 6.3.4 – A Categoria Saúde no Território Alice Matias | 213 |
| 6.4 - Análise da Categoria Cultura | 215 |

| | |
|--|-----|
| 6.4.1 - A Categoria Cultura no Território Socorro Pereira | 216 |
| 6.4.2 - A Categoria Cultura no Território Neném Ramiro | 217 |
| 6.4.3 - A Categoria Cultura no Território Ana Januário | 217 |
| 6.4.4 - A Categoria Cultura no Território Alice Matias | 218 |
| 6.5 – Análise da Categoria Vida Segura | 219 |
| 6.5.1 - A Categoria Vida Segura no Território Socorro Pereira | 221 |
| 6.5.2 - A Categoria Vida Segura no Território Neném Ramiro | 222 |
| 6.5.3 - A Categoria Vida Segura no Território Ana Januário | 222 |
| 6.5.4 - A Categoria Vida Segura no Território Alice Matias | 224 |
| 6.6 - Análise da Categoria Meio Ambiente | 225 |
| 6.6.1 - A Categoria Meio Ambiente no Território Socorro Pereira | 228 |
| 6.6.2 - A Categoria Meio Ambiente no Território Neném Ramiro | 229 |
| 6.6.3 – A Categoria Meio Ambiente no Território Ana Januário | 230 |
| 6.6.4 – A Categoria Meio Ambiente no Território Alice Matias | 231 |
| 6.7 - Análise da Categoria Participação Ação | 233 |
| 6.7.1 - A Categoria Participação e Ação no Território Socorro Pereira | 234 |
| 6.7.2 - A Categoria Participação e Ação no Território Neném Ramiro | 235 |
| 6.7.3 - A Categoria Participação e Ação no Território Ana Januário | 236 |
| 6.7.4 - A Categoria Participação e Ação no Território Alice Matias | 237 |
| 6.8 - Análise da Categoria Mobilidade | 238 |
| 6.8.1 - A Categoria Mobilidade no Território Socorro Pereira | 240 |
| 6.8.2 - A Categoria Mobilidade no Território Neném Ramiro | 241 |
| 6.8.3 - A Categoria Mobilidade no Território Ana Januário | 242 |
| 6.8.4 - A Categoria Mobilidade no Território Alice Matias | 242 |
| 6.9 – Análise das Categorias Emergentes - Juventude, Trabalho e Renda, e Racismo Ambiental nos Territórios | 243 |
| 6.9.1 - As Categorias Trabalho e Renda, Racismo Ambiental, Burocracia e Juventude, no território Socorro Pereira | 244 |
| 6.9.2 - As Categorias Trabalho e Renda, Racismo Ambiental, Burocracia e Juventude, no território Neném Ramiro | 247 |
| 6.9.3 - As Categorias Trabalho e Renda, Racismo Ambiental, Burocracia e Juventude, território Ana Januário | 248 |
| 6.9.4 - As Categorias Trabalho e Renda, Racismo Ambiental, Burocracia e Juventude no território Alice Matias | 250 |
| | |
| CAPÍTULO 7 – ABORDAGEM À DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA | 253 |
| 7.1 - Os Resultados da Dinâmica Social da Pobreza nos Territórios da Frente Social Cristã | 258 |
| 7.1.2 - Análise do Ciclo da Desigualdade nos Territórios | 260 |
| 7.1.3 - Análise do Ciclo da Exclusão Social nos Territórios | 271 |
| 7.1.4 - Análise do Ciclo da Fome nos Territórios | 283 |
| 7.1.5 – Síntese à Dinâmica Social da Pobreza nos Territórios | 287 |
| | |
| CAPÍTULO 8 – CONCLUSÕES FINAIS | 293 |
| | |
| CAPÍTULO 9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 307 |

Capítulo 1

Introdução

Este texto traz, em si, a capacidade de expor a realidade escondida sobre a produção da pobreza. Assim, todas as vezes em que os arautos do liberalismo quiserem fazer crer que a pobreza é um mal necessário, é preciso que este tipo de estudo seja lembrado para ajudar a denunciar o fato de tratar-se de uma escandalosa e refinada forma de opressão que se refaz no capitalismo moderno.

Logo, é possível afirmar, com certo grau de tranquilidade: há uma dinâmica social da pobreza na sociedade moderna, que uma vez envolvida na mais completa opulência desenvolvimentista, esconde em si o risco da pobreza. Esta enquanto categoria sociológica, revela-se em seus aspectos mais impactantes a partir da territorialização do meio urbano.

Neste cenário, uma rápida observação faz perceber que a história da pobreza quase se confunde com a história da humanidade, uma vez que sua presença está em praticamente todos os tipos de civilizações. Isso ocorre porque a pobreza, por ser resultado de escolhas políticas, atinge a sociedade de diferentes formas, portanto, possui uma dinâmica que varia segundo a espacialidade, a cultura ou mesmo a forma com que uma determinada sociedade resolve enxergar sua realidade.

Nesse sentido, é comum aceitar que a modernidade ao alcançar a cidade, e nesta, a urbanização, transformou a pobreza em uma condição extrema. Nesse espaço, o indivíduo nunca age isoladamente no tecido social, mas sempre está às voltas com outras tessituras e arranjos estruturais. Por isso, uma das principais características da pobreza, enquanto evento social urbano, consiste em assumir formas coletivas que vão ganhando aspectos simbólicos à proporção que os problemas materiais e acessos a direitos básicos, não são resolvidos.

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

Logo, imaginar a pobreza apenas sob o ponto de vista individual, equivale a potencializar seu risco, pois, apesar de guardar fortes aspectos antropológicos, este fenômeno é, por excelência, uma ocorrência coletiva a forjar uma verdadeira espiral que culmina com a desfiliação do indivíduo da coletividade. Desfiliada, a pessoa afetada pela pobreza passa a se mover a partir de suas próprias leis, seus próprios limites, suas próprias realidades. Como resultado inevitável, há o rompimento dos aspectos ético/moral capazes de manter a ligação social.

A partir deste pano de fundo, um dos principais esforços deste texto consistirá em apontar que o erro crasso da sociedade nunca foi ter enfrentado a pobreza segundo sua complexidade. Se antes a sociedade se escondia atrás da caridade religiosa, fazendo da pobreza alheia um trampolim para a vida eterna, agora endossa a visão positivista da moderna ciência que fragmentou o seu enfrentamento.

Tal percepção ficará clara nos capítulos teóricos, em que será percebido que, em determinados momentos da história, a sociedade optou por escamotear o conceito de pobreza por outros mais palatáveis sem levar em conta as reconfigurações temporais da evolução humana. Como exemplo, sabe-se que um dos primeiros erros foi considerá-la assimétrica em relação à riqueza, isso favoreceu uma falsa dicotomia entre os pobres e os ricos. Na prática, seria mais pedagógico opô-la como antítese da justiça, esta sim, poderia ser melhor adjetivada por justiça social, ou justiça espacial, ou justiça ambiental. Nesse sentido, sem querer ser conclusivo, o texto vai propor que a antítese da pobreza é a ausência de justiça.

Assumindo a reflexão acima como ponto de partida, esta tese considerou o debate em torno da pobreza a partir de uma determinada dinâmica cujo *locus* de ação não poderia ser outro senão a própria sociedade, e sua materialização ao espaço urbana. O meio urbano foi tomado como referência pela complexidade a que foi exposto, e por ser destino de quase dois terços da humanidade. Daí porque falar-se em dinâmica social da pobreza na zona urbana.

Nesse momento, o autor se desfez daquilo que chamou de conceitos secundários e romantizados, associados historicamente ao objeto deste trabalho, para atestar que a pobreza é resultado de uma escolha social e política que, ao ser inserida no tecido social, se revela numa dinâmica intensa e perversa. Desta forma, ao longo do estudo, a pobreza

INTRODUÇÃO

sempre será tomada na sua forma mais pura, cuja expressão central do conceito evitará a utilização de adjetivos o que, na prática, tem a função de reduzir o debate, como ocorre quando se utiliza o adjetivo multidimensional ou unidimensional. Com efeito, ao adjetivar a pobreza, alonga-se a expressão para reduzir o campo investigativo. Para evitar esse reducionismo positivista, optou-se pelo termo pobreza, sem adjetivos, como expressão maior. Sem, contudo, evitar no debate original, os elementos que a compõem.

Foi a partir desse pensamento que o objeto deste estudo foi perseguido ao longo destas quase três centenas de páginas. Se o número assusta, é porque talvez o leitor não saiba que as teses tradicionais em Coimbra vinham recheadas com não menos 700, 800 e até 900 páginas. Mesmo assim, peço desculpas pela extensão do trabalho recorrendo a Voltaire ao afirmar: “desculpe o longo texto, é que me faltou tempo para ser sucinto”.

Tendo identificado o objeto e o sujeito da pesquisa, pede o bom protocolo científico que seja estabelecida uma hipótese e um problema de pesquisa como ponto de partida metodológica. Esses elementos passam a orientar todo o trabalho e deverão ser perseguidos página a página, capítulo após capítulo, até que as conclusões permitam pronto posicionamento.

Para isso, foi realizada uma densa pesquisa bibliográfica, quer seja na literatura europeia, quer seja na literatura americana, sem desconsiderar as contribuições latino-americanas. Outro caminho adotado como estratégia pedagógica, ocorreu na tentativa de descortinar os alicerces que produzem a pobreza. Por isso, ir além dos adjetivos ou dos números que a quantificam, consistiu, sobretudo, em compreendê-la a partir de uma nova realidade urbana. Lá aonde “a máquina de moer gente” do capitalismo é azeitada pelo patriarcado e pelo colonialismo que continua a reproduzir o todo vulnerável.

Ao analisar tal conjuntura, foi possível levantar algumas razões que levaram ao fracasso dos dois primeiros objetivos do desenvolvimento sustentável, que visam respectivamente, acabar com a fome e reduzir a pobreza até 2030. Com esse pano de fundo, a parte da sociologia que se preocupa com o estudo sobre a pobreza, tem instrumentos suficientes para afirmar que esse modelo de desenvolvimento, baseado no crescimento ilimitado, não pode ser, sob qualquer hipótese, sustentável.

Pelo contrário, o texto irá avançar em reflexões que acusam ser exatamente tal modelo desenvolvimentista a origem da produção da pobreza. Esta, por sua vez, ocorre

sob três aspectos: mudanças climáticas, declarações de guerras e o mau uso da economia. Ora, senão são estes os pontos, cuja responsabilidade maior recai sobre os projetos desenvolvimentistas? Logo, é fácil concluir que a pobreza é, neste sentido uma escolha política. Razão pela qual, a sociedade escolhe ter pessoas em situação de pobreza.

Não conformado, o autor desenvolveu esse mesmo argumento sob dois aspectos: um abstrato e outro concreto. Sob a perspectiva abstrata, o pesquisador tomou por hipótese ser verdade que a origem da pobreza está na produção de guerras, na drástica mudança do clima e no mau uso da economia desenvolvimentista, logo, uma ampla declaração de paz, a reorientação da produção e do consumo e a revisão do papel da economia, colocaria o termo pobreza no arquivo da história. Contudo, essa resposta parece abstrata porque a parte concreta do debate reside exatamente no funcionamento do moderno capitalismo e sua teimosia em se reinventar como modelo único de mediação social.

Por isso, é possível afirmar que a tragédia sistêmica está próxima do ponto em que os cientistas convencionam chamar de “não retorno.” Isso porque, o modelo desenvolvimentista, sendo catastrófico, continua a apresentar sua face material, matizada no ciclo da desigualdade, apensada na dimensão da exclusão social, e concretizada na extremidade da fome. É exatamente sob esses elementos que este trabalho irá se aprofundar para analisar a dinâmica da pobreza no meio urbano.

Assim, construir um olhar a partir do cenário acima ajudará a compreender o quão é sofrível a vida de milhões de asiáticos que se amontoam nos mercados informais de Bangladesh, ou dos imigrantes que conseguem chegar à ilha de Lampedusa, no sul da Itália. Será possível lançar olhar crítico às vítimas produzidas de forma sistêmicas nas favelas do Brasil, ou nos bairros de lata na Cidade do México, ou ainda em Buenos Aires. Até finalmente, ser possível conectar à produção da pobreza ao conjunto de direitos negados a produzir pobreza nos territórios da Frente Social Cristã. Este movimento social é estabelecido na cidade de Crateús, no Ceará, desde 1962 e assume, por vocação, organizar as lutas por direitos sociais na zona urbana daquela cidade.

Desta feita, assumiu-se, por hipótese, afirmar que a dinâmica da pobreza na zona urbana de Crateús, é intensificada pela redução da cidadania. Para tanto, como forma de viabilizar os passos metodológicos, definiu-se por problema de pesquisa identificar *como*

a dinâmica social da pobreza urbana afetou a cidadania nos territórios da Frente Social Cristã na cidade de Crateús-CE? Na sequência, toda a estrutura do trabalho inclinou-se a garantir resposta a essa pergunta e, conseqüentemente, posicionamento a esta hipótese.

De forma resumida, a construção de tal percurso exigiu que a tese fosse distribuída em sete capítulos, a considerar as conclusões e esta introdução. Sua estrutura está distribuída em dois capítulos teóricos iniciais orientados a responder, respectivamente, ao primeiro e o segundo objetivo específico, resumidamente destinados a analisar a pobreza e a cidade. No quarto capítulo serão encontrados os suportes metodológicos. Em seguida, o quinto capítulo, o sexto e sétimo capítulos serão orientados a responder ao terceiro objetivo específico.

Em tempo, o segundo capítulo se preocupou com estado da arte referente a pobreza, em especial a pobreza no meio urbano. Esse capítulo foi intitulado: “A Evolução dos Aspectos Históricos da Pobreza e a Construção de uma epistemologia recente” cujo objetivo consistiu em aproximar, reunir e dialogar com os principais teóricos, escolas e abordagens sobre o tema. A grande contribuição dessa fase, além de situar o leitor no contexto do objeto, foi servir de base argumentativa aos capítulos analíticos, até favorecer o surgimento de uma nova abordagem sobre a questão.

Tem-se que, para a construção do estado da arte, buscou-se realizar resgate pela história do fenômeno da pobreza para, em seguida, fazer perceber que a pobreza enquanto objeto de estudo sociológico não é nova. Já faz algum tempo que Simmel fez escola com seu clássico *Le Pauvre*, depois somaram-se as contribuições de Lewis à proposta liberal da escola americana. Esta, ao se opor à tradição francesa, não a fez sem tirar seu brilho, nem tampouco deixar de apresentar inovação à moderna sociologia.

Não restam dúvidas que ambas as escolas foram as que mais se expuseram na análise sobre o tema no último século. Fato que continua a ocorrer nos dias atuais em que as disputas entre os polos de debates continuam a figurar em torno das abordagens estruturalistas, de um lado, e das abordagens liberais, do outro. Entre elas, encontram-se as ideias culturalistas, ou as propostas institucionalistas, ou mesmo aqueles que rogam por uma abordagem socioeconômica. É possível incluir as contribuições das abordagens regionalizadas, como é o caso da escola latino-americana, pensada pelos teóricos da CEPAL a partir da teoria da dependência nos idos dos anos 1960. Todas essas teorias

serviram de inspiração a este trabalho para cumprir a tarefa exposta no seu título.

Contudo, não faltaram trabalhos de outras áreas do conhecimento, assim como autores de várias nacionalidades foram chamados a contribuir. Nessa linha, estão as contribuições do historiador Michel Mollat – *Os pobres na Idade Média*. Mas também do nobre professor português Pereirinha, ou, mais recentemente, do pesquisador do Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE, Luis Antunes Capucha.

Nesse cenário, se o recorte for uma das unidades da pobreza como a desigualdade, então a leitura do grupo ISCTE de Lisboa, passa a ser obrigatória com especial atenção aos trabalhos do professor Renato Miguel do Carmo. Mas, caso o recorte seja a vulnerabilidade, as contribuições do professor José Manuel Mendes, da Universidade de Coimbra, não podem ser secundarizadas. Sendo a Exclusão Social a meta, há abundância nas contribuições da escola francesa. Sob outra lente, utilizando o conceito de *underclass*, a leitura poderá ser realizada a partir da proposta elaborada pela escola americana. Contudo, se a abordagem da pobreza for o ciclo da fome, então dois dos mais renomados teóricos mundiais, de origem brasileira, não poderão deixar de ser consultados: Milton Santos e Josué de Castro.

Não obstante, não faltarão teóricos a circunscrever à pobreza enquanto objeto da vida material como, por exemplo, a questão do trabalho e do salário. Para esses elementos, a leitura de Robert Castel é necessária. Antecipo que, no terceiro capítulo, intitulado “Os Espaços e as Cidades: democracia e cidadania,” a tática, se adotada, pode contribuir para se observar a pobreza pelas circunstâncias. Ali estão as contribuições sociológicas de Henry Lefebvre, em seu famoso texto “O Direito a Cidade,” cujo prefácio à edição portuguesa, foi brilhantemente assinado pelo professor Carlos Fortuna, sendo igualmente aproveitado nesta tese.

A partir daí derivou-se para leituras ora convergentes, ora divergentes. Não faltaram as contribuições do geógrafo radicado no EUA, David Harvey, e de Eduard Soja. Foi alcançada ainda a obra de Manuel Castells, e do brasileiro Lúcio Kowarik para delimitar a questão urbana. Percebeu-se que, nessa área, há uma potente escola brasileira com laços estreitos com a escola portuguesa. Esta, por sua vez, bebe ora das fontes americanas, ora das fontes francesas sem, contudo, perder a qualidade peculiar.

Em tempo, quando o texto avançou para o campo da democracia, assumiu o

maior risco às contradições. Como reunir na mesma página o pensamento de Amartya Sen e Boaventura Sousa Santos, sem se expor ao contraditório? Apesar do primeiro ter sido laureado pelo segundo, com o título *honoris causa* pela Universidade de Coimbra? Ou ainda como abraçar abertamente a noção de espaço contida em David Harvey e Eduard Soja, simultaneamente? Ou mesmo buscar equacionar as contribuições de Henry Lefebvre e Manuel Castells, sem contrariar um geógrafo ou um urbanista mais atento? Efetivamente, será que o famoso método “o equilíbrio entre os contrários” tão recorrente em Gilberto Freyre, ganharia uma nova versão?

Na prática, o que se verificou foi algo menos audacioso, baseado na ideia de apenas apresentar posições de autores que, sendo de escolas diferentes, pudessem deixar largos contributos ao debate em questão.

Todas essas preocupações estiveram presentes na hora da escolha dos autores, todavia, resolveu-se assumir o risco pelas possibilidades que tal debate pudesse favorecer. Com efeito, buscou-se respeitar os pontos de vista originais dos interlocutores, sem, contudo, perder a ambição de extrair dali, argumentos que dessem sustentação a proposta do trabalho. Afinal, é para isso que se escreve, não para ter razão, mas para fazer dela uma busca constante. Finalmente, foi desta forma que os capítulos dois e três foram construídos.

O quarto capítulo reuniu os elementos metodológico que serviriam de bússola para a pesquisa. Neste capítulo, estão as justificativas, a definição do objeto, as suas delimitações e, sobretudo, o desenho dos caminhos percorridos, além das muitas ressignificações forçadas pelo contexto pandêmico, mas que permitiram o pesquisador articular o campo teórico com o mundo prático.

No campo metodológico, sabe-se que uma vez tendo o objeto escolhido, abria-se pouco espaço para o erro, razão pela qual a escolha da técnica de recolha dos dados deveria ser precisa. Por isso, optou-se pelo grupo focal como estratégia, as técnicas do IBASE como instrumentos para dar suporte à análise de conteúdo como instrumento de avaliação. Se de um lado, é verdade que esse movimento permitiu contatos mais abstratos, correndo-se o risco da dispersão, por outro, se revelou numa riqueza sem igual, pois eram as próprias vozes dos sujeitos a expressar suas percepções. Este fato permitiu ao pesquisador fazer um duplo caminho: um dedutivo, já previamente programado, e um

outro indutivo, à medida em que emergiam outras variáveis de análises advindas do campo de pesquisa.

Em seguida, é apresentado o quinto capítulo, “A Caracterização da Pobreza no Mundo e no Brasil.” Esse capítulo, de teor mais bibliográfico, foi circunstanciado a conjuntura atual da pobreza no mundo. Nesse sentido, buscou-se descolar do campo teórico em direção ao campo prático, exigindo do pesquisador realizar um apanhado substancial da atual situação mais atual dos dados referentes a pobreza.

Esta fase, de característica descritiva, resgatou conceitos comuns relacionados a pobreza, geralmente utilizados por organismos internacionais, para dali auxiliar o leitor a construir um cenário mundial sobre o fenômeno estudado. Tal esforço foi fundamental para retratar a atual situação de pobreza, porque viabilizou dimensionar um quadro geral capaz de identificar quantas pessoas estão sendo afetadas por esta situação no mundo, no Brasil e no Ceará. Lançando mão de dados abertos, ora baseados na renda (pobreza unidimensional) ora considerando as métricas qualitativas (pobreza multidimensional), o texto tocou, pela primeira vez, nos aspectos práticos, iniciando, assim, a tarefa de responder ao terceiro objetivo específico. Este, por sua vez, foi fonte de orientação para os capítulos seis e sete, que passo a apresentar.

Finalmente, a tese alcança sua fase mais intensa nos capítulos seis e sete, onde efetivamente ocorrerão as análises da pesquisa de campo. O capítulo seis é o espaço onde irá ser dada voz aos sujeitos. Apesar dos nomes ali utilizados serem fictícios como forma de preservar suas identidades, as percepções extraídas foram respeitadas com o devido rigor acadêmico. Neste capítulo, denominado “A Pobreza Urbana e a Promoção da Cidadania em Crateús” para apresentar o encontro do objeto com os sujeitos tendo como medição as técnicas de pesquisa do IBASE. Tal contato se revelou fundamental na construção compreensiva da realidade nos territórios, e, conseqüentemente, articular o cenário construído pelo campo teórico.

Nesse momento, a realidade local se impôs a partir da percepção dos sujeitos que foram estimulados a opinar mediante as ofertas de direitos, sem as quais seria impossível garantir cidadania. Nesse momento, emergiram outras categorias que, não sendo previstas pela técnica do IBASE, foram apresentadas pelos sujeitos como variáveis importantes.

Nesse cenário, o que interessava, efetivamente, era a percepção dos sujeitos, cabendo ao pesquisador organizar suas falas nas categorias previamente estabelecidas e, posteriormente, expô-las segundo a veracidade e a força de vida. Ao todo, foram quase nove horas de gravações, devidamente transcritas e lapidadas com o zelo e rigor científico exigido. Os resultados foram sistematizados a partir das percepções extraídas dos oito encontros, acumulados em mais de 110 páginas de arquivos que, uma vez inseridos no software MARQDA, culminaram com a apresentação de mapas categoriais.

Em seguida, o texto chega ao capítulo sete sob o título “Abordagem a Dinâmica Social da Pobreza Urbana.” O objetivo consistiu em traçar, de forma analítica, relações entre a teoria apresentada e o contexto local para, em seguida, somar os esforços dos capítulos cinco e seis, e tornar possível responder ao terceiro objetivo específico. Esse movimento, exigiu trabalhar, de forma analítica e articulada com os conceitos teóricos disponíveis nos capítulos dois e três, e permitiu regressar à análise conjuntural do capítulo cinco, e conseqüentemente, voltar à percepção dos sujeitos, no capítulo seis.

No conjunto, trata-se de uma abordagem construída a partir de um conjunto de técnicas, leituras teóricas e análise prática, reunidas no mapa cognitivo elaborado a partir dos ciclos da pobreza, de um lado, e das técnicas do IBASE do outro, sem descuidar das contribuições conceituais da noção de vulnerabilidade, denominado pelo trabalho como a Dinâmica Social da Pobreza.

Finalmente, foi possível propor o mapeamento das variáveis que estão a produzir pobreza nos territórios analisados a partir das frequências geradas nas falas dos sujeitos. Tais frequências foram utilizadas para estabelecer grau de importância, a partir da quantidade de vezes que se repetiram.

Por tudo, responder como a dinâmica social da pobreza urbana afetou a cidadania nos territórios da Frente Social Cristã na cidade de Crateús-CE fez o pesquisador concluir que isso ocorre a partir da negação de direitos coletivos, sociais e políticos que, em última instância, é um subproduto de um jogo político perverso de redução dos espaços de participação social, caracterizada por uma profunda ingerência política a engessar os mecanismos democráticos, que findam por negar o acesso aos direitos mais básicos.

Esse movimento promove o aumento da vulnerabilidade, acentuando os ciclos da pobreza, cujo efeito acaba por afetar os indivíduos que habitam os territórios analisados de forma a distanciá-los verticalmente pelas desigualdades, a afastá-los horizontalmente por efeito pela grave negação dos direitos coletivos, até finalmente aprofundá-los na zona da fome pela total desfiliação social. Tal realidade precisa ser urgentemente enfrentada sob dois aspectos: o primeiro consiste na ampliação da cidadania e isso exigirá dos membros da Frente Social Cristã, mais capacidade organizativa para realizar as disputas necessárias à cidade, o que inclui todo segmento de direitos. Em seguida, é preciso vontade política dos agentes que fazem as instituições, em especial do poder público local, para reorientar estratégias, reagrupar técnicas e fundamentalmente ofertar serviços públicos.

Desta forma, as conclusões irão permitir ao pesquisador confirmar sua hipótese aventadas no início do trabalho, e sustentar que a produção da pobreza na zona urbana de Crateús é fruto da redução dos espaços de cidadania.

Esse cenário, por sua vez, exige democracia e participação. Apenas com esse triplo momento, o fenômeno da pobreza poderá ser enfrentado por completo. Então a palavra pobreza não mais será antônima de riqueza, mas de justiça social estabelecida na exata medida da ausência das garantias de acessar um ambiente vivível.

Até lá, a pobreza continuará a ser a maior vergonha civilizatória, pois deriva de decisão política e escolha social podendo, apesar da sua complexidade, ser resolvida igualmente por decisões sociais, coletivas e públicas.

Capítulo 2.

A Evolução dos Aspectos Históricos da Pobreza e a Construção de uma Epistemologia Recente

Os aspectos históricos da pobreza nos remontam aos caminhos da indigência. Ao assumir o esforço de localizar o debate, convém tecer algumas considerações iniciais acerca da evolução da pobreza enquanto dinâmica social. Para isso recorreu-se ao professor de História da Pobreza da Universidade de Sussex, Tim Hitchcock (2012) para quem a história da pobreza é dividida em três capítulos essenciais: 1) capacidade de reagir a pobreza; 2) evolução das cidades e 3) as consequências da urbanização.

Segundo o autor, a primeira parte coincide com os movimentos do ser humano com a função caçador-coletor. Hitchcock identifica a relação da pobreza com a capacidade do ser humano em responder às mudanças externas, especialmente àquelas relacionadas a proteção ambiental.

Na sequência, Hitchcock associa o segundo capítulo da história da pobreza ao conceito de cidade, caracterizado por três grandes mutações: a cidade oriental, a cidade antiga e a cidade medieval. A maior expressão desse modelo é observada no clássico *O Direito a Cidade* proposto por Henri Lefebvre nas características do tipo de cidade greco-romana, cuja decomposição quase fez sucumbir a vida nômade (LEFEBVRE, 2012: 17-18). Nesse período, as pequenas produções no campo possibilitaram outras relações do ser humano com a terra e do ser humano com seu semelhante, momento pelo qual o acesso à terra se apresentou como principal instrumento para reagir à pobreza.

Nesse cenário, o professor do Departamento de Filosofia Política da

Universidade de Yale, Thomas Pogge (2012) sustenta que o uso “político” da agricultura se revelava na necessidade de estabelecer segurança social como forma de evitar a morte pela fome. Desta forma, a sociedade passou a expressar relacionamentos mais dinâmicos como o fluxo da moeda e o comércio, o que levou Lefebvre (2012), a falar de reconfiguração da identidade e da dinâmica política.

A pobreza, conforme o quadro metodológico apontado por Hitchcock (2012) irá alcançar sua terceira fase a partir de outros patamares. Para o período em questão, as cidades medievais – ao abandonar o comando do soberano - começavam o processo de saída dos muros. Nesse espaço, ainda não se falava em direito a cidade, David Harvey (2014) observa que esse debate se deu apenas no final do século XIX, em função das rápidas consequências da urbanização.

Para o pesquisador Michel Mollat, antes disso, o caminho da indigência não era somente privilégio dos pobres. Os jovens da real aristocracia portuguesa também poderiam ser jogados à pobreza na hora da sucessão paternal, sobretudo quando não encontravam compensações nas conquistas e nas cruzadas. Para livrá-los, era realizado um gesto de misericórdia que consistia no preenchimento de um “livro verde” como os que poderiam ser vistos na Catedral de Coimbra (MOLLAT, 1989: 64-65).

A pesquisa realizada por Mollat (1989), aponta que o desequilíbrio provocado pela pobreza sempre guardou raízes na falta de terras e na expansão demográfica. A pobreza, segundo o autor, era determinada pela superfície mínima de terras a ser associada as mudanças radicais das formas de financiamentos da produção. Até aquele momento – Século XI – essa prática era assumida pelos mosteiros que cediam lugar para uma relação manipulada por moedeiros, judeus e lombardos. Em síntese, era a própria prática da agiotagem a se inscrever na geração da pobreza material.

As ações dos chamados “roedores dos pobres” chegaram ao limite do achaque ao ponto de levar o papa Alexandre III, em pleno Concílio do Latrão (1179), para estabelecer a proibição da hipoteca, como forma de evitar a pobreza material, uma vez que “o abandono do próprio bem, constituía o ponto de ruptura com a ordem social”. (MOLLAT, 1989: 67)

Iniciava-se, assim, aquilo que Mollat (1989), registra como sendo a segunda parte da engrenagem em direção a indigência. Em outras palavras, a exposição

generalizada à marginalidade que trazia, como proposta central, a ruptura com a lei, e, conseqüentemente, a aproximação com a criminalidade. A chegada à modernidade marca uma profunda reconfiguração deste objeto, ante as intensas movimentações provocadas por mudanças nas estruturas sociais. De modo especial, a urbanização de grandes centros onde “a descrença dos infelizes faz ressurgir a pluma dos moralistas.” Nesse cenário, sustenta o autor: “a sociedade medieval que possuía bons relacionamentos com a lei se punha vigilantemente a serviço dos credores.” (MOLLAT, 1989:68)

Nessa linha, Pogge trabalha com a hipótese de que o período relacionado à questão econômica é “aquele que conheceu pela primeira vez a relativização da pobreza”. O autor sustenta que a pobreza ganharia novos contornos nunca antes registrados pela história. Isso ocorre quando relativiza-se em outras dinâmicas, feito um perigoso vírus, modificando-se em sua estrutura de acordo com a localidade e a força política que se impõe. É a pobreza materializada pelas desigualdades sociais (POGGE, 2012).

Os autores concordam que tal processo foi construído principalmente no espaço urbano. Este passou a distinguir pessoas extremamente ricas e outras extremamente “injustiçadas” revelado no estilo de vida do indivíduo e relacionado diretamente com suas atividades econômicas, posições sociais, escolhas políticas e hábitos culturais. A literatura disponível para compreender a dinâmica da pobreza nas cidades urbanas vai levar Silva (2002:70) a indicar temas relacionados ao “pauperismo, precarização, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade, marginalidade, miséria, indigência, segregação, desqualificação, privação, *apartheid* social”.

Em outros termos, a virada do século XIX para o século XX apresenta uma evolução da pobreza enquanto miríade de complexos sinônimos e associações com explicações deficitárias. A compreensão desse cenário é necessária para perceber a afirmação realizada por Jeffrey Sachs ao argumentar que “em pouco tempo o mundo assistiu à chegada da população as condições de pobreza como a conhecemos hoje” (SACHS, 2008).

2.1 – A EPISTEMOLOGIA DA POBREZA: Evolução Conceitual.

A sociedade moderna é atravessada por uma moral estranha inclinada a admirar

o acúmulo de poucos em detrimento da escassez de muitos. Não é possível imaginar a evolução desse processo sem levar em conta a construção histórico-social da pobreza enquanto fruto de escolha política a grassar sobre o tecido humano, em especial no meio urbano.

A partir desse contexto, uma pergunta se impõe: o que é a pobreza? Outras perguntas secundárias podem contribuir neste processo interpretativo, sobretudo imaginar quem é o pobre? Onde ele está localizado? Não apenas no sentido geográfico, mas sobretudo sociológico. Para fazer frente a tal desafio, é fundamental retornar as abordagens tradicionais a nos orientar a constituição da pobreza, bem como suas teias relacionais e desiguais, ou mesmo ainda, suas formas de poder político.

Além da dimensão social e política das questões relacionadas a pobreza, é preciso ir nas bases etimológicas do conceito como forma de possibilitar consistência direta ao tema. Assim, a expressão pobre tem origem em latim “pauper” como sinônimo de pouco. Para Mollat (1989), tal definição exprime uma abstração, mas também uma razão concreta da condição do indivíduo. Segundo o autor, a carga em torno do tema está presente na evolução do ritmo do desenvolvimento do pauperismo.

Já a expressão “pobreza” sofreu profundas modificações, principalmente entre os séculos XIII e XIV, tempo em que a “proliferação da miséria se agravava de forma qualitativa na consciência dos homens”. Segundo Mollat (1989), do ponto de vista qualitativo, a pobreza passou a exprimir uma condição de carência. Ou seja, uma condição de inferioridade em relação ao estado normal. Logo, as designações referentes ao pobre e à pobreza, precisam estar devidamente contextualizadas às mudanças sociais próprias de cada realidade e contexto histórico.

Na sua expressão quantitativa, especialmente quando a palavra assume sua função plural – pobreza – passa a identificar e quantificar os grupos afetados pela condição material. Entretanto, a palavra “pobre” ganha relevância social quando exprime sua vertente abstrata para designar a imagem do aflito, transferindo-lhe uma carga afetiva em virtude das forças sociais (MOLLAT, 1989).

Paradoxalmente, quando se faz abstrata, a palavra “pobreza” busca traduzir um contexto social pela interpretação das condições que a produzem, na tentativa de responder: como e por que as mudanças sociais evoluíram a um estágio desfavorável?

Enfim, como as variações linguísticas acomodaram no tempo e no espaço a evolução da sua forma adjetiva para assumir uma característica substantiva, e desta, associá-la a ideia de estado natural das coisas, ou de uma ordem social preestabelecida? Para Mollat (1989: 2-3), seguir essa trilha talvez possa indicar como os elementos constitutivos da evolução da pobreza avançaram da condescendência ao desdém, do desdém ao desprezo, e deste, à repulsa.

Seguir esse caminho é constituir ligação entre teoria e a prática no campo, bem lembrada pela ex-ministra do trabalho na França Martine Aubry e Pierre RÉMY (1996:7) prefacistas da obra *Pauvretés* publicada na França em 1996; qualquer estudo sobre pobreza deve perseguir duas condições básicas: (i) a definição conceitual equilibrada da terminologia - a considerar seus axiomas abstratos, e (ii) suas variações concretas, considerando a complexidade dos planos em que o evento ocorre.

Nesse sentido, nota-se que a pobreza – enquanto terminologia – se apresenta como uma das linhas mais estudadas no meio acadêmico. No entanto, à medida em que sua complexidade avança, torna-se uma das linhas de pesquisas mais incompletas. Para Aubry “la pauvreté n’est pas dans l’ordre immuable des choses”. Contudo, “...n’est pas non plus un mal nécessaire de nos sociétés”. (AUBRY, 1996:12)

Com isso, resulta a importância de insistir no estudo, mesmo que isso implique na obrigação de se voltar à compreensão semântica carregada por uma polissemia histórica e cultural, bem como poder ressignificar “revisité les différents systèmes de protection ou de politique sociales” (AUBRY, Op. Cit.).

O que é possível afirmar é que a pobreza é um estágio de graduações diferentes. Como atesta Mollat (1989:5), ela não é própria de uma época, região ou meio. Parece ser uma realidade que, ao longo dos tempos, afetou por diferentes modos, diferentes grupos sociais. Sua graduação ocorre tanto no plano social, quanto em níveis culturais. Neste sentido, guarda aspectos políticos e econômicos. Em resumo, a dimensão material.

Essa dimensão da pobreza associa-se diretamente às estruturas e as causas que, no fundo, são resultados das opções políticas. Como observa Mollat (1989:05), a perspectiva material da pobreza acentua-se de acordo com a vulnerabilidade denominada, pelo autor, por ruína irremediável. Nessas realidades, há presença de uma linha frágil

caracterizada por três dimensões: a biológica, a econômica e a sociológica, em que os estágios irão identificar o grau de vulnerabilidade em que o indivíduo, ou grupo social esteja sendo afetado.

Sob a perspectiva econômica, tem-se que o cenário fiscal, se levado a descontrole pelo uso abusivo do poder, pode produzir graves injustiças, e levá-las à condição de pobreza que, por sua vez, associa-se às condicionantes políticas do desenvolvimento econômico e por características demográficas, em especial do meio urbano. O limiar fiscal, segundo Mollat, deve respeitar a “realidade de cada país, cidade [...] como reflexo dos caminhos políticos e econômicos.”

Não obstante, nesse cenário de insegurança, se estabelece a dimensão biológica cuja situação de morbidez ocorre quando não se encontram condições mínimas relacionadas aos aspectos da saúde, ou mesmo na incapacidade para o trabalho, que, em último grau, está relacionada aos efeitos da subnutrição provocada pelos desequilíbrios alimentares. Esses efeitos, quando somados, podem se associar a “impecúnia” a conduzir a outro limiar. Insere-se aqui, o limiar sociológico como sendo o último e mais agudo momento da pobreza, representado pela perda da identidade ou sentimento de pertença a um determinado núcleo. Nesse momento, há uma ruptura dos meios morais e materiais de sobrevivência, o contrato social é rompido e a ética passa a ser relativizada em função da subsistência. Em síntese, aquilo que mais tarde ficaria conhecido por desfiliação social (MOLLAT, 1989: 06-09).

A análise da pobreza material, portanto, requer antes de qualquer esforço, determinar sua localização. Nesse sentido, é oportuno reorientar as condições onde a pobreza se desenvolve, salientando suas conotações particulares. Com isso, se identificam os atingidos pela inércia da indiferença que, afetados pela pobreza, têm reduzidas suas condições de cidadania, porque tendo sido negados seus direitos básicos à cidade são, desta forma, obrigados a jogar o jogo da indecência.

É neste contexto que a espanhola Adela Cortina vai refletir o jogo político da sociedade contratualista, a partir da pergunta “*¿eliminar la pobreza es un deber de justicia o una obligación de beneficencia?*” (CORTINA, 2019:127). Essa questão se impõe a situação de pobreza tal qual a conhecemos na modernidade, portanto, materializada pela noção de sociedade contratualista. Segundo Cortina, sua lógica repousa na ideia da

individualização e no jogo do intercâmbio, em que a tipologia contratualista não admite a noção de colaboração social e insiste no modelo “*en que los pobres son que parecen no poder ofrecer nada a cambio em sociedades basadas en el juego del intercambio.*” (CORTINA, 2019:125).

Outra contribuição importante vem de Luís António Capucha, pesquisador do Instituto Universitário de Lisboa quando em seu trabalho intitulado *Os Desafios da Pobreza*, esclarece: “debate conceitual é antes tudo urgente”. Segundo o autor, o indivíduo ou grupo familiar, quando afetado pela pobreza, muitas vezes é associado na literatura sociológica, a ausência de coisas materiais, malformação cultural, ou mesmo, pelo abandono do poder público. resultando em uma estigmatização perigosa. (CAPUCHA, 2004:86)

Segundo Capucha, “há uma relação entre o modo de entender a pobreza e o modo de conceber a luta contra a pobreza.” E vai além de induzir que “a pobreza não é apenas resquício do desenvolvimento humano, mas um elemento estrutural das sociedades modernas” (CAPUCHA, 2004:09-10). Seu apelo irá encontrar eco nas palavras de Mollat quando sustentou que “é mais fácil discernir os caminhos que levam a pobreza, (...) que conhecer as vítimas desse processo.” (MOLLAT, 1989:6) Logo, para responder o que é “pobreza”, posto no início deste capítulo, é preciso assumir contornos teóricos igualmente complexos constituídos sobremaneira por elementos abstratos, voláteis e mutáveis.

Nesse limite, a professora da Universidade Federal da Bahia, Anete Brito Leal Ivo em sua obra *Viver por um fio*, publicada no Brasil em 2008, apresenta importantes chaves de leituras para compreensão do objeto, ampliando o campo de estudo da dimensão estrutural da pobreza. Para a autora, a pobreza está embricada nas estruturas sociais, naquilo que se refere aos “padrões éticos, morais de uma dada sociedade.” Em suas palavras “na construção da assistência entre indivíduo e a coletividade, entre a parte e o todo” (IVO, 2008:72). Aqui é preciso recuperar as contribuições de Georg Simmel quando em sua obra *El Pobre* (2015:797) atestava que pobreza nada mais é que “*materia permanente de nuestra existencia personal y como la suma de sus posibilidades, no agotadas nunca por entero (...)*” Com isso, Simmel elabora, em sua tese, que a pobreza está diretamente associada a questão social. Desta forma, Simmel (2015:784), passa a sustentar que o pobre tem o direito ao benefício que lhe retire da situação de pobreza, por

ser este resultado de “una posición como membro orgánico de la vida del grupo.” Em outras palavras, o fato do indivíduo não ter como satisfazer suas necessidades, implica a totalidade da sua sociedade à tarefa do benefício.

Nesse sentido, Georg Simmel alerta, em sua tese, que não está somente preocupado com as experiências vividas da pobreza, mas com as dimensões essenciais da sua estrutura, e na relação desta com o indivíduo, dando amparo substantivo àquilo que ficou conhecido como a questão da assistência, o que possibilitou fazer uma passagem substantiva das formas associativas sobre pobreza para formular, pela primeira vez, um processo de conhecimento rígido com base no estatuto do pobre frente à sociedade em geral.

Tal esforço, segundo Ivo (2008) ocorre no exato momento em que Simmel se dispôs a enfrentar a um só tempo, “a tarefa de analisar a pobreza e a condição de ser pobre.” (IVO, 2008:72,73,74). Esta última condição, para Simmel (2015:796), é “sociologicamente o indivíduo que recebe socorro a causa dessa falta de recursos”

Nesse aspecto, é preciso considerar a ideia da razão prática do projeto sociológico, bem abordada por Ivo (2008:85) para que o resultado da objetivação da intervenção racional sobre a vida reflète a questão de fundo, pautada sobre a construção das categorias da ação pública. Sobretudo, quando a dimensão da assistência social ganha contornos, ao assumir a representação do mundo social, conforme apontada por Bourdieu (1977:4), e também se insere na articulação civil e política com intuito de neutralizar as contradições da sociedade mercantil, que disputa, a um só tempo, o ideário do progresso técnico e do ajustamento democrático.

Nesse campo, insere-se o registro político atribuído ao comandante Napoleão Bonaparte III em seu famoso texto, *L’extinction du Paupérisme* de 1844, precisamente na página 23, acentua que “la pauvreté ne sera plus séditeuse lorsque l’opulence ne sera plus oppressive.” Em outros termos, ainda com a mente nas antigas tradições, Napoleão lembrava que a opressão da opulência é tão perigosa quanto a pobreza da pobreza. Portanto, é a opulência e não a pobreza, a razão para o infortúnio.

Por tudo isso, a situação de pobreza, por possuir uma vasta literatura e ao mesmo tempo ser mutante, exige compreender a construção cuidadosa de uma epistemologia voltada a observar a sua reconstrução conceitual, e principalmente, aprofundamento das

dimensões ontológicas que, segundo a síntese proposta por Simmel (2015:747), consiste na “*concepción que considera al individuo como el producto de su medio social*”. Por isso, fazem sentido as palavras de Mollat (1989:10) ao sustentar ser “preciso estabelecer o ritmo da evolução da pobreza [...] para compreender suas influências políticas, localizações geográficas e aspectos semânticos.”

Isso significa aceitar que a pobreza não surgiu com a criação ou evolução da espécie, mas como resultado de um processo que foi adquirindo forma a partir do desenvolvimento de diversas categorias sociais como, por exemplo, a proposta contida na competição moderna, como forma de encapsular o saber e impor à condição humana outro éthos comportamental, baseado na dicotomia: progresso/pobreza.

Por isso, a complexidade inerente à pobreza torna ainda mais difícil o campo da análise. Não obstante, a ciência – em busca de conforto conceitual – estar sempre a lançar mão de métodos e técnicas capazes de construir narrativas fiáveis. Esse fato pode ser positivo, se observado à luz da interdisciplinaridade sobre o objeto. Isso porque qualquer ação que se apresente fragmentada, só pode ser reativa e, portanto, ter sua eficácia prejudicada.

Nesse limite, a epistemologia da pobreza ganhou aspectos sociológicos por induzir seus resultados a partir de dinâmicas e das condições políticas de um dado lugar. Por isso, falar em pobreza em Bangladesh não pode ser compatível com falar do mesmo assunto na América Latina, ou mesmo, no sul da Europa. Isso posto, convém insistir quanto a função analítica da pobreza precisa considerar uma epistemologia constitutiva da dimensão cultural a respeitar as diferentes realidades, de desenvolvimento, espacialidades e urbanidades.

Nesse ponto, convém lembrar Gaudier (1993), ao recordar que, nos últimos anos, a realidade estabelecida em torno do objeto da pobreza impõe uma dinâmica diferente em vários aspectos daqueles vistos no passado. Por isso, a evolução da epistemologia da pobreza não pode ser observada a partir do comportamento de apenas um traço no gráfico.

É o que reforça Maria Ozanira Silva (2002:69) para quem o termo se insere numa constante categorização teórica abordada por uma vasta literatura. Dito de outra forma, não se trataem argumentar sobre aumento ou diminuição da pobreza, mas da própria mutação do objeto em análise.

2.1.2 A Pobreza na Atualidade

Na atualidade, ocorre uma reconfiguração da pobreza em relação aos momentos anteriores, pois se antes ela era associada à capacidade de reação individual à fome, agora pela primeira vez, a capacidade de enfrentá-la relaciona-se à posse econômica. Nesta fase, não se fala mais em incapacidade de reagir, mas na capacidade de acumular para reagir. Logo, “a grande preocupação da dinâmica urbana era apresentar solução para gerenciar a pobreza que se tornava cada vez mais visível” (HITCHCOCK, 2012).

Se a fome foi a primeira expressão da pobreza até a Idade Média, sua versão moderna revelou-se em duas novas etapas, que mesmo guardando características diferentes, são partes constitutivas da mesma realidade, a partir de uma narrativa pragmática e conceitual marcadas nomeadamente pela desigualdade e suas consequências, também conhecida por exclusão social.

Para Gennari & Albuquerque (2011) as consequências diretas da adoção ao modelo urbano, resultou nos “novos pobres”. Esse novo perfil é representado por trabalhadores qualificados ou não, que foram deslocados dos seus postos de trabalho, ou ainda aqueles que nem sequer possuíram um posto formal devido às “reconvenções industriais ou tecnológicas.”

Diante deste novo cenário, é perceptível que a evolução da dinâmica da pobreza guardara semelhança com a evolução da dinâmica da cidade, sobretudo, quando a análise é centrada no meio urbano. Nesta espacialidade, assistiu-se pela primeira vez à reconfiguração da pobreza. Tecnicamente, o que ocorreu foi um deslocamento do tornar-se pobre. Antes, tal ocorrência estava centrada na capacidade do indivíduo em reagir para fugir da fome, agora está centrada em acessar a economia. Em síntese, a evolução da pobreza está relacionada diretamente às questões econômicas, ocorridas principalmente no meio urbano, local que se configurou como espaço reprodutor das injustiças socialmente produzidas.

Nesse contexto, é válido voltar a Simmel, para quem a figura do pobre submetido a processos injustos caracterizados pela exclusão que os tornam sociologicamente objetos menores, mas também sujeitos a constituir uma determinada realidade social. É neste sentido que, para Simmel, a figura do pobre é antes de tudo tomada por um direito

designado por um mínimo ético (SIMMEL, 2015).

Portanto, Simmel (2015:793) sustenta que o pobre é aquele “que han crado uma média típica de necesidades muchas veces la pobreza socorrida no es socorrida” Fazendo emergir, no dizer do autor, como consequência: “hace modificaciones graduales” até, segundo enfatiza Simmel, “entran em um círculo caracterizado por la pobreza.” Por isso, sentencia Simmel,

la pobreza constituye una constelación sociológica única: un número de individuos que, por destino puramente individual, ocupan un puesto orgánico específico dentro del todo... de suerte que lo pobre no es la falta de recurso. El pobre, sociologicamente, es el individuo que no recibe socorro a causa de esa falta de recurso (SIMMEL, 2015: 794-796).

Com a definição de Simmel, convém abrir debate sobre os aspectos sociológicos da pobreza.

2.1.3 Aspectos Sociológicos da Pobreza

A sociologia enquanto disciplina orgânica e atenta às mudanças da sociedade, precisou mergulhar na completa teia constitutiva da pobreza. Nesse processo, não faltaram argumentos para observar tal fenômeno no seu ponto micro, ou seja, suas relações individuais.

Nesse cenário, as escolas culturalista e liberal foram as que mais produziram. Não obstante, a sociologia propôs uma leitura estrutural dos aspectos característicos da pobreza, tarefa pela qual levou o professor da Universidad Nacional de Misiones, Jaume Fernandes, a articular o debate em torno de uma aproximação sociológica para esclarecer que:

la Pobreza- es una categoría totalmente descriptiva: pobre es aquél que en comparación con otros individuos de SII sociedad alcanza, de una serie de rasgos tomados como caracterizadores, los más bajos niveles. (JAUME, 1989:26)

Para o autor, a pobreza é um conceito descritivo e, ao mesmo tempo, relativo a cada etapa da história. Portanto, sendo flexível, cada processo corresponderá a realidades diferentes “deberá también medirse com parâmetros diferentes”. (JAUME, 1989:26).

Segundo Jaume, uma pista para compreender melhor a realidade que envolve a pobreza consiste em considerar que “es una categoria que permite calificar la condición concreta de existência de determinados grupos sociales, por contraste o comparación com otros grupos de la misma sociedade que no son pobres”. Contudo, ressalta que definir pobreza por contraste material dos indivíduos de uma mesma sociedade, acaba condicionando o pesquisador a um resultado de efeito descritivo, cujo limite não permite avançar as causas que promovem a pobreza. (Jaume: 26).

Para Jaume, a pobreza precede a revolução industrial. Entretanto, a característica comparativa entre grupos de pobres e não pobres é mais factível em sociedades capitalistas. Nessa linha, o autor defende que qualquer análise mais acurada sobre pobreza não deve negligenciar aspectos e categorias estruturais apresentadas de forma especial pela modernidade, sem os quais não seria possível aprofundar de forma analítica as percepções do objeto em questão.

Tais categorias estão presentes na urbanização, favelização e precarização que, segundo Jaume, constituem elementos da mesma realidade a exercer força sobre a pobreza. Esta tese é reforçada por Brisset ao admitir: “*l’essor urbain[...] fruit lui-même du développement de l’économie d’échanges, constituanit em contrepasie un stimulant aux progrès de la misère*” Para Brisset, no ambiente urbano houve um resgate da trilogia perdido no século XI baseado na “de la famine, la pest et la guerre.” (BRISSET, 1996:64)

A autora sentencia: “*les pauvre des villes souffrirent davantage*.” A partir desse esforço, é possível afirmar que a evolução da pobreza no espaço urbano é um produto socialmente construído que foi assumindo um caráter pejorativo em relação ao sujeito cuja diversidade foi, ao longo dos tempos, traduzida numa evolução descendente destinada não apenas a estigmatizar, mas criar a própria noção de “*classes dangereuses*.” (BRISSET: 65-68)

A definição de pobreza precisa considerar, antes de tudo, a própria estrutura social onde está inserida. Sua dimensão estrutural é instrumento obrigatório da categorização social, compreendendo o indivíduo exposto à condição de pobreza enquanto uma categoria política inerente ao conjunto social.

Nesses termos é preciso voltar a Ivo (2008:81) na medida que esta autora reexamina Simmel para sustentar que “a política não é uma esfera à parte, mas de alguma

forma uma categoria da experiência coletiva.” Desta forma, assim como fez Simmel, é preciso chamar atenção para o necessário caminho da discussão em torno da pobreza a passar pela coletividade, e, assim, superar a dimensão individualista de modo a recuperar o vínculo havido entre indivíduo e sua totalidade. Somente aqui, faz sentido a proposta de Ivo (2008:81) a aluir que estes desdobramentos condicionam o surgimento dos sujeitos sociais na medida que “o pobre [...] pertence ao mais amplo dos círculos políticos, ou seja, a coletividade do estado.”

É a partir desta perspectiva que a estruturação da pobreza localizada especialmente no meio urbano, ganha sentido a visão do renomado geógrafo e professor brasileiro Milton Santos, em sua obra *Pobreza Urbana*, sustenta que diante de “um objeto complexo e dinâmico assume-se a impossibilidade de definição conceitual.” Para o autor, “as abordagens sobre o tema pode induzir a verdadeiras ciladas conceituais, ao gerar mais confusão a respeito dos objetivos e das formulações teóricas, quase sempre incompletas” (SANTOS, 2013:13).

Ambiente pelo qual vai levar o economista latino-americano Oscar Alberto Altimir a perceber a pobreza material a partir de dois esquemas valorativos e complementares: o primeiro guia-se pela esteira conservadora, enquanto o segundo, por dimensões igualitárias e participativas. Ao ser considerado o primeiro esquema, a pobreza é entendida enquanto acumulação, fruto do mau funcionamento sistêmico. Já no segundo esquema, ela é observada a partir das dimensões psicológicas e políticas. Em suma, a partir desse quadro, o autor irá concluir que as políticas pontuais são importantes, mas insuficientes se não forem acompanhadas por profundas reorientações das estruturas produtivas combinadas com a redistribuição do crescimento (ALTIMIR, 1981:67-68).

Contudo, não falta quem arrisque simplificar o debate em torno do tema. É especialmente o que faz o cientista americano Oscar Lewis (1969) ao fazer a associação direta entre pobreza, renda e tipo de consumo. Essa leitura está implícita na pergunta que balizou seu inquérito de estudo exposto a seguir: “What proportions of their income do poor people spend on furniture, on clothing, on religious objects, on luxury items, on medicines?” Para o autor, está clara que “poverty consists of the inability to meet material needs.” (LEWIS, 1969:115).

Nesse aspecto, Capucha (2004) alerta que observar a pobreza pela ausência de

algo material induz o observador a dois caminhos: um relacionado ao rendimento, outro ao desemprego. Para o primeiro caso, a análise irá recair sobre os aspectos da desigualdade cuja explicação é realizada por constitutivos estatísticos. Para o segundo caso, são estabelecidas as bases discursivas daquilo que chamou de exclusão social. Contudo, convém recobrar Milton Santos para quem a redução do conceito à instrumentais materiais, reduz o debate à ideia minimalista que leva ao engano analítico de tomar “as referências horas trabalhadas e salários pagos como elementos de produção do estágio da pobreza.” Para o autor, esses pontos, “relevam parte da realidade e não sua totalidade.” (SANTOS, 2013:17)

No entanto, Milton Santos (2013:17) alerta que “a pobreza não pode ficar restrita a definições parciais” posto que se assim fosse, reduziria o objeto a categorias simplistas, fácil de compreender, porém, sem nenhuma responsabilidade teórica, o que a torna difícil de combater. Segundo o autor, a bem da verdade é que a pobreza existe em todas as partes e se reproduz historicamente a partir das estruturas sociais generalizadas pelo medo “do desemprego; da fome; da violência e do outro.” (SANTOS, 2013:58). Essa percepção induz a necessidade de relativizar o tema sem, contudo, esquecer as dimensões historicamente determinadas.

É nesta linha se insere o pensamento de Charles Carter (1970:58) que vai introduzir ao debate uma noção de relatividade ao sustentar que “*la richesse n’apporte que satisfaction par rapport au niveau de vie de l’autre*”. Novamente encontra-se aqui, um problema de simplificação, quando o autor induz interpretar a noção de pobreza e associá-la a necessidade material. O que é mais grave: agora o conceito vem associado a comparação direta do nível de acesso de outro indivíduo.

Por isso, Milton Santos sentencia que a “definição de pobreza deve ir além de pesquisas estatística.” O autor vai a fundo ao argumentar que a pobreza, “antes de ser uma categoria econômica é acima de tudo uma categoria política”. Nesses termos, Santos eleva a expectativa em torno do objeto ao propor uma narrativa sustentada por esse texto ao induzir que “por ser um problema social...ao mesmo tempo sintético e complexo, a pobreza não pode ser estudada de forma isolada e fragmentada.” (SANTOS, 2013:18)

Assim, a pobreza é, antes de tudo, uma realidade social, e como tal precisa ser enfrentada no tamanho da dimensão sob pena de condenar a humanidade a um canto

acorrentado sem volta. Enfrentá-la exige o imperativo de defini-la, dando relevo novamente as palavras de Milton Santos (2013:14) para quem “toda medida implica a elaboração do conceito daquilo que é medido”. Segundo o autor, somente um exame contextualizado da realidade pode, de alguma forma, e sob determinados aspectos, produzir construção coerente dos fatos. Nesse cenário, o autor alerta que:

é imprescindível dominar o pleno funcionamento das variáveis e suas tendências para reagir reciprocamente, e assim inferir leis, quando não conhecer o comportamento geral...da pobreza (SANTOS, 2013:16)

A evolução do debate irá nos conduzir a Crespo e Gurovitz (2002) cuja proposta remonta ao contexto da “pobreza” atrelada a algum tipo de “juízo de valor”. Os autores sustentam que tal categoria se abre a dimensão subjetiva, por isso abstrata, mas sempre a caminhar entre os extremos “relativos” e “absolutos”. Nesses aspectos, as categorias subjetivas e abstratas precisavam de critérios analíticos claros e, para isso, são reduzidas aos conceitos relativos [*a quê?*] e absolutos [*por quanto*¹].

Tal qual observado em Capucha, Crespo e Gurovitz sustentam que a dimensão relativa da pobreza está diretamente associada a ideia da desigualdade, que, dentro de um cenário capitalista, consiste na definição do padrão de vida individual e coletivo. No entanto, ao relativizar a pobreza em função da renda, o pesquisador incorre novamente numa perigosa simplificação do objeto, e que “precisa enfrentar ambiguidades conceituais a pobreza” (CRESPO e GUROVITZ, 2002:04).

Segundo Crespo e Gurovitz (2002) outra dimensão importante a se compreender é a denominada pobreza absoluta. Para os autores, está se caracteriza pela fixação de padrões mínimos capazes de garantir dignidade ao indivíduo. Sua definição, portanto, visa estabelecer indicadores básicos assistidos quase sempre por variáveis econômicas (renda) biológicas (calorias) e políticas (acesso). Tal suporte se insere naquilo que Ivo (2008:79) denominou como “os limites mínimos previstos pela ação coletiva” para reduzir os efeitos sobre as pessoas expostas às condições de pobreza.

1 O grifo deste é nosso

Contudo, em Milton Santos (2013:17) os conceitos em torno do objeto são dinâmicos e, por isso, as ideias de recursos e necessidades a ele associados, igualmente possuem dinamicidade a variar segundo a posição, escala, tempo e lugar, de forma a modificar e ser modificada pela estrutura. Portanto, “a noção de pobreza não pode ser estática, nem válida para toda parte” (SANTOS 2013:18).

Na sequência, Milton Santos (2013:18-19) vai insistir na oposição à simplificação do conceito da pobreza ao sustentar que “a noção de pobreza deve ir além da pesquisa estatística e ser capaz de situar o homem na sociedade global”. Milton Santos continua a sustentar seu ponto de vista a partir de Aguilar (1974: 5-6) para quem os instrumentos estatísticos, quando usados para mensurar a evolução da pobreza, poderiam facilmente ser manipulados segundo os interesses políticos.

Nessa linha, em outra obra intitulada *Por uma Outra Globalização*, Milton Santos finalmente sugere superar a definição da pobreza pela simples noção estatística, ao sentenciar que “ser pobre não é apenas ganhar menos do que uma soma arbitrariamente fixada; ser pobre é participar de uma situação estrutural, ocupando uma posição social relativamente inferior”. Para o autor, ser afetado pela pobreza é em última instância ser alcançado “essencialmente pela perversidade sistêmica.” (SANTOS, 2007:59:60)

O pensamento de Milton Santos vai se articular com os argumentos sustentados por Simmel para quem, sociologicamente, a condição do indivíduo afetado pela graduação da pobreza é articulada pela posição particular deste na comunidade política, que parece colocar o pobre fora do Estado. Tornando-o um mero objeto inerte totalmente destituído de direitos nos objetivos gerais da coletividade (SIMMEL 2015: 765).

Na sequência, Milton Santos (2013:132) vai observar que o indivíduo em estado de pobreza assume uma situação de carência que pode ser agravada a depender da capacidade de articulação junto ao tecido social. É exatamente nessa linha, que Buchanan (1972:225) vai argumentar que “o termo pobreza não implica apenas o grau de privação, mas um modo de vida que está diretamente relacionado a um complexo conjunto que se estende por instituições sociais, econômicas, culturais” que, no fundo, vão moldando a situação e a vida cotidiana das pessoas. O autor continua: “o problema essencial consiste basicamente na escolha da estrutura analítica, na capacidade de realizar uma teorização adequada do termo”.

Nesse sentido, Santos (2013:18) vai a raiz do problema quando ao recorrer a Gaston Bachelard, na sua obra *La Formation de l'Esprit Scientifique*, cuja 8ª edição fora publicada em Paris em 1972, sentencia: “ser mais importante compreender um fenômeno do que medi-lo”. Portanto, sendo difícil mensurar, a tarefa correta (ou possível) consiste em localizar o problema.

Todavia, a realidade da dinâmica capitalista impõe a tarefa de mensurar a pobreza, imperativo que, segundo Galbraith (1969:252), deve possibilitar a “uma economia baseada no crescimento definir os limites da pobreza”. Isso ocorre, segundo ele, em função da necessidade dos planejadores em certificar-se dos reais efeitos e rumos dos seus trabalhos. Leia-se opções políticas.

Dito de outra forma, os aspectos da pobreza enquanto categoria analítica do contexto social, quando inseridas à luz da dinâmica capitalista de crescimento infinito carregam imensas variações que tornam suas mensurações frágeis. Nesse contexto, tentativas simplificadas de explicação ou compreensão da evolução do objeto, podem facilmente partir ou chegar a conclusões insuficientes, quando não erradas. Isso porque dificuldades conceituais podem manter-se insatisfatórias nos níveis de abstração em virtude das múltiplas realidades.

É preciso estar atento, portanto, ao estado estrutural constitutivo da pobreza que, para Silva, é uma “forma concreta de manifestação da globalização que se sustenta por meio de uma nova construção discursiva e se reproduz segundo as singularidades históricas de cada país.” (SILVA, 2017:50).

Nesse ponto, as contribuições de Simmel são novamente importantes, pois sua orientação teórica que está baseada no construtivismo, apela para enxergar a pobreza enquanto uma categoria social relacionada, sobretudo, aos limites éticos e morais da sociedade. Para ele:

la clase de los pobres, particularmente en la sociedad moderna, constituye una síntesis sociológica única. En relación con su significado y su lugar en el cuerpo social, tiene una gran homogeneidad, pero con respecto a la calificación individual y sus elementos, carece por completo de [...] lo más terrible en la pobreza es el hecho de que hay seres humanos cuya posición social es pobre y nada más que pobre [...] una clase cuya unidad se basa en una característica puramente pasiva, es decir, por la forma única en que la sociedad reacciona y se conduce a ella. (SIMMEL, 2015:795)

Finalmente, parece haver condições para um posicionamento quanto a indagação inicial do que é pobreza? A pergunta que abriu o debate precede a uma complementação, qual seja, localizá-la na urbanidade moderna. Portanto, fala-se exclusivamente da pobreza urbana. Nesse cenário, o centro do debate exige superar a força paralisante imposta aos afetados pela condição de pobreza, de modo que se articulem os critérios políticos da razão pública para, finalmente, ser possível vencê-la coletivamente.

Assim, o meio urbano tem testemunhado a precarização do mercado de trabalho, com substituição abrupta da condição humana pela tecnologia nos postos de serviços, o aumento da violência urbana, ou até mesmo, a negação ao acesso a uma ecologia equilibrada. Portanto, a pobreza aqui resulta de processo dinâmico caracterizado pela deterioração das relações sociais a deslocar o indivíduo - ou a comunidade - até o isolamento ou sua total desfiliação. Cujas produções estão no centro da negação ao acesso a uma economia digna aos bens e serviços essenciais a prática da cidadania, que, no conjunto, produz pobreza.

Na sequência, o elevado grau de vulnerabilidade encurtará o caminho para a desfiliação, fazendo o indivíduo agir sob estímulo/resposta, até que passe a ser visto como perigo social a ser enfrentado.

Por tudo, observar os aspectos sociológicos da pobreza requer considerar as escolhas políticas a desequilibrar as estruturas sociais, razão pela qual é socialmente produzida. Dito de outra forma, é preciso insistir no argumento de que a pobreza é produzida a partir da manipulação da política capaz de mudar o curso da vida cotidiana, de tal forma a deteriorar as relações sociais entre as pessoas e, mais recentemente, entre estas e o meio ambiente.

Para aprofundar conceitualmente o debate sobre os aspectos sociológicos da pobreza, é proposto discussão às diferentes abordagens sobre o tema.

2.1.4 As Abordagens da Pobreza

A construção conceitual da pobreza exige remontar um amplo arcabouço histórico cuja construção epistêmica foi sendo desenhada ao longo dos anos. Assim, a caracterização recente da pobreza exige lançar olhar aos aspectos mais amplos do que modelos conceituais, ao considerar as suas amplas variações e ramificações modernas.

Nesse subtítulo, será apresentado um quadro analítico das abordagens da pobreza em função de suas realidades.

Nesse campo, a professora da Universidade Federal do Maranhão, Maria Ozanira Silva, destaca que a pobreza, enquanto objeto de estudo, pode ser observada a partir de três abordagens: a) culturalista b) estruturalista c) liberal (SILVA, 2002:74). No entanto, Capucha (2004:89), em sua tese doutoral, irá propor uma quarta abordagem, nomeadamente a d) socioeconômica. Em seguida, a literatura apresenta ainda a abordagem latino-americana, como tentativa de construção de uma territorialização da narrativa sobre a pobreza por aqueles que ficaram conhecidos por teóricos da dependência no continente sul.

Portanto, o objetivo nesta parte do texto, consiste em apresentar um quadro teórico, cuja finalidade consiste em identificar o conhecimento produzido na área, de tal modo que seja suficiente para conduzir a compreensão sobre o objeto da pobreza. Eis as abordagens.

2.1.4.1 Abordagem Culturalista da Pobreza

A abordagem culturalista é apresentada à comunidade acadêmica em meados do século XX pela escola americana. Seu principal esforço consiste em indicar a ausência de participação efetiva dos pobres no conjunto das instituições, associando esses elementos à condição de pobreza a ser transmitida pela cultura para as gerações seguintes. Sua prática visa identificar os fatores internos aos indivíduos a partir dos padrões valorativos.

A ideia central dessa corrente tem um forte viés na escola americana, que se insere na busca pela individualização do pobre, em que o circuito da pobreza é reproduzido culturalmente de indivíduo para indivíduo e sua extensão, é determinada pela capacidade reativa do sujeito, independentemente das externalidades.

Em tempo, essa abordagem não é nova. É o que atesta o professor da Universidade de Oxford, Michael Katz, ao sustentar que ao identificar a pessoa em situação de pobreza segundo seus méritos, é um fato antigo do ponto de vista histórico e descreve: “the undeserving poor have a very old history. They represent the enduring attempt to classify poor people by merit.”. Segundo o autor, já início do século XX as

perguntas que a sociedade industrial se fazia seria: “*the questions, then, were who among the needy should be helped? What should they be given? How should relief or charity be administered?*” (KATZ, 2013:1)

Para os elaboradores da abordagem culturalista, a condição de pobreza é vista como uma opção do indivíduo. Assim, seus primeiros precursores, os economistas Willian Foorte Whyte, Warner e Lunt, desenvolveram trabalhos (*Social Life of a Modern Community, and Street Corner Society*) provocando profundas reflexões nessa área. Somente, mais tarde, Oscar Lewis iria criar a expressão “cultura da pobreza”. Lewis sustentava que, em sociedades industriais, os fatores psicológicos e aspectos familiares possuem grande peso na reprodução da pobreza (CAPUCHA, 2004).

Na América Latina, a abordagem culturalista ganhou leitura própria a partir do enfoque dado pelos investigadores do Centro para el desarrollo de la America Latina – DESAL. O principal expoente Roger Vekemans, foi quem adensou a linha de Lewis ao apontar a passividade e ausência de organização política dos indivíduos como principal causa da pobreza na região.

Investigar a pobreza por essa abordagem, induz ao pesquisador perceber que a cultura da pobreza gira em torno de duas linhas clássicas: de um lado, a sustentada por Lewis (1969) em que há um sistema de defesa contra a humilhação a tornar possível subsistência. Do outro, Brébant (1984) e Hoggat (1970) apontam que a cultura da pobreza age como símbolo na geração da vergonha. Em ambos os movimentos, Capucha (2004:88) salienta haver coexistência de grupos e pessoas que passam a unir-se em comunidades. Estas, apesar de segregadas do contexto social e acossadas por um realismo político de caráter clientelista, possuem suas identidades marcadas por fortes traços de resignação, quase sempre carregadas pela fatalidade. Tal movimento se torna absolutamente danoso quando misturada a “realidade de sentimentos fechados” pois quase sempre resulta na reprodução da cultura da pobreza.

Segundo Capucha (2004), nesse cenário, a instabilidade material associa-se a instabilidade emocional, pondo em rota o círculo da pobreza. Aqui, faz sentido lembrar Bourdieu (2012) quando chama atenção para a evolução de tal situação, em que faz emergir a sensação de exclusão. Entretanto, Capucha continua a afirmar que a irregularidade de rendimentos, que muitas vezes chega a própria marca da ausência, trabalha para gerar um

grupo de indivíduos sob o peso da vergonha. Tal sentimento, apesar de simbólico, impede a sustentação de projetos comuns pois mina a dimensão da dignidade humana. Assim, a cultura da pobreza se estabelece na ruptura simbólica da condição de pertencimento e engajamento social (CAPUCHA, 2004:88).

É nesse sentido que Jaume vai sustentar que a cultura da pobreza enquanto constituição é caracterizada quando os pobres marginalizados na sociedade contemporânea o são devido a sentimentos fatalistas sobre suas vidas e suas orientações econômicas. Tal movimento abre espaço para reflexão quanto a dimensão da marginalidade ganha peso analítico ao permitir sustentar que *“la marginalidad se traduce como problema de lá modernidade (...) se privilegia el equilibrio como categoria analítica y la marginalidade uma simples cuestión de desfuncionalidad”*. (JAUME 1989:27-28). Assim, sob a perspectiva cultural, os pobres estão totalmente ausentes da vida política e familiar, por isso, a expressão “política marginal” aqui empregada.

Contudo, para Lewis a “anomia a uma estrutura cognitiva valorativa é conduzida por uma forte passividade, e conseqüentemente baixa capacidade de mudanças”. O autor irá chamar tal situação de “sub-cultura da pobreza” e passa a atestar que sua superação precisa considerar a consciência de classe que permitiria ao indivíduo superar as barreiras culturais da pobreza, ainda que esta permanecesse em condições materiais difíceis. (LEWIS, 1993:11) Portanto, Lewis reconhece que a pobreza ocorre pela inércia da participação na vida coletiva e que tal fato se dá por escolha individual. Constitui-se, assim, a pobreza como cultura.

Nesse cenário, parece haver alguma tentativa de associar a dimensão meritocrática a um suposto auxílio. Nesse limite, Katz (2013:23) aluí que a *“culture-based approach to poverty has ultimately served to justify punitive policies in the field of tackling the issue of.”* Já mais recentemente, a vertente política da abordagem culturalista se revelou numa tentativa de punição enquanto categoria de controle.

Nessa perspectiva, Löic Wacquant, sociólogo e pesquisador na Universidade da Califórnia, revela que “às políticas punitivas consistiram basicamente no desmantelamento do Estado social e fortalecimento do Estado penal.” Para o autor, tal movimento é iniciado a partir de um combinado entre “desemprego em massa, ou precarizado” com a “administração da pobreza”. Aqui “A mão invisível do mercado e o

punho de ferro do estado, combinam-se e completam-se para forçar aceitação do trabalho assalariado, dessocialização e instabilidade social” (WACQUANT, 2008:97).

Novamente, Katz (2013:9) irá reclamar que “*In the early 1960s intellectuals and politicians rediscovered poverty*”. Essa descoberta estava diretamente associada a ideia da sustentabilidade do crescimento econômico. Para justificar a assimetria entre crescimento econômico e aumento do número de pobreza, não restava outra saída para designar o termo “*culture of poverty*”.

Assim, em um só tempo, o termo serviria para explicar a assimetria entre crescimento econômico e aumento da pobreza, como também servia a uma espécie de mecanismo amortecedor para designar a culpa. Contudo, o autor argumenta que a cultura da pobreza tem outra origem

Not surprisingly, by the 1970s the culture of poverty had become a conservative concept, thought of as a justification for mean and punitive policies, harshly”. “But its political history is much more complex, for the culture of poverty originated among liberals who advocated more active, generous, and interventionist policies on behalf of the poor. (KATZ, 2013:10)

Nesse limite, ao aprofundar *the culture of poverty*, Katz toma emprestado as palavras de Alice O’Connor para atestar ao menos dois movimentos na raiz dessa abordagem, uma comportamental a outra relacionada ao desenvolvimento: “the behaviorist revolution and the cold War induced concepts of development and modernization.” (KATZ, 2013:11).

Em outro trecho, o autor admite que já estavam consideradas as bases para desviar o foco das questões estruturais e culpabilizar o indivíduo:

set the stage for individualizing poverty as a social problem, locating its origins in individual behavior rather than in economic and social arrangements, and tracing its ‘pathology’ to individual personality. (*Op Cit*:11).

Nesse ponto, convém estender a compreensão sobre a outra abordagem da pobreza, denominada pelos contratualistas de “abordagem liberal”.

2.1.4.2 – Abordagem Liberal da Pobreza

A abordagem liberal busca explicar a pobreza a partir de falhas individuais a adaptação sistêmica. Ou seja, a inaptidão ou mesmo a ignorância são vistas como causas que levam o indivíduo a condição de pobreza. De forma geral, essa abordagem ganha mais relevância entre os economistas contratualistas que visam a mediação social a partir de três pontos: a) a produção como instrumento de eliminação de vantagens indevidas; b) superação da pobreza via crescimento econômico, para satisfação individual e 3) as vantagens iniciais tendem a desaparecer (SILVA, 2002:80).

Diante dessa realidade Brisset (1996:103) apressou-se por argumentar acerca da *“La philosophie libérale: c'est que si le pauvre est pauvre par lui-même, par sa propre faute, par sa propre imprévoyance engendrerait la pauvreté, qui elle-même induira l'imprévoyance.”* Para a autora, essa abordagem dá origem a *“programme d'alliance des classes et de composition des inégalités que se développent les nombreuses institutions sociales”* (BRISSET 1996:104). Os defensores do liberalismo sustentam que a presença do estado indica prejuízos diretos nas escolhas sociais. Nesses termos, a defesa do livre mercado é sempre utilizada como regra para satisfazer seus anseios da ideia de crescimento ilimitado.

Com base nesses argumentos, já no início de 1980, os contratualistas continuavam a associar a visão liberal sobre a pobreza a necessidade de identificar suas causas, vinculado à capacidade do próprio indivíduo em realizar suas necessidades econômicas e sociais no mercado (SILVA, 2002:78). Foi só a partir de então, que o professor da Universidade de Paris, Bernard Gazier (1981:194) definiu a versão ortodoxa da abordagem liberal *“como aquela que visava naturalizar a incapacidade de auferir renda pela não inserção nos equipamentos coletivos.”*

Segundo o autor, a análise da abordagem liberal segue uma linha individualizada, tal como a abordagem cultural. Entretanto, sustenta haver uma diferença básica quando a abordagem liberal faz a opção de associar pobreza à incapacidade de ascender ao mercado. Nesse ponto, é apresentada a sua fase mais elementar, que consiste em racionalizar o processo sob a ótica produtiva.

A partir dessa linha, Maria Ozanira Silva (2002:78), irá observar que o argumento liberal se sustenta por uma ótica essencialmente individualista, dada a busca incansável em associar racionalidade individual às causas da pobreza. Para a autora, a abordagem em questão especializou-se em creditar ao próprio indivíduo as causas de sua condição.

Todavia, os fundamentos da abordagem liberal, pressupõe a oferta pelo estado de duas dimensões sociais - saúde e educação. Estas devem figurar enquanto instrumentos mínimos para o enfrentamento da pobreza, é o que sustenta os liberais, enquanto seus críticos denunciam que tais dimensões são utilizadas apenas para garantir capacitação técnica e condição física ao mercado. Mais adiante, essa ideia foi reforçada por Gazier (1981) ao sustentar que o enfoque neoclássico – nova roupagem dada a abordagem liberal - buscou centrar suas observações no capital humano tendo a saúde e a educação como pilares para a superação da condição de pobreza. Por que saúde e educação? A resposta induz pensar os mínimos básicos a sustentar a boa condição de saúde e a capacitação básica da mão de obra.

É o que atesta Maria Ozanira Silva (2002:79), ao afirmar que conservar o bom estado de saúde e guardar bom nível educacional podem ser variáveis diretamente associadas a ideia da produtividade. Portanto, saúde e educação nunca estiveram relacionadas aos projetos governamentais essencialmente voltados a noção de bem-estar do seu povo, mas perfaziam apenas variáveis associadas a produtividade.

Novamente, Maria Ozanira Silva (2002:80) vai observar que, no fundo, o argumento era aumentar a produtividade como forma de combater a pobreza, ou seja, a pobreza seria superada em algum momento do tempo devido a capacidade do tecido social em produzir riqueza – essencialmente econômica. Nesses termos, Maria Ozanira Silva (2002) vai valer-se da literatura de Salama e Valier para sentenciar que o fundamento filosófico da abordagem liberal coloca o mercado no centro das questões resolutivas de combate à pobreza. Para a autora, a doutrina liberal radicaliza a proposta e nega inclusive os pressupostos iniciais de uma sociedade mediada a partir do contrato. Silva reflete que os liberais levaram a cabo suas ideias ao obrigar o Estado a desempenhar o papel de descartar qualquer elemento que ponha em risco a lógica do livre mercado. Logo, comenta Maria Ozanira Silva (2002:80) “programas sociais como distribuição de renda e outros provimentos,

constituem-se, segundo essa visão, uma ameaça aos interesses liberais que enxergam no *Welfare State* o grande responsável pelo desequilíbrio econômico da sociedade”.

A leitura ofertada por Silva sustenta que essa composição se desvia ligeiramente da ideia do liberalismo social de Rawls, quando este atribui “ao estado a ação preventiva ou redistributiva capaz de corrigir excessos do mercado”. Tal inobservância à proposta inicial à visão liberal sustenta a defesa do livre mercado para, na sequência, atribuir ao indivíduo as razões pelas quais obteve sucesso ou derrota na luta contra a pobreza. Por isso, seus paladinos conferem tanta importância à liberdade de escolha do indivíduo diante do mercado rechaçando qualquer ideia de influência estrutural ou mesmo de interferência do Estado na economia (Maria Ozanira SILVA, 2002:96).

Como resultado de tal conflito, Maria Ozanira Silva (2002:66) vai observar que, pela primeira vez, a comunidade internacional precisava conviver com o paradoxo entre crescimento econômico e crescimento da pobreza. Nesse ritmo, atesta Gazier (2002, 81): “l’approchelibérale parie sur la réduction des dépenses publiques et la désactivation des programmes sociaux dans la sphère publique” a levar o Estado a cumprir papel assistencialista de assegurar o livre mercado. Aqui, o combate à pobreza se daria tão somente via complementações secundárias (Maria Ozanira SILVA, 2002:80).

Os elementos apresentados pela abordagem liberal põem em xeque as condições mínimas das variáveis - saúde e educação - apresentadas anteriormente como essenciais. Ao que parece, seus ideários nunca admitiram que essas garantias fossem cumpridas pelo Estado, mas que fossem criadas condições para o mercado ocupar também esse vácuo. Novamente, Maria Ozanira Silva (2002) sustenta que houve o surgimento daquilo que a crítica passou a chamar de desigualdade, tornando perceptível o distanciamento entre as camadas sociais.

Para a autora, as estratégias liberais apresentavam resultados diferentes da proposta inicial, chegando a gerar estágios desiguais entre os indivíduos. Como resultado, Gaudier (1993) observou que “*au début des années 1980, les statistiques ont déjà commencé à montrer une stagnation des niveaux de pauvreté*”, *entretanto, continua ela, “au milieu des années 1990, les chiffres de la pauvreté ont de nouveau fortement augmenté.*” Para a autora, essa nova etapa é fundamentalmente caracterizada por uma realidade perversa cimentada pelo contraste entre opulência de poucos à custa da privação de muitos. Este cenário, sustenta Maria Ozanira Silva (2002), se alastrou a tal ponto que seus efeitos

ultrapassaram os limites geográficos e territoriais, afetando indivíduos com peso inercial, sobretudo, nas regiões mais periféricas.

Para dar suporte a essa visão, Maria Ozanira Silva (2002), recorre ao Relatório das Nações Unidas de 2001, e observa que, para o período estudado, o planeta assistiu à quase metade da população figurar abaixo da linha da pobreza. Ainda segundo a mesma fonte, a América Latina figurava com quase 1/3 da população nessas condições.

Diante desse cenário, Maria Ozanira Silva (2002: 66-67) irá atualizar o contexto apontando que “não há como não associar esse quadro como fruto das escolhas propostas pelo Consenso de Washington.” Para ela, a imposição dos princípios neoliberais baseados no ajuste fiscal, redução da participação do Estado nas políticas sociais, bem como a imposição de privatizações e desregulamentações, contribuíram para a queda da equidade social, não obstante o alto nível de crescimento econômico.

Finalmente, Maria Ozanira Silva (2002) não tem dúvidas que uma grande massa foi afetada pelas políticas macroeconômicas liberais advindas de Washington. E, que diferentemente de outros momentos, essa massa agora seria composta fundamentalmente por professores, pequenos produtores e autônomos, cuja queda na renda elevaram os níveis de vulnerabilidade fazendo surgir uma nova classe de afetados (Maria Ozanira SILVA, 2002:66).

Nessa mesma linha, a pesquisadora do *Observatoire National de la Pauvrete et de l'exclusion Sociale* Mayse Gaudier (1993:52), sentencia que, diante desse cenário, “une reconfiguration profonde de la dynamique économique a fortement impacté les structures sociales, politiques et même culturelles” atingindo grupos que já haviam experimentado o estado de pobreza, mas que foram ainda mais deteriorados em função de mudanças políticas bruscas.

Nesse sentido, a abordagem liberal da pobreza ao apostar suas fichas no crescimento econômico infinito, via ausência do Estado como mediador social, revela uma faceta perigosa cujos resultados são questionáveis. Essa aposta - no crescimento infinito - tangencia o colapso ambiental perfilando um ciclo vicioso de geração da pobreza.

Contudo, mesmo diante de tanta contradição, o argumento contido na abordagem liberal passou a orientar a agenda dos organismos internacionais na “luta” contra a pobreza, trabalhando com o elemento da “culpa” localizada no indivíduo que não reagiu

ao progresso. Assim, a pobreza deixaria de ser um problema central dessa abordagem para assumir complementações secundárias. Esse mecanismo, em última instância, colaborou para desviar o foco dos problemas estruturais, conforme se observa a seguir.

2.1.4.3 A Abordagem Estrutural da Pobreza

Na sequência, o trabalho busca compreender a pobreza a partir da perspectiva da abordagem estrutural. A tese abordada pelos estruturalistas ganhava, a partir da análise macroeconômica, aspectos relacionados a industrialização. Fase que coincide com o surgimento do meio urbano. Nesse campo, é possível identificar os principais elementos das causas relacionadas à pobreza, sobremaneira aquelas encravadas nas estruturas que compõem o tecido social. Nessa abordagem, o indivíduo, ou o agregado familiar, é visto como vítima do sistema quando não produzido, é referendado pelo Estado a partir de uma ação do mercado e de outras circunstâncias como a guerra, mudanças climáticas etc. Logo, a abordagem estruturalista é uma das correntes mais tradicionais para realizar leitura sobre pobreza. Tendo sido inaugurada pelo marxismo, tal leitura considera na partida que a situação de pobreza resulta de escolhas políticas, ocorridas essencialmente nas dimensões econômica, ambiental e social.

O alemão Karl Marx [1818-1883] foi um dos principais pensadores a inaugurar a visão atrelada a degeneração do capital enquanto principal fator gerador da pobreza. Ou seja, a estrutura do capital – ainda que abstrata – é aqui importantíssima para entender a lógica opressora sobre classe dos trabalhadores. Nesse esforço, Marx apontou três importantes estruturas explicitadas pelas categorias: exército de reserva industrial, exploração e desigualdade social. Para ele, esses pontos estariam no centro da geração da mais-valia, conceito utilizado para designar o princípio do acúmulo da exploração do trabalhador e portanto, geração das condições sociais a resultar em pobreza.

O teórico estruturalista e economista sueco Gunnar Myrdal, com trabalhos sólidos na área econômica, em 1963, utilizou o termo “mais-valia” para designar os trabalhadores deslocados pelas questões estruturais relacionadas a indústria. Sua ideia insistia em sustentar que o ciclo de crise do capitalismo seria permanente, justamente por seu caráter estrutural (MYRDAL, 1968).

Myrdal sustentava, por exemplo, que os países periféricos, igualmente conhecidos por suas economias subdesenvolvidas, figuravam em tal condição justamente

pela ausência de industrialização. Essa fase evoluiria à outra que o autor chamou de desigualdades regionais. Por essas condições estruturais, um país é propenso a condição de “ciclo vicioso da pobreza” (MYRDAL, 1968).

Enquanto o economista relacionava suas ideias estruturais ao processo industrial, a literatura norte-americana relacionava a pobreza à abordagem de classes sociais. Novamente, Maria Ozanira Silva (2002:71) é importante para lembrar que a revista americana *Time* foia primeira a anunciar – de forma pejorativa - a emergência de uma *underclass* ou classe inferior, associando-a ao conceito de pobreza. Para a autora, o artigo da revista associava a *underclass* aos usuários de droga, criminosos, e aqueles afetados pela onda de desemprego.

Se de um lado criava-se estigma pejorativo às pessoas vulneráveis, por outro era inevitável que as categorias estruturais apontavam para uma nova composição das estruturas estabelecidas na ideia de classe social. Esse movimento favoreceu o aprofundamento do debate em torno da estrutura da sociedade. Tais fatos permitiram que, tempos depois, o termo ganhasse características teóricas, graças ao trabalho de Auletta em 1982, denominado de *The Underclass*. Tal esforço seria, sem dúvida, a grande questão para aquilo que ficou conhecido na academia, por abordagem estruturalista.

Durante anos, a tese central em torno da abordagem estruturalista insistiu em situar as causas que resultavam em estruturas sociais precárias. Nesse sentido, vale observar Maria Ozanira Silva (2002:76) ao argumentar que “ao analisar a pobreza pela perspectiva estrutural, não se pode deixar de ter em conta o ambiente onde estão inseridas as pessoas afetadas por tal condição.” Nesse ambiente, reforça a autora, o mercado de trabalho e as instituições oficiais agem para favorecer um quadro de exclusão.

Nesse sentido, chama atenção as contribuições de Gaudier quando irá propor análise relacional entre dois eixos fundamentais na evolução da pobreza: “l’une d’entre elles est directement liée à la dimension macroéconomique, liée aux structures politiques et productives”, capazes de estabelecer articulação e impor suas necessidades ao conjunto do tecido social; “l’autre établi dans la dynamique sociale, dans la dimension spatiale du territoire, c’est-à-dire là où les gens sont”. (GAUDIER, 1993, 54:56)

Assim, para Gaudier “la dimension structurelle a été imposée en raison des politiques économiques dues à l’inflation incontrôlée, suivie de fortes périodes de récession et de taux d’intérêt élevés.” Entretanto, apesar de importante, a autora não

sustenta que o simples controle da inflação seja suficiente para o enfrentamento da pobreza. Tal sustentação é bem aceita quando o cenário de fundo é a realidade brasileira em que a inflação foi controlada às custas de elevadas taxas de juros. Leia-se endividamento público. Quando esses elementos foram confrontados pelos desafios demográficos, continua a autora, “les options macroéconomiques incitent le système brésilien à discréditer politiquement.” Para ela, tais mecanismos, “s’est avéré incapable d’émettre des réponses concrètes et efficaces produisant un scénario contradictoire” cujo resultado não poderia ser outra coisa senão a produção da pobreza (GAUDIER, 1993:58).

Na opinião de Maria Ozanira Silva, o aprofundamento dessa realidade está no centro explicativo do abandono do Estado de suas funções indutoras do bem-estar social obrigando-o a reduzir acesso a saúde, educação, moradia etc (Maria Ozanira SILVA, 2002:67). O ataque ao sistema de proteção – que em última instância deveria agir para reduzir as desigualdades – agora faz surgir outra categoria da pobreza, que a academia, principalmente a escola francesa passou a chamar de exclusão social.

Foi nesse sentido que a escola estruturalista inaugurou intenso debate acadêmico sobre a produção da pobreza enquanto fruto de escolhas políticas. Jaume (1989:30) lembra que os teóricos estruturalistas trabalhavam com a dimensão política como tentativa de indicar sobreposição entre as classes sociais que via acelerado o processo de acumulação desenvolvimentista. Foi nesses termos que o autor buscou definir a marginalidade como um processo social. Para ele,

la marginalidade resulta la contradicciones propias de una sociedad capitalista de clases esencialmente orientada hacia la búsqueda de la mayor rentabilidad y la acumulación posible. (JAUME, 1989:29)

Nesse cenário, esperava-se uma imposição das economias mais avançadas sobre quanto a forma de produzir e, conseqüentemente, de consumir. A partir dessa realidade não seria possível desconsiderar o impacto tecnológico a obrigar rápida adaptação seguida por uma intensa retração. Tal movimentação era esperada em função da baixa qualidade da mão de obra, por um lado, e da lenta capacidade de absorção do mercado consumidor, por outro. Jaume (1989:29) antevê que “*la orientación que se sigue este proceso no es azarosa(...) el grand capital se beneficia.*” O autor irá se valer da teoria marxista para atestar que:

el la sociedad capitalista están dados los mecanismos para o surgimento y competência de una población excedente (...) optimiza la ocupación de la fuerza de trabajo, pero aporta bajos salários a través de la competência que desata por los pouetos de trabajo (JAUME, 1989:30)

Por resultado, acrescenta Jaume “se forma uma ejército industrial de reserva.” A qual vai validar a teoria de Marx, quando este apontava para um contexto de “capitalismo competitivo, el ejército de reserva cumple una clara función.” (JAUME, 1989).

Após a reflexão proposta acima, observa-se que não perder de vista a leitura crítica das estruturas sociais, que busca por compreender o objeto da pobreza, talvez tenha sido a ação mais potente já proposta por Karl Marx. Aqui, encontra-se o eixo central do argumento marxista, cuja base consiste em denunciar a busca e/ou o favorecimento da atividade monopolista que, em última instância, visa exercer controle total sobre os meios de produção, conseqüentemente, controlar a força de trabalho, que agora não poderia ser vista senão como mercadoria. Daí porque Marx (1980:714), irá denunciar a associação direta entre o acúmulo de capital e o aumento do proletariado.

Em outras palavras, Marx apostava que a base constitutiva do sistema capitalista resultava na exploração do homem, que sem esta não poderia haver capitalismo. Logo, para o autor, as bases do sistema, ao optar pela lógica da exploração capitalista favorecia a concentração da propriedade abrindo espaço para a extração do excedente – o que ele chamou de mais-valia e que chamou de produção da pobreza.

É nesse contexto que Maria Ozanira Silva (2002:77) vai apontar para a revelação do caráter antagônico da acumulação a revelar-se portadora da miséria do trabalhador. Nesse limite, Marx vai apontar para o surgimento daquilo que denominou de pauperismo, associada a ideia de superpopulação relativa, ou simplesmente: ejército de reserva. Esse núcleo é, para o autor, constituído pelos “inabilitados para o trabalho” (MARX, 1980:746). Mas, de igual modo, serve para sustentar a lógica da exploração pela ameaça da substituição da mão de obra. Em síntese, se o sistema capitalista fosse um muro, o ejército de reserva seria seu alicerce.

Nessa linha, Mészáros (2002:96) vai insistir que para entender as estruturas desse processo, seria necessário visitar a definição de capital denunciada por Marx, e assim, imaginá-la a partir de uma ótica totalizadora que a denomina por “sociometabólica.”

Para o autor, “o capital não é simplesmente uma entidade material” mas compreende que “o sistema [capitalista] surgiu no curso da história como a mais potente e mais poderosa estrutura totalizadora de controle a qual tudo o mais, inclusive os seres humanos, deve se adaptar.”

Aqui já se possuem condições para induzir que a estrutura do capital é orientada para a expansão acumulativa, e, para seguir esse caminho, não admite controle sob qualquer aspecto. Novamente, chama-se Mézáros (2002; 96:100) para quem “o processo dinâmico de acumulação não se submete ao controle adequado que seja duradouro (...) sendo irônico imaginar que a democracia [eleitoral²] possa cumprir tal tarefa”. Mais adiante, o autor vai deixar claro sua expectativa quanto a estrutura do capital, para quem a expansão é utilizada como estratégia a partir da lógica baseada em “ciclos de crises” cuja intensidade e duração vai depender do tamanho das barreiras imediatas. Mézáros (2002: 795).

Nesse sentido, aprofundar a abordagem estruturalista para perceber a pobreza é, por assim dizer, um exercício de compreensão do sistema de produção capitalista e suas crises. Isso porque, bem lembra Mézáros (2002:795), “o capital sempre tem se utilizado de crises para expandir seus limites.” O peso das crises recai sobre parte significativa do tecido social, cujo resultado não é outro senão a produção da pobreza. Assim, para os adeptos do estruturalismo, superar a pobreza consiste fundamentalmente na tarefa de superação dos marcos da estrutura capitalista, inclusive suas institucionalidades.

Para esse esforço é sugerida a análise da abordagem socioeconômica, cujo centro do debate consiste em apresentar os esforços institucionais e ações de organismos internacionais à superação da pobreza. Isso foi pensado para permitir aplicação gerencial que, segundo Capucho (2004:89), permitiu a abordagem enxergar a pobreza a partir de escalas, como forma de aproximar-se das relações sociais.

2.1.4.4 A Abordagem Socioeconômica da Pobreza

Na abordagem socioeconômica, os níveis da pobreza estão relacionados aos parâmetros: relativos, absolutos e subjetivos.

2 Grifo nosso

Com o tempo, a evolução dos aportes institucionais possibilitou a elaboração de uma abordagem mais abrangente capaz de dar conta de ações próprias do estado de bem-estar social. Foi nessa realidade que se inseriu a tradição socioeconômica, endossada por estratégias de políticas governamentais a designar funcionalidades distributivas dos recursos econômicos.

A abordagem socioeconômica deve parte de suas contribuições aos pensamentos de economista e prêmio Nobel de 1999, Amartya Sen, de modo especial quanto ao esforço de atribuir ao conceito pobreza a ideia de “flexibilidade” para em seguida, sugerir ao debate o adjetivo “relativa”. De modo especial na questão da flexibilização do termo pobreza, está também o renomado intelectual brasileiro Milton Santos que, com sua vasta contribuição acadêmica, já havia feito tal esforço na tentativa de quebrar a rigidez conceitual. Graças a esses nomes, a ideia de “pobreza relativa” abre uma série de possibilidades as estratégias concretas, inclusive a de reposicionar o objeto na dimensão do mercado.

Para chegar a bons termos da relatividade sobre pobreza, Ravallion (1997:5) apresenta a ideia de estipular uma mediana baseada no consumo ou rendimentos considerando a realidade econômica de cada país ou a necessidade nutricional de cada indivíduo. Desta forma, o método parecia respeitar aproximações estatísticas e políticas de cada realidade do planeta.

Nessa linha, a abordagem socioeconômica pôde ser definida por “uma designação atribuída - a discussão científica e política - dada a relevância que nela assume a distribuição dos recursos económicos” (CAPUCHA, 2004:89). Entretanto, o autor admite trata-se de um método pobre para medir a pobreza, pois sua simplificação evita a um só tempo: identificar a extensão a intensidade e a severidade dos efeitos da pobreza sobre a realidade analisada.

Para Capucha (2004), o método revela somente uma posição superficial de privação relativa – para usar o termo de Amartya Sen – a um determinado nível de consumo. Para Capucho, é relevante o fato de Sen ter se permitido questionar o próprio termo “consumo” utilizado pelos idealizadores.

Para ele, tal terminologia parece mal empregada por conotar a ideia mercadológica que, por sua vez, extrapola a outras questões alheias ao termo central.

Contudo, Capucha (2004), recua e admite que tal aproximação tem sua importância por abrir possibilidade para indicar a necessidade de cada grupo a acessar a cesta básica. Nesse sentido, a racionalidade humana é esperada no momento das escolhas dos produtos para compor tais cestas, sendo de responsabilidade do indivíduo a escolha daquilo que irá consumir. Há aqui, um problema de base na abordagem revelada no fato de ao admitir as escolhas individuais, quase ignora o cerco realizado pelo mercado que a todo instante usa estratégias de “merchandising” via manipulação dos preços, ou dos canais de distribuição para alcançar seus clientes. A abordagem aposta todas suas fichas na “racionalidade” ao ignorar a ação do mercado sobre o indivíduo.

No entanto, Capucha (2004) assegura que essa metodologia é bastante aceita pelos organismos internacionais e governos nacionais, regionais e locais para dimensionar as distintas realidades em torno da pobreza. Assim, a abordagem possui característica central por dividir as estruturas da distribuição dos recursos e rendimento econômico para alocar indivíduos ou grupos familiares, tendo como base, os recursos auferidos como meio de garantir a manutenção física das necessidades básicas.

Na prática, o que efetivamente está em jogo “é a análise do indivíduo pela ideia de eficiência física”, sustenta o teórico. Para que esse processo seja tomado a contento, Capucha (2004:89) toma emprestado de Amartya Sen, a ideia originada nas necessidades básicas que bem podem ser vistas sob dois aspectos: (a) insuficiência e (b) disfuncionalidade. (SEN, 2000)

A dimensão analítica da insuficiência está diretamente relacionada a ausência de elementos essenciais a manutenção da vida, basicamente relacionados aos nutrientes. Nesse caso, a pobreza é apresentada nos termos primários. É exatamente nesse ponto, que a teoria se encontra com a dimensão apresentada nos parâmetros referentes a pobreza absoluta.

Na sequência, Capucha (*Op Cit*) atesta que o aspecto disfuncional se relaciona a má utilização dos recursos disponíveis como, por exemplo, o aumento da obesidade entre os mais pobres. Nesse cenário, sustenta o autor: “a pobreza é entendida como secundária” ou pobreza subjetiva.

Sob outros aspectos, a dimensão socioeconômica da pobreza vista a partir das necessidades básicas, estão diretamente relacionadas a ausência ou má utilização dos recursos necessários a manutenção da vida, ou seja, aos nutrientes que, segundo o autor, são necessários para combater a fome.

Em seguida, Capucha (2004) apresenta um terceiro elemento que passa pela ideia de satisfação. Esse elemento pode expor critérios arbitrários, mas está na base argumentativa daquilo que se convencionou chamar por pobreza relativa. Para o autor, ao relativizar as condições de pobreza em função da percepção de satisfação, o debate se abre a um aspecto denominado na literatura, por desigualdade.

De forma concreta, Capucha sustenta que, pela definição acima, são afetados pela pobreza relativa “os indivíduos, famílias e grupos cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão fracos que os excluem dos modos de vida mínimos aceitáveis na sociedade em que residem” (Capucha, 2004:90). Em outras palavras, é nessa fase que ocorre a flexibilização do termo que atinge o indivíduo ou grupo familiar a partir da desigualdade até os níveis de exclusão.

Em seguida, será apresentada a abordagem latino-americana como forma de perceber a localização do tema.

2.1.4.5 Abordagem latino-americana da pobreza

A abordagem latino-americana sobre a pobreza foi inicialmente influenciada pela escola estruturalista para, em seguida, ser disputada pela escola liberal, nos anos 1980 e 1990, respectivamente no Chile e na Colômbia.

Antes disso na década de 1960, esse tema foi motivo de intenso debate no continente, especialmente a partir de intelectuais radicados no Chile, especialmente na CEPAL e no México. Entre eles, destacaram-se dois intelectuais brasileiros: Fernando Henrique Cardoso e Rui Mauro Marine, que ora se faziam conflitantes, ora convergentes, na busca de analisar as estruturas à época. O primeiro, quando exilado no Chile, escreveu junto com seu colega Enzo Faletto, o ensaio *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. O outro radicou-se no México para contribuir com *Dialética da Dependência*.

Suas obras acabaram observando o mesmo ponto por lados diferentes. Enquanto Cardoso e Faletto entendiam que seria necessária uma adaptação à dinâmica capitalista e às estruturas do mercado como forma de reduzir a dependência, Mauro Marine fazia a leitura exatamente oposta, ao indicar que as estruturas jamais permitiriam as economias periféricas à possibilidade adaptativa. (CARDOSO & FALETTO, 1975) (MARINE, 2005).

Todavia, a segunda fase dos diálogos cepalinos iniciadas nos anos de 1980, buscavam estabelecer relação entre a quantidade de pobres e suas necessidades básicas não atendidas. A inovação da abordagem latino-americana, ocorreu assim, a partir de uma leitura especializada capaz de absorver de outras abordagens, em especial a socioeconômica, as contribuições que se pouco se diferenciava quanto ao método, muito a tornava singular a partir da localização territorial e sua visão política.

Desta forma, a abordagem da pobreza na América Latina foi composta por características peculiares, conforme atesta a professora do Departamento de História da Universidade La Sierra, Alicia Gutiérrez (2003:31). O território latino-americano depois de adotar diferentes posturas, converge sua leitura sobre pobreza para “*la noción de la privación, de ausencia, de carencia, y constituye un concepto descriptivo más que explicativo*”. Para a autora, essa posição conceitual “*es centrada na preocupación em medir la cantidad de pobres a través de la línea de pobreza y el método de las necesidades básicas insatisfechas*”. Já no final da década de 1990, quase a totalidade dos países havia adotado a linha das instituições internacionais como, por exemplo, as observadas pelas Nações Unidas.

Na sequência, Gutiérrez continua a apresentar o debate fundamental para conceitualização da pobreza no contexto latino-americano quando alui ser preciso atentar para as “*las busqueda de elementos explicativos y comprensivos que permitan dar cuenta de las causas de las pobreza, dos lazos estructurales y los conjuntos de practicas que lhes permitan reproducirse socialmente em tales condiciones*” (Gutiérrez, 2003:31).

É nesse cenário que a autora aponta para a teoria da marginalidade que ganhou fôlego na América Latina, a ponto de ser comparada com os trabalhos franceses voltados para a exclusão e com os conteúdos norte-americanos que miravam no conceito de *underclass*.

Para Gutiérrez, o conceito de marginalidade precisa estar amparado em determinadas categorias abrangentes como “la aproximación ecológico-urbanística; la aproximación cultural, y la aproximación económica y diferentes combinaciones de ellas” (Gutiérrez: 2003:31). Eis o conceito que permite abrir o olhar para outras dimensões da geração da pobreza como a dimensão cultural, urbanística e ecológica.

É importante observar que tais aproximações acerca da marginalidade foram contextualizadas e relativizadas no tempo, evoluindo tanto quanto em seus efeitos quanto em seus aspectos ecológicos, nomeadamente para refletir a situação das pessoas que abrigavam as villas de miséria, na Argentina, barriadas em Lima, e as favelas no Rio de Janeiro. Depois, avançou para o debate em torno da segregação, principalmente quanto a capacidade de acessar bens e serviços. Isso facilitou a ampliação do debate sobre o nível de segregação que se estendia da marginalidade até decisões relacionadas às dimensões sociais e políticas (JAUME, 1989:27).

Nesse limite, Gutiérrez recorre aos trabalhos da antropóloga radicada no Chile Larissa Lomnitz (1985), para atestar que o conceito de marginalidade mesmo quando empregado no contexto latino-americano, não significa afirmar que o indivíduo esteja à margem da sociedade, mas “pero que ocupan posiciones desfavorables detro de ella.” Essa situação, sustenta Gutiérrez “es una manera de estar ubicado em el sistema”.

Nesse sentido, Lomnitz (1985:17) vai definir marginalidade como a “ausência de um *hol articulado com um sistema de producción industrial*” agregando ao conceito “uma dada categoria política a partir do nível de exclusão de decisões derivadas de escolhas do poder.” Nesse contexto, a autora faz associação direta entre desenvolvimento industrial e processo de ajuda social para estabelecer relação entre estado, sociedade e poder. Segundo seus argumentos, nos Estados em que o sistema de ajuda foi posto a serviço, a pobreza foi superada.

Não obstante, é preciso contextualizar que o sistema de ajuda apontado pela autora perfaz a própria ação intervenção do Estado no limite do seu papel de agente social. Nessa linha, Gutiérrez irá sustentar que “*los grupos sostenidos por el estado, no vinculado a la producción, son excluidos de las fuentes de poder, son estructuralmente marginales*”.

Nesse limite, a autora mexicana irá concluir que a terminologia da marginalidade se mistura ao conceito de pobreza, pois há uma perversa combinação de elementos de

limitadas inserções na estrutura produtiva a conduzir o indivíduo ou grupo social abaixo dos padrões de vida. Lomnitz chama esse fatídico encontro de marginalidade da pobreza. Em síntese, quando a marginalidade afeta o indivíduo a tal ponto que o conduz a situação de pobreza (LOMNITZ, 1985:19).

2.1.4.6 A Síntese das Abordagens da Pobreza e o Surgimento de uma nova Abordagem.

Nesse subitem será possível encontrar uma síntese das abordagens apresentadas. Poderá ser observado ainda, que há uma certa limitação do estudo ao buscar a totalização do debate em torno destas abordagens. Isso porque tanto a tradição oriental quanto a tradição religiosa sobre a pobreza, mesmo não tendo sido contemplada, possivelmente tenha algo a informar.

Contudo, se apresenta aqui um conjunto expressivo da produção ocidental com forte conotação no século XX, muita embora alguns dos expoentes teóricos as tenham proposto em momentos históricos anteriores, mas serve de horizonte analítico, quer seja para se opor, quer seja para concordar, ou até para complementar.

Nesse ponto, um registro se impõe ao texto. Trata-se de considerar que seu objeto [pobreza] não pode por definição ser resultado de uma ou outra abordagem exclusivamente, mas da interação de uma com outra, ou até com outras abordagens. Porque a totalidade da dinâmica da pobreza é marcada ao longo da sua evolução por perspectivas complexas, cujas abordagens buscaram refletir as tessituras sociais, políticas, econômicas e ambientais do seu tempo.

Com isso, é parte da estratégia metodológica deste texto buscar as raízes dessas abordagens. Assim, de um lado, é possível realizar o fio condutor entre os limites das abordagens culturalista e estruturalista. Com essas considerações, não se pode afirmar que nenhuma das abordagens expostas podem sozinhas, realizar leitura completa sobre a pobreza.

Por essa razão, ainda que por hipótese, seja possível a contribuição das abordagens culturalista e liberal, o presente estudo revela sua inclinação em rechaçá-las por não aceitar a tese da passividade do indivíduo enquanto gerador da pobreza. Noutro ponto, o esforço deste trabalho consiste em aproximar-se da proposta estruturalista ao

defender que o início do ciclo da pobreza tem seu ponto de partida para as escolhas políticas que influenciam diretamente as estruturas sociais.

Há que considerar a importância em dialogar com a tese latino-americana, sobretudo quando esta busca denunciar a ausência de participação nos processos decisivos pela lente da marginalização. Pela praticidade, a proposta contida na abordagem socioeconômica em que localiza o Estado, como agente mediador institucional, merece atenção, pois propõe a tarefa de instrutor da eficiência distributiva entre os indivíduos, mesmo que, para isso, seja preciso contrariar a ideia central do estruturalismo e do liberalismo ao mesmo tempo. A originalidade da abordagem ocorre ao propor uma híbrida função do Estado a caminhos entre os limites do estruturalismo e do liberalismo.

Nesse processo, a ação do Estado passa a ser um fiel indutor social a enfrentar o estágio de pobreza. Em todos os cenários, o papel do Estado é decisivo, porque trabalha com mecanismos arbitrários para definir o grau de pobreza a afetar o indivíduo e como esta dinâmica deve ser enfrentada.

Contudo, sabe-se da baixa eficiência de destinar ao Estado toda a totalidade da complexidade social. A própria ideia de sociedade já supera a noção de Estado. Por isso seria possível uma abordagem social múltipla sintetizada em cada realidade comunitária sem, contudo, se desligar das macroestruturas? É exatamente frente a este desafio que o texto passa a apresentar a abordagem da Dinâmica Social da Pobreza.

Antes de apresentá-la, convém reafirmar que suas principais características se dão pela amplitude e flexibilidade. Somente assim, é possível absorver a crise da industrialização ou desindustrialização, do avanço das tecnologias até alcançar espaço, a crise ecológica, enquanto noção de objeto comum. Nesse limite, privatizar a natureza pode significar comprometer direitos coletivos e, automaticamente, negar a cidadania, portanto, a crise ecológica está na base da produção da pobreza urbana.

Uma nova abordagem da pobreza evoluída a partir das múltiplas abordagens deve assumir a noção de privação de bens materiais para bens essenciais à vida, fazendo da negação de direitos coletivos o centro da questão. Não se trata de um simples jogo de palavras, senão de uma mudança substancial daquilo que possa representar a complexidade sistêmica a reconfigurar o meio urbano das cidades modernas.

Em resumo, o texto acima pode significar um grande paradoxo se as abordagens

forem analisadas de forma isolada, mas quando expostas ao conjunto da proposta, há nelas contribuições importantes. Mesmo sob o risco da confusão, a tentativa de visualizar a dinâmica interativa das abordagens não permite afastar a hipótese de uma mistura. Isso porque é preciso reconhecer o contexto de cada abordagem, em que pese a prudência teórica e a multiplicidade interacional. Não aceitar esses elementos consistiria a um só tempo, tornar a análise simplista, e assumir o perigoso caminho da abordagem única, correta, mas insuficiente, para explicar tamanha movimentação.

O texto a seguir ocupa-se em aproximar as dimensões da pobreza enquanto categoria analítica. O objetivo de aproximar dimensões como desigualdade, exclusão e fome, tendo como fio condutor a vulnerabilidade, são elementos de uma nova abordagem sobre a pobreza, assumindo-as como partes constitutivas de uma dinâmica social.

2.2. Proposta de uma epistemologia da pobreza urbana

A pobreza guarda aspectos históricos milenares. Atravessou vários contextos históricos, ocorreu em várias civilizações e não faltou quem a registrasse. Contudo, ao considerar o cenário da sociedade urbana e capitalista, acredita-se que o ciclo da dinâmica da pobreza se origina com a desigualdade. Os limites impostos nesse tipo de sociedade, para acessar bens de primeira ordem e mantenedor da vida, é o trabalho. Uma vez normalizado o acesso ao trabalho, acessar a renda passa a ser condição regular e material das pessoas, ou seja, sua sobrevivência.

Outra questão desta dinâmica exige observar uma sociedade não apenas com característica capitalista, mas igualmente patriarcal e colonial. Nesse ambiente, a simples cor da pele ou a condição de gênero ou mesmo os limites geográficos, podem ser suficientes para expor o indivíduo à dinâmica da pobreza. Nesse cenário, a ideia de ameaça coletiva constrói a trama do inimigo que passa rapidamente à condição de sujeito para objeto. Legitima-se, então, a estigma social a revelar toda constituição racista, machista e sexista.

Contudo, a modernidade exige pensar a pobreza em sua integralidade, portanto, de forma sistêmica e epistêmica. Por isso, este subcapítulo surge exatamente após as

abordagens desenhadas por cada cultura que aqui chamou-se de escolas.

Nesses termos, ao pensar a pobreza de forma epistemológica, convém pensá-la de forma integral a partir da desigualdade que, por sua vez, não pode estar descontextualizada da exclusão social e da fome. A epistemologia da pobreza exige que todos esses elementos sejam pensados de forma conjunta, pois, apesar dos ciclos guardarem dinâmicas próprias, não ocorrem desarticuladamente.

Assim, o indivíduo pode ser submetido a desigualdade em um dado contexto de desemprego, mas em outro pode estar excluído socialmente por se ver negado de acessar serviços de saneamento básico. Contudo, em outro cenário, pode auferir uma renda mínima emitida pelo governo e assim, evitar a fome. Ou mesmo tudo isso pode ocorrer simultaneamente por o indivíduo ser exposto a desigualdade, exclusão e fome.

Isso pode parecer confuso, mas se observado com prudência, pode revelar aspectos de uma mesma dinâmica. A tarefa, portanto, passa a ser definir o estágio de tal dinâmica, razão pela qual devem ser pensadas conjuntamente, conferindo-lhes assim, uma epistemologia capaz de clarificar suas nuances.

Logo, a pobreza enquanto dinâmica social, precisa ser analisada pela lente sociológica de forma tanto mais integral quanto possível. Razão pela qual, pensar a pobreza a partir de sua dinâmica exige observar a presença de condições de uma rede estrutural a permitir suporte para a manutenção da vida. Essas redes passam pela ideia de justiça social e cidadania. Entretanto, sua ausência permite a fragmentações da ordem política, dos elementos econômicos e do tecido social, gerando ambientes incertos que vão agravando a vida das pessoas. A esse processo chama-se vulnerabilidade.

Nestes termos, para apresentar o problema de forma didática, resolveu-se pensar a pobreza como ciclo. Inicialmente, sabe-se que o desafio de medir a pobreza, de acordo com as exigências da ciência moderna, consistem em verificar a capacidade de consumo ou de rendimentos dos indivíduos ou grupos. Contudo, sendo tarefa arbitrária, esse caminho não se apresenta de forma simples, porque a noção de pobreza precisa observar a prevalência, alcance e a intensidade com que o objeto afeta o indivíduo ou grupo familiar.

Logo, é oportuno observar que os critérios aqui apontados revelam a um só tempo, algumas dimensões importantes que convencionou-se chamar de três ciclos da

pobreza: a desigualdade (relativa), a exclusão social na (extrema) e a fome no limite da (absoluta). A partir dos aspectos da insuficiência e disfuncionalidade a ponto de poder revelar a construção de uma verdadeira epistemologia da pobreza, cujos movimentos diversos e complexos se dão em estágios vertical, horizontal e em profundidade.

Observadas a partir de uma epistemologia real, as categorias sociológicas da pobreza dão-se em ciclos e movimentação a estabelecer ligação direta, de tal forma, que cada ciclo obedece a uma direção imediata.

O primeiro ciclo da pobreza assume as características da desigualdade por se relacionar diretamente com as dimensões de acessar renda, riqueza e direitos básicos como saúde e educação. A negação a esses direitos afeta o tecido social de maneira vertical, estabelecendo hierarquizações entre suas camadas. Nesta etapa, a prevalência da pobreza está no início do processo, por isso, o indivíduo está fora da zona de integração à cidadania. Contudo, sua integração pode ocorrer via distribuição da renda e riqueza.

Em seguida, e de maneira cumulativa ao primeiro momento, tem-se o segundo ciclo da pobreza: a exclusão social. Esse ciclo se insere na negação dos direitos coletivos como: o direito à cidade, direitos políticos e direitos sociais. Entende-se que esses elementos deslocam os indivíduos de maneira horizontal, pois os afasta de um ambiente necessário à cidadania. Nesta etapa, ocorre a zona da desfiliação local onde apresenta-se a intensificação da pobreza. Inicialmente, esse conceito de desfiliação fora utilizado pela escola francesa para designar a fragmentação do trabalho enquanto categoria sociológica.

Entretanto, o sentido de desfiliação aqui utilizado é mais amplo, e refere-se a um processo iniciado pela ausência dos direitos coletivos e sociais em que a noção de território é esfumada e sua espacialidade com a cidade fica comprometida. Na zona de desfiliação, a exclusão social à cidadania é reduzida de forma gradual até a ruptura social.

Caso os efeitos dos ciclos anteriores não sejam resolvidos, sustenta-se que ocorra o processo de evolução da pobreza ao ciclo mais agudo, constituída pela ausência de nutrientes e consequente perda dos laços sociais. Esse ciclo recebe o nome de o ciclo da fome.

A fome, no seu sentido estrito, precisa ser observada enquanto dimensão política. Sua principal concepção aborda aspectos nutricionais para auferir quem tem ou não tem fome, ou seja, quem acessa ou não determinada quantidade de nutrientes diários. A carga

política da fome é importante por ser capaz de determinar quem, onde e quando haverá situação famélica.

Em tal ambiente, o sujeito vê-se absolutamente vulnerável e já não pensa a partir do coletivo. Motivado por tal situação, está disposto a qualquer tarefa – matar ou morrer – para conseguir algum tipo de sobrevivência. Nessa fase, a movimentação ocorre em termos de profundidade em que a principal característica consiste na desfiliação social a afetar a ideia de justiça social. É quando a pobreza se impõe enquanto norma política para fechar o seu complexo e dinâmico ciclo.

No ciclo da fome, o indivíduo deixa o sentido de pertencimento comunitário, próprio daquele de quem pertence a um coletivo. Olhado de fora ele, já não é visto como cidadão. Recai sobre o desfiliado, o peso da vulnerabilidade ao entregar-se a qualquer método para escapar a fome.

Torna-se instrumento fácil nas mãos do tráfico, da prostituição e da vida criminosa. Nesse momento, move-se pelo instinto de sobrevivência, tendo seus afetos guardados em um lugar primitivo. A fome é a pobreza em grau zero e as razões que levam a esse estágio podem ser políticas, econômicas e, recentemente, ecológicas.

A seguir, o Quadro 1 apresenta a síntese dos ciclos e das principais características que permitem pensar a Pobreza de forma epistêmica.

Tabela 1 – Ciclos, Zonas, Movimentações e Dimensão da Pobreza

| Ciclo | Zona | Movimentação | Dimensão da Pobreza |
|-----------------|--|--|--|
| Desigualdade | a zona é caracterizada pela integração do indivíduo a sociedade. | Ocorre de maneira vertical. | A prevalência da pobreza é relativa a má distribuição da renda e riqueza produzida |
| Exclusão Social | Neste ciclo, o indivíduo necessita da assistência externa. Um cinturão de socorro social precisa ser estabelecido imediatamente. | A movimentação afeta o indivíduo de forma horizontal. Há forte necessidade de assistência externa. Caso não ocorra, o indivíduo pode ser levado a condições extremas de pobreza. | A intensidade está associada ao tempo de exposição a situação de pobreza, e se caracteriza pela capacidade de levar o indivíduo a situações extremas |
| Fome | Neste ciclo, ocorre a desfiliação social. | Nesse ciclo, a movimentação ocorre de | A severidade da pobreza está associada a duração da |

| | | | |
|--|---|---|--|
| | <p>Quando o indivíduo se vê mergulhado na pobreza material a tal ponto de faltar-lhe nutrientes básicos. Sem conseguir suprir sua necessidade mais básica, é provável que o indivíduo perca o sentimento de pertencimento social.</p> | <p>forma a aprofundar o indivíduo na pobreza.</p> | <p>exposição à pobreza. Sua principal característica é dada pela capacidade de absorver o indivíduo de forma absoluta.</p> |
|--|---|---|--|

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Contudo, deve ser acrescido ao quadro a zona de vulnerabilidade, que será tratada em capítulo especial, mas sua função no Quadro 1 estabelece ligação de forma transversal em todos os ciclos, orientando a ligação sucessiva entre eles. Nota-se ainda, que a zona de vulnerabilidade atinge todas as etapas dos ciclos, ou seja, inicialmente distancia, depois separa, para em seguida aprofundar intensamente o indivíduo, até que este se aproxime do ciclo da fome. O limite da vulnerabilidade é testado ao máximo em uma dinâmica social com características capitalista e urbana. É mais presente em um ambiente que reduz a noção de democracia, que potencializa modelos econômicos concentradores e, sobretudo, promove a degradação ecológica.

2.2.1 A Vulnerabilidade e o Risco da Pobreza

Há um risco estabelecido nas entranhas da pobreza. Nesse ambiente, os elementos são caracterizados pelo avanço da vulnerabilidade que ganha contornos e aspectos políticos normativos que visam o estabelecimento de regras e acordos sociais. Aquilo que a sociedade moderna buscou mediar pelo contrato. Contudo, a vulnerabilidade é algo mais complexo, justamente porque exige um conjunto de interação social movimentada por debates, disputas e narrativas que caminham entre o abstrato e o concreto, assim como a vida.

Nesse campo, o conceito de vulnerabilidade associa-se antes de tudo a “*est un manquement à des attentes d’ordre moral*” ou como refletiu Estelle Ferrarese (2019), a “*vulnerabilidade é a fronteira entre as necessidades biológicas e políticas*”. A ideia concebida aqui, de vulnerabilidade, está igualmente associada a noção de risco bem

trabalhada por José Manuel Mendes no seu livro *Sociologia do Risco*, publicado pela editora da Universidade de Coimbra.

Na obra, o autor se apropria do conceito de risco para problematizar a discussão acerca da vulnerabilidade a partir do seu conteúdo social. Mendes (2015) sustenta que o risco enquanto conceito sociológico sempre possui causas sociais, ou seja, é socialmente produzido, tal qual a noção sustentada pela ideia de pobreza, conformada pela sociologia.

Nesse espaço, Mendes (2015) observa que o risco enquanto categoria sociológica requer olhar bidirecionado às dimensões antropológicas e estruturais, quase sempre baseadas no exercício do poder, quase nunca assentadas na busca pela equidade. O risco, para o autor, “se estabelece enquanto fenômeno dominante” por isso, do ponto de vista social, “exige intervenção eminentemente política”.

O conceito vulnerável é importante, pois permite designar o grau de exposição às intempéries da dinâmica social. Por óbvio, é perceptível que haja entre os grupos aqueles mais próximos de cruzar a linha da desigualdade, são os chamados grupos de riscos. Há ainda os que tendo cruzado a “linha abissal”, já tenha sido afastados e se encontrem agora em condições extremas. Com isso, é possível imaginar com algum grau de precisão que, nesse ciclo, ocorra a tipologia da pobreza denominada de multidimensional.

O conceito de vulnerabilidade é útil porque estabelece dois grupos: os incluídos, e outro, os excluídos. Quanto mais distante da linha que os separa da bolha, mais o indivíduo vê próximo de si, as marcas da exclusão. O risco da vulnerabilidade afeta desigualmente os membros dos dois grupos. O peso nos membros dos grupos dos incluídos é bastante reduzido tendendo a zero, posto ser tanto maior o nível de acesso. Na contramão, a inércia estabelecida sobre os excluídos é imponderável a agir sempre para acentuar ainda mais a situação de penumbra.

A vulnerabilidade, portanto, constitui-se sobre toda sociedade e funciona feito um localizador a indicar exatamente as coordenadas de cada indivíduo. Nesse sentido, o conceito pode ser útil para perceber o grau da dinâmica da pobreza, dado que sua observação permite atestar o *locus* onde estão os indivíduos e que tipo de privação estes estão submetidos.

2.2.2 Ciclo I - Desigualdade

A existência da desigualdade acentua um contexto complexo de sociedade moderna cuja riqueza é produzida e distribuída a partir da lógica capitalista de produção e consumo. Nesse cenário social, há a existência de dois grupos a dividir o mesmo espaço social e a acessar as riquezas de forma e proporções diferentes.

Assim, o termo desigualdade, apresentado na sua função abstrata, muitas vezes promoveu reflexões açodadas. Nesse cenário, Carmo e Cantante (2015: 35) sustentam a partir da proposta apresentada em *The Spirit Level*, publicada por Wilkinson e Pickett Kate em 2010, a origem da desigualdade está na base de uma complexa articulação entre distribuição de rendimentos e um conjunto de variáveis dependentes. Esse argumento, por sua vez, abre espaço interpretativo em que pesa a má distribuição da riqueza socialmente produzida nas variáveis sociais dependentes fazendo a desigualdade ganhar aspectos distintos, porém, de origem semelhante.

Quanto ao termo “variável dependente”, Carmo e Cantante (2015) alertam que o tema assume uma natureza complexa e multidimensional, alcançando uma dimensão considerável da sociedade. Por isso é preciso, segundo os autores, considerar os inúmeros recursos e suas mais complexas variações como rendimento, escolaridade, idade, gênero e religião, ou seja, a desigualdade irá assumir diferentes características sociais que precisam ser consideradas ao longo do processo analítico.

Nesse sentido, o termo desigualdade é um conceito carente de enquadramento sociológico. Conforme atestam Carmo e Cantante (2015:34): “a desigualdade não circunscreve a um único setor, nem tampouco a um único recurso (...) nem sequer a uma única variável”. Na prática, a desigualdade perfaz um todo sistêmico, cujos autores chamam Costa (2012) para associar “às causas a aos seus efeitos”.

A síntese dos autores indica que os primeiros sintomas de uma sociedade assentada na desigualdade é a perda da coesão social, dando origem a problemas relacionados à criminalidade, má prestação dos serviços de saúde, educação e até processos eleitorais viciados. Como lembra Costa (2012), a desigualdade se caracteriza a partir de uma relação desequilibrada entre recursos (riquezas) e variáveis sociais relacionadas a identidade (cultura), geografia (região, espaço urbano ou rural) e ao acesso (a direitos sociais).

A partir dessa variação, Carmo e Cantante (2015) nos auxiliam a compreender dois dos principais nós presentes ao debate circunscrito a desigualdade, nomeadamente, a origem (má distribuição) e a sua variação (eixo em que toca a sociedade). Os autores apontam para os cuidados analíticos quanto às sociedades mais complexas como a urbana, onde a noção binomial dá lugar a existência de pequenos grupos de um lado, e alguns muito bem-sucedido, do outro. Entre esses grupos, a distância que os separa se traduz pela incapacidade de acumular de muitos, e paradoxalmente, pela acumulação da apropriação da renda e da riqueza materialmente produzida por alguns poucos

Nessa direção, Joseph Stiglitz (2018:13), Prêmio Nobel de Economia de 2001, recorda que enquanto um grupo está preocupado em garantir alimentação, acesso a água potável e saúde digna, outros preocupam-se com pagamento de propinas das universidades dos filhos, ou a conquista da casa própria. Para Stiglitz, em uma sociedade muito desigual, ainda haverá quem se preocupe com as garantias políticas que mantêm sigilo sob as contassuças, haverá ainda aqueles que se preocupam com a queda na bolsa de valores ou com os ruídos dos helicópteros dos vizinhos que teimam em lhe tirar a paz. Esse grupo não se arrisca no trânsito terrestre para fugir da violência urbana (STIGLITZ, 2018).

Segundo Stiglitz (2018: 14), está cada vez mais claro que o agrupamento da desigualdade se revela entre 99% de um lado contra 1% do outro. Aqui, Stiglitz faz menção a pesquisa realizada pela OXFAM (2017), ao analisar os elementos da desigualdade no mundo e passa a denunciar que 1% mais rico da população detém a mesma riqueza que outros 99%, e que apenas 8 (oito) pessoas concentram a mesma riqueza que a metade mais pobre de toda a população mundial. No mundo, ainda segundo a OXFAM (op. cit.), mais de 700 milhões de pessoas estão em situação de pobreza extrema.

Contudo, revela Stiglitz, que mesmo entre o grupo de 1%, há imensas desigualdades relativas a acessos que implicam no modo de apropriação do funcionamento social. Na sequência, Stiglitz (2018:20) sustenta que as desigualdades se manifestam sob vários aspectos, com consequências perversas, se revelando um erro achar que elas derivam de leis econômicas.

Para Stiglitz, o resultado da desigualdade só pode derivar de uma fonte: decisão

política. Esta sim, repercute de forma a desequilibrar os modelos econômicos. O autor sentencia: “se as decisões políticas fossem outras, os resultados igualmente seriam diferentes. O desempenho econômico seria melhor e o níveis de desigualdades seriam menores.” (STIGLITZ, 2018:20).

Nesse sentido, o termo desigualdade relaciona-se diretamente a manipulação de mecanismos políticos que, em linhas gerais, vai ao encontro daquilo defendido neste texto, quando se refere exclusivamente às consequências da malformação do processo social e político, em que as instituições agem, ou se omitem, do necessário regulamento das trocas, tornando o processo econômico desequilibrado.

O contexto, apresentado acima, revela a necessidade de apresentar reflexões capazes de direcionar o leitor a possibilitar mais profundidade ao termo. Efetivamente, busca-se identificar: quais seriam os parâmetros da desigualdade? O que estaria no centro analítico do debate? Quais as razões de sua existência, e, principalmente: por que continua sendo aceitável? Enfim, de qual tipo de desigualdade se está efetivamente falando? Para contribuir com esse debate chama-se atenção a Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia de 1999, que na sua obra *Desigualdade Reexaminada* estabelece uma razoável conexão ao tema a partir da pergunta “desigualdade de quê?” A tentativa do pesquisador é pedagógica na medida que visa revelar a difícil tarefa de definir o que realmente está a dizer com desigualdade.

Para Amartya Sen (2008:147) na sua obra *Desigualdade Reexaminada*, a avaliação da desigualdade tem de levar em conta duas condições bastante complexas: a primeira, deve considerar a pluralidade dos espaços; a segunda, a diversidade dos indivíduos. As condições apresentadas por Sen exigem contextualização segundo acultura de cada sociedade que deve considerar suas instituições, a inferência de suas crenças e outros substantivos que não serão tratados aqui. É nesse sentido que Sen (2008:147) argumenta que a desigualdade deve ser medida sob algum propósito, e suas medidas devem respeitar esses propósitos. Justificando a pergunta: desigualdade de quê?

Nessa linha, Atkinson dedicou boa parte do seu tempo a esse tema, afirmando haver duas características: a primeira, definida pela renda, tornando distantes os extratos em função do acesso aos resultados materiais da produção; a segunda, centrada nas pessoas (gênero, raça, faixa etária). Enquanto uma afeta, a outra identifica os efeitos da desigualdade.

Após essas aproximações, faz sentido definir os elementos iniciais da desigualdade abordados neste trabalho. É preciso estabelecer um processo efetivamente analítico a considerar a dimensão integral cujo roteiro é, para este trabalho, expressão de um circuito social fraudado pela apropriação desequilibrada da riqueza com reflexo imediato na renda, tornando-a concentrada.

Ao considerar a dinâmica urbana, o processo de desigualdade irá afetar variáveis sociais e espaciais, até atingir os indivíduos em seus grupos e suas relações. Portanto, a desigualdade é traduzida pela apropriação desequilibrada da riqueza produzida materializada pela negação dos direitos coletivos aportados fundamentalmente na saúde, educação e economia.

Assim, ganham sentido os argumentos apontados por Moore (1999:165) para quem o processo da desigualdade assenta base na divisão social de classes. Essas são especialmente caracterizadas a partir da má distribuição da renda e da riqueza, obrigando a coletividade a conviver com realidades distintas, no mesmo espaço geográfico.

Novamente, recorre-se a Moore (1999:166), para quem a “a desigualdade surge de causas internas a sociedade, habitualmente mescladas com elementos de fraude” Tal definição remete ao desequilíbrio distributivo dos resultados sociais, nomeadamente, a renda e a riqueza, como elementos determinantes. A renda é acessada pela função trabalho que, a partir da lógica desenvolvimentista, ficou cada vez mais precarizado pelas flexibilizações de leis (des)reguladoras, qualificações duvidosas, ou instruídas a manter níveis baixos de qualificação. Alcançou-se o nível da chamada uberização do trabalho, graças a utilização de mecanismos tecnológicos que encontraram atalho para encurtar a distância entre procura e oferta de serviços.

Há aqui dois conceitos que precisam ser melhor elaborados: riqueza e renda. Não obstante as afirmações apontadas por Stiglitz e grupos de teóricos associados a economia clássica, revelam que a desigualdade indica mau funcionamento dos mecanismos relacionados a economia, especialmente na sua versão renda. Nesse aspecto, vale lembrar Piketty (2015:13), para quem renda são fontes de remunerações que podem derivar do esforço do salário (trabalhadores submetidos a contratos ou trabalhadores autônomos) e resultarem de acúmulos patrimoniais (derivadas de juros, aplicações no mercado financeiro, aluguéis etc).

Para que esses mecanismos não falhem, há expectativa da intervenção do Estado. Este deve agir para realizar a distribuição ou a redistribuição, via transferências públicas, direta de renda ou indireta (assistência familiar, seguro-desemprego, renda mínima ou básica). Entretanto, o próprio Thomas Piketty (2015:10) aponta para outros parâmetros da desigualdade relacionados ao antagonismo de modelos distributivos que trazem à tona a ideia de justiça social.

Nesse sentido, a discussão ganha novos contornos ao levar o debate a termos de riqueza. A riqueza é o conjunto de instrumentos e mecanismos disponíveis em uma determinada sociedade que garanta aos indivíduos, melhores condições de vida como proteção contra as vulnerabilidades no plano do acesso a saúde, educação e a economia saudável. Acredita-se que quanto maiores forem esses acessos, menor será a desigualdade.

Portanto, a desigualdade na riqueza deriva da apropriação material da produção essencial ao bem-estar, por uma determinada classe. Caso esse processo não seja cessado, evoluirá para a formação de uma elite. Nesse espaço, há importância de grandeza entre quem detém a matéria e a cultura, mas ambas se completam por meio de leis, status e aparatos institucionais.

Aqui, efetivamente, encontram-se aqueles e aquelas que detêm os meios de produção, comunicação e conhecimento de um lado, e o restante da população a quem são negados tais acessos, conforme apontado acima, por Costa e Stiglitz.

Não obstante, acredita-se que a terminologia desigualdade pode ser enfrentada a partir das discussões relacionadas às variáveis sociais, às pluralidades dos indivíduos e às dimensões espaciais que guardam, em si, a dinâmica política a determinar o grau de acesso aos bens econômicos socialmente produzidos.

Finalmente, têm-se elementos suficientes para dialogar com a complexidade das perguntas apresentadas no início do texto, e, de forma particular, com aquelas que buscam efetivamente discorrer sobre qual tipo de desigualdade se está a falar.

2.2.2.1 Desigualdade e o Princípio da Diferença

O objetivo deste subcapítulo é esclarecer, do ponto de vista sociológico, a má interpretação entre a definição de desigualdade e o princípio da diferença. Logo, o esforço consiste em identificar a influência do princípio da diferença no campo da desigualdade com forma de reorientar o enfrentamento da desigualdade. Destaca-se a importância de se considerar as reflexões de John Rawls, nomeadamente, suas contribuições em “uma teoria da Justiça”.

Nesse limite, é preciso resgatar o conceito básico apresentado no capítulo anterior onde se lê que a desigualdade é provocada pela má distribuição das riquezas, enquanto resultado alcançado em virtude das escolhas indevidas, sobretudo, na dimensão política refletida no fracasso da mediação democrática. Logo, o termo desigualdade ganha legitimidade para designar a negação da igualdade entre as pessoas, grupos ou sociedades.

Tendo esse pano de fundo, é possível enfrentar o conceito da diferença para o qual se faz necessário voltar a John Rawls. Esse autor foi quem primeiro chamou atenção para a necessidade de sustentar o princípio da diferença entre os indivíduos e, dessa forma, compreender o mecanismo da desigualdade.

Nesse cenário, Carmo e Cantante (2015:36) vão argumentar que “a distribuição justa dos bens garante aos membros menos favorecidos da sociedade a melhoria das suas condições de existência, através de modelos institucionais de proteção social e de redistribuição”. É o que também conclui John Rawls, ao sustentar que a distribuição de bens primários – nomeadamente acesso ao rendimento, à educação, saúde, garantem a liberdade de oportunidades.

No entanto, Rawls insiste que a ausência de equilíbrio na distribuição dos bens primários reduz a cooperação estabelecida entre os indivíduos, que passam a agir isoladamente originando o ciclo de desequilíbrio ao argumentar que “a partilha de bens primários deve levar em consideração uma dada situação igualitária” (RAWLS, 2000:183).

Entretanto, é o próprio Rawls quem desconsidera o ponto de chegada, como argumenta Neuberger (2015), para quem o liberal sustenta, por hipótese, igualar a diferença de bens primários na partida, sendo impróprio igualar as forças a partir de então,

sob pena de faltar com a justiça. O esforço intelectual de Neuberger é revelar a contradição de Rawls que chega a admitir a sustentação da desigualdade, negando o fundamento do próprio contrato social: a inviolabilidade do direito individual. (NEUBERGER, 2015:71).

Para Bresolin e Chichowski, essa observação receberá tensão também da principal crítica de Robert Nozick à teoria rawlseana. Nozick sustenta que a proposta utilitarista de Rawls não pode sobrepor a dimensão individual, ainda que esta venha com verniz coletivista (BRESOLIN; CHICHOWSKI, 2015:131). A disputa entre Rawls e Nozick vai revelar que a ideia de cooperação, enquanto função da diferença, é completamente abandonada por Rawls. O princípio da diferença em Rawls é utilizado tão somente para distinguir os indivíduos e, a partir de então, servir a alocação de bens primários.

Nesse contexto, ganha validade a expressão exposta em Carmo e Cantante (2015:03) quando argumentam que Rawls vai tratar a diferença como um caminho para a equidade, e este, enquanto instrumento distributivo de bens primários, mas tendo por limite a “geração de vantagens aos menos favorecidos”. Com isso, a diferença é tratada como instrumento de distinção social, e está fundada na ideia de bens materiais. Assumindo apenas uma função alocativa.

Aqui está a chave compreensiva da dimensão da diferença, enquanto aspecto da cooperação. Logo, o texto tomará a liberdade de se deslocar dos aspectos centrais defendidos por Rawls para sustentar que a diferença, enquanto princípio, se deve a características do convívio humano aprofundadas a partir das habilidades inerentes às pessoas.

Pela dimensão da diferença, abrem-se as possibilidades para a cooperação, fundamento básico da sobrevivência da vida na terra. Defende-se, nesse contexto, que a diferença faz emergir aquilo que Maturana e Varela (2009:23) estabeleceram como o altruísmo biológico natural, sem o qual não há comprometimento de qualquer ação transformadora. Nesse campo, a essência humana localizada na diferença entre os indivíduos, impulsiona a cooperação a partir de suas características primárias. Para os autores, tais impulsos quando harmonizados, forcem o processo de cooperação sem os

quais não se poderia falar de fenômeno social.

O centro do debate quer insistir no respeito às diferenças, sem o qual a humanidade não teria evoluído ao presente estágio, simplesmente porque não haveria cooperação. Essa relação deu-se do mais simples ao mais complexo sistema comunitário de vida, que, reconhecendo a importância das potencialidades de cada elemento, aderiu ao processo de evolução.

Novamente, recorre-se a Maturana e Varela (2009: 24) para quem “só no espaço da cooperação que se busca o entendimento” posto que ali ocorre a união dos impulsos altruístas a estabelecer alianças que, no limite, irão ser a expressão de nossa coexistência. A busca pelo entendimento questiona a capacidade de reconhecimento da diferença por cada comunidade, expondo também, os elementos centrais havidos no processo de desigualdade.

O que interessa saber, nesse momento, é que o princípio da diferença estabelecido deve assumir inicialmente a ideia de Rawls, ao propor a diferença enquanto mecanismo balizador social [consequentemente, distributivo para o enfrentamento da desigualdade] mas dele se desfaz, para absorver a diferença enquanto instituto humano que está na base da ação coletiva. Dessa forma, redimensionar o princípio da diferença enquanto elemento substancial para compreender a desigualdade. Tal princípio deve ser observado enquanto valor a produzir riquezas sociais via cooperação. Quando tal cooperação falha, dá espaço ao surgimento da desigualdade.

O princípio da diferença, portanto, assume uma característica de mola propulsora a mover a cooperação social. Dito de outra forma, a diferença enquanto princípio, consiste em um instrumento para balizar a distribuição – ponto de partida de John Rawls, a partir de então, se configura em um mecanismo de cooperação, sem a qual inviabiliza qualquer tentativa de minimizar a desigualdade, sentido pelo qual, a diferença não pode ser utilizada para designá-la.

Finalmente, ao compararmos o princípio da diferença a qualquer definição de desigualdade atribuída ao gênero e a raça, é possível concluir que o gênero e a raça são aspectos da diferenciação humana, portanto, são afetados pelas consequências e não causadores das desigualdades. Daí se conclui por não haver desigualdade “de” gênero, ou “de” raça, mas desigualdade “no” gênero e “na” raça.

Em síntese, tal reinterpretação contribui para reorientar o debate em torno da desigualdade. Isso pode evitar o erro da adjetivação indevida e desencadear em má utilização política do termo, dando-lhe uma conotação secundária, que, em última estância, evita descer à raiz do problema. Logo, a desigualdade passa necessariamente pela adoção do patriarcado como modelo societal.

2.2.2.2 Desigualdade e Patriarcado

Durante muito tempo, o debate em torno da desigualdade se perdeu no horizonte analítico sendo claramente confundida pelas diferenças humanas. Nesse limite, buscou-se legitimar a apropriação da riqueza social por alguns pequenos grupos que dispunham de maior força biológica ou poder político/econômico a impor suas habilidades à dinâmica social.

Como explorado anteriormente, as variáveis raça e gênero se inserem inicialmente no campo das diferenças próprias das condições humanas. Isso posto, é preciso restabelecer que o argumento central da desigualdade não pode ser sustentado pela simples associação às características de gênero e raça, muitas vezes reafirmadas como as causas de menor remuneração.

De fato, o que faz com que isso aconteça, não é o gênero ou a cor da pele, mas a aplicação do domínio político sustentada na lógica patriarcal que, segundo Hathaway e Boff (2012:120) “se revela numa perversa divisão de trabalho entre os sexos, e que com o passar dos tempos tratou de remover as mulheres da arena pública”. Como consequência dessa construção social, continuam os autores: “o pensamento patriarcal, após dominar técnicas da agricultura primitiva, cuja funcionalidade exigia força muscular e por resultado conheceu-se o excedente, passou a impor a exploração sobre a mulher e sobre a natureza.”

Estas passaram a ser tratadas como inferiores ao homem e, desta forma, justificar a opressão de raças, classes e gêneros (HATHAWAY, BOFF, 2012:116;118). Finalmente, essas dimensões quando institucionalizadas, abrem-se ao espaço do mando e da opressão fazendo surgir mecanismos oficiais de apropriação da riqueza produzida coletivamente.

Neste sentido, é possível refletir sobre noção patriarcal articulada por Boaventura Sousa Santos e José Manuel Mendes na obra *Demodiversidade: imaginar novas possibilidades* publicada na versão portuguesa em 2017.

Ao prefaciar essa coletânea, os autores sustentam que a lógica patriarcal é relacionada inicialmente ao colonialismo, e depois reconfigurada pelo capitalismo, para fazer emergir aquilo que conhecemos atualmente por exploração. Para utilizar as palavras de Berman (1993:16) tal lógica consiste “na própria noção de sociedade moderna e tecnocrática que herda do patriarcado, a eficiência produtiva e a cultura gerencial de ganhos a curto prazo.”

Entender esse caminho incorre em compreender as esferas de poder que, apesar de distintas, ajustam-se para “acentuar a linha abissal tornando incivil a sociedade civil a partir da negação de direitos” (SANTOS, MENDES: 2017:20).

Neste aspecto, duas perguntas se apresentam: a primeira, onde está localizada a sociedade civil, senão nos espaços sociais? A segunda, nesses espaços de apropriação do poder, qual é o gênero mais vulnerável? Nesse limite, convém apresentar a ideia de Santos e Mendes (2017:24) quando indicam que, nas sociedades capitalistas, as estruturas respondem aos espaços domésticos, de produção, de mercado, de comunidade e de cidadania, para finalmente, ocupar o espaço maior. Segundo esses autores, cada uma dessas estruturas específicas reproduz, de maneira desigual, as relações sociais a partir de trocas econômicas e, conseqüentemente, passam a coabitar os espaços de poder. Assim, a lógica patriarcal passa a emergir na construção social.

Para Sousa e Mendes, tal prática do poder exige uma dinâmica diferente para cada espaço, fundamentalmente, no espaço doméstico, assume-se a forma do poder patriarcal que, por consequência, influencia outros espaços “uma vez que as estruturas espaciais agem feito constelações estruturais” a encontrar correspondência em outras espacialidades (SANTOS E MENDES, 2017). É o mesmo que sustenta Maria Mies, socióloga alemã e professora da Universidade de Colônia, quando observou que o patriarcado se estabeleceu, inicialmente, quando os homens começaram a dominar o processo de reprodução animal, subordinando o papel da mulher a cuidados domésticos.

A autora sustenta que “*the permanent relations of exploitation between the sexes*

by the asymmetric division of labor were created and sustained from the male monopoly on weapons” Para ela, essa é a origem “production based on coercion, control and manipulation” Em uma palavra: o patriarcado (MIES, 1986:65)

Nesse sentido, a lógica cultural engendrada pelo patriarcado, age feito óleo nas engrenagens políticas a reproduzir o mando dos mais fortes. Tal processo vai possibilitar a ressignificação das lutas de classes reconfiguradas pelas pilhagens capitalistas. É oportuno auferir, desta forma, que o patriarcado quando adaptado ao capitalismo, continua a estabelecer um modelo opressor, de modo especial na reprodução econômica. Portanto, a máquina de moer do capitalismo quando azeitado pelo patriarcado, ganha outra estatura, sobretudo, quando associada aos níveis de produção e consumo com a retirada das garantias mínimas de vida.

Por resultado, a ação patriarcal nas estruturas dos espaços sociais alcança o desequilíbrio na apropriação da renda e da riqueza, favorecendo homens (geralmente brancos) em detrimento de mulheres (na grande maioria das vezes, negras). Aqui está a chave que nos permite afirmar que a diferença entre homens e mulheres é natural, assim como é natural a diferença dos mais diversos fenótipos sociais, como negros, pardos e mulatos.

Contudo, o que não é natural é o modo social assentado no patriarcado, estruturado no poder que irá, na sequência, se revelar em um mecanismo de apropriação desequilibrada das riquezas.

Por fim, o modelo patriarcal é o instrumento de exploração que, quando levado às últimas consequências, produz desigualdade “no” gênero, e não “de” gênero.

2.2.3 CICLO II - EXCLUSÃO SOCIAL

A palavra exclusão representa o antônimo de inclusão. Santos (1999) já sustentava que, em todo critério de inclusão, está implícito igualmente um critério excludente. Outra observação importante vem de Pereirinha (1992:170) para quem a concepção de exclusão social está diretamente atrelada a dimensão de integração, quer seja cívica, social, econômica, ou mesmo, interpessoal. Nesse processo, o pleno direito à cidadania envolve-se com a noção da participação social implícita nas orientações que

podem evitar a exclusão de um determinado núcleo social.

Para o pesquisador brasileiro Arruda de Paula (2014:17:18) a dialética entre o processo de exclusão e inclusão é, em última instância resultado de uma determinada conjuntura social, cujo dualismo emerge do resultado estrutural do desenvolvimento em geral e da propriedade privada, em particular.

Nesse sentido, ainda que as reflexões aportadas pelo líder sindical polaco Bronislaw Geremek em sua obra *La potence ou la pitié*, deem peso que, na sociedade pré-moderna, a exclusão tenha sido utilizada como instrumento de poder (GEREMEK, 1987) é o moçambicano João Colaço na sua obra *Pobreza e Exclusão* quem vai sentenciar que ‘a noção de exclusão social está diretamente associada ao fenômeno do desenvolvimento capitalista, fruto de um aprofundamento da disfunção social emergente’. (COLAÇO, 2014: 15)

Foi o que apontaram os estudos de Cardoso & Faletto (1975:124,125) quando, ainda na década de 1970, afirmaram que haveria aumento da exclusão social na América Latina, em especial no meio urbano, se fosse intensificado um tipo de industrialização restringida. Nessa linha, Oliveira (1997:49) observou que a exclusão pode estar “vinculada ao esgotamento do pleno emprego.” E continua o autor: “de modo especial no Brasil, o fator tecnológico foi utilizado para restringir e excluir”.

Nesse limite, o termo ganhou, ao longo da construção teórica, um importante adjetivo para designar o quadro analítico, de tal forma que o meio acadêmico cunhou a expressão “exclusão social”. Nesse cenário, se insere a representação urbana e industrial, em que o conceito de marginalidade passa a figurar para designar o excluído que, na visão de Lanoir (1974: 10), é literalmente “aquele que é incapaz de prover suas necessidades”.

No entanto, a abstração teórica exigiria uma definição mais concreta, nesse limite, a escola francesa foi a que mais se apropriou do termo, a partir de diferentes níveis e formas. Tal esforço a levou a admitir que o enfrentamento incorreto da exclusão social poderia se tornar uma espécie de fio condutor a situações graves até o limite do ciclo da fome. O argumento central da escola francesa para evitar a exclusão social passa, portanto, por uma constituição de uma rede de solidariedade de tal forma que o excluído de hoje não figure o miserável de amanhã.

Nessa linha, Bourdieu (2002) vai sustentar o termo exclusão social como uma

expressão de profunda “violência simbólica” que pode abrir espaço a outras formas de violência como a segregação social. Limite pelo qual, a exclusão social qualifica aquele ou aquela que se encontra fora de determinado processo, fazendo emergir o que Arruda (2014:21) chamou de um “sentimento coletivo de injustiça social”.

Do ponto de vista sociológico, a noção de exclusão delimita os riscos potenciais que podem levar a rupturas e, conseqüentemente, a desfiliação (IVO, 2008:99-102). Em um contexto de exclusão, continua a autora, “a sociedade é representada por uma imagem de fratura social que separa os que têm um lugar daqueles que precisam integrar-se”.

Nessa linha, Foucault (1989) propõe leitura a partir da lente das Ciências Sociais, em que o conceito de Exclusão Social foi, ao longo do tempo, influenciado pela dimensão de poder, e por ele sendo ressignificado. Não obstante, Robert Castel, sociólogo francês e autor do clássico *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário* chama atenção para o cuidado de não se confundir exclusão com ausência de relação social.

Para Castel, não há pessoas fora da sociedade, mas fora de um conjunto de relações e posições que evitam que estas acessem as estruturas necessárias a evolução de suas vidas. (CASTEL, 2008, 442-443). Nessa linha, Almeida e Capucha (2000:9) inscrevem a exclusão social “como fatores e tipos de pobreza que em países como Portugal, se inserem em processos de clivagens sociais produzidas [dialeticamente³] pela inclusão e pela exclusão do sistema de proteção social.”

Foi nessa janela que a escola americana abordou a dimensão da exclusão social, ao propor a abordagem baseada nas *Underclass*. Tal ação foi, inicialmente, interpretada como sendo “o conjunto de indivíduos excluídos dos processos produtivos ou do mundo do trabalho” em seguida relacionada aos espaços urbanos segregados, onde vigorava a ideia da discriminação racial e decadência econômica (IVO 2008:105).

Todavia, a escola francesa de exclusão social seguia outra linha ao propor rompimento com a fragilidade da abstração teórica e com a dificuldade de separar conceitos elementares. Assim, os franceses se preocuparam em identificar os instrumentos sociais sem os quais os indivíduos viam-se excluídos da realidade social.

Nesses termos, surgiram os debates em torno das categorias de cidade, da escola,

3 Grifo nosso

do emprego, principalmente da proteção social. Só mais tarde, já na década de 1990, o debate em torno do desemprego passou a figurar como sendo relevante (IVO 2008: 101-102). Convém observar a pouca semelhança entre a escola francesa e a escola americana. Entretanto, Ivo sustenta que “a única relação possível é o fato de ler a exclusão como um fator social e político aplicado ao meio urbano (IVO, 2008: 106).

Nesse cenário, a exclusão social consiste num processo desequilibrado de distribuição das riquezas socialmente produzidas, em que tal situação deve intensificar o dualismo no tecido social a desajustar sistemas de proteção e enfraquecer os laços de solidariedade até comprometer as estruturas sociais (ALMEIDA, CAPUCHA, et al, 1992:12-13). Na sequência, a exclusão social, fruto da ação política direta, tem consequências na formação de guetos onde o sentimento de injustiça é um aspecto visível que degenera na violação da ordem jurídica.

A partir do ciclo apontado na abordagem da dinâmica social da pobreza, essa fase implica na negação de acesso a direitos coletivos como acesso à cidade e direitos ambientais. É a fase em que a pobreza é gravemente intensificada. Momento pelo qual faz sentido à ideia de horizontalidade como critério de exposição para tornar visível o comprometimento daquilo que Jock Young (2002) chamou de “cordão sanitário” composto principalmente, pelos não cidadãos. Na perspectiva de Wacquant (2008) para quem a chave da instituição do controle social da pobreza opera, principalmente, na forma de opressão policial.

Portanto, as características da exclusão social se estabelecem pelo atrofiamento dos direitos coletivos que, no limite, consiste na negação a um ambiente vivível. O cenário agudo da exclusão social conduz a outro nível de pobreza ainda mais avançado. Nessa etapa, a vulnerabilidade vai ganhando contornos críticos a partir da estigmatização social a agir feito marca sob a frente do indivíduo. O que vai levar Thomas (1998: 27) a refletir que a exclusão social se liga fundamentalmente “*éléments économiques et sociaux*” que uma vez ausentes, potencializam o estágio de fragilidade, dependência e insegurança.

Para Almeida, Capucha et. al (2000:13) a exclusão social se relaciona com os processos de modernizações que acabam intensificando desajustes entre sistemas e expectativas, enfraquecendo a solidariedade e aprofundando a precarização. Aqui, vale voltar a Robert Castel para quem, sem os mínimos sociais, sobretudo o emprego, pode

ser estabelecido um agravamento nos termos de “solidariedade minando a própria lógica da coesão social” e continua acentuando que isso poderá em algum momento próximo se “constituir na construção de uma periferia precária” ou, em outros termos, na “desestabilização dos estáveis” (CASTEL, 2008: 523-526).

Nesse quadro, novamente a leitura de Castel torna-se importante, principalmente quanto ao grau de vulnerabilidade. Para Castel, existem zoneamentos do processo de exclusão social, cujo início ocorre na “zona de integração” caracterizada pelo trabalho estável. Esta etapa é seguida da “zona de vulnerabilidade”, local de trabalho precarizado e da fragilidade relacional, a preceder a “zona de desfiliação” marcada pela ausência da categoria do trabalho, para finalmente ser conhecida a “zona de assistência”, espaço destinado aos indigentes e inválidos. As zonas desenhadas por Castel (2008:23-25) podem, para Ivo (2008:103), delimitar territórios periféricos no meio urbano, cuja posição de cidadania é essencial para acessar instrumentos de proteção social.

Se para Castel a exclusão social se relaciona a dimensão da categoria do trabalho, para Boaventura Sousa Santos, assenta nas bases da cidadania. É o que sustenta no seu trabalho intitulado “Para além do pensamento abissal” publicado em outubro de 2007 na *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Para Santos, é preciso considerar o conceito de cidadania enquanto função dialética entre os critérios de exclusão e de inclusão. Para Santos, a chave da compreensão está no estabelecimento de uma linha abissal notadamente estabelecida na ideia precontratualista que passa a definir politicamente quem irá ser, ou não, incluído. Em outras palavras, ao incluir o cidadão, dialeticamente exclui-se o não cidadão (SANTOS, 2007: 20).

Este raciocínio pode ser ampliado nas palavras de Colaço, para quem o incluído, participa, pela própria natureza, das decisões da cidade, portanto, exerce sua cidadania de forma mais plena possível. Do mesmo modo que o excluído, está fora do sistema social. Logo, a exclusão social está diretamente relacionada a dimensão da cidadania. (COLAÇO, 2014:34).

Esses argumentos fizeram Oliveira (1997:52) defender que a noção de exclusão social faz emergir uma categoria de pessoas “negligenciadas e automaticamente presas a situações de pobreza em meio a crescente abundância”. Cenário que Nascimento (1994) vai chamar de “nova exclusão”. A nova forma de exclusão, para o autor, consiste no

esgarçamento de tal negligência até agravar a situação do excluído, sendo agora caracterizado não apenas como excluído do mundo do trabalho, mas tornando-o “desnecessário economicamente”. Novamente Oliveira (1997: 53) argumenta que aqueles classificados como “desnecessários” passam a ser absorvidos como ameaças no meio social, logo passíveis de ser eliminados.

Tais “desnecessários” são facilmente localizados geográfica, étnica e racialmente. São afetados por mudanças drásticas na temperatura, no aumento do nível de um rio, ou pelo tráfico de drogas, armas ou humano, ou ainda pela corrupção ou mesmo violência no meio urbano. Aos excluídos, resta-lhes acentuar a negação de acesso às dimensões da condição humana que revela, paradoxalmente, as marcas da invisibilidade de grupos politicamente escolhidos e historicamente predestinados a passar a vida suportando.

Finalmente, a exclusão, nesses termos, quando contextualizada para analisar a pobreza, foi elevada a condição de categoria sociológica, cujo olhar mais atento se concentrou na análise estrutural da sociedade, fazendo desta, seu ponto de confrontação para determinar o grau de inclusão ou exclusão a afetar os indivíduos.

2.2.4 CICLO III - FOME.

O ciclo da fome completa a síntese a abordagem da dinâmica social da pobreza. Trata-se da fase mais aguda de um processo degradante, humilhante e essencialmente político. A bem da verdade, a fome é “um flagelo só inevitável enquanto permanecer um mistério”. É assim que André Mayer, professor da Universidade de Paris, prefacia em 1984, a nona edição do clássico *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, cujo compromisso intelectual não tardou por afirmar “que a verdade sobre a fome incomoda os governos e fere as suscetibilidades patrióticas e, por isso mesmo, são frequentemente vedadas ao grande público, pelas respectivas censuras políticas” (CASTRO, 1984:14).

Para Mayer (1984), há três dimensões importantes para o debate: uma de ordem médica, a outra com característica geográfica, e uma terceira, de traços sociológicos. É nesta última dimensão que este estudo concentrou esforços com a finalidade de compreender a fome e retirá-la do mistério que produz flagelo.

De maneira geral, os conceitos de fome e miséria não conhecem limites. A literatura especializada pouco tem se preocupado em estabelecer diferenças conceituais de modo que os teóricos, não raras vezes, tendem a usar tais nomenclaturas em seus trabalhos sem guardar a distinção necessária. De forma breve, para efeito didático, essa tese se propõe a tarefa de delinear os limites conceituais entre a miséria e a fome. Desta forma, se não esgotar o tema, pelo menos delimita-o para conceber melhor usabilidade.

Nesse campo, miséria é utilizada como sendo um adjetivo ao indivíduo em situação de fome. Nesse sentido, Mollat (1989:54) observa que a palavra miséria era utilizada no contexto da Idade Média para designar as pessoas dignas de “misericórdia” de algum caridoso. Este, ao identificar o indivíduo, compadecia seu coração e se inclinava a ajudá-lo por meio da caridade. Logo, aquele que era caridoso, passou a ser chamado de misericordioso, e quem recebia tal caridade era, nomeadamente, o miserável.

Nesse limite, a terminologia miséria antes de revelar um estágio da pobreza, revela uma qualificação do indivíduo, conseqüentemente, o identifica no tecido social. Já a fome enquanto condição de indigência total, se soma à deficiência física, social e humana, transformando a terminologia em um adjetivo identificador do estágio degradante de pobreza, ou seja, aquele que é digno de “misericórdia” devido a exposição da fome, e está em situação de pobreza profunda.

Ao analisar propriamente a condição de fome, chama atenção o relatório da Comissão Permanente para as Questões Humanitárias Internacionais – ICHI – para quem a fome “é resultado de um fracasso do processo de desenvolvimento” (ICHI 1986:68). Todavia, por mais que seja correta tal afirmação, é preciso salientar que ainda que o desenvolvimento resultasse em sucesso a fome não seria extinta. Por isso, o estágio da fome não é apenas consequência, mas é, antes de tudo, inerente ao modelo de desenvolvimento, porque este é, *per se*, uma conjugação de metas políticas. No entanto, convém observar que a fome foi registrada na história antes mesmo que os modelos desenvolvimentistas vingassem.

Fato que nos obriga a reconhecer que o desenvolvimento capitalista não criou a situação de fome, todavia, pouco fez para eliminá-la, chegando inclusive, a utilizá-la como troca.

É o que sustenta o professor da Universidade Federal do Ceará – UFC, Levy Sampaio em sua tese “*As duas faces da fome*”, defendida na Universidade de São Paulo – USP, ao afirmar que “a fome está diretamente associada a noção de espaço, cujo processo de construção liga-se a análise dos determinantes políticos ao ponto de servi-lo enquanto instrumento.”

Foi nesse campo que Castro (1984:27) assegurou haver correlações importantes entre fatores geográficos e categorias políticas. Sua tese sustentada em sua obra mais conhecida, *A Geografia da Fome*, argumentava não fazer sentido discutir a fome fora do contexto geográfico, pois, neste espaço, há profundas contingências, tanto de ordem natural quanto cultural que podem conduzir à fome. Para o autor, nesse cenário, somente as decisões políticas são capazes de influenciar a evolução dos mecanismos da fome. Não obstante, o que se tem observado é que tais decisões concorrem para manter a fome no mundo.

Novamente, Sampaio (1999:39) vai chamar atenção para a origem da fome em três dimensões: a natural, a econômica, e, conseqüentemente, aquela que se origina na decisão política. Para ele, a fome, em sua formação, está relacionada às condições do ciclo, do clima e da qualidade ou quantidade da água. Do ponto de vista econômico, se associa a capacidade produtiva de setores importantes das relações de trocas, e, por último, a terceira condição levantada pelo autor, consiste na geração da fome por determinantes políticos associados a manutenção da dependência coletiva, a reapropriação do colonialismo e, ao que ficou conhecido no pós-guerra, por imperialismo.

Nestes termos, há muita verdade na afirmação de Abramovay (1992) quando sustenta que “a fome é a impossibilidade satisfazer o instinto de comer”. É urgente jogar luz nos fatores que implicam em tal impossibilidade, sobretudo, quando se apresenta a realidade do avanço técnico, da capacidade produtiva e dos ganhos científicos na produção de alimentos.

Com essa razão, Sampaio (1999:19) atesta que a fome é um problema social cujos aspectos políticos e econômicos estão diretamente orientados para a acumulação do poder.

Nesse cenário, fica claro que seu problema é de ordem política. O que levou Castro (1984:59) a denunciar o escárnio da fome como uma “deplorável miopia política.”

Tais reflexões induziram Sampaio a insistir que o quadro da fome resulta de uma determinação social centrada nos ditames dos oligopólios e monopólios (SAMPAIO, 1999:31-32).

Entretanto, o autor revela que a construção de um quadro geral da fome requer abordar um complexo processo que envolve a várias percepções. Por isso, Mayer (1984) vai sustentar que “os resultados dessas descobertas têm alcance incalculável.” Segundo o autor “a palavra fome já não basta.” pois “o termo evoca simplesmente a insuficiência da quantidade de alimentos, provocando a subnutrição e a “morte pela fome”. Para Mayer “trata-se agora de outra coisa...”

Nestes termos, Sampaio (1999:34) vai insistir nos elementos que conduziram a fome até propiciar mudanças na estrutura da população. Entretanto, essa situação se distancia cada vez mais de fatores malthusianos, e principalmente, dos princípios neomalthusianos que insistem nos problemas relacionados a produção e a questões demográficas. Esta doutrina foi contrariada por vários trabalhos, mas foi Walter Pawley quem primeiro chamou atenção para a sua fragilidade, ao cravar que o principal desafio ao enfrentamento da fome é hoje “*es a la capacidad e la voluntad del hombre para resolver um problema que puede solucionarse*” (PAWLEY, 1963:05).

Nessa linha, o Pontifício Conselho para a Fome no Mundo *COR UNUM* responsável pela exortação apostólica da Igreja Católica Romana denominada “A Fome no Mundo” alerta que “a Fome deriva, antes de tudo, da pobreza” (PONTIFÍCIO CONSELHO, 2003:20). Daí a necessidade de compreendê-la como o estágio mais agudo do ciclo que abriga os mais pobres entre os pobres.

Em *Raízes da Fome* publicado no Brasil em 1985, Minayo e Neto comparam a fome a um câncer que corrói a humanidade e suas origens estão, nomeadamente, nas discrepâncias das distribuições das riquezas socialmente produzidas, cujo pano de fundo está na desigualdade econômica (MINAYO, NETO 1985:16).

Igualmente, nessa linha, Sampaio (1999:37) vai sustentar que a fome precisa ser atribuída ao subdesenvolvimento decorrente da desigualdade originada na expansão monopolista do capital. Antes dele, Castro (1984: 267-268) já sustentava que a produção da fome se associa a ideia da concentração da riqueza, na busca impaciente pelo lucro que acaba por comprometer a visão dos empreendedores.

A Evolução dos Aspectos Históricos da Pobreza e a Construção de uma Epistemologia Recente

A soma desse processo não poderia resultar senão em um “desajustamento social e econômico”, consequência também da inaptidão do Estado de servir como força moderadora entre o “interesse privado e o interesse coletivo.”

Se tal desajuste social e econômico não for drasticamente parado, terá razão Josué de Castro ao afirmar: “enquanto metade da humanidade não come, a outra metade não dorme, com medo da que não come” (CASTRO, 1984:89) Esta sentença, então, será realidade em proporção e substância.

Por isso, tal realidade já não pode ser resolvida por uma mera distribuição ou (redistribuição) de renda. Isso porque o simples acesso a renda não é capaz de reestabelecer os laços sociais rompidos.

Antes de ser um problema nutricional, a situação famélica representa a soma de uma decisão política. Para superar os ciclos da pobreza se faz necessária que a questão democrática enfrente o processo de recuperação da cidadania que passa pelas garantias da justiça social. Tais elementos estão assentados no acesso ao trabalho, a deterioração salarial, degradação dos serviços públicos e desemprego em larga escala (TELLES, 2001:16).

Finalmente, a fome é caracterizada pela dimensão política da defiliação, assentada pela perda dos vínculos sociais do indivíduo com o coletivo. Quem figura na linha da fome é marcado pela negação de todos os direitos socioeconômicos. Está no último grau da vulnerabilidade social por se ver negado em seu direito à cidade que se aprofunda pela ausência nos direitos ambientais, de tal modo, que a soma de todos esses elementos constitui a mais profunda ausência de nutrientes e meios necessários a manutenção da vida

Capítulo 3

Os Espaços e as Cidades: democracia e cidadania

O presente capítulo volta-se para a espacialização da justiça e produção da cidadania, via contextualização histórica do meio urbano das cidades. Tendo como lente a democracia, este capítulo buscou enfrentar o segundo objetivo específico pautado em identificar a evolução da justiça social na espaço urbana pela promoção da cidadania. Nestes termos, o texto elaborou uma síntese concreta das principais conexões teórico-metodológicas da construção de um cenário, senão novo, certamente remodelado; senão acabado, certamente em movimento; senão central, claramente necessário para conectar às tessituras constitutivas da espacialidade, via produção democrática da cidadania, sem a qual a pobreza atualiza seu rosto.

A porta de entrada para esse debate dá-se na aproximação conceitual do espaço que, segundo a definição de Lefebvre (2006:187), é construído a partir de critérios “políticos e ideológicos” a sustentar a possibilidade de uma inter-relação com a dinâmica social. O autor sentencia que tal inter-relação é por definição política abrindo, assim, a possibilidade para equilibrar os resultados decorrentes.

É neste sentido que o geógrafo Eduard Soja, professor da Universidade da Califórnia, falecido em 2015, em sua obra *Spacial Justice* publicada em 2010, se impõe a pergunta “*why spital?*” Para estabelecer relação com a noção de superação do conceito tempo e recuperação da dimensão espacial, o autor estimula o debate definindo que o espaço não poderia ser vazio sem desconsiderar as dimensões políticas e ideológicas que o preenchem. Segundo sua observação “*it is necessary to reposition space as a discursive*

and above all explanatory object.” Em outras palavras, Soja (2010) alerta que isso não significa o isolamento de uma dimensão em função da outra, mas um realinhamento da dimensão espacial para que sejam estabelecidas as bases da justiça.

Soja atesta que é preciso tomar a necessária consciência espacial enquanto delimitação construída por dimensões mentais e materiais e, que por isso, abriga a produção da biografia humana. E passa a afirmar que “*spatial awareness can bring us closer to the notion of justice*” (SOJA, 2010:18).

É nesse cenário que Ramirez e Narciso asseguram haver profundas relações entre produção espacial, enquanto resultado da produção capitalista dos processos econômicos, e o redesenho próprio do espaço enquanto função temporal, de modo particular no meio urbano. Para os autores, o resultado mais visível desse processo pode ser visto nas perdas de convivência, sociabilidade e até de identidade, cujo ápice pode ser traduzido pela segregação e exclusão social. Logo, por definição, “o espaço, é um produto social.” (RAMIREZ e NARCISO, 2017:133).

Para tanto, Ramírez e Narciso (2017:137) asseveram a necessidade de construir a noção de espaço destinado ao público, como forma de estabelecer função social capaz de abrigar a produção da cidadania. Para os autores, tal produção se faz necessária para mobilizar os atores sociais, e, desta forma, produzir efeito em outras esferas da homogeneização urbana. É exatamente nesse processo que Diker (2001) vai observar os limites da relação sobre a nova produção do meio urbano. Para o autor, na dimensão urbana, a ideia de espacialidade foi, ao longo do tempo, desterritorializada. Caracterizou-se pelo espaço vazio, sem lugar, portanto pautado na negação das possibilidades. Tal realidade choca-se com o avanço da globalização que atingiu seu ápice recentemente e com profundos efeitos localizados, quer seja na cultura, quer seja no consumo, ou mesmo na forma de comportamento econômico que, por sua vez, gera uma falsa noção de que a economia está desterritorializada.

É nesse espaço desterritorializado que Telles passou a sentenciar que “a pobreza nunca foi enfrentada no horizonte da cidadania.” Não que esse redirecionamento esgote a questão, mas “suscita no debate público” a necessidade de incorporar elementos da “justiça e da igualdade, pondo em foco as iniquidades inscritas na trama social”. (TELLES, 2001:19). No ambiente da produção do espaço, a autora nos lembra que “o enigma da pobreza está intimamente implicado no modo como os direitos são negados na

trama das relações sociais” o que subescreve o problema a dimensão da “incivilidade” como “marca de inferioridade, modo de ser que descredencia o indivíduo para o exercício de seus direitos” (TELLES, 2001:21).

Portanto, espaço e pobreza são, simultaneamente, produtor e resultado da dinâmica ocorrida no lugar nas circunstâncias provenientes da negação ao acesso da cidade. Tal efeito modifica a relação com a ecologia, com a mobilidade, com o trabalho e, conseqüentemente, com a distribuição da riqueza, que se vê reduzida a mera distribuição de renda, agora bastante comprometida.

Esses aspectos estão no dia a dia, a redesenhar a democracia do meio urbano cuja relação vai de forma lenta e gradual se (des)envolvendo, no sentido estrito do termo. Assim, convém aprofundar o debate que gira em torno da justiça espacial como instrumento à espacialidade das cidades.

3.1 A importância do espaço e da justiça: uma introdução a Justiça Espacial

Sabe-se que é na dimensão espacial que deve ocorrer a produção da justiça. Neste sentido, as exigências de uma decisão justa estão na base de um exercício coletivo cujo alicerce assenta no cuidado com que são tratados o conjunto das decisões públicas. Nesse aspecto, o espaço é o encontro de diversos tipos de lutas para a produção da justiça, que, ao seu tempo, podem produzir dialeticamente injustiças.

Para Dennis Régnier, discutir o espaço é necessário jogar luz sobre a ideia de “capitalismo universal” apontado por David Harvey como desenvolvimento geográfico desigual. Para o autor, esse olhar pode emprestar um novo arranjo ao debate, especialmente por atestar que “hoje é o capitalismo que é universal, sendo assim universal toda produção de injustiça social” (Régnier, 2017:121).

As contribuições de Régnier avançam à outra dimensão da ideia de justiça, agora associada a dimensão do espaço, conferindo amplitude a abordagem da justiça espacial. Em sua proposta, Régnier (2017:118) indica que a tradução da dialética ocorrida entre produção social e o espaço, gera conseqüências transformadoras, compostas por uma cesta de resultados com características justas, mas também carregadas por outras matrizes injustas. Analisar essas conseqüências passa, no dizer do autor, pela capacidade de verificá-las segundo a organização espacial do tecido social e seus efeitos.

É exatamente nesse sentido que ocorre a promoção do debate em torno da espacialidade ao assumir a narrativa dialética entre inclusão e exclusão; pobreza e democracia; cidadania e envolvimento político. Tais elementos estão presentes nas observações que compõem a dimensão espaço-tempo enquanto categoria de análise inserida no pensamento de Soja, sobretudo, quando este autor sentencia que:

a new spatial consciousness is entering into public debates on such key issues as human rights, social inclusion–exclusion, citizenship, democracy, poverty, racism, economic growth, and environmental policy. (SOJA, 2010:15)

Nesse campo, a contribuição de Soja ganha importância, porque apresenta, de forma clara, a ideia de entrelaçamento das dimensões acima, para estabelecer percepção crítica entre espaço-tempo. Na proposta do autor, é preciso reposicionar a dimensão do espaço enquanto objeto discursivo e explicativo. Sem o interesse de isolar a dimensão espaço, a ideia contida no pensamento de Soja estabelece mudanças conceituais, principalmente, suas implicações quanto à dimensão da justiça. Seu esforço evidencia outro conceito ao espaço-tempo, cujos *insights* precisam ser revisitados em direção a uma nova consciência espacial que esteja à altura da sua complexidade.

O próprio Soja aponta para uma narrativa assentada na complexidade da produção coletiva que influencia o *habitat*. Para ele o espaço é “a complex social product, a collectively created and purposeful configuration and socialization of space that defines our contextual habitat” e continua seu raciocínio admitindo que a dimensão espaço tem sua fundação a partir de elementos naturais, mentais e materiais que se se dão em profundas misturas ao ponto de “recreate our own biographies”. (SOJA, 2010:17)

Nesse aspecto, o autor é categórico ao estabelecer a importância da consciência espacial sem o qual é relegada às condições de injustiça.

This is a vitally important part of the new spatial consciousness, making us aware that the geographies in which we live can intensify and sustain our exploitation as workers, support oppressive forms of cultural and political domination based on race, gender, and nationality, and aggravate all forms of discrimination and injustice. (SOJA, 2010: 19)

Nesses termos, Soja argumenta que as condições essenciais para a dinâmica socioespacial ocorrem na exata medida em que espaço e sociedade se entregam mutuamente à produção dialética. Para o autor, esse ambiente aflora a consciência espacial enquanto principal instrumento da produção de justiça. Novamente, o autor relata que o “*space is not an empty void. It is always filled with politics, ideology, and other forces shaping our lives and challenging us to engage in struggles*” (SOJA, 2010:19).

3.1.1 A Percepção da Justiça

Aqui vale resgatar as observações apontadas por Amartya Sen, para quem há riscos graves na ausência da construção coletiva em torno da justiça. Para o autor, é preciso encarar com “ceticismo quando a justiça não for discutida socialmente”. (SEN, 2011:120). Por isso, ele abre o debate em sua obra *A Ideia de Justiça* frisando que “não há nada que seja percebido e sentido tão precisamente quanto a injustiça” (SEN, 2011:9).

Amartya Sen é pedagógico ao alertar que “o que nos move (...) é a sensação da existência de injustiças claramente remediáveis” e, para sustentar seu argumento, o autor recorre a Gandhi e Martin Luther King Jr. Ao afirmar que eles “se moveram de forma heroica para remover as claras injustiças do seu tempo.” (SEN, 2011, 09:10).

Sen (2011) insiste que “está-se diante de um evento em que é difícil falar, e impossível silenciar” é estar diante da injustiça. Dito de outra forma, a busca por justiça é iniciada, não raras vezes, pela percepção assimétrica da injustiça. Recobrar sua sensibilidade é uma das práticas de mobilização social, que exige boa dose de racionalidade tão profunda quanto o sentido ético e político que tal relação possa alcançar.

Por isso, Sen afirma que o mais importante na busca de uma abordagem justa é observar a ausência da razão enquanto prática avaliativa. Segundo ele, a produção da injustiça está no centro de práticas cuja razão não é a medida. Para tanto, Sen chega a afirmar que: “para alcançar a justiça é preciso adotar uma via contextualizada que vá além de instituições e regras”. Contudo, mais adiante, argumenta o autor “a busca pela justiça deve apoiar-se em alternativas viáveis e contextualizadas” (SEN, 2011: 39).

A ideia de justiça aqui vem carregada da modelação de arranjos “sociais e suas inter-relações comportamentais, institucionais e suas regras.” Chama atenção na

observação de Sen, para a inclinação de que qualquer situação acarreta em escolhas arbitrárias. A busca por justiça, portanto, quer seja pela via utilitarista, libertária ou igualitária é sempre uma dimensão complexa, a qual os arranjos sociais devem ser submetidos. Inclusive, deve ser considerado, pelo decisor, a possibilidade de não haver nenhum arranjo socialmente identificável que seja perfeitamente justo (SEN, 2011:40).

A partir da ideia de justiça observada em Sen, em que chama atenção para a injustiça inerente ao processo, é preciso argumentar que seus elementos devem ater-se ao descompasso da produção social enquanto movimento desequilibrado das forças ocorridos entre o campo da justiça e da injustiça. De tal forma, que a noção de justiça possa, a um só tempo, absorver condições plurais e concorrentes.

Nessa linha, Soja (2010), chama atenção para que o enfrentamento das mazelas sociais venha imbuído da sensibilidade elevada de justiça. Assim, a sociedade será capaz de fazer da coesão, um combustível mobilizador. Nesse contexto, o autor observa que o termo justiça, se assim for encarado, deve equiparar-se a terminologia da inclusão, dado sua capacidade de equilibrar as desigualdades.

3.1.2 – O difícil começo sobre o debate em torno da Justiça

Para compreender o fio condutor desse processo, é preciso retornar aos primeiros debates em torno do tema. Para Amartya Sen, esta tarefa exige voltar a ideia inicial de John Rawls, ao elaborar o seu princípio da justiça. Na sua visão, o processo de produção da justiça está intimamente associado a busca pela equidade entre procedimento e distribuição donde supõe sua vertente social (SEN, 2011). É aqui que se insere a escola clássica que cerca o tema justiça e sociedade, ou simplesmente, justiça social.

Para o autor, o sentido de justiça se estabelece enquanto critério analítico de tal forma e condição, que o resultado favoreça a parte mais fraca. Entretanto, não são raros os críticos à sua visão. Atestam tais críticos, que Raws não avança o suficiente para observar as verdadeiras causas das desigualdades imaginando, erroneamente, que são estáticas.

Uma dessas percepções foi atacada fortemente por Foucault (1989), ao observar

o dinamismo previsto no tempo a afetar o espaço. Para o francês, o erro da cultura ocidental consiste em imaginar o espaço enquanto elemento fixo, o que evita, sobremaneira, tecer perspectivas críticas as diversas formas de produção das injustiças.

Assim, a teoria rawseana permitiria enxergar o conjunto das desigualdades, sem jamais aprofundar suas estruturas, sendo por definição, uma teoria superficial para esse contexto.

Nesse cenário, se insere a obra da Filósofa e cientista política estadunidense Iris Marion Young em seu trabalho *Justice and The Politics of Difference*, publicado em 1990. Young busca restaurar o conceito de justiça ao propor seu deslocamento da ideia da distribuição para aprofundá-la enquanto conceito de influência (Young, 1990:47). Segundo a autora, essas estruturas estão na base da exploração, marginalização e da impotência.

Não obstante, sentencia Young (1990:48) “*the structures pointed out have a circulation channel facilitated by the colonization of the imperialist culture, which in turn is cemented from the control exercised by violence in its various branches.*” Novamente é a cultura que empresta poder simbólico ao processo, desta forma esfumando a capacidade de articulação comunitária do indivíduo.

A autora vai aproximar-se do conceito marxista da ideia de justiça, para apontar aos elementos de exclusão social construído a partir da marginalização da vida em que pese as condições de acesso. Nesses termos, Young se desloca do caminho defendido por Raws em que a questão da justiça se insere no campo meramente distributivo, para denunciar a malformação das estruturas que permeiam a espacialidade. Young não ignora o problema da má distribuição, contudo, a sua mera execução não possui efeito em que pese a consecução da ideia de justiça, e finaliza: “*it is necessary to face unjust structures and not only their causes*” (YOUNG, 1990:49).

Nesse campo, Young (1990) vai tecer as bases que iriam influenciar a teoria da Justiça Social, promovendo salto qualitativo acerca desse pensamento. Para a autora, o centro do debate sobre justiça social precisa contemplar os grupos sociais e não os indivíduos. Segundo a autora, somente dessa forma, é possível abandonar a ideia procedimental da regulação. Ao se permitir distanciar-se de abordagens meramente centradas em desigualdades sociais e econômicas individuais, propõe cinco princípios

que estão, a seu ver, a afetar grupos sociais, e, por isso, a base de causas injustas: 1) exploração; 2) marginalização 3) ausência de poder; 4) imperialismo cultural e 5) violência como opressão.

Os elementos acima ajudam este trabalho a compreender as mais diferentes formas de injustiças que são socialmente produzidas no espaço, em geral, e no espaço urbano em particular. Esse local de execução é, por assim dizer, afetado negativamente a influenciar, por consequência, as mais diferentes formas de vidas. Estas vidas, em especial a humana, podem dialeticamente incorporar narrativas de resistências advindas de ações sociais e políticas.

Aqui reside a ideia central da noção de justiça chamada a reorientar o espaço urbano a partir da mediação da cidadania, sem a qual se tornaria impossível falar em equilíbrio.

3.1.3 O Meio Urbano e a Justiça Espacial

Michell Mollat em seu artigo intitulado « *Pauvreté Histoire et Culture* » (1996:64) argumentava que “l’essor urbain avait commencé au XII siècle”. Mas tomou os atuais contornos no século XIV. Segundo o autor “cet essor, fruit lui-même du developpement de l’économie d’échanges, contituaint em contrapartie um stimulant aux progrès de la misère.” Logo, o espaço urbano e o processo econômico misturam-se para emergir a utopia “do não lugar”. O indivíduo que – permanente ou temporariamente – habita esse espaço de privação da liberdade e da indignidade, é a maior expressão da pessoa afetada pela pobreza.

Aqui se insere a importância de localizar o espaço urbano enquanto principal cenário de reprodução da pobreza. Para isso, chama-se Marc Augé, para quem a ideia do “não lugar” é expressão maior da incerteza onde “a beleza do que poderá vir a ser um dia, talvez, terá lugar.” (AUGÉ, 2003:135). A ideia do não lugar é mais do que uma expressão poética, mas uma definição para designar o surgimento do pobre na espacialidade urbana. Desta forma, ocorre a primeira passagem da reprodução de debilidade das forças, da geração da dependência e da consagração da humilhação. Uma espécie de moinho cuja tração é a própria energia dos mais pobres expondo-os, ao final de cada volta, a situações inaceitáveis, e absolutamente, evitáveis de pobreza.

Na mesma intensidade em que o espaço físico da realidade urbana e da materialidade econômica fabricam o não lugar, se desfaz no indivíduo - já destituído do seu habitat - a noção central de pertencimento coletivo. Como consequência, o sentimento comunitário é esgarçado e o contrato com a morte, se não é assinado, é pelo menos anunciado. No meio urbano, tal contrato é levado a cabo pela negação à cidade, fazendo surgir o mais cruel nível de exclusão. Esse espaço, em última instância, é caracterizado pela profunda ausência da dignidade, fazendo girar todas as dimensões da pobreza pela inexistência de níveis mínimos de cidadania.

A dimensão espacial no meio urbano guarda, em si, aspectos promotores da justiça, ao se estabelece na convivência dos sujeitos, das formas de vidas e da apropriação da riqueza produzida. Para a professora de Geografia Humana de la Universitat de Barcelona, Núria Benach Rovira, o espaço urbano é, por excelência, o espaço de relação social e não meramente o espaço de mercadorias. Na perspectiva da autora, trata-se do *locus*, onde se apreende a complexidade da experiência humana. Segundo Benach, nesse nível espacial “as intervenções não deveriam empreender-se sem considerar o espaço vivido(...)” (BENACH, 2017 28:29). Esses elementos podem desencadear novo processo de politização do conceito de espaço, e conseqüentemente, reformulação das distribuições do conjunto de riquezas produzidas.

Nesses termos, convém observar Soja (2010) para oportunizar o debate em torno de justiça espacial enquanto articulação conceitual entre cidade, espaço e sociedade. Soja enxerga, nesse cenário, a importância do papel da democracia enquanto instrumento equilibrador das forças. Para ele, há nesse mecanismo social, a real possibilidade de avanços e resistências abrindo-se a produção da justiça social no espaço.

Nesse sentido, Soja contribui ao argumentar que o movimento de urbanização exige caminhar na direção de uma nova consciência espacial. Em que “*space is a complex social production, purposely created by the collectivity that defines our habitat*” (SOJA, 2010:15).

O autor estabelece, assim, uma dimensão da consciência espacial para reorientar o diálogo a partir do contexto da espaço urbana que, para ele, assenta-se na “*intensification of the exploitation of work, in politics based on race, gender and nationalization.*” *E defende que sem “recognize these processes we leave out the production of spatially constructed injustices”* (SOJA, 2010: 16)

Tal argumento dialoga com o pensamento lefebvriano quando este observa a necessária produção do espaço enquanto dimensão indispensável para pensar a humanidade (LEFEBVRE, 2003). Para Ana Fani Alessandri Carlos, prefacista da obra *Justiça Espacial e o Direito a Cidade*, publicada no Brasil em 2017, essa linha de pensar o espaço urbano recupera a expectativa da resistência, pois passa a configurar-se enquanto instrumento de recusa a privação que avança com o desenvolvimento capitalista (CARLOS et al 2017:10).

Para Carlos, Alves e Pádua (2017) a prática urbana normalizadora estrutura-se enquanto mercadoria, cuja função consiste em apresentar as contradições urbanas que assediam a vida materializada em constantes crises. Tais elementos abrem-se feito uma linha abissal, exigindo a necessária disputa pelo direito à cidade.

Portanto, é preciso evitar a confusão de entendimento que confunde direito à cidade com o direito natural do ser humano. O direito à cidade, segundo a perspectiva sociológica, se insere na possibilidade do ser humano tomar posse do seu destino, ou seja, revolucionar o espaço da cidade, nomeadamente o espaço urbano. Logo, o direito a revolucionar a cidade, apropriar-se do fazer e refazer o meio em que está inserido.

No limite, a cidade enquanto espaço de produção dialética das justiças e das injustiças, é por isso definida pela privação do urbano, fundamento último das lutas pelas espacialidades. Precisamente tal privação ocorre para, ou pela lógica do crescimento econômico fundada na racionalidade dos modos de produção capitalistas de desenvolvimento, em que a expressão enraizada na negação ao envolvimento. Por isso, o (des)envolvimento passa a reorientar a espacialidade e a própria movimentação social. (SILVA, 2014:21)

Entretanto, como lembram Carlos, Alves e Pádua (2017:12) é difícil a tarefa que consiste em associar a produção capitalista à insuficiência de moradia e de infraestrutura. Para os autores, a crise no meio urbano, por possuir centralidade no indivíduo, não poderia preceder dos laços que unem o capital mundial. É possível que esse laço esteja na centralidade do debate em torno da desigualdade social. Por isso, ser fundamental apontar as observações feitas novamente em Benach (2017, 17:29) para quem o centro da crítica deve se estabelecer nos fundamentos da desigualdade, enquanto elemento principal da negação ao direito à cidade.

Ora, impõe-se aqui certa radicalidade lógica de imperativo determinista; se a desigualdade é por excelência subproduto da negação ao direito à cidade, o espaço não pode abrigar outra coisa senão os resultados das profundas injustiças produzidas socialmente, que convencionou-se chamar por desigualdade.

No entanto, a hipótese apresentada por Benach (2017:17) se estabelece na crítica do próprio termo da desigualdade social. Segundo a autora, ao adotar tal definição, opta-se por reduzir o “conteúdo político do processo, sobretudo aqueles relacionados à negação da cidade e da justiça espacial”.

Benach (2017) entende que a terminologia do direito à cidade, tal qual definido por Lefebvre há 50 anos, agrega maior eficiência – do ponto de vista analítico, pois na definição situacional o sujeito está constantemente exposto às transformações no meio urbano. Isso porque, segundo Pulcell, Lefebvre não admitia mudar a cidade sem mudar as coisas, sem aprofundar a via de acesso a outro modelo social capaz de superar a lógica do capitalismo, do consumo e do próprio estado (PULCELL, 2014: 141).

É nesse marco em que se inserem as narrativas de justiça espacial e desigualdade socioespacial, sendo a primeira um constructo de superação da segunda, esta por sua vez, resultado de escolhas políticas associadas às ideias neoliberais de redução da participação do Estado e ampliação do mercado.

Não obstante a essa quimera Benach (2017:18) atesta que, durante décadas, várias narrativas se completaram para construir uma ideia única em torno da legitimação das políticas em favor do crescimento. Na prática, o conjunto dessas narrativas apostou suas fichas na ideia de que a cidade era um ambiente de criatividade, e que os modelos urbanos deveriam responder à lógica empresarial até o limite da convivência.

O modelo social produzido pela desigualdade, portanto, é referendado por discursos políticos únicos como: *there is no alternative* - reproduzido pela então primeira ministra do Reino Unido Margaret Thatcher, que evidenciam, em última instância, a constituição do meio urbano, com processos globais. Em outras palavras, como atesta Benach, trata-se de uma articulação da análise espacial com o funcionamento do capitalismo e suas consequências políticas (Benach, 2017:19).

Isso levou o professor da University of Illinois the Chicago, Brenner Theodore (2005), a investigar o neoliberalismo pela própria condição urbana contemporânea, ou a urbanização neoliberal, quer seja pela forma da governação proposta, quer seja pela estratégia política seletiva ou mesmo por formar sutis narrativas ideológicas de representação.

Para Benach (2017), o quadro acima se materializa pelos cortes em direitos conquistados pela sociedade em nome quase sempre da famigerada política de austeridade. Essas políticas são localizadas em grande medida nos meios urbanos, afetando, como atesta a autora, “coletivos e espaços”. Desta forma, continua Benach “é quase óbvio afirmar que a dinâmica do capitalismo é geradora de desigualdades sociais e espaciais” cujo desenvolvimento desigual “alcança sua maior expressão na espacialidade urbana por meio de investimentos seletivos” (BENACH, 2017:20).

A tese da autora sustenta que “a cidade neoliberal é, especialmente, impiedosa com os excluídos e os que vivem em suas margens, a quem não deixa lugar algum para ficar”, e continua, “consiste aqui boa parte da explicação dos desinvestimentos e dos cortes sociais, em detrimento de políticas que privilegiam o consumo e optam por investimentos privados.” Finalmente, a autora sentencia ao atestar que os espaços menos interessantes ao capital são reservados para futuros investimentos, sendo no momento presente largados à própria sorte, originando o que ficou conhecido por seletividade espacial (BENACH, 2017:22).

A seletividade espacial, como induz Benach, revela-se num profundo hiato caracterizado pela segregação do espaço. Nesse contexto, é comum observar o investimento público coincidir com o interesse privado; investimentos em áreas comerciais e turísticas, são facilmente legitimados em detrimento de outros espaços que não, raras vezes, tem esgotos a céu aberto, ou ainda reclamam de infraestruturas elementares. Viver nesses espaços segregados e marcados por uma profunda ausência do Estado é na percepção de Mitchell e Heinen (2009:612) “*a still requirement of the spirit of survival.*”

Nesse sentido, relacionar a noção de sobrevivência ao direito à cidade é na observação de Benach uma ideia com extraordinária força política, quer seja pela capacidade de olhar o urbano para o imediato e cotidiano, quer seja pela capacidade de chamar atenção a realidade construída no terreno.

Portanto, o mito da cidade competitiva e internacionalizada, no dizer da autora, não passa de uma estratégia mal formulada “utilizadas para legitimar a segregação dos recursos geralmente públicos, produzindo espacialidades dívidas e incertas” (BENACH, 2017:27).

Esse cenário será endossado por outras narrativas como a crise econômica, mas, na sua essência, responde basicamente, ao sequestro da democracia, enquanto valor político, símbolo da justiça, instrumento de mediação social.

3.2 A Importância da Democracia

A democracia é tão importante para as relações sociais como a roda foi para as cidades antigas e o fogo para o mundo primitivo. Pierre Lévy, ao designar a tecnologia como o fogo do futuro (LÉVY, 2000), possivelmente negligenciou a importância da democracia para as cidades, por ser a democracia e não a tecnologia, o instrumento mais libertador. Por razões óbvias, o mundo moderno não pode prescindir das tecnologias, porém, é preciso reafirmar que o fogo do futuro para as cidades é a questão democrática, cuja combustão ocorre no presente sem a qual é difícil prever a existência do futuro.

A importância da democracia ganha substância real quando confrontada com as perguntas levantadas pelo franco-argelino Jacques Rancière (2014:8) quando se permitiu indagar mediações conflituosas por meio da democracia. Para Rancière, como fazer com a cultura que envolve o rosto da adolescente no Oriente Médio? Como conciliar a conquista de direitos com o déficit na previdência, cuja origem está numa verdadeira manipulação contábil? Como dialogar com a crise dos salários a redução da mão de obra e o avanço das tecnologias sobre os empregos tradicionais?

E o que dizer do casamento homoafetivo ou da reprodução artificial? Esses e outros temas assolam a sociedade moderna, que somente poderão ser enfrentados com a preciosa contribuição da democracia (SANTOS, 2007:17) sentenciou: “precisamos reduzir o futuro e alargar o presente, porque é aí que as pessoas vivem”. Para o autor, esse exercício ocorre quando a sociedade resolve colocar em prática a democracia.

Nessa perspectiva, a democracia enquanto imperativo ético, dá-se na sistematização da vida pública. Isso só é possível pela busca da racionalidade, portanto, pela possibilidade da política.

Em seu livro *Ética, Direito e Democracia*, o filósofo Manfredo Araújo de Oliveira ajuda a compreender essa dimensão quando induz que: “se o que importa na ordenação da vida humana – individual e coletiva – é a razão, então quem deve exercer o poder político não são alguns nobres em função do seu nascimento, mas todos os seres humanos”. (OLIVEIRA, 2010:265)

Oliveira (2010:275) vai se valer da noção de antropologia parcial de Habermans para articular a tarefa básica do contrato social moderno, quando este toma por base o lado negativo e o lado positivo do indivíduo. No primeiro caso, a base social é assentada na “ameaça recíproca” em que o ser humano assume a possibilidade da força como objeto de mediação. O segundo caso é a expressão da cooperação coletiva, providenciada pela noção de mutualidade.

Nesse sentido, segundo Oliveira (2010:276), cada dimensão precisa “renunciar a constituir uma ameaça à vida do outro” Para o autor, isso ocorre naquilo que Höffe denominou de “imperativo da prudência”. Situação em que “troca-se a possibilidade de ser autor da violência pelo interesse de não ser vítima.” Aqui, Oliveira (Id) argumenta que a democracia ganha sentido enquanto instrumento mediador de tal processo, dimensão pela qual assume-se a expressão coletiva da sociedade.

Ao longo do processo histórico, em geral, e brasileiro em particular, a democracia guardou em si grandes complexidades que foram assumindo forma e conteúdo com a evolução social. Aqui, o pensamento de Rancière novamente ajuda a refletir sobre os arranjos necessários à costura dos conflitos sociais em que a realidade democrática se impõe na visão de Rancière (2014: 8) como sendo “o reino dos desejos ilimitados” cenário no qual as disputas ficam anuviadas, mas *vis-à-vis*, dão-se as tessituras democráticas.

Essa tal vida democrática, na visão de Rancière (2014) tem hoje dois profundos inimigos: de um lado, o inimigo clássico – aquilo que identificamos com certo grau de facilidade pelos *modus operandi* de um ditador, um governador arbitrário assentado na figura do tirano. Mas, do outro, encontra-se o que denominamos de paradoxo da democracia. Nesse paradoxo está contido o inimigo mais difícil de ser identificado, fruto da própria prática da democracia, ou seja, o controle da vida democrática.

Foi exatamente esse cenário que levou Racière (2014:28-30) a assumir as profundas alterações da vida democrática, sobretudo as que refletem questões individuais a repousar quase sempre no debate referente aos direitos do Homem. A saída do indivíduo egoísta para o consumidor ávido, instrumentalizou, na visão do autor, a estratégia mercantil do homem democrático.

Nesse limite, Rancière sustenta que o Estado provincial reduziu as várias conquistas individuais à mera questão de igualdade comercial, voltada a alimentar o binômio prestador de serviço x cliente, atualizando, desta forma, o antigo burguês para o atual homem democrático. Nesse sentido, continua o autor “foi possível transformar o reino da exploração em reino da igualdade” (RANCIÈRE, 2014: 31) e reduzir a ideia da democracia condicionada a possibilidade de acessar ao mercado. Nesse ponto, a democracia deixa de ser uma forma social de convivência e passa a representar uma forma de governo; abandona seu projeto coletivo, estabelecendo no indivíduo seu ponto de chegada. Logo, passa a qualificá-lo segundo sua capacidade de crescer infinitamente, obrigando-o a aderir à lógica da economia capitalista.

Esse contexto é reforçado na ideia apresentada por Santos (2007:88) para quem, nesse cenário, a democracia é reduzida à expectativa estabilizadora quando baseada apenas no poder de compra e na prestação dos serviços. Nesse cenário, quando tal expectativa não ocorre para um determinado grupo, rapidamente se estabelecem crises com reflexos diretos do contrato social, a revelar uma verdadeira reconfiguração do indivíduo deixando a ideia de “sociedade civil” para assumir o “estado de natureza” ao modelo elaborado por Locke, Hobbes e Rousseau. Tal ambiente, continua Santos (2007), insiste em manter os aspectos políticos da democracia, mas também abre espaço para o fascismo social. Nesse cenário, as instituições são tismadas pela cor da democracia, mas seus instrumentos oprimem os povos e servem de controle social.

Entretanto, Sen (2011) insiste que a democracia é imprescindível em qualquer contexto, mas num ambiente de desenvolvimento é, por vezes, o único mecanismo que permite aos mais vulneráveis, disputar a cobertura social dos seus direitos. Quando grupos se movimentam em torno dos direitos humanos ou se organizam em função da educação básica, ou mesmo na alimentação necessária para evitar a fome, é à própria expressão da democracia a que estão recorrendo. Assim, “havendo falhas no interior do mecanismo político, somente a democracia é capaz de corrigi-las... a liberdade democrática é o primeiro passo para promoção da justiça social” (SEN, 2011: 385).

Em tempo, é preciso contextualizar que o processo de construção democrática brasileiro não prescindiu a uma ampla modernização cultural ou mesmo a um processo econômico equitativo. Para o professor António Teixeira Fernandes, catedrático da Universidade do Porto, esses elementos podem inviabilizar a expansão da democracia, via concentração da riqueza e do poder (FERNANDES, 1998).

Em não se inclinar a produzir um modelo autenticamente democrático, o Brasil aceitou desenvolver sua economia assentada na manutenção de privilégios, mantida por uma dada estrutura violenta e organizada a partir de fundamentos autocráticos de dominação burguesa. Foi nesse contexto da evolução da democracia brasileira que Carlos Nelson Coutinho comparou à máxima do príncipe de Lampedusa, para quem é “preciso mudar alguma coisa para que o fundamental se conserve” (COUTINHO, 1991:95).

Em outras palavras, nesses contextos, alguns ajustes são aceitos, como a abolição da escravidão – por exemplo – em troca do congelamento da promessa da democracia, da autogestão, e até de um padrão de vida sem coação e exploração (FERNANDES, 1998:13). Em um cenário desenhado por Fernandes (1998: 100) a orientação da democracia brasileira raptou sua essência e se travestiu de uma “república sem imperador” naquilo que o autor chamou de “democracia de senhores, feita pela elite para a elite... uma democracia restrita”.

Como recobra Fernandes, trata-se apenas de uma democracia funcional, flagrantemente inclinada a atender os serviços da classe dominante, cuja essência oligárquica castrava a liberdade, em especial dos operários e pequenos comerciantes tornando-os figuras “inimigas da república” até justificar a implantação de um modelo democrático pouco preocupado com a dimensão plural, e menos ainda com a questão federalista (FERNANDES, 1998:104).

Nesse diálogo, convém recobrar Rancière (2014: 16;17) quando afirma que a vida democrática está diretamente associada com o princípio da anarquia enquanto vitalidade da cena política. A síntese do papel da democracia nos termos de Rancière consiste, portanto, na capacidade de responder à dupla dimensão social: coletiva e individual.

Contudo, o autor atesta que, ao abrir-se a essa capacidade, a democracia cometeria excessos, posto que seu alcance representaria o fim da fronteira política que, em última instância, significaria o regresso as “totalidades ilimitadas”.

O autor sustenta que este foi exatamente o que ocorreu com o totalitarismo promulgado por Hitler, em que as propriedades de um Estado total passam a ser concebidas, enquanto expressão do avanço deste, sobre toda e qualquer forma de direito coletivo ou individual.

Esses elementos foram, assim, absorvidos pela noção de democracia que passou a cumprir seu papel mínimo de garantir “eleições livres”, liberdade de expressão, além, é claro, da propriedade privada (RANCIÈRE, 2014).

Em outras palavras, a democracia a partir das escolhas e das ideias, resume a visão do direito à cidade, pois criou espaços para o genocídio do povo judeu ao impor as condições de sua paz. Finalmente, Rancière vai concluir que, para se chegar ao seu fim, a democracia precisa se livrar do povo, paradoxalmente, razão de sua existência. (RANCIÈRE, 2014:19).

Por isso, o autor estava convencido que “há uma associação entre esse movimento e ao temor de Tocqueville de vislumbrar a possibilidade de apenas um senhor dispor de um estado centralizado sobre uma massa despolitizada”. (RANCIÈRE, 2014:33).

Tais observações relembram a importância da capacidade social em instrumentalizar a democracia como forma de buscar a justa medida, enquanto destino daqueles que o seguem.

3.2.1. Os Perigos da Democracia Liberal

Não obstante, Amartya Sen (2011: 379) ter conferido importância a democracia do tipo eleitoral pela sua capacidade de “corrigir rumos”, essa concepção democrática assume um perigoso caminho político no século XX, estabelecido no roteiro único do pensamento liberal. Nesse cenário, uma plutocracia tratou de domesticar as fronteiras da discussão política pela lógica do capital, concebendo assim um adjetivo de “liberal” a noção geral de democracia. Está agora limitada às formalidades das regras legais, das normas de mercado, reduzidas ao campo meramente de contagem de votos eleitorais.

Duas são as principais características de uma democracia liberal: a ideia de representatividade e a suspensão de direitos àqueles que não subiram a linha da cidadania.

Para Ferrara (2015), essa segunda característica de designação oficial de cidadania abre espaço para o controle do Estado, a quem possa ou não acessar direitos. É nesse sentido que Comaroff e Comaroff (2001:21) vão concluir que conceitos como sociedade civil e cidadania são manipulações da democracia liberal para provocar exclusões.

Nessa linha, Boaventura Sousa Santos e José Manuel Mendes ao prefaciar a obra *Demodiversidade* (2017:36) observam que a ideia de democracia pautada nos termos liberais reduz sua essência em apenas um subproduto a serviço da recolonização. Assim, faz sentido as palavras de Rancière (2014) para quem a democracia é o objeto a ser dominado e, portanto, controlado.

Novamente, para Santos e Mendes (2017:27), o surgimento do pensamento único sobre a democracia ganhou fortes adeptos com o passar dos anos. A proposta dos professores da Universidade de Coimbra induz a pensar que, no contexto de capitalismo predatório, a democracia não poderia realizar outro caminho, senão o liberalismo, ambiente em que as organizações sociais compatibilizam sua participação às possibilidades reduzidas deste novo modelo.

Contudo, observam Santos e Mendes: “o que não se esperava é que o próprio avanço do capitalismo fizesse surgir à necessidade de práticas redistributivas não previstas no modelo de democracia liberal”. A Democracia e o capitalismo seriam, por fim inconciliáveis? Sob a perspectiva sociológica, é certo imaginar que sim. Porque o processo de construção da democracia nesse terreno é voltado para “eleger os melhores, bem como defender a ordem proprietária” (SANTOS e MENDES, 2017).

É o que tenta responder a abordagem realizada por Ellen Meiksins Wood, em sua obra intitulada *Democracia contra o capitalismo* ao atestar que democracia e capitalismo são incompatíveis (WOOD, 2011). A responsabilidade democrática, sustenta a autora, não conseguiu estabelecer alcance suficiente frente a esfera do capital.

Essa norma vai levar Rancière a reinterpretar Marx para atestar que as leis e as institucionalidades presentes na democracia formal, nada mais servem para a burguesia do que exercer seu poder de mando (RANCIÈRE, 2014:9).

Para o autor, os porta-vozes desse tipo de modelo são incapazes de levar a democracia ao seu ponto mais radical. Evitam, por assim dizer, a democracia real a partir

de um discurso duplo, abandonando uma forma de governar para propiciar uma profunda crise civilizatória. Aqui, Santos e Mendes (2017) alertam que “o provincianismo marca a instrumentalização da mimetização eleitoral”.

Essa realidade é, por vezes, assentada no binômio “gosto/não gosto” da participação partidária que, por sua vez, é marcada pela ausência de um pensamento coletivo. A democracia, assim, tem seu objetivo frustrado e o voto é usado para legitimar a chegada ou permanência de ditadores no poder.

Nesse cenário, a perspectiva da democracia moderna é reduzida ao edulcorado processo eleitoral permitindo que todas as estruturas sejam facilmente manipuladas pelas necessidades de ampliação do capital. Fazendo surgir, no dizer de Carvalho, o Estado ajustador cuja função principal é “ajustar os ditames legais a acumulação rentista, produtiva e de espoliação” (CARVALHO: 1999). Aqui as palavras de Boaventura (2017) ganham sentido quando atesta que “estamos a perder a democracia, democraticamente.”

Logo, a prática da democracia é algo bem mais complexo que a contagem de votos. Isso, porque o destino de uma sociedade não poderia ser reduzido à participação eleitoral. O que se configura uma boa chave de discussão quanto a utilidade do voto que – apesar de importante - não diz muito sobre o nível democrático estabelecido no arranjo social.

3.2.2 Aprofundar a Democracia até as Últimas Consequências

Não são poucos os autores que têm se especializado em democracia. Ao dialogar com essa dimensão política da vida social, Amartya Sen (2011:355) argumenta que “é preciso compreender a história da participação popular e o espírito da razão pública para aludirmos às exigências da vida participativa”. Assim, o autor irá sugerir que o primeiro grande sinal da presença da democracia é a capacidade da argumentação pública (SEN, 2011:358).

É no exercício da razão pública que a democracia ganha raiz na sociedade e supera sua camada mais superficial notadamente ocorrida no processo eleitoral. Logo, o autor lembra que “a democracia está implicada diretamente com as dimensões da moral, e da justiça, no limite de estabelecer vínculo com as dimensões instrumentais baseadas no poder e na coesão” (SEN, 2011:360).

Para Sen, o ponto áureo da democracia só é possível de ser alcançado se for alcançada também a justiça, via participação política e interação pública. Segundo sua observação “caso a discussão pública e a liberdade de informação seja limitada, nem é possível falar em justiça, nem tampouco de legitimidade, pois o processo social está eivado de ansiedade e suspeição.” (SEN, 2011: 360).

Mais do que pensar a democracia pela linha da argumentação pública, Santos e Mendes afirmam ser necessário pensar a democracia para além do ocidente, ao ponto de resgatar sua origem insurrecional, ao modo de Ambedkar, cujo pressuposto democrático assenta na autonomia, na resistência e no direito/dever de reclamar a cidade (SANTOS e MENDES: 2017:36).

É o que chama atenção a professora da Universidade Federal do Ceará – UFC, Alba Carvalho e Eliane Guerra (2016) analisam a democracia enquanto categoria de valor universal. A autoras sentenciam que “a democracia perpassa todos os domínios da vida social, constituindo-se nas relações econômicas, políticas e culturais.” Contudo, Carvalho e Guerra recorrem a Coutinho para reafirmar que “a dimensão substantiva da democracia vai além do seu aspecto formal”. insiste na democracia enquanto modelo de organização da vida social envolvida e encerrada numa complexa gramática social e cultural”. Para a Carvalho e Guerra, tais aspectos dessa gramática assentam no acúmulo de princípios dialéticos reconhecida na constante e necessária busca pela igualdade.

Essa perturbadora noção de democracia explica aquilo que Rancière (2014) denominou por “novo ódio a democracia”. Se antes a democracia era rechaçada pela capacidade de garantir voz pública, por sequestrada que fora, agora o ódio surge pela simples exigência de respeito às diferenças e que, em função disso, indivíduos apáticos retomem sua vontade de participar dos destinos da sua sociedade.

A presença de democracia plena, portanto, exige que a sentença “sociedade para além do capital” defendida por Mènsáros (2002) seja levada a cabo, ou como diz Carlos Nelson Coutinho: “não há democracia sem socialismo”, em outro texto, o autor define a democracia como sendo o “socialismo sem fim”.

3.2.3 A Democracia Enquanto Possibilidade de Superação da Linha Abissal

A democracia tal qual a conhecemos, precisa ser reinventada a partir da refundação de outra lógica assentada no bem-viver, na participação direta dos povos afetados nas decisões políticas ocorridas na cidade e no país, fruto muitas vezes, de um mau desenvolvimento econômico, na resignificação da dignidade humana e na ampliação da interculturalidade. Santos e Mendes apontam para o exercício de imaginar *Novas Possibilidades Democráticas*. Os autores indicam que a chave desse processo consiste numa “epistemologia centrada na ecologia dos saberes.” (SANTOS e MENDES, 2017:09)

Para Santos e Mendes (2017), a principal tarefa da democracia consiste no enfrentamento do pensamento abissal crivado no seio da sociedade moderna, em geral, e na realidade urbana em especial. A característica central dessa realidade consiste na produção do vazio, quer seja pelo conhecimento, quer seja pela lei, ou mesmo em ambas as formas em que o conhecimento impõe um verdadeiro abismo à sociedade.

No cenário levantado por Santos e Mendes, de um lado está a metrópole, do outro, a colônia. Na metrópole, a realidade é estruturada no pensamento eurocêntrico estabelecido na verdade única, naquilo que os autores chamam de “monocultura do saber.” Na colônia, a exclusão está a imprimir ao conjunto social uma profunda força. Aqui, toda voracidade da exclusão expõe o tecido da população mais vulnerável. (SANTOS e MENDES, 2017:17)

Em outro trabalho, Santos (2014:7-8) atesta que a divisão é tal que no lado da linha colonial a exclusão exerce força extraordinária. Sua relevância alcança tal patamar que está a provocar o desaparecimento não apenas do indivíduo, mas de toda expressão da realidade que, uma vez invisibilizada, torna-se incompreensível e irrelevante!

Novamente, chama-se Santos e Mendes (2017:17) para atestar que “estar na linha no lado colonial, significa estar impedido pelo conhecimento de representar o mundo em seus próprios termos”. Para os autores, a dinâmica da colônia é, desta forma, “caracterizada fundamentalmente pela ausência de democracia que eleva o grau de exclusão.” Ali, há uma neutralização via democracia representativa, reduzida ao seu aspecto mais elementar. O que leva os autores a concluir como sendo uma “democracia de baixa intensidade”.

A democracia de baixa intensidade é caracterizada pelo fortalecimento da tríade colonialismo, capitalismo e patriarcado que, a todo instante, imprimem uma narrativa bastante perversa ao tecido social. Tal modelo superficial de democracia dá-se ao apelo da reprodução social sem equidade, quando muito, utiliza-se de estratégias de pequena distribuição de renda. Abre-se a reprodução capitalista mais tacanha, fazendo conviver a metrópole e a colônia separada, socialmente por um profundo fosso social, embora muitas vezes no mesmo território geográfico.

Novamente, Santos e Mendes vão observar que a linha abissal pode ser invisível fisicamente, mas é profundamente sentida “por meio de uma mistura tóxica de ausência de alternativas e desdobramento de crises econômicas, políticas, ecológicas, ética e civilizacional”. (SANTOS e MENDES, 2017:10). Para os autores, o que se aplica de um lado é evitado do outro; o que é moral e ético aqui, ali pode ganhar outros contornos; o terreno normativo - da lei - induz o lado da colônia a ser instrumentalizado pelo vazio pautado na negação existencial e do não conhecimento (SANTOS e MENDES, 2017:17). Para Santos (2003: 24), esse tipo de sociedade consiste “na própria retirada do Estado enquanto membro articulador da vida.”. É a expressão de uma sociedade pautada nas ausências a estabelecer o que o autor chama de fascismo social.

No sentido oposto da colônia, encontra-se a metrópole, mantida quase sempre por feixes de liberdades, resultado de muitos processos eleitorais acordados e ordeiros. No dizer de Santos, “a democracia experimentada na metrópole baseia-se na catástrofe ecológica e no fascismo social”. (SANTOS, 2012: 154).

Nessa dinâmica, a agenda do Estado está pautada pela dimensão econômica, o crescimento e o desenvolvimento. Todos os mecanismos do Estado se tornam reféns da produção, controle e pagamento da dívida produzida por mecanismos espúrios e desconhecidos do grande público, em que até a dimensão da ecologia é relativizada. Todavia, essa realidade avança sobre a metrópole na medida em que esta “dar-se a tipos de exclusões não abissais, originadas na exata medida em que ocorre o sequestro da democracia e sua redução às questões eleitorais.” Reproduzem aquilo que os autores chamaram de “sociedades politicamente democráticas, mas socialmente fascistas” (SANTOS e MENDES 2017,15:18). Paradoxalmente, no lado da linha reprodutora da ideia colonial, emerge um verdadeiro instinto de sobrevivência.

Não falta criatividade em busca de instrumentos, técnicas e métodos para tornar a vida viável. É bem verdade que pulsa ali, uma verdadeira epistemologia que servirá de abrigo às múltiplas expressões e vozes das pessoas em situação de exclusão. O avançar dessa ebulição fará surgir um modelo democrático pós-abissal, cultivada em espaços de convivialidades (SANTOS e MENDES: 2017).

Na visão de Santos (2003:25), “a democracia pós-abissal precisa realizar o enfrentamento da democracia liberal tinsada sob o verniz da cidadania, do direito e do contrato social.” Esse ambiente poderá mobilizar a sociedade a ir ao encontro da sua imaginação pela própria característica criativa. Poderá, assim, fomentar outras narrativas de convivência harmoniosa em que se restabelecem espaços capazes de emergir, intensamente, outra democracia.

Desta forma, Boaventura Souza Santos sustenta que a democracia poderá ser instrumento de liberdade se observar diferentes ritmos de transformação social. Para ele, a partir da democracia, é possível intervir no hibridismo social ora baseado na ausência, ora assentado na emergência, influenciando a realidade local a sair do “experimentismo” estatal para a Demodiversidade. (SANTOS, 2016:129).

Nessa realidade, Santos (2016) chama atenção para um velho conceito científico: a Biodiversidade. O autor busca associá-lo ao campo político da diversidade, e a dinâmica própria na reprodução da vida. Na sua visão, isso seria capaz de reinventar o lugar do sujeito da prática democrática em que a diversidade, pensada nesses termos, abre-se ao aprofundamento abstrato, conduzindo a democracia a tomar sentido oposto daquele esperado pelos liberais.

É nesse contexto que se insere a perspectiva do cientista político e professor da Universidade de São Paulo, Francisco Welffort, ao constatar que, em sociedades caracterizadas pelo *apartheid*, a “democracia é mais que uma mera forma política, é também um caminho de construção... tornando-a um instrumento necessário.” (WELFFORT, 1991:32). É o que reforça Francisco Oliveira, sociólogo e igualmente professor na Universidade de São Paulo – USP – quando em seu ensaio “Uma Alternativa Democrática ao Liberalismo” publicado pelo IBASE atesta que:

“a democracia deve ser encarada como método, um processo contínuo que constrói regras a partir do conflito e das alteridades”.

A democracia, continua ele: “enquanto método deve buscar relevância nos sujeitos coletivos e também nos indivíduos.” (OLIVEIRA, 1991:77).

Novamente, em Oliveira, percebe-se que a democracia “não assegura a justiça, mas a coloca em possibilidade; não garante a igualdade, mas a põe em condição de ser experimentada, posto que a democracia como método pressupõe um longo e doloroso processo constitutivo das estruturas sociais” moldadas por tessituras, interesses e tramas, diversas e complexificações, que vão se dando ao longo “de toda cadeia das relações sociais” (OLIVEIRA, 1991:78).

A democracia, pensada nesses termos, representa a vitória sobre a apatia social e se abre a possibilidade da cidadania. Para Carlos Nelson Coutinho, “trata-se de um projeto hegemônico que pressupõe a proliferação dos movimentos sociais de base(...) programaticamente estruturados e socialmente homogêneos, mas capaz de combater a apatia pela participação política e organização do conjunto da cidadania...” (COUTINHO, 1991:100,101)

Esses elementos são, na visão deste trabalho, fundamentais para observar os movimentos realizados nas cidades exercidas pela cidadania, que será objeto de debate a seguir do próximo tópico.

3.3 A Cidade e a Cidadania – o Urbano como Espaço de Apropriação e Reprodução Social

A cidade é resultado da produção humana e, por isso, sempre assume como principal característica o inacabado, o imprevisível. Nas palavras de Ana Fani Alessandri Carlos (2017:33) a cidade é o local do ato e da ação continuada da reprodução social. Aquilo que, para Barreira (2016:35), consiste no lugar “da mistura, da liminaridade”, no estabelecimento dos limites entre o legal e o ilegal. Para Carlos Fortuna, professor catedrático da Universidade de Coimbra, na sua mais recente obra *Cidades e Urbanidades*, “a cidade representa um mosaico cultural que altera-se e pluraliza-se a cada momento em função das geografias políticas” (FORTUNA, 2020:25).

Nesse sentido, é bom voltar a Robert Park (1967) para quem a cidade é “a mais bem-sucedida tentativa do homem de refazer o mundo em que vive de acordo com os desejos de seu coração (...)” ali, continua ele, “a dramatização da vida urbana nos apresentou sérios questionamentos”. Todavia, é o espaço onde “estamos condenados a viver.”

O arremate central a este debate gira em torno da apropriação da cidade enquanto reprodução social do espaço, levado a cabo quando David Harvey, ao apresentar o surgimento das cidades urbanas, associada intimamente a terminologia da concentração; aqui geográfica, ali social, acolá política, mas em todas as situações relacionadas ao excedente de produção (HARVEY, 2016: 30).

Nesse ponto, Henry Lefebvre é estimulante para refletir os diversos conceitos de cidades incorporados ao longo do tempo. Antes disso, é preciso imaginar a funcionalidade das relações feudais nas arcaicas dimensões espaciais ligadas à posse de escravos, que mais tarde davam cor às cidades medievais com a presença do comércio, abrigavam em si, os embriões que evoluiriam às cidades modernas, cujas relações passaram a ser mediadas pelo mercado. A teoria lefebvriana sustenta que esses três tipos de cidades antecederam a espaço urbana, em que o processo de industrialização se configurou numa verdadeira “tomada de assalto”. (LEFEBVRE, 2012:26).

Robert Park (1967) afirma que “ao criar a cidade o homem se recriou a si mesmo.” Mas, adverte que o surgimento da espaço urbana está intimamente relacionado ao surgimento da industrialização. Nesse ponto, convém lembrar Fortuna para quem atualmente “a cidade já está distanciada culturalmente de suas congêneres anteriores, porque passou a abrigar modos de vidas totalmente diferentes” (FORTUNA, 2020:25).

Por isso, vale revisitar o conceito “urbe” que, ao derivar de urbano, foi utilizado para designar os primeiros conceitos de cidade. Do ponto de vista histórico, o sistema urbano vem, ao longo do tempo, sofrendo modificações essenciais. Desta forma, desmistificar esse conceito pode auxiliar na compreensão da materialização e das transformações urbanas que foram influenciadas pela ascensão de um “sistema social político e institucional integrado a gestão e domínio da produção” (CASTELLS, 2020).

É o que sustenta a tese de Manuel Castells em sua obra *A Questão Urbana*. O autor irá auxiliar na compreensão que tal processo ocorre no exato momento em que as

corporações saem dos seus muros e entram na dinâmica da cidade, feito um conjunto orgânico compondo a espacialidade e a temporalidade do meio urbano.

Em seguida, ocorre o movimento de interiorização dos processos industriais para o centro da cidade produzindo, agora sim, aquilo que ficou conhecido nas palavras de Lefebvre como “os grandes centros urbanos e as aglomerações industriais”.

Contudo, Manuel Castells (2020) vai observar que a correlação entre urbanização e industrialização não é linear. Para o autor, o processo de urbanização e industrialização guardam correlação positiva no primeiro momento da industrialização. Para ele, tal correlação se mantém em países com baixo desenvolvimento, porém se tornando fraca em países desenvolvidos (CASTELLS, 2020:82). De forma geral, Castells (2020:80) reitera considerar errônea qualquer afirmação que estabeleça correlação positiva entre urbanização e crescimento econômico. O conflito entre Robert Park e Manuel Castells deve-se ao fato de estarem refletindo sobre o mesmo objeto em tempos diferentes, ou seja, a dicotomia entre os pensamentos reflete, por assim dizer, mudanças conjunturais.

Nesse sentido, Fortuna novamente é chamado para ajudar a compreender que a “realidade urbana é um expediente que atende a realidades e práticas fundadas em comportamentos individuais e arranjos sociais.” Por isso, sustenta o autor: “a cidade e suas espacialidades estão subordinadas a ritmicidade dos acontecimentos” Portanto, Fortuna ratifica que, desde Lefebvre, lançar olhar a urbanidade é antes de tudo compreender o Estado, mas também a conflitualidade urbana entre seus movimentos sociais de um lado e seus diferentes ritmos do outro. Tal tarefa deve também alcançar a ética e nela a estética da marginalidade. No fim, as agendas modernizantes.” (FORTUNA, 2020:27-29).

Tal argumento vai ao encontro do pensamento de Castells (2020:40) para quem a cidade abrigou inicialmente as estruturas político-administrativa da sociedade a partir da previsão de um sistema de classes sociais, seguido do sistema político, um outro institucional para, finalmente, alcançar um sistema onde ocorrem as trocas externas.

Do ponto de vista estrutural, Fortuna (2020:49) alerta que a metropolização das cidades, pode antecipar condições desiguais e sustentáveis. O autor insiste que tal processo pode ser lido sob a perspectiva de três gerações, sendo a primeira a incluir as cidades industriais que crescem a taxas de 12 pessoas por hora, seguida das cidades de segunda

geração, caracterizadas, basicamente, pelo crescimento de aproximadamente 23 pessoas por hora, cujo comportamento urbano está associado a um modelo colonial. E, finalmente, as metrópoles de terceira geração, forjadas no posterior período de descolonização a crescer a taxas de 42 habitantes por hora.

Em outro texto, Fortuna nos aponta que “pela primeira vez a humanidade se tornou majoritariamente urbana (...) podendo chegar já em 2050 a 6,4 bilhões de pessoas, superando o volume total da população registrado em 2014” (FORTUNA, 2009: 84). Nesse sentido, Fortuna aposta na tese de ser preciso compreender os efeitos entre: “as condições da relação urbana dos indivíduos com o espaço urbano, sua interação e as condições de acesso aos mais elementares direitos de cidadania (FORTUNA, 2020:50).

Do ponto de vista ontológico, o meio urbano, segundo Harvey (2016: 55), vem “desaparecendo, cedendo lugar a espaços permeáveis, caracterizados por geografias desiguais sob o controle hegemônico do capital e do Estado”. Esse processo destrói o conceito de cidade tradicional, apresentando a espaço urbana na sua complexidade.

Nesses espaços, Castells (2020) sustenta que a principal característica do urbano ocorre na forma como se dá a ocupação do espaço pela população e sua “densidade relativamente alta.” Outros aspectos que caracterizam um meio urbano se relacionam a estrutura da população, como estruturam sua produção, distribuição, estabelecem organização social, política e administrativa. Em outras palavras, a capacidade técnica e social em administrar o excedente produzido pelo trabalho garante a objetividade necessária ao meio urbano (CASTELLS, 2020 38-39).

Somente nesse contexto, faz sentido a observação feita por Lefebvre (2012: 22) ao afirmar que “a indústria se aproveitou de pequenas redes que dão suporte as cidades antigas para realizar sua ascensão.” Tendo às periferias e o subúrbio dos grandes centros como único abrigo dos “operários” enquanto classe social, dispostos a construir suas casas dando origem aos bairros de latas “favelas” remodelando o fenômeno urbano. Para o posicionamento lefebvriano,

o processo de industrialização deve ser considerado indutor ao apresentar novas dinâmicas como planejamento, crescimento e questões relativas ao desenvolvimento

além da crescente importância do lazer e das questões relativas à cultura”(LEFEBVRE, 2012: 9)

O argumento de Lefebvre (2012: 22) indica “um duplo movimento” que, por ser simultâneo, precisa ser observado a partir da industrialização e da urbanização associado a noção de desenvolvimento. Em outros termos, destaca-se aí, a relação entre produção econômica e vida social. Em suas palavras, Lefebvre (2012:26) sustenta que tal evolução consiste na transformação da aldeia que cede lugar a cidade. É exatamente nestes termos que Harvey (2016), vai argumentar que a cidade é compelida por processo evolutivo como no palco animado pelas lutas políticas e intervenções sociais ligadas a natureza prática.

Nessa direção, Lefebvre dá o tom interpretativo, ao fazer crer que o direito à cidade não é, em si, um mero direito natural. Mas o próprio direito de reinventar o lugar a partir de práticas coletivas e revolucionárias, cujo resultado deve, na essência, propor outro modelo social entre espaço e território, indivíduo e coletivo, cidade e urbanidade.

Foi o caminho preconizado acima que abrigou o espaço daquilo que Lúcio Kowarick denominou de espoliação urbana. Para o autor, a espoliação urbana ocorre quando há soma das extorsões que operam pela inexistência ou precariedade de serviço comum, necessário a reprodução dos trabalhadores, que passam a aguçar a dilapidação da exploração. A espoliação ocorrida no meio urbano é, no seu entender, mais que a simples pauperização do trabalhador, senão a própria materialização do processo de acumulação do capital frente a inercia do Estado em pôr em movimento seu papel mediador (KOWARICK, 2009: 22-23).

Nesse contexto, ocorre o que Fortuna vai chamar de “invizibilização de larguíssimos contingentes humanos nas novíssimas metrópoles”. Nesse cenário, continua o autor, “os pobres e excluídos são expressões de um impiedoso mecanismo político, marcado por um indizível processo de segregação e completa destituição de cidadania” (FORTUNA, 2020:50-51). Isso estimula o debate a seguir em que a cidade é discutida enquanto espaço de cidadania.

A cidade, enquanto espaço de cidadania é, antes de tudo, expressão política das variadas experiências sociais, culturais e ambientais. Para Fortuna, “esses lugares são espacialidades sensíveis” que aderem, segundo a ótica lefebvreana, “teatralizações inconscientes e espontâneas.” (FORTUNA, 2020:217).

Atualmente, continua o autor: “esse processo absorve uma economia informal que se abre ao ilícito e ao clandestino” marcada, muitas vezes, por concepções obscuras e atuação de parasitas (FORTUNA, 2020:222).

Nesse sentido, Harvey (2016:29) levanta uma pergunta que parece central ao debate: a dramática urbanização terá contribuído para o bem-estar humano? Novamente Fortuna (2008:01) é chamado a responder ao sustentar que a “questão urbana e a cidade não deixaram nunca de serem interrogadas na sua condição ontológica, forma e função”. Nesse emaranhado de possibilidades, Fortuna (2009:90) lembra que “nossa convicção urbana inclui o inverso de Babel que passa pelo mito da cidade por excelência (...) enquanto berço da civilização, da ordem urbana e dos direitos públicos.”

No entanto, sustenta Fortuna (2020:222) “os fazedores das cidades continuam a trabalhar para construir cidades que facilitam o fechamento, a exclusão e a marginalização socioespacial” O que fará o autor relembrar do conceito de “hiperguetos” proposto inicialmente por Lóic Wacquant. (2001) como forma de superação dos “hiperguetos”, Fortuna irá valer-se da analogia entre hardware (grandes infraestruturas) e software (diversificação cultural), para sustentar que “o hardware urbano somente tem sentido se as cidades investirem no seu software, que é a diversidade estrutural e funcional dos espaços públicos... e dos bairros periféricos” Na visão do autor, “tal estratégia respeitaria as várias modalidades de relacionamentos das pessoas umas com as outras, e destas com os espaços urbanos e os seus diversos modos de apropriação.” (FORTUNA, 2020, 225).

Assim, o meio urbano da cidade é, na visão deste trabalho, o local da evolução dos diversos espaços de trocas sociais, comerciais e culturais, formais ou não. A constituição deste lugar conhece uma dada mistura a ponto do Século XX ter evidenciado a questão social. Nesse sentido, o espaço urbano é marcado, a um só tempo, pela reprodução material e apropriação da riqueza que, nas palavras de Harvey (2014: 49), dá-se como sendo “o lugar da absorção do excedente por meio da transformação” o que implica numa profunda e continua necessidade de “reestruturação urbana”.

Tal orientação comporta a definição de cidade em Foucault (2010: 110) que vai associá-la a materialização do espaço e do poder. Definição pela qual reforça a tese de Cavalletti (2010), para quem é impossível sustentar a ideia de cidade sem a “existência de ideias políticas”.

Foi a partir dessa linha argumentativa que Lefebvre (2012) apontou para o advento do capitalismo como o evento que reorientou a cidade e reinscreveu um novo movimento distinto dos modelos anteriores, sobretudo, começou a orientar-se pelo dinheiro e não pelo belo, abrindo o espaço para reordenar a vida social e política pela acumulação de riquezas, conhecimentos e técnicas. Era a fase da substituição de obras pela produção de produtos.

Para Lefebvre (2012: 30) “o capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir, fazendo emergir uma ligação íntima entre desenvolvimento capitalista e urbanização.” Mais cedo, tal movimento fez emergir a grande transformação apontada por Polanyi (2000) quando efetivamente substituiu-se “bem” por “recurso”.

Nesses termos, encontra-se a principal tese lefebviana de que “a cidade modifica a sua relação com o valor de uso e fica subordinada a relação pelo valor de troca”. Segundo sua visão, “os espaços podem ser analisados pela apropriação”, razão pela qual o autor vai ser levado a sustentar que “qualquer projeto de cidade deve tornar viável a reapropriação do corpo associada sempre a reapropriação do espaço” (LEFEBVRE, 2006:170).

Nestes termos, Harvey (2016: 31), sustenta que tal relação é induzida pela ausência de sincronia das curvas entre oferta de mão de obra e altos salários, abrindo espaço para o que ele chamou de “processo de indução do desemprego via indução tecnológica”. Por isso, Lefebvre (2012) revela ser substancial compreender o processo de reformulação das cidades para assinalar as circunstâncias que dimensionam a pobreza.

Para Lefebvre, “a modernidade é socialmente estabelecida no advento da industrialização, motor da nova dinâmica urbana”. Seu argumento sustenta a importância da construção dos problemas sociais, fruto que é do modelo de crescimento e planejamento das novas espacialidades.

Novamente, Lefebvre (2012: 09) é pedagógico ao argumentar que tal evolução condenou a sociedade a estabelecer uma sádica relação baseada no acúmulo de riqueza e de conhecimento como elemento de distinção social. É exatamente esse contexto que vai levar Soja (2010) a afirmar que tal movimento está no centro das produções das injustiças espaciais.

Tal expectativa é reafirmada em Lefebvre ao sustentar que o processo urbano é absolutamente “dialético e por isso longe de estar terminado (...) o fenômeno urbano estende-se sobre o grande território”. Segundo o autor, o urbano é coberto por “um tecido cada vez mais apertado”, mas que apresenta diferenciações locais quanto “a vida técnica e social” (LEFEBVRE 2012:24).

Na sequência, Lefebvre vai insistir que “o tecido urbano é um ecossistema em busca de constante unidade e coerência” a constituir-se no limite do suporte a vida “mais ou menos intensa, mais ou mesmo degradada” que costumamos hoje chamar de sociedade urbana. Um complexo de instituições abstratas contempladas na sociedade de Estado e na cidade, a substituir o antigo sistema de Cidade-Estado, a configurar o novo sistema urbano. (LEFEBVRE, 2020:24). A isso, Fortuna chamou de “urbanidade porosa” que, nas palavras do autor, significa: “combinações de estilos e comportamentos formais e informais... regidas pela lógica da sobrevivência” (FORTUNA, 2020: 226).

Assim, o antigo se faz novo fazendo emergir novas realidades como “a crise da cidade”. São as “obras, jardins e parques” que subitamente são extraídos do cenário e passam a reproduzir “a avidez do burguês pronto para fazer do lucro a sua própria expressão de vida”. Lefebvre vai denunciar que o aristocrata quer imprimir um processo mesquinho e tornar, cada vez mais clara, a já existente linha abissal entre as classes sociais, “expondo-as a um ódio” deletério (LEFEBVRE, 2012: 26).

Para Lefebvre (2012: 27), a crise da cidade é acentuada de um lado pela burguesia que toma conta do crescimento econômico e, do outro, pela aristocracia que cuida dos instrumentos políticos de legitimação. O primeiro vai encontrar na industrialização seu objeto, enquanto o segundo, estabelece na democracia suas garantias para fazer valer instrumentos ideológicos necessários para substituir a “opressão pela exploração.” Em outras palavras, “um conjunto de elementos orientados para a produção do dinheiro pelo valor de troca, em que a riqueza em ascensão, não sendo mais imobiliária, encontra novos mecanismos de transição abrindo-se a complexos circuitos de trocas” (LEFEBVRE, 2012: 14).

Nesses circuitos, Kroll-Smith; Steves (2012:229) argumentam que a posição individual é determinada a partir dos meios de acumulação do capital, exigindo um agente mediador. Tal mediação irá resultar na articulação entre o poder e a cidade, devolvendo à cidade seu valor de disputa.

Em algumas sociedades, apenas a regulação da economia se faz suficiente para essa finalidade mas, em outros, as garantias de acesso se impõem, e outros ainda, há necessidade de maior intervenção nos mecanismos sociais. É exatamente nesse contexto que Kroll-Smith; Steves (2012: 249) passam a sustentar que “o grau de participação do Estado na consecução do equilíbrio interfere na relação entre cidadania e vulnerabilidade dos indivíduos.”

Portanto, a expressão maior do encontro entre política e cidade reside no conceito de cidadania. Esta ocorre sobre maneira enquanto soma de todos os instrumentos possíveis para acessar a cidade. O Cidadão é, no sentido mais amplo, em Lefebvre, aquele que pode acessar e modificar as relações sociais da cidade.

3.3.1 – A Cidade e a Ressignificação do Espaço pela Cidadania

É nesse debate que se insere a visão institucional da EUROCID relacionada ao termo cidadania definida a partir da origem etimológica da palavra *civitas* que amiúde, concorre para “designar um estatuto de pertença de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada, e que lhe atribui um conjunto de direitos e obrigações.”

Razão pela qual chama-se atenção para o conceito de cidadania trabalhado por Sachett (2018:9) que regressa ao século XVIII - ápice do iluminismo – para estabelecer que “o termo cidadania sempre esteve vinculado a noção de nacionalidade, o que implica não só a pertinência a um Estado, mas também a sua circunscrição”.

Na sequência, a cidadania é tratada por Marshall (1992), a partir de três grandes contribuições: a primeira associa-se a dimensão civil; a segunda, a dimensão política, e por fim, a terceira dimensão estabelece vínculo com a dinâmica social. Para o autor, tais dimensões, apesar de distintas, precisam ser pensadas em conjunto, pois carregam em si categorias associadas à liberdade individual (dimensão civil) aos direitos básicos (dimensão política) e o direito a justiça (dimensão social).

Na mesma direção, Fernandes conclui que a prática da cidadania não é operadasamente na esfera do Estado, mas em diversos locais da sociedade à medida que se efetivana busca por direitos. Novamente, Fernandes será didático para compreender que a cidadania resulta em movimentos de criatividade e participação na construção daquilo que o autor chama de “vida social, justa e equitativa” (FERNANDES, 1998:246).

3.3.2 – Os Riscos de uma Cidadania Mal Resolvida

O conceito de cidadania precisa ser disputado politicamente sob pena de ser esvaziado socialmente. É o que alerta Harvey (2007), quando observa os perigos estabelecidos nos limites de se definir cidadania. Para ele, “los derechos de la ciudadanía son derivados y condicionales” Continua: “quién es y quién no es – ciudadano – se convierte em uma cuestión de suma importancia em la definición de los principios de inclusión y de exclusión” Harvey (Op. Cit. 2007:187) Assim, Harvey vai atestar que a cidadania não sendo uma forma mística torna-se “produto de uma perversa e limitadora lógica resultante de arranjos institucionais construídos” (HARVEY, 2007:81).

As contribuições de Kroll-Smith e Steve (2012:249) chamam atenção para a ação do Estado na busca pela “a promoção da justiça social, e conseqüentemente para a justiça territorial”. Não obtendo êxito nessa meta, o Estado concorre para a promoção daquilo que Santos (2007:15) denomina de fascismo territorial.

O fascismo territorial está diretamente relacionado aquilo que Kroll-Smith e Steve (2012:229) chamaram de distinção social, vinculado à relação econômica da promoção e do acúmulo do capital abrindo espaço para o fascismo social. Esse tipo de fascismo é estabelecido entre a linha de cidadania e não cidadania. O Estado, ao falhar no estabelecimento da cidadania, passa a reforçar o fosso do não cidadão.

Para Santos (2012:15), a construção do não cidadão ocorre por duas movimentações do Estado: uma de base pós-contratual e a outra assentada na produção do pré-contratualismo. Chama-se atenção aos prefixos utilizados pelo autor nomeadamente “pós e pré”, pois eles indicam na partida, onde estão os não cidadãos, servindo, portanto, de limite ao contrato social. Santos sustenta seu argumento definindo que todos aqueles que figuram no “pós-contratualismo” são caracterizados como indivíduos que, tendo cidadania, são dela excluídos pela negação de direitos ou acessos a bens ou condições capazes de posicionar o indivíduo na sociedade.

Entretanto, o desequilíbrio ocorre também quando há um bloqueio ao acesso a cidadania por meio de mecanismos legais, morais e políticos. Nesse limite, o Estado age na produção do pré-contratualismo enquanto mecanismo de imposição social.

Nesse sentido, argumenta Santos, o pensamento moderno consegue estabelecer uma verdadeira “linha abissal” entre quem pode ou não, ter acesso às condições de vida digna. O autor continua:

o estado é chamado, nos domínios sociais do sujeito, a uma maior pressão por parte da lógica da apropriação/violência, a lidar com os cidadãos como se fossem não-cidadãos e os não-cidadãos como se fossem perigosos selvagens (SANTOS, 2017:17).

A cidadania, refletida a partir linha abissal e apropriada pelo Estado, dá-se a um duplo movimento. O primeiro, caracterizado pela ausência de mediação pública e, em função disso, é negligenciada a apropriação do espaço público. Nesse caso, é a própria noção de democracia que fora sufocada, a impor total desequilíbrio ao tecido social. Surge aqui a noção simbólica da não cidadania assentada na negação de direitos dos indivíduos de acessar a cidade. Por outro lado, tem-se a materialização dos aspectos sociais da vida que, politicamente, são vinculadas a cidade que podem garantir as pessoas o direito á cidade, tornando-as cidadãs. O senso mínimo de apropriação desse espaço faz avivar a ideia da cidadania plena, capaz de reorientar a política e a razão pública.

Não há como pensar a cidade fora dessa circularidade. Sobretudo, quando se impõe a força da produção material do desenvolvimento capitalista. A chamada democracia liberal, posta em marcha limitada pela burguesia capitalista no advento do iluminismo, que estabeleceu o controle da cidadania a limitar o direito à cidade. Eis aí a chave de leitura para compreender a reconfiguração da pobreza no meio urbano: qual seja, a negação à cidadania.

Foi nessa realidade que Weffort (1991:31-32) refletiu que a tradição latino-americana intensificava sobre a urbanização, via crescimento industrial, a emergência de uma espécie de “meia-cidadania”. Nas palavras do autor, “uma cidadania incompleta” incapaz de discutir soluções democráticas. Para Weffor (1991), a experiência brasileira, em particular, foi complacente coma ideia de uma “quase cidadania” que apostou mais em manobras autoritárias, do que na própria intervenção autônoma de construção cidadã. Aquilo que Telles (2001:22) sentenciou como sendo uma cidadania “dissociada de direitos políticos, desprovida de regras jurídicas e assentada na dependência do Estado como garantidor dos direitos sociais enquanto recompensa estrita ao cumprimento do trabalho.”

Pensando o contexto brasileiro, Telles continua afirmando que a inexistência de um “código universal de valores políticos” construiu a noção de cidadania vinculada exclusivamente a “identidade profissional.” Segundo a autora, a carteira de trabalho, representou no Brasil uma espécie de “registro de nascimento cívico”. Novamente, recorrer a ideia de uma linha abissal apontada por Santos (2007) é oportuno para explicar a segregação da cidade a partir do conceito de cidadania e, dentro dela, o critério pré e pós-cidadania.

No lado da pré-cidadania encontra-se os “desempregados, subempregados e os trabalhadores sem emprego fixos” bem ao encontro daquilo que Telles vai definir como a formação de “grupos sociais em situações particulares de degeneração de direitos” ao abrir, na visão da autora, “outra figuração da questão social” (TELLES, 2001:51).

Nestes termos, a cidadania é posta em disputa quando efetivamente se estabelece no horizonte dos conflitos urbanos aos termos elaborados por Boris Fausto em sua obra intitulada Trabalho Urbano e Conflito Social, publicada no Brasil na década de 1970.

Nessa linha, James Holston em seu trabalho intitulado Cidadania Insurgente alertou para o sequestro da cidadania pelos estados nacionais quando estes apresentavam uma espécie de cidadania nacional, caracterizada por ser “universalmente includente na incorporação e maciçamente desigual na distribuição” o que, para ele, se configura num “mecanismo de distribuição da desigualdade.” (HOLSTON, 2013:28),

Nesse cenário, e para servir a tal propósito, a cidadania precisaria ser especificada, e isso significa especificar o indivíduo. É o que sustenta Holston ao chamar atenção para a possibilidade de se produzir uma determinada “cidadania entrincheirada” de menor potência para cumprir sua tarefa de gerar liga entre o “Estado e a sociedade.” (HOLSTON, 2013: 34-35).

Segundo o autor, a modernidade sempre lançou mão da cidadania para estabelecer suas estruturas, e por ter sido o Estado-nação quem lhe conferiu legitimidade, em vez da cidade, aldeia ou vizinhança, a perspectiva do indivíduo e sua relação com o todo social mudou radicalmente. Esse movimento é, para Holston, um elemento imprescindível na compreensão das especificações no tempo e no espaço das diferentes formas de cidadania (HOLSTON, 2013).

Enfim, enfrentar a pobreza exige compreender o local – espaço urbana - e os instrumentos – democracia e cidadania - que se negligenciados enfraquecem os laços sociais e fortalece tudo aquilo que produz pobreza.

Assim, buscou-se articular conceitos relacionados à cidade, cidadania, democracia e justiça espacial, de tal forma que o texto cumpriu seu objetivo em identificar a evolução da justiça social na espaço urbana pela promoção da cidadania democrática.

Capítulo 4

Aproximações Epistemológicas e Metodologia de Pesquisa

O modelo tradicional de fazer ciência tem imposto à academia o dissabor de muitas críticas. Entretanto, no que diz respeito a neutralidade do objeto, ou de alguma técnica extrativista, muitas delas tem-se revelado legítimas, pois visam impor ao sujeito, uma falsa necessidade de distanciamento. Em última instância, esse tipo de prática se abstém da construção plural do saber, ou mesmo, fazer do método científico um instrumento social provocador de evolução a sair de um estado de inércia até a construção da realidade existente entre pesquisador e pesquisado, entre objeto e sujeito, entre academia e sociedade.

Tal dinâmica implica em um duplo movimento: buscar a interação entre sujeito e objeto, e, ao mesmo tempo, distinguir o sujeito do objeto. Dialética e complexa, essa tarefa deve ser pautada numa epistemologia tanto plural quanto possível, que acolhe abordagens inclusivas, capazes não apenas de falar “dos” sujeitos, mas efetivamente “com” os sujeitos. O “extrativismo” intelectual deve assim, ser enfrentado, ao flexibilizar instrumentos metodológicos rígidos, para assumir o risco da indução num processo constante de construção real das estruturas da pesquisa.

Nesse sentido, o afã de compreender a realidade impôs ao papel do sociólogo uma questão preliminar: colocar aspas aos objetos de sua pesquisa. Mas, ao fazê-lo, acabaria o pesquisador por aceitar se distanciar deles? Por entendê-los relevantes na explicação da realidade, qual a forma e a intensidade que a sociologia deveria imprimir, ao olhar para as microquestões cotidianas dos sujeitos? Será a lógica da ciência moderna baseada no positivismo que sempre buscou explicar o todo pela parte a prevalecer?

Diante desse cenário, e inconformada na sua essência, a tradição sociológica precisou estabelecer elementos de “fuga” a outras camadas da realidade, cujo objetivo consiste em ampliar a capacidade explicativa à semântica, que, se evitada, serviria apenas para esfumegar a lente do cientista social (BERGER & LUCKMANN, 2010).

Assim, o enredo metodológico estabelece um ponto de partida necessário: seria possível falar de “pessoas pobres?” Ou seria mais prudente colocar aspas ao objeto “pobreza” e, desta forma, abrir caminho para falar de pessoas em situação de pobreza? Contudo, ao lançar mão das aspas, deve prescindir a relação direta com o sujeito de estudo? Aqui um verdadeiro nó epistemológico se estabelece porque a ausência de distinção entre o sujeito e o objeto, poderia conduzir a pesquisa a um vazio ontológico, ambiente pelo qual a pobreza não poderia ser compreendida enquanto dinâmica social.

Por isso, se fez necessário reorientar o olhar epistemológico a definir que não há porquê falar “dos” pobres, mas de pessoas em situação “de” pobreza. Acredita-se, assim, que tal reorientação permita ampliar o campo reflexivo de tal maneira que a situação de pobreza possa emergir nos sujeitos que, por alguma razão, foram historicamente envolvidos em uma trama econômica/política/social/ambiental que modificou o curso de suas vidas de forma negativa, razão pela qual, a distinção e a aproximação poderiam ser articuladas sem prejuízo para a pesquisa. Nestes termos, a sentença “estudar a dinâmica da pobreza” pode guardar em si um rico sentido epistêmico, ao definir os limites entre sujeito e objeto ao mesmo tempo, e permitir relação direta entre estas categorias sociológicas.

Desta forma, o trabalho justifica voltar os esforços às questões das superestruturas da produção da pobreza sem efetivamente perder o contato com o chão da realidade, tampouco tomar o sujeito de forma preconceituosa, ou confundi-lo com o objeto. A expectativa, aqui, é manter ligação epistêmica entre interpretação das estruturas da pobreza e os sujeitos, frutos que são dessas escolhas.

Como consequência, olhar para as superestruturas não significa negar as vozes dos sujeitos. Além da lógica científica, há boas razões para evitar tal desencontro, e a mais intensa delas é o fato deste pesquisador encontrar-se na condição ativa no enfrentamento à pobreza.

Sua origem deriva das camadas sociais mais expostas e afetadas por tal dinâmica, razão pela qual sempre esteve inscrito na construção de uma gramática pedagógica e histórica de solidariedade.

Nesse limite, as reais motivações que passam a justificar esse esforço atestam que a fase de estudos apenas chegou agora, e que qualquer tentativa de elitizá-la ou mesmo descontextualizá-la, se revela numa crítica isolada e deslocada, pois não considera a trajetória de vida do pesquisador forjada na própria dinâmica da pobreza urbana enfrentada nas periferias latino-americanas, em especial no nordeste brasileiro.

Empoderado por razões pessoais e ancorado nas bases epistêmicas, há que se tratar da amplitude da pesquisa. Tal movimento concorre ao fato de o objeto abordado se revelar pela construção gradual dos seus elementos, o que exigiu observações relacionadas ao normativismo, pois seu objeto trata de uma criação humana, razão pela qual emerge a necessidade de estabelecer as bases epistemológicas, haja vista a materialidade da dimensão construtivista.

O paradigma construtivista conserva elementos importantes para compreensão da dinâmica da pobreza. Para Coutinho (2011), convém utilizar tal estratégia quando a natureza da pesquisa é múltipla, dinâmica e se baseia no interacionismo simbólico. Segundo a autora, o construtivismo possui utilidade elementar em abordagens cuja relação sujeito/objeto se dá por dependência inter-relacional, o que implica ao investigador na retroalimentação dos elementos facilitando que a teoria possa emergir da situação. Isso só é possível porque o construtivismo exige a utilização de abordagens metodológicas que deem conta de dimensões subjetivas e reflexivas dos sujeitos sociais, além de assumir que o pesquisador parta de valores que lhes são caros.

Ainda segundo a proposta construtivista, é possível aprimorar as compreensões acerca do objeto, a partir da construção do conhecimento e da realidade, além de perfazer uma lógica indutiva que, no fundo, permita extrapolar o pensamento hipotético. A utilização do construtivismo, portanto, justifica-se pela ocorrência da possibilidade de utilizar indicadores na tentativa de incorporar as perspectivas dos sujeitos sobre um determinado fato social.

É possível realizar esse enquadramento epistemológico porque há forte indicação de que os conceitos, aqui tratados, possam guardar relevância em outros casos.

Diante dessa miríade, mediado por múltiplas interpretações teóricas, a compreensão da pobreza ao longo dos tempos, obrigou o pesquisador a um cuidadoso planejamento metodológico capaz de estimular etapas que vão se dando em múltiplos encaixes até formar um todo explicativo da realidade.

Nesse aspecto, chama atenção o argumento de Bourdieu (2002), ao afirmar que o cume da pesquisa sociológica consiste em relacionar “coisas teóricas” com objetos “empíricos” para, a partir disso, ser possível definir o rigor nos métodos e nas técnicas capazes de dar sustentação a compreensão e, conseqüentemente, a produção de conhecimento. Para Bourdieu (Op Cit), as inconsistências de uma receita pré-fabricada, não podem prescindir da disposição para aprender e manter rotina reflexiva no processo de construção do conhecimento.

Em síntese, após apresentar as justificativas, as necessárias distinções entre sujeito/objeto, bem como seus aspectos epistêmicos, se fazem necessário apresentar os elementos metodológicos capazes de auxiliar o pesquisador na difícil tarefa de posicionar suas hipóteses, aproximar-se do objeto e delinear estratégias para realizar sua investigação.

4.1 - Abordagem Metodológica do Estudo de Caso Múltiplo e a Seleção do Objeto de Pesquisa

Quanto à abordagem metodológica, convém observar a função da natureza da investigação, que, neste caso, guardam características qualitativas. Para tanto, a estratégia de um estudo de caso múltiplo é viável, dada a necessidade de realizar a aplicação de uma mesma abordagem metodológica no mesmo objeto, mas em ambientes distintos. Tal abordagem atende a necessidade de realizar seleção e análise de múltiplas unidades de observação em diferentes contextos.

Nesse tipo de estratégia, evidenciam-se variações entre as unidades observadas, bem como torna-se possível manusear amostras aleatórias e representativas como aquelas relacionadas à análise documental/bibliográfica.

Essas abordagens se orientam naquilo que Berger e Luckman (2010:31) aludem como “compreensão da matéria prima da ciência empírica (...) da vida cotidiana”. Daí porque tal abordagem se justifica.

Na sequência, a seleção do objeto respeitou os critérios: (i) geográfico e (ii) temporal para selecionar a cidade e a instituição onde ocorreria a pesquisa. O primeiro aspecto [geográfico], se inclinou a identificar o meio urbano da cidade de Crateús, localizada a 345 km da capital Fortaleza. Tais escolhas derivam do fato de o pesquisador acompanhar as movimentações dos sujeitos e organizações sociais a partir do desempenho das suas atividades acadêmicas. A escolha da cidade está justificada pela conveniência de acesso do pesquisador ao objeto, uma vez que este desempenha as atividades relacionadas ao magistério na Universidade Federal do Ceará – UFC, sediada na mesma cidade.

A escolha da espacialidade urbana se justifica na medida em que é nesse ambiente onde ocorreu com maior intensidade e complexidade a dinâmica da pobreza, conforme aponta a literatura exposta nos capítulos iniciais. Quanto ao critério temporal, sua justificativa ocorre quando seu recorte permite atualizar as mais recentes resistências sociais e políticas identificadas e levadas a cabo pelos sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, foram selecionados os anos de 2020 e 2021 como referências para observação de campo.

Finalmente, tem-se a seguir no Quadro 1, uma síntese quanto aos aspectos e suas respectivas naturezas, referentes aos procedimentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos tratados até aqui

Tabela 2 – Síntese da Abordagem Metodológica

| Definições | Elementos | Natureza |
|----------------|------------------------|---|
| Epistemológica | Construtivismo | Múltipla, dinâmica e exige interacionismo simbólico. |
| Metodológica | Estudo de Caso | Qualitativa |
| | Delimitação da Amostra | Geográfica e Temporal |
| | Coletas | Pesquisa Documental Grupo Focal Incid |
| | Tratamento dos Dados | MAXQDA para extrair frequências e construção de mapa a partir dos cruzamentos dos códigos; Triangulação e Análise de Conteúdo |

Fonte: Elaboração própria, 2021.

4.1.2 - A Definição do Problema, dos Objetivos, da Delimitação de Pesquisa, além da Definição do Objeto e Sujeito da Pesquisa

Esta pesquisa guarda forte expectativa de que a boa definição dos caminhos para testar a evolução da pobreza, em especial no meio urbano, pode explicar parte da realidade da cidade. Contudo, é preciso estar atento que um caminho [método] inconsistente pode levar o pesquisador a redemoinhos teóricos de resultados descritivos, conceitos confusos, incompletos e até desonestos.

Nesse contexto, é preciso evitar uma miríade de nomenclaturas que não tornam efetiva a condução de caminhos positivos da ação pública. Como resultado, a malformação conceitual do problema pode incorrer em movimentos igualmente mal estabelecidos, concorrendo para minuar a eficiência científica em questão.

Para enfrentar tal desafio, Roberto Richardson escreveu em sua obra *Pesquisa Social*, publicada no Brasil pela Editora Atlas, que pesquisas sociais correspondem a múltiplas variáveis a exigir respostas profundas, capazes de descer às estruturas do problema para, desta forma, facilitar “a emersão de elementos explicativos ainda não revelados”. O autor defende, para esse contexto, que as perguntas sejam elaboradas com o devido cuidado e sugere que sejam iniciadas com os conectivos “qual” “como” ou “Por que”. Na sua visão, se bem estruturados, tais elementos possibilitam uma relação lógica entre o passado e o presente, de tal forma, que possa proporcionar causa e efeito entre as estruturas sociais com e a realidade”. (RICHARDSON, 2010: 56).

Em seguida, o autor elabora as condições que permitam a construção do problema de pesquisa. Segundo ele, a primeira condição deve observar que esta etapa precisa ser mensurável. Depois deve ser realista, clara e objetiva. A última, mas imprescindível questão observada por Richardson, consiste em buscar soluções concretas, de tal modo, que seja conveniente ao pesquisador formular seu pensamento em forma de pergunta. Finalmente, segundo a observação do autor, um problema de pesquisa quando bem elaborado, deve evitar casos isolados que não sejam passíveis de generalizações, além de guardar, em si, aspectos de originalidade (RICHARDSON, 2010:59-60)

Tendo justificado os parâmetros iniciais para a construção do problema de pesquisa, apresenta-se a seguir a pergunta central que deverá guiar as escolhas e as escritas desta tese, de tal modo que seja possível identificar:

Como a dinâmica social da pobreza urbana afetou a cidadania nos territórios da Frente Social Cristã na cidade de Crateús-CE?

Como pode ser observado, a pergunta busca articular objeto, teoria, sujeito e localizar a pesquisa como forma de tornar exequível toda ação de busca desta realidade. É fundamental que essas categorias estejam bem definidas, pois, a partir de então, se articularão as estratégias da pesquisa. Para tanto, o trabalho apresenta uma série de ações que visam instrumentalizar sua operacionalização. Para isso, um grande esforço foi estabelecido a partir de um verbo suficientemente capaz de dar cabo ao esforço maior matizado no problema. A metodologia chama esse esforço de objetivo geral.

Novamente, para Richardson (2010:63), o objetivo geral deve indicar o maior esforço possível que se pretenda alcançar para responder ao problema de pesquisa. Por isso, sua constituição guarda estrita relação com o ponto de partida apresentado no problema. Assim, olhando para o problema de pesquisa, estabeleceu-se como objetivo geral “explorar a evolução da pobreza a partir das práticas de cidadania nos territórios urbanos da cidade de Crateús”.

Cabe observar que todas as categorias metodológicas apresentadas no problema se repetem no objetivo geral, mas, nesta fase, são reorientadas para tornar clara a estratégia de articulação entre o objetivo e o sujeito, em geral, e a teoria e a delimitação espacial/temporal, em particular. Ou seja, são realizados e reagrupados, de tal forma, que possam moldar os próximos passos, menores, denominados por objetivos específicos. Estes, por sua vez, possuem a tarefa de segmentar os esforços de forma a conduzir a pesquisa por etapas mais exequíveis.

Para Richardson (2010), a vasta literatura metodológica não define a quantidade de objetivos específicos necessários, mas espera-se que a soma destes possa ser capaz de conduzir a pesquisa até alcançar o objetivo geral. Logo, este trabalho dividiu em três etapas iniciadas com verbos sempre menores do que aqueles previstos na etapa maior [objetivo geral]. Neste sentido, vale retornar a Richardson, ao sugerir para o primeiro objetivo específico um verbo descritivo, e que estabeleça ligação direta com a teoria apresentada no objetivo geral.

Na sequência, o segundo objetivo deve se pautar por um verbo exploratório, inclinado ao objeto de pesquisa.

O terceiro objetivo específico deve prever um verbo analítico a propor exame entre a descrição teórica e a exploração do objeto realizada nas etapas anteriores. Essa fase pode ser localizada a partir da orientação espacial, geográfica ou temporal definida pela estratégia da pesquisa (RICHADSON, 2010).

Perseguindo o ciclo da pesquisa, o primeiro objetivo específico consiste em *descrever a evolução da pobreza a partir de suas abordagens e escolas*. Nessa etapa, encontra-se um profundo levantamento bibliográfico que envolve conceitos clássicos, abordagens e pensamentos de escolas que, ao seu tempo, contribuíram para aprofundar a interpretação dos elementos envolvidos ao tema.

Nesta etapa, o primeiro passo considerou a elaboração do esforço teórico a orientar, a partir de um aprofundamento bibliográfico, a construção de uma gramática que, se não esgotar o assunto, encaminha o leitor a uma percepção ampliada dos principais aspectos, abordagens, conceitos e autores que circulam o tema aqui trabalhado.

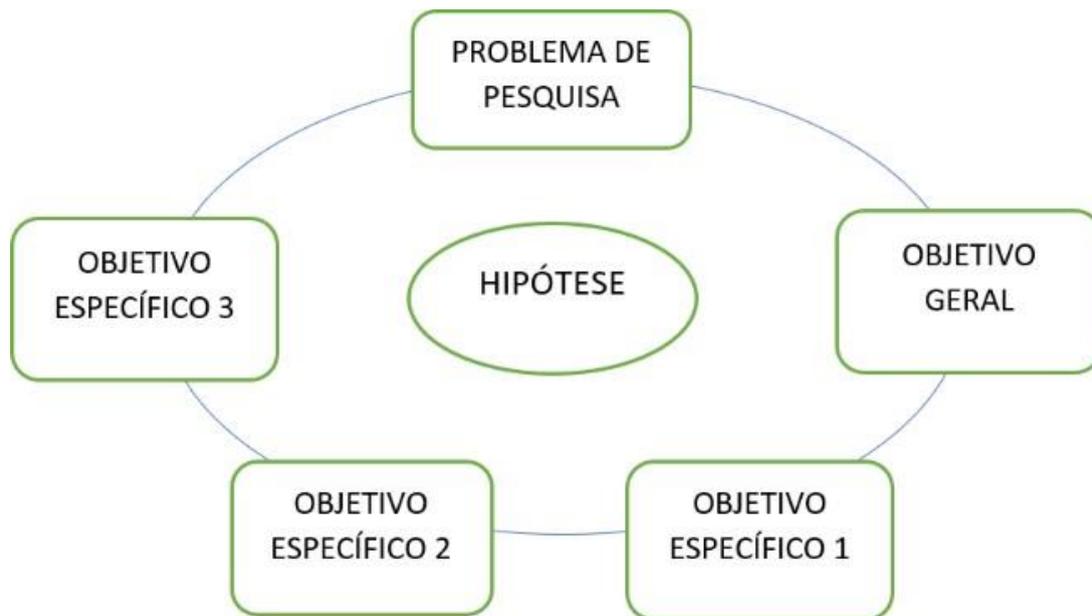
Em seguida, o segundo objetivo específico consiste em conduzir o pesquisador pelas escolhas entre sua percepção e o objeto a ser pesquisado. Nesse cenário, se insere a tarefa de localizar o verbo capaz de equilibrar os esforços desde a saída do campo teórico até a chegada ao *locus*. Assim, buscou-se *identificar a evolução da cidadania no meio urbano da cidade*.

Finalmente, depois de descrever os aspectos teóricos relacionados a pobreza, e identificar as estruturas da evolução da cidadania no contexto da urbanidade, foi possível dimensionar o terceiro objetivo específico, orientado no esforço de *analisar a evolução da pobreza urbana a partir da promoção da cidadania na cidade de Crateús*. Essa etapa constituiu na fase empírica da pesquisa, cujo esforço foi operacionalizado a partir da aplicação dos indicadores da cidadania previstos nas técnicas desenvolvidas pelo IBASE, denominada por INCID.

Nota-se que, nesta etapa, foi possível observar o grau de organização social produzida pelos sujeitos da pesquisa como forma de resistência a produção material da pobreza, que assola o sentido de cidadania e lhes retira o direito de acessar a cidade, constituída, que é, por espacialidades redimensionadas a partir da evolução do modelo de desenvolvimento econômico.

Assim, as ações previstas nos objetivos específicos [descrever, identificar e analisar] devem ser suficientes para levar o pesquisador a responder o objetivo geral, e, desta forma, ser capaz de responder ao problema da pesquisa. Sendo resolvido o problema, a expectativa é que o pesquisador seja capaz de se posicionar diante da hipótese de pesquisa, razão primeira de sua observação. A figura 01 apresenta graficamente as etapas descritas acima.

Figura 01 – Ciclo metodológico da pesquisa.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

4.1.3 Quanto a Definição do Objeto e Seleção do Sujeito da Pesquisa.

A definição do Objeto de pesquisa é fundamental para localizar o pesquisador e contribuir para conferir singularidade à pesquisa. Em resumo, o objeto é aquilo que sofre os efeitos da pesquisa. Por isso, o objeto guarda forte relação com o(s) sujeito(s) da pesquisa. Logo, suas definições são cruciais para evitar erros de percursos ou ausência de foco na consecução do processo. Na prática, é a relação entre o sujeito e o objeto que receberão atenção do investigador, pois ali está o fenômeno a ser investigado, razão pela qual objeto e sujeito são elementos próximos, e, por isso, precisam ser bem identificados. Esse será o esforço exposto no subcapítulo a seguir.

4.1.4 A Frente Social Cristã – uma instituição a ser estudada como objeto de pesquisa

O ano de 1962 apresentava graves problemas institucionais para o Brasil. A crise adiada da década anterior, pelo trágico desfecho do governo de Getúlio Vargas, insistia em renovar as turbulências democráticas que culminaram com o golpe de Estado, conseqüentemente, com a asfixia política.

A dinâmica política nacional refletia na cidade de Crateús. O ambiente semiárido caracterizado por baixa precipitação pluviométrica, e por forte escassez econômica assumiam forte conotação social e política que obrigava boa parte da população a levar a vida sob o jugo do mando oligárquico de poderosos latifundiários.

O contexto político nacional atrelado à realidade local era abrigo para a execução de doações vindas dos Estados Unidos da América, por meio do projeto denominado “Aliança para o Progresso”. Nomeadamente, envio de auxílios alimentícios que mais serviam para promover a elite local, que arregimentava prestígio pela “caridade” e também promovia legitimação popular para as intervenções militares articuladas pela América.

É nesse contexto que se insere a Frente Social Cristã -FSC. A FRENTE, como é popularmente chamada, pois é resultado da articulação de várias comunidades locais, trabalhadores e trabalhadoras que teve como principal articulador Dom Antônio Batista Fragoso, nomeado bispo da recém-criada diocese de Crateús, pelo Papa Pio XII. Entretanto, a participação do religioso não contaminou a nova organização com as fileiras do clericalismo, pelo contrário, os registros dão conta de que Dom Fragoso foi um dos principais responsáveis por forjar na organização social, que ora nascia, os primeiros pensamentos daquilo que mais tarde ficou conhecido por Doutrina Social da Igreja.

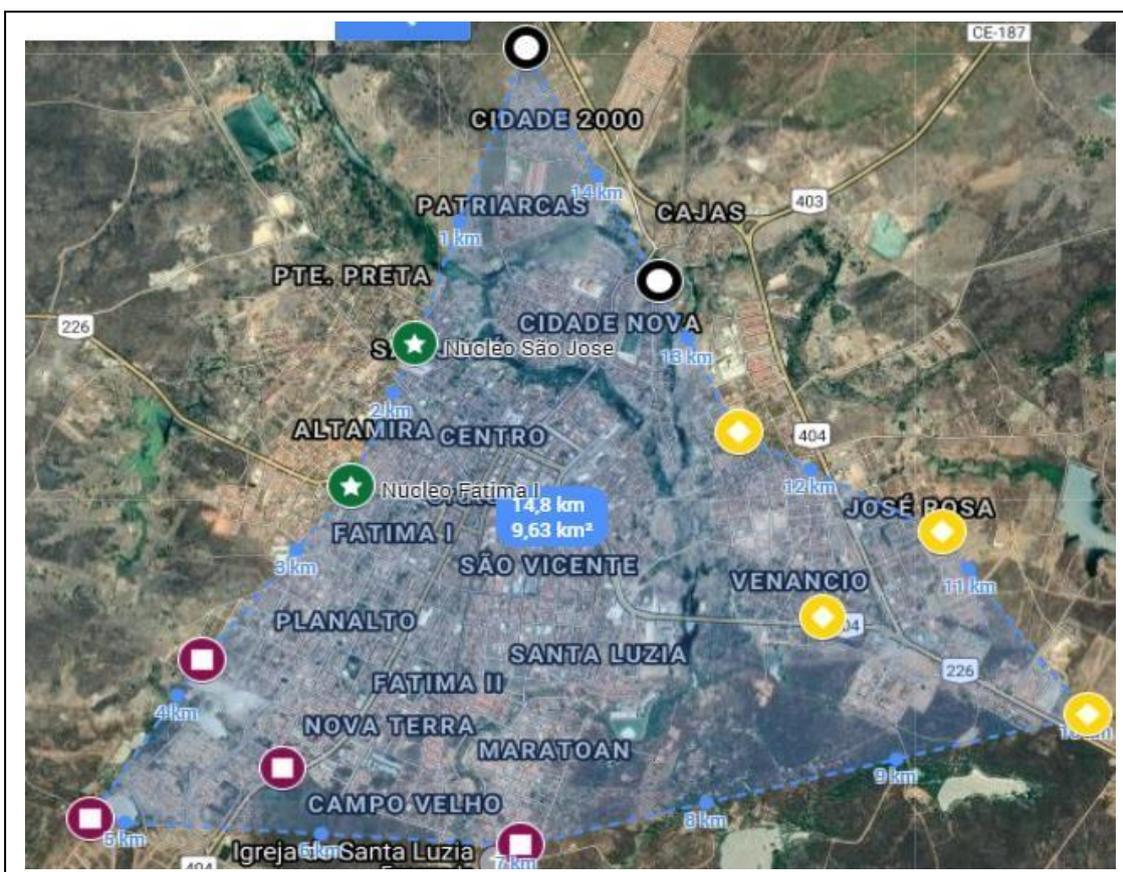
A Frente Social Cristã tornou-se, assim, um importante instrumento da promoção da cidadania, na articulação de diversas denúncias de violações de direitos humanos, luta por moradia, infraestrutura, promoção da vida. Uma das primeiras articulações foi se opor ao famigerado projeto “Aliança para o Progresso”, porque nele, via um verdadeiro escárnio social. Na sequência, foi inevitável desenhar um projeto amplo e democrático que tencionasse seus membros para a promoção da Justiça Urbana.

Atualmente, o grande objetivo institucional da FRENTE, é incentivar a organização popular a construir uma referência de cidadania para possibilitar qualidade de vida às pessoas.

Por isso, assume como visão de futuro “ser referência na luta pela cidadania por meio da justiça social”. A Frente Social Cristã, atualmente, é composta por quatro territórios, nomeadamente: Socorro Pereira; Alice Matias; Ana Januário e Neném Ramiro. Os limites entre os territórios somam 9,63 km². A distância entre os territórios pode alcançar até 14km, percorrendo oito bairros da zona urbana da cidade de Crateús.

A seguir tem-se a imagem 01, a apresentar a distribuição dos territórios. Na imagem de satélite, é possível observar a distribuição das comunidades, também conhecidas como territórios.

Imagem 01 – Distribuição espacial da Frente Social Cristã segundo seus territórios na Zona Urbana da Cidade de Crateús em 2020.



Fonte: Levantamento de Campo utilizando a ferramenta Google Maps.

Nota 1 - Território Ana Januário; Nota 2 - Território Socorro Pereira;

Nota 3 - Território Alice Matias; Nota 4 - Território Neném Ramiro.

A última atualização dos sócios realizada pela diretoria da FRENTE, data de março de 2020, em que se estimou a participação de mais 2000 famílias envolvidas nas ações da organização. Entretanto, 1639 famílias encontravam-se efetivamente cadastradas. O elevado nível de famílias cadastradas está relacionado efetivamente ao fato de a FRENTE ser uma das instituições autorizadas pelo poder público a realizar cadastro de pessoas beneficiárias de programas de transferência de renda como o SeguroSafra¹.

As observações de campo preliminares vieram de lideranças e membros da diretoria da FRENTE. Participaram deste momento: Estevânia Ferreira, Dona Zezé, Marcos Eldênio e Jander Martins. Na oportunidade, as lideranças revelaram que as participações nos últimos encontros da FRENTE respeitaram a proporcionalidade de 20% de homens, 75% de mulheres, dos quais 20% eram jovens entre 16 a 29 anos. Outra faixa representativa condizia a 50% dos adultos, ou seja, com idade entre 30 e 65 anos, e finalmente, havia 30% idosos com idade mais de 60 anos.

4.1.5 - Aproximação ao Objeto de Pesquisa

A fase de observação consistiu em uma articulada participação do pesquisador em momentos organizativos da FRENTE. É digno notar que o campo, enquanto expressão do método, foi determinante para identificar o papel desempenhado pelo objeto chamando atenção a interação entre as teorias apresentadas e as práticas da referida instituição.

Razão pela qual mantinha-se, como possibilidade, a construção de uma proposta clara de verificação e mensuração, cuja base permitia alinhar o problema de pesquisa aos objetivos estabelecidos. Para tanto, a fase de observação se estabeleceu em três momentos que podem ser observados a seguir:

FASE DE OBSERVAÇÃO 1 - Nesse momento, ocorreu o primeiro passo para estabelecer diálogo com as lideranças da FRENTE, momento pelo qual buscou-se identificação com a comunidade para, desta forma, tornar possível realizar amplo debate em torno da noção da cidadania e as dimensões de diretos.

Essa etapa possibilitou identificar nuances da organização, bem como identificar as lideranças de cada território.

¹ Seguro Safra é um instrumento de transferência de renda ao agricultor que tiver sua produção prejudicada em função das condições climáticas.

Somente em seguida, foi possível desenvolver ações formativas baseadas nas trocas preliminares de conhecimentos e necessidades. Este momento foi arquitetado na ideia central da ecologia de saberes, de tal modo, a ser possível captar o grau de interação e participação social, assim como senso de cidadania local.

Foi com este interesse que, no dia 4 de novembro de 2019, teve lugar na Universidade Federal do Ceará – campus Crateús - roda de conversa para debater o Direito à Cidade e a questão urbana. O momento contou com a participação de 27 lideranças distribuídas nos quatro territórios e nos doze núcleos da Frente Social Cristã.

A roda de conversa contou, além da orientação deste pesquisador, com a mediação remota de Alex Ferreira Magalhães. Autor da obra *O Direito das Favelas*, atualmente Professor Doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, especialista em estudos urbanos, e Pós-doctor pelo Centro de Estudos Sociais – CES-UC.

FASE DE OBSERVAÇÃO 2 – Este momento avançou com o propósito de estabelecer aproximação a partir de uma segunda roda de conversa, dessa vez, sob a mediação do Professor Doutor pela Universidade de Campinas, Fabio Maia Sobral, professor na Universidade Federal do Ceará – UFC, e fundador do grupo de estudos VIES, responsável por pesquisas relacionadas à economia política.

Na oportunidade, foi debatida a dimensão econômica do direito à cidade. O evento aconteceu na sede da Frente Social Cristã, localizada no centro da cidade de Crateús, e contou com a participação de 15 dos seus membros.

FASE DE OBSERVAÇÃO 3 - A terceira fase foi realizada no início do ano de 2020, momento pela qual foi determinada a promover uma parceria efetiva. Na ocasião, o próprio pesquisador apresentou as propostas centrais destas pesquisas, seus instrumentos, e, conseqüentemente, suas aplicações junto às demandas da FRENTE.

Neste momento, os representantes de cada território estiveram reunidos para absorver ideias iniciais referentes aos indicadores de cidadania. Após a exposição, as dúvidas conceituais e metodológicas foram dirimidas.

Finalmente, chegou-se à conclusão de que o INCID seria adotado pela FRENTE como técnica para atualizar o planejamento estratégico da instituição para o quadriênio 2021 a 2025.

O Quadro 03, a seguir, apresenta síntese das fases, etapas, ações e conteúdos narrados até aqui.

Quadro 03 – Síntese das fases, etapas, ações e conteúdo da Observação de Campo

| FASE | ETAPA | AÇÃO | NÚMERO DE PARTICIPANTES | MEDIAÇÃO | CONTEÚDO |
|------|-----------------------------|---|-------------------------|---|---|
| 1 | Identificação | Diálogo com as lideranças | 27 | Rafael dos Santos da Silva Alex Ferreira Magalhães | Direito à Cidade e a questão urbana |
| 2 | Aproximação | Roda de conversa | 15 | Rafael dos Santos da Silva e Fabio Maia Sobral | A dimensão econômica do direito à cidade |
| 3 | Estabelecimento de Parceria | Apresentação da pesquisa e do instrumento de pesquisa | 13 | Rafael dos Santos da Silva | Apresentação dos Indicadores de Cidadania e adaptações à realidade local. |

Fonte: elaboração própria a partir da observação de campo.

4.1.6 – Técnicas de Recolha - Pesquisa Documental, Seleção dos Indicadores para Recolha

A primeira fase de coleta, denominada aqui de pesquisa documental, foi desenvolvida a partir das contribuições de duas ramificações da sociologia: a histórica e a urbana, utilizadas para estabelecer mediação com o objeto e realizar delimitação sociológica em torno do estudo. Também receberam atenção especial as instituições com dados primários relacionados ao objeto de pesquisa, tais como:

OXFAM, FAO, ONU (PNUD), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e Rede Europeia Anti-Pobreza, Instituto Nacional de Estatística – INE - de Portugal, Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica – IBASE, Observatório de Políticas Públicas – OPP, da Universidade Federal do Ceará.

4.2 Indicadores de Cidadania do IBASE como Referência de Coleta

O sistema de indicadores estruturado pelo Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica – IBASE, foi criado para uma demanda específica na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2010. Na ocasião, a entidade precisava mapear um conjunto de cidades afetadas pela evolução do desenvolvimento econômico relacionado à indústria petroquímica, de modo a localizar os prejuízos aos cidadãos envolvidos.

Como resultado, foi sistematizado um robusto instrumento de coleta de dados – primários e secundários – estabelecidos a partir do rigor metodológico elaborado, cujas categorias foram criadas a partir da discussão junto às comunidades, cabendo ao meio científico, a mediação necessária. Desta forma, a sabedoria popular e a mediação do método científico resultaram na articulação de parâmetros que pudessem verificar os elementos necessários para resistir a sedutora proposta contida no desenvolvimentismo.

A partir de então, surgiu o instrumento que foi nomeado e aperfeiçoado pelo IBASE, denominado de Indicadores de Cidadania ou INCID (IBASE, 2010).

O INCID apresenta uma visão inovadora da cidadania, por projetar melhor compreensão à sua importância, devido ao grau de articulação com as diversas estruturas comunitárias. Seu foco é dedicado a desnudar os elementos de cidadania sem os quais tornaria inviável a intervenção social, comunitária e política.

Portanto, o INCID, se insere numa dupla tarefa de apresentar, de forma estruturada, os elementos da insígnia cidadã e, ao mesmo tempo, articular os diversos saberes populares, técnicos e científicos que, somados, devem concorrer para promoção da cidadania, ou mesmo sua construção. Assim, o INCID foi utilizado como o principal instrumento de coleta desta pesquisa. Vale insistir que o indicador elaborado pelo IBASE tem como objetivo articular as várias dimensões da cidadania, de tal modo que possa contribuir para “superar a ideia de que a cidadania é apenas a soma de direitos individuais e segmentados.” (IBASE, 2010:8).

Neste sentido, o IBASE propõe reorientar o conceito de cidadania a partir das lutas populares e reflexões de intelectuais comprometidos com o avanço da democracia, no limite de tornar possível as novas ideias e ações que possam garantir a integração de aspectos efetivos.

A dizer, o IBASE entende por Cidadania Efetiva, o conjunto de quatro dimensões importantes da vida cotidiana. São elas: (i) Cidadania Vivida; (ii) Cidadania Garantida; (iii) Cidadania Percebida e (iv) Cidadania Ativa, conforme apresentado na figura 1, em que se visualiza, em forma de mandala, as dimensões da cidadania que servirão para orientar os indicadores.

Figura 2 – Mandala da Cidadania Efetiva



Fonte: IBASE, 2017

Convém notar que, para cada grau de relação, estipula-se uma caracterização de cidadania. Nesse sentido, não se trata de nivelamento nem tampouco de hierarquização, mas de dimensões relacionadas as práticas cidadãs a partir de elementos sociais. Assim, a ativação da cidadania está cercada por outras tipologias sociais expressas na ideia das vivências, das garantias, das percepções e da altivez.

A partir de cada um dos elementos de cidadania, a técnica apresentada pelo IBASE propõe categorias a serem investigadas por meio de indicadores, gerando a construção coletiva de um mapa da cidadania.

A construção de tal instrumento observa as diversas dimensões nos territórios analisados e possibilita identificar as ramificadas expressões da pobreza, a partir do olhar crítico dos envolvidos.

Logo, a realidade deles deve emergir como resultado dos encontros. A figura 03 apresenta, visualmente, a articulação entre as dimensões da cidadania e o conjunto de direitos que efetivam a prática cidadã.

Figura 03 – Dimensões da Cidadania utilizadas pelo IBASE



Fonte: IBASE, 2017

Nota-se que a figura 03 é composta por duas dimensões, devidamente articuladas. Na parte superior estão as dimensões da cidadania e, na parte inferior, está disponível o conjunto de direitos. A descrição da parte superior está diretamente associada a parte inferior, e esta à efetividade da cidadania. O trabalho intelectual aqui, é perseguir a articulação da cidadania com o conjunto de direitos capazes de promover a dignidade.

Logo, para o IBASE, estabelecer correlação entre cidadania e direitos é uma forma de compreender as emergências e as resistências sociais que buscam a superação da pobreza (IBASE, 2010:9-11).

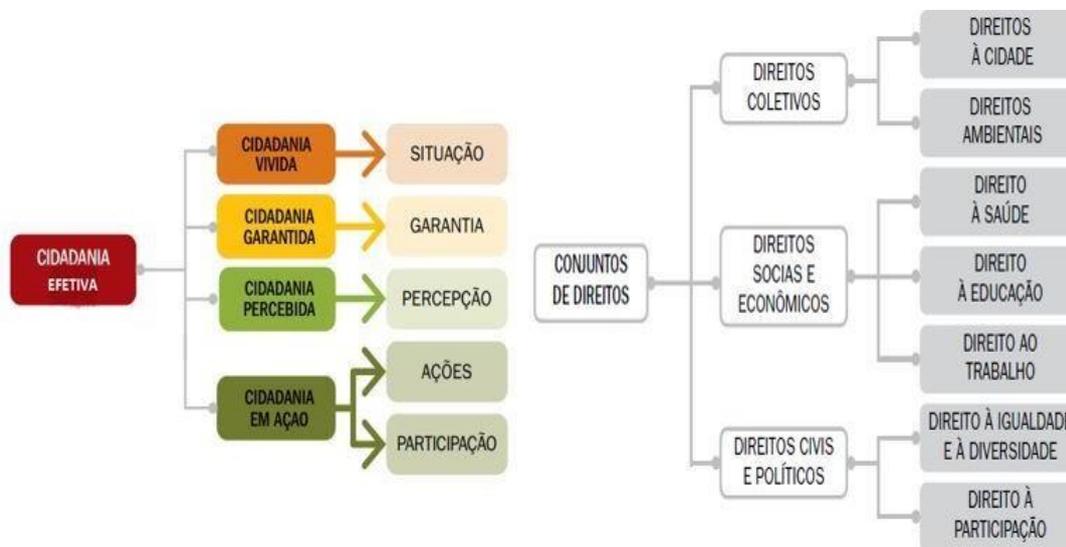
Ao analisar a parte superior da figura 03, é possível observar a disposição das tipologias de cidadania nomeadamente: (i) Cidadania Viva; (ii) Cidadania Garantida (iii) Cidadania Percebida e (iv) Cidadania Ativa.

Assim, o INCID lança mão de um conjunto de indicadores de direitos articulados de forma comunitária, para considerar a dimensão da relação entre os sujeitos, especialmente aqueles relacionados aos direitos coletivos, sociais, econômicos, civis e políticos.

Desta forma, é possível afirmar que o INCID orienta cada painel de cidadania, a partir de três dimensões de direitos, a saber: (I) Direitos Coletivos, relacionados ao bem comum; (II) A dimensão dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais, relacionados à manutenção e reprodução da vida, e por fim, (III) os Direitos Civis e Políticos, relacionados a noção de pertencimento, participação e controle social.

Na figura 04 é possível observar, graficamente, a disposição dos direitos segundo suas tipologias e áreas de observação.

Figura 04 – Disposição da técnica IBASE segundo o conjunto de Direitos, Tipologias e áreas de observação. Estruturação das Dimensões de Cidadania, segundo seus objetivos



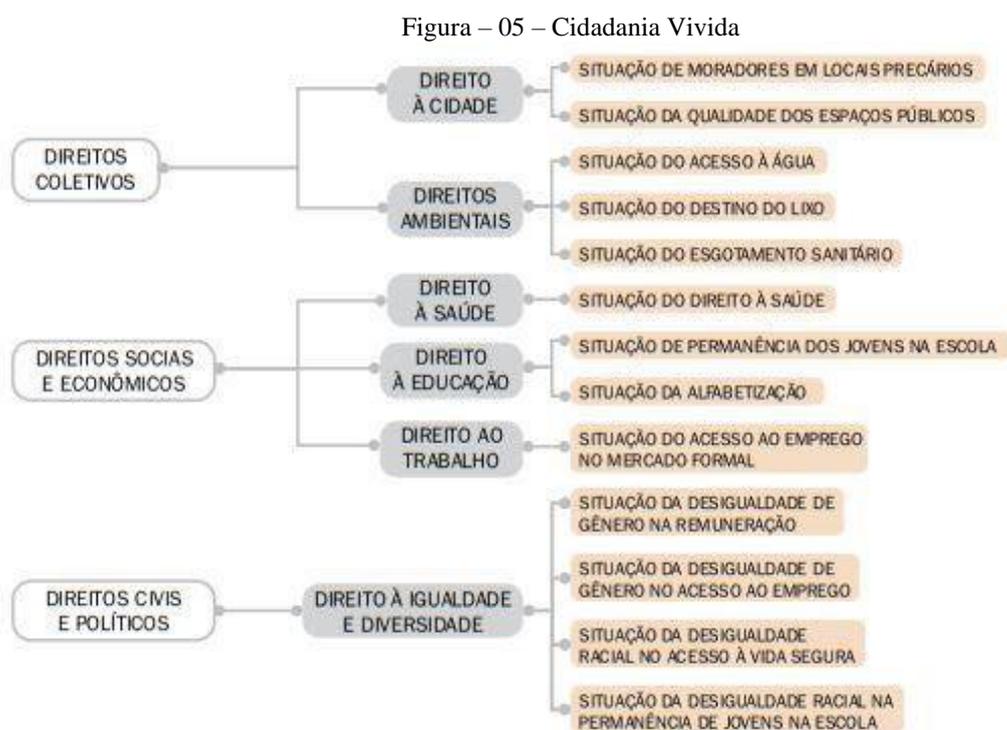
Fonte: IBASE, Marco Zero – INCID, 2010

Nesse primeiro momento, duas tipologias de cidadania são trabalhadas, são elas: a cidadania vivida e a cidadania garantida que, por sua vez, são alimentados por dados secundários disponíveis no IBGE. Contudo, o governo brasileiro não aplicou o censo em 2020, e na impossibilidade da fidelidade dos dados de 2010, a presente pesquisa precisou construir dados primários sobre a realidade local. Mas também se valeu de informações secundários, quando possível, como foi o caso para os dados relacionados à educação e à saúde.

O painel da cidadania vivida é estimulado pela pergunta: quais as condições de cidadania no território?

Tal tipologia é expressa a partir da necessidade de identificar o grau de acesso a cidadania estabelecida em cada comunidade. Ou seja, refere-se a situação da vida prática das pessoas.

Esta dimensão da cidadania busca identificar treze indicadores, sendo dois indicadores relacionados ao direito à cidade; três indicadores relacionados ao direito ambiental; um indicador vinculado à questão da saúde; dois indicadores ligados à questão da educação; um indicador relacionado ao trabalho, e quatro indicadores destinados a orientar a vivência quanto à igualdade e à diversidade. A seguir, a figura 05 ilustra os fundamentos da dimensão Cidadania Vivida.



Fonte: IBASE, Marco Zero – INCID, 2010

Na sequência, há a apresentação da dimensão da Cidadania Garantida. Ela é estimulada pela pergunta: quais as políticas públicas a garantir a cidadania da sua comunidade?

Desta forma, a cidadania garantida se inclina a captar processos de efetivações das políticas públicas em diferentes níveis governamentais. Esta dimensão é orientada a identificar o grau em que o conjunto de direitos ofertados é efetivamente garantido.

Nesse processo, são relacionadas as dimensões da: gestão ambiental; investimento no ensino fundamental; dados referentes a reprovação; a quantidade de professores no ensino básico; o valor do investimento na saúde; bem como a quantidade de profissionais da saúde disponíveis nas comunidades.

Em síntese, a Cidadania Garantida se orienta a partir de três categorias de direitos e 12 perguntas distribuídas da seguinte forma: os direitos coletivos são estimulados por três perguntas; os direitos sociais e econômicos são estimulados a partir de seis perguntas, e os direitos civis e políticos relacionados as dimensões da igualdade, diversidade e participação são estimulados a partir de três perguntas. A figura 06 a seguir, apresenta a visualização gráfica do painel Cidadania Garantida.

FIGURA 06- Cidadania Garantida



Fonte: IBASE, Marco Zero – INCID, 2010.

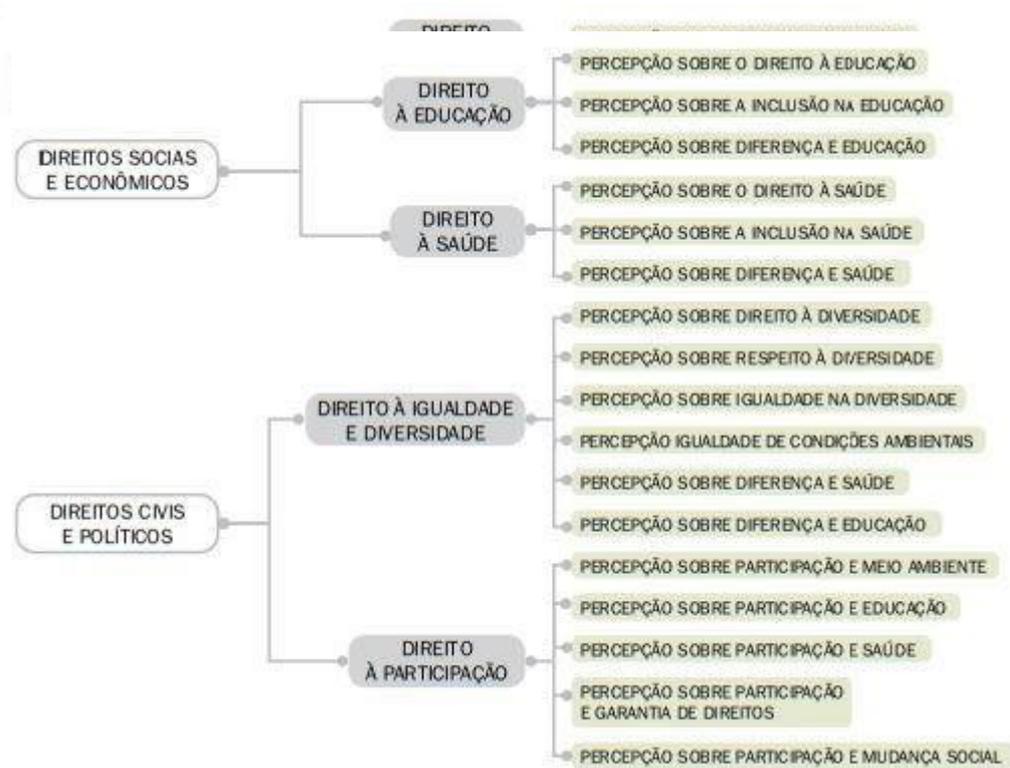
Na sequência, encontra-se a Cidadania Percebida, inclinada às vivências da população referente a participação, acesso a direitos, diversidade e, principalmente, desigualdade.

Nessa etapa, há previsão de construção de dados primários junto às comunidades. Sua funcionalidade ocorre por permitir confrontar as informações disponíveis pela gestão pública. A contextualização da execução orçamentária é observada segundo as microrrelações institucionais, e, desta forma, territorializadas segundo a percepção crítica dos sujeitos da pesquisa.

Esta dimensão da cidadania é estimulada a partir da pergunta: como a população local se percebe como portadora de direitos? Concentra-se em percepções dos cidadãos quanto aos seus direitos, e se pauta a identificar o grau de interação do indivíduo a partir dos aspectos relacionados ao acesso à saúde, a educação e ao meio ambiente, além da participação em ações públicas. A dimensão busca compreender ainda o grau de discriminação pela raça ou orientação sexual sofrida por algum membro do grupo, em especial nas instituições.

A cidadania percebida consiste na aproximação mais fiel referente ao direito a cidade. É composta por três perguntas destinadas a identificar a percepção dos direitos ambientais. Seis perguntas se direcionam aos direitos sociais e econômicos. E outras seis perguntas interagem com os direitos civis e políticos. Finalmente, visa identificar os direitos a participação a ser orientados por cinco perguntas. Em síntese, a dimensão da Cidadania Percebida é composta por 20 perguntas e pode ser visualizada a partir da figura 07, a seguir

Figura 07 – Cidadania Percebida



Fonte: IBASE, Marco Zero – INCID, 2010

Finalmente, a técnica avança para a dimensão da Cidadania em Ação, que posteriormente passou a ser chamada de cidadania ativa. Esse painel retrata a organização da cidadania no território estudado a partir da construção de dados primários. Sua sistematização observa o compartilhamento de dados secundários de tal forma a reorientar as ações da sociedade civil a partir do mapeamento e organização das ações políticas.

O conjunto da cidadania ativa é estimulada pela pergunta: como está organizada e age a sua cidadania? Tal dimensão relaciona-se diretamente ao grau de participação social, etapa pela qual se busca verificar como os agentes põem a cidadania em prática. O objetivo é conhecer o grau de envolvimento com as questões coletivas. Para tanto, é importante notar o grau de ação em movimentos ambientais; coletivos ligados à saúde e a educação, bem como sua participação em manifestações políticas.

O conjunto de direitos coletivos a compor a cidadania ativa observam dois blocos: no primeiro, está a dimensão dos direitos ambientais, com uma pergunta. No segundo bloco está a categoria dos direitos sociais e econômicos associados ao acesso à saúde, à educação e ao trabalho. Cada dimensão conta com duas perguntas, totalizando seis perguntas.

A figura 08, a seguir, apresenta o conjunto de indicadores aglutinados pela dimensão da cidadania em ação.



Fonte: IBASE, Marco Zero – INCID, 2010

Desta forma, o INCID é composto por um conjunto de quatro categorias de cidadania, devidamente distribuídos em dois módulos. O primeiro contém as dimensões – cidadania vivida e garantida – orientadas a acompanhar as situações e as garantias da cidadania nos territórios, sendo alimentadas a partir de dados secundários disponíveis em plataformas públicas que podem ser acessadas mediante solicitação formal ou pela simples consulta.

No segundo módulo, estão as cidadanias percebidas e em ação. Estas guardam, em si, a funcionalidade de articular a percepção dos sujeitos a partir da realidade em que estão inseridos e como eles agem sobre ela. Nessa fase, é possível confrontar as informações extraídas dos órgãos oficiais com aquelas percebidas pelos moradores de cada comunidade, de modo a confirmar ou refutar tal informação, tomando por base a vivência local.

Desta forma, as categorias formuladas a partir do INCID - Cidadania Vivida, Cidadania Garantida, Cidadania Percebida e Cidadania Ativa totalizam 62 indicadores, dos quais 37 perguntas são orientadas para as comunidades e 25 destinadas ao levantamento de dados secundários e primários sobre as garantias de direitos.

Neste sentido, a técnica em questão relaciona dimensões “já consagradas na literatura e estimulou a observação dos espaços e as dimensões da vida, cujo compartilhamento possibilitasse a convivência pacífica, resultado que é, da equidade, da liberdade e do acesso à justiça.” (IBASE, 2010).

4.2.1 - APLICAÇÃO DO INCID

O contexto da Pandemia da SasCov2 (COVID-19), obrigou o estabelecimento de um novo desenho, menos ortodoxo, de recolha dos dados. Assim, uma necessária adaptação se impôs ao planeamento inicial, que previa construir, juntamente com a representatividade de cada território, as variáveis e as informações públicas referentes às garantias de acesso ao conjunto de direitos relacionados às dimensões das Cidadanias apontadas acima. Tal ação se tornou inviável em contexto de aguda pandemia, pois exigia contrariar as medidas recomendadas pelas autoridades sanitárias.

No entanto, com o decorrer do processo, as autoridades locais identificaram recuo momentâneo da Pandemia Sas-Cov-2 no intervalo entre dezembro de 2020 e a primeira quinzena de fevereiro de 2021, autorizando reuniões com menos de 10 pessoas desde que observados todos os protocolos de segurança. Logo, para aproveitar a janela de oportunidade, decidiu-se, sob orientação do professor doutor Manuel Mendes, inverter as etapas de recolha como forma de adaptar-se ao contexto sanitário.

A fase de campo foi totalmente adaptada para ser realizada a partir da estratégia de grupos focais. Nessa fase, uma adaptação digna de nota foi a mudança ao planeamento inicial em que era prevista a construção das categorias junto aos sujeitos. Agora, em função das novas circunstâncias, o esforço foi reduzido à identificação da evolução das categorias doINICID em cada território.

Tal adaptação implicou uma reorientação estratégica de técnica, e o grupo focal foi conduzido a partir da identificação do mapa de cidadania. Etapa pela qual o pesquisador, em conjunto com as lideranças dos núcleos, buscou identificar o acesso à cidadania segundo as variáveis indicadas no INCID, efetivamente, a partir das dimensões da cidadania percebida e cidadania ativa. A seguir, as etapas desta fase são descritas.

2 Em função das condições de distanciamento imposta pela Pandemia, não foram realizadas as coletas de dados referentes às dimensões da Cidadania Garantida e Vivida. Isso porque as informações que poderiam ser acessadas remotamente não foram alimentadas pelos órgãos competentes. Desta forma, para evitar descrédito das informações preferiu-se seguir com a pesquisa aprofundando as percepções dos sujeitos.

Fase 1 - Grupo Focal – o mapa da cidadania

O Grupo Focal é uma técnica desenvolvida para facilitar interações grupais capazes de aprofundar discussão a um tópico especial sugerido pelo pesquisador. É o que conclui Bardin (1995), para quem a estratégia de grupos focais está apoiada no desenvolvimento das entrevistas grupais. Como técnica, o grupo focal ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade (LAZARFELD, 1972).

Em síntese, o grupo focal é caracterizado como sendo um recurso de compreensão do processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (VEIGA, 2003). Logo, se mostra viável como técnica para explorar o mapa da cidadania elaborado pelo INCID nos territórios da FRENTE. A seguir, podem ser lidas as transcrições das etapas percorridas pelo pesquisador.

Etapa 1 – Seleção dos Sujeitos da Pesquisa para o Grupo Focal.

A execução do grupo focal considerou a participação de todas as lideranças dos núcleos, bem como a participação dos diretores da FRENTE. Desta forma, o grupo focal constituiu-se a partir do seguinte cenário: participação de 4 a 6 lideranças de cada território somadas aos membros da diretoria geral como: presidente, secretário e articulador comunitário. Ou seja, as pessoas foram convidadas em função de desempenhar liderança nos territórios, ou na instituição.

Contudo, outras pessoas que participaram igualmente do processo, foram convidadas pelas lideranças locais e tiveram assento garantido nas rodas dos grupos focais. Ao final, 46 pessoas participaram dos grupos focais.

ETAPA 2 – Identificando o Mapa da Cidadania Local

Após selecionar os participantes, a segunda etapa iniciou-se pela identificação da realidade local, a partir da discussão das categorias expostas pelo Mapa da Cidadania. Tais categorias são representações com o objetivo de ilustrar os interesses e as estratégias de cada território possibilitando viabilizar descrições, fenômenos e atividades.

Sua execução deve possibilitar interpretações próprias de cada comunidade quanto aos acessos ou violações de direitos. Construir pistas para detectar a presença das desigualdades e os graus de exclusões até então invisibilizadas.

Nesta etapa, o pesquisador faz mediação das categorias solicitadas e, após amplo debate, sugere ao sujeito da pesquisa estabeleça notas de zero a dez, a partir da percepção do direito acessado. Sendo zero totalmente insatisfeito, e dez totalmente satisfeito.

Ao final, é possível uma primeira aproximação da realidade de cada núcleo a partir da nota e, sobretudo, a partir dos conteúdos gerados pelos debates. Essa etapa prevê, também, a identificação do grau de cidadania a partir da orientação das categorias previamente estabelecidas para cada núcleo e sob a percepção de cada liderança.

Estas, por sua vez, foram expostas às categorias amplamente conhecidas e já definidas pelos dados originários do INCID, contudo, têm a liberdade prévia de inserir outras, se julgar conveniente. No quadro a seguir, é possível identificar o conjunto de direitos trabalhados nos núcleos.

Quadro 02 – Prioridades por Território/Núcleo segundo o conjunto de Direitos.

| Território/Núcleo | | Conjunto de Direitos | | | | | | |
|-------------------|-----------------------------|----------------------|-------|---------|-------------|---------------|---------------------|------------|
| | | Educação | Saúde | Cultura | Vida Segura | Meio Ambiente | Participação e Ação | Mobilidade |
| Socorro Pereira | Campo Verde | | | | | | | |
| Socorro Pereira | Planaltina | | | | | | | |
| Socorro Pereira | Santa Luzia | | | | | | | |
| Socorro Pereira | Carlos Leite | | | | | | | |
| Alice Matias | Clemilândia | | | | | | | |
| Alice Matias | Nova Liberdade | | | | | | | |
| Alice Matias | Santa Rita | | | | | | | |
| Alice Matias | Esperança | | | | | | | |
| Ana Januário | Comuna Padre Gerardo Fabert | | | | | | | |
| Ana Januário | Ilha | | | | | | | |
| Neném Ramiro | São José | | | | | | | |
| Neném Ramiro | Fátima I | | | | | | | |

Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório Mapas de Metodologia de Campo, INCID, 2016.

Os diálogos ocorreram em dois momentos. O primeiro se deu entre os dias 6 a 12 de janeiro de 2020. E a segunda fase dos diálogos ocorreu entre os dias 3 a 9 de fevereiro de 2020.

Participaram do processo, 46 lideranças, gerando 9 horas de gravações transcritas em 110 páginas. Os grupos focais foram orientados pelo pesquisador considerando a realidade estabelecida nos passos a seguir:

Ação 1 – Identificação dos Indicadores da Cidadania Ativa. A expectativa desta ação consiste em identificar junto às lideranças, a execução do conjunto de direitos para cada núcleo que, somados, geraram a representação de cada território.

Ação 2 – Elaboração da identificação de espaços de cidadania a partir das informações cadastradas pela Dimensão da Cidadania Percebida. Com esta ação, buscou-se junto às lideranças, compreender como são percebidos o acesso ao conjunto de direitos.

Ação 3 -. Consolidação do Mapa de Cidadania

Para consolidar o Mapa de Cidadania, foi realizado Georreferenciamento das escolas e das unidades de saúde capazes de garantir acesso aos níveis de cidadania local. O levantamento foi realizado no Departamento de Engenharia do campus da UFC, com a finalidade de identificar a localização dos equipamentos públicos como forma a garantir acesso a cidadania à população de cada núcleo investigado. A tabela 05 apresenta a síntese da pesquisa a partir das etapas e ações.

Tabela 03 – Síntese da Fase de coleta Grupo Focal

| FASE 1 | DESCRIÇÃO | ETAPA 1 | DESCRIÇÃO | AÇÃO | DESCRIÇÃO |
|--------------------|--|-----------------------------------|--|--------|--|
| <i>Grupo Focal</i> | <i>a construção do mapa da cidadania</i> | <i>Seleção dos Sujeitos</i> | Escolha dos sujeitos a partir da sua atuação política na comunidade | | |
| | | ETAPA 2 | | | |
| | | Apresentação do mapa da cidadania | Identificação do “Mapa da Cidadania” seguida de estabelecimento de nota com escala de 0 a 10 | | |
| | | | | Ação 1 | Identificação dos Indicadores da Cidadania Ativa |
| | | | | Ação 2 | Cidadania Percebida |
| <i>FASE 2</i> | Recolha dos dados secundários | ETAPA 3 | Mapa da Cidadania. | Ação 3 | Georreferenciamento de espaços de cidadania |

Fonte: Elaboração própria

4.2.2- Tratamento e Análise dos Dados

O tratamento dos dados do grupo focal foi realizado a partir da técnica denominada de triangulação das informações. Esta técnica, conforme observa Gomes (2010), deverá ser utilizada sempre que o objetivo é concorrer a identificação de informações críticas para melhor compreensão da dimensão do problema nas suas variações.

Nesse limite, Bardin (1995:31) sustenta que a análise de conteúdo “é um conjunto de técnicas de análise visando obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrições do conhecimento”. Para Alves, Dalson e Henrique (2015), tal técnica exige selecionar documentos, formular perguntas e emitir hipóteses, de tal maneira que a exaustividade, a representatividade e homogeneização permitam a categorização dos elementos. Aqui, ganha sentido o argumento de Richardson (2010:223), ao observar que a análise de conteúdo consiste numa “técnica combinada em objetividade, sistematização e inferência”.

Portanto, a análise de conteúdo é própria para manusear trabalhos qualitativos como este, dada sua orientação rigorosa, eficaz e precisa, para feito substantivo, explicar evidências a partir das mensagens extraídas do conjunto de variáveis analisadas. Por isso, Gomes (2005) defende que esse método representa uma evolução da teoria das escolhas sociais, ao destacar que sua utilidade consiste em identificar critérios conflitantes com problemas decisórios de escolhas.

Como resultado, construiu-se uma minuciosa análise de conteúdo embasada em Bardin (1995) ao chamar atenção para as formulações das categorias entre as análises subjetivas extraídas do campo e as revisões de literatura construídas no gabinete. Segundo a autora, isso permite, dentre outras coisas, realizar cruzamento de elementos substantivos extraídos das falas, comportamentos e observações dos diversos agentes envolvidos no processo da pesquisa.

4.2.3 UTILIZANDO O MAXQDA

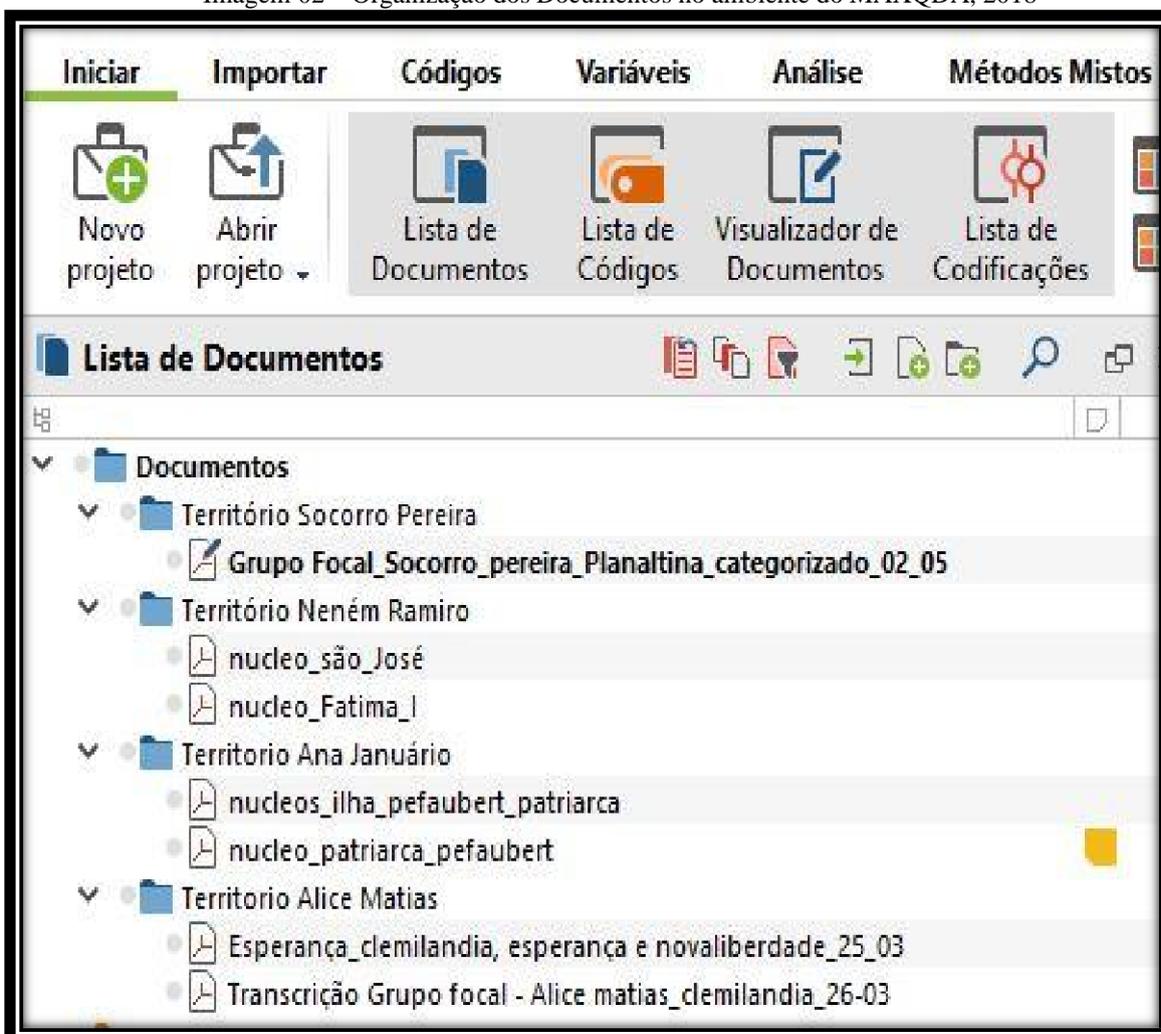
A operacionalização dos trabalhos contou com o suporte do Software MAXQDA, na sua versão de 2018.

é um programa de alto desempenho para análise de dados profissional e orientado para ciências sociais. É usado em uma variedade de disciplinas: ciências sociais, educação, ciências da saúde, humanidades, economia, marketing e muitas outras. Em suma, é o pacote de software ideal para o gerenciamento eficaz e avaliação sistemática de textos, documentos e todos os tipos de dados de mídia. (MANUAL MAXQDA, 2018)

A boa utilização deste software permitiu que as categorias fossem orientadas por variáveis e estas, por “códigos”, de tal forma a constituir hierarquias dentre elas. Os “códigos” foram, assim, constituídos por variáveis descritivas cuja funcionalidade permitiu identificar, estruturar e elaborar tendências sobre o texto base, extraídas a partir das perspectivas dos sujeitos.

Após todos os áudios serem transcritos e revisados, o primeiro passo consistiu em inseri-los no software. Desta forma, as 116 páginas das transcrições foram transformadas para o formato PDF, e inseridas a partir da função “importar”, em seguida foi selecionada a opção “documentos” e, finalmente, a função “insert PDF text as new document”. Nesse momento, os textos foram agrupados segundo os territórios. A imagem 02 a seguir, apresenta a organização dos documentos dentro do ambiente do MAXQDA, 2018.

Imagem 02 – Organização dos Documentos no ambiente do MAXQDA, 2018



Fonte: Elaboração própria

4.2.3.1 Escolha das Categorias

Na sequência, foram criadas as variáveis segundo suas categorias. A criação dessas variáveis, a partir do Mapa da Cidadania, considerou as seguintes estruturas analíticas: Educação, Saúde, Cultura, Vida Segura, Meio Ambiente, Participação e Ação, Mobilidade. Tais categorias emergiram no campo do Racismo Ambiental, da Burocracia de Acesso, do Trabalho e Renda e da Juventude.

4.2.3.2 Escolhas das Variáveis e a Codificação

As percepções das variáveis emergiram dos participantes de cada grupo focal. Para conhecê-las, o pesquisador manuseou os textos e, posteriormente, realizou alocação segundo o contexto das falas. Na prática, o movimento de selecionar o trecho do texto e encaminhar para as categorias forçava o software a abrir uma subcategoria, a ser nomeada pelo pesquisador. Esta ação ocorria em função do texto e do contexto discutido com os participantes dos grupos focais. Tais subcategorias passaram a constituir as variáveis. A seguir, a tabela 03 apresenta o conjunto das variáveis para cada categoria.

Imagem 03 – Categorias e Variáveis a partir das transcrições dos grupos focais tratados a partir do Software MAXQDA

| Categoria | Variáveis | Códigos |
|-----------|---|---------|
| Educação | <ul style="list-style-type: none"> → Covid-19-E → Acesso a Escola → Exclusão Escolar → Democracia na Escola → Distância da Comunidade → Infraestrutura → Formação → Modelo Escolar → Conteúdo → Diversidade/Raça e Genero | 160 |
| Saúde | <ul style="list-style-type: none"> → Covid-19S → Acesso a Saúde <ul style="list-style-type: none"> → Atendimento <ul style="list-style-type: none"> → Saúde da Mulher → SAMU → PSF → Medicamentos/Exames | 156 |
| Cultura | <ul style="list-style-type: none"> → Ação Cultural → Apoio Cultural | 43 |

A DINÂMICA DA POBREZA URBANA
Aproximações Epistemológicas e Metodologia de Pesquisa

| | | |
|----------------------|---|-----|
| Vida Segura | <ul style="list-style-type: none"> ☉ Insegurança <ul style="list-style-type: none"> ☉ Medo ☉ Violência <ul style="list-style-type: none"> ☉ Tráfico ☉ Violência contra a Mulher ☉ Disputas por Territórios > ☉ Violencia Institucional | 77 |
| Meio Ambiente | <ul style="list-style-type: none"> ☉ Infraestrutura Ambiental <ul style="list-style-type: none"> ☉ Coleta de Lixo ▼ ☉ Energia Eletrica <ul style="list-style-type: none"> ☉ Iluminação Pública ☉ Ruas Pavimentadas ☉ Saneamento ☉ Condições do Rio ☉ Qualidade do Ar ☉ Arborização ☉ Lixão ☉ Acesso a Água Potável | 144 |
| Participação Ação | <ul style="list-style-type: none"> ☉ Representação Política ☉ Movimentos Sociais | 133 |
| Mobilidade | <ul style="list-style-type: none"> ☉ As pessoas com mobilidade reduzida ☉ Mobilidade-E ☉ Infraestrutura Urbana ☉ Transporte Público ☉ Mobilidade Interno à Comunidade ☉ Externo à comunidade | 67 |
| Trabalho e Renda | <ul style="list-style-type: none"> ☉ Trabalho e Renda <ul style="list-style-type: none"> ☉ Custo de Vida ☉ Condições de Trabalho ☉ Renda ▼ ☉ Pobreza na Renda <ul style="list-style-type: none"> ☉ Risco da Fome ☉ Mulheres ☉ Desemprego | 95 |
| Racismo Ambiental | <ul style="list-style-type: none"> ☉ Racismo Ambiental | 12 |
| Burocracia de Acesso | <ul style="list-style-type: none"> ☉ Burocracia de Acesso | 18 |
| Juventude | <ul style="list-style-type: none"> ☉ Juventude | 14 |

Fonte: Elaboração própria

Desta forma, na categoria Educação emergiram 11 variáveis e 160 códigos. Na categoria Saúde emergiram 7 variáveis e 155 códigos; 3 variáveis e 43 códigos compõem a categoria Cultura; 9 variáveis e 77 códigos estão na categoria Vida Segura; 11 variáveis e 144 códigos completam a categoria Meio Ambiente; 4 variáveis e 133 códigos estão na categoria Participação e Ação; 6 variáveis e 67 códigos estão na categoria Mobilidade; as categorias Racismo Ambiental, Burocracia de Acesso e Juventude possuem cada uma delas, 1(uma) variável e, respectivamente, 12, 18 e 14 códigos. Finalmente, a categoria Trabalho e Renda é composta por 7 variáveis e 95 códigos.

Conforme MAXQDA a “codificação é o processo de atribuir um ou mais códigos a um segmento que você selecionou com seu mouse no "Navegador de Documentos". Esse processo permite, por exemplo, realizar uma análise sistemática de conteúdo.” Em termos técnicos, “os códigos são como caixas de índice de cartão nos quais um nome de categoria é escrito no topo. O nome de um código é como um rótulo que age como uma guia na caixa de índice.”

Em síntese, o software extraiu 889 codificações, distribuídas em 249 códigos no território Socorro Pereira; 240 no território Neném Ramiro; 173 código no território Ana Januário, e 227 códigos para o território Alice Matias. A imagem 04 apresenta a segmentação por categorias e códigos e sua distribuição por territórios.

Imagem 04 – Distribuição da Quantidade de Códigos por Território

| | |
|---|-----|
| Documentos | 889 |
| Território Socorro Pereira | 249 |
| Grupo Focal_Socorro_pereira_Planaltina_categorizado_02_05 | 249 |
| Território Neném Ramiro | 240 |
| nucleo_são_José | 120 |
| nucleo_Fatima_I | 120 |
| Territorio Ana Januário | 173 |
| nucleos_ilha_pefaubert_patriarca | 68 |
| nucleo_patriarca_pefaubert | 105 |
| Territorio Alice Matias | 227 |
| Esperança_clemilandia, esperança e novaliberdade_25_03 | 101 |
| Transcrição Grupo focal - Alice matias_clemilandia_26-03 | 126 |

Fonte: Elaboração própria a partir do MAQDA

4.2.3.3 TRATAMENTO DOS DADOS A PARTIR DO MAXQDA

Essa etapa foi realizada em duas ações: a primeira buscou identificar a relação entre as variáveis de cada categoria. A segunda, constituiu-se na produção de gráficos capazes de possibilitar leitura discursiva e comparativa com os elementos qualitativos. E finalmente, a terceira ação buscou analisar as frequências para dar suporte empírico ao Mapa da Dinâmica Social da Pobreza, disponível no capítulo 7.

Ações 1 - Inicialmente, foi acionado o comando Mapa “Ferramentas Visuais” em seguida subícone “Mapa de códigos” Na sequência, foram selecionados os códigos referentes a cada categoria. Como Resultado, foi possível visualizar um mapa dos códigos de cada uma das categorias. Disponibilizado no início de cada tópico específico no capítulo 6.

Ação 2 – No segundo momento, foi acionado o comando “métodos mistos” e, a partir dele, a ferramenta quantificação e todos os códigos ativados foram associados às respectivas variáveis. Os resultados deste processo foram apresentados por uma planilha de Excel, e, a partir desta, foi possível gerar os gráficos para cada categoria referente a realidade de cada território. A partir dos gráficos, foi possível realizar análise da realidade dos territórios quando as falas dos sujeitos alcançados pelos grupos focais foram utilizadas para confirmar os gráficos.

Ação 3 - Finalmente, foi realizada a “análise de frequência.” Para o Manual de execução disponível no próprio software do MAXQDA “a frequência de valores variáveis individuais corresponde ao número de documentos em que esses valores ocorreram” Desta forma, atesta o Manual “uma compilação de documentos está presente por trás de cada contagem de frequências.” Dito de outra forma, “uma vez que os documentos geralmente correspondem a casos específicos (por exemplo, entrevistas), a função a seguir pode ser usada para analisar em quantos casos uma determinada variável foi codificada.” Em outras palavras, foi possível identificar a quantidade de vezes que a variável emergiu na fala dos sujeitos.

Assim, analisar a frequência dos códigos pode apontar para o grau de repetição ocorrida em cada variável, e, conseqüentemente, aluir daí, algum grau de importância na fala dos indivíduos, posto sua repetição segundo as próprias observações no campo.

A DINÂMICA DA POBREZA URBANA

Isso permite uma primeira aproximação ao objeto de estudo e pode antecipar elementos a serem confrontados nos grupos focais. A seguir, um quadro síntese desta etapa.

Tabela 04 – Síntese do quadro geral da metodologia referente - seleção do sujeito, técnica de recolha e análise dos dados.

| FASE | Elementos | Natureza |
|-------------|----------------------------|---|
| 1 | Frente Social Cristã - FSC | 4 Territórios e 12 Núcleos |
| 1 | Documental | Dados bibliográficos |
| 2 | Focus Group | Mapa da Cidadania junto com as lideranças de cada território e diretoria da Frente. |
| 2 | INCID | Dados Primários e Secundários considerando os territórios e núcleos da FRENTE. |
| 3 | Análise dos dados e | Análise de Conteúdo |
| 4 | Tratamento dos Dados | Estruturação, codificação e elaboração textual |

Fonte: Elaboração própria, 2021 CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NO MUNDO E NO BRASIL

Capítulo 5

CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NO MUNDO E NO BRASIL

A pobreza vem deixando profundas marcas na comunidade internacional. Para compreender esse cenário, Amartya Sen e Bernardo Kliksberg (2010) somaram esforços para sustentar e dar visibilidade a elementos relevantes sobre os aspectos da pobreza no mundo. Os números podem variar, mas substancialmente ainda fazem sentido quando são apresentados diante da opulência global.

Os autores afirmam que mais de 1,2 bilhão de pessoas não acessaram água potável no mundo no primeiro decênio do século XXI. As primeiras vítimas dessas condições eram notadamente as crianças. Segundo os autores, o segundo decênio do mesmo século veio à tona com 2 milhões de pessoas sem acesso a um vaso sanitário. Faltavam recursos para solucionar esses problemas? Sen e Kliksberg defendem abertamente que não! Sobretudo se o valor for comparado ao orçamento militar mundial. Para eles, apenas cinco dias de recursos destinados a essa finalidade seriam suficientes para solucionar o problema de acesso a água e saneamento (SEN e KLIKSBERG, 2010:8).

Não obstante a gravidade, a ausência do acesso a água e ao saneamento não são as únicas notícias menos positivas. Para os autores, em plena disseminação das “maravilhas tecnológicas”, 443 milhões de crianças não foram à escola em 2010.

Segundo a UNESCO (2019), em 2018, esse número melhorou substancialmente, mas ainda assim foi registrado um número assustador de 258 milhões de crianças fora da escola. Novamente, Sen e Kliksberg ressaltam que 500 mil mulheres sucumbiram ao parto e 2 milhões de crianças perderam a vida para infecções simples, em que os antibióticos capazes de “curá-las custam U\$ 0,27” (SEN e KLIKSBERG, 2010: 9). Finalmente, os

autores revelam, em suas pesquisas, que até aquele momento, cerca de 18 milhões de pessoas – sendo metade delas crianças – morreram por razões relacionadas a pobreza.

Quando o assunto é acesso a alimentação e o cenário centra o olhar sobre os países em desenvolvimento, percebe-se que estes abrigam até 20% das pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar grave. Se o olhar se concentrar em países de baixa renda, esse percentual sobe para 22,7% (UNESCO, 2019).

Em suma, os autores concluem suas observações parafraseando o líder religioso Mahatma Gandhi ao atestar que “a diferença entre o que fazemos e aquilo que somos capazes de fazer bastaria para solucionar a maioria dos problemas do mundo.” (SEN e KLIKSBERG: 2010:10)

É com esse pano de fundo que o quinto capítulo deste trabalho se dedica a contextualização da atual situação da pobreza no mundo, de forma geral, e no Brasil de forma particular, e, neste particular, a situação da pobreza no Ceará.

Como forma de estabelecer diálogo com o problema central da pesquisa, o presente capítulo orientou-se por micros questões capazes de conduzir o pesquisador de modo a identificar: quantos são os pobres no mundo? No caso brasileiro, quantos são aqueles que figuram na pobreza chamada de unidimensional, e quantos estão na pobreza multidimensional? Responder a estas perguntas requer, antes de mais nada, manter-se atento as variações segundo a cultura, o momento histórico e a definição política. Com esse intuito, buscou-se elaborar uma síntese das estatísticas disponíveis, sem deixar de enfrentar, de forma crítica, o problema da mensuração.

Para tal desafio, este capítulo considerou as disparidades conceituais, geográficas, políticas estatísticas, de modo que resolveu-se apresentar a seguir, algumas definições institucionais.

5.1 – O que dizem os Organismos Internacionais sobre a Pobreza?

Definir a quantidade de pessoas em situação de pobreza no mundo exige antes, de tudo, estabelecer limites conceituais ao problema. Embora a condição de pobreza imposta às pessoas tenha pouco impacto na comunidade acadêmica e em organismos internacionais, as estatísticas em torno do assunto sempre foram tema de intenso debate. Não obstante, o caminho estatístico se justifica por sua capacidade de dar um fio condutor às diferenças conceituais sobre o tema, levando as instituições, organismos e estados a utilizarem

métricas unidimensionais, em geral, relacionadas à renda.

Esse tem sido o esforço de algumas das principais agências das Nações Unidas como tentativa de unificar o debate em torno da questão. Nesse sentido, a definição de pobreza para a *Food and Agriculture Organization* (FAO) se caracteriza a partir da mensuração da quantidade de calorias ingeridas ao longo do dia por uma determinada pessoa.

Logo, o acesso ou a negação de calorias define o grau de pobreza pela situação de fome de um determinado indivíduo. Esse parâmetro é adotado por inúmeros organismos internacionais e governos. Em geral, é estabelecido o limite mínimo de 2000 calorias diárias, sendo considerado em estado de subnutrição [fome] aquele indivíduo que não consegue atingir tal patamar.

Na América Latina, o organismo das Nações Unidas igualmente utiliza o parâmetro nutricional para definir pobreza. Trata-se da Comissão Econômica Permanente para a América Latina - CEPAL (2013) para a qual o consumo abaixo de 2500 calorias pode colocar o indivíduo em situação de penúria.

Não obstante, a própria FAO apresenta possíveis causas para o aumento do número de pessoas em situação de subnutrição grave. Segundo o texto, tal situação “pode estar diretamente associadas as mudanças climáticas – como inundações e estiagens, conflitos e desaceleração da economia” (FAO, 2018: 8).

Em geral, os documentos oficiais não atestam com clareza, mas é possível inferir que o critério monetário de U\$ 1,90/dia está diretamente relacionado a métrica nutricional. Essa afirmação é viável por tornar a informação nutricional mais didática, uma vez que a sociedade não está acostumada a medir seus dias em calorias, mas em unidades monetárias. Então, estima-se economicamente ser necessário tal quantia monetária [U\$1,90] para se alcançar as determinadas calorias [2500].

Neste limite, o conceito de pobreza ganha o ingrediente econômico que servirá de parâmetro a praticamente todo o mundo político para definir a quantidade de pessoas em situação de pobreza em cada país.

A grande crítica que se estabelece à leitura monetária consiste em inferir apenas a quantidade estimada de dinheiro para alcançar a quantidade de calorias necessárias apontadas anteriormente, revelando-se inconsistente para a análise efetiva dos gastos que

um determinado indivíduo necessita para sobreviver na sua respectiva região. Como por exemplo, a necessidade de pagar o transporte para se deslocar na própria cidade a fim de encontrar emprego, não está ali mensurada. Em outras palavras, um simples desajuste inflacionário relacionado a microeconomia local pode tornar qualquer análise insustentável.

Em Portugal, por exemplo, a EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza compreende a pobreza por outra dimensão, mesmo sendo monetária está associada ao acesso a renda mínima. Na sua definição atesta que: “pobre é aquele quem ganha até 60% da renda média do seu país de origem”. Em Portugal, para o ano de 2014, esse valor equivaleria a 422 euros. (EAPN, 2017)

O debate em torno da dinâmica da pobreza em Portugal envolve uma rica disputa conceitual. Há quem faça associação direta à exclusão social, como Batista *et al.* (1995:39), que chegam inclusive a defender abertamente a ideia de que a pobreza é consequência da exclusão. Até autores como José A. Pereirinha (1992: 170), que, por sua vez, defende haver distinção conceptual necessária para a apreensão do conceito em questão. Para o autor “a pobreza relaciona-se com a situação de escassez de recursos, característico de escolhas distributivas”. Nesse meio, a Rede Europeia Anti-Pobreza de Portugal estabelece que a pobreza se relaciona:

com a falta de recursos materiais que não permitem a uma pessoa participar de forma igual na sociedade em que está inserida. Mas também é quando não se tem a possibilidade de participar nas atividades e ter as condições de vida e conforto consideradas habituais na sociedade, como por exemplo, atividades culturais, educacionais e acesso à saúde (EAPN Portugal/REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA, 2017: 2)

Na continuação, a mesma entidade vai atestar que a pobreza possui uma íntima relação com a ausência de justiça social. Neste sentido, avança para debater que a pobreza se relaciona com outros fatores para além da renda, e que por isso sua mensuração pode ser uma tarefa complexa, estabelecendo aproximação perigosa com a desigualdade.

Aqui ganha relevância o debate proposto por Carmo e Cantante (2009: 01) ao observarem na realidade portuguesa uma redução dos níveis de pobreza na última década, mas atestam de forma enfática que: “Portugal é um dos países mais desiguais da Europa (e

também da OCDE)”, mesmo que “isso não signifique aumento nos níveis de pobreza nos últimos anos”. Tal afirmação vai ao encontro do que diz a Rede Europeia Anti-Pobreza que argumenta que a desigualdade da renda em Portugal é uma das maiores da Europa, podendo ser superior a cinco vezes a média europeia.

Numa síntese à realidade portuguesa acerca da pobreza contida no estudo da Rede Europeia Anti-Pobreza, o *National Poverty Watch Report*, em 2017 Portugal apresentava a seguinte situação: as mulheres e as crianças compunham os grupos mais afetados. O primeiro estrato representava na altura 18% do total das pessoas em situação de pobreza. A principal característica se configurava em famílias monoparentais podendo atingir o pico de 38,4% do risco de exposição à pobreza. O segundo estrato, as crianças, representavam 20,7% do total de pessoas afetadas pela pobreza. Ressalta-se que entre os trabalhadores o número permanece estável e alcança 10,8% da população portuguesa.

Na sequência, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) entre 2013 a 2016 revela que a pobreza em Portugal caiu de 27,5% para 21,1% da população. Entretanto, no ano de 2017 o percentual elevou-se para 23,3%. O INE calculava haver cerca de 2,4 milhão em situação de pobreza em Portugal no início de 2018. Os relatórios portugueses apontavam alguns grupos de alto risco: os agregados monoparentais na proporção de 33,6 com até uma criança, e 42,7 com mais de uma criança; os inativos na proporção de 32,3%, e os jovens em situação de desemprego na proporção de 22,7%. Para enfrentar esse desafio, o país tem apostado na erradicação do trabalho infantil, na política habitacional e na distribuição de renda mínima.

Em outros aspectos, os números acima podem revelar a materialização dos aspectos relativos à desigualdade na renda a promover uma geração vulnerabilizada que em Portugal, pode afetar decisivamente os não cidadãos [refugiados] ou os ciganos, as mulheres e, especialmente, os jovens. Estes últimos, conforme atestam Matias e Carmo, figuram nessa lista em função do profundo grau de vulnerabilidade à precariedade profissional e flexibilização do mercado de trabalho (MATIAS e CARMO, 2018:81-85).

Como pode ser observado, a economia e a nutrição representam duas das principais categorias de análise no cenário mundial quanto ao estudo da pobreza, por permitirem, de forma rápida e segura, localizar e identificar quem, quantos e principalmente o que produz pobreza.

No próximo tópico, será possível encontrar os dados referentes a pobreza unidimensional, ou seja, a mensuração da situação de pobreza baseada especialmente na renda.

5.2 – A Caracterização da Pobreza Unidimensional

Os números dizem muito, mas revelam pouco. Saber a quantidade de pessoas em situação de pobreza ou em situação alimentar consideradas como graves, pode ser importante, mas precisa ser acompanhada pela informação essencial: por que essas pessoas são afetadas pela pobreza? A partir desta pergunta, a produção da pobreza no mundo pode ser compreendida por três fatores: guerras, ditaduras políticas, e desequilíbrio econômico. Nesse último critério, é flagrante as pessoas afetadas pela pobreza não estarem a figurar nos orçamentos públicos. Elemento que permitirá abrir discussão em torno da pobreza na renda, popularizada sob o conceito de pobreza unidimensional.

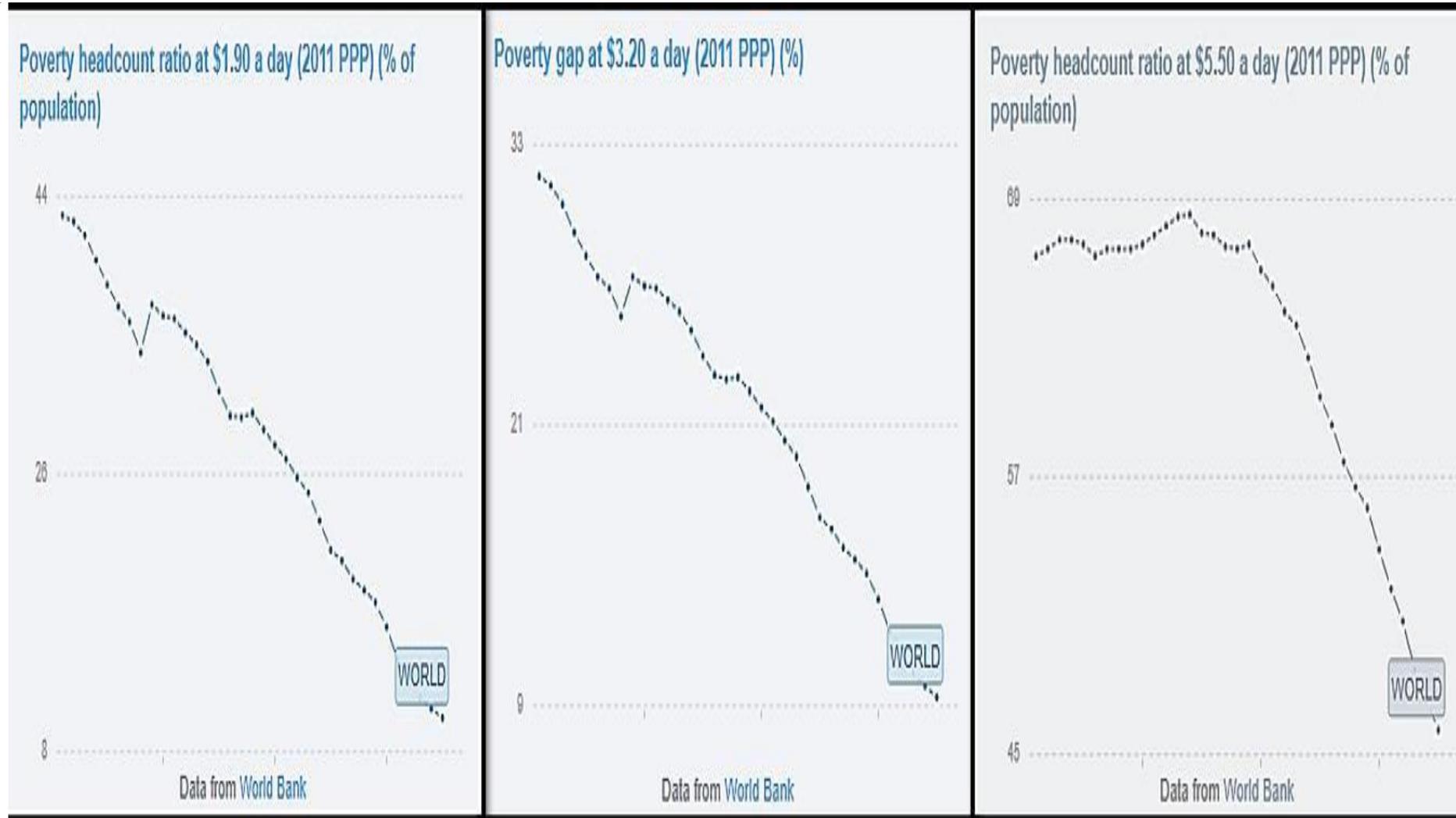
Ao considerar a dimensão econômica a partir do critério da renda do Banco Mundial, há pelo menos três faixas de pobreza. A primeira faixa estima a pobreza a U\$ 1,9/dia. A segunda faixa considera o valor de U\$ 3,2/dia, e uma terceira faixa estima a renda a U\$ 5,50/dia. Para compor tais dimensões, o Banco Mundial indica que os dados levam em conta pesquisas domiciliares primárias obtidas nas agências estatísticas e em seus departamentos governamentais (WORLD BANK, 2021)

A imagem 05 apresenta os gráficos em que se pode ver o comportamento da série histórica dos níveis da pobreza segundo a renda para o mundo, considerando o período entre 1980 a 2018, nas três faixas apresentadas anteriormente

1 <https://data.worldbank.org/indicador/SI.POV.UMIC> t

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

Imagem 05 – Evolução da percentagem do número de pessoas em situação de pobreza na renda, segundo faixas de U\$ 1,9; U\$ 3,2 e U\$ 5,5. Considerando a população mundial para os intervalos 1980 a 2018.



Fonte: adaptação feita a partir do data.worldbank.org de 2020.

A imagem é sensível quanto a drástica redução da pobreza na renda nas três faixas estipuladas pela organização. No período analisado, a faixa 1 (U\$ 1,9) saiu de 42,5 para 9,2 %. A faixa 2 (U\$ 3,2) registrou redução de 31,5 para 8,5 %, e finalmente a faixa 3 (U\$ 5,5) desceu de 66,4 % da população para 43,6 %. Esta última faixa foi a que mais sofreu resistência, tendo inclusive, aumentando nos primeiros anos de 1990, para finalmente em 1994, iniciar a curva de declínio.

O que se busca nesse tipo de informação é, fundamentalmente, localizar o problema. É o que apontam Roser e Ortiz-Ospina (2018), quando propõem analisar o índice de incidência de pobreza. Ao observar essa metodologia, os autores argumentam que, no início da era industrial, “a grande maioria da população mundial vivia em condições que hoje chamaríamos de extrema pobreza.” Segundo suas leituras, as razões que levavam uma pessoa a viver na pobreza eram efetivamente “os baixos níveis de produtividade e a escassez de comida”.

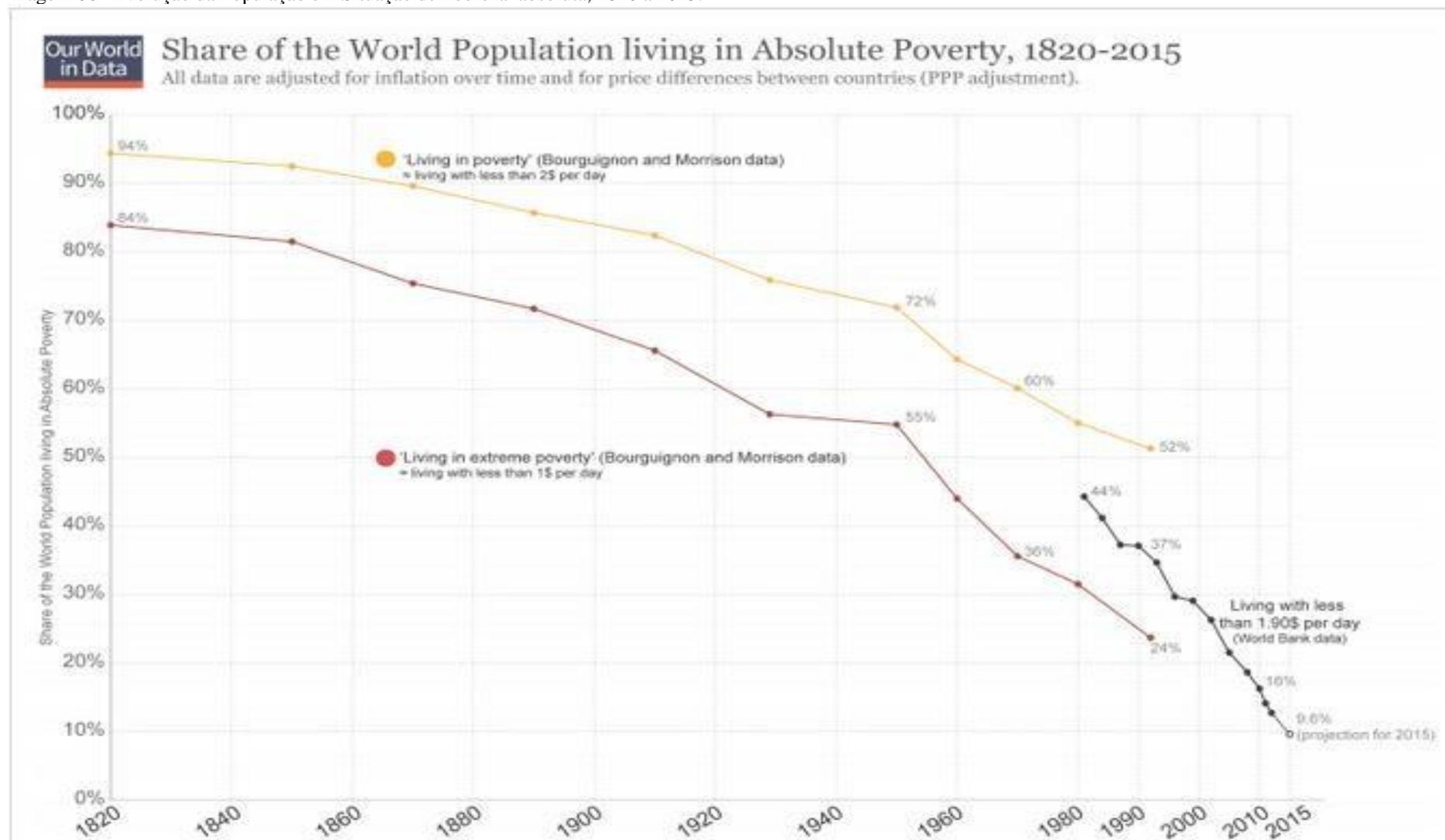
Seguindo essa abordagem, Roser e Ortiz-Ospina (2018) apresentam um trabalho qualificado cujo objetivo consiste em reconstituir o fenômeno da pobreza [unidimensional] a partir de 1820. Os dados revelam que a grande maioria da população era obrigada a conviver com menos de U\$ 1,90 por dia, enquanto uma pequena elite desfrutava dos novos padrões de vida proporcionados pelo crescimento econômico dos últimos 200 anos.

Para os autores, as mudanças radicais em torno das novas necessidades somente foram enfrentadas com êxito graças ao crescimento econômico. Para eles, “o mundo não conseguiria suportar o aumento populacional na proporção ocorrida, não fosse com o crescimento”. E completam: se “os níveis econômicos fossem expostos a um aumento de [apenas²] sete vezes da população teria levado todos a extrema pobreza (ROSER e ORTIZ-OSPINA, 2018:3)”. Na figura 06 é possível visualizar a evolução da pobreza extrema para o período de 1820 a 2015

² Grifo nosso

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

Imagem 06– Evolução da População em Situação de Pobreza absoluta, 1820 a 2015.



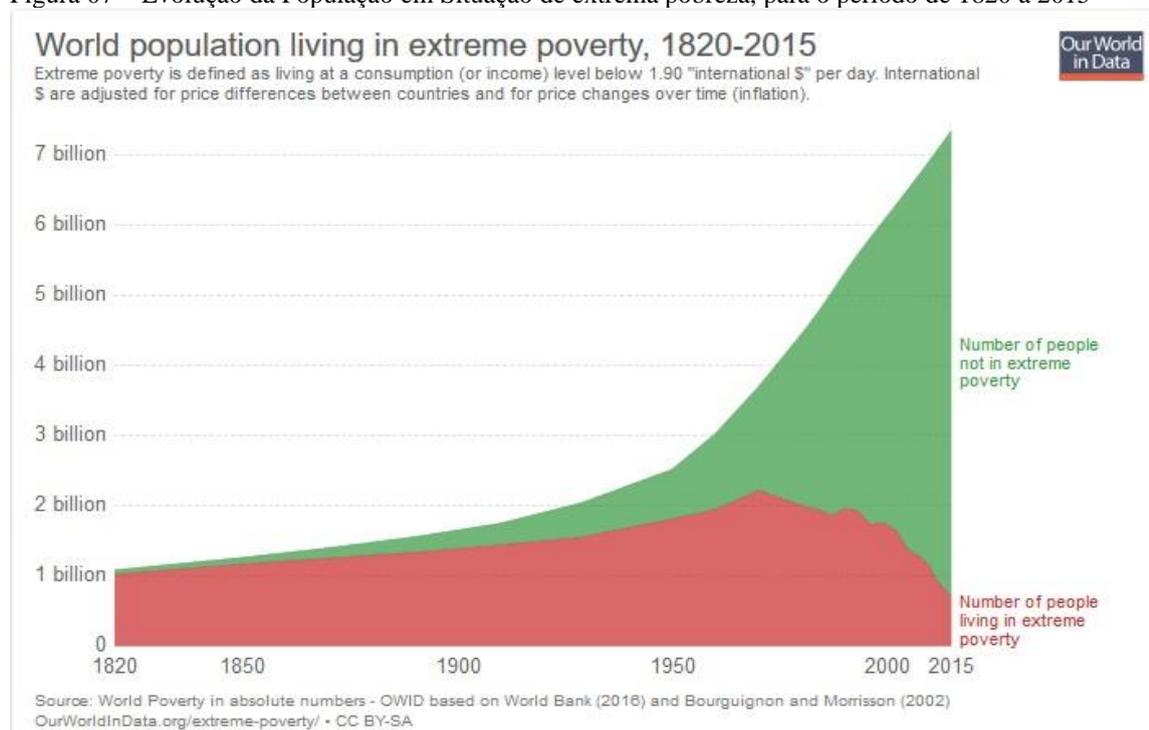
Fonte: Roser e Ortiz-Ospina (2018: 3)

Para Roser e Ortiz-Ospina (2018), a evolução do número de pessoas na extrema pobreza foi significativamente positiva, conforme é possível observar nos dados do gráfico xxx. Aqui se verifica a redução notável da pobreza extrema com base na renda.

Contudo, é digno de nota identificar ainda que a queda significativa da pobreza na renda ocorreu somente no intervalo de 1990 a 2015. Ou seja, após ciclos gloriosos da industrialização e do petróleo.

É possível observar, ainda, que no primeiro intervalo a redução foi muito lenta, mas a partir dos anos 1990 os dados apresentam um declínio vertiginoso na queda da pobreza extrema. Sendo mais acentuado no período de 2008 a 2015, mesmo a despeito da crise mundial, conforme pode ser observado na figura 07.

Figura 07 – Evolução da População em Situação de extrema pobreza, para o período de 1820 a 2015



Fonte: Pobreza Absoluta em Números –Roser e Ortiz-Ospina (2018)

Segundo a leitura, em 1970 o banco de dados do World Bank registrava 3,683 bilhão de habitantes em nível mundial. Se a estimativa de Roser e Ortiz-Ospina estiver correta, metade da população do globo possuía renda vulnerabilizada, o que significava pouco mais 1.841 bilhão de pessoas.

Segundo os autores, em 20 anos, ou seja, de 1970 a 1990, apenas 200 milhões de

pessoas deixaram a condição de pobreza, reduzindo a conta a pouco mais de 1,5 bilhão.

Entretanto, ao ser confrontado com a evolução da população apresentado pelo próprio World Bank, o fracasso social salta aos olhos. Isso porque em 1990 o mundo registrava 5,2 bilhão de pessoas, representando um aumento de 1.597 bilhão de pessoas.

Desta forma, a evolução da redução de pessoas em situação de pobreza, quando contrastada com a evolução da população, apresenta um tímido recuo. Contudo, em 2015 o gráfico registrou “apenas” 705 milhões de pessoas afetadas pela pobreza na renda [extreme poverty]. No intervalo de 25 anos, entre 1990 a 2015, testemunhou-se a maior redução do fenômeno em todo o período histórico estudado.

Em 2021, os dados do World Bank foram ajustados, apresentando novo percentual para o período, sendo identificado o percentual de 10,1 da população afetada por situação de pobreza na renda. Considerando a população à época, de 7.339 bilhão de pessoas, o percentual atualizado subiu para 741.239 milhão de pessoas afetadas com a pobreza na renda.

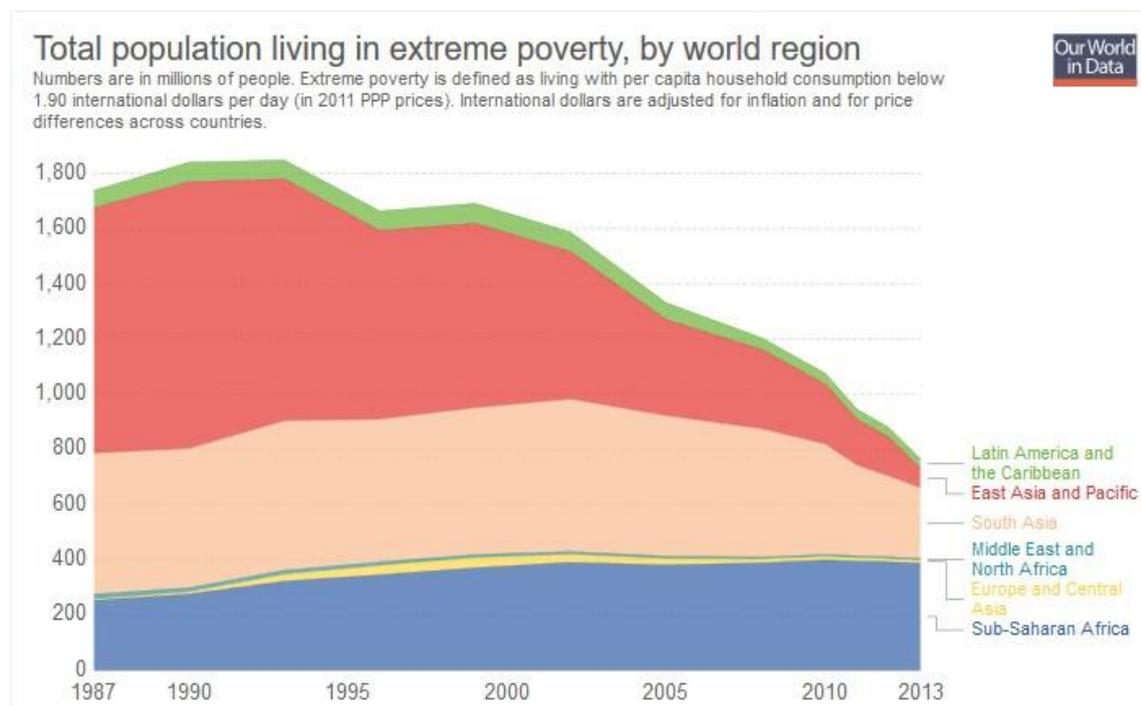
Contudo, o “índice de incidência de pobreza” pode esconder grande parte da realidade. Como Roser e Ortiz-Ospina (2018) argumentam, esse tipo de análise auxilia na projeção do problema, mas enfrenta sérios limites didáticos por não conseguir captar toda a intensidade da pobreza.

Por isso, os autores observam que tal metodologia consiste apenas em “uma maneira de estabelecer diálogo”. Porém, “se não observado em sua totalidade, pode produzir sérios problemas quanto à resolução do fenômeno³”.

A figura 08 apresenta o total de pessoas afetadas pela extrema pobreza por região para o período de 1987 a 2013.

3 O termo fenômeno é aqui utilizado entre aspas, somente para conservar o texto original.

Figura 08 – Total de Pessoas afetados pela Extrema Pobreza, segundo a região do mundo.



Fonte: Roser e Ortiz-Ospina (2018).

No intervalo estudado, é possível notar a involução da extrema pobreza no mundo, com exceção da África-Subsariana que registrou aumento dos dados para o período.

Em tempo, a fotografia da pobreza [unidimensional] no mundo ganha novos contornos como o número de pessoas que não conseguem ingerir 2500 calorias/dia. Assim seria possível identificar os mais pobres entre os pobres com um rápido exame nas estatísticas recentes disponíveis na FAOSTAT⁴, onde se estima que em 2019/2020, havia cerca de 759.777 milhão de pessoas em situação de pobreza extrema no mundo.

Em relatório denominado *O vírus da desigualdade*, apresentado no Fórum Mundial Econômico em Davos, na Suíça, a OXFAM estima que a esse número sejam acrescidas mais 250 milhões de pessoas em função do impacto da pandemia da COVID-19 (OXFAM, 2021).

Segundo a FAO, 9,7% [referente a 2019] da população total do globo estaria enfrentando a condição de insegurança alimentar grave, ou seja, de fome. Numa simples comparação com os cinco anos anteriores, seria possível perceber que em 2015, o dado apontava para 7,9% de pessoas em situação de fome em nível mundial. Em 2016,

⁴ <http://www.fao.org/faostat/fr/#data/FS/visualize>

representavam 8,1%. Em 2017, os dados já registravam 8,6% da população. Dos 198 países acompanhados pela FAO, 38 apresentaram variação positiva nos índices de pessoas em situação de fome.

Chama atenção os casos de Afeganistão e Argentina cuja variação foi igual a 50%. Esses países foram seguidos por Japão e Suécia cuja variação foi de 40%. Mas foi um país do leste europeu, a Moldávia, que assistiu à variação percentual dos seus índices de fome subirem 82% no período analisado. Em outras palavras, a pobreza na sua dimensão fome, voltou a crescer de forma preocupante.

A página da FAOSTAT, quando alimentada para identificar a prevalência de insegurança alimentar grave, registra um grande desafio político, social e econômico. Para a organização, em 2019/2020, a região da África mantinha 19% da população nessa condição, uma variação positiva de 2% em relação a 2017. Nesse particular, chama atenção a África Subsaariana cujo impacto da fome atingiu mais 5% da população. Ali, é o contexto do Sudão do Sul salta aos olhos que, não obstante suas riquezas petrolíferas, registrou em 2019, 63% da sua população em vulnerabilidade alimentar grave.

O continente europeu registrou 1,2%. Nesse particular, Portugal contribuiu para esse declínio na ordem de 17%, passando de 3,5 para 2,9%. A Ásia registrou 9,2% da população em situação de fome em 2019, com a variação positiva de 21%. Já a Oceania registrou oscilação de 4,1% para 4,2%. O caso da América Latina merece atenção especial. Quando analisada a região em conjunto com o Caribe, nota-se uma variação percentual positiva da ordem de 2%, mas se desconsiderar os países caribenhos, a oscilação se torna negativa da ordem de 6%. (FAOSTAT, 2021).

Quando a análise se restringe aos aspectos econômicos, os dados da FAO fazem menção especial a quatro critérios: países menos desenvolvidos; países com média renda; países com renda elevada e países com altos níveis de desenvolvimento. Como se esperava, os dois últimos critérios reúnem países com variações negativas nos índices de fome, representando respectivamente 12,5% e 6,12% de redução.

Entretanto, quando se analisa os dados a partir dos países com baixo desenvolvimento ou com renda média, nota-se que a variação positiva é extremamente elevada, chegando a 6,96% para países com baixo nível de desenvolvimento e 21,18% para países com renda média.

Em resumo, pode-se constatar que os países com renda média foram os que registraram maior crescimento no percentual de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar grave. As variações registradas nesses lugares superaram em até 3,5 vezes as variações registradas nos países de baixo desenvolvimento.

Após a identificação do aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar grave pelo mundo é papel de qualquer pesquisa buscar identificar os elementos que, hipoteticamente, estão a causar tal descompasso. Uma chave de leitura é apresentada no tópico a seguir, analisando criticamente o contributo da teoria da ajuda.

5.3 O Papel da Comunidade Internacional diante do Aumento da Pobreza

A teoria da ajuda como foi estabelecida pelo modelo de Harrod-Domar, ao sustentar que a escassez de capital seria o único obstáculo ao crescimento, foi utilizada no período pós-guerra como instrumento na superação da pobreza. Destinada a solucionar dificuldades relacionadas a investimentos, sempre se pautou por viabilizar o suficiente para aumentar a taxa de consumo até que a economia local atingisse o ponto denominado pelos economistas liberais de *take-off*, ou ponto de arranque.

No início da aplicação da teoria da ajuda, especialmente para os períodos de 1950 a 1970, Toye (1987) observa que a estratégia se concentrava em modificar a realidade social dos países receptores via desenvolvimento econômico – leia-se crescimento - pela adoção marginal da abordagem keyneisiana, especialmente, no que consiste a busca pelo pleno emprego. Nas palavras de Toye (*op. cit*), a ideia central era clara: “consistia em formar países com infraestrutura econômica e política, com base na proposta neoclássica de mercado livre”.

Entretanto, a crise do petróleo iniciada na década de 1970 fez colapsar os países que aderiram à proposta, expondo-os numa profunda instabilidade pelo aumento exponencial da dívida. Nesse contexto, a abordagem dominante não considerou a diversidade e as outras formas de fazer economia. Esse movimento levou Fukuda-Parr (2011) a observar que a falha na relação pautada na desigualdade do poder entre os países não poderia passar sem contestação. Sob tal perspectiva, Fukuda-Parr (*Op Cit*) salienta que

“se é verdade que foi realizado uma profunda reconfiguração na ajuda, por outro lado foi desconsiderada toda complexidade do processo” apontando, apenas para a “falha de governo” como responsável pelo fracasso.

Nesse cenário, segundo argumenta Williamson (2000), os esforços foram concentrados na estabilização macroeconômica. Como resultado seguiu-se um aprofundamento do endividamento forçando novamente a reconfiguração da “ajuda”. Foi o que ocorreu a partir de 1980, quando a tese dos estruturalistas coadunaria com a proposta institucionalista, de forma contraditória dar força a abordagem neoclássica. Isso porque as reformas multilaterais passariam a dar o tom dos modelos de investimentos, reformulando as negociações dos anos anteriores referentes a Teoria da Ajuda.

Contudo, conforme afirma Fukuda-Parr (2011), “pela primeira vez o debate em torno da pobreza foi posto na agenda” sendo associado ao quadro de industrialização que provocou ilhas de prosperidade. O mesmo é sustentado por Haq (1995), ao indicar que, pela primeira vez, foram postas na agenda, as necessidades básicas relacionadas à pobreza como linhas estruturais para o desenvolvimento. Para os autores, é nesse período que se discute o efeito do desenvolvimento sobre as estruturas sociais fazendo brotar o debate em torno da desigualdade.

Em tempo, esse período assistiu aos diversos fóruns e iniciativas para acompanhar as novas dimensões que giravam em torno de debates relacionados a gênero, sustentabilidade e trabalho. Em outros termos, os fins e os meios do desenvolvimento podiam ser revistos, desde que deixassem intactos seus objetivos centrais. Tratava-se da grande cartada do Consenso de Washington para o final do século XX.

Foi nesse período que se abriu espaço para debates em torno da abordagem das capacidades que Amartya Sen iniciara em meados dos anos 1980, cuja principal orientação consistiria em contribuir para o debate em torno da exclusão social e da participação. Mas tarde, essa abordagem resultaria nas bases daquilo que hoje se conhece por Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este Índice é capaz de observar o desenvolvimento por um conjunto de variáveis inferior ao necessário, mas superior ao analisado através da lente única do crescimento econômico.

Assim, dava-se as variáveis relacionadas a economia, a educação e a expectativa de vida, um conjunto relacional as capacidades mínimas ao desenvolvimento humano.

Contudo, a mudança de foco proposta por Sen, saindo de uma abordagem macro, e unidimensional para estabelecer a importância das pessoas, nunca foi verdadeiramente implementada, sendo seu resultado mais direto, já na década de 1990, servir de pano de fundo à reconfiguração da teoria da ajuda. Nesse contexto, Fukuda-Parr esclarece que:

ao deixar de questionar o desenvolvimento na sua raiz, a abordagem das capacidades formulada por Sen, deixa de enfrentar outras dimensões como o progresso tecnológico e a modernização social. (FUKUDA-PARR, 2011: 3)

Para Fukuda-Parr (2011), as políticas de desenvolvimento continuariam a dar prioridade às estratégias macroeconômicas, mantendo-se distantes da relação causal de produção da pobreza.

Nos anos 2000, a teoria da ajuda passa a ser resumida nos esforços dos Objetivos do Milênio [ODM], cujo foco visava estabelecer metas claras para pontos importantes com vistas a promoção do desenvolvimento sustentável, dentre eles, acabar com a fome e a pobreza. Para Gore (2010), diante desse cenário dos ODM, o objetivo da “ajuda” estabelecia uma nova narrativa ao deixar de lado a estrutura macroeconômica, passando a se concentrar nas razões humanitárias. Entretanto, para Fukuda-Parr (2011), esse foi o ponto chave ao novo processo, pois permitiria, a um só tempo, estabelecer legitimidade e controle da Teoria da Ajuda.

Em 2015, os organismos internacionais resignificaram tais metas para serem perseguidas pelos próximos 15 anos, ou seja, até 2030, rebatizando o programa para Objetivos do Desenvolvimento Sustentável [ODS]. Tais metas poderiam facilmente ser confundidas como algo positivo. Contudo, como pode ser observado no tópico anterior, e conforme alertou a FAO, por ocasião da 40ª conferência anual realizada na cidade de Roma em 2017, a fome e a pobreza continuam a grassar fortemente no tecido social. Países como Nigéria, Somália, Sudão do Sul e Iêmen podem registrar até 20 milhões de pessoas em situação de grave crise alimentar. Tais elementos põem em xeque a eficiência dos ODS.

Os dados acima refletem a afirmação de Fukuda-Parr (2011) ao sustentar que a arquitetura gerencial do programa da ajuda continua a ser pautada pela macroeconomia de extrato financista.

Segundo a autora, a mentalidade está mantida exatamente na mesma lógica da

década de 1950, e sentencia: “trata-se de uma nova forma para acomodar os interesses capitalistas e manter intactas as estruturas normativas do pós-guerra”. E, continua Fukuda-Parr, “o que ocorreu foi um refinamento ao consenso de Washington, mantendo-se a estabilidade e o crescimento econômico como único meio de reduzir a pobreza”.

Segundo Fukuda-Parr, que integrou a equipe de Amartya Sen, as “estratégias básicas são negligenciadas em detrimento ao mecanismo de crescimento”. Com isso, a autora aponta limites nas práticas que visam o desenvolvimento ao “entregar-se” a ideia do crescimento infinito como métrica de política pública, e, principalmente, como condição para alcançar os objetivos do milênio.

A denúncia mais contundente a esse modelo foi levada a cabo pelo economista egípcio Samir Amin que, desde a década de 1970, vem apresentando à comunidade acadêmica e política, um conjunto de reflexões sobre a teoria da ajuda. Em 2006, quando ainda era chamado de ODM, Amin definiu tais objetivos da seguinte forma:

Objetivos do Milênio nada mais são que um conjunto de metas utilizadas pelo capital dominante para se fazer circular de modo a evitar críticas e avançar sob as estruturas sociais dos países em desenvolvimento.(...) os estados são reduzidos à função de polícia ao deslocar seu staff para garantir o cumprimento do pagamento das dívidas como único caminho garantidor de juros menores na participação da “AJUDA” (...) “o ODM [ODS] nada mais pode reproduzir que um *apartheid* global pela exploração primitiva e pilhagem dos países em desenvolvimento. (AMIN, 2006: 16, 17, 21)

Por fim, sabe-se que o controle do acesso às dimensões apontadas por Amin pode ainda variar segundo a região geográfica ou as disputas políticas. A exploração de minérios na América Latina, por exemplo, tem se revelado na mais sofisticada forma de geração da pobreza, dada a pilhagem ambiental que tal movimento implica.

Essa lógica engendra um conjunto de artificialidades batizadas de “desenvolvimento”, que, em geral, estão funcionando como medida aos ODS, e em particular estão a modificar a espacialidade local pela captura de lideranças e instituições a lhes garantir segurança da desregulamentação. Tal relação se sustenta pelo estabelecimento de precárias relações sociais e pela promoção de uma verdadeira devastação ambiental que polui o solo, a água e os alimentos e gera toda sorte de pobreza na região latino-americana.

5.4 – A Pobreza na América Latina

A América Latina foi, durante muitos anos, palco da mais brutal desigualdade mundial. Esse resultado pode ser explicado pela implantação do nacional desenvolvimentismo que, segundo Martins (2011), é fruto da crise da hegemonia britânica baseada na divisão internacional do trabalho em que se previa que as atividades industriais seriam de responsabilidade das economias centrais, enquanto a produção primária exportadora era destinada às economias periféricas.

O ideário do nacional desenvolvimentismo, versão regionalizada do keynesianismo foi, segundo Domingues (2007: 61), sustentada pelos intelectuais da CEPAL, especialmente entre 1960 a 1970. Mesmo a despeito do conteúdo crítico ali produzido quando defendiam a tese de que a dependência estava na estrutura que mantinha - por novos métodos - os modelos econômicos da época colonial. Os cepalinos admitiam ser “preciso superar a base regida por investimentos estrangeiros”, cuja solidez econômica não poderia preceder a substituição de importações pautada por uma falsa modernização industrial que mais serviu de rodapé as elites e oligarquias locais do que promoveu qualquer espécie de avanço social.

Entre as teses mais eloquentes estava a relação entre as economias centrais e as periféricas, cuja funcionalidade foi explorada por Cardoso e Falleto, sobretudo no que diz respeito ao conceito estabelecido entre centro e periferia. Os autores buscavam, na prática, estimular à noção de subdesenvolvimento a algo mais complexo. Para eles, esta noção deveria superar a ideia de uma estruturação econômica com predomínio no mercado externo sobre o interno, caracterizado por forte concentração de renda, com intenso predomínio do setor primário exportador.

Nessa esteia, elaboraram, como hipótese a tese de que a dependência entre as economias não representava apenas uma simples diferença de etapa de ciclo de desenvolvimento econômico, mas da própria funcionalidade destas etapas no contexto da economia internacional (CARDOSO e FALLETO, 1975: 27).

A partir deste chão, os autores propuseram reorientar o debate que antes girava em torno do desenvolvimento e subdesenvolvimento, para pensar em termos de centro e periferia enquanto elementos explicativos ao processo da dependência.

Para Florestan Fernandes (1994) “a periferia adquiriu o caráter de lado podre dos países centrais” ficando responsável pelo serviço sujo do processo, local marcado pela não expansão da democracia, fundamental para contrapor a noção de poder da elite local que, sem nenhuma mediação, promovia grandes concentrações de renda através de métodos coloniais incorporados à economia.

Tal cenário, segundo o autor, somente poderia funcionar pela “ausência de democracia.” Fernandes (1994), é categórico ao observar que a questão central da dependência está escondida na supremacia do mercado externo sobre o interno, ocorrendo pela manutenção de um torpe poder concentrado nas mãos da elite que passa a organizar a violência a partir de instrumentos institucionais. Segundo o autor, isso somente poderia vigorar num ambiente sem democracia (FERNANDES: 1994: 10-11).

O ciclo entre centro e periferia, e a lógica da dependência, se arrastou por todo o final do século XX, passando pelo fim da guerra fria, atravessando o consenso de Washington, até se deparar com a tese neodesenvolvimentista que, na prática, atualizaria o cenário anterior a partir de um contexto de economia liberal pós-guerra fria.

Em resposta, no início do século XXI o ambiente latino foi marcado por ciclos políticos progressistas que, no dizer de Carvalho e Guerra (2016:269), representou uma virada à esquerda, pautada, segundo as autoras, por movimentos insurrecionais e progressistas que reorientaram o combate à pobreza na região.

No entanto, a estratégia de desenvolvimento adotada pelos principais agentes locais se pautava no modelo de crescimento econômico baseado no extrativismo dependente, a exigir demandas dos grandes centros econômicos. Este mecanismo, baseado na pilhagem ambiental, está na raiz daquilo que Gudynas tem chamado neoextrativismo ou

... la consolidación de un estilo de desarrollo definido como un patrón de acumulación basado en la sobreexplotación de recursos naturales, en gran parte no renovables, así como en la expansión de las fronteras hacia territorios antes considerados como improductivos. (GUDYNAS, 2009:187).

Tal visão está no horizonte de pensamento de Mirian Lang ao sustentar que “na América Latina o extrativismo se dá num modelo primário-exportador a consolidar a dependência em relação ao mercado mundial” (LANG, 2016: 33). Segundo a autora, a lógica do desenvolvimento na região consiste em

incluir territórios permeados pelas lógicas e práticas capitalistas aos circuitos de acumulação do capital; transformar a população em consumidores; camponeses em assalariados ou informais; bens naturais em commodities; propriedade coletiva e propriedade privada (LANG, 2016: 31)

A insistência de inserção ao capitalismo dependente foi, na visão de Carvalho e Guerra, o principal fator de oscilação, sobretudo quando se considera o momento em que houve uma profunda reorientação das estratégias do mercado internacional, nomeadamente o mercado chinês, bem como o estabelecimento da crise macroeconômica em 2008. Nesse instante, o modelo latino-americano sofreu um duro golpe de financiamento, recompondo as disputas internas e conduzindo a elite local a ocupar o espaço perdido nos orçamentos públicos (CARVALHO e GUERRA, 2017: 270).

Tais caminhos marcam a tentativa de vinculação a economia mundial, sendo possível restabelecer os argumentos de Cardoso e Falleto, principalmente quando defendiam que a região não atentou para a necessária condição de fortalecimento do estado, enquanto instrumento mediador para reequilibrar um processo desenvolvimentista, o que resultou num jogo de dependência fazendo as maiores economias da região caminharem a passos largos rumo ao subdesenvolvimento, tendo como principal cenário, a disparidade relacional das conexões entre os sistemas econômico e social (CARDOSO e FALLETO 1975: 25).

Os argumentos apresentados pelos teóricos da dependência são igualmente confirmados por Carlos Eduardo Martins, ao sustentar o argumento de que “o estado hegemônico tem um papel fundamental na organização da acumulação de capital” (MARTINS, 2011:55). Para o autor, a dependência caracterizada pelo modelo neoextrativista de desenvolvimento pôs em xeque a “divisão internacional do trabalho ao acentuar a deterioração dos preços dos produtos primários” afetando fortemente as economias “periféricas e semiperiféricas” pelas tensões sociais entre as oligarquias agrárias, políticas e movimentos revolucionários (MARTINS, 2011: 213).

Esse cenário colaborou para construir uma difícil realidade na América Latina. Segundo Joseph Stiglitz (2020), a região latino-americana é a síntese de que a mensuração do desenvolvimento não considerou a realidade local. Segundo dados apresentados por Deininger e Olinto, em 2002, o Índice de GINI referente ao acesso à terra estava em 0,81.

Nessa direção, o documento divulgado pela OXFAM sobre os terrenos da desigualdade, a realidade brasileira indica que o GINI relacionado a distribuição da terra em 2006 havia alcançado o patamar de 0,87. O mesmo relatório aponta a profunda desigualdade no gênero quando se trata de posse da terra, ao indicar que 94,5% das terras em áreas rurais estão sob o controle dos homens, enquanto apenas 5,5% são controlados por mulheres. (OXFAM, 2017)

Com relação à Educação, o continente entrou no segundo decênio do século XXI com taxas de matrículas inferiores a 90%. Segundo Sen e Klinksberg (2010 : 149), os países que puxavam essa lista nomeadamente eram Colômbia, Nicarágua, Paraguai e República Dominicana. Os atores atestam que quase a totalidade das pessoas que não acessam a escola são provenientes das “classes econômicas mais desfavorecidas.” Quanto à educação secundária – voltada especialmente para adolescentes e jovens prestes a entrar na Universidade – apenas Brasil e Argentina haviam superado o índice de 75% de matrículas.

A dimensão da saúde tornou-se um desafio constante. Mesmo a despeito de avanços significativos nas médias, elementos estruturais como mortalidade infantil continuam a atingir, de forma especial, as populações indígenas e negras, e evidenciam o fosso étnico que se arrasta pela história.

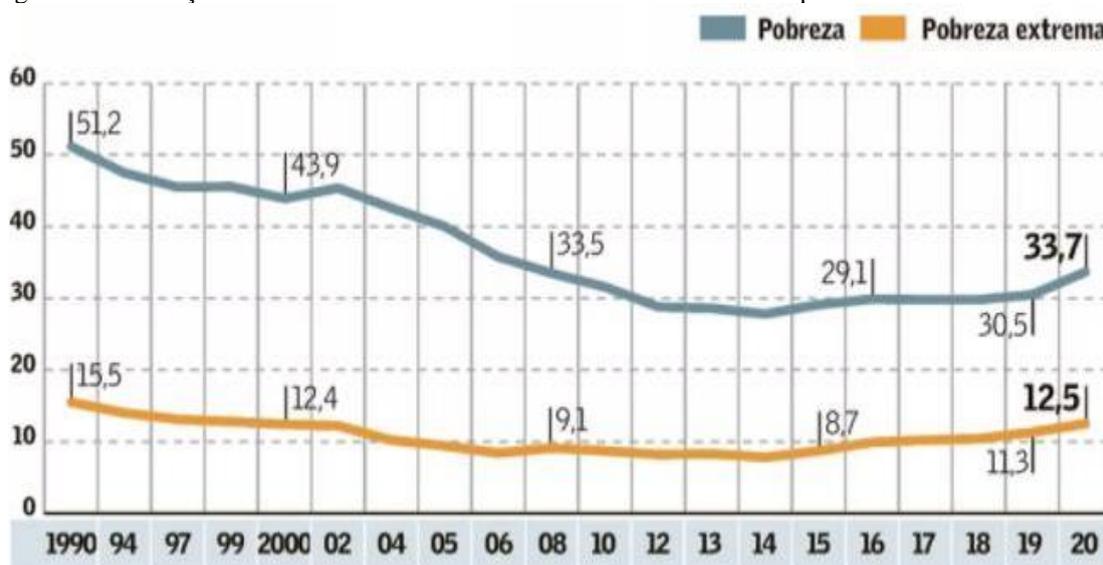
Estes dados, quando somados a estratificação da renda, põem em xeque a dignidade da vida. Nessa área, as diferenças entre os países são gritantes. No início do século, por exemplo, a Bolívia registrava 67 mortes por mil nascidos, enquanto o Chile apenas 9 por mil. No Brasil, os 20% mais pobres viam 99 crianças morrer a cada mil nascimentos, enquanto que nos 20% mais ricos esse número era 66% menos. (SEN E KLIKSBURG: 2010:156-158)

Nesse sentido, Sen e Kliksberg atestam que as desigualdades reveladas acima evidenciam o aprofundamento da pobreza que, em 2008, condenava 182 milhões de pessoas no continente. Dez anos depois, em 2018, dados publicados pela CEPAL mostravam que o número de pessoas afetadas alcançou os 184 milhões. No entanto, o último Panorama para a América Latina recém-publicado em 2021, já aponta para 187 milhões de pessoas em situação de pobreza (CEPAL, 2018; 2021).

Neste último documento, a CEPAL alerta para o aumento do número de pessoas em situação de pobre e pobreza extrema. Das 187 milhões de pessoas afetadas por algum tipo de pobreza, 70 milhões, ou seja 11,3% da população, encontra-se em situação de pobreza extrema. Segundo a CEPAL, a pobreza aumentou 0,7%, enquanto a pobreza extrema elevou-se em 0,9%.

A evolução dos números referentes à pobreza e a pobreza extrema disponível na figura 09 apresentados pela CEPAL (2021) permite observar quão propriedade há nas observações anteriores.

Imagem 09 – Evolução da Pobreza e da Pobreza Extrema na América Latina para o Período de 1990 a 2020.



Fonte: Panorama da América Latina, 2020 - CEPAL 2021.

Tal cenário é confirmado pelo estudo do CEPAL (2020). Em plena crise da SARS-COV-2 estimou-se que mais de 80 milhões de pessoas poderão ser atingidas pela extrema pobreza no continente. Se tal previsão se confirmar, será o maior percentual de pessoas na extrema pobreza em 50 anos. Se forem tomados os dados referentes a 1980, quando a CEPAL registrou 136 milhões de pessoas em situação de pobreza ou pobreza extrema, aceitar que, 40 anos depois, malgrado toda sorte de desenvolvimento e crescimento econômico, esse número salte para 260 milhões de pessoas, é uma verdadeira tragédia humanitária

Não obstante, ao considerar os anos de 2017 a 2020, “a região mais desigual do mundo” para aproveitar as palavras de Sen e Kliksberg (2010), viu aumentar sua população em grau de desnutrição grave, passando de 8,6%, passando por 9,4% até os atuais 9,7% da população. Essa realidade, para o Brasil, inspira cuidados, mesmo admitindo-se que o país conseguiu reduzir seu quadro de insegurança alimentar pré-pandemia de 1,8% em 2017, para 1,7% e agora 1,6% da população (FAO, 2021). Entretanto, mas adiante, quando o texto voltar ao tema da insegurança alimentar, agora no contexto da Covid-19, será possível perceber a gravidade do novo cenário.

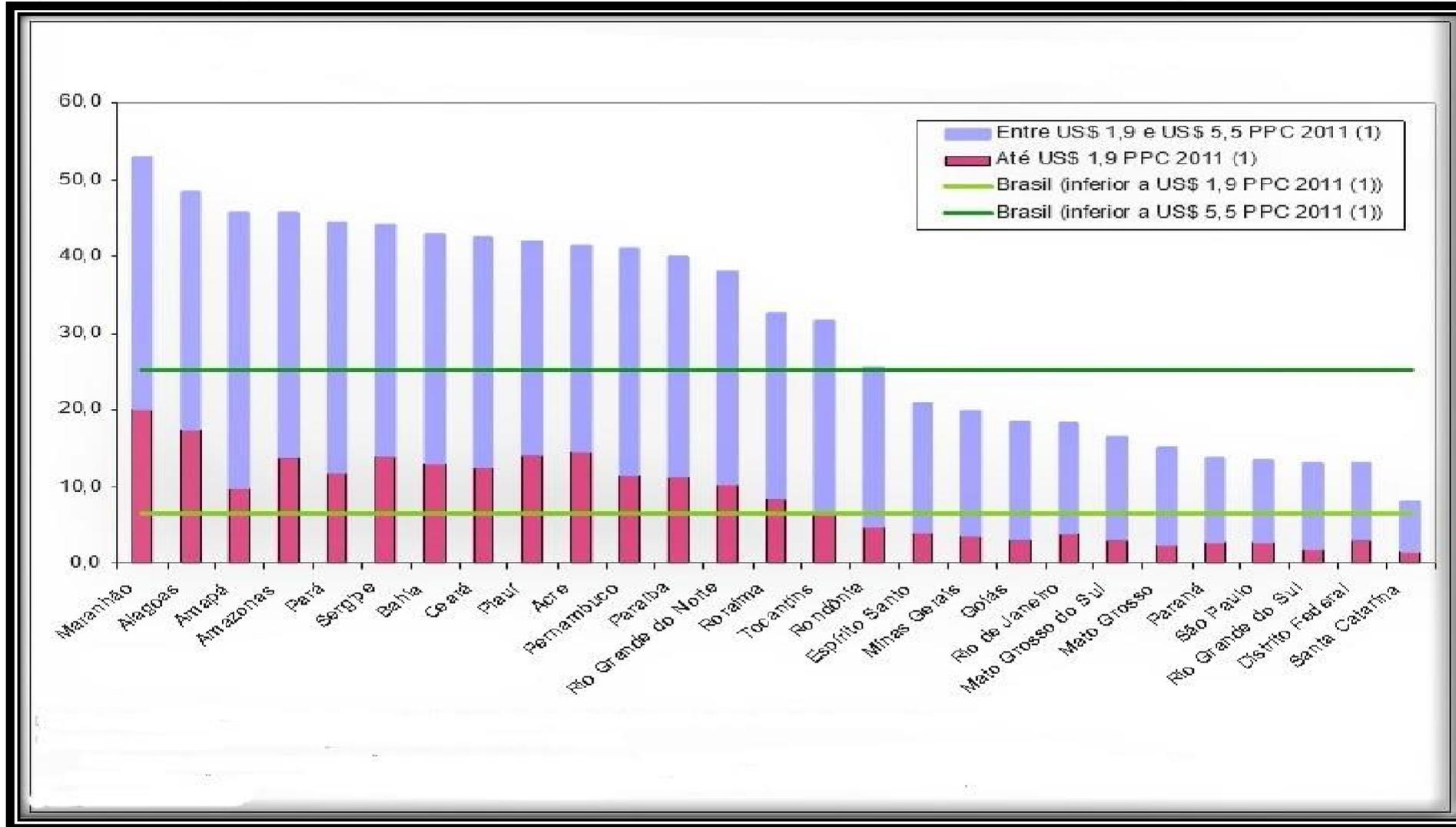
5-5 Uma síntese da Pobreza Unidimensional no Brasil

O Brasil é um laboratório aberto quando o assunto é pobreza. O país sempre se apresentou como sendo um lugar com muitas riquezas, mas abriga boa parte do seu povo em alguma categoria de pobreza – desigualdade, exclusão social e insuficiência alimentar. Não obstante, há um intenso debate quanto a sua localização, se assume característica urbana ou rural, ou mesmo qual a faixa etária mais afetada, ou ainda a zona mais intensa. Nessa parte do trabalho, o texto irá se concentrar numa síntese da dimensão unidimensional da pobreza, ou seja, na mensurada pelo acesso a renda.

A linha de pobreza na renda estipulada pelas Nações Unidas é igualmente utilizada pelo governo brasileiro como critério para acessar um de seus programas de distribuição de renda básica. A figura 10 apresenta quadro situacional dos níveis de pobreza para as faixas entre U\$ 1,90 a U\$ 5,5 por estado brasileiro em 2018.

CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NO MUNDO E NO BRASIL

Imagem 10 – Proporção de Pessoas com Rendimento Domiciliar entre US\$ 1,90 e US\$ 5,5 diários, por unidade da Federação.



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, 2018

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

A figura 10 é pedagógica ao revelar que os níveis de pobreza estudados marcam, de forma especial, os estados da federação localizados no Norte e Nordeste do País. Nessa realidade, o Ceará apresenta sua população exposta a pobreza aos níveis de US\$ 1,90 acima de 10% e a pobreza considerando o dólar a US\$ 5,5 acima de 45%.

Convém reforçar que, mesmo não havendo estudo comprobatório, é razoável relacionar a faixa de US\$ 1,9 à pobreza extrema; de igual modo a faixa de US\$ 3,2 a definição de pobreza absoluta e finalmente, a faixa de US\$ 5,5 ao conceito de pobreza relativa.

Quando o estudo se concentra de 2012 a 2019, pesquisas divulgadas pelo IBGE em 2019 atestam que o país possuía 13,689 milhões de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia. Nesse período, esse número subiu de 5,8% para 6,5% da população.

Quando o parâmetro é US\$ 3,2 o número de pessoas exposta a essa faixa de renda variou de 24 milhões para 25.455 milhões. Quando o parâmetro é US\$ 5,5 o número de brasileiros afetados subiu para 51.742 milhões.

A tabela 05 apresenta a evolução da situação de pobreza na renda em números absolutos para o Brasil para os últimos oito anos.

Tabela 05 – Evolução do número de brasileiros em situação de pobreza segundo a medida de grandeza renda domiciliar per capita para o período de 2012 a 2019.

| Brasil | | | | | | | | |
|---------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Pobreza | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
| \$ 1,90 | 11 379 | 10 153 | 9 033 | 9 918 | 11 929 | 13 268 | 13 537 | 13 689 |
| \$ 3,20 | 24 158 | 22 665 | 19 828 | 21 758 | 24 767 | 25 374 | 25 721 | 25 455 |
| \$ 5,50 | 52 262 | 49 586 | 45 817 | 48 032 | 52 153 | 53 589 | 52 523 | 51 742 |

Fonte: Elaboração própria com base no Sistema de Indicadores Sociais do IBGE, 2020.

Em que pese a redução dos números absolutos na faixa de pobreza unidimensional de US\$ 5,5, considerando o período de 2012 a 2019, consta que, em 2014, o percentual de pessoas nessa faixa era de 22,8% e agora totaliza 25,3%.

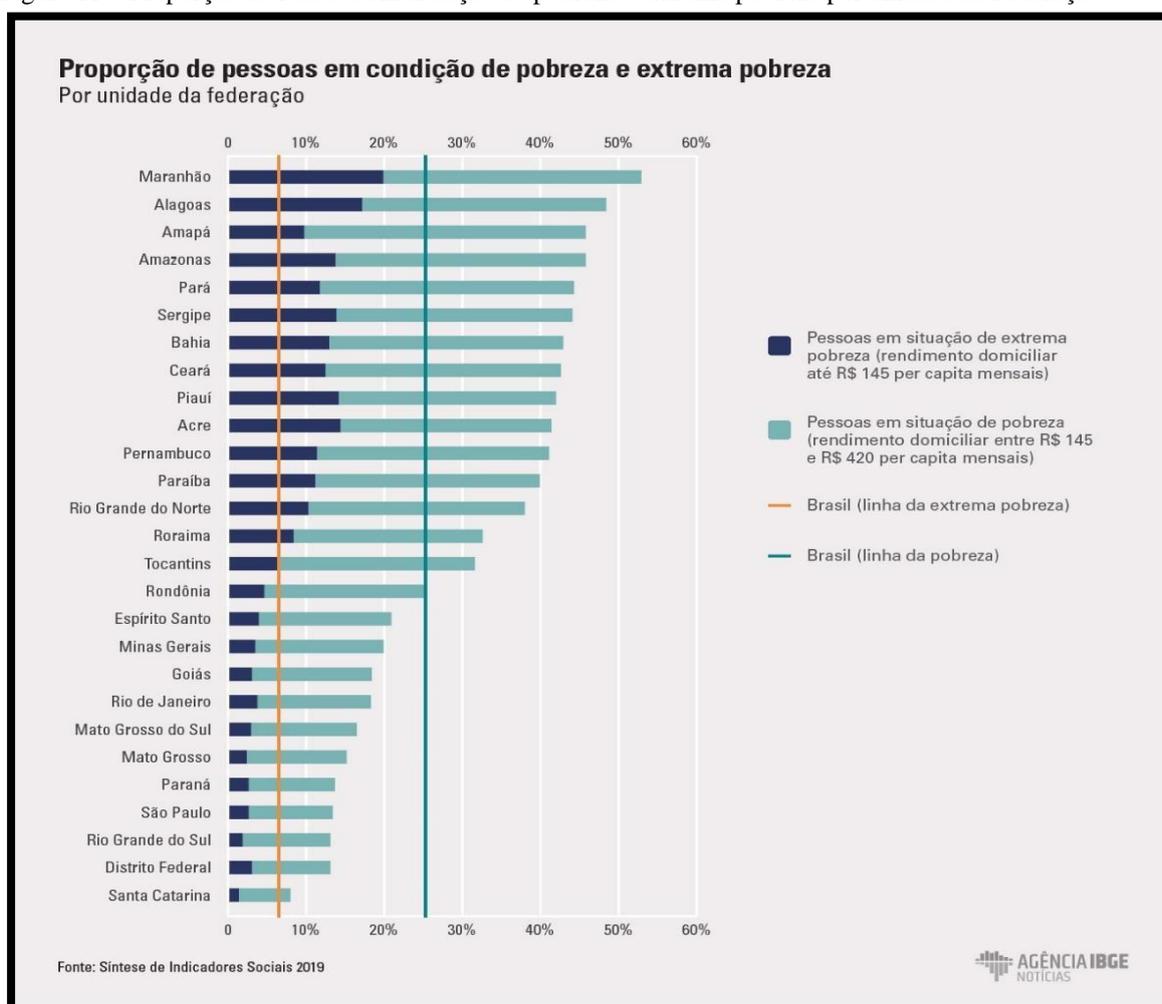
Esse dado é encontrado quando comparado o crescimento da população que, para o período, foi de 3,3%. Essa leitura pode ser confirmada na tabela 07, onde se observa que

CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NO MUNDO E NO BRASIL

tal avanço ocorreu, principalmente, na faixa de U\$ 1,9, que não conhece redução desde 2014, quando atingiu o número de 9.918 milhões de brasileiros, e agora registra 13.689 milhões de pessoas obrigadas a conviver com U\$ 1,90 por dia. O IBGE estima que, em 2019, portanto antes da pandemia da COVID-19, cerca de 6,4% da população sobrevivia com até U\$ 1,9; 12% com U\$ 3,2 e 24,7% da população estava limitada a faixa de U\$ 5,5 por dia. Consta ainda que 72,7% das pessoas em situação de pobreza ou pobreza extrema são pretos ou pardos, o que representa 38,1 milhão de pessoas. Destes, 27,2 milhão são mulheres (IBGE, 2019).

De modo complementar, a figura 11 permite observar o peso percentual de pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema por estado da federação brasileira. É digno de nota observar que os 15 primeiros estados estão nas regiões norte e nordeste do país, sendo 8 apenas na região nordeste.

Figura 11 – Proporção de Pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza por unidade da Federação.



Fonte: Síntese dos Indicadores Sociais 2019

Como já assinalado acima, a mensuração da pobreza, ainda que de forma unidimensional baseada na renda, precisa observar parâmetros locais se se quiser válida. A complexidade do tema obriga o analista a uma variedade de adaptações cambiais, a paridade da moeda ou mesmo seu poder de compra.

Para enfrentar esse desafio, o IBGE utiliza como parâmetro interno, referente a pobreza na renda, a medida baseada no salário mínimo. Essa é uma tentativa de se aproximar da realidade brasileira e alcançar elementos não observados pelo parâmetro universal baseado no dólar.

Assim, foram apresentadas as faixas de até R\$ 89,00, seguida da faixa que vai de R\$ 89,01 a R\$ 178,00. Acompanhada da faixa estipulada entre R\$ 179,01 a R\$ 249,50, sucedida pela última faixa estimada entre R\$ 249,01 a R\$ 499,00. Na tabela 06, é possível observar a evolução percentual das pessoas por faixa de rendimento.

Tabela 09 – Evolução Percentual de pessoas em situação de pobreza na renda no Brasil por faixa de rendimento utilizando o salário mínimo como parâmetro entre 2012 e 2019.

| Faixa de Renda | | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|----------------|--|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Faixa 1 | Até R\$89 | 3,1 | 2,5 | 2,3 | 2,5 | 3,3 | 3,8 | 4,0 | 4,1 |
| Faixa 2 | R\$89 a R\$178 | 4,1 | 3,9 | 3,4 | 3,5 | 3,9 | 4,0 | 3,8 | 3,7 |
| Faixa 3 | Até ¼ de salário mínimo (R\$249,50) | 12,0 | 11,2 | 9,7 | 10,5 | 11,8 | 11,9 | 12,0 | 11,8 |
| Faixa 4 | Mais de ¼ a ½ salário mínimo (R\$ 499) | 20,3 | 19,1 | 18,6 | 18,8 | 19,0 | 18,1 | 17,8 | 17,4 |

Fonte: Elaboração própria com base no Sistema de Indicadores Sociais – SIS IBGE, 2020.

Nota: Os números absolutos são inferidos a partir do quantitativo de pessoas para o ano de referência oferecido no SIS/IBGE.

Quando comparada a população para o período, nota-se que em 2012, 3,1% da população, ou 6.123.399 figuravam na faixa 1. Em 2019 esse percentual cresceu para 4,1%, passando para 8.586.097. Ou seja, 2.462.698 milhão de pessoas foram obrigadas a viver com até R\$ 89,00/mês. Considerando a faixa 2, os dados do IBGE apontam para uma leve redução saindo de 4,1% em 2012, para 3,7% em 2019. Ou seja, 350.260 mil pessoas deixaram de figurar nessa faixa.

A faixa 3 registrou em 2012, 12% da população, contra 11,8% em 2019. Considerando a evolução da população para o mesmo período, estima-se que 1.007.726 pessoas deixaram esta condição. A mesma oscilação pode ser observada na faixa 4 – que registrou redução de 20,3 para 17,4%. Ao ser considerado a evolução da população para o período, estima-se que 3.659.829 pessoas deixaram essa faixa de renda.

Em síntese, a tabela 08 possibilita observar uma migração entre as faixas de renda chamando atenção para o aumento substancial da faixa 1, que recebeu mais de 2.400 milhão de pessoas. O mesmo fato se repetiu na faixa três a receber o acréscimo de mais de 1 milhão de pessoas. Em termos gerais, não houve mudanças substantivas nos níveis de renda 2 e 4, tendo resultado numa própria estagnação quando se considera a mobilidade social.

Não obstante, ao considerar a realidade do Ceará – estado da federação onde ocorreu a pesquisa – a oscilação foi positiva, apesar dos números se revelarem igualmente preocupantes. O problema é recorrente, é o que afirma Cava e Linhares (2010:147) ao apontar que, ao final do século XIX, o Ceará registrava 1/3 da sua população em situação de precário acesso a alimentação.

Aquela situação era em grande parte gerada pelos efeitos de longas estiagens, ausência de infraestrutura e mesmo organização política administrativa, que se estendeu entre os anos de 1877 a 1889. Como consequência, há registros de migração de até 10% da população para outras regiões do país. Ao entrar no século XXI, o Ceará continua a enfrentar graves problemas relacionados a pobreza.

Na tabela 7, podem ser observados os atuais registros da evolução dos níveis de pobreza no Ceará, segundo os parâmetros internacionais.

Tabela 7 – Evolução do número de pessoas em situação de pobreza segundo parâmetros internacionais no Estado do Ceará para o período de 2012 a 2019.

| Ceará | | | | | | | | |
|---------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Pobreza | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
| \$ 1,90 | 1 171 | 1 089 | 947 | 990 | 1 146 | 1 147 | 1 132 | 1 129 |
| \$ 3,20 | 2 242 | 2 191 | 1 947 | 1 980 | 2 166 | 2 152 | 2 091 | 2 047 |
| \$ 5,50 | 4 161 | 3 851 | 3 774 | 3 871 | 4 027 | 3 979 | 3 857 | 3 769 |

Fonte: Elaboração própria com base no Sistema de Indicadores Sociais IBGE, 2020.

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

Na tabela 09, é possível observar a oscilação negativa por quatro anos consecutivos da faixa de U\$ 1,9. Entre 2016 a 2019, 17 mil pessoas deixaram essa faixa de renda. Quando comparado o último ano com o primeiro, é possível observar uma redução de 3,72%. Não obstante essas reduções, o cenário é preocupante em função desta faixa ainda registrar a presença de mais de 1(um) milhão de pessoas.

Na segunda Faixa [U\$ 3,2] nota-se uma oscilação considerável nos dados, sobretudo ao observar o primeiro e o último ano, nota-se que a redução foi da ordem de 9,52%. Todavia, o recuo mais substantivo ocorreu na terceira faixa [U\$ 5,5], onde a redução para o período alcançou patamares de 10,4%.

Em termos gerais, quando consideradas todas as faixas, tem-se que, em 2012, havia 7.578 milhão de pessoas afetadas com algum tipo de pobreza na renda, contra 6.945 milhões de pessoas em 2019. Ou seja, há uma redução substantiva de 633 mil pessoas afetadas com algum tipo de pobreza na renda. Quando o parâmetro é o salário mínimo, o Ceará mantém a tendência anterior, conforme pode ser observado na tabela 8 abaixo:

Tabela 8 - Evolução percentual da pobreza no Brasil por faixa de rendimento utilizando o salário mínimo como parâmetro para o período de 2012 a 2019.

| Ceará | | | | | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Faixa de Renda | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
| Até R\$89 | 6,0 | 5,0 | 4,3 | 4,8 | 6,5 | 6,4 | 6,7 | 6,5 |
| R\$89 a R\$178 | 9,4 | 10,0 | 8,3 | 8,4 | 8,8 | 8,3 | 7,9 | 7,7 |
| Até ¼ de salário mínimo (R\$249,50) | 24,6 | 24,0 | 20,8 | 21,1 | 22,8 | 22,4 | 21,8 | 21,2 |
| Mais de ¼ a ½ salário mínimo (R\$ 499) | 28,9 | 25,7 | 27,5 | 27,9 | 28,2 | 26,1 | 25,5 | 25,6 |

Fonte: Elaboração própria com base no Sistema de Indicadores Sociais. IBGE, 2020.

A tabela 10 considera o intervalo entre 2012 a 2019 a partir do parâmetro de acesso ao salário mínimo. Nota-se que um aumento de 0,5%, na faixa de renda daqueles que ganham até R\$ 89,00. O que significa um regresso aos patamares de 2016. O exame mais detalhado permite atestar que em 2012 havia 552,9 mil pessoas que vivem com R\$89,00/mês no estado, contra 593,125 mil pessoas em 2019. O que revela um aumento de 40.225 novos cearenses sendo obrigados a conviver com até R\$ 89,00 per capita/mês.

Não obstante, tem-se que as outras faixas apresentaram oscilações negativas, respectivamente: 1,7% para a faixa entre R\$ 89,01 a R\$ 179,00; seguida por redução de 3,4% para a faixa até ¼ do salário, e 3,3% para a faixa entre ¼ a ½ salário mínimo [R\$ 499].

Em síntese, quando considerado o parâmetro revelado no salário mínimo, foi possível observar que 68,9% da população cearense era afetada por algum estágio de pobreza na renda em 2012, contra 61% em 2019. Tal dado revela uma queda de 7,9 pontos percentuais.

5.6 – A Pobreza Multidimensional – aspectos da negação do acesso a vida digna

O IBGE quis ampliar o olhar sobre a definição de pobreza para auferir além do critério da renda. E, para isso, se baseou nos conceitos do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010 que aborda a pobreza de forma multidimensional a partir do Índice Pobreza Multidimensional - IPM. Tal relatório define pobreza multidimensional como: privações múltiplas na educação, saúde e padrão de vida. Sendo que cada uma dessas esferas é subdividida em indicadores. A variável educação é composta pelos seguintes indicadores: (i) todos os indivíduos do domicílio com menos de 6 anos de escolaridade e (ii) a existência de pelo menos uma criança em idade escolar que não esteja matriculada.

A variável da saúde compõe dois indicadores: (i) desnutrição; (ii) mortalidade infantil. A variável padrão de vida, em geral, é observada pelas condições do domicílio que é composta por seis indicadores: (i) ausência de eletricidade; (ii) ausência de água potável; (iii) não há condições sanitárias; (iv) não há piso adequado; (v) é utilizado combustível sujo para cozinhar e (vi) no domicílio não há qualquer bem relativo a informação, mobilidade ou bens relacionados ao sustento. O IPM varia de 0 a 1 sendo e quanto mais próximo de 1 maior a incidência de privações (IBGE, 2003).

Em geral, a dificuldade central dessa abordagem se estabelece quando esta visa responder exatamente as dimensões do ODS. Do ponto de vista prático, a sua funcionalidade é reduzida ao pensamento dos organismos internacionais para construir um sistema de ranking entre as nações.

Ao localizar suas origens e designação política, convém observar que a evolução da pobreza multidimensional na realidade brasileira, segundo a qual o IBGE atinge 64,9% da população.

Sendo os grupos mais vulneráveis os idosos e as mulheres negras sem cônjuge com até um dependente. A variável padrão de vida enseja preocupação, sobretudo, nos aspectos relacionados a saneamento básico, coleta de lixo, abastecimento de água e rede sanitária de esgoto. Nesse aspecto, o IBGE registrou que 37,8% dos brasileiros(as) têm pelo menos um tipo de acesso negado. Em 2019, esse percentual atingiu 36,9%. (IBGE,2020).

Na sequência, a tabela 11 apresenta comparação entre o Brasil e o Ceará, a revelar o percentual da população com ausência de coleta de lixo; abastecimento de água; ausência de rede de esgoto sanitário e, no final, a quantidade de domicílios afetados por pela menos uma dessas ausências, para o intervalo entre 2016 a 2019.

CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NO MUNDO E NO BRASIL

Tabela 9 – Comparação para Brasil e Ceará da Evolução de Pessoas Residentes em Domicílios sem acesso a Saneamento Básico, referente ao período 2016 a 2019.

| ANO | BRASIL | | | | | CEARÁ | | | | |
|------|--------------------|---|--|---|--------------------------|--------------------|---|--|---|--------------------------|
| | População estimada | Ausência de Coleta direta ou Indireta de lixo | Ausência de Abastecimento de Água por rede Geral | Ausência de Esgoto Sanitário por rede coletora, pluvial ou fossa ligada a rede. | Ao menos uma deficiência | População estimada | Ausência de Coleta direta ou Indireta de lixo | Ausência de Abastecimento de Água por rede Geral | Ausência de Esgoto Sanitário por rede coletora, pluvial ou fossa ligada a rede. | Ao menos uma deficiência |
| 2016 | 204 532 | 10,5 | 15,1 | 36,3 | 37,8 | 8 959 | 19,9 | 21,0 | 56,1 | 57,5 |
| 2017 | 206 172 | 20,8 | 41,2 | 80,3 | 82,3 | 9 015 | 18,3 | 21,2 | 56,2 | 58,3 |
| 2018 | 207 853 | 9,7 | 15,1 | 35,7 | 37,2 | 9 073 | 18,1 | 21,3 | 58,2 | 59,6 |
| 2019 | 209 496 | 9,4 | 15,3 | 34,2 | 36,9 | 9 129 | 17,1 | 22,1 | 53,3 | 56,2 |

Fonte: Elaboração Própria a partir do SIS divulgado pelo IBGE, 2020.

Com relação ao Brasil, a análise chama atenção para a negação de acesso a rede de esgoto que chegou, em 2017, a atingir 80,3% dos domicílios. Quando confrontada a evolução da população, que crescia a taxa de 2,43%, a redução da negação do acesso foi tímida, alcançando apenas 0,9%. Não obstante, não pode deixar de ser registrado o aumento da negação do acesso a água potável, passando de 15,1% em 2016 para 15,3% em 2019.

A situação do Ceará revela-se gravíssima. Mesmo havendo uma leve redução percentual em seus níveis de acesso ao saneamento, passando dos 57,5% em 2012 para 56,2% em 2019. Nota-se que a redução tímida no acesso à infraestrutura sanitária ainda atinge mais da metade da população, sendo a rede de esgoto o problema mais alarmante, atingindo 53,3%.

Na sequência, o IBGE divulgou a situação de acesso para o triênio 2017 a 2019, com recorte nas famílias afetadas pela pobreza unidimensional, com rendimento per capita entre U\$ 1,9, U\$ 3,2 a U\$ 5,5. Apresentamos a análise separadamente para os diferentes níveis de rendimento. Inicialmente, serão apresentados os dados referentes ao rendimento per capita de U\$ 3,2 e U\$ 5,5. Em seguida, a faixa de U\$ 1,90 será analisada individualmente. O objetivo desta divisão é facilitar comparações com os distintos extratos, considerando o extrato de U\$ 1,90 o mais relevante pela gravidade que apresenta.

CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NO MUNDO E NO BRASIL

Tabela 10 – Pessoas Residentes em domicílios com algum tipo de restrição estratificado pela renda no Brasil, entre 2017 a 2019.

| BRASIL | Com rendimento Per Capita Entre U\$ 3,2 a U\$ 5,5 | | | | | Com rendimento Per Capita de U\$ 1,9 | | | | |
|--------|---|-----------------|---------|------------|----------|--------------------------------------|-----------------|---------|------------|----------|
| | Educação | Proteção Social | Moradia | Saneamento | Internet | Educação | Proteção Social | Moradia | Saneamento | Internet |
| 2017 | 11,6 | 11,6 | 28,8 | 57,4 | 41,7 | 35,9 | 9,7 | 34,3 | 65,6 | 57,2 |
| 2018 | 32,0 | 11,1 | 29,3 | 58,0 | 34,1 | 35,3 | 7,8 | 36,9 | 67,4 | 50,7 |
| 2019 | 31,1 | 11,9 | 28,8 | 58,6 | 28,1 | 34,4 | 8,9 | 35,8 | 67,0 | 42,3 |

Fonte: Elaboração própria com base no SIS divulgado pelo IBGE, 2020.

Inicialmente, chama atenção a situação dos brasileiros com rendimento entre U\$ 3,2 a U\$ 5,5 no intervalo de tempo analisado. É possível observar um aumento da negação do acesso ao saneamento básico como um dos pontos mais difíceis. Tal condição alcançou variação positiva de 1,2%, passando de 57,5% em 2017 para 58,6% em 2019. A negação do acesso à educação é outro fator a salientar, uma vez que em 2017 representava 11,6%, já em 2018 alcançou um patamar de 32%, se estabilizando nos 31,1% em 2019.

O item moradia praticamente não registrou variação, ficando no patamar elevado de 28,8% de negação de acesso. Já a proteção social manteve seus números estáveis com leve variação positiva de 0,03%. O item internet foi a variável que sofreu a maior redução, passando de 41,7% para 28,1%, o que representa uma queda de 13,6%.

Em relação ao público com rendimento per capita de U\$ 1,9, a análise apresenta que, em média, 8,8% dessa população não é atendida pelo sistema de proteção social. Novamente, o item internet foi o que mais registrou redução, exatos 14,9%. Entretanto, o acesso a saneamento básico alcançou 67% em 2019. O que efetivamente significa uma variação negativa de 1,4%, que a despeito de ser baixa, se revela danosa em função do elevado patamar que já se encontrava na partida em 2017.

Contudo, é o item educação que aponta para o quadro mais dramático ao revelar estabilidade em patamares de 35%, com leves variações negativas para 34,6%. Isso significa que mais de um terço do público com rendimentos de U\$ 1,9 está com acesso à educação negada. Os dados apresentados para traduzir a pobreza multidimensional no Ceará são igualmente preocupantes e foram registrados na tabela 12, apresentada abaixo:

CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NO MUNDO E NO BRASIL

Tabela 11 - Pessoas Residentes em domicílios com algum tipo de restrição estratificado pela renda no Ceará, entre 2017 a 2019.

| Pessoas residentes em Domicílios com algum tipo de Restrição | | | | | | | | | | |
|---|--|------------------------|----------------|-------------------|-----------------|---|------------------------|----------------|-------------------|-----------------|
| CEARÁ | Com rendimento Per Capita Entre U\$ 3,2 a U\$ 5,5 | | | | | Com rendimento Per Capita de U\$ 1,9 | | | | |
| ANO | Educação | Proteção Social | Moradia | Saneamento | Internet | Educação | Proteção Social | Moradia | Saneamento | Internet |
| 2017 | 34,8 | 8,9 | 25,1 | 69,0 | 50,3 | 36,1 | 8,9 | 31,8 | 80,4 | 64,0 |
| 2018 | 32,3 | 8,9 | 24,2 | 73,6 | 41,9 | 36,2 | 6,6 | 31,1 | 83,7 | 59,8 |
| 2019 | 32,3 | 8,3 | 27,4 | 69,5 | 32,4 | 34,8 | 7,6 | 35,7 | 80,4 | 47,9 |

Fonte: Elaboração própria com base no SIS divulgado pelo IBGE, 2020

A leitura de acesso com algum tipo de restrição para o Ceará é igualmente preocupante. Quando analisado o grupo com rendimento entre U\$ 3,2 a U\$ 5,5, observa-se que o acesso saneamento é negado a 69,5% deles. O acesso à internet sofreu uma drástica e importante redução de 17,9%. Ainda assim, em 2019, 32,4% não conseguiu acessar a rede mundial de computadores. Nesse mesmo ano, o sistema de proteção social foi negado a 8,3%, depois de ter registrado 8,9% nos dois primeiros anos de análise. Os registros apontam ainda para 2,3% a mais de pessoas que viram negado o acesso a moradia, alcançando em 2019, 27,4%.

A negação ao acesso à educação sofreu leve redução de 2,5%. Contudo, ainda é negado à 32,3% do público pesquisado. Mas, é nitidamente o acesso ao saneamento o item mais preocupante. O Estado não assiste o direito a esta infraestrutura a 69,5% do seu público. Não obstante, em 2018 esse percentual ter sido de 73,6%, a sensação de redução é desmontada ao observar que o registro de 2017 era de 69%.

Ao voltar-se ao grupo cujo rendimento per capita de U\$ 1,90, os dados referentes à educação são alarmantes. Identificou-se que mesmo havendo uma redução de 1,3% em relação ao período anterior, em 2019 havia 34,8% do público sem acessar a educação. Contudo, o Sistema de Proteção Social indica estabilidade, mesmo 7,6% não ter conseguido acessar tal direito.

Todavia, a negação a moradia é elevada, e registra 35,7% da população. O saneamento básico, novamente mostra-se dramático, chegando a condenar 80,4% da população na referida faixa de rendimento. Contudo, o acesso à internet repete sua tendência de queda chegando a 47,9% contra dantes 64%. Um considerável avanço de 16,1%.

A seguir, a tabela 14 apresenta os dados gerais para o Brasil e para o Ceará, respectivamente, referentes ao percentual de domicílios com algum tipo de restrição em comparação a população para o período de 2017 a 2019.

CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NO MUNDO E NO BRASIL

Tabela 12 – Quantidade de domicílios com algum tipo de restrição, para o Brasil e Ceará, comparado com a evolução da população para os anos de 2017 a 2019.

| Quantidade de Restrições por Pessoas Residentes por Domicílio | | | | | | |
|--|---------------------------|----------------------|------------------------|------------------------|--------------------------|-------------------------|
| Brasil | População Estimada | Uma Restrição | Duas Restrições | Três Restrições | Quatro Restrições | Cinco Restrições |
| 2017 | 206 172 | 61,9 | 31,1 | 12,0 | 2,1 | 0,1 |
| 2018 | 207 853 | 60,1 | 28,3 | 10,6 | 1,9 | 0,1 |
| 2019 | 209 496 | 58,6 | 26,1 | 9,2 | 1,6 | 0,1 |
| Variação % | 0,98% | 5,6% | 19,1% | 30,4 | 31,25 | 0% |
| Quantidade de Restrições por Pessoas Residentes por Domicílio | | | | | | |
| Ceará | População Estimada | Uma Restrição | Duas Restrições | Três Restrições | Quatro Restrições | Cinco Restrições |
| 2017 | 9 015 | 77,6 | 46,6 | 20,3 | 3,5 | 0,1 |
| 2018 | 9 073 | 76,4 | 43,2 | 18,3 | 3,0 | 0,2 |
| 2019 | 9 129 | 74,0 | 39,9 | 16,2 | 2,9 | 0,1 |
| Variação % | 1,26% | 4,86% | 16,7% | 25,3% | 20,68 | 0% |

Fonte: Elaboração própria com base no SIS divulgado pelo IBGE, 2020

A análise referente ao Brasil permite perceber que a variação da população para o período foi de 0,98%. Não obstante, a quantidade de domicílios com pelo menos uma restrição de acesso foi reduzida em apenas 5,6%, saindo de 61,9%, no período inicial e alcançando 58,6% em 2019.

Com relação aos domicílios com duas restrições, observa-se uma variação negativa na casa percentual de 19,1%, mantendo-se em 26,1%. Os domicílios com três e quatro restrições registraram reduções de 30,4 e 31,25% respectivamente. Para os domicílios com até cinco restrições, mesmo a despeito dos baixos patamares, não se registrou qualquer alteração.

Em relação ao Estado do Ceará nota-se que a variação da população foi positiva no limite de 1,26%, ficando acima do crescimento do país. Isso indica que há pouco mais 9 milhões de habitantes. Não obstante, a redução dos domicílios com até uma restrição ficou abaixo da variação nacional, registrando apenas 4,86%.

Entretanto, em 2019, registrou-se 74% dos domicílios com pelo menos uma restrição. Nessa linha, a faixa que apresenta duas restrições viu redução no número de domicílios na ordem de 16,7%. Ainda assim, o Estado assiste a 39,9% dos domicílios ficarem expostos a pelo menos duas restrições.

Leitura idêntica é possível para a faixa de domicílio com três restrições, o qual não obstante ter recuado em 25%, ainda registra 16,2% de domicílios com tais quantidades restritivas. Nota-se, ainda, que em 2019, 2,9% dos domicílios cearenses registravam pelo menos quatro restrições, o que significa uma redução de 20,68%. Não houve mudanças nos domicílios com cinco restrições.

5.7 Os efeitos da pandemia da COVID-19 na vida dos brasileiros mais pobres

A proposta deste subcapítulo consiste em conhecer os efeitos da pandemia nos mais pobres. Os dados divulgados pela grande mídia e produzidos de forma científica, são aqui utilizados para compreender o tamanho da devassidão causada pela pandemia da SARS- COV-2. Com esse horizonte, observou-se que o jargão “fique em casa” pode possuir um significado devastador para as pessoas em situação de pobreza no Brasil.

É o que se pode ler no editorial da revista *Radis* publicada pela Fiocruz em maio de 2020. Ali se observa algumas das estruturas mais desgastadas do tecido social brasileiro

que evidenciam claramente a grosseira desigualdade no país. Acesso a higienização, equipamentos de proteção ou mesmo espaço interno à casa pode figurar, ao mesmo tempo, como um grande empecilho no combate a pandemia como também revelar que os mais pobres estão diretamente vulnerabilizados.

Os moradores em situação de rua e aqueles expostos a grandes adensamentos urbanos [favelas], além da população encarcerada, os trabalhadores informais, as pessoas em situação de prostituição, são algumas das primeiras vítimas do novo cenário.

Para Monica Dias Martins a pandemia da SARS-COV-2 afetou diretamente os mais pobres, pois sua letalidade atualizou de forma direta os registros das desigualdades nas periferias brasileiras. Martins expõe com muita propriedade, a partir de levantamentos simples, que em bairros localizados nas periferias, onde residem pessoas sub-remuneradas, fora registrada a maior quantidade de mortes em decorrência da pandemia da Covid-19 (MARTINS, 2020).

Segundo seu levantamento, em Fortaleza, capital do Ceará, os bairros com elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), nomeadamente Meireles e Bairro de Fátima, registraram letalidade respectivamente de 5% e 11%, contra 28,7% e 21,42% referentes, respectivamente, a Barra do Ceará e ao Jangurussu, bairros com baixos IDH (MARTINS, 2020: 2).

Para a autora, esse fato se repete em grandes centros como São Paulo, mais especialmente no bairro do Morumbi onde, a época de sua análise, havia se registrado 297 casos, seguida apenas de 7 mortos. Em contrapartida, está Brasilândia, território reconhecido pelo baixo nível do IDH, a registrar 89 casos, dos quais 54 pessoas sucumbiram. Martins (2020:3). Na visão da autora, esses locais se assemelham pela potência da desigualdade urbana a caracterizar a moderna sociedade brasileira que ainda na terceira década do século XXI, guarda em si estruturas coloniais, patriarcais e escravistas.

Cenário semelhante foi encontrado pela Fundação das Nações Unidas para a Infância no Brasil (UNICEF), ao acessar os resultados da pesquisa recomendada ao IBOPE em agosto de 2020. Ali, detectou-se que durante os primeiros meses da pandemia, 86 milhões de brasileiros tiveram seus rendimentos reduzidos. Destes, 64% sofreram redução de salário e 57% sofreram suspensão do contrato de trabalho. Ainda consta que 25% das famílias com

crianças e adolescentes de até 17 anos informaram que a renda foi reduzida pela metade, e 12% afirmou que a renda foi reduzida a zero.

Nas famílias em que não registraram presença de adolescentes, esse número chegou a 14% e 11% respectivamente. Os dados revelam que 72 milhões de pessoas haviam solicitado auxílio de emergência, mas apenas 54 milhões teria obtido sucesso. 83% destes pertenciam as classes⁵ C, D ou E (UNICEF, 2020).

A pesquisa da UNICEF identificou nos primeiros da pandemia, a existência de 9 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, ou seja, pessoas que deixaram de fazer refeição de forma regular, em quantidade e qualidade. Segundo a UNICEF, 9% do público em algum nível de insegurança alimentar estavam na região Nordeste do país, local onde se localiza o Estado do Ceará. A pesquisa revelou ainda que 43% dos 33 milhões afetados pela insegurança alimentar moderada, figuram nas classes D e E, sendo que 6% dos domicílios afetados registravam a presença de crianças e adolescentes (UNICEF, 2020).

Nesse sentido, estudos mais elementares especialmente sobre a renda dos brasileiros, começam a ser divulgados quase em forma de apelo para que as autoridades percebam a importância de uma economia saudável em momentos extremos, como o atual.

5 O conceito de classe aqui não se estende ao seu sentido clássico apontado por Erik Wright em seu estudo *Análise de Classes*. Neste trabalho, o autor prevê a existência de duas classes sociais: as que possuem os meios de produção e aquelas que não possuem os meios de produção capitalista. Ver “Análise de Classes” in *Revista Brasileira de Ciência Política* n. 17, publicado em maio-agosto de 2015. A noção de classe utilizada nesta parte da tese, encontra justificativa na definição do IBGE para quem o conceito de classe social está relacionado a capacidade de consumo e, conseqüentemente, aos níveis de renda. Segundo este princípio, a estratificação social de classe é realizada a partir da classe A até a classe E, sendo a classe A mais rica e a classe E aquela com menor rendimento. Para o professor Neri, da FGV, essa definição atesta que a população brasileira segue a seguinte estratificação: a classe AB é composta por 10% da população. Já a classe C, 40% da população. A classe D representa a linha da pobreza, e finalmente, a Classe E são aqueles(as) que estão abaixo desta linha. Ver NERI, M. *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. RJ: FGV/CPS, 2010. Disponível em <https://www.cps.fgv.br/cps/ncm/>. É digno notar uma sutil, mas importante diferença metodológica entre a proposta do professor Marcelo Neri e o IBGE. Isso ocorre no justo momento da estratificação da classe. Enquanto, para Neri, as classes D e E são compostas por aqueles que ganham entre R\$ 89,00 a R\$ 249,00. Para o IBGE, essas classes são compostas por aqueles que ganham até 2 salários mínimos. Para ampliar esse debate, veja os estudos de Rosa (2015) *Ensaio Sobre o Consumo*, disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38048/R%20-%20D%20-%20THIAGO%20MENDES%20ROSA.pdf;sequence=3>

Nesse cenário se insere a contribuição da Fundação Getúlio Vargas, sob a coordenação do pesquisador Marcelo Neri, com o estudo intitulado *Covid, Classes Econômicas e o caminho do Meio: crônica da crise até agosto de 2020*. A primeira aproximação realizada na pesquisa observa o comportamento da renda das pessoas cuja estratificação ou classe de agregados é estimada em três faixas para apresentar a evolução da renda *per capita* para os anos de 2012, 2019 e 2020, como pode ser observado na Imagem 12, apresentado abaixo:

Tabela 13: Proporção de Pessoas por classe de renda domiciliar per capita de salário mínimo.

| Classes Agregadas | 2012 | 2019 | 2020 Jul | 2020 Ago |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-----------------|-----------------|
| Menos de 1/2 salário mínimo | 33,18% | 31,04% | 24,62% | 23,70% |
| 1/2 a menos de 2 salários mínimos | 52,61% | 53,29% | 62,59% | 63,02% |
| 2 ou mais salários mínimos | 14,21% | 15,67% | 12,80% | 13,28% |

Fonte: FGV Social – 2020.

A leitura possível retrata uma redução percentual de pessoas com renda menor que ½ salário mínimo⁶, a sair de 33,18% em 2012 para, nos meses de julho e agosto de 2020, alcançarem, respectivamente, 24,62% e 23,70%. Esse movimento deveu-se exclusivamente a implantação do auxílio emergencial, política de distribuição de renda direta garantida pelo governo federal para 62 milhões de pessoas durante os primeiros seis meses da pandemia, cujo valor inicial foi de R\$ 600,007 por mês, dobrando para casos específicos como mães monoparentais.

Em março de 2021 o Congresso brasileiro promulgou a PEC 186/2021, que prevê o retorno do benefício, mas agora com valores variando entre R\$ 150,00 a R\$ 345,00 que, mesmo a despeito de representar apenas um terço do auxílio emergencial inicial, até 10 de abril de 2021 ainda não havia sido efetivado. Dito de outra forma, durante os cem primeiros dias de 2021, os brasileiros ficaram absolutamente descobertos de qualquer proteção econômica necessária ao enfrentamento da COVID-19.

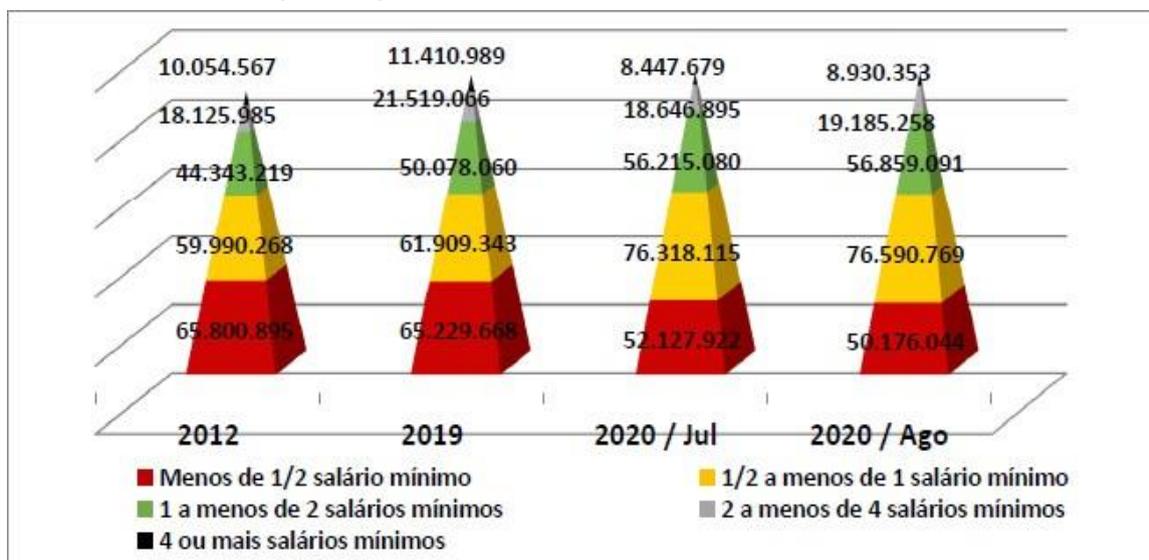
O estudo do Neri (2021) revela ainda que a segunda faixa – aqueles(as) que receberam entre ½ e menos de 2 salários mínimos – aumentou em mais de 11%, passando de 52,61 para 63,02%.

6 - O valor nominal do salário mínimo no Brasil para esse período era de R\$ 1.045,00a época da redação deste trabalho, cada R\$ 1,00 valia exatamente US\$ 6,51.

Nesse mesmo cenário, houve uma redução na terceira faixa que apresentava as pessoas com rendimento superior a 2 salários mínimos, chegando ao limite de 12,8%, seguida de um leve avanço até se estabilizar em 13,28%, contra os 14,21% em 2012. Se a comparação considerar apenas 2019 até agosto de 2020, é possível registrar uma redução brusca de 23,66% na faixa daqueles que ganham menos de ½ salário mínimo.

A Imagem 12 a seguir permite identificar o número de pessoas em cada segmento para a comparação entre os períodos de 2012, 2019 e os meses de julho e agosto de 2020.

Imagem 12 – Número de pessoas por estrato de renda domiciliar per capita desagregadas para o período de 2012, 2019 e os meses de julho e agosto de 2020.



Fonte: FGV Social, 2020.

Nota-se uma redução de 31,14% na faixa de renda inferior a meio salário mínimo. Saindo de 65.800.985 (milhões) em 2012, para as atuais 50.176.044 (milhões). No entanto, no mesmo período se identificou aumento de 28,58% no intervalo de renda de ½ salário mínimo e menos de 1(um) salário mínimo. Considerando o período inicial e final, é possível atestar que a realidade brasileira registrava em 2012, 125.791.162 pessoas com renda domiciliar per capita entre ½ salário e menor que 1(um) salário mínimo. Já em agosto de 2020, esse número era de 126.766.813. Ou seja, exatas 975.650 pessoas a mais com renda per capita domiciliar inferior a 1(um) salário mínimo em relação ao 2012. A seguir, a Tabela 15 apresenta a resumo da variação percentual para o período para o Estado do Ceará.

CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NO MUNDO E NO BRASIL

Tabela 14 – Evolução da variação % de pessoas com renda domiciliar per capita por classe desagregado de salário mínimo para o Ceará entre o período 2012 a agosto de 2020.

| Faixa de Renda | 2012 | 2019 | 2020 | Variação % |
|---------------------------------|-------|-------|-------|------------|
| < ½ salário mínimo | 55,55 | 49 | 35,91 | -54,69 |
| ½ a menos de 1 salário mínimo | 27,5 | 29,86 | 42,90 | 56,03 |
| 1 a menos de 2 salários mínimos | 10,34 | 13,2 | 14,59 | 70,87 |
| 2 a menos de 4 salários mínimos | 4,33 | 5,24 | 4,65 | 0,93 |
| 4 salários mínimos | 2,28 | 2,7 | 1,88 | -21,27 |

Fonte: Elaboração própria com base nas tabelas da FGV social, 2021.

A síntese da tabela 15 aponta para uma redução nos extremos das faixas de renda. É digno de nota que, tanto a faixa mais baixa quanto a mais elevada, sofreram drásticas reduções. No entanto, é possível apontar para uma migração das pessoas com renda inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo para a faixa econômica imediatamente superior (maior que $\frac{1}{2}$, menor que um salário mínimo). No total, essa faixa viu reduzir seu tamanho em 54,69%. Quando somadas as faixas que vão de $\frac{1}{2}$ a 2 salários o percentual alcança 57,49% da população. Em resumo, os dados seriam louváveis se a mudança entre os estratos não retratasse níveis baixíssimos de renda.

Como se defende neste estudo, a ausência de renda significa a inserção do indivíduo na zona da desigualdade. Contudo, é importante compreender os efeitos da pandemia na zona da fome, que pode ser reveladora dos efeitos políticos da pandemia.

Aqui, assume forte importância o estudo apresentado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, nomeadamente no Inquérito sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, publicado como parte do projeto VIGINAN, pela PENSSAN, orientado por Ana Maira Segall Corrêa. O estudo apresentou o maior esforço, realizado em 2021, para compreender a dinâmica da Insegurança Alimentar no Brasil.

Com uma metodologia ousada para o período, o estudo alcançou 2180 famílias nas cinco regiões do país, abrangendo zonas rurais e urbanas, entre os dias 5 a 24 de dezembro de 2020. O objetivo consistiu em identificar o grau de Segurança Alimentar (SA), e conseqüentemente, os níveis de Insegurança Alimentar (IA) nos últimos doze meses. A pesquisa utilizou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para identificar os níveis de S.A e a I.A, e, como resultado, esperava-se realizar comparações com eventos anteriores a pesquisa.

Segundo a VIGISAN em julho, agosto e setembro de 2020, 44,8% da população figurava no quadro de Segurança Alimentar. No entanto, 55,2% conviviam com alguma forma de Insegurança Alimentar (IA). Em números absolutos fala-se aqui de 116,8 milhões de brasileiros e brasileiras, sendo que destes, 43 milhões não possuíam alimento em quantidade e qualidade suficientes. Figurando, assim, naquilo que os técnicos chamam de Insegurança Alimentar Média. Notou-se, ainda, que 9% das pessoas estavam expostas a Insegurança Alimentar Grave (IAG) ou seja, à fome. Em termos absolutos, esse grupo é composto por 19.143.556 milhões de pessoas (VIGISAN, 2021: 8, 9,10).

Não obstante, em 2008 Rodolfo Hoffman publicou estudo semelhante intitulado “Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: Análise dos Dados da PNAD de 2004”. A comparação possível atesta que, em 2004, havia 60% da população com Segurança Alimentar (AS).

Em relação ao Insegurança Alimentar Leve (IAL) o percentual identificado por Hoffman foi 18% da população. Quanto ao quadro de Insegurança Alimentar Moderada (IAM), em 2004 havia 14,2% da população exposta a esse tipo de Insegurança, enquanto o quadro de Insegurança Alimentar Grave (IAG) registrara 7,7% da população.

A seguir, a Tabela 16 apresenta quadro comparativo entre as informações apresentadas em 2004, pelo estudo de Hoffman, comparado com os dados apresentados pela rede VIGISAN em 2021.

Tabela 15 - Distribuição total da População Brasileira, com variação percentual por níveis de Segurança e Insegurança Alimentar, em comparação com os anos 2004 e 2021.

| Ano | População Estimada | Segurança Alimentar | Insegurança Alimentar Leve -IAL | Insegurança Alimentar Moderada – IAM | Insegurança Alimentar Grave – IAG | Total da População exposta a algum nível de Insegurança Alimentar |
|------------|--------------------|---------------------|---------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|---|
| 2004 | 175.557.000 | 105.513.000 | 31.589.000 | 24.898.000 | 13.557.000 | 70.044.000 |
| 2021 | 211.752.656 | 94.910.100 | 73.423.348 | 24.284.652 | 19.134.556 | 116.842.592 |
| Variação % | 20,61 | (10,4%) | 43,02% | (2,46%) | 29,14% | 66,81% |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da rede VIGISAN Inquérito AS/IA, 2021 e Hoffman, (2008:52)

É possível observar que a população brasileira cresceu 20,61% e que, neste período, houve uma redução de 10,4% com segurança alimentar (S.A). O grupo exposto a Insegurança Alimentar Leve (IAL) cresceu 43,02%, no período, enquanto o grupo com Insegurança Alimentar Moderada (IAM) recuou 2,24%. Contudo, o grupo exposto a Insegurança Alimentar Grave (IAG) cresceu drasticamente, saltando de 13 milhões de pessoas para pouco mais de 19 milhões de pessoas, ou seja, uma variação de 29,14%.

Em termos gerais, em 2004, Hoffman identificou em seus estudos pouco mais de 70 milhões, ou 39,89% da população brasileira expostas a algum tipo de insegurança alimentar.

Em 2021, a rede VISISAN, identificou 116.842.592, ou 55,17% da população a enfrentar algum tipo de insegurança alimentar. Isso significa uma variação percentual de 66,81% da população brasileira em situação exposta a Insegurança Alimentar.

A conclusão possível desta conjuntura apresentada, dá conta que os efeitos da pobreza se alastram pelo mundo como uma certa dormência da comunidade internacional. No entanto, a realidade latino-americana, e nesta, inserida a brasileira, são preocupantes, sobretudo quando considerada a partir do contexto da Pandemia da SARS-COV-2.

Na sequência, após observar a construção teórica e metodológica nos capítulos anteriores, somadas a esta análise de conjuntura, foi possível reunir condições para comparar aspectos globais e nacionais relacionados a construção da dinâmica social da pobreza no meio urbano. Entretanto, faz-se necessário ainda informações referentes à realidade local.

Para que isso seja possível, as próximas páginas serão dedicadas a analisar os dados coletados a partir da pesquisa de campo realizada no primeiro trimestre de 2021 no meio urbano da cidade de Crateús para, desta forma, ser possível elaborar uma síntese conclusiva para este trabalho.

Capítulo 6

A pobreza urbana e a promoção da cidadania em Crateús

Este capítulo se dedica a analisar os dados coletados na Frente Social Cristã – FSC, a partir dos grupos focais realizados nas comunidades. A meta é responder ao terceiro objetivo específico disponível no capítulo metodológico que consiste em *analisar os aspectos da pobreza urbana a partir da promoção da cidadania na cidade de Crateús*.

Todavia, a interação com o campo buscou respeitar as condições impostas pela pandemia, limitando o número de participantes, bem como forçando a adaptação ao processo metodológico. Este previa inicialmente a participação dos membros na identificação e construção do mapa da cidadania, o que orientava as dimensões das cidadanias vivida e garantida, mas, em virtude do contexto sanitário, tal movimentação concentrou-se no desenvolvimento dos Grupos Focais, sendo estes orientados pelas dimensões das cidadanias percebida e ativa.

Inicialmente, apresentaram-se as primeiras interações dos Grupos Focais, com a participação de sete núcleos dos quatro territórios. Esse momento contou com a descrição detalhada dos objetivos do processo, da importância quanto a fiabilidade dos dados e principalmente os impactos sociais e organizativos que aquele momento poderia propor.

A partir de agora, é apresentada a situação geral de cada categoria levando em consideração a percepção das pessoas envolvidas nos grupos focais distribuídas nos territórios estudados. O quadro abaixo é resultado da seguinte pergunta: a partir da sua realidade, qual nota você daria ao direito que você acessa no seu território? Essa seria a pergunta norteadora do grupo focal, ao abrir a discussão central sob

a perspectiva da percepção do participante quanto ao grau de acesso ao conjunto de direitos avaliados, ao mesmo tempo buscava clarear a ação do sujeito diante da realidade. De forma secundária, possibilitaria melhor condução ao mediador.

Após intenso debate em que emergiam as categorias, o participante era convidado a emitir uma nota no intervalo entre 0 e 10, indicando sua opinião quanto ao acesso ao direito disponível no território investigado.

Em tempo, a metodologia INCID trabalha a dimensão da Cidadania Percebida e Ativa, a partir da média ponderada encontrada nas notas emitidas pelos participantes para cada categoria analisada. Na última coluna do Quadro 02, é possível identificar a soma dessas médias, o que gera um indicador de percepção da comunidade. Quanto mais próximo de 100, melhor a percepção da comunidade segundo o acesso ao conjunto de direito analisado.

Quadro 04 – Notas segundo a percepção de acesso ao conjunto de direitos por território

| Territorio/Núcleo | | Conjunto de Direitos | | | | | | | Soma das Médias |
|-------------------|-----------------------------|----------------------|-------------|-------------|-------------|---------------|---------------------|-------------|-----------------|
| | | Educação | Saúde | Cultura | Vida Segura | Meio Ambiente | Participação e Ação | Mobilidade | |
| Socorro Pereira | Campo Verde | 3,43 | 5,00 | 2,29 | 5,43 | 3,86 | 6,00 | 3,86 | 29,86 |
| Socorro Pereira | Planaltina | | | | | | | | |
| Socorro Pereira | Santa Luzia | | | | | | | | |
| Socorro Pereira | Carlos Leite | | | | | | | | |
| Alice Matias | Clemilândia | 5,29 | 4,75 | 0,88 | 3,50 | 3,00 | 3,25 | 1,63 | 22,29 |
| Alice Matias | Nova Liberdade | | | | | | | | |
| Alice Matias | Esperança | | | | | | | | |
| Ana Januário | Comuna Padre Gerardo Fabert | 5,73 | 2,82 | 0,73 | 2,00 | 3,45 | 4,73 | 1,91 | 21,36 |
| Ana Januário | Patriarcas | | | | | | | | |
| Ana Januário | Ilha | | | | | | | | |
| Neném Ramiro | São José | 7,50 | 6,17 | 5,67 | 5,67 | 7,00 | 6,00 | 5,50 | 43,50 |
| Neném Ramiro | Fátima I | | | | | | | | |

Fonte: Elaboração própria com base no Quadro Conjunto de Direitos do INCID 2010.

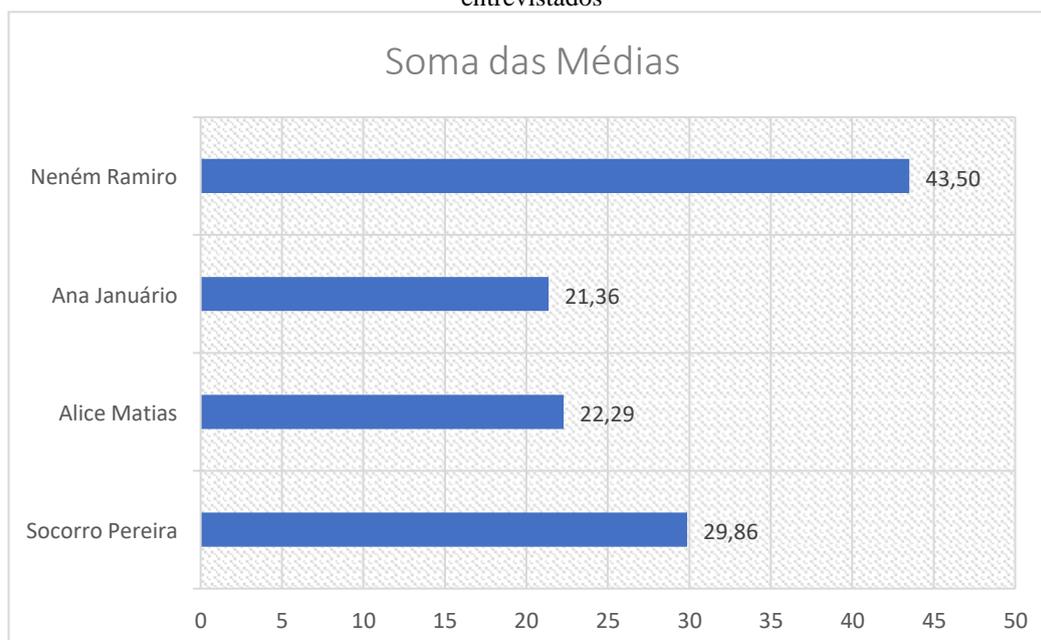
É possível observar que o Território Neném Ramiro apresentou a maior soma das médias, alcançando o total de 43,50 pontos. Apesar de o número ser o mais alto entre os avaliados, é preciso observar que tal expressão numérica não alcança 50 pontos. O que significa afirmar que, segundo a melhor avaliação possível, a percepção dos moradores indica não alcança a metade dos direitos necessários. Para o conjunto de moradores deste território, o direito menos acessado é Mobilidade, com média de 5,50.

Em seguida, apresenta-se o Território Socorro Pereira com 29,86 pontos. Neste território, segundo a percepção dos participantes, a Educação é o direito menos acessível

com média de 3,43. Na sequência, está o Território Alice Matias com o total de 22,29 pontos, sendo a categoria Meio Ambiente, com média 3,00. Em seguida, há a categoria da Participação e Ação, com média 3,25, e Mobilidade, com média 1,63, as variáveis com piores avaliações. Finalmente, o Território Ana Januário com 21,36 pontos. Segundo a percepção dos participantes deste território, as categorias com pior avaliação são saúde, com média 2,82; cultura, com média 0,73, e vida segura, com média 2,00.

Analisando o acesso aos direitos de forma individual, observa-se que a Educação é a categoria com pior avaliação no Território Socorro Pereira, e melhor avaliada no Território Neném Ramiro. O acesso ao direito a Saúde é pior avaliado no Território Ana Januário e melhor avaliado no Território Neném Ramiro. A categoria Cultura é pior avaliada em Ana Januário e melhor avaliada em Neném Ramiro. A categoria Vida Segura é pior avaliada em Ana Januário e melhor avaliada em Neném Ramiro. A Categoria Meio Ambiente é pior avaliada em Alice Matias e Melhor avaliada em Neném Ramiro. Na sequência, a categoria Participação e Ação foi pior avaliada no território Alice Matias e melhor avaliada em Socorro Pereira e Neném Ramiro, e, finalmente, a categoria mobilidade foi pior avaliada em Alice Matias e melhor avaliada também em Neném Ramiro. O resultado visual da soma das médias de cada território pode ser acompanhado pelo gráfico 01.

Gráfico 01 – Aproximação da percepção de acesso aos direitos por território, segundo a perspectiva dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria com base no Grupo Focal

As primeiras aproximações dão conta que, segundo a percepção dos cidadãos, o conjunto de direitos ofertados em seus territórios não alcança a metade de suas expectativas. O território Ana Januário é o local com mais baixa pontuação, portanto, com maior índice de insatisfação entre os seus participantes.

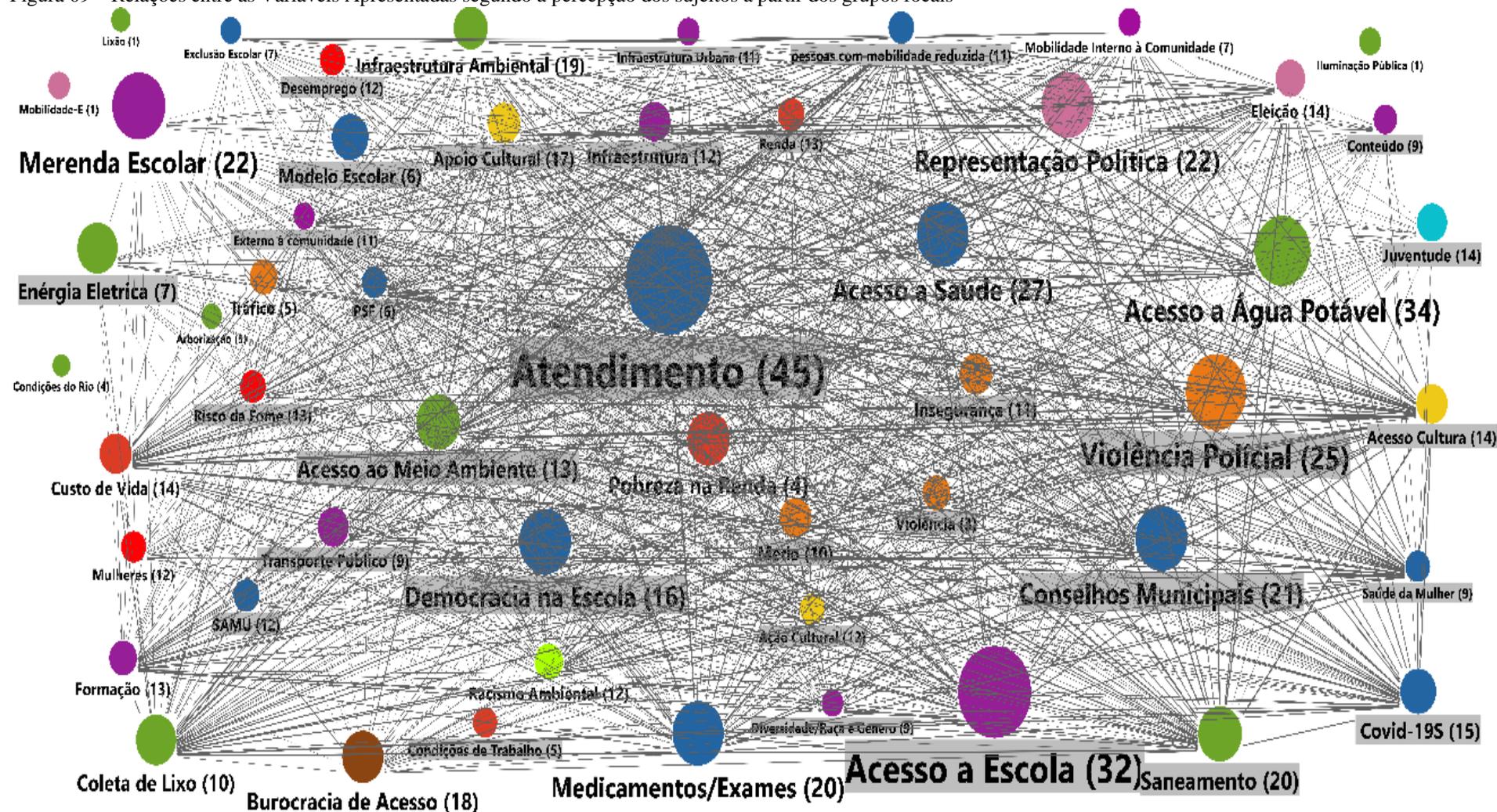
Todavia, se a análise se concentrar na quantidade de categorias com baixas avaliações, então junta-se a Ana Januário o território Alice Matias com três categorias cada uma. O território Socorro Pereira apresentou uma categoria com nota mais baixa, e Neném Ramiro não apresentou categoria com baixa avaliação quando comparada aos territórios avaliados. Todavia, isso não significa que as notas atribuídas a este território não sejam baixas. A seguir, serão analisadas as frequências referentes às variáveis abordadas nos grupos focais.

6.1 – Análise das Frequências das Variáveis nos Grupos Focais considerando a realidade nos territórios.

Inicialmente, buscou-se compreender a relação geral entre as variáveis a partir do instrumento visual. Para isso, retirou-se do software o mapa disponível na Figura 09, cujas variáveis são observadas segundo suas frequências de repetições, permitindo projetar visualmente relações entre si. A leitura sugerida deve chamar atenção para o tamanho de cada imagem a indicar grau de relação com as demais. Visualmente, é possível identificar a variável atendimento – relacionada diretamente a categoria saúde – como aquela que mais chamou atenção dos participantes

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

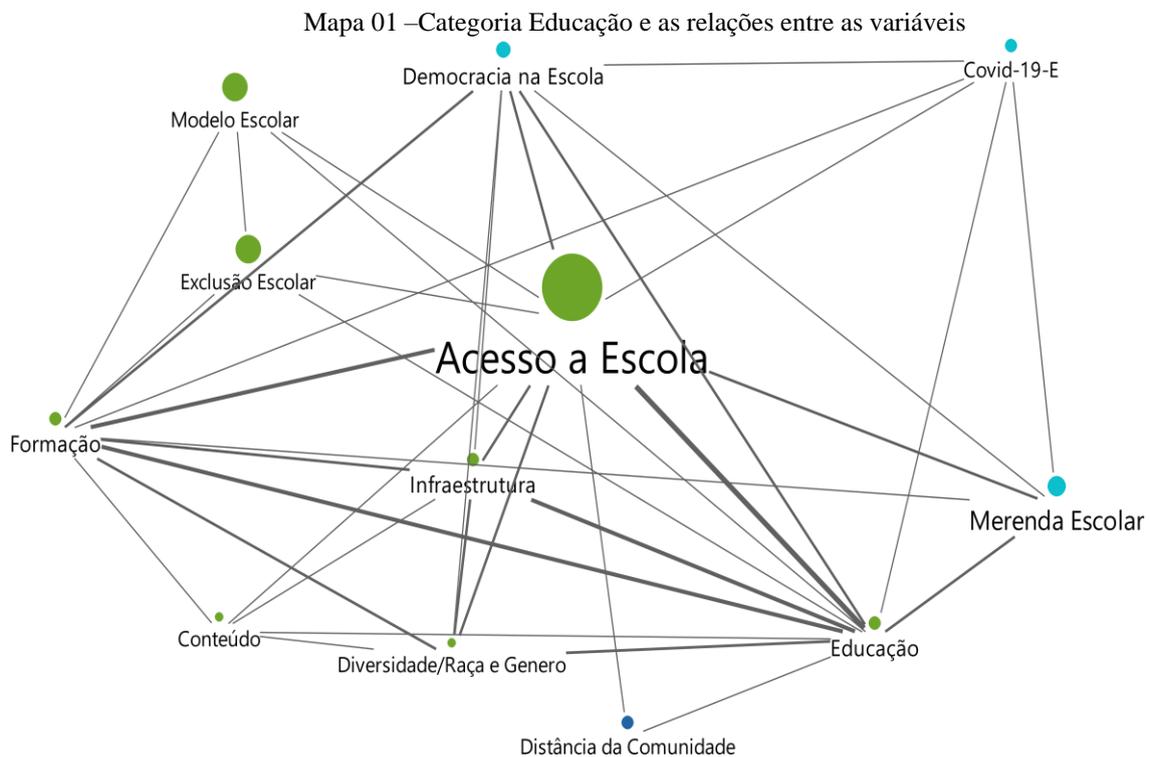
Figura 09 – Relações entre as Variáveis Apresentadas segundo a percepção dos sujeitos a partir dos grupos focais



Na sequência, apresenta-se a análise das falas dos sujeitos que são confirmadas a partir das frequências de cada categoria que emergiu da realidade em cada território.

6.2– Análise do Grupo Focal – Categoria Educação

A Educação foi a primeira categoria analisada dentro de cada território; desta categoria emergiram onze variáveis, nomeadamente: Covid-19E¹, Acesso Escolar, Exclusão Escolar, Democracia Escolar, Distância da Comunidade, Infraestrutura, Merenda Escolar, Formação, Modelo Escolar, Conteúdo e Diversidade Raça e Gênero. Destas variáveis derivaram 163 códigos disponíveis, que geram os dados a seguir. No mapa 01 se apresenta o mapa das codificações das variáveis extraídas a partir da categoria em análise.



¹ Covid-19E Significa os impactos da Covid-19 relacionados à Educação.

Conforme pode ser observado no mapa 01, a percepção dos participantes indica forte relação entre as variáveis: formação, democracia escolar, diversidade, raça e gênero, infraestrutura, exclusão escolar, acesso à escola, merenda escolar e Covid-19e. Entre elas, as variáveis Acesso à Escola e Democracia Escolar se apresentam como sendo as mais influenciadoras, ao se relacionar com outras oito variáveis. Estas variáveis podem ser interpretadas como sendo as mais sensíveis à percepção local.

Seguindo tal lógica, as variáveis diversidade, raça e gênero aparecem logo em seguida, sendo acompanhadas pela variável Infraestrutura. Todavia, se consideradas todas as variáveis, três delas apresentam baixa relação com o conjunto, são elas: distância da comunidade, modelo escolar e conteúdo. É possível interpretar que tais variáveis, apesar de serem importantes, ao não estabelecer relação direta com outras variáveis, possuem baixo impacto na produção da pobreza urbana nos locais estudados, relacionadas à educação.

Tendo observado as relações entre as variáveis para a totalidade dos territórios, passamos a analisá-las a seguir, considerando a percepção dos participantes dos grupos focais em cada território.

6.2.1– Categoria Educação nos Territórios

No território Socorro Pereira, Ana Maria² confirma que “*não*” acessa a escola, e sustenta que, em toda a espacialidade do território, “*não há escola disponível*”. Segundo a mesma, “*já existiu, porém não tem mais. Já faz mais de 5 anos que a escola não funciona, a que a gente tinha fazia parte do EJA, mas acabou*”. No território Neném Ramiro, a percepção negativa sobre o acesso a educação é reforçada na fala de Andrea ao afirmar que “*a gente é muito esquecido, sobre muitos assuntos que deveria estar na sala de aula*”.

A pesquisa identificou que o *acesso à educação* no território Ana Januário está comprometido em função da estrutura, conforme atesta a fala de uma das entrevistadas: “*a coisa mais gritante é a questão da estrutura. Há muito tempo não muda*”. Logo,

² Todos os nomes utilizados nessa fase de estudos são fictícios, como forma de garantir sigilo dos participantes.

Thiago relatou que *“a gente cobrou creche que a gente não tinha mais... A gente teve uma escola desativada, e a gente pedia sempre uma creche. Então a creche veio, mas não pode ficar no nosso bairro porque o nosso bairro era pequeno”*.

O acesso à escola no território Alice Matias, é marcado pela fala de Madalena ao indicar que: *“Lá na minha comunidade, eu acho que falta um pouco ainda, né?”*, mas segundo ela, tal realidade também é *“marcada pelo desinteresse dos alunos”* e conclui: *“ainda falta os alunos se interessarem”*. A percepção da entrevistada aponta para, entre outras coisas, problemas relacionados ao ambiente, conteúdo ou mesmo ausência de credibilidade escolar.

Na continuação, segue a análise detalhada segundo a categoria da educação nos territórios de forma individual. Na ocasião, poder-se-á observar as percepções dos atores a considerar as especificidades de territorialidade.

6.2.2– Categoria Educação no Território Socorro Pereira

No território Socorro Pereira, a componente educativa tem sua composição a partir dos elementos que dificultam o acesso à escola. Segundo Ana Maria, *“Já faz mais de 5 anos que a escola não funciona”* Não obstante, segundo Marta, *“não houve sensibilidade do poder público em instalar um estabelecimento escolar”*. Para ela, *“muitas vezes fomos atrás de conseguir, mas não conseguimos.”*

Para Sarah, simplesmente *“tem não, tem nada. A secretaria prometeu trazer, porém até hoje nunca conseguimos.”* A distância percorrida para se chegar à escola é outro problema, segundo os entrevistados. No território analisado se leva aproximadamente 30 minutos de caminhada para alcançar a escola. Em relação a educação infantil, isso se torna um empecilho aos pais, *“as mães têm que levar [seus filhos], sendo que é uma distância muito longa, nem ônibus tem.”*

A percepção de Sarah chama atenção para a merenda escolar. Na sua análise, *“dá pra falar não. Porque funcionou um tempo quando tinha uma determinada gestão.”* Nas entrelinhas, a merenda escolar, mesmo sendo uma política de estado e financiada por recursos da União, é mal executada pela atual gestão municipal. Em síntese, a análise da

educação no território Socorro Pereira revela, como as principais preocupações, as variáveis relacionadas a distância da escola (47%), acesso à escola (40%) e os impactos relacionados a merenda escolar (13%). Os dados estão disponíveis no gráfico 02 (no anexo 01) onde é possível observar a disposição das variáveis para o território em questão.

6.2.3 – Categoria Educação no Território Neném Ramiro

No território Neném Ramiro, a percepção negativa sobre o acesso a educação é reforçada na fala da Andrea ao afirmar que “era razoável”. Ao observar o emprego do verbo no passado, o entrevistador solicitou que continuasse, ao que a mesma sentenciou: “a gente é muito esquecido, sobre muitos assuntos que deveria estar na sala de aula”.

Neste território, a categoria Educação apresentou uma vasta diversidade em relação às variáveis correspondentes. Para 22%, dos entrevistados a variável Acesso Escolar esteve no centro das percepções. Na sequência, emergiram problemas relacionados a merenda escolar (17%), conteúdo (13%), infraestrutura (11%), e formação (10%). Na sequência, as variáveis relativas a diversidade, raça/gênero (8%), Covid-19E com (7%), modelo escolar e democracia escolar ambas com 5%. Com menor impacto, está exclusão escolar (2%). Os dados podem ser conferidos no gráfico 3 (anexo 01)

6.2.4 – Categoria educação no território Ana Januário

Para 30% dos entrevistados no território Ana Januário, a Covid-19e afetou decisivamente o processo de acesso à escola. Acessar à educação nessa época de pandemia é, na percepção de Verônica, ter “acesso à internet”, pois, segundo ela, “a situação é fortemente impactada em função dos custos relacionados” e o poder público municipal pouco fez para facilitar tal movimento. Contudo, tal observação foi contraposta nas palavras de Tadeu para quem “os que tinha acesso ao celular, tiveram acompanhamentos de grupo via *whatsapp*, ou outros meios. Já as famílias que não tinham acesso, a secretaria de educação junto a outras escolas, fizeram um material impresso, e havia essa devolutiva, via escola.”

Para 20% dos participantes, a democracia escolar está em evidência, cujo sentido foi cimentado na participação dos pais na escola. O que leva Joana, em seu depoimento, atestar que “pelo menos eu tenho, e quando tem reuniões, é lotado. Tem pessoas que ficam até em pé porque todos os pais comparecem.” Segundo sua análise dos fatos, “pelomenos aqui, né? ... eu vou e observo. E é bom.”

Entretanto, Veronica alerta que o mesmo não ocorre com outras faixas etárias: “ela [es]tá falando da creche, né? No ensino médio, tem uns pais relaxados, tem uns pais que não vão”.

No entanto, para 15%, o acesso à escola é prejudicado em função da distância escolar. Ao buscar entender Diversidade/Raça e Gênero, a dinâmica da formação relacionada ao tema o entrevistado 1 sustentou que há debates “transversais vivenciados na escola.” A infraestrutura chamou atenção de 10% dos entrevistados, contudo, Verônica alerta que nesse ponto “a coisa é mais gritante”. Segundo sua percepção, a infraestrutura da educação ofertada é preocupante, e sentencia: “há muito tempo não muda.” Os dados podem ser acompanhados no gráfico 04 (anexo 01).

6.2.5 - Categoria Educação no Território Alice Matias

Na percepção dos entrevistados do território Alice Matias, permite perceber que [o acesso à escola está marcado pelo fechamento da escola em tempo integral. “Ela escola] era integral e fechou as portas *faz algum tempo*.”, lembra Suzana.

Não obstante todas as crianças estarem matriculadas, o acesso ao material escolar é precário. É o que alerta Suzana: “*geralmente, eles dão o livro, o resto a gente que vai comprar...*” Suzana afirma precisar comprar “*Tudo. Tudo, só não livros, mas caderno, fardamento, tudo...*”.

A *democracia escolar* se revela na dimensão da cobrança. Tal elemento aparece na fala de Salomé ao afirmar que “*a gente tá tentando pautar a prefeitura, mas a pandemia paralisou nossa agenda.*” Já para Suzana, a democracia escolar não está na pauta da atual gestão. Segundo ela, na “*gestão do prefeito atual é difícil você chegar a questionar.*”

A cobrança é o termo chave para designar a variável *Merenda Escolar*, dado que esta não é vista pelas entrevistadas como algo acessório à educação. O intenso diálogo decorrido do assunto confirma isso, e é revelada na fala de Salomé: “*a questão da alimentação, a gente ficou abismada... com a baixa qualidade da merenda servida às crianças, de apenas 2 anos*”. Para Suzana, é dar “*graças a Deus, é o que tem lá...*” na sua visão, as mães agradecem por ter pelo menos essa merenda, devido a forte dependência quanto a merenda, por isso há que se agradecer, mesmo com a sua baixa qualidade.

A formação foi igualmente tema de intenso debate. Segundo Madalena, “*os professores são excelentes,*” mas, na sua visão, o problema está com os alunos, pois estes “*não se interessam.*” Já Suzana confirma a qualidade dos profissionais: “*todos eles têm nível superior*”. Mas, ao ser questionada se a formação destes profissionais os qualifica diante de temas transversais, Vitória responde que “*Eu acho que não*”. E continua... “*por experiência que eu tenho na educação, apesar de não ser professora, o professor precisa de [melhor] qualificação para lidar com certas situações, principalmente na educação especial*”. Segundo a percepção da entrevistada. “*nem todo professor tem qualificação específica*”. E afirma: “*eu já vi muito professor mandando aluno sair de sala, expulsando o aluno*”.

Em relação ao conteúdo de formação, quanto aos temas transversais ofertados à comunidade, Madalena respondeu que “*sim, acho que é pouco trabalhado*”. Segundo ela, temas relacionados ao “*preconceito em geral. tinha que ser mais trabalhado [na escola] porque hoje existe muito.*” Em claro ressentimento coletivo, o debate se encaminhou para o tema Exclusão Escolar³ e em ato contínuo, Vitória foi taxativa ao dizer: “*Não tem [escola]*” e continua que em “*Toda esse território não tem [escola]*”.

Em resumo, o território analisado apresentou uma quantidade expressiva de variáveis à categoria educação. Ao todo, foram onze elementos que buscaram jogar luz sobre as perspectivas coletivas tendo como principal expressão o acesso à escola (19%), seguida da democracia escolar e merenda escolar, ambas com 17%.

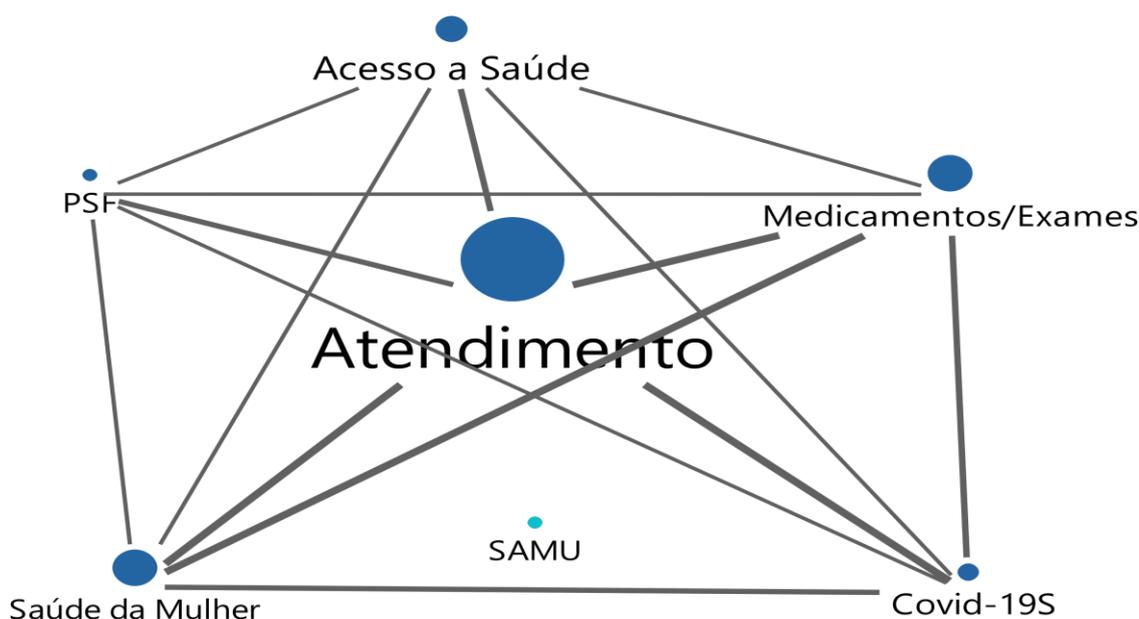
Nota. As entrevistas relacionadas às dimensões de acesso à escola e exclusão escolar parecem guardar, entre si, certo grau de contradição. Mas o fato se explica por terem sido capturadas em núcleos e momentos distintos. É preciso observar a diferença na noção de espacialidade, onde os indivíduos são submetidos. De fato, parece haver exclusão escolar motivada pela distância, em núcleo, fato que é pacificado em outro, pois a escola está melhor posicionada geograficamente em relação ao núcleo. Tais elementos influenciam decisivamente na percepção dos indivíduos e podem revelar, aqui, contradições sem que uma nota explicativa sirva de complemento.

Na sequência, figura exclusão escolar e formação, com 11%, seguida por infraestrutura e modelo escolar com 6%. A distância da escola com 5% e a diversidade de raça e gênero com 4%. Ainda incorporam à análise as variáveis: conteúdo e Covid-19e ambas com 2%. Os dados estão disponíveis no gráfico 5 (anexo 01).

6.3 Análise da Categoria Saúde

Da categoria Saúde emergiram sete variáveis, nomeadamente - COVID-19S⁴, Acesso, Atendimento, Saúde da Mulher, SAMU⁵, Programa Saúde na Família – PSF, Medicamentos e Exames. Ao todo, foram gerados 156 códigos. No mapa 02, é possível visualizar a representação da interação entre os códigos.

Mapa 02 –Categoria Saúde e as relações entre as variáveis



Fonte: Elaboração própria, 2021

³ Covid-19S Significa o impacto da Covid-19 na Saúde.

A percepção de cada comunidade, nessa categoria, apresenta-se mais homogênea em relação as variáveis. Nota-se que os principais pontos de interconexão possuem similaridade. Contudo, a variável atendimento inicialmente se apresenta com maior relevância. Nesse cenário, a variável saúde da mulher apresenta forte relação com a variável exames/medicamento. Covid-19s, acesso a saúde e PSF se associam fortemente com a variável Atendimento. Como é visível, apenas a variável SAMU não apresentou relação com as demais.

A quantidade de variáveis que emergiram desta categoria se explica pela conflituosa percepção desta categoria pelos indivíduos. É o que revela a pergunta de Sarah: *“existem profissionais da saúde devidamente qualificados que atendem todas as vezes que precisam?”* Prontamente, é respondida por Ana Maria: *“nem sempre.”* Ester afirmou ter precisado pagar consulta particular por falta de acesso. Segundo ela *“depois de três anos do pedido para realizar a biópsia foi que consegui...”*

A percepção da categoria Saúde, no território Neném Ramiro, é marcada pela negação de acesso e precarização do atendimento. É o que se pode observar na fala da Júlia: ao afirmar que *“já fui umas duas vezes no postinho lá de cima atrás de uma consulta e não consegui.”* Clara relata que seu filho, portador de necessidades especiais, foi atendido no mês de março de 2019 e que até agora, fevereiro de 2020, não conseguiu novo atendimento. Segundo a entrevistada, o atendimento é muito reduzido a ponto de precisar: *“ir dormir lá. Todo mês eu tinha que sair três, três e meia da manhã... um risco imenso pra poder pegar uma senha pro menino passar pela fonoaudióloga, e às vezes ainda voltava sem atendimento”*.

A percepção do acesso a saúde no território Ana Januário ocorre, na visão de Verônica, a partir das falhas de atendimento. Segundo ela, *“o nosso PSF fica muito a desejar. Porque não tem médico para atender todas as pessoas que necessitam.”* Segundo seu relato, *“às vezes o médico vai de manhã, de tarde aí não vai... nem todo dia tem”*

No território Alice Matias, a percepção do acesso à saúde é negada pela pouca oferta de médicos: *“é só um médico, são poucas fichas.”* Salomé tenta justificar explicando que o *“bairro é muito grande, aí divide a Unidade Básica de Saúde em I e I.P”* Contudo, reitera ser mesmo apenas *“um enfermeiro e um médico básico”*

6.3.1 A Categoria Saúde no Território Socorro Pereira

Entre o medo e a indignação, as entrevistadas registram suas percepções quanto o acesso à saúde no território Socorro Pereira. Conforme pode ser observado, a variável Atendimento relacionada à saúde foi a que mais chamou atenção das entrevistadas nesse território. É o que revela a fala da Ana Maria, ao ser indagada sobre a frequência de atendimento: *“nem sempre há satisfação quanto ao atendimento”*, Ana Maria se queixa de profissionais da saúde, fazendo supor que o atendimento é marcado pela desumanização e, sobretudo, pela lentidão *“aí você vai querer um encaminhamento, as meninas tiram a foto do seu pedido e enviam. Aguardamos oito dias para receber o encaminhamento. Estou falando porque tenho problema de lúpus. Eu preciso. Estou sempre precisando e sempre preciso esperar oito dias para marcar e ser chamada um mês depois.”* Fato que é confirmado por Ana Maria: *“a demora no encaminhamento leva em média oito dias”* para somente *“depois haver a marcação.”*

Nesse sentido, Ana Maria revela, sob forte indignação, já ter esperado *“três anos aguardando para uma consulta para colher o material para fazer uma biópsia”* Na sua visão, tal consulta só foi alcançada após um momento extremo de constrangimento *“aí eu tirei minha roupa fiquei peladinha só de sutiã me filmei e chorei pedindo encarecidamente para que o Doutor [médico] realizasse essa minha biopsia”*

Em ato contínuo, o grupo passou a discutir sobre acesso a medicamentos. A fala de Ana Maria revela problemas estruturais: *“quando tem os remédios a gente recebe. Quando não tem passa mais de mês”*, E conclui, com base em sua experiência: *“eu mesma sou uma que tomo remédio para pressão alta. Mas eu compro meu remédio”*.

Chamada a opinar sobre tal realidade de acesso a medicamentos/exames, Ana Maria induz má-fé na prática médica ao sustentar que, *“na minha opinião, acho que é porque a médica quer. Porque ela só faz as coisas se passar um remédio”*. Na sequência, Sarah relata a insensibilidade profissional diante do seu caso, e insiste em reclamar que a médica *“nunca foi mulher pra dizer: minha filha faça esse exame... porque ela não olha, ela não examina...”* Segundo os relatos, tal modelo de atendimento pode ter provocado um óbito. Segundo seu relato: *“outro dia morreu uma mulher com câncer aqui, por falta de atendimento.”*

Nesse aspecto, a variável Saúde da Mulher chama atenção, sobretudo quando Sarah sentenciou: *“é difícil contar com tratamento ginecológico.”* Para ela, *“é difícil conseguir e até marcar um exame”* e sentença: *“eu sinceramente, fiz uma mamografia em novembro [2020] e até hoje não recebi resultado. E quando eu receber eu vou me perguntar a quem eu vou mostrar”* O que levou ao pesquisador a buscar entender sobre o Programa Saúde da Família – PSF, pela qual as entrevistadas lançaram dúvidas e afirmaram não lembrar da existência deste programa no território. Em ato contínuo, entreolham-se, e se perguntam: *“tem, Ana Maria?”*. Sua interlocutora responde: *“eu num lembro, se o médico vem atender em casa, não.”*

O serviço de saúde também foi observado segundo sua estrutura para deslocar pacientes. Para Ana Maria, há oferta de ambulância. Não obstante, Ester indicar que tal atendimento serve apenas para deslocamentos entre municípios, e não para dentro do município. Segundo seu relato, o atendimento realizado pelo SAMU é péssimo: *“quando se adoecer, liga pro Samu. Espera um ano pra poder chegar, né?”*. Fato que é confirmado por Ana Maria: *“Sim, eles demoram muito.”* Que é acompanhada por Ester: *“são três ambulâncias para nove municípios.”* Ou seja, o sistema de atendimento móvel deve atender a nove municípios da região, ou aproximadamente, a 320 mil pessoas.

A pandemia da *Covid-19s* foi tema abordado pelo território. Para Sarah, há atenção do poder público no combate a pandemia: *“tá sendo disponível dois postos de saúde para atender essas pessoas no município.”* Segundo os relatos, a comunicação oficial indica procurar uma unidade de atendimento que fica próxima ao território *“Aí nós já sabe que nós tem que procurar na Maratoã que é o recomendado. É, assim: sentiu qualquer sintoma vai lá fazer o teste”*.

Resumidamente, a má prestação dos serviços de atendimento na saúde chamou atenção de 48% dos entrevistados. O precário serviço de atendimento móvel – SAMU chamou atenção de 19% dos envolvidos, enquanto 13% inclinaram seus olhares para o péssimo acesso a medicamentos e exames. Enquanto que, para 12% dos entrevistados, há preocupação com os efeitos da *Covid-19s*. Para 6%, a saúde da mulher está em questão, e para 2% a preocupação é com o programa saúde da família. No gráfico 6, (anexo 01) é possível acompanhar a percepção dos entrevistados no território em análise.

6.3.2 A Categoria Saúde no Território Neném Ramiro

Acessar medicamentos e realizar exames é o principal elemento apontado pelas entrevistadas no território Neném Ramiro. Para Júlia, a má distribuição dos medicamentos os obriga a comprar. *“aí a gente tem que comprar”*. Isabel revela que *“às vezes vem remédio lá do CAPS. Mas quando eu vou receber lá, não tem.”* E relata que, no mês da entrevista [janeiro de 2021], não ter conseguido acessar medicamentos de uso contínuo: *“eu já fui lá duas vezes não tem nem previsão pra chegar. Já estamos quase em fevereiro, e até agora nada. Eu tomo um remédio pra ansiedade. Agora neste período de pandemia eu peguei ansiedade, né?”*

Nesse sentido, Júlia revela que a ausência do acesso ao medicamento impacta nas finanças da família pois *“uma caixa desse remédio custa R\$ 158 reais.”* O que lhe obriga a algo arriscado do ponto de vista da saúde: *“aí eu tô dividindo comprimido... tô diminuindo a dosagem pra poder seguir o tratamento. Já tô com tanta vontade de parar.”* A fala de Clara vai nesse sentido para revelar: *“eu sou diabética, eu fiquei foi triste, quando fui medir já, tava 250, já tava pré-diabético. aí eu digo: cadê o medicamento? não tem. Ou você compra, ou...?”*

Para Isabel, o cenário de acesso a saúde é dramático. Para ela, todas as vezes em que precisa de atendimento, se permite questionar: *“se você tá doente você vai no postinho ou é melhor você comprar logo os remédios particular?”* Segundo Isabel, a irregularidade ocorre da oferta dos medicamentos e gera forte incerteza: *“chega! Mas num instante acaba. Num atende. E às vezes nem vêm.”*

Nesse sentido, Isabel revela que há remédios, mas são apenas para *“gravidez; sulfato ferroso e o da pressão”* Segundo ela, *“não tem o abastecimento que era pra ter, porque ainda existe as falhas, né?”* e relata: *“minha filha, ela tem diabetes.”* O que ilustra sua indignação com a uma situação vivenciada por outra filha que, ao ser diagnosticada com quadro de *“anemia aguda”*, a partir de uma consulta na rede pública, não conseguiu realizar os exames auxiliares, finalizando: *“se eu quiser fazer todos os exames tem que pagar”*. A variável *Atendimento* emergiu na análise com certa dose de indignação. É o que revela a fala de Júlia ao indicar ser muito esforço para conseguir atendimento na

saúde. Segundo sua fala: *“todo o começo do mês procura com a receita de pressão essas coisas... diabetes essas coisas...”* Todavia, a entrevistada revela que *“tá com duas vezes que não tem médico, médico tá de férias.”* Para Auxiliadora, é uma saga ser atendida: *“tenho que vir pra cá, eu num sou atendida não. Eu só posso ser atendida no posto lá da favela.”* E conclui: *“atende, não. Se eu for, elas dizem: “não, seu posto não é aqui”*

Nesse sentido, Auxiliadora revela que o atendimento *“fica sempre a desejar, porque não é o que deveria ser”*, no que vai ser acompanhada por Isabel ao relatar ter *“muito se queixar da saúde”*. Quando indagada: *Por quê?*, ela responde: *“sempre que eu procuro algo, nunca tem. Nunca tem, tipo eu já procurei prevenção: não tem. Não tão fazendo prevenção. Eu passei o ano passado todinho, sem solução.”*

Resumidamente, a categoria Saúde chamou atenção dos(as) moradores(as) do território Neném Ramiro quando 41% das falas se concentraram na variável Medicamento/Exame. A variável atendimento recebeu crítica de 23% das observações, e os efeitos da Covid-19s merecera, a observação de 18%. A saúde da mulher foi assunto para 12% das falas, e 6% dedicaram atenção à variável relacionada ao PSF. O gráfico 7, (anexo 01) apresenta a distribuição das variáveis conforme descrito acima.

6.3.3 A Categoria Saúde no Território Ana Januário

A análise do acesso à Saúde no território Ana Januário compreendeu o assunto a partir da fala da Joana ao sustentar que *“eu não gosto da saúde daqui, não gosto de jeito nenhum. Eu prefiro pegar um ônibus, e me consultar em Fortaleza.”* Na percepção de Matheus, o acesso a saúde é negado quando há ausência de assistência do agente comunitário de saúde, para ele: *“nós não temos assistência na comuna, nós não somos assistidos por agente comunitário de saúde. Nós somos uma comunidade esquecida. Até pelo governo municipal.”*

A fala de Verônica contesta, mas no fundo concorda com a fala de sua interlocutora anterior ao sustentar que *“aquela comunidade tem o Agente Comunitário de Saúde, sim.”*, relacionando o acesso à saúde ao trabalho da agente de saúde. Isso ocorre, segundo sua percepção, *“porque tem as visitas mensais, aos acamados, mas as pessoas normais [sem doenças prévias], não. Eles visitam só as prioridades, acamados, hipertensos, gestantes.”* E sentencia: *“e é quando tem.”*

Segundo Joana, *“nunca houve, [acesso a saúde] porque as agentes de saúde da cidade, da minha cidade de Crateús, não são agente de saúde. Porque agente de saúde é pra estar na sua porta, na sua casa, perguntar como que você está, se tá tudo, okay. E visitar os acamados e tudo. Meu pai adoeceu, minha mãe adoeceu, nunca chegou. Morreram, e nunca chegou uma agente de saúde.”*

Outro ponto levantado no grupo foi o acesso à saúde bucal. É o que atesta Thiago, ao alertar para a falta de condições de atendimento: *“você vai no dentista, e tem mais de dois anos que falta resina. Só extrai, só tira o queixal”*.

Debater atendimento na saúde foi apenas uma consequência dos relatos anteriores. É o que se vê no depoimento da Joana, para quem *“a saúde fica muito a desejar ainda Porque não tem médico satisfatório para poder atender todas as pessoas que necessita.”* E continua: *“às vezes vai de manhã, de tarde aí não vai... é assim...”*

Na sequência, a comunidade discutiu o acesso a Medicamentos/Exames. Marcos afirma enfrentar dificuldades para acessar os medicamentos. Desenvolve seu discurso indicando haver certo grau de burocracia até para conseguir remédio de uso contínuo. Todavia, quando se trata de outros tipos de medicamentos, afirma: *“não, não tem. Você tem que comprar”*. Fato que é sustentado na fala da Verônica, ao relatar já ter sido preciso comprar insulina para tratamento de diabetes na família: *“nós temos um diagnóstico de diabete, foi preciso tomar insulina por conta própria.”* Segundo esta pesquisa, detectou-se que a variável PSF é um grave problema para garantir acesso à saúde pública neste território. É o que atesta o depoimento de Thiago: *“tenho a observação que [o PSF] não é do bairro. Tem que ir pra outro bairro.”*

Nessa linha, Teresa se queixa por não conseguir acessar o programa Saúde na Família no seu território: *“eu precisei do PSF mas foi lá do Maratoã. No São José quando a gente ia lá, nunca encontrava médico,”* A entrevistada relata que as sucessivas ausências de serviços a forçou, perigosamente, a recorrer a outros métodos como *“procurar alguém de uma farmácia que me indique o remédio.”*

Finalmente, o grupo alcançou a variável denominada Saúde da mulher; de forma abrupta, Teresa definiu sua percepção: *“sei nem se isso existe aqui em Crateús”* A entrevistada sustenta sua visão ao lançar indagações ao grupo: *“em tempos normais a saúde da mulher, das crianças, tem um planejamento? Existe algum envolvimento dos*

profissionais da saúde com a nossa comunidade?” Diante do silêncio de seus interlocutores, ela mesma responde: *“que eu saiba, não!”*

As pessoas que participaram do grupo focal no território Ana Januário apresentam percepção bastante crítica quanto aos aspectos relacionados ao acesso à saúde. Tal preocupação fica latente no alto percentual das falas destinadas ao assunto – 40% ao todo. Dentro dessa linha, 26% das falas criticaram a variável atendimento na saúde. 14% voltaram-se a Covid-19s, enquanto 11% denunciaram o precário acesso a medicamentos/exames. Para 6%, a péssima a dinâmica do Programa Saúde na Família e em 3% das falas, a variável saúde da mulher levantou atenção. Tais elementos são registrados no gráfico 08 (anexo 01).

6.3.4 A Categoria Saúde no Território Alice Matias

O território Alice Matias iniciou sua análise pela variável *acesso à saúde*. Para Madalena, a saúde preventiva é ofertada no território por campanhas educativas como o outubro Rosa. Segundo seu relato, *“tudo mentira.”* Sua fala é acompanhada por Vitória: *“é mentira mesmo. É mentira”* que sustenta: *“porque não acontece. É só enfeite. Não acontece”*. E relata: *“um dia fui lá, sem ter feito nenhum exame, mas o rapaz disse que eu ainda não tava na idade, mas eu disse: eu estou. Já estou com mais de 40 anos. Mas foi em vão”*.

Motivada pela fala anterior, Suzana relata ter precisado de atendimento na área odontológica, mas revela que: *“tinha que ir às nove horas da noite, passar a noite na porta do posto de saúde para esperar uma ficha no dia seguinte.”* Nesse momento, Inês argumenta que *“agora tá assim: você vai na segunda-feira. Avalia seu dente, se for pra extrair, ele extrai volta na quarta-feira, senão for, você vai pra secretaria, e da secretaria vai pro CEO.”* Por tudo, ainda há a questão da qualidade do serviço prestado. Para a entrevistada, *“a qualidade do serviço é horrível.”*

Ato contínuo, os participantes passaram a discutir Atendimento na saúde, sobretudo no que se refere ao serviço da Agente Comunitária de Saúde. Nesse momento, Inês revela *“não ter”*, ao que é acompanhada por Yasmin e Tamires. Todavia, Inês confirma a oferta do serviço médico, mas enfatiza *“não ter dentista”*.

O Programa Saúde da Família (PSF), não escapou à crítica de Madalena, que a fez perguntando aos seus pares: “*o nosso PSF também tem o médico. Quando ele sai de férias, tem outro para substituí-lo?*” E, de forma coletiva, sustentaram que o programa, em seu formato completo com médico, enfermeiro e agente de saúde, não realizam visitas às residências: “*Não, não tem isso aqui, não.*” (Vozes coletivas).

Quanto ao acesso a medicamentos/exames, Madalena relata: “*nem sempre se consegue*” medicamento ou exames. Para Vitória, o acesso a medicamento precisa ser suportado pelo orçamento familiar: “*o meu marido compra*”. Já Inês revela: “*muitos deles que tem que comprar.*” E relata, de forma angustiada, que “*todos os meses tenho que comprar remédio do meu filho, eu nunca consegui tirar nenhum remédio [no posto], sempre vou atrás e nunca tem. E ele toma remédio controlado.*”

O que causa indignação em Yasmin levando-a afirmar que “*essa questão é muito errada né?*”. Para ela “*essa questão do medicamento deveria ser responsabilidade do Estado ou Município*”. O que leva Salomé a lembrar da existência da oferta de medicamentos: “*existem os remédios que são garantidos pelo SUS, até a questão de anticoncepcional*”.

Quanto à saúde da mulher, os relatos de Madalena dão conta que “*sempre que eu procuro tem.*”, porém, ela afirma ser atendida por “*uma enfermeira que atende*”. Contudo, Vitória, faz uma ressalva: “*assim, para os casos mais simples tem a enfermeira. Para fazer prevenção, quem faz é a enfermeira, e ela pode lhe dar algum remédio se precisar, ou lhe encaminhar para outro lugar, se precisar.*” Sua fala é acompanhada por Salomé que sustenta que o atendimento é o básico: “*Eu falo só do básico*”.

Na sequência, Suzana confirma que há prevenção, mas revela que “*é demorado às vezes, a gente vai por uma necessidade, por estar sentindo um desconforto hoje. Aí você só vai conseguir daqui a um mês.*” Para Salomé, há demora e denuncia: “*é mais um ou dois meses pra chegar o resultado, para avaliar*”

Quase em forma de diálogo com Suzana, passa a sustentar que “*às vezes tem a vaga pra hoje, mas você não está preparada... então eles remarcam para quinze dias, mas quando você chega lá tá faltando material... sem contar que quando você consegue é de 60 a 90 dias para chegar o resultado*”. Nesse cenário, Suzana revela um caso em que o exame foi realizado em “*novembro, mas o resultado chegou em março*”.

Decepcionada, ela conclui: “quando eu fui mostrar, a enfermeira simplesmente me falou que só outro exame já tava com 6 meses”.

Finalmente, as falas dos sujeitos revelaram ainda um péssimo atendimento do SAMU que, segundo elas, um descompasso na comunicação pode estar no centro de um óbito “parece que aqui em Crateús já teve óbito relacionado à negligência do SAMU”

Em síntese, o acesso à saúde chamou a atenção de 48% das falas, segundo as quais a variável Saúde da Mulher e Atendimento na saúde responderam por 12% cada uma. Na sequência, SAMU, PSF e Medicamentos/Exames receberam, cada uma, a atenção de 8% das falas. Finalmente, a variável relacionada a Covid-19 foi responsável por 4% das falas. Os detalhes estão disponíveis no gráfico 09 (anexo 01).

6.4 – ANÁLISE DA CATEGORIA CULTURA

O mapa capaz de apresentar ligação entre as variáveis culturais deixa claro que a ação cultural está completamente separada das outras duas variáveis, nomeadamente apoio cultural e acesso à cultura. Segundo a percepção dos participantes, o modelo esquemático revela, entre outras coisas, a desassociação entre ação, apoio e acesso ao direito à cultura. Em outras palavras, no que se refere a categoria cultura, há um verdadeiro descompasso entre território e a institucionalidade local.

O mapa com as relações entre as variáveis pode ser observado a seguir.

Mapa 03 –Categoria Cultura e as relações entre as variáveis



Fonte: Elaboração própria, com base no MaxQda2018

A categoria Cultura apresentou três variáveis. Com apenas 46 códigos, a análise caracterizou-se pelo pouco debate e baixíssima capacidade perceptiva por parte dos entrevistados e entrevistadas. O distanciamento do tema parece tornar o assunto menos importante. As falas sempre marcadas por negatividade, ou mesmo desprezo, *vis-à-vis* contornaram a institucionalidade até chegar nas ações dos próprios núcleos, momento pelo qual, enfim, assumiam descrição mínima.

Para o conjunto de entrevistados do território Socorro Pereira, a cultura só acontece graças a iniciativa dos próprios moradores, segundo eles, não há qualquer participação do poder público. Já para os participantes do território Neném Ramiro, a cultura local inclina-se a reproduzir os festejos religiosos. Segundo os moradores do território Ana Januário, não há qualquer tipo de apoio para acessar a cultura. E, finalmente, no território Alice Matias, os entrevistados são unânimes ao confirmar: “*Não tem nada em relação a cultura, não.*”

6.4.1 A Categoria Cultura no Território Socorro Pereira

No território Socorro Pereira, a variável com maior destaque foi o Acesso à Cultura. Ana Maria observa que as datas mais utilizadas são as que celebram o Natal e as crianças: “*é quando se consegue apoio da própria comunidade.*”

No entanto, em nenhum desses momentos, há apoio cultural por parte do poder público: “*não...eles não participam de nada*”. Na sequência, Marta faz questão de deixar claro que “*não é nada com o poder público, não.*” A partir daí, abre-se o debate a movimentação que a própria comunidade faz acontecer no território como forma de pôr em rota Ação Cultural. Segundo Marta: “*nós fazemos festas como quadrilhas juninas. Mas sem a ajuda de ninguém. É com nós mesmos, da comunidade que se reúne e faz*”.

A categoria Cultura no território Socorro Pereira é observada a partir das variáveis acesso à cultura, com 37% das críticas. Apoio cultural, com 36% das intervenções, e a Ação Cultural registrou 27% das observações. Os assuntos capturados a partir das falas dos sujeitos, revelam certa homogeneidade entre as variáveis. Isso revela muito mais a capacidade de agir de forma pontual, sobre elas, do que propriamente articulá-las enquanto fonte de direitos. Os dados estão disponíveis no gráfico 10 (anexo 01).

6.4.2 Categoria Cultura no Território Neném Ramiro

Para os participantes dos grupos focais do território Neném Ramiro, o apoio cultural não ocorre via iniciativa pública. É o que revela Júlia, ao afirmar que o poder público “*não tem papel, nenhum.*” Segundo sua fala, a percepção quanto ao apoio cultural ocorre em função de uma rede preestabelecida de pessoas independentes: “*agora assim, tem aquelas pessoas que já tem suas quadrilhas anuais... aí elas juntam todas as quadrilhas, né?*” Não obstante ter relatado, anteriormente, que o poder público não participava, a entrevistada volta atrás e revela que “*a prefeitura dá uma contribuição para que elas possam realizar os eventos*”.

Levada a debater aspectos da ação cultural, Júlia revela ter ações pontuais, em especial da “*igreja [católica]*” sobretudo nos meses de março e maio: “*que é o mês de Maria, mês de São José.*” Segundo sua fala, tudo se resume a isso: “*Pronto!*”

Em resumo, o território Neném Ramiro apresenta uma conjuntura distinta, pois a negação da variável apoio cultural chamou atenção de 50% das falas. O que pode indicar algum apoio externo. Não obstante, a variável ação cultural capturou 31% das percepções, que fora seguida por 19% de acesso à cultura. O gráfico 11 (anexo 01) apresenta os resultados percentuais dos grupos focais realizados no território.

6.4.3 A Categoria Cultura no Território Ana Januário

A categoria Cultura é bastante criticada também no território Ana Januário. Para 40% das falas coletadas o Apoio à Cultura chama atenção como algo relevante. Enquanto 30% apontam para o acesso à cultura e para a ação cultural, simultaneamente. Nota-se certo grau de homogeneidade quanto a distribuição percentual, muito embora não raras vezes é predominante o profundo tom crítico com que se estabelece a percepção local sobre a categoria analisada. O gráfico 12 (anexo 01) apresenta a distribuição percentual entre as variáveis.

6.4.4 A Categoria Cultura no Território Alice Matias

Os participantes do território Alice Matias atestaram que a variável apoio cultural, se existisse, “*Não seria pelo poder público.*” Tal definição passou a motivar o diálogo entre Vitória e Paulo: “*teve ajuda do poder público?*” “*Não*”, respondeu seu interlocutor. Pelo que concluí: “*em todos esses momentos o poder público não participou em nada?*”. Essa é a linha argumentativa sustentada por Paulo, quando perguntado sobre apoio à cultura: “*não. Era tudo particular. Nosso.*” Nesse limite, Paulo traz à tona o problema de custo: “*o festejo junino... saía bastante caro. Compra de roupas, de enfeites, as montagens de barracas*” e conclui que, “*sem ajuda do poder público, fica inviável*”.

Em ato contínuo, os entrevistados passam a argumentar sobre a variável acesso à cultura, pelo que Paulo concluiu: “*não há nada*”. Enquanto isso, Tamires e Yasmin confirmam não haver nenhum debate sobre isso no território. Quando o assunto é ação cultural, o debate volta ao tema religioso: “*a gente ainda conseguiu realizar umas missas. ...uns festejos*”.

Para os membros do território analisado, o acesso à cultura não pode ser avaliado. É o que atesta a fala de Madalena: “*Nada. Não há nada para ser avaliado*”. O que é confirmado por Paulo: “*É, sim. Não tem nada em relação a cultura, não.*” Em ato contínuo, Yasmin sustenta as percepções anteriores e define: “*Não tem nada de futuro, dá nem pra avaliar*”, enquanto Paulo busca elaborar um melhor raciocínio e declara: “*professor... não existe nenhum tipo de incentivo ligado à cultura*”. Segundo sua percepção, esse fato implica na ociosidade: “*eu vejo que tem muita criança e adolescente que não tão fazendo nada*”. E sentencia: “*não existe cultura, entendeu...?*”

De forma resumida, analisar o acesso à cultura no território Alice Matias recebeu a crítica de 67% das falas. Na sequência, o apoio cultural foi criticado por 17% dos participantes, e ação cultural mereceu atenção de 16% das falas. O gráfico 13 (anexo 01) apresenta a distribuição percentual, segundo a percepção dos entrevistados.

6.5 A Categoria Vida Segura

Os grupos focais avançaram para debater a categoria Vida Segura. Em meio às discussões, os participantes emergiram temas relacionados à insegurança, o medo, à violência, de modo especial a violência contra a mulher, a violência praticada por policiais. Na sequência, o debate abordou o tráfico de drogas e suas conseqüentes disputas por territórios. O mapeamento das relações entre as variáveis foi possível a partir da seleção de 84 códigos que possibilitaram ao software MAXQDA traçar paralelos entre elas.

De forma geral, fica perceptível que a Vida Segura nos territórios selecionados guarda referência direta com a violência praticada por policiais que, por sua vez, se liga a outras cinco variáveis. Em seguida, o medo emerge como elemento importante na compreensão contextual por se relacionar com quatro outras variáveis.

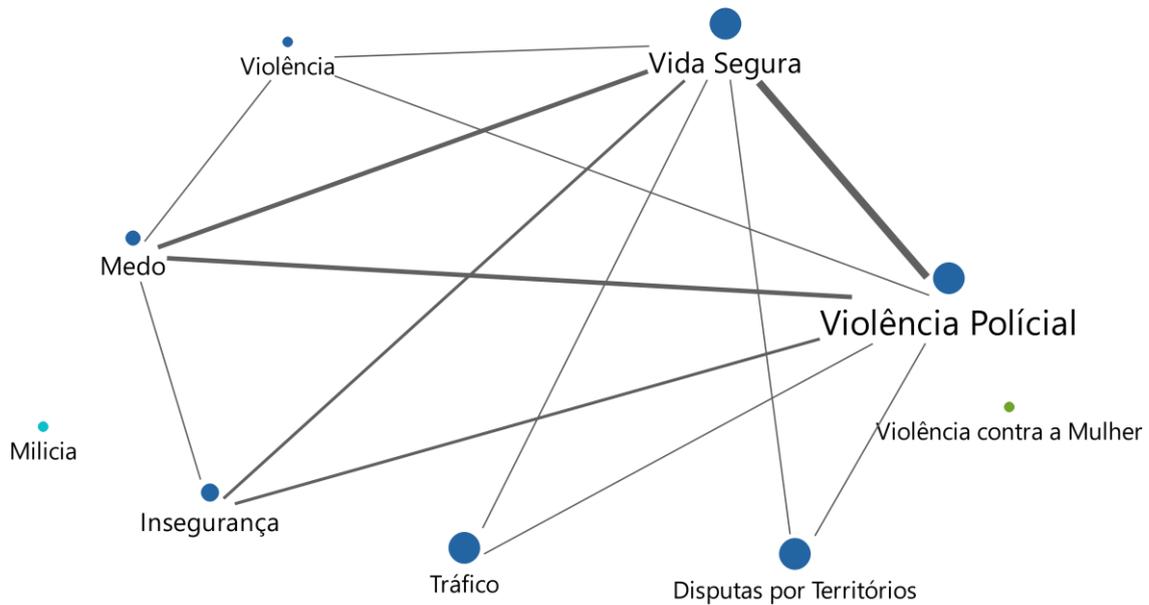
Na sequência, são identificadas as variáveis insegurança e violência a interagir cada uma delas, com outras três variáveis. Finalmente, o tráfico de drogas, e as disputas por territórios, se relacionam com outras duas variáveis, cada uma.

O mapa 04 ainda localiza as variáveis milícia e violência contra a mulher sem nenhuma relação com as demais. Esse elemento indica que os fatos foram citados de forma pontual em territórios distintos. Todavia, não descarta sua importância enquanto elemento prático a influenciar a vida local.

Desta forma, analisando a categoria em questão, tem-se que a variável violência policial chamou atenção de 32% das falas. Esta foi seguida de insegurança com 14%, e medo com 13%. Com um percentual bem inferior, está o tráfico de drogas com 6%, enquanto as variáveis milícia, violência contra a mulher, disputa por território e violência marcam 4%, cada uma.

No mapa 04 estão disponíveis, visualmente, as relações entre as variáveis que emergiram a partir do debate no território em questão.

MAPA 04 - Categoria Vida Segura e as relações entre as variáveis



Fonte: Elaboração própria, 2021

No território Socorro Pereira, aspectos relacionados à violência policial e insegurança marcaram as falas dos entrevistados. É o que sustenta a fala de Sarah, ao ressaltar o tratamento preconceituoso dado pela polícia à comunidade. Para ela “*qualquer coisa que acontece a polícia vem logo aqui*” A fala de Ana Maria revela sua percepção quanto à segurança no território “*... eu mesma me sinto muito insegura lá.*”

No território Neném Ramiro, Clara aponta para a necessidade de se manter um vigilante particular nas ruas do território “*ele passa a noite toda apitando*” o que, na visão de Francisco, garante tranquilidade “*pra sair de casa, você sai e anda pela rua tranquila e senta na calçada sem medo*” Em Ana Januário, Tadeu relata que o local já foi violento “*a gente teve inseguro, porque o bairro era muito violento*”. Segundo ele, isso era motivado porque “*tinha drogas*” e conta que o território já presenciou toda uma “*família ser assassinada.*”

Enquanto em Alice Matias o convívio com o medo da violência parece não ser tão intenso. É o que sustenta Salomé para quem “*Crateús não é muito perigosa, pelo menos, onde vivi até hoje*”. Segundo ela, ainda há “*tranquilidade de sentar numa calçada...*” Contudo, destaca o risco para aqueles que não são conhecidos no território “*mas se você for de fora...*” A seguir será possível observar análise nos territórios para a categoria em questão.

6.5.1 A Categoria Vida Segura no Território Socorro Pereira

A ação da polícia é, na percepção dos entrevistados, desnecessariamente violenta. É o que revela a fala de Ana Maria: “...aqui, ou acolá, eles gostam de jogar aqueles sprays de pimenta nas pessoas, e atinge muita gente. Aquele negócio lá arde o olho, e deixa as pessoas tossindo.” Para Ana Maria, não há qualquer justificativa para tal ato.

Na sequência, Marta relatou que “um dia roubaram uma moto e esconderam dentro dos matos. Aí o RAIIO pegou uma suspeita.” Segundo seu relato, a dúvida recaiu sobre a suspeita pelo fato “dela usar droga e tal, né?” Então, a participante passa a narrar uma cena de tortura “levaram lá pra fora da cidade, botaram um saco na cabeça dele, e foi peia, até ele entregar quem era as pessoas que tinham roubado a moto.” Tal narrativa, causa indignação em Marta ao relatar ser este o *modus operandi* da polícia, em seguida sentença: “você botar um saco na cabeça de uma pessoa, isso nos tempos de hoje?” Em seguida, ela sustenta que este fato foi relatado pela própria vítima que, por sua vez, ainda sofre os efeitos emocionais “Ainda hoje ele chora me contando a história, cada vez que ele conta ele se emociona.”

Não obstante a ação policial, a sensação de insegurança é permanente. Para Sarah, “muitas coisas acontecem com quem anda com o celular por aqui, né?” Segundo ela as “ruas escuras...” lhe retiram a segurança “num tenho coragem”. E revela que isso afeta drasticamente a oferta de serviços no território: “aqui no nosso bairro tem fama de tipo: cê tá lá no centro quer vir pra cá nove horas, não tem mototáxi pra vir te deixar.” Na visão dos entrevistados, tudo isso gera um ambiente de medo.

Novamente, o tema da violência praticada por membros da polícia volta ao debate, mas, desta vez, sob outra perspectiva. Fala-se da prática da milícia. Para Sarah, isso ocorreu quando eles estavam realizando acampamento por direito à moradia: “tinha as barraquinhas ali... eles chegaram e queimaram.” Em seguida, Pedro interveio para identificar quem são o “eles” na fala anterior. “Foi. Mas ali foi a milícia. Não foi o RAIIO. Foi a milícia.” E continua: “podia até ter gente do RAIIO, mas não dá pra afirmar.” E passa a narrar a existência de “um processo por conta de 30 milicianos que estavam lá no acampamento”, segundo ele, a “milícia foi enviada pela empresa responsável pela construção de residencial Mãe Rainha.”

Segundo o relato de Pedro, foi realizada a denúncia “*pra polícia civil*” no momento em que “*a delegada orientou que todos os que foram agredidos fizessem um B.O.*” Mas, para sua surpresa, uma das vítimas, ao voltar do registro, lhe informou: “*eu fui fazer o B.O e o policial que registrou o B.O foi o mesmo policial que me bateu, ontem.*” O entrevistado relatou que ao comunicar o novo fato à delegada, esta concluiu: “*eu sei que aqui eu só tô trabalhando com bandidos.*”

Em síntese, para 35% das falas, a violência policial é um fator importante. Para 23%, os problemas relacionados à insegurança chamam mais atenção, enquanto que, para 19%, acessar uma vida segura é extremamente relevante. Consta ainda em 12% das falas, relatam a atuação das milícias e, para 11%, o medo ainda é predominante. O gráfico 14, disponível no anexo 01, se pode acompanhar visualmente a distribuição percentual dos elementos que minam a cidadania plena no território.

6.5.2 – A Categoria Vida Segura no Território Neném Ramiro

No território Neném Ramiro, a variável violência policial foi o tema mais impactante na fala dos participantes. Vozes coletivas afirmam, aleatoriamente, ter testemunhado vários casos de violência praticada por agentes públicos: “*Já vimos vários... Muitos...*” Para Auxiliadora, o caso mais emblemático foi de “*uma mulher que mora perto lá de casa disse que os policiais pegaram o filho dela e quase mata ele de pêia.*” Segundo o seu relato, pegaram também “*outro, tio dele, e meteram a chibata porque tava andando e este é mau elemento.*” Nesse cenário, Isabel revela que a própria polícia define a qualidade do indivíduo: “*a própria polícia define isso.*”

Todavia, de forma contraditória, a percepção do grupo indica acessar um estilo de vida segura. É o que está na fala de Clara: “*eu não acho aqui perigoso não, é muito difícil acontecer assim alguma coisa mais grave.*” Contudo, ao se expressar sobre a insegurança, a entrevistada revela não permitir sua filha sair sozinha. Logo, para Clara, “*a gente se sente insegura porque tem uns trechos do nosso bairro que, às vezes, a gente passa lá mais a gente passa receosa. A gente passa ali em frente ao cemitério, ou do lado do cemitério lá na rua do ceroto, põe medo na gente. Você num passa segura.*”

Em seguida, Auxiliadora retoma a fala para argumentar que no bairro “*Fátima I tem uma marcação nos postes que a galera faz*”. Para ela, isso é “*território de facção.*”

e sustenta que esses códigos servem para avisar que *“tal pessoa não pode ir lá”*. Logo, concluí que a insegurança é motivada pela existência de *“facção aqui dentro do bairro.”* Nesse sentido, Clara revela a necessidade de manter-se trancada dentro da própria casa *“é desse jeito mesmo, se a gente tá lá pra dentro tá com as portas trancadas”*. Esta revela, de forma abstrata, a percepção do medo *“a gente num pode ir contra isso aí não, porque senão você vai morrer, né?”* Estava dada a pista para entrar no assunto tráfico de drogas.

Isso porque em um território aprofundado na insegurança, onde o medo e a violência policial figuram nas falas das pessoas, o tráfico de drogas seria algo previsível. É o que apontam as vozes coletivas ao ser instigadas pelo tema: *“Sim, sim. E como tem.”* Andrea relata, em forma de desabafo: *“sim, a gente tem a marginalidade dentro, né?”*

No território Neném Ramiro, sete variáveis foram impactantes na categoria Vida Segura. Segundo a opinião de 30% dos entrevistados, a violência policial merece atenção especial, enquanto para 20%, é importante debater os aspectos relacionados à Vida Segura.

Para 15% há, no território, elevado grau de insegurança. Nessa linha, cada uma das variáveis relacionadas ao medo, ao tráfico e à violência contra a mulher chamaram atenção de 10% das entrevistadas. Por último, emergiu a variável disputas por territórios chamando atenção de 5% dos participantes. Os dados podem ser observados no gráfico 15, no anexo 01, que apresenta, visualmente, a distribuição das variáveis para a categoria Vida Segura no território selecionado.

6.5.3 – A Categoria Vida Segura no Território Ana Januário

No território Ana Januário, a violência policial voltou a tematizar os debates. Verônica se apressa em relatar: *“eu acho que só o fato de como eles abordam, a forma como eles aborda a gente, já é uma violência muito grande.”* Matheus explica que *“não é todo mundo que leva pancada, né?”* e passa a expor como, na sua opinião, a polícia escolhe suas abordagens: *“é a roupa, é a forma de se vestir, até o cabelo.”* E continua... *“eu acho que eles têm um quantitativo de abordagem. Como se fosse uma meta.”*

Na sequência, o coletivo responde “com risos” quando perguntados sobre a presença de violência policial no território. Nesse momento, Marcos assume a cena para questionar se é correto a abordagem violenta do atual modelo de polícia *“...sempre tem que dar uns cascudos no cara?”*

Diante do silêncio que se seguiu, foi dada sequência ao momento, pelo relato da chegada de um novo programa de polícia que aparece como algo que ajudou a superar a sensação de insegurança. Nas palavras de Tereza *“tinha muito assalto no início”*. Contudo, ela ressalta que o clima de medo ainda é persistente: *“oxi... é arriscado até eles levarem a gente”*. Nessa linha, Marcos revela que sua presença ali é pontual em função do medo *“eu tô aqui ainda porque tamo nessa reunião, porque quando chega sete horas eu já entro, porque eu tenho só meio portão.”* Para os entrevistados, o clima de medo é comum no território.

Novamente, Marcos recupera a fala para relatar o fato de *“nós temos que fazer a nossa própria segurança.”* Nesse momento, Tereza retoma a lembrança de uma chacina de uma família que possuía ligações com tráfico de drogas *“a família foi assassinada neste bairro.”* E, de forma automática, é complementada por João: *“hoje, nós estamos na cultura de manter tudo fechado, né.”* E completa: *“infelizmente, nós vivemos presos.”* Na percepção do entrevistado, a sensação de insegurança está relacionada com ausência de iluminação pública: *“Nós temos alguns trechos que não são iluminados.”* Detalhe que, segundo ele, facilita práticas violentas.

A fala dos sujeitos deixa emergir a disputa do tráfico no território, sobretudo quando Tereza lembra *“das facções, né? Elas ficam se mutilando, brigando por território.”* Contudo, Tadeu irá ressaltar que, apesar do *“último assassinato ter ocorrido há uns 3 anos, nosso bairro é tido como violento”*, principalmente, quando a violência é praticada contra a mulher que, segundo *vozes coletivas*, são práticas *“muito, muito comuns.”*

Os grupos focais no território Ana Januário apontaram seis variáveis importantes para categorizar a Vida Segura. Em 25% das falas dos participantes, a violência policial é o tema mais impactante. O medo tem peso em outros 25%, enquanto para 17% dos relatos, chamam atenção os elementos da insegurança. O mesmo percentual se inclina à disputa nos territórios. Finalmente, as variáveis violência, e, mais especialmente, a violência contra a mulher, aparecem com 8% cada uma. Na sequência, o gráfico 16 no anexo 01, permite visualizar a distribuição percentual para o território analisado.

6.5.4 Categoria Vida Segura no Território Alice Matias

No território Alice Matias, a violência policial voltou a chamar atenção dos moradores. Segundo os relatos de Suzana, a polícia *“entra, com frequência.”* Yasmin afirma que *“eu acho que o modo deles abordarem as pessoas é muito violento.”* Para ela, *“a vinda do RAIO é uma verdadeira opressão ao cidadão.”* E conclui... *“para eles, todo mundo é vagabundo.”* Nesse sentido, é possível perceber que a presença da polícia não representa uma vida segura no território.

Na sequência, o tráfico de drogas entrou em questão, e, na opinião de Inês: *“é uma coisa que não tem fim. Porque não falta quem venda, não falta quem usa.”*. A percepção de Yasmin indica uma dimensão de classe social: *“não é só na questão da segurança. O aumento da questão da droga é que o jovem começou a consumir, a descobrir, e aí, o rico é o mesmo consumidor que o pobre, o que muda mesmo é a questão social.”* Na sua percepção, *“o rico nunca vai se tornar um viciado né, é um consumidor.”* Em contraposição, *“já o pobre vai ser obrigado a roubar, vai ser obrigado a furtar para ter aquele tipo de droga, para poder consumir.”*

O que abre espaço para a instalação do medo. Nessa variável, o grupo conclui que a violência presente no território, impossibilita a convivência comunitária das conversas nas calçadas, informação que é confirmada por vozes coletivas: *“Não, não. Isso não fazemos mais não!”*.

O território Alice Matias realizou a análise da categoria Vida Segura, apontando para cinco variáveis. Para 41%, a violência policial foi novamente o objeto de maior crítica. Em seguida, 23% frisaram suas falas a partir da dimensão da Vida Segura. Para 18% das falas, o tráfico de drogas é um problema importante e 12% se dizem com medo. Finalmente, 6% dos participantes apontaram, de forma genérica, para o problema da violência. No gráfico 17, disponível no gráfico 01, é possível visualizar a distribuição percentual das falas no território analisado.

6.6 Análise da Categoria Meio Ambiente

A categoria Acesso ao Meio Ambiente apresentou toda complexidade para o termo. Na percepção dos participantes, ela é composta pela inter-relação de onze variáveis que foram tratadas no software a partir de 113 codificações. Desta forma, além das condições do saneamento e do acesso a água potável, os territórios indicaram a coleta de lixo e a energia elétrica como aspectos importantes à categoria ambiental.

Não faltou quem apontasse para as variáveis pavimentação e infraestrutura ambiental para registrar suas percepções. Não obstante, as condições do rio, nomeadamente o rio Poti, e as condições de iluminação pública das ruas figurarem nas falas dos sujeitos. Estes não cessaram enquanto não expuseram, também, as condições do lixão e a arborização de suas ruas.

Desta forma, acessar o meio ambiente nos territórios pode significar, inicialmente, garantir acessibilidade ao saneamento, à água potável e à coleta de lixo. Segundo o mapa 05, estas são as variáveis que registram maior grau de relação com a categoria, que ainda apresenta ligação, apesar de fraca, com a infraestrutura ambiental, a energia elétrica e a pavimentação. Na sequência, verifica-se que a variável saneamento influencia cinco outras variáveis, com destaque para a relação com o acesso à água potável, à coleta de lixo e à infraestrutura ambiental. Nota-se ainda, que tal variável tem relação com a variável energia elétrica.

Registra-se que a importância em acessar água potável está relacionada diretamente com as condições do saneamento, mas também com a coleta de lixo e com a infraestrutura ambiental. De forma menos intensa, se aproxima das variáveis: ruas pavimentadas e energia elétrica.

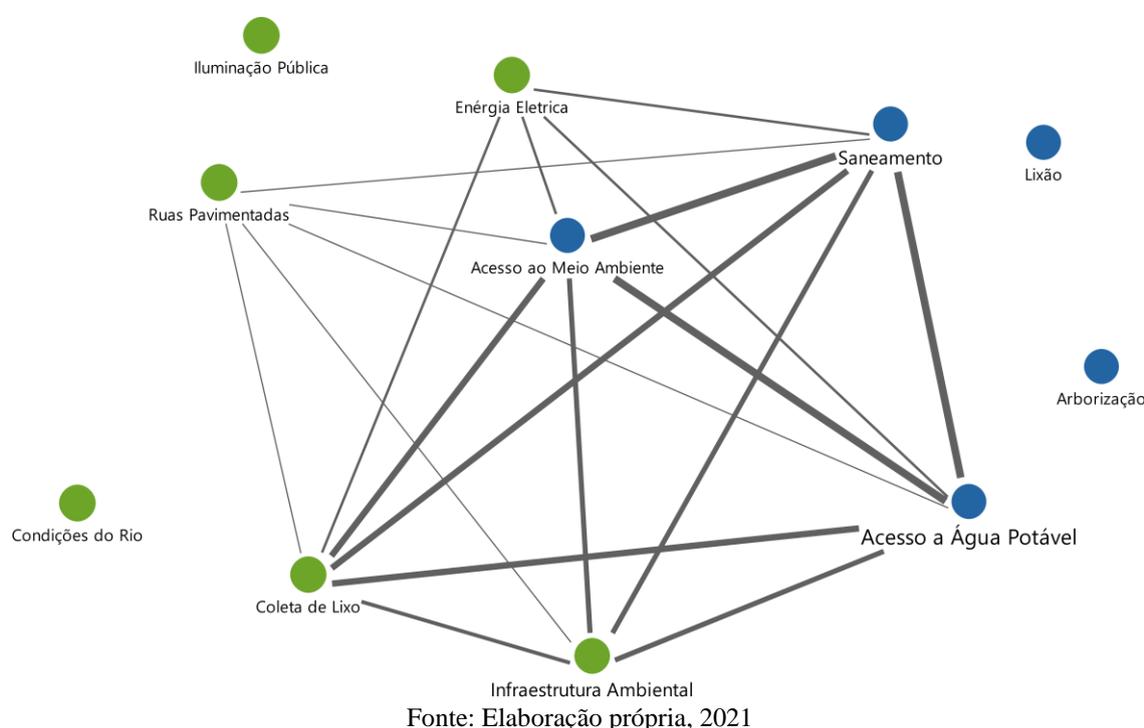
Já a variável infraestrutura ambiental exhibe forte relação com o acesso à água potável e com o saneamento. Há, porém relação menos intensa com a coleta de lixo e as ruas pavimentadas.

Nesta linha, a variável coleta de lixo possui forte relação com acesso à água potável e com saneamento. Enquanto registra relações fracas com a infraestrutura ambiental, com a energia elétrica e as ruas pavimentadas. Esta, por sua vez, não apresenta relações fortes com nenhuma variável. Não obstante, registra relações fracas quanto à coleta de lixo, infraestrutura ambiental, água potável e acesso ao saneamento.

O mapa registra as variáveis iluminação pública, condições do rio, arborização e lixo que são importantes na percepção dos participantes, muito embora não tenha sido gerada nenhuma relação entre estas variáveis e as demais. Entretanto, indicar que tais elementos estão presentes nas falas, não diminui sua importância, nem tampouco, são merecedores de análise mais densa, fazendo supor que representam problemas menores ao conjunto de direitos dos territórios.

Na sequência, o mapa 05 apresenta as relações da categoria Acesso ao Meio Ambiente com suas variáveis para o conjunto dos territórios da Frente Social Cristã.

Mapa 05 - Categoria Meio Ambiente e as relações entre as variáveis



A composição da categoria Meio Ambiente nos territórios da Frente Social Cristã aponta elementos analíticos importantes, sobretudo, ao refleti-los internamente nos territórios. No território Socorro Pereira, os participantes confirmam conviver com problemas com a rede de energia pública a passar por cima das casas; há existência de fossas sépticas a céu aberto; ruas sem infraestrutura sanitária (sem esgoto), casas sem banheiro, além de a água para consumo humano não possuir tratamento. Sarah reforça que, em muitas ruas, “*não tem calçamento.*” E Marta desafia: “*se andar por aí, você vai ver fossas abertas, os banheiros tudo caindo.*” Além de tudo isso, o território é estigmatizado pela cidade como um lugar violento.

No território Neném Ramiro, a discussão em torno do tema consiste em resgatar a importância do rio Poti. É que consta na fala de Andrea: *“a gente tinha o rio Poti, que passa bem aqui atrás dessa rua, mas não ando lá porque ele é totalmente poluído.”* Soma-se a isso, a intensa exposição por longos períodos ao esgoto aberto *“nos territórios tem muito a desejar porque nós temos ainda, esgoto a céu aberto.”*

Para os participantes do território Alice Matias, a categoria Meio Ambiente está associada a dimensão do acesso à rede de esgoto, que é inexistente, assim como a infraestrutura ambiental. É o que revela a fala de Madalena: *“agora a rede de esgoto não temos. Calçamento também não.”*

No território, Ana Januário chama atenção a fala de Tadeu ao denunciar *“a invasão nas margens do rio.”* Segundo ele, há destruição direta das matas ciliares *“vai tirando as árvores, e a mata ciliar”* para explorar o comércio de areia. Aqui, Matheus faz questão de lembrar que *“tudo é poluído. É muito esgoto a céu aberto a correr pra dentro do rio.”* A seguir serão apresentadas as discussões da categoria Meio Ambiente para cada um dos territórios.

6.6.1 Análise da categoria Meio Ambiente no Território Socorro Pereira

No território Socorro Pereira acessar a água potável está no centro da preocupação dos moradores. É o que assinala a percepção da Marta ao revelar que mesmo a comunidade possuindo poço artesanal com dessalinizador, não há garantias de que a água seja potável *“tem poço aqui. A gente conseguiu trazer de outro no bairro com dessalinizador.”* Na sequência, Sarah nega que todas as casas tenham acesso à água e saneamento: *“o esgoto aqui é a céu aberto. E tá tendo muitas casas também que não tá tendo água encanada.”* Segundo Marta, *“não podemos esquecer as fossas abertas”* de *“casas que não usam banheiro... tem muita casa aqui que as pessoas fazem as necessidades em sacolas e ficam jogando.”* Como consequência, *“as crianças além de serem acometidas por doenças hídricas como diarreia... são tudo caroçuda, cheio de caroço se coçando, é problema relacionado a rim”*.

O acesso ao saneamento emergiu de maneira natural. Para Sarah, no território, as famílias *“não tem esgoto.”* E conclui: *“isso significa centenas de pessoas com esse*

direito negado”. Segundo suas palavras, é comum se deparar com “*as fossas tudo aberta coberta com tábuas e estourada*”, Já Ana Maria se apressa em confirmar: “*nós não temos uma rua aqui sem problemas com fossa.*” Na sequência, Ana Maria passa a relatar um cenário desolador que ocorre na rua Vicente Ripardo: “*lá é um sofrimento... as calçadas são mais altas que as janelas, então no inverno, as fossas estouram e desce por dentro das casas das pessoas.*” E conclui: “*enche as fossas todinha. Aí vem aquela meleca, aquela coisa grossa descendo.*”

Para o grupo, os problemas ambientais somaram-se à distribuição da energia elétrica que, segundo o testemunho da Ana Maria, consiste na má distribuição da rede, “*a Coelce distribuiu a rede elétrica há muitos anos atrás sem o planejamento das ruas.*” Segundo seu argumento, isso afeta diretamente a segurança dos moradores do território porque “*a rede elétrica fica passando por cima das casas.*”

Em síntese, o território Socorro Pereira apresentou seis variáveis para compor sua categoria Acesso ao Meio Ambiente. Sendo visível a inclinação dada ao acesso à água potável, que chamou atenção de 49% das falas. Na sequência, 13% das observações ativeram-se respectivamente ao saneamento e energia elétrica; para 11%, chamou atenção a coleta de lixo, enquanto outros 3% apontaram para pavimentação das ruas. Os dados podem ser visualmente acompanhados no gráfico 18, disponível no anexo 01.

6.6.2 Análise da Categoria Meio Ambiente no Território Neném Ramiro

Para os moradores do território Neném Ramiro, o acesso à água potável ainda é uma realidade distante. É o que revela a fala de Andrea: “*eu mesma bebo água de poço*” E sustenta que essa é uma realidade generalizada para a maioria das pessoas que habitam o território “*a maioria do povo não tão mais bebendo água potável.*” Na sua visão “*à água da Cagece tá contaminada... porque recebeu dejetos dos minérios*”

Quanto ao acesso ao saneamento, Francisco sustenta que o saneamento atende apenas a metade do território “*o saneamento é na metade do bairro*” Para Andrea, “*talvez a metade, talvez a metade e olhe lá.*” O mesmo problema se estende para a rede de esgoto que segundo ela “*tem aquele esgoto comum que a gente paga uma pequena taxa, mas não é saneamento básico, e ele num atingiu toda a população.*” No entanto, Andrea

argumenta que mesmo este serviço comum não está acessível a todos os moradores “*tem lugares que não tem.*” Os moradores do território queixaram-se ainda da arborização fiada pelo poder público local. Na percepção da Andrea “*elas destroem muito a casa... a raiz dela acabou com a casa.*”

Na sequência, a variável coleta de lixo passou a ser debatida. Em ato contínuo, a entronização do tema fez Isabel sentenciar: “*tem coleta, mas é precária, porque o carro do lixo passa tão rápido, que ele vai deixando o lixo pelo meio da rua, as sacolas ficam rasgadas.*” Como se não bastasse, Andrea atesta que a coleta é feita em horários errados e de forma rápida “*e eles passam cedo e rápido*” E continua... “*muitas vezes eles passam apressados, aí eles deixam cair o lixo.*”

Em síntese, as falas apontam para o enfraquecimento da Infraestrutura Ambiental que, segundo a percepção de Andrea, “*deixa muito a desejar nos territórios porque nós temos ainda, esgoto a céu aberto e a limpeza é precária.*”. Na sequência, Auxiliadora reclama do projeto da prefeitura para asfaltar as ruas da comunidade “*se vier vai ser um transtorno, numa rua como essa aqui estreita, vai esquentar cada vez mais.*” Ela sustenta que, com o asfalto, “*a cidade vai fica mais poluída, ela vai fica mais quente*”

O território Neném Ramiro apresentou seis variáveis para designar a categoria Meio Ambiente. Para 35% dos participantes, é importante acessar a água potável. Enquanto 23% das falas apontam para o acesso ao saneamento. Em 18% das entrevistas a arborização é um elemento importante. Para 12% há algo a ser discutido junto a coleta de lixo, enquanto para 6%, a infraestrutura ambiental é um problema. Mesmo percentual apontou para o lixão. Na sequência, é possível acompanhar a distribuição percentual disponível no gráfico 19 do anexo 01.

6.6.3 Análise da Categoria Meio Ambiente no Território Ana Januário

No território Ana Januário a importância dada a variável saneamento salta aos olhos. Para Marcos, há 13 anos “*foi feito um grande projeto de saneamento aqui em Crateús. Mas a cidade cresceu... hoje tem muito esgoto que ainda vai para os riachos*” Sua fala sustenta que o destino dos dejetos de “*parte do centro comercial, dos postos de gasolina e das indústrias, estão indo pra estação de tratamento de água*” em claro

desajuste ambiental, e que parte das residências “*estão jogando esgoto nas águas pluviais.*”

O assunto então foi direcionado ao acesso a água potável, tema este recepcionado pelo coro de diversas vozes coletivas: “*é preciso comprar!*” A sentença proferida em unísono, revela a qualidade da água ofertada. Nesse sentido, Tadeu alerta que a qualidade da água, mesmo sendo tratada pela Companhia pública de água e esgoto, “*não tem a credibilidade para o consumo.*” É quando Tadeu retoma a palavra, para retratar uma verdadeira apropriação do público pelo privado. Na sua fala, “*as margens do rio, as árvores e a mata ciliar estão sendo derrubadas para o pessoal vender areia.*” Este fato na opinião do participante “*vai mudando o curso do rio*” que, por sinal, está muito comprometido”.

A percepção da infraestrutura ambiental apontou a iluminação pública como ponto crítico. É o que revela a percepção de Marcos: “*nós temos umas travessas que não são tão iluminadas*”. Elemento que fará Tadeu dar termos finais à questão, afirmando que a companhia elétrica foi que “*não soube dividir bem a iluminação diante o crescimento da zona urbana da cidade.*”

A análise ambiental do território Ana Januário apresentou seis variáveis. Contudo, chamou atenção a importância dada a condição de saneamento que emergiu em 50% das falas. Com um percentual bem menor, está a condição de acessar água potável com 19%, seguida das condições relativas à infraestrutura ambiental com 13%, e coleta de lixo com 6%, acompanhada da variável energia elétrica, igualmente com 6%. A distribuição visual dos percentuais relacionados as variáveis podem ser acompanhadas no gráfico 20 do anexo 01.

6.6.4 Análise da Categoria Meio Ambiente no Território Alice Matias

Os aspectos relacionados à variável infraestrutura ambiental está associada a ausência de pavimentação nas ruas do território Alice Matias. É o que revela a fala de Madalena “*não tem calçamento*” Para ela, esse fator faz diferença quando “*na época do inverno, a água passa na cintura da gente.*” Segundo sua visão, esse é o principal

problema ambiental da comunidade porque “*se tivesse calçamento*” teria “*tratamento de esgoto*” o que “*para nós, seria bem melhor.*”

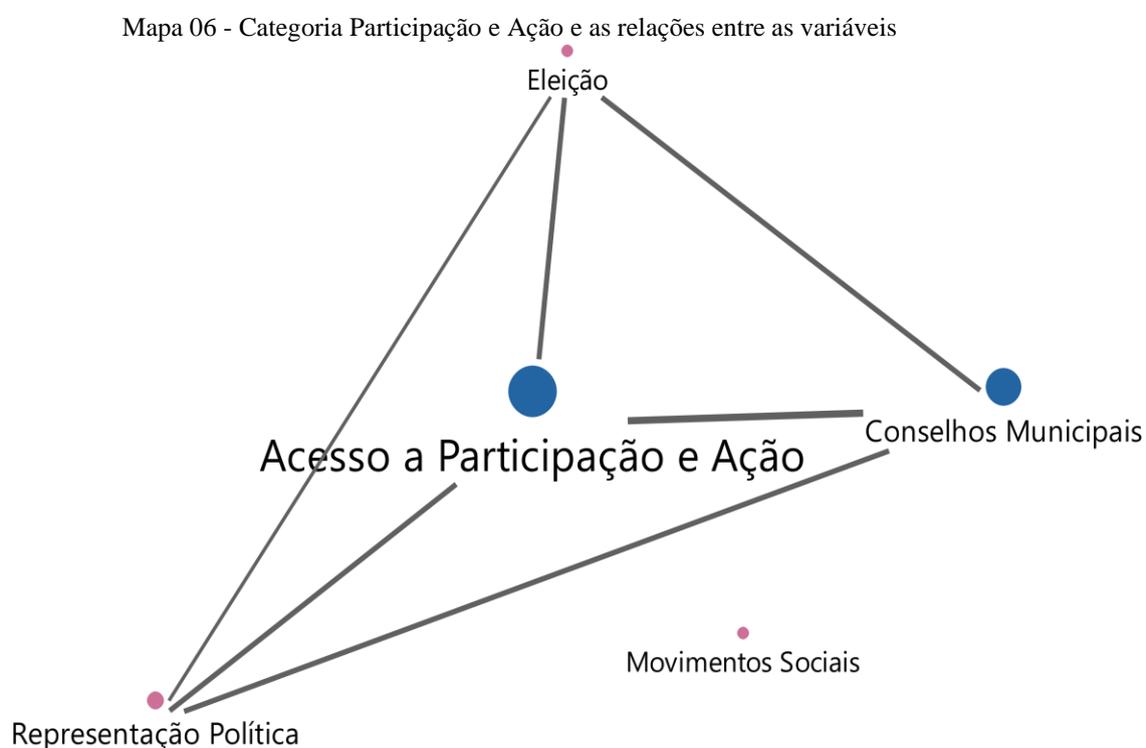
Para Salomé “*não temos a rede de esgoto.*” Afirmação a ser confirmada nas palavras de Vitória: “*não tem rede de esgoto.*” Madalena irá sentenciar: “*os nossos esgotos são jogados na rua. Não há esgoto público. A gente faz umas (gambiarras) no cano da rua, e joga a água de lavagem do banho na rua e os demais usa fossa caseira que a gente constrói.*” Madalena revela que até há pouco tempo, as pessoas recorriam às matas para realizar suas necessidades fisiológicas “*o pessoal usava mesmo o mato.*” Na sequência, a entrevistada revela que, mesmo de forma reduzida, ainda há casos desta natureza. “*ainda tem gente que ainda vai nas matas.*” Isso revela um problema grave: a ausência de saneamento e de infraestrutura básica, o que levará Inês retratar acessar somente “*a coleta de lixo, e a água potável.*” Nessa linha, para Salomé, tal situação soma-se ao “*esgoto que vem do centro da cidade e desce pelo bueiro, e cai ali mesmo.*”

O debate joga luz ao acesso a água potável elemento que vai fazer novamente Inês lembrar não ser comum usar a água do sistema público pelo menos “*para a gente beber, não.*” E revela “*a qualidade pro consumo num é essas coisas não.*” Fato que vai ser confirmado por Salomé para quem “*usar a água da Cagece é somente pra algumas coisas.*” Para “*alimentação, por exemplo, a gente compra água.*” Yasmin diz conhecer moradores que fazem uso de poço artesanal, ainda que o risco elevado de contaminação seja permanente “*Sim, tem um monte de esgoto.*” Novamente, Salomé ajusta a fala para dizer que a água comercializada não passa por um processo de purificação, mas há dessalinização “*aí eles dessalinizam e vendem.*” Pelo que Inês se conforma e afirma: “*eu acho que aqui mesmo nós num tem água potável.*”

Os participantes do território Alice Matias apresentaram ao conjunto do debate seis variáveis. Para 40% das percepções, a infraestrutura ambiental tem impacto nas comunidades. Para 23%, é importante debater ao acesso a água potável e para 14%, as condições do rio são precárias. Saneamento e coleta de lixo chamaram, respectivamente a atenção de 10% dos participantes, e finalmente para 3% dos entrevistados, é importante debater a pavimentação das ruas. Os dados estão visualmente apresentados no gráfico 21 disponível no anexo 01.

6.7 Análise da Categoria Participação Ação

Após superar o debate em torno da dimensão ambiental, o foco se concentrou em refletir a Participação e Ação nos territórios. Nessa linha, acessar as condições para participar e agir sobre a vida em comunidade levou os participantes a construir ligação entre quatro variáveis, nomeadamente representação política; conselhos municipais; eleições e movimentos sociais. Todas as variáveis guardam fortes relações com as demais, todavia, a variável movimentos sociais apresentou-se de forma isolada em relação às demais. As variáveis construíram a categoria a partir de 130 codificações, donde foi possível realizar as análises que constam no mapa 06.



Fonte: Elaboração própria, 2021

No território Socorro Pereira, a Participação e Ação ocorre por meio da representação delegada à liderança comunitária. É o que atesta Sarah, ao lembrar do modelo de organização para agir frente aos problemas “*a gente se organiza por meio de uma comissão... Aí a gente vai pra luta.*” A ação comunitária ainda gera uma corrente de solidariedade no tecido social local, principalmente, quando a fala da entrevistada atesta que “*nos acostumamos trabalhar em direção à comunidade, quando tem alguém*”

precisando de um exame a direção mobiliza os moradores... E todo mundo se ajuda.” Contudo, isso não se traduz em processos eleitorais vantajosos que, segundo a visão de Sarah, compõe uma *“experiência decepcionante”* do processo eleitoral.

No território Neném Ramiro, os critérios para a Participação e Ação vão em outra direção. Há um sentimento de organização, mas com baixa eficiência. É o que está na fala de Clara que, no seu entender, revela que as ações são fracas, e justifica sua frustração: *“porque nem sempre quando a gente vai atrás a gente é atendida, às vezes nem sempre nossa comissão é recebida.”* A entrevista revela o sentimento de impotência a se abater sobre o grupo afirmando que *“a gente volta triste para casa. Não tem a quem recorrer.”*

No território Ana Januário, Tereza lembra da dificuldade do convencimento. Para ela, a participação do território está condicionada a interesses individuais e argumenta: *“é muito difícil! Mas se falarem que vão levar algo pra pessoa, todo mundo participa”*. Na sequência, em tom de desabafo, passa a sustentar que naquele território *“o povo não luta pelos direitos. Quando marca um debate, ninguém vai... todo mundo inventa um motivo pra não ir.”* Nesse sentido, Tadeu apresenta seu desalento: *“nós estamos por conta própria mesmo.”*

Já no território Alice Matias, a entrevistada 6 argumenta que *“a participação das pessoas fica a desejar”* Porque, para ela, as *“pessoas não têm o hábito de lutar pelos seus direitos.”* Nesse limite, Inês conclui que *“a maior parte da comunidade está à espera de algo que um líder faça.”*

Em resumo, para 37% dos participantes, a categoria participação e ação significa, nos territórios, aposta na representação política. O político em questão é sinônimo de liderança comunitária a quem são delegadas tarefas representativas. Em seguida, a participação em conselhos comunitários se apresenta relevante para 35% deles, e para 23% é importante a participação em processos eleitorais. Para apenas 5% das pessoas, os movimentos sociais são relevantes. Os dados podem ser acompanhados no gráfico 22, do anexo 1. A seguir, a análise da categoria participação e ação nos territórios.

6.7.1 A Participação e Ação no Território Socorro Pereira

No território Socorro Pereira, o Acesso à Participação e Ação ocorre a partir da organização dos movimentos sociais capazes de reorientar a prestação dos serviços públicos à comunidade. É o que revela a fala de Ana Maria: *“conversei com o pessoal da comunidade, e no dia que o carro do lixo veio, nós chamamos o rapaz e falamos das nossas dificuldades... e eles concordaram.”* Em outro momento, os moradores relatam como reagiram à inércia do poder público diante da regularização fundiária: *“a intenção é a gente mesmo fazer o nosso mapeamento e apresentar para que a prefeitura faça a regularização.”*

A ideia de articular os conselhos para fazer valer direitos passa a ser uma estratégia recorrente ao território. É o que revela a fala da Marta: *“Já fomos em conselhos pra ver se a gente conseguia garantir direitos.”* A entrevistada revela ainda que *“quando a gente quer resolver uma demanda mais longa a gente garante participação nos conselhos municipais.”*

Entretanto, o processo eleitoral se revela preocupante. Nesse sentido, Sarah se diz decepcionada porque as pessoas *“não se preocupam em eleger alguém pra ajudar a comunidade.”* Segundo seu relato, em se tratando de eleição, *“a nossa política é ser do contra.”* A entrevistada revela que apesar do território ter apresentado dois candidatos ligados a um histórico de lutas sociais, *“o dinheiro falou mais alto. Né?”* Segundo ela, o processo eleitoral torna sua *“voz é engavetada.”*

A participação e ação no território Socorro Pereira apresentou três variáveis que, segundo a visão dos participantes, foram relevantes. Chama atenção a importância dada ao processo eleitoral que, para 50% das falas, marcou a forma de participação do território. Na sequência, 30% das falas se inclinaram aos conselhos municipais e 20% recorrem aos movimentos sociais para atentar o grau de participação da comunidade. O gráfico 22 do anexo 01, apresenta visualmente a distribuição percentual a partir das falas dos sujeitos da pesquisa.

6.7.2 A Participação e Ação no Território Neném Ramiro

Para os moradores do território Neném Ramiro, acessar a Participação e Ação está relacionado diretamente com a dimensão da representação política. Para Francisco, a importância da representação pode facilitar a influência *“no Plano Pluri-Anual a*

ocorrer nos bairros.” A percepção de Clara está alicerçada num sentimento nacional: “esse governo que tá aí só querendo tirar os direitos da gente, é tanta coisa... a gente fica desmotivado demais.”

Quanto aos representantes locais, Andrea relata sua indignação com a baixa capacidade de renovação política: *“mudou praticamente nada, porque os vereadores foram os mesmos.”* Ainda em relação ao período eleitoral, Andrea sustenta que o processo não foi justo porque, segundo sua percepção, *“só ganhou quem tinha dinheiro.”*

O conjunto de participantes passou a debater, de forma crítica, a funcionalidade dos conselhos municipais. É o que atesta a visão da Andrea: *“agora não anda muito bem... eu acho que anda muito fraco...na real, não funciona.”* Neste sentido, Clara admite que *“não existia reunião pra nada.”* Na sua opinião, os conselhos se resumem às instâncias protocolares. Aqui, Auxiliadora revela sua percepção quanto às reuniões dos conselhos: *“um dia desses eles fizeram uma reunião e não foi levada a sério... se tivesse 8 pessoas tinha muito.”*

Para os membros do território Neném Ramiro, acessar a categoria de participação e ação relaciona-se em 50% com representação política. Acessar conselhos municipais está no horizonte de 29% dos participantes, enquanto o processo eleitoral possui impacto para 21% deles. O gráfico 23 (anexo 01), apresenta a distribuição segundo as percepções observadas no território analisado.

6.7.3 A Participação e Ação no Território Ana Januário

Os Conselhos Municipais são expressões de participação e ação para moradores do território Ana Januário. É o que atesta Tereza ao justificar sua participação *“no conselho de moradia.”* Para ela, atuar nesses conselhos é uma estratégia política. Entretanto, segundo Teresa, há uma redução da importância dos papéis do conselheiro: *“a gente só é chamado quando tem alguma decisão para conversar.”*

A representação política emergiu a partir de duras críticas. Novamente Teresa lembra, decepcionada, que mesmo diante de tantos desafios orçamentários, os representantes políticos não cansam de confabular sobre melhores salários, o que é confirmado por João: *“é verdade, eles tentaram, novamente, aumentar seus salários”*

Quanto ao processo eleitoral, vozes coletivas em uníssono, indicam que suas participações se resumiram à votação: “*Nós votamos. Só votamos.*” O mesmo é confirmado por João: “*eu votei*”. Contudo, a entrevistada Tereza volta à cena, para sustentar certo orgulho de sua contribuição: “*eu votei e participei, porque sou do comitê 9840⁶.*” A entrevistada se revela surpresa pela quantidade de denúncias: “*a gente se envolveu porque tinha muita denúncia de corrupção. Eu fique alarmada...*” Segundo Tereza, o maior problema da representação política ocorreu quando a sociedade naturalizou a compra de votos.

Para os moradores do território Ana Januário, o acesso a Participação e Ação associa-se diretamente a dimensão dos conselhos municipais, nomeadamente em 40% das falas, seguida pela variável da representação política com 33%, e, finalmente, para 27% das falas, o processo eleitoral ganha importância. No anexo 01, há o gráfico 24, onde se apresenta a disposição visual dos percentuais levantados no conjunto dos debates realizados no território analisado.

6.7.4 A Participação e Ação no Território Alice Matias

A representação política emerge com forte peso no território Alice Marias. Em tom de crítica, Yasmin argumenta que esta variável está diretamente associada à figura dos políticos (eleitos). Desta forma, o debate sobre representação trouxe à tona a questão dos conselhos locais, razão pela qual levou Inês a reclamar que o acesso só é dado aos membros eleitos. Segundo sua fala: “*Não. A reunião do conselho municipal é restrita à parte aos conselheiros*”. Logo conclui “*não haver participação aberta do público*”.

Segundo os relatos, o aparecimento dos políticos ocorre apenas “*em época de eleição.*” O distanciamento entre representação e representado se naturaliza e expõe profunda desassociação. Para Suzana, o processo eleitoral garantiu a participação da comunidade, mas o processo não foi justo: “*Foi justo não! Porque tem curral eleitoral.*”

Nota - O Comitê 9840 é conhecido pelo combate à corrupção eleitoral no Brasil. O movimento leva o número da lei, que também é popularmente aclamada como a lei do Bispo, em função de ter sido motivada nas bases da Igreja Católica no Brasil. A lei é, até então, a única em todo o território brasileiro de iniciativa popular. Ou seja, partiu do povo para o congresso sendo legitimada por mais de 2,5 milhão de assinaturas. Hoje é animada em todo o território nacional pela Comissão de Justiça e Paz. A sanção da lei ocorreu em 28 de setembro de 1999, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

E continua... *“Isso eu digo muito revoltada, porque a gente condena os vereadores, mas no dia da eleição você vai lá e vota numa peste dessa que num fez nada, nunca fez e nem fará no município.”*

Para os participantes do território Alice Matias, o acesso à Participação e Ação ocorre a partir de quatro variáveis. Nomeadamente, representação política com 48%, seguida pela variável conselho municipal com 38%, acompanhada pela variável eleição com 9% e movimentos sociais com 5%. A distribuição dos percentuais está disponível no gráfico 25 (anexo 01).

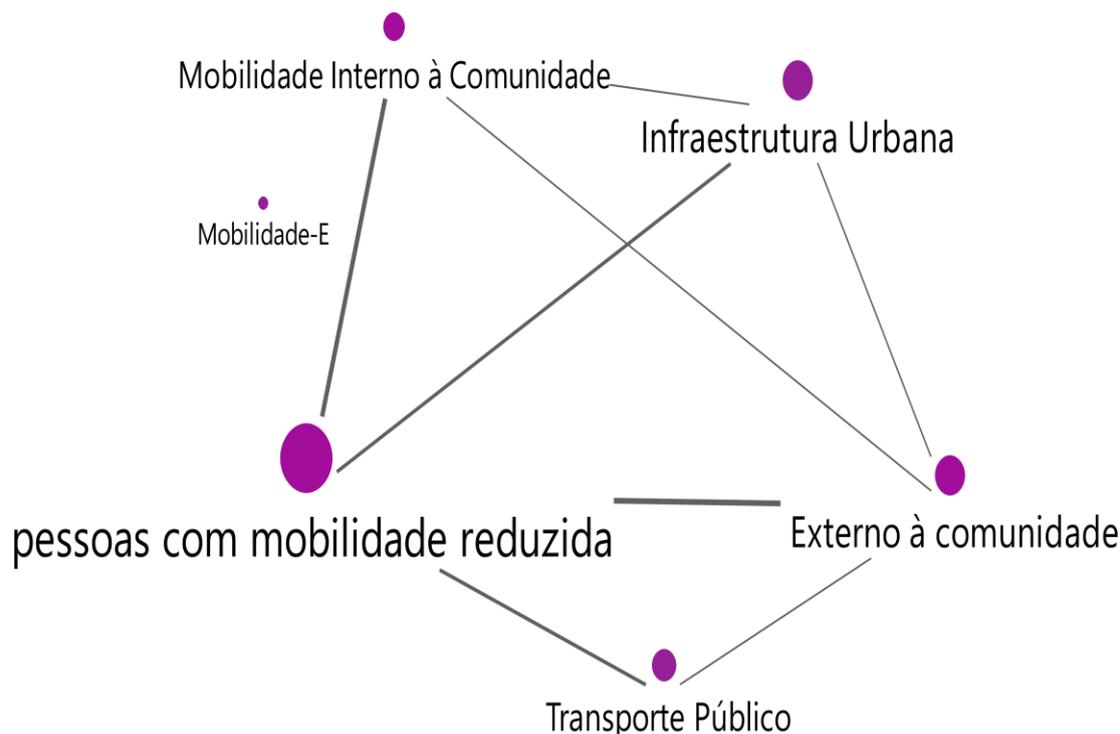
6.8 Análise da Categoria Mobilidade

Na sequência, os participantes dos grupos focais passaram a debater a importância do direito à Mobilidade. O eixo de discussão apresentou seis variáveis e 65 códigos, a saber: pessoas com mobilidade reduzida, mobilidade-e⁷, infraestrutura urbana, transporte público, mobilidade interna à comunidade e mobilidade externa à comunidade.

De acordo com o mapa 07, identificou-se forte ligação entre as seguintes variáveis: pessoas com mobilidade reduzida, mobilidade interna à comunidade e externa à comunidade. Esta última variável apresentou menor relação direta com a variável transporte público e infraestrutura urbana. Nota-se, ainda, que a variável mobilidade-e, aparece fora do circuito das demais variáveis. A seguir, são apresentadas as relações entre as variáveis para a categoria mobilidade.

Nota Mobilidade E – significa aspectos da mobilidade relacionados à dimensão da educação.

Mapa 07 - Categoria Mobilidade e as relações entre as variáveis



Fonte: Elaboração própria, 2021

No território Socorro Pereira, há uma clara dificuldade de locomoção. É o que confirma a fala de Ana Maria, quando indagada sobre a presença de dificuldades na mobilidade, “*nós temos, muitas dificuldades para fazer deslocamentos*” e, nas palavras dela, isso ocorre porque “*não há transporte público no município.*” Em Neném Ramiro a ausência de transporte público é a fonte de maior indignação. É o que indica a fala da Clara: “*não tem transporte público, só transporte privado.*” Para Andrea, a questão é simples: “*ou paga ou vai a pé.*” Já Isabel lembra da necessidade de acessar transporte público alegando o tamanho da cidade: “*eu acho aqui uma cidade grande.*”

Na sequência, observou-se que, para os moradores de Ana Januário, a principal dificuldade de acessar a mobilidade passa, nas palavras de Marcos, pela questão da infraestrutura, principalmente voltada para o pedestre. Para ele, “*a cidade não é projetada para o pedestre, é projetada pra carro e a moto.*”

No território Alice Matias acessar a variável infraestrutura urbana volta à tona, principalmente ao se perceber que “*a mobilidade passa pela questão da ciclovia*” é o que revela a fala de Tereza para quem “*o sistema de trânsito de Crateús não foi traçado visando o crescimento urbano.*” Para ela, “*as ruas são muito pequenas e as bicicletas*

disputam espaço com a via dos carros, caminhões e até máquinas pesadas que cruzam a cidade.”

Os moradores dos territórios apresentaram ao debate, seis variáveis que são importantes para lhes garantir acesso à mobilidade. A oferta de serviços públicos para atender as pessoas com mobilidade reduzida, Infraestrutura Urbana e Mobilidade externa à comunidade mereceram atenção de 22% das falas. Em seguida, o material coletado identificou que 18% das falas se referiram às condições de transporte urbano, enquanto 14% depositaram atenção a variável mobilidade interna à comunidade e 2% lembraram da mobilidade escolar. A seguir são apresentados os resultados contidos na categoria mobilidade para os territórios da Frente Social Cristã.

6.8.1 - A Mobilidade no Território Socorro Pereira

O acesso à mobilidade externa ao território, inicialmente, chamou atenção dos participantes exatamente pelas limitações que são impostas ao dia a dia das pessoas. A mobilidade externa à comunidade esteve na fala de Ana Maria, sobretudo, quando esta afirma que a mobilidade sempre *“ocorre a pé”*. A entrevistada condiciona a mobilidade externa à questão financeira: *“se tiver dinheiro vai de mototáxi, se não, vai de pé.”*

Assimetricamente a este problema, a comunidade apresentou ao conjunto do debate, a variável mobilidade interna à comunidade, e dentro desta, a questão da infraestrutura das ruas: *“se chover você pisa na lama. Mas se fizer sol, você segue na quentura.”*

Os moradores do território Socorro Pereira apresentaram três variáveis que, segundo suas percepções, impactam no acesso à mobilidade. Assim, para 56% dos avaliados, merece atenção a mobilidade externa à comunidade. As pessoas com mobilidade reduzida estavam em 33% das falas, e 11% das falas jogaram luz à questão da mobilidade interna à comunidade. Os dados estão disponíveis no gráfico 26 (anexo 01).

6.8.2 - A Mobilidade no Território Neném Ramiro

A infraestrutura urbana marcou as falas dos participantes quando convidados a refletir sobre a dimensão da mobilidade no território Neném Ramiro. Para eles, a padronização das calçadas é uma dificuldade relevante. É o que revela a fala de Francisco: *“de jeito nenhum. Tem umas calçadas que são assim quase do meu tamanho.”*

A percepção de Clara aponta a sinalização do trânsito como um problema importante: *“eu acho que a sinalização deixa muito a desejar também.”* Na sua visão, *“o trânsito daqui parece o trânsito da Índia.”* Para Andrea, o espaço urbano está sendo reduzido: *“falta espaço, e se você vai no centro, é lotado de carro, de moto, e os espaços das calçadas também é tudo lotado de coisas. Você tá perdendo o espaço aqui dentro da cidade.”*

Na sequência, o transporte público passou a figurar no debate. Para Andrea, há urgência *“para o transporte público ser implantado.”* Isso porque, na sua visão, *“a zona urbana tá crescendo.”* E completa: *“não tá nem crescendo, ela tá se fechando.”* Nesse momento, Isabel pede a palavra para indicar que a melhor forma para resolver o problema da mobilidade seria *“acessar a bilhete único”*, ou seja, o transporte público.

Finalmente, a mobilidade interna à comunidade pautou o momento. Fato que levou Clara a lembrar dos riscos de transitar pelas ruas do território. Para ela, a *“rua João Tomé é um absurdo.”* Segundo sua percepção, *“o pedestre não tem prioridade.”*

A análise da categoria mobilidade no território Neném Ramiro apresentou cinco variáveis que, no conjunto do debate, ficou distribuída pelo grau de importância da seguinte forma: infraestrutura urbana com 37%, que foi seguida da variável transporte público com 26%. A partir de então, tem-se a variável mobilidade externa à comunidade com 16%, mobilidade interna à comunidade com 11%, e, finalmente, as pessoas com mobilidade reduzida com 10%. No gráfico 27 (anexo 01), está a síntese das variáveis e seus percentuais.

6.8.3 A Mobilidade no Territórios Ana Januário

Para o conjunto das pessoas que participaram dos grupos no território analisado, acessar o transporte público é fundamental para garantir mobilidade. É o que assegura a fala de Tereza, para quem tal instrumento se justifica pelo tamanho da cidade: *“olha pro tamanho da cidade, e pro tamanho da população de Crateús, já era pra ter um circular aqui.”* A implantação de um sistema de transporte público influenciaria a mobilidade interna dos territórios sem o qual, segundo a fala de Tereza, *“é negado o direito de ir e vir às pessoas com deficiência.”*

O que remete ao debate da dimensão da Infraestrutura Urbana. Nesse aspecto, Tereza alerta que circular pela cidade é um grande desafio, *“a maior dificuldade nossa é a de quem vem de moto.”* Segundo ela, a ausência de regulação e fiscalização por parte do poder público dificulta a mobilidade no território. Seus relatos revelam a necessidade de interrupção do tráfego como forma de evitar mais consequências: *“eu tenho que parar minha moto para preservar minha vida. Eles não respeitam.”*

Nessa dinâmica, os entrevistados fazem emergir o problema relacionado às calçadas cuja disposição inviabiliza a circulação das pessoas, em especial de pessoas portadoras de deficiência. Para Marcos, *“um cadeirante não consegue circular pelas calçadas, porque tem uns altos e baixos.”* Na visão do participante, a vida dos ciclistas é igualmente dificultada, *“de bicicleta também é perigoso”* porque *“corre o risco de ser atropelado.”*

No território Ana Januário, 23% das falas apontaram para que as maiores dificuldades estão associadas com as pessoas com mobilidade reduzida. Na sequência, três variáveis alcançaram o patamar de 22%, são elas: Mobilidade interna à Comunidade, Transporte Público e Infraestrutura Urbana. A variável mobilidade escolar ou mobilidade-e, emergiu em 11% das falas. O gráfico 28 (anexo 01) apresenta a distribuição percentual da categoria mobilidade para o território em questão.

6.8.4 A Mobilidade no Território Alice Matias

No território Alice Matias a categoria mobilidade é tratada inicialmente pela variável mobilidade reduzida. É o que revela a fala de Madalena, para quem o deslocamento de uma pessoa cadeirante no território é algo muito difícil: “*acho que seria muito complicado*” e justifica “*porque aqui é um alto e é tudo encarroçado.*”

Fato que remeteu à discussão sobre Infraestrutura Urbana. Para Madalena, o principal ponto desta dimensão é a ausência da oferta de “ônibus. *Não temos.*” Ela sustenta seu argumento afirmando que o deslocamento entre os territórios só é possível “*de mototaxi*”. A entrevistada lembra que utilizar a bicicleta tem se tornado arriscado: “*aí já é um pouco mais arriscado.*” O que é confirmado por Salomé, pois, segundo sua visão, “*em Crateús não tem ciclovias e o sistema de trânsito da cidade não previu o crescimento urbano.*”

O debate logo se inclina a discutir a dimensão da mobilidade externa ao território – questão que leva Madalena, abruptamente, a lembrar de sua fala anterior: “*como já disse: só é possível de mototaxi*”. Para Vitória há outra saída, e complementa, “*Ou transporte particular.*” Quem não possui transporte particular, argumenta Madalena, recorre “*pro sistema privado.*” Na ausência de transporte próprio ou recurso para acessar o sistema privado, Paulo lembra que a única saída é “*ir a pé.*”

Para os participantes do território Alice Matias há pelo menos cinco variáveis para estabelecer diálogo com a categoria mobilidade. Segundo 31% das falas é preciso dar atenção a variável pessoas com mobilidade reduzida. Em seguida, para 23% dos entrevistados, devem ocorrer ações que respondam à variável mobilidade externa à comunidade. Na sequência, 16% apontaram para a infraestrutura urbana, e 15% apontaram para mobilidade interna à comunidade e transporte público, respectivamente. Os dados podem ser observados no gráfico 29 (anexo 01).

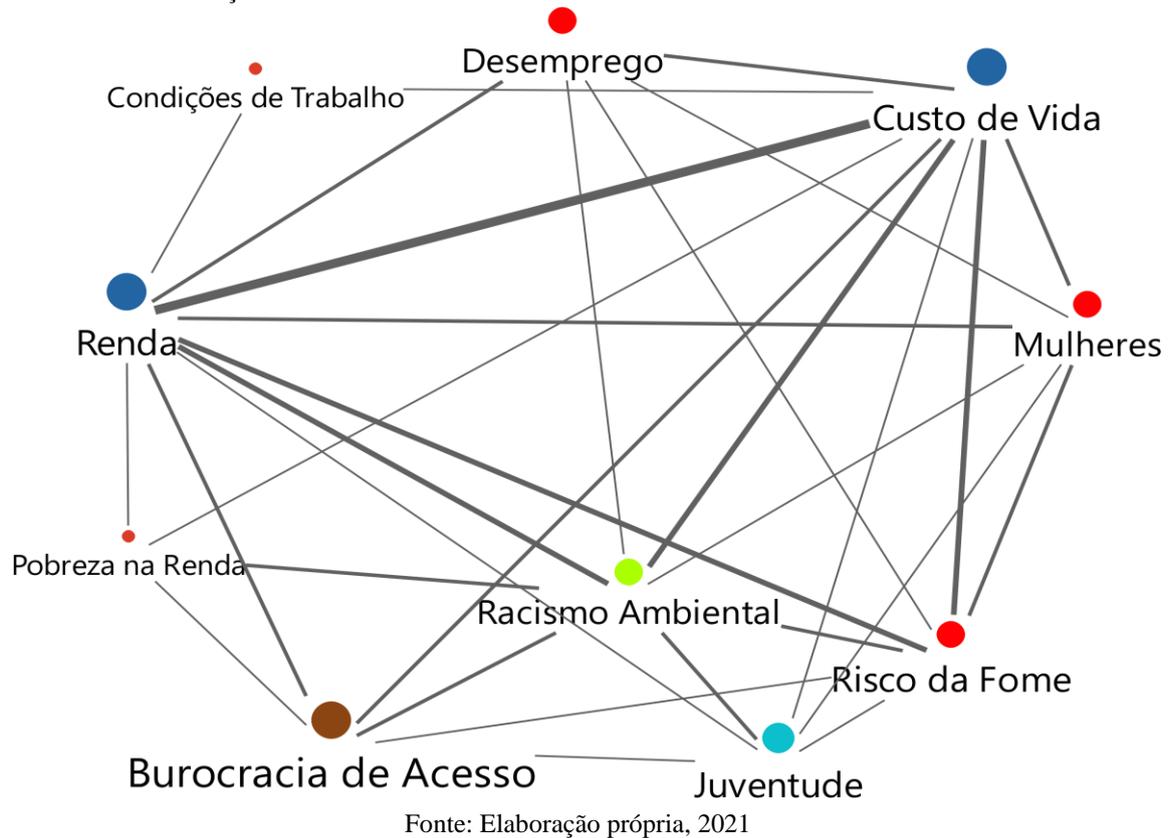
6.9 As Categorias Emergentes - Juventude, Trabalho e Renda e Racismo Ambiental - nos Territórios.

Para realizar o processo de escuta coletiva a partir da técnica expressa em capítulo específico, o pesquisador selecionou previamente, um conjunto de categorias, igualmente definidas no capítulo metodológico. Estas categorias respeitam a técnica de recolha, igualmente definida no capítulo metodológico, pesquisado. No entanto, ao se

deparar com seu campo, identificou que dali emergiam outras categorias que poderiam igualmente auxiliá-lo no processo analítico.

No mapa 08 é possível acompanhar, visualmente, as relações entre categorias e variáveis que emergiram do campo de investigação

Mapa 08 - Categorias Emergentes - Trabalho e Emprego; Racismo Ambiental, Burocracia e Acesso e Juventude - e as relações entre as variáveis



Neste sentido, as interações com os grupos focais apresentaram as categorias: racismo ambiental, com 12 codificações; Juventude, com 14 codificações; Burocratização de acesso, com 18 codificações, e Trabalho e Renda, está última com 101 codificações. O mapa 08 apresenta a ligação capturada entre as categorias e suas variáveis a partir de suas relações.

Entre as categorias, o racismo ambiental estabelece oito relações. Conforme pode ser observado no mapa acima, a categoria Juventude possui seis ligações, seguida de Burocracia de Acesso. Com relação às variáveis, nota-se que custo de vida estabeleceu nove relações, sendo as mais importantes entre aquelas ligadas ao risco da fome, renda e

mulher. Tal variável ainda estabelece ligação, embora com menos força, com as variáveis: desemprego e renda/pobreza.

Não menos importante está a variável renda a estabelecer nove ligações, com três categorias e seis variáveis, respectivamente. A variável Mulher estabelece seis relações, sendo duas categorias e quatro outras variáveis. Na sequência, está a variável Desemprego apresentada no mapa com cinco relações, sendo duas categorias e três variáveis. Completa o mapa a variável Renda/Trabalho com quatro ligações, sendo duas categorias e duas variáveis. E finalmente, a variável Condições de Trabalho a estabelecer relação com duas variáveis.

Os participantes dos grupos focais fizeram emergir um conjunto de quatro categorias relacionadas diretamente em 34% com trabalho e renda; 27% com burocracia de acesso, 21% com juventude e 18% com racismo ambiental. De igual modo, sete variáveis emergiram do debate com força e intensidade. Desta forma, para 19% dos participantes, a variável Custo de Vida é mais importante. Renda e Risco da Fome dividiram atenção de 18% das falas, respetivamente, enquanto 16% apontaram para as variáveis Desemprego e Mulheres. Finalmente, para 6% das falas, é importante debater pobreza na renda.

6.9.1 - Trabalho e Renda, Racismo Ambiental, Burocracia e Juventude, no Território Socorro Pereira

Os aspectos relacionados ao trabalho e renda foram apresentados no território Socorro Pereira a partir da percepção estabelecida por Marta para quem “*a situação aqui tá precária.*” Seu depoimento continua ao afirmar “*não tem oportunidade e as mulheres são obrigadas a ir atrás de faxina, ir pro pé de fogão.*” De acordo com Ana Maria, “*a maioria das famílias em Crateús estão passando necessidades*”

Ela relata o risco da fome “*motivo de não ter um sustento... não ter o necessário.*” Não obstante, Ester chama atenção para as condições de trabalho. Para ela, as diaristas sofrem constantes ameaças trabalhistas: “*eu trabalho pra cinco pessoas certas. Tem delas*

que são cruéis. Você faz o serviço, se esforça, faz de tudo pra que aquele trabalho seja bem feito e muitas vezes nem água eles não deixam você beber.”

Outro aspecto levantado é o excesso de burocracia, bem acentuado na fala de Sarah, que afirma que, para se solicitar religação do serviço de fornecimento de água, a companhia *“está querendo declaração da casa.”* E continua... *“é uma burocracia tão grande pra gente pedir água... tem que reconhecer firma no cartório, apresentar duas testemunhas reconhecidas no cartório...e tudo mais...”*. O mesmo ocorre com a Companhia de Energia Elétrica.

A categoria referente ao Trabalho e Renda expressa o duro contexto econômico e social do país. A fala de Marta revela que *“a situação aqui tá precária.”* Na sua interpretação, isso ocorre porque *“muita gente está no desemprego.”* Segundo os participantes, *“no território não há nenhuma pessoa que esteja no mercado formal de trabalho.”*

Quanto a dimensão Racismo Ambiental há relação direta com a criação de um estereótipo negativo que associa o local empobrecido a uma zona violenta. Isso induz o trabalho da polícia que, segundo Marta, *“quando eles acham que tem alguma coisa suspeita eles passam direto pra cá”*. E completa: *“a polícia vai direto naquele lugar... Enquanto eles não pegam o que eles tão querendo, não param...”*

Na sequência, passou-se a debater as variáveis que emergiram no debate, sendo o risco da fome a mais impactante. Para Marta, *“antes desse auxílio se corria atrás de cesta básica para acudir a necessidade desse povo.”* Segundo ela, o cenário era desolador, pois via pessoas afirmando: *“eu tô sem nada pra botar no fogo.”* A entrevistada revela que o fim do auxílio emergencial *“vai começar tudo de novo”* Para ela, *“vai voltara fome e o saqueamento... Porque eu sei que quando o povo tá com fome, eles invadem.”*

Nesse contexto, a renda assume papel central no debate, de forma especial, sua distribuição direta por meio do Programa Bolsa Família. A partir dos relatos locais, está cada vez mais difícil garantir sustento familiar. Para Ana Maria, *“não dá. Porque tem muitas mães que moram de aluguel. Aí vem água, luz, e muitas delas recebem mensalmente R\$ 170,00 ou mesmo R\$ 130,00.”* Apenas para custear o aluguel, é preciso entre *“R\$ 100,00 a R\$ 200,00”*, o que implica em elevado custo de vida das pessoas em situação de pobreza. Dentro dessa dinâmica, o gênero feminino se revela o mais

vulnerável. Para Marta, *“as mães de família são as que mais são afetadas... as coitadas vão lá fazer qualquer serviço.”*

No território Socorro Pereira emergiram nos debates quatro categorias, Burocracia de acesso, com 38%; Juventude com 35%, Trabalho e Renda com 15% e Racismo Ambiental com 12%. Em seguida, o debate avançou para identificar cinco variáveis chamando atenção o Risco da Fome que aparece com 45% das falas dos participantes, seguida de desemprego com 25%, Mulheres com 20%, custo de vida e renda com 5%, respectivamente cada uma.

No gráfico, 30 do anexo 01, é possível encontrar, em separado, a disposição das categorias e das variáveis e suas respectivas representações percentuais.

6.9.2 Trabalho e Renda, Racismo Ambiental, Burocracia e Juventude, no território Neném Ramiro

No território Neném Ramiro acessar o trabalho e renda é algo muito difícil. É o que sustenta Andrea: *“o trabalho tá ficando escasso né, tá ficando difícil”*. Contexto, pelo qual levou Clara a revelar ter sido vendedora, contudo, argumenta que agora não consegue emprego.

Na sequência foi debatida, pelos membros do território, a dimensão do racismo ambiental no território. Vozes coletivas sustentam a violência policial como o principal fator. A fala de Andrea confirma a percepção geral: *“o problema está na maneira de como abordar... Por que eles abordam o pobre de uma forma, e o rico de outra forma?”*

Dando sequência, os participantes debateram as variáveis, chamando atenção a questão da mulher que precisa equilibrar as finanças, garantir acesso a saúde já nas primeiras horas do dia e chefiar a família. É o que retrata a fala de Auxiliadora ao afirmar: *“não sou casada, sou mãe solteira, só eu mesmo que cuido de casa, de filho, vou para médico... sou multiuso”*.

Nesse momento, a fala da participante leva o debate para a variável Renda, ao atestar que o principal desafio, nesse momento, é *“o financeiro né, que ficou um pouco*

apertado” e revela que a pandemia vem desestruturar muitas famílias, “*mas principalmente as de baixa renda.*” Associado a tal questão, tem-se o custo de vida como uma das principais preocupações dos participantes. A fala de Clara sustenta que “*as coisas tão muito cara, hoje eu fui no mercantil fazer umas compras, compra que eu faço todo mês que dava R\$ 400,00. Hoje deu quase R\$ 600,00.*”

Nesse sentido, o acesso à água potável irá influenciar custo de vida: “*a minha água estava vindo cara, R\$ 160,00.*” O acesso à saúde e a medicamentos é outro problema, segundo a fala dos sujeitos, a impactar o custo de vida. É o que sustenta a fala de Ana Maria: “*a gente numa pandemia desta, sem trabalhar, desempregado, pagando aluguel, como é que vai pagar todos os exames particular sem ter condições? Aí depois disso vêm os remédios*”

O contexto construído até aqui remonta à variável do Desemprego. Assim, Clara sustenta que tal circunstância não é rara de se ver. Há sempre “*alguém se apresentando para fazer faxina. Vai ficar preocupante, porque não tem emprego, as pessoas não têm a sua fonte de renda.*” O que faz emergir, também nesse território, o risco da fome. Nesse sentido, Clara diz que vai aumentar o “*número de pedinte.*” Segundo suas observações, isso já estaria ocorrendo, e, se não fosse o auxílio emergencial, “*eu estaria passando fome.*”

Em síntese, no território Neném Ramiro, os participantes apresentaram um conjunto de três categorias e cinco variáveis. No quadro das categorias, figuram o Trabalho e Renda com 69% das observações, seguidas pelo Racismo Ambiental com 23% das críticas, seguida da Juventude com 8%.

No quadro das variáveis estão as Mulheres com 33%, seguida da variável Custo de vida e Renda, ambas com 21%. Na sequência, está o Desemprego com 13%, e o Risco da Fome com 12%. No gráfico 31, (anexo 01), é possível acompanhar a distribuição das categorias e variáveis, segundo disposição dos percentuais.

6.9.3 Trabalho e Renda, Racismo Ambiental, Burocracia e Juventude, Território Ana Januário

No território Ana Januário a categoria Trabalho e Renda gera, nos participantes, a necessidade de organização. É o que leva Joana a argumentar que, para acessar o mercado de trabalho, há necessidade de se organizar nas redes sociais, local onde passa a oferecer seus serviços nos “*status* [redes sociais] *que eu estou à disposição.*” No entanto, na visão de Tereza, o acesso ao emprego depende de “*ter um padrinho bom.*”

Nesse contexto, a Juventude sofre muito com esse cenário que acaba por marginalizá-la do mundo do trabalho, bem como “*não acessar espaços para a prática do esporte, e desta forma ficam muito ociosos*” É o que atesta a fala de Matheus que, segundo sua visão, desencadeia o “*problema de droga no bairro.*” O racismo ambiental no território está relacionado a ação da polícia. Para Joana, “*é uma brutalidade que só ocorre em locais pobres.*”

Em seguida, o território passou a debater as condições de trabalho. Segundo o depoimento de Tereza que, sendo a única trabalhadora do território inserida no mercado formal, se sentiu enganada pela empresa, segundo ela, o fato de ser sindicalizada lhe evitou um grande prejuízo: “*se não fosse o sindicato, eles não iam depositar nada... e olha que eu já havia retornado ao trabalho fazia uns 4 meses. Mas eles não depositaram porque não quiseram.*”

Outra variável apresentada foi a pobreza na renda, o que levou Tadeu a identificar as ruas dos territórios segundo a função renda e atestou: “*se a gente fosse classificar por rua, teríamos aqui a rua com ganhos de R\$ 89 por mês que inclusive é uma área de risco.*” Mas, segundo ele, “*a grande maioria ganha até R\$ 249,00*” por mês.

O cenário tem impacto direto no Custo de vida das pessoas que, não obstante a baixa renda, soma-se ao baixo acesso a serviços públicos, o que obriga o conjunto dos moradores a custear a saúde, por exemplo. A fala de Joana revela que “*quando tinha que ir no médico pagaria uma consulta, porque é impossível você ficar numa fila, e aí você perde praticamente um dia de trabalho.*” Nesse território, a aquisição de água potável também é realizada de forma privada “*água. É preciso comprar.*” afirma Tereza. Argumento que pressiona ainda mais a variável Custo de vida.

Finalmente, no território Ana Januário, as categorias emergentes apresentaram quatro dimensões. Para 50% das falas, a variável Trabalho e Renda chama mais atenção

do que qualquer uma outra. Para 30%, a burocracia de acesso prejudica o acesso à cidadania, e para 10%, a juventude não é atendida em seus direitos, e o racismo ambiental está muito presente nas relações institucionais. Não obstante, os quadros das variáveis foram caracterizados em 45% por condições de trabalho. A variável Custo de vida com 22% cada, e 11% das falas olharam para a dimensão da renda. O gráfico 32 (anexo 01), apresenta a disposição percentual das percepções locais.

6.9.4 Trabalho e Renda, Racismo Ambiental, Burocracia e Juventude no Território Alice Matias

O território Alice Matias é marcado pelo racismo ambiental em função do tratamento dado pela polícia que, na percepção dos moradores, está relacionado com a questão econômica. É o que assegura Madalena: *“eu acho que a polícia fez isso por eu ser pobre. Se eu fosse rica, eles não teriam agido assim”* E continua, *“vi a polícia dentro da minha casa. Acho muito errado como eles entraram, sem permissão.”*

Segundo relata Inês, *“a polícia chegou chutando a porta da vizinha”*. Para Madalena, a ação policial *“tem muito a ver com a questão econômica da gente.”* Para ela, *“o RAIIO só vem bater na porta, só vem perseguir quem é pobre. Quem mora numa favela dessas, quem é preto, já tem a possibilidade de ser pego”*

A dimensão do Trabalho e Renda é colocada no grupo a partir de uma associação de volta ao campo. É o que confirma Salomé: *“essa é uma realidade de muitos dos moradores da periferia aqui da cidade. Muitos voltaram a viver da agricultura. Saem da cidade para ir pro campo.”* Na sequência, o território passou a debater os efeitos da burocracia no acesso a direitos, entre estes, acessar o conhecimento. Novamente, para Inês acessar o conhecimento *“é um processo muito lento”*. Para ela, mesmo havendo duas universidades públicas no seu território, é muito difícil acessar um simples curso de extensão: *“tudo fica difícil porque a questão burocrática é um absurdo... tem uma pré-matrícula, documentação e ainda deve ser aprovada em teste.”*

O território passou a debater a variável relacionada ao Custo de vida. Para Madalena, *“com o fim do auxílio, não tem notícia de emprego.”* E lança a pergunta: *“aí como é que a gente vai ficar?”*. E complementa: *“e agora o preço do bujão ainda sobe.”*

Tá em R\$95,00. O kg de arroz... já é R\$ 6,00”, Nesse momento, Madalena assume a fala para revelar como utilizou o dinheiro recebido do auxílio emergencial: *“Comprei coisas que meus filhos sempre pediam e nunca podia comprar porque o dinheiro não dava”* Revela que *“Comprava, Nescau, Doce, essas coisas boas.”* Segundo ela, *“A gente ia para o mercantil e eu dizia: menino, podem escolher”* E revela em tom de vibração: *“até chinelo eu comprei para eles. Todo dia tinha Nescau. Tinha guaraná. Tinha tudo... não deixei faltar nada.”*

Nesse cenário, a dimensão Renda figurou no grupo. Sobretudo, na percepção de Vitória ao revelar que *“para completar renda, eu voltei a trabalhar na roça.”* Novamente, Madalena vai afirmar que renda está muito prejudicada no território, em função da poluição do rio que prejudica a prática da pesca: *“se o nosso rio não fosse poluído teria muita renda”*, E reforça: *“o que dói na gente é que moro perto das margens do rio, mas as pessoas não têm condições financeiras e são obrigadas a pescar em águas poluídas.”*

Nessa linha, Salomé afirma que o risco da fome só não era maior, antes da pandemia, graças ao acesso à merenda escolar, *“porque geralmente as crianças nem merendam em casa. Deixa pra merendar lá na escola e aí dá graças a Deus, é o que tem lá!”*, Quando a merenda não é ofertada, como no período pandêmico, então ocorre o risco da fome.

Em seguida, as condições de desemprego é muito presente no território. Para Madalena, há muitas pessoas em situação de desemprego: *“tem demais. Um bocado de gente com as mãos na cabeça sem saber o que faça.”* Ressalta que todas essas pessoas têm responsabilidades: *“Filho pra criar, as contas chegando e o nome no SPC.”* Na mesma linha, Vitória e Inês revelam que, para escapar dos efeitos do desemprego, *“estamos fazendo bico.”*

O território Alice Matias apresentou um conjunto de três categorias e seis variáveis. Quanto às categorias, 45% das falas retrataram o racismo ambiental, enquanto 33% se reportaram à questão do Trabalho e da Renda, seguida de 22% que apontaram para a burocratização no acesso. Quanto às variáveis, identificou-se que 30% das falas apontaram para o custo de vida e da renda, enquanto 20% apontaram para o desemprego. 10% apontaram para pobreza na renda e 5% apontaram respectivamente para condições de trabalho e risco da forme. O gráfico 33 (anexo 01) apresenta a distribuição percentual desses valores.

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

Capítulo 7

A Dinâmica Social da Pobreza Urbana nos Territórios da Frente Social Cristã

Este capítulo analisa a evolução da pobreza urbana a partir da promoção da cidadania nos territórios em estudo, confrontando as informações recolhidas no campo com o quadro teórico apontado nos capítulos dois e três. Para tanto vai se valer de uma nova abordagem nomeada pelo autor de Abordagem da Dinâmica Social da Pobreza Urbana. Trata-se, portanto, de uma nova forma de abordar o fenômeno da pobreza no meio urbano utilizando parâmetros da cidadania. Possui como ponto de partida a escola estruturalista e tem por finalidade avançar sobre o conceito de pobreza. Sua maior contribuição é permitir leitura dinâmica e complexa sobre os ciclos da pobreza ao possibilitar a construção de um mapa conceitual onde a um só tempo seja possível identificar as variáveis que estão a produzir pobreza nos territórios investigados.

Desta forma, a abordagem vai valer-se de conceitos consumados como a desigualdade, a exclusão social e a fome, mas vai ligá-los a partir do conceito de vulnerabilidade, para enfim, elaborar um mapa da dinâmica social da pobreza no meio urbano, sob a ótica dos sujeitos. Tal abordagem será capaz de permitir ao pesquisador localizar no meio urbano o grau de pobreza estabelecido naquele tecido social tendo como referência a noção de cidadania, permitindo, finalmente, reorientar o olhar dos planejadores em políticas públicas, que agora podem enxergar o que efetivamente produz a pobreza no objeto analisado.

Com esse pano de fundo, pretende-se compreender a complexidade e a transversalidade de causas e de forças a agirem sobre o sujeito. Aquelas exigiram deste pesquisador, reorientar o seu pensamento sobre pobreza, pensando-a a partir de ciclos.

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

Tal postura pode apontar elementos pedagógicos para facilitar a trama compreensiva ao ponto de ser possível observar as consequências da pobreza de forma sequenciada. Nesses termos, o texto busca articular os limites da pobreza enquanto um processo dinâmico estabelecido no tecido social como resultado de escolhas políticas que passam a ganhar novos contornos com o advento do capitalismo, de modo especial no meio urbano, por ser este o lugar da grande mistura social.

Assim, observar a pobreza enquanto dinâmica, exige reunir e aprofundar técnicas, conceitos e definições já previamente estabelecidos pela comunidade acadêmica ou por organizações sociais que há muito dedicam-se ao tema, mas que sempre foram observadas de forma separada e evitando a totalização do fenômeno.

No âmbito das ferramentas utilizadas, cabe recordar as contribuições do INCID elaborado pelo IBASE, para permitir maior interação entre sujeito e objeto de pesquisa. O conjunto dos direitos sociais, coletivos e políticos propostos pelo IBASE permitem identificar a percepção da cidadania de um determinado território e, assim, é possível utilizá-los como elementos localizadores das variáveis tratadas nos grupos focais. Uma outra abordagem relevante é a de Robert Castel, que analisa o fenômeno da pobreza a partir das zonas de interação, assistência e desfiliação.

Contudo, a novidade da abordagem que proponho, consiste em compreender a pobreza de forma agrupada a partir dos conceitos de desigualdade, exclusão social e de fome. Esses elementos tornam-se parte constitutiva do mesmo fenômeno a partir do conceito de vulnerabilidade, que é utilizado para pensar a pobreza de forma flexível.

Nesse sentido, o conceito de vulnerabilidade ganha centralidade para determinar o ciclo e a zona onde a pobreza atua com maior intensidade. Com isso, espera-se que quanto mais intensa for a vulnerabilidade, tanto mais profunda se faz a pobreza, cujos efeitos podem ocorrer gradativamente em três ciclos: a pobreza relativa, relacionada a desigualdade; a pobreza extrema, caracterizada pela exclusão social; e a pobreza absoluta, com fortes aspectos da fome. Em suma, a dinâmica social da pobreza indica o tempo, o sentido, a localização e os elementos que compõem a trama da pobreza na zona urbana.

Com efeito, a dinâmica social da pobreza é iniciada pelo ciclo da pobreza relativa. Essa etapa é marcada por características da desigualdade a impor sua dinâmica. Nesse momento, há vulnerabilidade nos indivíduos quanto à sua localização na zona de interação, cenário pelo qual já é possível perceber os efeitos do distanciamento vertical entre as camadas sociais. Isso ocorre graças à negação dos direitos sociais expressos pela

metodologia do IBASE. Tais direitos são associados à renda e à riqueza socialmente produzida, como a saúde e a educação básica.

Em seguida, temos o ciclo da pobreza extrema. Este possui a função de localizar os indivíduos na zona da assistência, momento marcado pela intensificação da vulnerabilidade, promovendo o afastamento horizontal das camadas sociais. Neste ciclo, ocorre a exclusão social relacionada a negação ao conjunto de direitos coletivos e políticos que, segundo o IBASE, se constituem nas precárias ofertas de serviços públicos, ausência da oferta de serviços de infraestrutura sanitária, exposição a precárias moradias, altos índices de violência urbana e institucional, baixos níveis de mobilidade, negação ao acesso a uma ecologia segura, e frágeis meios de organização social e política.

Finalmente, no terceiro ciclo, está a pobreza absoluta relacionada fortemente a ausência de nutrientes necessários à vida, ou seja, a fome. Neste momento o indivíduo é localizado pela zona de desfiliação, onde a vulnerabilidade aprofunda-se a partir da negação simultânea do conjunto de direitos sociais, coletivos e políticos apontados anteriormente.

A dinâmica social da pobreza inicia seu ciclo pela desigualdade, evolui para a exclusão social e alcança o estágio mais agudo na fome. Esses ciclos são associados respectivamente a zonas de interação, assistência e desfiliação, onde há existência de uma caracterização transversalizada pela vulnerabilidade a promover o distanciamento vertical, o afastamento horizontal e a intensificação do aprofundamento.

Em síntese, é preciso insistir que a dinâmica social da pobreza pode afetar a sociedade de forma ampla, complexa e dinâmica. Por isso, é preciso considerar que, em um determinado território, os principais efeitos da pobreza possam ocorrer nos limites da pobreza relativa, logo caracterizada pela desigualdade. Em outro território, pode ser caracterizada pela pobreza extrema a conduzir as pessoas à exclusão social. E no seu estágio mais grave, a principal característica pode-se dar pela fome, etapa esta, marcada pela desfiliação resultante da pobreza absoluta.

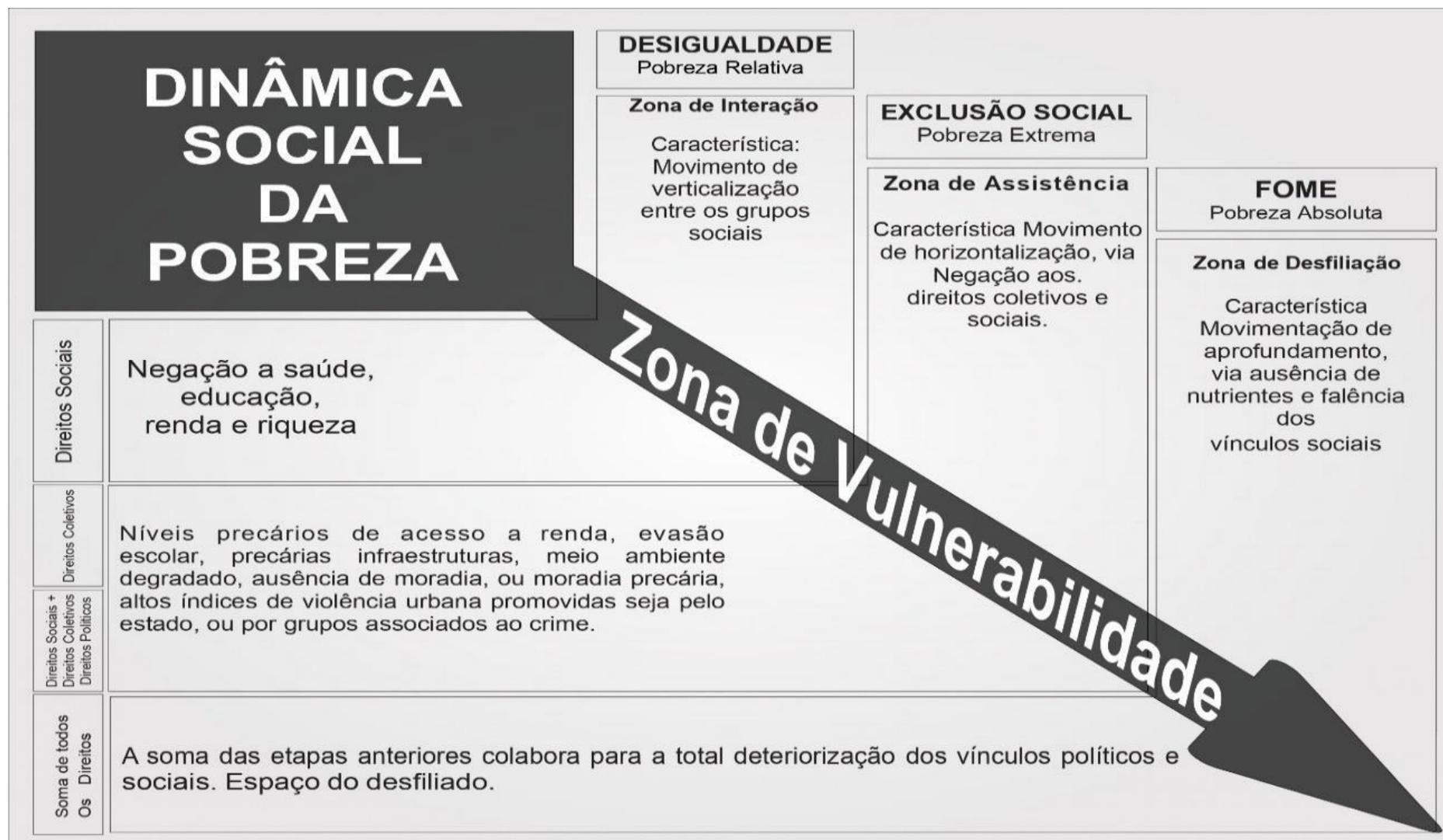
O presente trabalho se valeu de uma dupla orientação. A primeira aponta para as contribuições de vulnerabilidade, apresentadas em Castel, que ajudam a dissecar a pobreza como um processo a se dilatar e a avançar sobre os indivíduos pelas diversas faixas que ele batizou de “zonas de coesão social” até se alcançar a desfiliação.

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

Entretanto, como argumenta Mendes (2015:74): “a vulnerabilidade não é uma simples exposição ao risco, mas resultado de condições desiguais que precedem a ocorrência de processos, geralmente relacionados a pobreza” Neste sentido, o conceito de vulnerabilidade passa a ser manuseado para facilitar compreensão da “exposição aos riscos naturais e antrópicos”, e, desta forma, permitir uma interpretação flexiva.

No Quadro 3 apresenta-se uma síntese dos elementos que compõem a dinâmica social da pobreza.

Figura 10 – Composição dos Elementos Teóricos da Dinâmica Social da Pobreza



Fonte: Elaboração Própria (2021)

7.1 A Dinâmica Social da Pobreza nos Territórios da Frente Social Cristã

Com o objetivo de apresentar, visualmente, as categorias que estão na base da pobreza nos territórios da Frente Social Cristã, recorreremos às frequências extraídas a partir dos discursos dos participantes dos grupos focais realizados nos territórios. Tal operação foi efetuada utilizando o software MAXQDA. As frequências indicam a quantidade de vezes que uma determinada categoria emerge a partir dos sujeitos da pesquisa, conferindo-lhe, desta forma, grau de importância. Cabe lembrar que as variáveis com as maiores frequências devem ser compreendidas como sendo as mais críticas à promoção da cidadania dos grupos entrevistados, segundo a percepção dos sujeitos. Assim, é pedagógico imaginar que a insistência em uma determinada categoria exige do pesquisador compreensão contextualizada da técnica de coleta dos dados e que contribui para a construção da percepção da Dinâmica Social da Pobreza nos territórios à luz da perspectiva dos sujeitos estudados.

A seguir, o Mapa 09 apresenta as categorias relacionadas com a desigualdade, a exclusão social e a fome, tendo por base o conjunto de direitos sociais, coletivos e políticos a compor a Dinâmica Social da Pobreza nos territórios da Frente Social Cristã.

A Dinâmica Social da Pobreza Urbana nos Territórios da Frente Social Cristã

Mapa 09– Dinâmica Social da Pobreza – segundo a distribuição das frequências disponíveis nos ciclos da Desigualdade, Exclusão Social e Fome, considerando a vulnerabilidade



Fonte: Elaboração Própria, 2021.

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

Para analisar o mapa da Dinâmica Social da Pobreza, é preciso regressar às primeiras páginas deste trabalho, pois quando se discute os ciclos da pobreza, deve-se atender a que os seus “ciclos são complexos e guardam dinâmicas próprias, contudo não ocorrem de forma desarticulada.” Isso reforça a fundamentação de que o mapa visa retratar a gradação dos elementos da pobreza através da vulnerabilidade. Apresentarei, a seguir, a análise do primeiro ciclo da pobreza relativa contida na zona de integração onde ocorre a desigualdade.

7.1.2 - Análise do Ciclo da Desigualdade nos Territórios

O mapa da Dinâmica Social da Pobreza oferece leitura simultânea das categorias da estrutura local que gera desigualdade. Nesse sentido, convém lembrar Carmo e Cantantes (2009), para quem “a desigualdade não circunscreve a um único setor.” Por isso, foi preciso superar a tentadora perspectiva de vê-la somente a partir da variável renda. Tal fato foi revelado pela pesquisa de campo, que confirmou a percepção dos autores, sendo encontradas multivariáveis a produzir desigualdades que influenciam a dignidade de vida das pessoas.

Nesse sentido, sob a perspectiva sociológica, a análise da desigualdade exige uma definição prévia daquilo que se está a medir, como se mede e efetivamente como se avalia o objeto medido. Daí, a necessidade de se definir os aspectos relacionados a desigualdade nos territórios analisados a partir da estruturação estabelecida pelos sujeitos. Isso requer, em última análise, definir as causas da desigualdade, quer seja no plano social, político, ou no plano científico. (CORREIA, CARAPINHEIRO, RAPOSO, 2018:33).

Por isso, a observação do primeiro ciclo da pobreza permite assegurar que as variáveis mais impactantes na produção da desigualdade estão relacionadas a oferta da educação, saúde e a uma economia saudável. O que sustenta a perspectiva apontada por Atkinson (2016), quando afirmou que a “desigualdade pode ser definida por características peculiares relacionadas a renda e aos níveis de acesso que as pessoas possuem”. Na prática, sustenta o autor, “enquanto uma afeta, a outra ajuda a identificar quem sofre os efeitos da desigualdade.”

Isso reforça a tese de Carmo e Cantante (2018), quando argumentaram pela

necessidade de superar os pontos apresentados no ciclo da desigualdade como forma de garantir “distribuição justa aos membros menos favorecidos... e desta forma melhorar suas condições de existência, através de modelos institucionais de proteção social e redistribuição.”

Nessa linha, a ausência de direitos sociais afeta diretamente a noção de dignidade dos indivíduos. Isso porque a simples negação desses direitos pode influenciar aquilo a que Sen (2010:25) chamou de liberdades instrumentais, essenciais à construção da cidadania. Esses elementos são sintetizados na perspectiva do IBASE, perfazendo “o conjunto de direitos sociais referentes às condições básicas de manutenção e reprodução da vida” (IBASE, 2010:39).

Nesse sentido, é importante o que têm dito os pesquisadores Correia, Carapinheiro e Raposo (2018) quando atestam que “as dinâmicas estruturais das desigualdades assentes no modo de estruturação social, política e econômica” são capazes de traduzir a desigual distribuição dos recursos, materializados no estilo de vida, e sobretudo, na vida coletiva de uma determinada sociedade.

Contudo, segundo as perspectivas dos autores, os indicadores da saúde são elementos importantes no horizonte de uma análise sociológica coerente, dado que a saúde é, para eles, um fenômeno social total, transversal e confluyente de diversas influências refletidas no indivíduo. Dito de outra forma, olhar a pessoa a partir do acesso à saúde pode revelar uma potente radiografia do seu estado social (CORREIA, CARAPINHEIRO, RAPOSO, 2018:33).

O olhar sobre a desigualdade, neste trabalho, abre seu ciclo a partir da categoria da saúde, revelada no campo no trabalho com os grupos focais e composta por um conjunto de seis variáveis, sendo a primeira delas relacionada ao atendimento à saúde, seguida do acesso a medicamento/exame, atendimento Móvel de Urgência – SAMU, os efeitos da Covid-19 na escola - Covid-E, saúde da mulher, e o Programa Saúde da Família.

Neste ponto, é importante esclarecer a diferença entre a proposta original do INCID e aquela alcançada neste trabalho. Enquanto, originalmente, a saúde fora associada como qualidade de vida e medicina preventiva, nesta pesquisa está compreendida enquanto temas curativos. Nestes termos, convém recorrer à Constituição Federal do Brasil, especialmente na segunda seção das Garantias Sociais, que asseguram

a saúde como forma de bem-estar e justiça social. Em seu artigo 196, a Constituição é objetiva quanto ao direito do cidadão de acessar a saúde, ao sustentar: a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (CF – 1988:118)

Como é possível observar, o constituinte quis deixar claro que acessar a saúde no Brasil passa a ser obrigação do Estado a partir de políticas, sociais e econômicas, mas, fundamentalmente, que seja universal, portanto, para todos, e que seja igualitária, dando centralidade à noção de proporcionalidade e justiça social. Nesse sentido, cabe observar como, e se, efetivamente esse direito está sendo garantido nos territórios, segundo a perspectiva dos sujeitos.

Com esse intuito, a pesquisa revelou que a desigualdade relacionada ao acesso à saúde nos territórios estudados, guarda fortes relações com problemas relacionados ao atendimento médico e acesso a medicamentos/exames que poderiam garantir a cidadania. Esses instrumentos podem ser fundamentais para garantir tratamento às mulheres e a pessoas com comorbidades. Uma vez negada, a distribuição de medicamentos impõe, ao conjunto das pessoas, um problema adicional na promoção de suas capacidades podendo, sobretudo, comprometer a função renda.

Outra variável importante na análise da restrição do acesso à saúde consiste na oferta dos serviços do Programa Saúde da Família – PSF e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU. A ausência ou baixa qualidade da prestação desses serviços estão a comprometer a qualidade de vida local. Isso, porque o Programa Saúde na Família prevê acompanhamento de especialistas na área médica às pessoas idosas ou com baixa mobilidade. Na realidade dos territórios, isso pode ser a única forma dos idosos acessarem a saúde pública local. Portanto, a insuficiência desse serviço agrava a situação de saúde das pessoas em territórios distantes dos centros urbanos.

Em outro momento, sendo o SAMU um serviço de atendimento de urgência e de emergência, pode estar na divisão entre a vida ou a morte do paciente que necessite de atenção médica urgente. A má prestação desse serviço pode ser determinante em salvar vidas ou deixar graves sequelas. Entretanto, o número total de ambulâncias bem como a ausência de atendimento mais eficiente, tem gerado descrédito quanto ao serviço. É o que sustentam os sujeitos da pesquisa ao indicar nos grupos focais que apenas 3 ambulâncias

são disponibilizadas para atender 9 municípios, num total de mais de 300 mil habitantes. Soma-se a essa realidade a denúncia de que as chamadas via telefone são remetidas a regiões distantes geograficamente, o que, na visão dos sujeitos, causa mais demora no atendimento pela incompreensão da realidade local.

Como consequência, a restrição ao acesso à saúde afeta diretamente o gênero feminino, uma vez que suas principais demandas não são atendidas com o devido cuidado. Isso pode estar influenciando decisivamente a capacidade das mulheres locais, que precisam investir esforços adicionais para acessar tais direitos. Nesse contexto, vale lembrar a reflexão de Sen (2010: 36) ao observar a influência nas capacidades femininas de “estarem mais associadas as condições de acesso a saúde médica, e direitos sociais do que propriamente a questão da renda.” Em outras palavras, a leitura geral está intimamente contemplada nas localidades verificadas pela pesquisa, onde se pode concluir que as capacidades femininas estão em risco iminente e em grosseira exposição à desigualdade.

Essa constatação faz recordar o subtópico deste trabalho intitulado “princípio da diferença”, quando foi sustentado que a desigualdade não pode ser condicionada pelo gênero, como faz supor o termo “desigualdade de gênero,” mas, essa realidade deve ser observada como um fenômeno a afetar o gênero, propondo-se, em alternativa, a designação “desigualdade no gênero.” Em linhas gerais, essa mudança de paradigma permite clarear teoricamente o debate até finalmente facilitar a formulação de novas políticas públicas voltadas para o público em questão. Isso porque guarda, em si, a potência de indicar que a desigualdade afeta o gênero, e não ocorre em função do gênero. Para ampliar esse conceito, seria preciso aventurar-se sobre os aspectos do patriarcado e colonialismo, contudo, não será esse o foco deste trabalho.

Outro público afetado diretamente por tal situação, são as pessoas que dependem de medicamentos permanentemente, como os hipertensos, diabéticos ou pessoas com alguma doença preexistente. Os relatos dão conta que os medicamentos para realizar os tratamentos necessários não possuem oferta segura, obrigando esses indivíduos a investirem suas economias nesse tipo de aquisição.

Nessa linha, é preciso chamar a atenção para as políticas de saúde destinadas a acompanhar as pessoas idosas. A irregularidade na prestação desses serviços, nomeadamente o Programa Saúde na Família – PSF, pode comprometer sumariamente o

direito das pessoas com baixa capacidade de mobilidade a acessarem a saúde.

Em síntese, é possível concluir haver uma forte precarização na oferta do serviço em saúde pública nos territórios analisados, sobretudo, quando se observa o acesso ao atendimento médico, a medicamentos e a exames, e os atendimentos de urgência. Por isso, pode-se afirmar que, a partir da percepção dos sujeitos, a Constituição Federal não está sendo observada quanto a garantia do acesso à saúde, sobretudo, porque a institucionalidade enraizada no Estado não tem provido os elementos básicos para garantir acesso integral e igualitário, tampouco, proteção e recuperação.

Conclui-se que a desigualdade, relacionada ao acesso à saúde nos territórios, precisa com urgência ser enfrentada a partir dos seguintes aspectos: aprimoramento no atendimento na saúde; garantia de acesso a medicamentos e exames, e fundamentalmente, a reorientação estratégica de programas destinados à prevenção, às urgências e às emergências locais, concentrados nos programas PSF e o SAMU.

Em seguida, o mapa da Dinâmica Social da Pobreza apresenta as variáveis relacionadas à educação. Acessar um sistema de educação com qualidade pode influenciar, decisivamente, a vida das crianças e dos jovens nos territórios analisados.

Nesses termos, o terceiro capítulo da Constituição brasileira, seção I, garante “a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família.” Assim, o texto sustenta que a educação “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, e sua qualificação para o trabalho” (CF, 1988:124). Esses elementos vão ao encontro da proposta apontada pela OXFAM (2009:111) quando tentava indicar que o caminho para a superação da pobreza exige dos países “cidadãos escolarizados e informados”.

Outro ponto de análise ao direito à educação guarda raiz na proposta do IBASE para quem a educação está associada a diferentes dimensões da cidadania, porque pressupõe que os indivíduos possam, a partir desse direito, acessar e produzir conhecimento sem distinção. Portanto, para o referido Instituto, a educação e a cidadania guardam indispensável relação de causa e efeito.

Nesses termos, as primeiras aproximações à categoria educação faz observar a falados sujeitos a partir de oito variáveis. Segundo eles(as), a educação está relacionada com o acesso à escola, à democracia na escola, à formação, à infraestrutura na escola, ao

conteúdo escolar, à exclusão escolar e ao modelo escolar. Para os sujeitos participantes da nossa pesquisa, acessar a educação nos territórios está relacionado, além das questões relacionadas com as infraestruturas, as dimensões da participação e da qualidade.

Nessa linha, os indivíduos apontaram como primeira variável relacionada a educação, a dificuldade de acessar a escola. Essa questão provavelmente esteja associada à situação pandêmica. Contudo, a fala dos sujeitos denuncia, apesar dos bons índices de matrículas, que o acesso à escola não é garantido aos jovens que estão a cursar as séries finais do ensino fundamental. Para os entrevistados, é comum observar jovens a abandonar a escola e a serem iniciados de forma precoce no mundo do trabalho. Esses fatos podem ser justificados a partir do modelo escolar, como já foi dito acima, mas também pela distância que os jovens precisam percorrer para acessar a escola.

Com relação ao público infantil, a dificuldade é referente ao acesso ao ensino remoto. Para compreender tal dimensão, é preciso observar as condições de acesso à internet ou a um aparelho de telefone móvel, sem os quais o acesso as salas de aulas virtuais ficam inviáveis. No período pandêmico, tal realidade pode ser explicada pela dificuldade de acessar meios eletrônicos capazes de permitir interação com o conteúdo do ensino oferecido.

Sob essa perspectiva, há clara ausência de práticas pedagógicas que permitem utilizar as tecnologias a favor do processo de aprendizagem. No topo do movimento está o poder público local, que parece não ter sido capaz de acompanhar a realidade imposta pelo processo pandêmico, que agravou a situação de exclusão do ambiente escolar produzido mesmo antes da pandemia da Covid-19.

Nesse sentido, os responsáveis pela oferta da educação precisam atentar-se para a definição de Mészáros (2010:36) quando sustentava que “o acesso à escola é condição básica para qualquer modelo de desenvolvimento”. Contudo, não é, em si, garantia de que tal modelo será benéfico para uma determinada sociedade.

Com este fundamento, deixo pistas para a interpretação das variáveis democracia na escola, formação e conteúdo escolar. Tais variáveis revelam um conjunto de insatisfações com o atual modelo de escola adotado nos territórios. Insatisfações estas que se associam diretamente a forma e método como são conduzidos os processos educacionais que, em um primeiro momento, não assumem características democráticas.

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

Na prática, isso pode significar ausência de interação entre a comunidade escolar e os habitantes dos territórios que, em suma, parece negar a dupla responsabilidade apontada na constituição onde se lê “obrigação do Estado e responsabilidade dos pais.” Esse cenário expõe a dificuldade de se avançar para aquilo que Mészáros (2010) elaborou no campo da educação por “reformulações significativas, sem a qual é impossível transformar o quadro social.”

As variáveis referentes à formação e conteúdo escolar emergem nas vozes dos sujeitos quase como qualificativos para as suas insatisfações. O primeiro aspecto aponta para a ausência em debater a necessidade de se avançar em assuntos transversais relacionados ao gênero, à diversidade e as questões raciais dentro do ambiente escolar. É cada vez mais consensual entre os especialistas em educação que, sem um aprofundamento nesses temas, fica impossível reorientar a sociedade para um contexto plural, participativo e, sobretudo, compreensivo que faça romper com a lógica dominante assente no colonialismo e no patriarcado.

No segundo momento, há uma profunda crítica aos elementos formativos ligados ao ensino religioso, no que pese a formação dos professores e as tentativas da imposição do credo único. Esse fato, quando contextualizado ao atual momento político no Brasil, acentuado no fundamentalismo religioso, consegue revelar as limitações dos profissionais da educação em se avançar em assuntos essenciais e, ao mesmo tempo, complexos como é o caso do ensino religioso.

Tal ambiente colabora para a constituição de um determinado modelo escolar incapaz de alcançar a proposta de Boaventura de Sousa Santos de descolonizar o conhecimento assentada em “uma mistura de conhecimentos, subjetividades e práticas a subverter a linha abissal”. Boaventura de Sousa Santos alerta para os riscos da monocultura do saber em se refletir na “produção social dessas ausências” que “tem como resultado a subtração do mundo pelo desperdício da experiência” (SANTOS: 2018:187).

Tal cenário pode, na visão de Mészáros (2010), “comprometer a educação institucionalizada em uma máquina produtiva em expansão a serviço do sistema”, momento pelo qual a “história é totalmente adulterada” para legitimar uma determinada “ordem natural, supostamente inalterável.” Razão pela qual a desigualdade relativa à educação precisa ser enfrentada com o devido vigor, sobretudo ampliando a capacidade de acessar a escola e oferecendo os meios necessários para a formação dos profissionais

quanto às novas realidades e, conseqüentemente, para a reorientação dos conteúdos com inclusão de temas sensíveis às novas exigências.

O campo da desigualdade é composto ainda pelas variáveis relacionadas com o acesso a uma economia saudável. Este ponto é compreendido nesse texto como sendo um processo constante de distribuição das riquezas socialmente produzidas. De forma mais específica, Thomas Piketty (2015) nos ajuda a compreender que a desigualdade na economia afeta diferentes expressões da riqueza. O autor aponta especialmente a renda, o salário, o patrimônio e o emprego.

Nesse sentido, a pesquisa de campo revelou que a fase da desigualdade relacionada à renda nos territórios da Frente Social Cristã guarda fortes aspectos com três variáveis econômicas, nomeadamente, o custo de vida, o desemprego e as condições de trabalho. A aproximação entre a proposta elaborada por Piketty e a encontrada no trabalho de campo faz-se pela variável do emprego e, conseqüentemente, pelo salário dele originado. Não obstante, nas condições recolhidas no campo não se pode falar em patrimônio ou renda, categorias não absorvidas pelas condições materiais do público envolvido.

Note-se que a variável custo de vida associa-se diretamente a capacidade de consumo, e, nos casos específicos desta pesquisa, ao consumo alimentar. Essa realidade pode ser explicada pela queda nos níveis de renda no Brasil em função da pandemia da Covid-19, mas também pela conjunção de fatores amplos como a inflação e os níveis de exportação. Segundo dados revelados pelo IBGE, o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA1) que antes estava previsto para 5% ao ano, agora pode alcançar taxas de 8,75%. Esse dado pode ser explicado em função da composição da inflação no Brasil, que é fortemente influenciada por um componente externo advindo das exportações de bens—proteína animal, soja e petróleo. Estas possuem forte aceitação no mercado externo, que acaba por produzir escassez e, conseqüentemente, alta de preços no mercado interno.

Outro fator importante de impacto ao custo de vida, é a política de dolarização do petróleo brasileiro adotada, desde 2016, pelo governo federal. Ocorre que mesmo sendo autossuficiente em produção, a Petrobras² vê os seus preços manipulados nas

IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo é utilizado oficialmente, no Brasil, para cálculo das variações dos preços. Monitora a variação de 75 componentes da cesta básica para o período de três meses. Estatal Brasileira responsável pela extração, controle e distribuição do petróleo no Brasil.

cotações internacionais impactando substancialmente nos preços para o consumidor final. Por consequência, a alta dos preços na gasolina impacta toda a cadeia produtiva alcançando o consumidor mais humilde, sobretudo, se este estiver geograficamente distante dos grandes centros, em função do custo logístico da operação.

Nesse esteio, outro fator estrutural está a provocar elevação no custo de vida é o estrangulamento da matriz energética em função da escassez de chuvas nas regiões dos reservatórios brasileiros. Esse cenário impõe a utilização de energia oriunda das termoelétricas, cujos custos são repassados para os consumidores. Uma boa parte da camada empobrecida da população tem isenção nas contas de luz, mas sofre com os aumentos indiretos repassados aos preços dos produtos e serviços pelos setores secundários e terciários que abastecem as economias locais.

Nos territórios analisados, esses preços atingem especialmente a mobilidade e a alimentação, como pode ser observado nas falas dos sujeitos que apontavam para o aumento substancial das deslocações e da incapacidade de adquirir todos os itens da cesta básica. Entretanto, fatores locais influenciam diretamente o custo de vida dos entrevistados, principalmente o acesso à água potável, a necessidade de aquisição de medicamentos e a realização de exames médicos. Tendo os dois últimos aspectos sido analisados anteriormente, convém notar que o custo para adquirir água potável compromete diretamente parte da renda das pessoas.

Em seguida ao custo de vida, emerge a variável do desemprego como elemento predominante na desigualdade. Nesse sentido, é necessário guardar compreensão que a situação local é parte constitutiva de um todo maior e complexo, na medida em que as explicações para o mau funcionamento das estruturas econômicas se relacionam com os índices de desemprego no Brasil. Em 2021, os indicadores de desemprego alcançaram 14,8 milhões de pessoas. Outros/as 6 milhões de trabalhadores(as) estão classificados(as) como desalentados(as), ou seja, já não encontram mais estímulo para procurar emprego. Segundo os dados do IBGE, no segundo trimestre de 2021, aproximadamente 27 milhões de pessoas poderiam trabalhar mais tempo do que efetivamente estavam trabalhando.

Nesse cenário, convém perceber que os territórios da zona urbana de Crateús sofrem fortemente a influência do mercado assalariado que, do ponto de vista sistêmico, tem a função de inserir o(a) trabalhador(a) no padrão de consumo aceitável.

Esse movimento se liga diretamente a oferta de pequenos serviços, geralmente relacionados com as famílias tradicionais do entorno, que se viu reduzido a zero em função da pandemia.

Todavia, é digno de nota que a região não tendo avançado em um processo de urbanização baseado na indústria, alcançou certo patamar de urbanização impulsionada pelos setores dos serviços e do comércio, a ponto de ser a zona urbana com a economia mais pungente da região. No entanto, tal economia ainda se dá em função da produção rural, cujas trocas não permitem a intensificação do circuito econômico.

A pesquisa captou que a perspectiva das pessoas ainda consiste na aposta da industrialização, e, sob certa medida, essa mentalidade é comum nas instituições, nos sujeitos políticos e, sobretudo, nas lideranças públicas. Há uma forte sensação que o modelo baseado no desenvolvimento extrativista possa equilibrar a oferta de emprego. É digno de registro, por ser preocupante, que tal percepção não esteja associada aos potenciais danos ambientais de tal modelo. Em outras palavras, a solução para o desemprego é, na percepção dos sujeitos, perigosamente delegada ao modelo tradicional de desenvolvimento baseado na industrialização, e está na sua versão mais perigosa assentada no extrativismo mineral.

Nos territórios analisados, a tríade da desigualdade econômica é completada pelas condições de trabalho. É preciso notar que a precarização do trabalho tem sido muito intensificada com as reformas constitucionais, em que pese a destruição do conjunto de direitos da classe trabalhadora. A medida provisória 808, enviada imediatamente ao desgastante processo de substituição da presidenta Dilma Rousseff em 2016, obteve rápida tramitação nas casas legislativas, transformando-se na lei 13.467/2017. Conhecida como reforma trabalhista, a lei utilizou-se de uma retórica tacanha, para reduzir os níveis de desemprego e ativar a economia. A lei previa um conjunto de normas que prejudicou intensamente a classe trabalhadora como, por exemplo, a extinção do contrato de trabalho com a previsão do pagamento apenas de metade do aviso prévio³.

Segundo a nova normativa, os acordos trabalhistas poderiam ser realizados sem a mediação sindical, colocando o patrão e o empregado na mesma mesa de negociação, porém, em condições desfavoráveis. Mas, o principal desgaste vem da assunção do trabalho intermitente, caracterizado pelo pagamento fracionado do salário.

Desde 1950, com a instituição da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, o empregado que fosse demitido sem justa causa fazia jus, à título de indenização, a um salário percebido no contrato.

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

Em tese, para conseguir um salário mínimo, um trabalhador não poderá receber um valor menor do que o previsto no momento anterior. Todavia, na prática, a quantidade de horas contratadas não prevê a obrigatoriedade por parte do empregador de igualar o pecúlio laboral ao momento anterior a legislação, havendo, como consequência, uma redução dos vencimentos médios dos trabalhadores. Essa realidade se comprova quando o IBGE alertou que, em 2021, a renda média do brasileiro ficou abaixo do salário mínimo.

O contexto nacional encontra abrigo na realidade local, razão pela qual a variável condições do trabalho é repetida na percepção dos participantes dos grupos focais. Embora a única trabalhadora inserida no mercado formal tenha relatado que seus direitos foram subtraídos pela empregadora por imaginar que esta os desconhecesse, há que se relatar que a grande maioria das tensões apresentadas se relacionaram mais ao mercado informal de trabalho, o que, em tese, não seria alcançado pela explicação acima. Contudo, é preciso perceber que as mudanças estruturais no mercado formal ditam o ritmo do mercado informal, onde as relações de trabalho, embora sempre frágeis, nunca estiveram tão fragilizadas.

Na maioria dos relatos encontra-se o trabalho doméstico local, que impõe relações precárias as mulheres. Mas, não apenas ao regressar aos relatos será possível observar uma tênue relação dos trabalhadores ao comércio local, sobretudo com as condições de renda. Nesse sentido, bem cabe lembrar a tese de Harvey (2016:35), quando propôs analisar o trabalho enquanto categoria de valor social. Para ele, o valor social do trabalho precisa ser buscado sob pena de ter o valor social de troca comprometido. Isso porque “numa sociedade complexa constituída pelo capital, a dependência do trabalho ajuda a obter valores sob os quais precisamos para viver”. Logo, sentencia que “o valor social das atividades laborais consolida o que o dinheiro representa”.

Portanto, “valor é uma relação social oriunda do trabalho”, sendo que a precarização das condições de trabalho é a própria expressão da precarização das relações sociais, o que pode pôr no limbo a sua capacidade de mediar conflitos. É o que sustentam Harvey (2016:48), ao afirmar que o empobrecimento do trabalho não é outra coisa senão o empobrecimento da sociabilidade que, na visão dos autores, “é típica da formação econômica capitalista”.

Após analisar os principais elementos que, na percepção dos autores, estão a como a “negação ao acesso ao emprego, a renda e ao consumo” tem a capacidade de

A Dinâmica Social da Pobreza Urbana nos Territórios da Frente Social Cristã produzir desigualdade nos territórios, é justo notar aquilo que Santos (2016:83) observou “progredir para uma concepção de carência absoluta vinculada a sub existência.”

Nessa trama, a precarização das condições de trabalho influencia diretamente a situação de pobreza do grupo familiar, minando suas capacidades de reação à dinâmica imposta pelas estruturas sociais que, segundo Santos (2016:89), tem a capacidade de lhe “encaminhar para a exclusão social pela incapacidade das estruturas sociais, políticas e institucionais”.

Finalmente, a dimensão da desigualdade exige um esforço complementar para compreender os percursos realizados pelos sujeitos para, em seguida, servir de suporte ao estabelecimento de estratégias sociais capazes de enfrentar as variáveis de produção do distanciamento entre os estratos sociais nas localidades. Foi com essa intenção que se apresentou as variáveis relacionadas à educação, à saúde e aos aspectos de uma economia saudável.

Isso não exclui a presença de outras variáveis, no entanto, respeitando o método adotado foi possível absorver as primeiras variáveis como expressão coletiva das vozes dos sujeitos, sem as quais seria impossível expressar a realidade estudada. Assim, foi possível, com certo grau de segurança, apontar para os principais elementos relacionados à educação, à saúde e a economia que estão a produzir desigualdade na Frente Social Cristã localizada na zona urbana da cidade de Crateús.

A seguir, será analisada a dimensão da pobreza extrema a abrigar as variáveis que produzem exclusão social.

7.1.3 Análise do Ciclo da Exclusão Social nos Territórios

A exclusão social tem sido um dos principais campos de estudo sobre a pobreza no mundo. Os interessados por esse tema têm-se dedicado a compreender os elementos que colocam os indivíduos fora do esquema coletivo socialmente estabelecido. Nesse sentido, pode-se imaginar que a exclusão social esteja diretamente relacionada a negação de acesso as condições materiais necessárias para inserir as pessoas na sociedade que desejam participar.

Em geral, tais elementos poderiam ser facilitados pelo Estado, por meio de suas estruturas, nomeadamente pelas políticas públicas, ou por uma rede de proteção social a

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

envolver o próprio Estado. Sob essa ótica, a exclusão social está diretamente relacionada a exigência da cidadania. Aqui está o elemento central a distinguir a fase atual – exclusão social - da fase anterior da pobreza, nomeadamente a desigualdade. Isso porque a noção maior de exclusão social está condicionada estreitamente a um conjunto de direitos e esquemas de proteção social a garantir o mais amplo direito à cidade, sem os quais o indivíduo seria rapidamente afetado pela vulnerabilidade.

Em outras palavras, a exclusão social, segundo Francesa Hélène Thomas, possuía capacidade de “élargir le champ d'étude de la pauvreté aux potentiels exclus, pensés comme précaires, fragiles, en situation d'insécurité voire de dépendance et de désaffiliation” (THOMAS, 1998:98).

Cabe ressaltar, aqui, a importante observação realizada por Anete Ivo ao expor que a primeira noção de exclusão social atribuída à escola francesa, estava diretamente relacionada "as unidades analíticas da cidade, onde o acesso ao emprego e ao sistema de proteção social, e espaços são representadas por uma imagem de fratura social a separar os que tem um lugar daqueles que precisam ali ser integrados” (IVO, 2008:101).

Essa linha de argumentação encontra apoio na proposta do IBASE, em que a cidadania está articulada com um conjunto de direitos coletivos, sociais e políticos que precisam ser alcançados para que os níveis de exclusão social sejam efetivamente superados e o ciclo da pobreza interrompido (IBASE, 2010).

Foi dentro desta noção de exclusão social que os grupos focais concentraram esforços para identificar as condições materiais que garantem cidadania, no melhor apelo ao direito à cidade. Esses direitos, em geral, se relacionam às condições para superar os precários sistemas de infraestruturas, identificados quase sempre na dimensão ambiental, nas precarizações das condições de moradia e, sobretudo, em elementos da violência urbana, sendo considerado, aqui, tanto as dimensões relacionadas ao crime organizado quanto a dimensão institucionalizada do Estado, ou mesmo grupos paramilitares, os chamados milicianos.

Em tempo, nota-se profunda conexão entre as variáveis apontadas pelos sujeitos a teoria defendida por Ivo (2008:103) quando a autora sustentava que “as questões [*de exclusão social*]⁴ das periferias urbanas se articulam com as maneiras objetivas com que o poder público atua sobre a reprodução das camadas populares”.

⁴Grifo nosso

Essas dimensões foram identificadas pelos grupos focais e resultaram no mapeamento da exclusão social nos territórios a compor o ciclo da pobreza extrema a partir de 31 variáveis, sendo as primeiras relacionadas com as categorias de mobilidade, acesso à água potável e violência policial. Essas três categorias receberam a maior quantidade de referências por parte dos participantes.

A primeira categoria a emergir nos grupos focais apontou para a negação do acesso à mobilidade urbana. Esse processo pode estar na reprodução direta da segregação espacial que, segundo Carlos et al. (2017:10-12) consiste na privação do urbano se abrindo a insuficiência da oferta de serviços de infraestrutura. Aqui, vale recorrer ao estudo realizado pela Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos no Brasil (2020),⁵ em que se revela que “nos últimos anos o investimento em novos projetos de infraestrutura de mobilidade urbana foi baixíssimo, por parte dos municípios, estado e União.”

Nesse limite, bem atestaram Carlos et al. (2017) ao chamar a atenção para os riscos de uma “urbanização esfacelada em espaços fragmentados que tende a reduzir a situação dos cidadãos a situação de mera sobrevivência.” Na sequência, os autores argumentam que dissociado da cidade, “o homem [e mulher] tem seu sentido esvaziado em que a cidade se impõe como uma potência estranha a atualizar o mundo moderno” (CARLOS, 2017:35-36).

Outro campo explicativo à importância da mobilidade urbana vem de Milton Santos para quem a junção à cidade realiza sua mobilidade a partir de dois circuitos. O autor elabora a existência de dois circuitos na urbanidade, sendo a disponibilidade da oferta do serviço de transporte o elo responsável pela ligação entre os circuitos. Na tese de Santos, de um lado há o circuito superior e, do outro, o circuito inferior. De um lado, o capital intensivo, o uso das tecnologias e criatividade do poder. Aqui estão os bancos, as indústrias e as organizações capazes de manipular a realidade urbana. Do outro lado, pequenas redes produtivas, intermediárias, artesãos e uma grande faixa de consumidores (SANTOS, 2013: 47-52).

⁵ Ver em <https://www.ntu.org.br/novo/ReleaseCompleta.aspx?idArea=17&idSegundoNivel=49&idRelease=1174>

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

O autor continua alertando que uma cidade que não consegue realizar ligação entre seus circuitos será, por definição, uma cidade segregada, com baixa capacidade evolutiva no sentido econômico, portanto, deverá se tornar em pouco tempo uma cidade rígida, sem conexões. Para evitar tal movimentação, é preciso considerar o que ele chamou de “relações dialéticas”, sem o qual a cidade não evolui como um organismo urbano.

Nesse cenário, o direito de se movimentar pela cidade pode representar para as camadas mais humildes um determinante social, porque a imobilidade impossibilita a articulação territorial das pessoas e, conseqüentemente, o envolvimento dos sujeitos com a dinâmica da cidade, de forma geral, e suas espacialidades em particular.

Essa realidade apontada no anuário de transportes urbanos citado acima, é agravada na dimensão local da cidade de Crateús, pois esse importante instrumento capaz de facilitar circulação dos indivíduos nos diversos níveis da cidade simplesmente não existe. Tal gravidade pode ser observada ao voltar ao mapa 07 (página 231), em que é possível perceber que a variável em questão está diretamente associada ao acesso a outros direitos como a educação e a saúde, mas, sobretudo, a movimentação de pessoas com mobilidade reduzida. Com efeito, o problema é agravado pelas longas distâncias geográficas que afetam diretamente pessoas com mobilidade reduzida, bem como a ausência da oferta de transporte público.

Desta forma, a dimensão da mobilidade parece condenar os sujeitos a partir de uma tripla força, a agir sobre os territórios, com a ausência de oferta de transporte público, que, em função das distâncias, afetam sobremaneira as pessoas com mobilidade reduzida, em especial os idosos e pessoas com alguma deficiência. Nesse contexto, as pessoas acabam isoladas das principais decisões políticas da cidade, ou sendo-lhes negado o acesso aos circuitos econômicos. Contudo, o mais grave é a dificuldade que essas variáveis assumem quando observada a oferta dos equipamentos de saúde e de educação (ver Mapa 10).

Em outras palavras, quando comparada a dificuldade imposta pela mobilidade e as ofertas de equipamentos para saúde e educação, pode-se considerar que os níveis de exclusão social produzidos pela categoria mobilidade impactam sobremaneira nas garantias de se acessar os circuitos superiores defendidos por Milton Santos, pois como atesta o mapa, tais equipamentos possuem a tendência de ser centralizados no centro da cidade, impondo um custo adicional para as pessoas que habitam as periferias da cidade.

Essa realidade é que justifica o apelo dos sujeitos desta pesquisa para que seja implantado um sistema de transporte público, ainda que seja dada sua administração à iniciativa privada.

A segunda dimensão que mais chamou atenção aos participantes nos grupos focais, foi a categoria Infraestrutura ambiental, discutida no horizonte de três variáveis: o acesso à água potável, saneamento básico e coleta de lixo. A realidade encontrada no mapa da Dinâmica Social da Pobreza revela que a categoria esteve presente nas falas dos sujeitos por 66 vezes. Sendo a variável mais grave, o direito de acessar a água potável, aparecendo em seguida o acesso ao saneamento e a coleta de lixo

Nesse contexto, a negação ao acesso à água potável espelha a realidade local em relação com a situação mundial apontada pela Unicef⁶, ao revelar que 3 em cada 10 pessoas não acessam água potável em casa. Esta realidade é confirmada na tabela 11 (página, 172) disponível no capítulo 5 deste trabalho, em que se revela que a negação do acesso de abastecimento de água potável atinge respectivamente 15,3% da população brasileira e 22,1% da população cearense.

Os dados, acima apresentados, são confirmados no 25º diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto, publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional em 2020, por ocasião do diagnóstico de Serviços de Água e Esgoto, onde se indica que 35 milhões de brasileiros não acessaram água potável no período analisado (2020).

A pesquisa, contida no diagnóstico, detectou também, que 100 milhões de brasileiros(as) não acessam o saneamento. O documento identificou que parte deste público está concentrado nas 100 maiores cidades brasileiras. Os dados revelam que o acesso ao saneamento universal é um ponto distante no Brasil. Isso ocorre porque as 20 cidades com os melhores saneamentos têm o índice de 97% de cobertura, enquanto nas 20 piores, esse índice cai para apenas 25%, o que revela uma grade distorção na oferta do serviço.

O problema se agrava quando é inserida a variável “coleta de lixo”, cuja regularidade não é comum para boa parte das comunidades. O cenário apontado na percepção dos sujeitos é confirmado em levantamento realizado pelo IBGE disponível no capítulo 5, em que se mostra que 9% da população brasileira está exposta a irregularidade

⁶Ver em <https://www.unicef.org/angola/comunicados-de-imprensa/21-bilh%C3%B5es-de-pessoas-n%C3%A3o-t%C3%A3o-t%C3%A3o-acesso-%C3%A1-gua-pot%C3%A1vel-em-casa-e-mais-do-dobro>

da coleta de lixo. Para a empresa Metropolitana de Serviços Ambientais⁷, essa realidade implica diretamente em questões relacionadas a saúde.

Em seguida, a categoria violência emerge como elemento distintivo para os grupos focais. Os participantes apontaram que a violência nos territórios é percebida a partir das variáveis: violência policial; a prática de milícia, seguida de violência contra a mulher. Nesse cenário, emergiram outras categorias que se associam diretamente a prática da violência como a sensação de insegurança e medo, tráfico de drogas e disputas por territórios.

Como pode ser observado, a violência é uma expressão da exclusão, sobretudo quando cometida por agentes do Estado. Tal dinâmica produz aumento nos conflitos urbanos com a ideia de massificação do modelo de polícia repressora, e, na outra ponta, não resolve o problema advindo das disputas por territórios que, em geral, são motivadas pelo tráfico de drogas. A ineficaz política escondida na repressão às drogas, com forte aspecto de violência policial, emergiu principalmente nos territórios Neném Ramiro e Alice Matias.

É interessante observar que os sentimentos de medo e insegurança estão presentes para os habitantes dos territórios Socorro Pereira e Ana Januário, mas as variáveis da violência policial emergem apenas em Neném Ramiro e Alice Matias. O que pode abrir uma componente reflexiva importante: onde há medo e insegurança não há excesso da polícia, mas onde não há medo e insegurança há violência policial. Esses elementos indicam que o medo e a sensação de insegurança se relacionam com outros tipos de violência que não aquela praticada pelos agentes do estado. É possível que sejam explicadas pela presença do tráfico e pela disputa por territórios que se apresentam nos territórios que indicaram a percepção do medo e da insegurança.

Na sequência, a dimensão da Exclusão Social à Dinâmica Social da Pobreza, apresenta as variáveis relacionadas à categoria da Infraestrutura Urbana. Estas emergiram na percepção dos sujeitos a partir da oferta da energia elétrica, da iluminação pública, das condições do rio Poti, da arborização da cidade e da pavimentação das ruas. O direito à energia elétrica, apesar de ser garantido, tem sua oferta absolutamente instável na maioria das comunidades estudadas, Não obstante, as instalações precárias aumentam o risco de acidentes.

⁷ Ver. Empresa Metropolitana de Serviços Ambientais – Disponível em <http://msa.eco.br/saneamento-basico-aprovacao-lei/>

Outra percepção importante aponta para as condições do rio Poti, sobretudo, no que diz respeito a práticas comerciais nas suas margens a provocar assoreamento e consequente poluição. Na sequência, a cidade está, na visão dos sujeitos, mal arborizada. A política de arborização não é adequada às condições do clima local, dimensão que associada a política de pavimentação com base no asfalto, torna o microclima ainda mais difícil. Finalmente, os sujeitos apresentam o problema relacionado à iluminação pública como fator importante para a geração de exclusão social.

Passamos, agora, para a análise da categoria de acesso à cultura. A ausência de uma política de cultura para a cidade pode significar o avanço de movimentos fundamentalistas, sobretudo, em meio à juventude, ou mesmo que seja possível haver avanço na monocultura da religião. Essa realidade, sem uma política de cultura fortalecida, tem a capacidade de degenerar a identidade de gerações.

Na prática, o mapa da Dinâmica Social da Pobreza revela que a questão cultural nos territórios é extremamente negligenciada. A categoria é, na visão dos sujeitos, expressão das condições de apoio e ação cultural. O apoio à cultura é, por sua vez, outro elemento importante na percepção dos sujeitos, pois tal dimensão é fundamental para gerar identidade nos territórios. Contudo, o acesso à cultura quando condicionado apenas ao calendário religioso, ou a iniciativas individuais dos moradores, dificulta o acesso à cultura na sua amplitude, tornando o debate sobre cidadania evidentemente esvaziado.

Sem exceção, as falas sustentam que o poder público não garante qualquer apoio nem promove qualquer ação relacionada a esse direito. Em raríssimos casos em que a cultura é acessada, ocorre na forma de iniciativa privada ou por meio de festejos religiosos. É o caso do território Neném Ramiro, cuja ação cultural se dá em função da festa da padroeira (ver mapa 12, anexo 2).

O mesmo ocorre no território Alice Matias, onde pequenas iniciativas privadas ajudam os amantes da cultura em apoios culturais às quadrilhas juninas (ver mapa 14, anexo 2). Não obstante, no território Ana Januário, o apoio à cultura por parte do governo local, emergiu a partir de prática que mais se assemelhava a favores partidários. Esses argumentos foram evidenciados nas falas dos sujeitos de outros territórios. É digno de nota que, no território Socorro Pereira, a categoria não foi mencionada.

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

Outras das dimensões abordadas nos grupos focais prendem-se com a participação e a ação. Esse campo está diretamente associado à maior expressão da vida democrática local, especialmente quando considerada a polarização vivenciada pelo Brasil desde 2016, e refletida nas condições regionais. Neste sentido, os sujeitos indicamos seguintes fatores como causas para exclusão social: representação política, conselhos municipais, processo eleitoral e movimentos sociais (Ver mapa 09).

Tais dinâmicas são reforçadas pelo fato de as escolhas dos representantes políticos ocorrerem em função da manutenção das condições estruturais do mercado. É a exata medida da afirmação de Santos (2016:101), ao denunciar a política representativa como expressão do “contrato direto com o cidadão em que estes não visam participar das decisões.”

As consequências desse processo reverberam diretamente nas prestações dos serviços públicos, que tendem a reproduzir uma espécie de democracia colonizada. Tal democracia nega a pluralidade, a interculturalidade e amena os sentidos constitucionais que a circunscrevem. Para dizer de outra forma, cito Santos (2016:102) para quem uma democracia a serviço dos poderosos “construída pelos de cima tende, a se transformar em autoritarismo para os de baixo”. Essa realidade possivelmente guarda ligação com a perpetuação no poder de políticos antigos, bem argumentada nas falas dos sujeitos da pesquisa.

Em nível local, a análise da variável representação política se estabelece a partir de uma dupla percepção: se de um lado ocorre em função da baixa avaliação de desempenho do representante político eleito, que a torna minguada e, conseqüentemente, reduz os efeitos da democracia representativa, do outro, emerge o protagonismo de lideranças locais a exercer o múnus da política participativa. Ou seja, enquanto os elementos falidos da representação política tiram da sociedade a capacidade de reação, do outro é inevitável pequenas “revoluções cidadãs” ainda que silenciosas e a provocar avanços da democracia saindo da sua componente estritamente representativa para a participativa.

Essa dimensão é expressão de estratégias da organização social em que se insere o objeto deste estudo. Nesses termos, a resistência local emergiu a partir de uma gramática política própria a disputar a democracia local, quer seja na sua dimensão institucional, via participação nos conselhos, ou atuando de forma ativa nos processos eleitorais a partir de

um duplo movimento baseado na fiscalização e na oferta de candidaturas próprias, quer seja organizando núcleos para formação e construção de políticas coletivas para tornar a vida nos territórios viáveis, tendo por base a organização política local.

Tal contexto justifica a fala dos sujeitos carregada de emoção quando o assunto são os conselhos municipais e os processos eleitorais. Não obstante os processos eleitorais serem quase sempre associados a corrupção e a decepção, os conselhos municipais inspiram maior senso de responsabilidade na fala dos entrevistados. Apesar de não pouparem críticas à sua funcionalidade, não há quem deles desista. Isso revela a direção da visão política estabelecida pelos sujeitos, a encontrarem maior sentido nas expressões participativas da democracia.

Em Socorro Pereira, a variável de maior expressão na categoria participação e ação está relacionada ao processo eleitoral. Isso indica que, naquele território, tal dinâmica ganhou mais evidência em função de ter apresentado pessoas candidatas a disputa eleitoral. Não obstante, os resultados foram frustrados, segundo a percepção dos sujeitos “pela falta de dinheiro” no financiamento de campanhas (ver Mapa 11, anexo 2).

No território Neném Ramiro, a categoria em análise se relaciona diretamente à dimensão da representação política. Elemento evidenciado na fala das entrevistadas Clara e Isabel quando, em suas observações, denunciam o desânimo diante dos desmontes das políticas públicas nacionais: “esse governo que tá aí só tá querendo tirar os direitos da gente”; como “tem vereador que já está no sétimo mandato, e mesmo assim nunca fez nada pela gente” (ver Mapa 11, anexo 2).

A participação e ação no território Ana Januário são captadas pela expressão das variáveis conselhos municipais, representação política e processo eleitoral. No entanto, nesse território, ocorre maior inserção nos conselhos municipais. Seus membros relataram participar dos conselhos de Assistência Social, Conselho de Moradia, Conselho das Crianças e dos Adolescentes, Conselho da Cultura, Conselho de Segurança Alimentar e do Conselho da Pessoa Idosa. Sendo este instrumento também o maior alvo das críticas, sobretudo relacionadas com a sua eficácia e funcionalidade, muitas vezes reduzida, na percepção dos sujeitos, pelo engessamento burocrático exercido pelo poder público local (ver Mapa 13, anexo 2).

No território Alice Matias, o debate apresentou as variáveis representação e participação política. O debate foi motivado por uma cisão estabelecida entre representantes e representados, a

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

política e conselhos municipais. Neste cenário, há uma verdadeira crise de representação a ponto da entrevistada Yasmin, sentenciar que, no território há participação “de cinco vereadores, mas nenhum faz nada.” Em suas palavras: “só aparecem de 4 em 4 anos.” Contudo, a sua fala ressalta que “as coisas conquistadas no território, são todas fruto de luta nossa... nos mobilizamos e conseguimos...”

Finalmente, o cenário da participação e ação no território indica uma forte crise representativa, a ponto de aflorar em rivalidades ideológicas. As falas dos sujeitos indicam haver uma espécie de sabotagem dos representantes eleitorais em relação ao território, figuras aparentemente ausentes do cotidiano prático e da vida social local. Contudo, esse vácuo é preenchido pela percepção coletiva dos membros dos territórios que tornam possível a disputa institucionalizada a partir da organização de base.

Em seguida, o mapa da Dinâmica Social da Pobreza refere as variáveis burocracia de acesso e racismo ambiental⁸. O termo racismo ambiental foi utilizado inicialmente nas ruas norte-americanas nos idos de 1978. O argumento central, levantado por Benjamin Chavez, serviu de sustentação aos protestos contra depósitos urbanos de componentes altamente tóxicos (ROBERTS e TOFFOLON-WEISS, 2004). Em geral, é um termo utilizado para designar os impactos e os efeitos das injustiças ambientais e sociais sobre populações despossuídas de poderes econômicos e expostas às condições inadequadas de vida.

Contudo, cabe ressaltar que se a terminologia é originalmente utilizada para denunciar exposição a más condições ambientais relacionadas a infraestrutura e assentadas na ausência de políticas ambientais sustentáveis, este texto vai dela se valer para designar o tratamento destinado aos moradores dos territórios analisados, que uma vez expostos à vulnerabilidade das condições ambientais, são tratados de forma violenta por agentes do estado, nomeadamente policiais, baseada na estigmatização social. Tal argumento pode ser confirmado na fala dos entrevistados, para quem os agentes “só agem de forma violenta porque a comunidade é pobre.”

Nesse sentido, é notório que a exposição a um conjunto de direitos negados age

8 Segundo registro no capítulo 6, tais categorias são complementadas por trabalho e renda e juventude. A primeira foi objeto de estudo do ciclo desigualdade, e a segunda, guarda relação direta com o risco da fome. Está diretamente associada ao racismo ambiental, às dificuldades da renda, e às consequências relativas ao custo de vida. Nesse sentido, esta tese compreende que a variável juventude, em virtude de sua transdisciplinaridade, tenha sido trabalhada na sua dimensão subjetiva, bastante explanada em capítulo específico.

simultaneamente, para emitir sentença condenatória ao público em situação de pobreza. Logo, o termo racismo ambiental ganha mais uma expressão política, justificada na profunda estigmatização das pessoas em situação de pobreza em função da sua realidade geográfica, e, sobretudo, econômica. Esses elementos estão na base da ação policial que, segundo a percepção de Pedro, entrevistado no território Socorro Pereira: “só acontece com o pobre. No pobre é diferente, é na pancada.”

Na outra linha está a variável que captou o excesso de burocracia imposta pelas instituições públicas aos moradores dos territórios. Esse mecanismo é a própria expressão do racismo institucional que, Werneck (2016), atinge seu ápice na estruturação das relações com o estado de forma geral, e os governos em particular. Em resumo, esse processo fica caracterizado quando os sujeitos relatam o tratamento dado por órgãos do governo quando estes precisam, por exemplo, solicitar serviços essenciais. O excesso de burocracia é percebido em vários setores, como na prestação de serviços de luz, saúde e, principalmente, no acesso à água.

Para além da ausência de boa vontade, os relatos dão conta de clara prática de racismo, manifestada nas estruturas institucionais. Um simples pedido de religação do serviço de água, por exemplo, implica uma apresentação de documentações inviáveis para a realidade local, como a documentação cartorial de posse da casa. Ou mesmo, a autenticação de documentos testemunhais capaz de supostamente atestar lisura da demandante. No entanto, as pessoas retrataram que tais procedimentos são exclusivos aos moradores dos territórios, e que, na prática, não são solicitados aos moradores de outras localidades. O que de fato confirma a prática racista. Tal prática é captada pelo portal Werneck ao atestar que “o racismo institucional, é nesse sentido sistematizado a partir de mecanismos estruturais, cujo resultado é a exclusão racial”.

Por sua vez, tal realidade revela vertentes mais seletivas até tornar-se decisiva no acesso aos benefícios gerados pelo Estado. Segundo esse pensamento, o processo velado de racismo institucional escondido em burocratizações excessivas, acaba por desequilibrar a oferta dos serviços públicos que passa a ser usufruído por “grupos raciais privilegiados.”

Na prática, o racismo institucional, aqui associado ao excesso de burocracia, é na visão da médica brasileira Jurema Werneck,

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

é responsável por promover a exclusão seletiva dos grupos raciais subordinados por meio de “lógicas, processos, procedimentos, condutas, que vão impregnar a cultura institucional - o que, se não os torna invisíveis, faz parte da ordem ‘natural’ das coisas” (WERNECK, 2016:545).

Segundo os participantes da pesquisa, esse não é um fato isolado. Ocorre com a prestação de serviço de energia. Apesar de o problema ser de outra natureza, regularização da rede de fiação, necessária ao funcionamento do novo zoneamento urbano, torna-se um drama refletido pela burocratização a se repetir no contínuo jogo de transferência de responsabilidade entre a prestadora de serviços e a prefeitura municipal. Muito embora seja notória a definição de quem, de fato, seja a responsabilidade do manuseio das instalações elétricas, a companhia de energia insiste em declarar não ser de sua responsabilidade.

Como se não bastasse, o excesso de burocracia na oferta de água e luz, a pesquisa capturou, nos grupos focais, que o racismo institucional ocorre também na prestação dos serviços relacionados à saúde. Segundo fala de Marta, uma simples consulta demora até 8 dias para ser agendada. É relevante observar que não se trata do atendimento em si, mas do simples agendamento. Esse fato permite associar a negligência como um elemento concreto de racismo institucional, via excesso de burocracia.

No território Socorro Pereira, o racismo ambiental finaliza a lista de variáveis expostas no mapa da sua dinâmica social da pobreza. No entanto, o que mais chamou atenção dos participantes, foi a variável burocracia de acesso, figurando como a segunda variável mais impactante a gerar exclusão social (ver Mapa 11, anexo 2).

No território Neném Ramiro, as variáveis em análise não figuram no mapa, mas estão presentes na tabela respectiva ao território. Isso configura que tais elementos não chamam atenção de forma imediata na fala dos sujeitos, contudo, existem (ver mapa 12, anexo 2.). Em outras palavras, os sujeitos da pesquisa indicam a presença de tais elementos, muito embora não sejam estes vistos como a principal causa de exclusão social.

O mapa da Dinâmica Social da Pobreza referente ao território Ana Januário

apresenta a variável burocracia de acesso como produtora de exclusão social. Muito embora as frequências atribuídas às variáveis em análise as coloquem em 9ª entre as doze variáveis apresentadas, é digno notar que esta dimensão está associada a prestação dos serviços públicos, em especial o acesso a saúde pública (ver Mapa 13, anexo 2).

Em seguida, o mapa referente ao território Alice Matias apresentou a variável racismo ambiental, sendo também a 9ª entre as dez principais variáveis. Nesse contexto, o racismo ambiental está relacionado diretamente à violência policial. O argumento é sustentado na fala dos sujeitos, sobretudo, quando lembram as invasões de policiais às residências das comunidades. Em outro trecho, a fala de Inês é esclarecedora quanto ao racismo ambiental praticado no território. Segundo ela, “quem mora na favela e é preto” está mais exposto a violência, pois, segundo sua percepção, o branco que mora no centro da cidade, ainda que seja usuário de drogas, não recebe o mesmo tratamento.

Por fim, após apresentar os ciclos da desigualdade e da exclusão social à Dinâmica Social da Pobreza, vamos abordar o ciclo em que a pobreza é aprofundada e se revela na sua forma absoluta, o ciclo da fome.

7.1.4 - Análise do Ciclo da Fome nos Territórios

A etimologia da palavra pobreza associa-se diretamente ao substantivo pouco. A primeira lembrança para designar um estágio de pobreza é, portanto, a noção de quantidade, especialmente quantidade de alimento que um determinado indivíduo possui ou precisa para garantir subsistência. A fome, nesse sentido, é a expressão mais dramática de pobreza. Porque ela afunda o indivíduo numa zona de absoluta dependência, a ponto de fazê-lo dispor de seus laços sociais mais íntimos.

Contudo, sabe-se que a fome, por ser uma escolha moral ou uma consequência da ausência de moral por parte das classes dirigentes e dominantes, é absolutamente evitável, a considerar a produção agrícola, a circulação de mercadorias e, sobretudo, a disponibilidade de infraestrutura tecnológica disponível no mundo moderno. Tal realidade há muito fora denunciada por Josué de Castro (1984: 267):

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

histórico, com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais.

Como se pode observar, a fome - marca indelével da Idade Média europeia em função das guerras e da peste - continua a ser a grande mancha social que, em plena era da informação e das tecnologias avançadas, de urbanidades transformadoras e produção intensa, teima em se apresentar impunemente a milhões de pessoas mundo afora.

Especialistas convergem no diagnóstico de que a fome resulta de três fatores importantes: a guerra, as mudanças climáticas e, principalmente, o mau funcionamento da economia. Talvez isso explique o fracasso das duas primeiras metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), cuja linha argumentativa é bem explanada no capítulo 5 desta tese.

No mundo, a fome volta a bater à porta da população mais humilde (ver o capítulo 5). Na realidade brasileira, sem guerras, a fome está a atingir 19 milhões de pessoas. Tal dado somente pode ser explicado pelo mau funcionamento da economia e por mudanças drásticas em climas regionais, como secas prolongadas no Nordeste ou queimadas no Norte. É o que atesta o último relatório da FAO (FAO, 2021).

Em níveis locais, os números revelam que o Estado do Ceará reduziu drasticamente o número de pessoas em situação de fome. No entanto, ainda há muito a fazer para se acabar de vez com essa degradante situação moral. É o que revela a pesquisa de campo deste trabalho em que se verificou que o estágio da pobreza relacionado a fome voltou a ser uma possibilidade, sobretudo, em função do mau uso da economia.

A fala de Madalena, participante do grupo focal, vai na linha, ao confirmar uma dupla preocupação: de um lado, há profunda preocupação com o fim do auxílio emergencial emitido pelo governo federal a população mais carente; e, do outro, o aumento dos preços de bens essenciais. Ela arremata seu pensamento, afirmando ser essa uma situação coletiva, em que todos estão expostos aos efeitos do mau uso da economia. A fala de Madalena vai ao encontro da pesquisa realizada pela ONG Ação da Cidadania⁹, que estima que a lentidão do governo em viabilizar a volta do auxílio emergencial jogou na zona da “insegurança alimentar” quase 10,3 milhões de pessoas.

9 - Expectativa revelada na reportagem do jornal *Extra* disponível em <https://extra.globo.com/economia/a-margem-de-qualquer-auxilio-pandemia-empurra-22-milhoes-pobreza-24891693.html>

A Dinâmica Social da Pobreza Urbana nos Territórios da Frente Social Cristã

Nesse contexto, a realidade observada em Crateús a partir da fala dos sujeitos, aponta para duas variáveis que possuem força explicativa da fome. A primeira é a merenda escolar, e a segunda é o risco da fome. A primeira variável chamou maior atenção dos participantes ao representar uma realidade concreta para os jovens e as crianças, cuja garantia de refeição diária está diretamente associada à vida escolar. Quando esta instituição deixou de oferecer a merenda escolar, em função da pandemia, imediatamente centenas de jovens e crianças se viram em situação de fome. Uma tendência semelhante parece contribuir para o avanço do número de pessoas em situação de fome no mundo, como é sustentado no relatório da FAO (2021) ao afirmar que, durante a pandemia, a prevalência de subalimentação aumentou de 8,4% para 9,9% no mundo.

Em tempo, é notório que a oferta da merenda foi interrompida em função da Covid-19, mas sua qualidade já era questionada pela baixa capacidade nutritiva. É o que atesta a fala da entrevistada Inês ao retratar, com certo grau de surpresa, que o tipo de merenda ofertada à sua filha, causou-lhe problemas de saúde. Não obstante, não acessar a merenda escolar foi central para que as crianças e jovens passassem a ser vistas nas portas de mercantis e restaurantes da cidade a pedir alimento. A fala de Ana Maria sustenta já ter testemunhado algumas pessoas “que não tiveram nem o café da manhã pra tomar.” E continua... “conheço mãe que não tem um gole de leite pra dar aquela criança... não tem uma colher de açúcar, não tem a massa para fazer o mingau.”

Se a ausência de merenda escolar provocou fome na realidade local, o auxílio emergencial evitou um mal maior. Segundo os dados publicados pela FGV social, o auxílio emergencial retirou 14 milhões de pessoas da extrema pobreza. Contudo, com o fim do auxílio e com a economia reduzida em função da pandemia, muitas pessoas foram novamente afetadas pela pobreza na renda e, imediatamente, jogadas na zona da fome. Hoje, segundo a FGV-Social,¹⁰ são 22 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema, e que chamam de “os novos pobres.” A seguir, será observada a evolução da fome segundo a realidade de cada território.

Em Socorro Pereira, a variável merenda escolar atraiu a atenção dos participantes em apenas duas frequências, o que não a colocou exposta no Mapa 11, mas está contemplada na tabela 1. Contudo, a expressão “hoje não tem a massa para fazer o

10 - Faz-se necessário registrar que o conceito pobreza extrema no contexto apontado pela FGV se relaciona à dimensão renda, mas se convencionou aqui apresentar pela sua capacidade ilustrativa.

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

mingau deles...” foi registrada neste território, o que efetivamente comprova que a fome está presente entre seus membros.

Na sequência, em Neném Ramiro, a maior frequência regista-se na variável em questão. Foram 11 vezes que os grupos abordaram o tema, o que revela uma percepção acentuada da mesma. Em seguida, o território Ana Januário não apresentou no seu mapa, a variável merenda escolar, isso ocorreu devido sua baixa frequência.

Finalmente, a realidade retratada no território Alice Matias apresentou a variável merenda escolar com 9 frequências, que passa a ser ilustrada na fala de Salomé para quem as crianças dependem da merenda escolar para se alimentar. Segundo sua fala, isso ocorre porque falta alimento nas casas. Logo, sem acessar a merenda escolar, as crianças ficam imediatamente expostas à fome.

Na sequência, é oportuno recordar que a associação entre a renda e a fome estão relacionadas em campos diferentes no mapa da Dinâmica Social da Pobreza, o que comprova que o fenômeno da pobreza se dá a partir de uma dinâmica complexa que pode, a um só tempo, expor o indivíduo a determinada situação extrema, conforme foi debatido no conceito de vulnerabilidade. A ausência de renda expõe diretamente o indivíduo ao risco da fome.

O risco da fome pode estar também relacionado com a exposição à insegurança alimentar. O relatório da FAO (2021) indica que 49 milhões de brasileiros estão expostos à insegurança alimentar grave. Esse dado geral foi captado nos territórios analisados e disponível no mapa 1, quando o risco de fome recolheu 13 frequências nos territórios. As causas estão associadas, na maioria dos casos, às condições de trabalho, à renda e, principalmente, ao custo de vida. É o que alerta Ana Maria para quem “a maioria das famílias de Crateús estão passando necessidade” em função da falta de emprego e da alta dos preços.

No território Ana Januário, o risco da fome está associado a dimensão da distribuição direta da renda mediante o auxílio emergencial. Segundo a fala de Ana Maria, com o fim do auxílio “as pessoas vão passar fome”. Outro fator a expor os indivíduos ao risco da fome é o custo de vida em geral, associado ao aluguel. Novamente, Ana Maria denuncia que o recurso do programa Bolsa Família sozinho é insuficiente para custear o pagamento do aluguel que, segundo ela, custa entre 100 a 200 reais por mês.

No território Neném Ramiro, o risco da fome foi secundarizado.

Para as pessoas do território, esse risco está diretamente associado a ausência de emprego. Segundo Clara, a ausência de uma política de geração de emprego “vai fazer aumentar o número de pedintes.” A percepção da entrevistada é reforçada pelos dados do IBGE, em que 14 milhões de brasileiros estão em situação de desemprego e outros 6 milhões encontram-se desalentados.

No território Ana Januário, o risco da fome se relaciona ao acesso a renda e ao baixo acesso ao serviço público, sobretudo, relacionado à saúde e à compra de água para beber. Para os participantes, a grande maioria das famílias do território ganham entre R\$ 89 e R\$ 249 reais por mês. Segundo a classificação do IBGE, eles figuram entre a pobreza extrema e a pobreza absoluta, conforme discutido no capítulo 5. Associada a essa realidade, Joana sustenta que é preciso pagar por consultas médicas devido a longa espera no serviço público.

Noutra parte do debate, Teresa lembra que é preciso comprar água porque aquela ofertada pela Companhia de Água e Esgoto não pode ser consumida. A diferença entre o que se precisa e aquilo que é ofertado, quando pressionado com a baixa renda, tem relação direta com o risco da fome no território.

Finamente, no território Alice Matias, o risco da fome não emergiu como variável principal. Contudo, está diretamente associada, na percepção dos envolvidos, à proteção social do Estado. Leia-se Prefeitura Municipal, e a oferta de merenda escolar. Para Salomé, essas duas condições podem evitar que as pessoas do território estejam expostas à fome. Segundo a percepção de Vitória, infelizmente, o CRAS, órgão responsável por articular a rede de proteção social, teve sua verba cortada pelo governo federal, o que inviabiliza ações concretas de combate à fome, confirmando na sua visão, o risco da fome.

7.1.5 – Síntese da Dinâmica Social da Pobreza nos Territórios

Neste capítulo, foi possível observar que a produção da pobreza – nas suas dimensões de desigualdade, de exclusão social e da fome observadas nos territórios da Frente Social Cristã – FSC, está intimamente relacionada a ausência de direitos sociais,

Para os participantes, o acesso à educação figura como a principal causa

desigualdade nos territórios. Dentro da categoria educação, é preciso aprimorar a democracia escolar, a formação dos professores, investir em infraestrutura dos prédios, reorientar os conteúdos para se alcançar novos contextos relacionados à diversidade gênero, reduzir a exclusão escolar para o público adolescente e, finalmente, realinhar o modelo de escola para atender as novas demandas das comunidades.

Ainda, segundo os participantes, a categoria de acesso à saúde e, nesta, a variável atendimento médico, é mais um importante elemento na produção da desigualdade nos territórios. O cenário apontado pelos indivíduos não permite aprofundar a dimensão “atendimento médico.” Pelo contexto, presume-se que o atendimento imediato esteja fortemente relacionado a consultas eletivas, em especial aquelas destinadas à saúde da mulher. Nesse cenário, é possível associar a dimensão levantada por Sen e Kliksberg, que sustentaram que “o desequilíbrio na oferta de saúde está profundamente relacionado aos circuitos perversos que alimentam agudos processos de desigualdades” (Sen e Kliksberg 2010:167).

Não obstante, é preciso enfrentar o constrangimento referente a distribuição de medicamentos e a realização de exames, a logística do serviço de atendimento de urgência – SAMU, e reorientar o atendimento às mulheres. É digno notar a importância de realinhar o Programa Saúde da Família que, segundo os participantes, impedem o acesso com dignidade, à saúde.

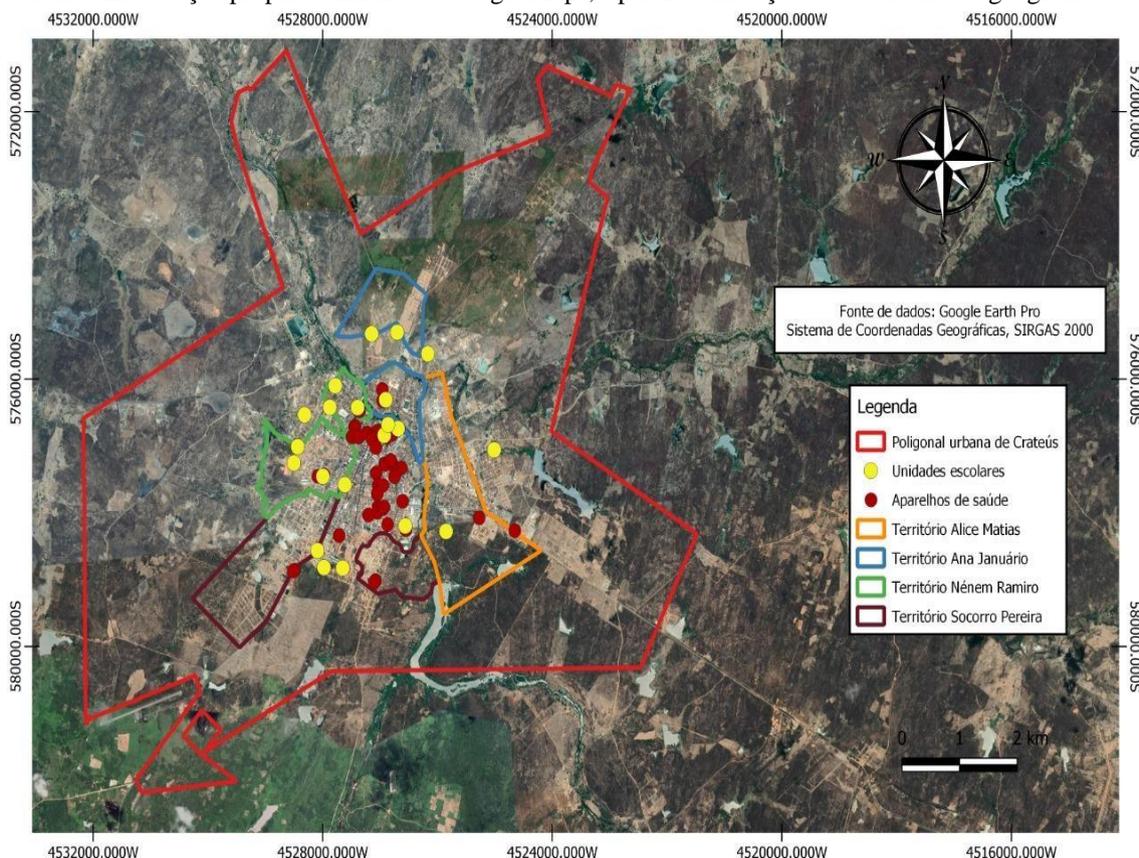
Finalmente, as estruturas de acesso à educação e saúde estão a gerar desigualdade. Isso pode ser observado no Mapa 10, onde se apresenta a localização georreferenciada dos equipamentos de saúde e de educação disponíveis nos territórios estudados.

A Dinâmica Social da Pobreza Urbana nos Territórios da Frente Social Cristã

Mapa 10 – Disponibilidade de equipamentos de educação e saúde nos territórios da Frente Social Cristã.

Cristã.

Fonte: Elaboração própria utilizando o Google Maps, a partir da inserção das coordenadas geográficas



da zona urbana do município de Crateús, fornecidas pela Prefeitura Municipal, tendo como referência os territórios da Frente Social Cristã, setembro de 2021.

Na imagem do mapa, é possível constatar que, para acessar a saúde e a educação, os moradores precisam se deslocar para fora dos limites dos territórios. Tal fato pode estar na base explicativa dos constrangimentos associados a estas duas variáveis.

Essa realidade encontra amparo na tese apontada por Stiglitz (2018:152) quando sentenciava que a base da geração da pobreza está associada a uma intensa discriminação de ordem econômica, e a incapacidade de disponibilizar acessos a bons níveis educacionais e assistência médica. Associa-se ainda a tese central de Atkinson (2016:26), ao alertar sobre os graves riscos sustentados na desigualdade de oportunidades e, sobretudo, suas influências naquilo que ele qualificou por desigualdade de resultados.

Atkinson argumenta que os resultados desequilibrados, gerados a partir de uma

A DINÂMICA SOCIAL DA POBREZA URBANA

negação das oportunidades, estão na base da ausência de coesão social, que pode impor ao tecido social aumento da criminalidade, queda na distribuição dos rendimentos e consequente quebra do poder econômico local. Nesse sentido, Atkinson alerta para os fatores circunstanciais que, se não forem observados, podem reproduzir nas gerações futuras, o estado de pobreza.

Na componente da exclusão social, a Frente Social Cristã está exposta a uma profunda fratura social. As variáveis mobilidade, acesso à água e violência policial, concentram 25% das respostas dos sujeitos. Mas, assume algum relevo a dimensão da mobilidade, associada principalmente a ausência de serviço de transporte público. Esse pode ser um importante instrumento para a prática da cidadania, de tal modo que os indivíduos possam participar da vida pública da cidade. A ausência de transporte público pode influenciar diretamente na vida política, e, sobretudo, na dinâmica social da cidade, sem o qual se abre um caminho perigoso de segregação das espacialidades e dos territórios.

Não obstante, as dimensões de infraestrutura urbana e ambiental, assim como as variáveis referentes a categoria representação política, ajudaram a compor o conjunto de elementos apontados como produtores de exclusão social. Nesse tipo de pobreza, é preciso registrar a presença do tráfico de drogas, bem como da ação de milicianos a disputar os territórios. Tudo isso tem obrigado os moradores a conviver sob o jugo do medo.

Finalmente, o presente capítulo abordou a zona da pobreza absoluta ou da fome. As falas dos sujeitos deixaram claro haver risco de fome generalizada, sendo já uma realidade, e, sobretudo, em algumas faixas etárias específicas. A fome nos territórios está intimamente relacionada à ausência da merenda escolar, que estava interrompida no momento da coleta dos dados, em função da pandemia. Aqui, é justo fazer uma dupla observação. Se de um lado, são notórios os efeitos da oferta da merenda escolar no combate à fome, de outro, indica dependência das comunidades, que somente têm sua segurança alimentar garantida graças a oferta de merenda na escola.

Por tudo isso, se as causas da fome nos territórios parecem ser circunstanciadas à merenda escolar, os sujeitos da pesquisa revelaram que o risco à fome pode ser generalizado pelo mau funcionamento da economia, especialmente aquela relacionada ao acesso à renda, ao emprego e ao custo de vida. Em tempo, no Brasil, essas dimensões da vida prática devem ser atendidas por políticas de responsabilidade do governo federal.

Essa dimensão aponta para um recorte local da situação nacional refletida na hipótese central deste trabalho, em que se defende que a realidade da produção da pobreza urbana é dinâmica, portanto, explicada pela lógica da vulnerabilidade a conduzir os indivíduos à zona da pobreza relativa, que pode ser agravada, se negligenciada. Tal movimento tende a encaminhar à exclusão social até assumir a concreta expressão da fome que, por sua vez, caracteriza-se pela ausência de nutrientes, no seu aspecto biológico, mas é profundamente condicionada pela questão social da distribuição da renda, traduzida numa dimensão moral de rompimento dos laços sociais a conduzir o indivíduo a total desfiliação do tecido social.

Capítulo 8.

CONCLUSÕES FINAIS

Uma tese é por excelência um trabalho solitário, um processo híbrido que nasce no encontro entre o intelectual e o artesão. Representa o caminho percorrido entre o gabinete e a vida cotidiana; o ponto de chegada entre a teoria levantada e a prática concernida. Assim, uma tese é antes de tudo a consumação de um profundo artesanato intelectual, para tomar emprestada a expressão de Wright Mills. Contudo, sendo solitária não pode ocorrer no vazio. Os gélidos gabinetes, quando dizem algo, é para reafirmar que são apenas um ponto de encontro entre o cérebro e a mão. Daí a sociologia ser um eterno ato de ir e vir do pensar e fazer. Está assentada, portanto, num intenso movimento dos sujeitos a compor uma complexa gramática social.

Desta forma, para se aproximar do objeto de estudo recorreu-se a um variado conjunto de teóricos de diversas matrizes do conhecimento. Eles acumularam ao longo da história pensamentos e trabalhos que auxiliaram a melhor compreensão sociológica dos projetos da modernidade. Estes, previam retirar homens e mulheres escravizadas do julgo do patriarcado e do colonialismo, mas conformaram-se em redesenhar toda expressão sobre o conceito pobreza herdada da distante Idade Média. Sabe-se que as mudanças ocorridas a partir das revoluções agrícolas e tecnológicas deram outras perspectivas as cidades, como por exemplo, reanimando a questão social ao estabelecer novos padrões de relacionamentos.

No entanto, essas primeiras observações não seriam suficientes, como era de se esperar, para sustentar que o desenvolvimento reproduziu a pobreza se impondo como modelo social e afetando, sobremaneira, às classes sociais menos favorecidas. Como? A partir da coisificação da ecologia e da manipulação grosseira da economia.

Por isso, foi desenhada uma rota metodológica capaz de costurar a realidade material com as estruturas sociais. Dava-se aqui a mais potente relação entre teoria e prática que confirmava a cada instante haver uma dinâmica própria e perversa a se estabelecer no meio urbano das cidades modernas, fácil de ver, porém difícil de definir.

Contudo, capaz de imputar à condição humana sofrimentos deletérios e a dimensão ambiental um fardo insustentável. Por quê? Porque, sufragou a dignidade do trabalho, amordaçou o grito pela liberdade, sufocou todas as formas de vida, até finalmente se impor sobre dois terços da humanidade em forma de pobreza.

Movido por este sentimento, passo agora a apresentar as conclusões deste trabalho. Em primeiro lugar, para fazer da intuição uma teoria foi preciso construir uma estrutura analítica capaz de induzir a pesquisa até conformá-la no esquema da ciência, e dentro desta no contexto das ciências sociais. Para tanto, estabeleceu-se como ponto de partida compreender *Como a dinâmica social da pobreza urbana afetou a cidadania nos territórios da Frente Social Cristã na cidade de Crateús-CE*.

Chama-se atenção de que a simples presença da palavra “dinâmica” indicaria, na partida, a primeira intuição do pesquisador que foi se aproximando do seu objeto de estudo para tecer suas observações relativas à cidadania enquanto instrumento de resistência dos sujeitos. Tal aproximação foi orientada pela escolha de teorias relacionadas a pobreza urbana, sobretudo a partir de reflexões originárias da sociologia da pobreza, da sociologia das cidades e, em menor grau, da sociologia histórica.

Com estas lentes teóricas foi possível observar o fenômeno da pobreza na zona urbana de modo a pensá-la a partir de ciclos. Falamos em “dinâmica” para traduzir a noção de flexibilidade relacionada às dimensões constitutivas de uma determinada lógica “social,” até ser possível reorientar a perspectiva teórica sobre o conceito de pobreza, para finalmente, apresentá-la enquanto categoria sociológica.

Como resultado, emergiu uma nova orientação conceitual sobre pobreza a partir da sua estruturação original, o que permitiu alcançar uma nova abordagem prática. Tal processo fez emergir variáveis locais que estão a produzir pobreza e que, por sua vez,

mudam segundo cada realidade, sem, contudo, ter suas estruturas alteradas. Dito de outra forma, a teoria aqui proposta foi capaz de sustentar que apesar das variáveis capturadas pela pesquisa serem distintas, porque assumem realidades diferentes, estão a afetar o tecido social pelos ciclos estruturais da pobreza. Daí o falar-se em dinâmica social da pobreza.

Em tempo, o caminho percorrido permitiu que esta tese tomasse por base analítica o conjunto de direitos como referência de cidadania para atestar que a pobreza, enquanto conceito universal e flexível, precisa ser mensurada a partir de outro conceito também universal e flexível, qual seja: a cidadania. Somente então é possível considerar sua mutabilidade local e associá-la as características globais, porque deriva de decisões estruturantes. Assim, a pobreza é ao mesmo tempo concreta e dinâmica, o que dificulta a compreensão imediata, exigindo flexibilidade analítica para observá-la em diferentes partes e realidades.

Por isso, a abordagem da dinâmica social da pobreza lança mão da lente estruturalista, para compreender a pobreza a partir das estruturas sociais e suas implicações constitutivas. Razão pela qual foi possível articular um novo conceito de pobreza que enquanto fenômeno pode ser observada como o processo dinâmico de deterioração composta por estágios sociais, econômicos, ambientais e políticos, a deslocar o coletivo até a desfiliação. Na visão desta tese esse movimento é resultado de escolhas políticas a afetar a sociedade impactando fortemente suas estruturas. Tal realidade pressupõe a razão política da coletividade – daí porque falar-se em cidadania - para sustentar que só é possível vencer a pobreza se for de forma coletiva.

A partir desse pano de fundo, a construção do mapa da Dinâmica Social da Pobreza, articulou em um único espaço a distância causada pela desigualdade, a extensão provocada pela exclusão social e a profundidade estabelecida pela condição de fome. Esses três ciclos devem passar, a partir deste trabalho a ser observados como expressão do mesmo processo: a pobreza.

Desta maneira, foi possível identificar as principais dificuldades para acessar a cidadania no ciclo da desigualdade. Estes, por sua vez, guardam íntima relação com a prestação dos serviços na área da saúde, de modo especial a distribuição gratuita de medicamentos e exames médicos. Tais elementos tem ligação com a economia das famílias.

Contudo, a desigualdade nos territórios, também é composta pela má oferta dos serviços relacionados a educação. Este elemento é central se o objetivo for compreender como a ausência da oferta de educação aumenta o distanciamento entre as pessoas e reproduz as desigualdades. Foi possível atestar que as fragilidades relativas as variáveis educacionais influenciam diretamente a capacidade das pessoas acederem a instrumentos que permitam a sua emancipação. Nesse sentido, acessar o espaço físico da escola passa a ser determinante na resistência aos efeitos da desigualdade.

O estado pandêmico da Covid-19 criou uma situação de acentuada excepcionalidade. No entanto, os factores de continuidade estão associados aos problemas relacionados a infraestrutura escolar, as dimensões específicas como a ausência de democracia escolar, a necessária revisão nos métodos de formação dos profissionais, além da construção dos conteúdos, e neste particular, as questões da diversidade e da raça, do gênero e da religião. Todos estes elementos quando somados questionam a efetividade da oferta dos serviços relativos à categoria educação. Esses pontos foram costurados pelos participantes como chaves explicativas daquilo que reduz a capacidade da escola em projetar suas funções últimas.

No que concerne aos aspectos econômicos, é notório os reflexos conjunturais impostos por uma economia desacreditada e fortemente influenciada pelo atual contexto político do Brasil. As más condições de trabalho, o enfrentamento ao desemprego e o custo de vida estão entre os principais problemas captados pela pesquisa.

Quanto ao primeiro, seria sugestivo se o poder público criasse um canal direto capaz de viabilizar a denúncia de desrespeito às condições de trabalho. Mas, as próprias vítimas poderiam fazer emergir uma espécie de cooperativa ou sindicato, cujo o intuito fosse reunir a um só tempo as demandas e as denúncias sobre as condições de trabalho, e a partir de então articulá-las com os setores responsáveis.

As outras duas variáveis, o desemprego e o custo de vida, têm raízes mais profundas que possivelmente os mecanismos estruturais da economia brasileira não permitem aos governos locais realizar proposta de políticas corretivas. No contexto brasileiro, não seria razoável pensar que o governo municipal pudesse manipular os instrumentos relativos à inflação, que neste momento está a pressionar o custo de vida. Mas é possível avançar na oferta de serviços públicos de responsabilidade do município, sobretudo aqueles relacionados a saúde. A pesquisa identificou que isso teria reflexos

imediatos na renda local, fazendo desafogar o orçamento familiar, hoje pressionado pelos efeitos da macroeconomia.

Na sequência, foi possível identificar o público mais afetado pela desigualdade nos territórios. Tais pessoas são as portadoras de doenças crônicas ou pré-estabelecidas, como diabetes e pressão arterial descontrolada, que estão desassistidas pelo sistema de saúde do município. Identificou-se que esse grupo é formado sobretudo por mulheres.

Há que se registrar a ligação direta das mulheres com a economia informal, o que potencializa as desigualdades na renda, porque ao considerar o tecido social desequilibrado, o papel da mulher como agente econômico assume uma condição inferior que influencia diretamente o custo de vida. Tal situação tende a pôr em risco o funcionamento da economia local.

Portanto, uma pergunta se impõe: como reduzir as desigualdades nos territórios analisados? Este trabalho avançou em algumas sugestões, que mesmo não sendo conclusivas podem contribuir para a melhoria do processo. Inicialmente é preciso reorientar as burocracias relacionadas ao atendimento na saúde. Não é admissível que um simples agendamento de consulta possa demorar semanas. Nesse cenário, há que se reorganizar a oferta de medicamentos e exames para que a população mais carente, especialmente as mulheres, não precisem utilizar os seus poucos recursos para garantir tratamentos ou antever doenças evitáveis. Em seguida, é perceptível a necessidade de se realizar a ampliação da rede de saúde local, que hoje se encontra bastante limitada em relação aos territórios. O nosso trabalho evidencia que a distribuição espacial dos equipamentos de saúde nos territórios é insuficiente.

No campo da educação, as mudanças precisam da mesma urgência. Em primeiro lugar, porque exige uma profunda adequação da infraestrutura a realidade dos territórios. Apesar da quantidade de unidades escolares, sua distribuição é completamente ineficiente. Enquanto os territórios próximos ao centro urbano possuem melhores condições de acesso, o território Socorro Pereira não conta com nenhuma unidade escolar, e o imenso território Alice Matias conta apenas com uma unidade.

Contudo, além de construir mais unidades e distribuí-las melhor, há que se ter cuidado com a formação e com os conteúdos ofertados, sobretudo no que relaciona com os temas da raça, do gênero e da diversidade e, dentro deles, o ensino da religião, que se encontra hoje pela ideia do credo único. Esse elemento quando associado ao contexto

político nacional marcado por forte polarização religiosa, tem a capacidade de se revelar em um grave problema para consecução do estado de direito democrático cuja principal origem deriva da laicidade.

Numa segunda etapa, analisou-se as variáveis relacionadas com ao ciclo da exclusão social. Neste ciclo estão outras variáveis a afetar de forma negativa a cidadania nos territórios. Efetivamente a dimensão da cidadania é aqui entendida como a mais potente expressão lefebvreaana a insistir no direito a cidade como algo maior do que acessar as burocracias governamentais. Tal movimento está intimamente relacionado a tarefa de revolucionar a cidade a partir da construção de elementos coletivos capazes de perceber e agir sobre a realidade material, razão pela qual a noção de democracia, e nela a dimensão da participação, passa a ser crucial.

Desta forma, perceber a instrumentalização política dos mecanismos democráticos revela os aspectos carcomidos deste processo, cujo efeito acaba por inviabilizar as reivindicações, quando não prejudica o próprio projeto de cidadania.

Assim, os primeiros aspectos dessa realidade chamam atenção para três variáveis: a representação política, os conselhos municipais e os movimentos sociais. Tais elementos são importantes na consecução da vida democrática e na ampliação da participação cidadã. No entanto, o nosso estudo conseguiu capturar os instrumentos engessados quanto as possibilidades de mudanças substantivas ao tecido social.

Os dados recolhidos revelam a ingerência de agentes do governo local sobre os instrumentos de participação social, travando os seus avanços. Tal realidade afeta a ação coletiva, que passou a ser caracterizada pela inoperância pública, em articular o conjunto de direitos que garantiriam a instrumentalização da vida. Pode parecer contraditório revelar que a cidadania seja limitada pela ação da burocracia, porque a existência da mesma já pressupõe a prática cidadã. Contudo, a cidadania é de fato uma ação, mas para ser alcançada em sua plenitude, jamais pode vir desacompanhada da sua componente coletiva. Logo, cidadania é no entendimento deste trabalho a ação coletiva, e não individualizada. Portanto, pensar práticas cidadãs que influenciem a cidade é antes de tudo pensar coletivos organizados e mobilizados que forcem o sistema social até tensionar as mudanças necessárias. Caso esses instrumentos estejam sequestrados, sequestrado está o sentido de participação, e nele noção primária de cidadania.

CONCLUSÕES FINAIS

Desta forma, parece recomendável que o poder público local exerça tanto menos influência quanto possível nos conselhos de participação social. E os políticos eleitos – parlamento e executivo - recuperem a credibilidade perdida a partir de ações concretas que favoreçam a prática da cidadania e da participação popular, conduzindo os laços indutores de democracia participativa.

Consta ainda na análise da exclusão social, o tema da mobilidade. Sua importância deriva da hipótese de que ela possa estar na origem da negação de acesso de vários direitos, inclusive a condição física de acessar a cidade. Nesse aspecto, os participantes relataram que os problemas relacionados a mobilidade dificultam o acesso à escola, a saúde e, de modo especial, as práticas comerciais estabelecidas no centro da cidade.

Esse ponto é fundamental para compreender os níveis de exclusão social vivenciada especialmente por pessoas com mobilidade reduzida. No geral, o estudo identificou ser as pessoas com baixa mobilidade as mais afetadas particularmente no acesso a saúde pública. No particular, os estudantes, estão entre os afetados diretamente no acesso a dimensão escolar, e as mulheres no acesso ao comércio local.

Em tempo, é possível argumentar que a precarização da mobilidade possa influenciar diretamente no aumento do custo de vida – já mencionado na leitura relativa à desigualdade – uma vez que obriga o cidadão a garantir deslocamento junto a rede privada. Mas pode estar também relacionada com a má qualidade da infraestrutura urbana, influenciando a possibilidade de acessar a região central da cidade. Estes aspectos são importantes para sinalizarem o processo danoso de segregação espacial, podendo evoluir para um perigoso processo de gentrificação.

Nesse sentido, é necessário que os agentes públicos iniciem com urgência uma política de atualização do plano diretor da cidade, que seja capaz de reorganizar a espacialidade urbana segundo os novos desafios, sobretudo em seus aspectos relacionados a mobilidade humana.

É oportuno salientar que a oferta de água nos territórios pode ser diretamente influenciada pelo excesso de burocracia. Tal afirmação é sustentada pela captação dos dados que apontam para o excesso de burocracia quando demandado os serviços da companhia de água e esgoto da região. Nesse caso, as conclusões abrem-se a uma dupla orientação: sob a perspectiva da instituição compreende-se que esta precisa superar aquilo

que se convencionou chamar de racismo institucional. Sob a perspectiva dos moradores, estes precisam articular melhor juízo junto as estruturas judiciais para fazer cessar tais práticas.

Na sequência, torna-se relevante a análise sobre a dimensão da violência. Segundo os moradores, a principal causadora da violência nos territórios, paradoxalmente, é a autoridade policial. Tal comportamento guarda uma estreita relação com a variável renda, argumento que alinha a percepção local a questão levantada pela sociologia urbana, conferindo a este tipo de violência a tentativa de controlar a pobreza.

É certo ainda que tal comportamento policial pode ser uma resposta às disputas de grupos rivais existentes nos territórios, ou mesmo a forte presença do tráfico de drogas, confirmada muitas vezes pela sensação de insegurança e projetada pela dimensão do medo.

No entanto, lançar mão da prática policial como mediação social é a própria confirmação de que outros organismos públicos falharam. Junta-se a este problema a existência das milícias que atua a partir da instrumentalização do medo nos territórios.

Em outra linha, o comportamento violento da polícia resulta ineficiente, porque não garante que seja anulado o aumento da violência contra as mulheres. Esta variável emergiu perante o aumento de casos relacionados ao feminicídio, e pode representar um reforço das dinâmicas associadas ao patriarcado.

Nesse sentido, é necessário que as lideranças locais elaborem melhor crítica para que seja possível formalizar encaminhamentos as autoridades responsáveis, a fim de promover momentos educativos nos estabelecimentos públicos como a criação de canais capazes de facilitar a denúncia e evitar a prática de feminicídio.

Simultaneamente, é dever da Frente Social Cristã intensificar conteúdos formativos que possam emponderar e articular o público feminino em programas mitigadores e preventivos contra a violência. Em linhas gerais, um ciclo contra a violência feminina deve ser projetado com urgência nos territórios, de tal maneira que possa motivar os agentes públicos e privados a se imporem contra o feminicídio, no particular, e a violência no geral.

Com efeito, os problemas aventados acima estão na origem do fracasso da oferta dos serviços públicos, mas podem ser solucionados com a implantação de uma rede de transporte público, com a regularização do fornecimento de água potável, com a

reestruturação das burocracias de acesso aos direitos e, principalmente, com a criação de uma rede de proteção social contra a violência feminina, além da reestruturação das abordagens e estratégias policiais.

Em seguida, a deficiência da infraestrutura ambiental emergiu também como central na nossa análise. O poder público local, em flagrante descompasso com a legislação ambiental, tem sucumbido diante da incapacidade de ofertar um sistema de saneamento básico, com especial atenção para o acesso a rede de esgoto, seguida pela coleta de lixo. Em tempo, sabe-se que esse tipo de infraestrutura demanda grandes investimentos, mas a ausência de tais direitos tende a exercer forte impacto sobre a qualidade de vida das pessoas, de modo especial quanto aos aspectos relacionados a saúde infantil. O custo de não se ofertar saneamento básico tem reflexo direto no sistema de saúde local.

A última dimensão analisada foi a da pobreza absoluta, onde a fome é a principal característica. Esta zona dramática centra-se em dois aspectos: o risco da fome e a ausência da merenda escolar. É notório que a consecução da fome depende exclusivamente de decisões políticas que estabelecem os critérios para decidir quem, onde e, sobretudo, quando a fome afetará

Ora, se a fome é uma construção social, logo não enfrentar suas especificidades implica em uma clara inversão do papel do Estado como agente provedor do bem-estar social. Nesse sentido, é imprescindível conhecer o ‘estado do Estado’ para que se possa subsidiar a ação pública no cumprimento do pacto constitucional estabelecido pela Constituição brasileira de 1988, que assegura a salvaguarda da soberania alimentar de toda a nação.

Nesse ponto, é justo insistir que a presença ou simples ameaça da fome implica que o princípio da proteção social está a ser desrespeitado como direito básico. Este deveria garantir a dignidade humana pela articulação entre os direitos humanos e os direitos sociais, a convergirem pela própria trajetória natural da cidadania. Assim, uma primeira observação se estabelece para identificar que a fome voltou a estar presente em dois dos quatro territórios analisados. É justo observar que a principal causa apontada para tal ocorrência consiste na ausência da oferta de merenda escolar possivelmente ocasionada em função da pandemia da Covid-19.

Neste momento abre-se uma questão analítica. É fato que a pandemia teria iniciado no Brasil, em março de 2020, e que o momento da coleta dos dados ocorreu 11 meses depois, ou seja, fevereiro de 2021. Nesse período, a merenda escolar estava suspensa sem que nenhuma atitude fosse tomada pelo poder público local, o que agravou substancialmente a situação de fome. Donde se conclui que fome, independente da sua origem, é algo absolutamente evitável.

Outra conclusão importante consiste em perceber a completa dependência alimentar que as famílias possuem à merenda escolar. Ao menor desequilíbrio na sua oferta abre caminho direto para que a fome se estabeleça. Desta forma, o governo precisa estar atento a prestação deste serviço de modo a evitar a ocorrência de qualquer desequilíbrio em sua oferta, que pode originar diretamente insegurança alimentar.

No entanto, mesmo com características mais abstratas, outra variável foi detectada, e trata-se do risco da fome. Ou seja, a fome como possibilidade real, cuja ocorrência está prestes a acontecer. Esta variável foi associada aos efeitos do mau uso da economia local. Em outras palavras, pelos altos níveis de desemprego, ou mesmo pelo alto custo de vida. Contudo, a fome é o estágio mais profundo da pobreza, de maneira tal que acaba sendo influenciada por uma rede de fatores que conjuntamente colaboram para a constituição de um cenário caótico, que se origina fundamentalmente na ausência de uma rede de segurança protetora, muito bem desenhada pela zona de exclusão, mas que aqui tem seu ponto de chegada.

Isso porque a existência do risco da fome reflete a expressão de uma realidade pautada na ausência de direitos e redução da cidadania. Evitá-la está na conta da obrigação coletiva, especialmente dos órgãos públicos. Tal movimento, não necessariamente significa garantir acesso aos alimentos ou a renda. Portanto, não pode ser tomado de forma isolada, mas precisa estar inserido em um cinturão de proteção social aqui desenhado pelas variáveis expostas, especialmente no ciclo da exclusão social.

O risco da fome reduz a cidadania, atestada que é pela precarização da oferta dos serviços públicos, sobretudo, pela negação dos direitos, pode ser sintomática na perpetuação da pobreza, e conseqüentemente na condenação de mais uma geração a um destino triste e dependente..

Em termos concretos, há elementos suficientes para responder ao problema de pesquisa deste trabalho, e apontar que a dinâmica social da pobreza afetou drasticamente

a noção de cidadania dos sujeitos que habitam os territórios da Frente Social Cristã. Esse fato é perceptível quando tais sujeitos são vulnerabilizados pela negação de direitos sociais, coletivos e políticos. As junções dessas ausências se encaminham para dilapidar as relações sociais existentes nas pessoas, encaminhando-as para o limite do descrédito nas lideranças públicas e nas instituições. Tal processo pode fundamentalmente se tornar um problema grave na coletividade e colocar em risco a noção de sociabilidade. Eis o primeiro passo para o sequestro da cidadania.

Não é possível afirmar que uma ou outra variável está a produzir pobreza, ou qual é a mais importante entre elas, mas analisá-las em conjunto é fundamental para compreender a dinâmica social da pobreza no meio urbano. Ela ocorre efetivamente pela negação de direitos sociais matizado nas garantias de acessar uma economia digna. Ocorre quando são negados equipamentos educacionais, tanto em forma de infraestrutura, quanto em conteúdo; é forjada na negação de elementos básicos da saúde, como atendimento médico e acesso a medicamentos e exames.

A pobreza avança com a negação de direitos coletivos, sobretudo quando o poder público nega um projeto de cidade pautado na mobilidade urbana e humana; quando negligencia a oferta de um meio ambiente sustentável, além de uma cadeia importante de infraestrutura ligada ao bom convívio com a natureza; efetivamente, a dinâmica da pobreza afeta a cidadania quando a segurança pública é utilizada para reprimir ao invés de proteger, e concentrada nisso, não assume seu projeto inicial de ser guardiã da sociedade; a pobreza nos territórios analisados assenta força ao reduzir a noção de democracia e permitir poucos espaços de participação social. Com efeito, a cidadania é vencida pela perpetuação de burocracias desnecessárias que dificultam acessos básicos, que mais se assemelham com práticas racistas a condenar a população local do que efetivamente a boas maneiras institucionais.

A análise criteriosa de todas essas variáveis está na base explicativa do risco da fome. Esse sim, é o alerta mais potente percebido pela população, e captado por esta tese que está a confirmar que o processo de vulnerabilidade nos territórios avança a passos largos. Tal percepção leva este trabalho a confirmar sua hipótese de que a ausência da cidadania nos territórios analisados está efetivamente a influenciar a dinâmica social da pobreza no meio urbano. Isto porque a expectativa da cidadania passa a ser orientada pela desestruturação dos direitos tornando-a diminuída em função da participação democrática, sem a qual se estabelece uma relação de dependência entre a população e o

os agentes públicos. Nesse aspecto, a cidadania fica sufocada, revelando-se em mera bravata política.

A dinâmica social da pobreza urbana tem distanciado vertical e horizontalmente as pessoas que habitam nos territórios analisados. Trata-se de um jogo perverso em que o aumento da vulnerabilidade precisa ser urgentemente enfrentado sob dois aspectos: o primeiro consiste na ampliação da cidadania; o segundo, de reorientação política dos agentes que fazem as instituições, em especial do poder público local. O primeiro exigirá dos membros da Frente Social Cristã maior capacidade organizativa para disputar a cidade, o que inclui todo seguimento de direitos. O segundo necessita que o poder político seja capaz de reorientar suas estratégias, reagrupar técnicas e, fundamentalmente, ofertar serviços públicos de qualidade.

Com efeito, se o ponto de partida deste trabalho repetiu Georg Simmel, na perspectiva de tomar por base analítica o conjunto de direitos a qual o indivíduo faz jus, o ponto de chegada inovou em afirmar que a dinâmica da pobreza urbana é uma variável dependente de outro conceito flexível: a cidadania. Neste sentido, a cidadania enquanto conceito assumiu papel de guia mestre para determinar o grau de vulnerabilidade, e conseqüentemente permitir localizar as dimensões da pobreza urbana de um determinado território.

Assim, esta tese evidenciou que a pobreza é composta por ciclos estruturais que assumem perspectivas diferentes e que obrigam a considerar diferentes realidades. Tal conclusão é fundamental sob dois aspectos. O primeiro porque a abordagem da dinâmica social da pobreza permite distinguir o ciclo em que a pobreza se estabelece a nível local, ou seja, parte das condições estruturais para identificá-las na vida prática. A metodologia utilizada permite construir a realidade da pobreza a partir dos níveis de participação dos sujeitos e suas práticas de cidadania associados ao conjunto de direitos sociais, coletivos e políticos, o que aproxima o cotidiano dos territórios. No segundo momento, facilita o planejamento de ações capazes de mitigar tais problemas.

Logo, este trabalho pode ser fundamental para que governos, planejadores públicos e comunidades locais possam compreender a pobreza em sua amplitude. Desta forma, observar a pobreza a partir de sua dinâmica social inova no método por apresentar uma categoria sociológica ainda sem debate no campo acadêmico. Esse processo ocorreu a partir de uma abordagem construtivista que permitiu não apenas falar sobre a pobreza,

CONCLUSÕES FINAIS

mas efetivamente considerar aquilo que a produz. Neste sentido, a preocupação central foi tomar a pobreza como categoria social evitando, ao melhor termo de Simmel, uma sociologia da pobreza reduzida aos aspectos naturalistas ou substancialistas, mas revelando-a a partir das tessituras da vida prática. Tal caminho, não se fez adotando uma perspectiva antropológica – no sentido de ver a pobreza individualmente – mas a partir da ação concreta de “analisar a pobreza, e a condição de ser pobre”.

Em tempo, se este trabalho representa um ponto de chegada de um percurso acadêmico, é apenas um ponto de partida para a investigação sobre a pobreza urbana. Se o trabalho não avançou a outras dimensões sociológicas que poderiam contribuir para ampliar o debate, foi por limitações de tempo ou da própria metodologia, das quais estou consciente.

Por fim, todas as vezes em que os arautos do liberalismo quiserem fazer crer que a pobreza é um mal necessário, necessário será salientar que de fato se trata de uma forma extrema de opressão que se refaz no capitalismo moderno, de modo especial na versão urbana. Este cenário está a exigir práticas relevantes de cidadania, que por sua vez exigem democracia com participação popular.

Apenas com esse triplo momento o fenômeno da pobreza poderá ser enfrentado por completo, a considerar-se toda a sua complexidade e dinâmica. Somente aí a pobreza não será mais contraponto a riqueza, mas a justiça social estabelecida na cidadania e nas garantias de acessar um ambiente vivível.

Até lá a pobreza será o maior falhanço civilizacional a resultar de escolha política e social podendo, apesar da sua complexidade, ser resolvida por decisões sociais, coletivas e públicas.

CAPÍTULO 9 –

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abromovay, R. (1992). Paradigmas dos Capitalismo Agrário em Questão. HUCITEC. ANPOC/UNICAMP . www.infibe.edu.br/arq/20150813150143460200898.pdf

Aguilar, A. M. (1974). “*Mercado Interno y Acumulación de Capital. México,*” D.F.: Nuestro Tiempo.

Almeida, J. F.L. C., António, F. da C., Fernando, L.M., Elisabeth, R. & Isabel, N. (1992) “*Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*” Ed.: Celta.

Altimir, O. (1981) “*La Pobreza en América Latina. Un examen de conceptos y datos*” Revista de la CEPAL, p 67-95. Abril.

Amin, S. (2006) “*The Millennium Development Goals: A Critique From the South.*” Review, 57(10).
<https://monthlyreview.org/2006/03/01/the-millennium-development-goals-a-critique-from-the-south/>

Arruda, de P. R. H. (2014) “*Visíveis e Invisíveis – inquietações e fragilidades no dilema da inclusão e da exclusão social*”. (pp 15-30) In: O que é exclusão social? Org Ricardo Arruda, João Colaça, Alexandre Baia. Col. Cadernos de Ciências Sociais – Dir. Carlos Serra. Ed Escolar.

Atkinson, A. B. (2016) “*Desigualdade – o que fazer?*” – Tradução Luís Santos/João Quina.

Aubry, M. (1996) “*Preface*” in Pauvretés. Paris: Éditions Hachette.

Augé, M. (2003) “*Para que vivemos?*” Lisboa: 90 Graus

Bardin, L. (1995) “*Análise de Conteúdo*” São Paulo: 70ª Edição. ED.: Persona.

Barreira, I. A. F. (2016) “*Vazios*” e Misturas Classificações Socioespaciais Sobre o Centro da Cidade” - In Etnografias na Cidade: redes, conflitos e lugares ORGs. César Barreira e Irllys Barreira. Pontes Editores.

Baptista, I., et al. (1995) “*A pobreza no Porto: representações sociais e práticas institucionais*” Cadernos REAPN, 1.

Benach, N. (2017) “*Da Desigualdade Social à Justiça Espacial. In Justiça Espacial e o Direito à cidade*”. (org) Ana Fani A. Carlos; Glória Alves; Rafael Faleiros de Padua–. Editora Contexto pp 17-32.

Berger, P., L., T. (2010). “*A construção social da realidade: um livro sobre a sociologia do conhecimento*”. Dinalivro.

Berman, T. (1993) “*Toward an Integrative Ecofeminist Praxis.*” *Canadian Woman Studies*, V 13.

https://scholar.google.com.br/scholar?q=Toward+an+Integrative+Ecofeminist+Praxis+%20hl=pt-PT&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart

Bourdieu, P. (1977) “*Une classe objet*” *Actes de la recherche en sciences Sociales*, Paris, EHESS, n, 17/18, p. 2 – 5, nov.1977

Bourdieu, P. (2002) “*O Poder Simbólico*”. Bertrand Brasil.

Bourdieu, P. (2012) “*A miséria do Mundo*” Editora Vozes 9º edição, 2016

Buchanan, I. (1972) “*Singapore in southeast Asian*”. Bell and Souns.

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Regional. (2020) – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS - 25º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto. <http://www.snis.gov.br/diagnosticos>

Brasil, Presidencia da República, Secretaria Geral (2019) – Marco Legal Saneamento Básico. Lei 14.026/2015.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114026.

Capucha, L. M., A. (2004) “*Dsesafios da Pobreza*” Lisboa: TESE de doutoramento em sociologia defendida no Instituto Superior de Ciencias do Trabalho e da Empresa em 2004, sob orientação do professor doutor João Ferreira de Almeida.

Carvalho, A., P. (1999) “*O Brasil Real em Questão: um olhar crítico de cientistas sociais.*” Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.: UFC Ceará .

<https://posgradsoc.ufc.br/pt/teses/>

Carvalho, A, P. & Guerra, C., E. (2016) “*Brasil no século XXI na geopolítica da crise: para onde apontam as utopias?*” In *Revista de Políticas Públicas*. Número Espacial p, 267-280.

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5978/3609>

Castel, R. (2008) “*As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*” tradução de Iraci D. Poleti 7 Ed. Vozes.

- Castells, M.(2020) “*A questão Urbana. Rio de Janeiro.*” - Edição 7ª Ed.: Paz e Terra.
- Castro, Josué de (1984) “*Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*” 10ªEd. Antares.
- Cavalletti, A. (2010). “*La Mitología de la Seguridad: la ciudad biopolítica*”. Ediciones Andrea Hidalgo.
- Cava, D., R. & Linhares & Maria, Y. (2010) “Milagre em joazeiro”: Companhia das Letras.
- Comaroff, J., & Comaroff, J. (2001) “*Millennial capitalism: First thoughts on a second coming*”. Public Culture, 12 (2): 291 - 343
- Correia, T., & Carapinheiro, G., R., H. (2018) “Desigualdade na saúde: um olhar comparativo e compreensivo. In *Desigualdades Sociais: Portugal e Europa* (orgs) Renato Miguel do Carmo, João Sebastião, Joana Azevedo, Susana da CruzMartins e Antonio Firmino da Costa. Editora Mundos Sociais.
- Cepal (2013). “*Panorama Social de América Latina, 2013*” Santiago de Chile, Naciones Unidas. <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/1252-panorama-social-america-latina-2013-documento-informativo>.
- Cepal ,(2018) “*Panorama Social de América Latina, 2018. Publicación de las Naciones Unidas*”
https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44395/11/S1900051_es.pdf
- Cepal,(2020) “*Cómo evitar que la crisis del Covid-19 se transforme un una crisis alimentaria: acciones urgentes contra el hambre en América Latina Y el Caribe.*”
<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/45702>
- Cepal,(2021) “*Panorama Social da América Latina, 2020*”.
https://www.cepal.org/es/publicaciones/46687-panorama-social-america-latina-2020?utm_source=CiviCRM&utm_medium=email&utm_campaign=20210309_panorama_social_2020
- Colaço, J. (2014) “*Pobreza e Exclusão social – problematização e dinâmica na sociedade moçambicana*” (pp 31-56) In *O que é exclusão social?* Org Ricardo Arruda, João Colaça, Alexandre Baia. Col. Cadernos de Ciências Sociais – Dir. Carlos Serra. Ed. Escolar,

Cortina, A. (2019) “*Aparafobia, el rechazo al pobre: um desafio para lá democracia*” Paidós 4º Edição, Barcelona

Costa, A. F. da (2012) “*Desigualdades Sociais Contemporâneas*” Lisboa: Editora Mundos Sociais.
https://www.researchgate.net/publication/275716408_Desigualdades_Sociais_Contemporaneas

Coutinho, C., F. (2011) “*Metodologia de Investigação em ciências sociais e humanas Teoria e Prática*” Coimbra: Editora Almedina.

Coutinho, C. N. (1991) “*Democracia e Socialismo no Brasil de Hoje*”. In - A Democracia como proposta. Org Fernanda Lopes e André Luís Camara - Coleção Democracia V.1. 1ª Edição IBASE.

Crespo, A., P., A., & Gurovitz, E. (2002) “*A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional.*” ERA-eletronica, V. 1, nº 2, Juh-dez/2002
<https://www.scielo.br/j/raeel/a/LVPkw9yHZfJ9kvjC8VSgTsh/abstract/?lang=pt>

Domingues, J. M. (2007) “*Aproximações à América Latina – desafios contemporâneos*”. Editora Civilizações Brasileira.

Diker, G. (2001).”*Organización y perspectivas de la Educación Inicial*” In *Iberoamérica: Principales tendencias*. Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura.

EAPN (2017). “*National Poverty Watch Report*”, Org. Rede Europeia Anti- Pobreza, <https://www.eapn.pt/documento/616/national-poverty-watch-report-summary-september-2018-portugal>

EUROCID (2019) “*Introdução ao conceito de cidadania europeia*”. Serviços das Publicações da União Europeia. <https://eurocid.mne.gov.pt/>

FAO, (2018) “*El Estado de la seguridad alimentaria, y la nutrición em el mundo – Food Agriculture Organization*”
<https://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf>

FAO, (2021) “*El Estado de la seguridad alimentaria, y la nutrición em el mundo Food Agriculture Organization*”- <https://www.fao.org/publications/sofi/2022/es/>

FAO, (2021) “*Organization des nations unies pour l'alimentation et l'agriculture - Données de la la sécurité alimentaire*” -
<https://www.fao.org/faostat/fr/#data/FS>

- Fernandes, A., T. (1998) “*O Estado Democrático e a Cidadania*”. Porto: Edições Afrontamento.
- Ferrara, E. (2015). “*Manipulation and abuse on social media*” by Emilio Ferrara with Ching-man Au Yeung as coordinator. *ACM SIGWEB Newsletter*, (Spring), 1-9.
- Ferrarese, E.. (2019) “*Raisons politiques*” - Institution de la vulnérabilité, politique de la vulnérabilité. Paris: 4ª ed, pp. 77-92 - <https://u-picardie.academia.edu/EstelleFerrarese>
- Ferreira, E. F. – (2013) “A Frente Social Cristã de Crateús e os sem tetos.” Trabalho de Conclusão de Curso TCC, em Serviço Social. Universidade Norte do Paraná UNOPAR,
- Fortuna, C. (2008), “*Imaginando a Democracia: Do passado da sociologia para o futuro das cidades*” https://ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_Imaginando%20a%20Democracidade.pdf
- Fortuna, C. ,(2009) Cidade e Urbanidade. In Carlos Fortuna & Rogério Proença Leite (orgs.), *Plural de Cidades: novos léxicos urbanos*. Edições Almedina, 84 – 97.
- Fortuna, C., (2020) “*Cidades e Urbanidades*” Editora Insular.
- Foucault, M.(1989) “*Vigiar e Punir*” Petrópolis - 7ª Ed. Vozes.
- Foucault, M. (2010). “*O Olho do Poder*” In *Repensar a Política: Ditos & Escritos*, vol. VI. Forense Universitária, p. 110.
- Fukuda-Parr, S. (2011) “*Human Development and the Capacity Approach and the Millennium Development Goals International Studies Review*” Volume 13, Issue 1, 1 March 2011, Pages 122–132. <https://academic.oup.com/isr/article->
- Fernandes, F. (1994) “*Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual*” - Editora Hucitec.
- Gaudier, M.. (1993) “*Pauvrtés, inégalités, exclusions: renouveau des approches théoriques et des pratiques sociaux.*” Genève: Institut International d’ Études Sociales. Série Bibliographique, n. 17, 1993.
- Galbraith, J., K (1969) “*The Affluent Society*” Houghton Mifflin.
- Gazier, B. (1981) *La pauvreté unidimensionnelle*. Editora Economica.
- Gennari, A, & Albuquerque, C. (2011). “*Globalização, Desemprego ea (Nova) Pobreza: estudos sobre impactos nas sociedades portuguesa e brasileira*”, *Revista Critica de Ciências Sociais*, 92, 51-73. <http://rccs.revues.org/3970>

Geremek, B. (1987) *“La potence ou la pitié. L’ Europe et les pauvres du moyenâge à nos jours”* Paris: Gallimard.

Gomes, R. et al. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; Souza, Edinilsa Ramos de. Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Editora Fiocruz, 2005. p. 185-221

Gore, C. (2014) *“The MDG Paradigm, Productive Capacities and the Future of Poverty Reduction”*. IDS Bulletin 41: 70–79.

Gudynas, E. (2009). *“Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo en Extractivismo y sociedad”*, in F. Rhon Dávila, J. Schuldt, A. Acosta, et al. (auts.), *Extractivismo, política y sociedad* (pp. 187-225). Quito: CAAP (Centro Andino de Acción Popular) y CLAES (Centro Latinoamericano de Ecología Social)
<http://www.gudynas.com/publicaciones/GudynasNuevoExtractivismo10Tesis09x2.pdf>

Gutiérrez, A., B. (2003) *“La construcción social de la pobreza – um análisis desde las categorías de Pierre Bourdieu. Anduli”* - Revista Andaluzia de Ciencias Sociales. Nº 2. Universidad de Córdoba.

Harvey, D. (2007). *“Breve historia del neoliberalismo.”* Editorial.Akal

Harvey, D., (2014). *“Cidades Rebeldes – do Direito a cidade à revolução urbana”*. Martins Fontes.

Harvey, D. (2016) *“17 Contradições e o Fim do Capitalismo”* Boitempo.

Hayek, F. (1983) *“Droit, législation et liberté.”* Ed.: PUF (v.3).

Haq, Ul., M. (1995) *“Reflections on Human Development.”*. University Press.

Hathaway, M.& Boff, L. (2012) *“O Tao da Libertação: explorando a ecologia da transformação.”*. Ed.: Vozes.

Holston, J. (2013) *“Cidadania Insurgente: Disjunção da Democracia e da cidadania no Brasil”* Compainha das Letras.

Hirchcook, T. (20 de outubro de 2012). *“A história da pobreza” – Submarine and Steps International all Rights Reserved.* Co-Produção BBC-ITVS International. Dirctionby Den Lewis. <https://www.youtube.com/watch?v=ps28V3kPgUQ>

Hoffman, R. (2008) *“Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004.”* In Revista Segurança Alimentar e Nutricional, nº 15 v. 1. pp 46 - 61.

Hoggart, R. (1970) “*La Culture du Pauvre*” Paris: Ed.: Minuit.

Ibase (2010). “*Indicadores de Cidadania – INCID*”. In Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas – IBASE. <http://incid.org.br/site/wp-content/uploads/2012/05/incidrelatorio1.pdf>

Ibase, (2015) “*Mapas da Cidadania – Metodologia de campo*”. In Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica – IBASE - <http://incid.org.br/biblioteca/metodologias/>

IBGE. (2003) Dicionários de variáveis da PNAD 2003. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003.
http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/microdados/reponderacao_2001_2012/PNAD

IBGE (2020) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística “*Síntese dos Indicadores Sociais – SIS*”
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>

Ivo, A. B. L. (2008). “*Viver por um fio: pobreza e política social.*” Anablume.

Icihi (1986) “*Fome, Catástrofe Provocada pelo homem? UM RELATÓRIO para a Comissão Independente sobre Questões Humanitárias Internacionais*”. Ed.Vozes.

Jaume, F. (1989) “*El Concepto de Marginalidad*”. Cuaderno de Antropolía Social. Universidad Nacional de Mesiones Instituto de Ciencia Antropológicas.
<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/4849/4338/>

Jencks, C. (1993) “*Rethinking social policy. Race, poverty, and the underclass*”.: Harper Perennial.

Katz, M., B., (2013) “*The Underserving Poor: america’s enduring confrontation with poverty.*” Second Edition. Univerty Press

Kowarick, L. (2009) “*Escritos Urbanos.*” Editora 34. 2ª Edição. 1ª reimpressão.

Kroll-Smith, Steve (2012) “*Cidadania, Estado e Vulnerabilidade – um estudo comparado sobre a recuperação de catástrofe*” In José Manuel Mendes, Pedro Araújo (org) Os lugares (im)possíveis da cidadania. Estado e Risco num mundo globalizador. Almedina/CES, 255-288.

- Lang, M. (2016) “*Alternativas ao desenvolvimento*” In *Descolonizar o Imaginário – debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Gerhard Dilger, Miriam Lang e Jorge Pereira Filho (org) Ed – Elefante. pp 25-44
- Lazarsfeld, P., F. (1972). *Qualitative analysis: Historical and critical essays*. Boston: Allyn & Bacon.
- Lefebvre, H. (2003). *The Urban Revolution*. University of Minnesota Press.
- Lefebvre, H. (2006) A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Éditions Anthropos, 2000).
- Lefebvre, H. (2012). *O Direito à Cidade*. Livraria Letra Livre.
- Lenoir, R. (1974) “*Les exclus. Um francês sur dix.*” Le Seuil.
- Lévy, P. (2000) “*Filosofia World: o mercado, o ciberespaço, a consciência*” editora Odile.
- Lewis, O. (1969) “*The Possessions of the Poor. Scientific American*”, pp. 113 – 124 October..
- Lima, A., A. (1984) “*Introdução*” In Castro, Josué *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço* (pp 16) Ed. Antares.
- Lomnitz, L., A. (1985) “*Cómo sobreviven los marginados*”. Ed S’XXI,8º va.
- Machado, L. F.; Reis, E. & Nicolau, I. (1994) “*Exclusão Social: Factores e tipos de Pobreza em Portugal.*” Editora Celta, LDA.
- Marshall, T.H (1992) “*Citizenship and Social Class.*” Pluto. Press.
- Martins, M., D. (2020) “*A Pandemia expõe de forma escancarada a desigualdade social.*” Texto apresentado em evento sobre a pandemia realizado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará em abril de 2020. Pensar a Pandemia nº 64 – Observatório social del coronavírus. Claro
- Martins, C., E. (2011) “*Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina* Ed.: Boitempo.
- Marine, R., M. – (2005) “*Vida e Obra*” (orgs) Roberta Traspadini, João Pedro Stedile. Ed.: Expressão Popular.
- Matias. R., A. & Carmo, M., R. (2018) “*Precariedade e Desigualdade: números e considerações sobre uma relação perversa*”. In “*Desigualdades Sociais – Portugal e a Europa*”. Renato Miguel do Carmo, João Sebastião, Joana Azevedo, Susana da Cruz Martins e António Firmo da Costa (Orgs). Ed.: Mundos Sociais.

- Maturana R., H., & Varela, F. (2009). “*El árbol del conocimiento: las bases biológicas del entendimiento humano.*” Editorial Universitaria.
- Marx, K. (1980) “*O Capital Livro 1 - Processo de Acumulação do Capital 6*”. Edição Civilização Brasileira, V – 2.
- Mayer, A. (1984) Introdução In Castro, Josué Geografia da Fome. In Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. pp (28). 10ª Edição. Ed.: Antares.
- Mendes, J., M. (2015) “*Sociologia do Risco – uma breve introdução e algumas lições.*” Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Mészáros, I. (2002) “*Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*” São Paulo: Editora Boitempo.
- Mies, M. (1986) “*Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labour*”. Ed.: Zed.
- Minayo, M., C., de S. & Neto, O., C. (1985) Introdução: raízes da fome. In Raízes da Fome, MINAYO, Cecília de Souza (org) - Ed.: Vozes.
- Mitchell, D. & Heynen, Nik (2009) “*The Geography of Survival and the Right to the city*”. Urban Geography v. 30 (6) pp. 611-32.
https://www.researchgate.net/publication/237250050_The_Geography_of_Survival_and_the_Right_to_the_City_Speculations_on_Surveillance_Legal_Innovation_and_the_Criminalization_of_Intervention
- Mollat, M. (1989) “*Os pobres na idade média*”. Ed. Campos.
- Mollat, M. (1996). “*Etudes sur l'histoire de la pauvreté (Moyen Age — XVIe siècle)*. 2 vols. Publications de la Sorbonne, 1974. 855p.
- Moore, W., E. (1999) “*Social Change*”. Printice Hall
- Myrdal, K. G.. (1968). “*Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*” 3ª edição. Ed.: Saga.
- Nascimento, E., P. (1994) “*Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários.*” Cad. CRH. n 21. jul/dez. p. 29-47.
<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18772>
- Neri, M., C., (2021) “*Covid, Classes Econômicas e o caminho do meio: crônica da crise até agosto de 2020*”. Marcelo Nei (Cord) outubro de 2020 – FGV Social – 30 páginas.
<https://www.cps.fgv.br/cps/CovidClasses/>
- Neuberger, D. (2015) “*Financial Inclusion, Regulation, and Education in Germany*”. ADBI Working Paper 530. Tokyo: ADBI

Oliveira, A. U. & Marques, M I. M. (orgs.). (2007) O campo no século XXI: território de vida, luta e de construção da justiça social. Casa Amarela, Paz e Terra. p. 29-70.

Oliveira, F. de (1991) “*Uma Alternativa Democrática ao Liberalismo*”. In A Democracia como proposta. Org Fernanda Lopes e André Luís Camara – Coleção Democracia V.1. 1ª Edição IBASE..

Oliveira, M. A. de (2010) “*Ética, Direito e Democracia*” Ed Paulus - (Coleção Ethos).

Oliveria, L. (1997) “*Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito*”. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, Nº 33, pp 49-61 fevereiro – http://anpocs.com/images/stories/RBCS/33/rbcs33_04.pdf

Olinto, P. & Deininger, K. (2001). “*Rural Nonfarm Employment and Income Diversification*” In Colombia. World Development. 29. 455-465. Doi 10.1016/S0305-750X(00)00106-6. https://www.researchgate.net/publication/4756082_Rural_Nonfarm_Employment_and_Income_Diversification_in_Colombia/citation/download

Oxfam,(2009) “*Oxfam Annual Report*” https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/PDF_162.pdf

Oxfam,(2016) “*Terrenos da Desigualdade – Terra, Agricultura e desigualdade no Brasil rural*”. https://oxfam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf 372-382

Oxfam ,(2017) “*A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras.*” Relatório da Oxfam Brasil. https://www.oxfam.org.br/publicacao/a-distancia-que-nos-une-um-retrato-das-desigualdadesbrasileiras/?gclid=Cj0KCQjwof6WBhD4ARIsAOi65ahLK92SBKfimE_JKGqP2ora5RXRDijzG_rcMmNSRMbN29zixncnN5MaAhQIEALw_wcB

Oxfam,(2021) “*O vírus da desigualdade: unindo o mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável*” relatório da Oxfam Brasil, 2021. https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F115321%2F1611531366bp-the-inequality-virus-110122_PT_Final_ordenado.pdf acesso em 20/05/2021

Park, R. (1967). “*On Social Control and Collective Behavior: Selected Papers*.”Edição Turner. University of Chicago Press.

Pawley, W., H. (1963) “*El abastecimiento mundial: posibilidades de aumento*” FAO.

Pereirinha, J. (1992), “*consolidated report prepared for the Observatory on National Policies to Combat Social Exclusion*” DGV-European Commission.

Pereirinha, J., (1992) “A pobreza e a Exclusão Social: Fronteiras conceituais, relevância para a política social e implicações e implicações na sua medida” In *Análise Social*, nº 102, ICS.

Piketty, T. (2015) “A economia da desigualdade” - Editora Intrínseca,

Piketti, K. & Wilkinson, R. (2010) “O espírito da Igualdade” - Editora Presença

Pogge, T. (20 de outubro 2012) “A história da pobreza” – Submarine and Steps International all Rights Reserved. Co-Produção BBC-ITVS International. Direction by Den Lewis. <https://www.youtube.com/watch?v=TxbmjDngois&t=39s>

Polanyi, K. (2000) “A grande transformação: as origens de nossa época” - 2ª Edição. Ed.: Campus.

PONTIFÍCIO CONSELHO – COR UNUM – (2003) “A fome no mundo: um desafio para todos – o desenvolvimento solidário” 2ª Ed. Paulinas.

Purcell, M. (2014) “Possible Worlds: Henri Lefebvre and the right to the city – *Journal of urban affairs*” Pp 141-154
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/juaf.12034>

Ramirez, K. & Narciso, C (2017) “Do direito ao espaço público a justiça da cidade” In *Justiça Espacial e o Direito a Cidade (ORGs)* Gloria Alves, Ana Fani Alessandri y Rafael Faleiros Pádua. Editora Contexto.

Ravaillon, M. (1997), “La mesure de la pauvreté”, *Rev Problèmes économiques*, 2508. Paris: pp. 1-7

Rawls, J. (2000) “Uma Teoria da Justiça” - Martins Fontes.

Rancière, J. (2014) “Ódio a Democracia” - Editora Boitempo

Roberts, J. T. & Toffolon-Weiss, M. (2004) “Concepções e polêmicas em torno da justiça ambiental nos Estados Unidos”. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A (Org). *Justiça Ambiental e cidadania*. - Relume Dumará, p. 81-95.

Rosa, M., T. - (2015) “Ensaio sobre o Consumo”. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas defendida no programa de pós-graduação em desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná, 2015.
<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38048/R%20%20D%20-%20THIAGO%20MENDES%20ROSA.pdf;sequence=3>

Roser, M. & Ortiz-Ospina, E. (2018). "Global Extreme Poverty". *Published online at OurWorldInData.org*. <https://ourworldindata.org/extreme-poverty>

Regnier, D. (2017) “*La fondation d'une nouvelle terre ancestrale dans le Sud Betsileo (Madagascar): Dilemme, transformation, rupture,*” in (Re)Fonder. Modalités du commencement dans le temps et l'espace, ed. Philippe Gervais-Lambony, Frédéric Hurlet and Isabelle Rivoal (Paris: de Boccard, 2017), 121-128.

Richardson, R. J. (2010) “*Pesquisa Social: métodos e técnicas*” 3ª ed- 10 reimpr. Ed.: Atlas.

Sachett, M., B. (2018) – “*A Evolução dos Conceitos de Cidadania e Nacionalidade no Direito Internacional e no Direito Comunitário*” – Debater a Europa – Periódico do CIEDA e do CEIS20. Nº19 Jul/Dez 2018.

<http://www.europe-direct-aveiro.aeva.eu/debatereuropa/>

Sachs, J. (2008). “*The end of poverty: economic possibilities for our time*” Journal compilation, blackwell munksgaard and the American Dental Education Association, Eur J Dent 2008 12 (suppl, 1) 17 – 21.

Salama, P.; Valeir, J.; (12,995) - Medidas De Pobreza e Empoderamento - Revisão do Terceiro Mundo -Voar. 36, nº 14 - <https://www.jstor.org/stable/23592038>

Sampaio, J., L., F. (1999) “*A fome e as duas faces do Estado do Ceará.*” Tese de Doutoramento em Geografia Humana Defendida na Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob Orientação do Professor Dr. Wanderley Messias da Costa.

Santos, B., de S. (1999) “*Reinventar a democracia: entre o pré- contratualismo e o pós-contratualismo*”. In A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI. Contraponto.

Santos, B., de S.(2003) “*Pode o direito ser emancipatório*” Revista Crítica de Ciências Sociais. Rev. 65, pp. 3-76.

<http://doi.org/10.4000/rccs.1180> <https://journals.openedition.org/rccs/1180>

Santos, B., de S. (2007) “*Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*”. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra – PT https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf

Santos, B., de S.(2012) “Portugal: ensaio contra a autoflagelação.Coimbra: 2ª edição. Ed.: Almedina

Santos, B., de S. (2016) “A difícil Democracia: reinventar as esquerdas.Boitempo.

Santos, B., de S. & Mendes, M., J, (2017) “*Introdução*” Demodiversidade: Imaginar novas possibilidades democráticas. (Org) Boaventura Sousa Santos, José Manuel Mendes Editora 70.

Santos, B., de S. & Mendes, M., J. (18 de novembro 2014b) “*Boaventura examina a onda podemos.*” Carta Capital. <http://www.cartacapital.com.br/blogs-palavras/boaventura-examina-a-201-conda-podemos201d-6742.html>

Santos, B., de S. & Mendes, M., J. (junho de 2017) “*Estamos em uma transição da democracia para a ditadura?*” Rede Brasil Atual <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/06/boaventura-de-sousa-santos-estamos-em-uma-transicao-da-democracia-para-a-ditadura/>

Santos, M. (2007) “*Por uma outra Globalização*” do pensamento único à consciência universal. 14ª Edição - Ed. Record.

Santos, M. (2013) “*Pobreza Urbana*” São Paulo: 3ª Ed. 1ª reimpressão. Editora da Universidade de São Paulo.

Sen, A. (2000). “*Desenvolvimento como Liberdade*”- Editora Cia das Letras.

Sen, A. (2008) “*Desigualdade reexaminada*” - Editora. Record.

Sen, A. (2010) “*As pessoas em Primeiro Lugar: a Ética do Desenvolvimento e os Problemas do Mundo Globalizado*” - Cia das Letras.

Sen, A. (2011) “*A Ideia de Justiça*” - Companhia das Letras

Silva, F., A. (2017) “*Pobreza estrutural globalizada, território brasileiro e política de transferência de renda: o Programa Bolsa Família*” Evento. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 1, p. 48-72, abril. ISSN 2179- 0892. <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/111813>>.

Silva, M., O. (2002) “*O Debate Sobre a Pobreza: questões teóricas- conceituais.*” Revista Eletrônica de Políticas Públicas. Ed. UFMA. V.6, N.2 pp 65 – 102 <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3720/1753>

Silva, R., S. da (2014) “*(des)envolvimento e a promoção das liberdades básicas: uma leitura do Programa Bolsa Família no Ceará*” - Editora Ateneu.

Simmel, G. (2015) “*El Pobre*” in *SOCIOLOGÍA: Estudios Sobre las Formas de Socialización*. Traducción: José Pérez Bances. Edición Fondo de Cultura Económica pp 745 – 796.

Soja, W. E. (2010) “*Seeking Spatial Justice.*” - University of Minnesota Pres.

Stiglitz, J. (2013) “*O Preço da Desigualdade*” - Ed.: Bertrand,

Stiglitz, J (2018) “*O Fim da Desigualdade: sociedades desiguais e como Mudar*” - Ed.: Bertrand.

- Stiglitz, J. (2020) “*Más instrumentos y metas más amplias para el desarrollo.*” In *Ética y Desarrollo. La relación marginada* (org Kliksberg, B) - El Ateneo
- Toye, J. (1987) “*Dilemmas of Development: Reflections on the conter*” – revolution in development theory and policy, Basil Blackwell,.
- Telles, V. S. (2001) “*Pobreza e Cidadania*” - Editora 34.
- Thomas, H. (1998) “*La production des exclus*” Paris P.U.F., (Sociologie d'aujourd'hui), 1997. In: *Formation Emploi*. N.62, 1998. p. 98;
https://www.persee.fr/doc/forem_0759-340_1998_num_62_1_2297_t1_0098_0000_6
- UNESCO (2019) “*Combinando dados sobre crianças fora da escola, conclusão e aprendizagem para oferecer uma visão mais abrangente sobre o ODS 4*” -
<http://uis.unesco.org/en/topic/out-school-children-and-youth>
- UNICEF (2020) “*Impactos primários e secundários da covid-19 em Crianças e adolescents*” UNICEF Brasil Disponível
<https://www.unicef.org/brazil/media/9966/file/impactos-covid-criancas-adolescentes->
- Veiga, G., M., S. (2003). “*Grupos Focais como técnicas de investigação qualitativa: desafios metodológicos.*” *Revista Paidéia*, 12 (24), 149-161.
<https://www.scielo.br/j/paideia/a/8zzDgMmCBnBJxNvfk7qKQRF/?lang=pt>
- VISISAN – (2021) “*Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.*” Org. Ana Maria Segall Corrêia Et. Al
http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf
- Wacquant, L. (2001) “*Os condenados da Cidade*” - Editora Revan.
- Wacquant, L. (2008) “*As Duas Faces do Gueto.*” - Boitempo
- Welffort, F. (1991) “*Democracia Política e Desenvolvimento Econômico*” In *A Democracia como proposta*. Org Fernanda Lopes e André Luís Camara - Coleção Democracia V.1. 1ª Edição. Ed.:IBASE.
- Werneck, J., (2016) “*Racismo institucional: uma abordagem conceitual*”
<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/abstract/?lang=pt>
- Werneck, J., (2016) “*Racismo institucional e saúde da população Negra. Saúde e Sociedade*”. v. 25, n. 3 pp 535-549, p 545.
- Williamson, O., E “*The New Institution Economics: Taking Stock, Looking ahead*” *Journal of economic literature*, vol 38, nº 3, pp 595 – 613.
- Wood, E. M. (2011). *Citizens to Lords: A social history of western political thought from Antiquity to the Late Middle Ages*. Verso Books.

WORD BANK (2021) “*dataworkbank.org: extreme poverty*”
<https://data.worldbank.org/>

Wright, E, O. (2015) “*Análise de Classes*”. Revista Brasileira de Ciência Política nº 17 maio agosto de 2015 pp 121;153.
<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/QH8FfZ3sFpqv7tdYtpYWznG/?lang=pt&format=pdf>

Young, I., M. (1990) “*Justice and The Politics of Defference*”. Ed PrincetonUniversity Press,

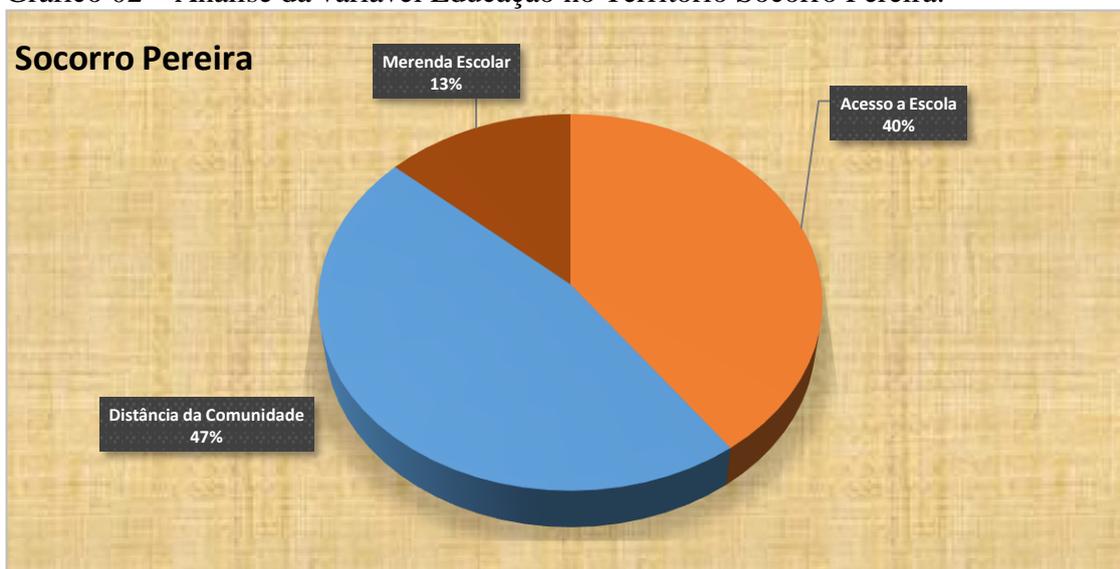
Young, J., A (2002) “*sociedade excludente*” Renavan

Anexos

Anexo 01

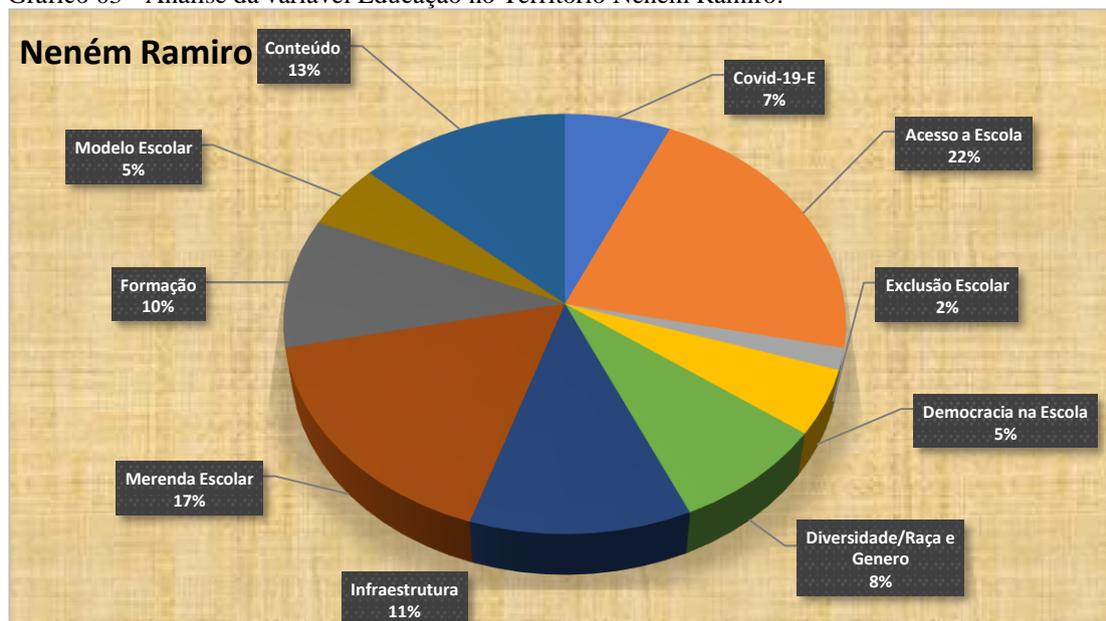
Gráficos das Frequências extraídas a partir das falas dos sujeitos disponíveis no Capítulo 6

Gráfico 02 – Análise da variável Educação no Território Socorro Pereira.



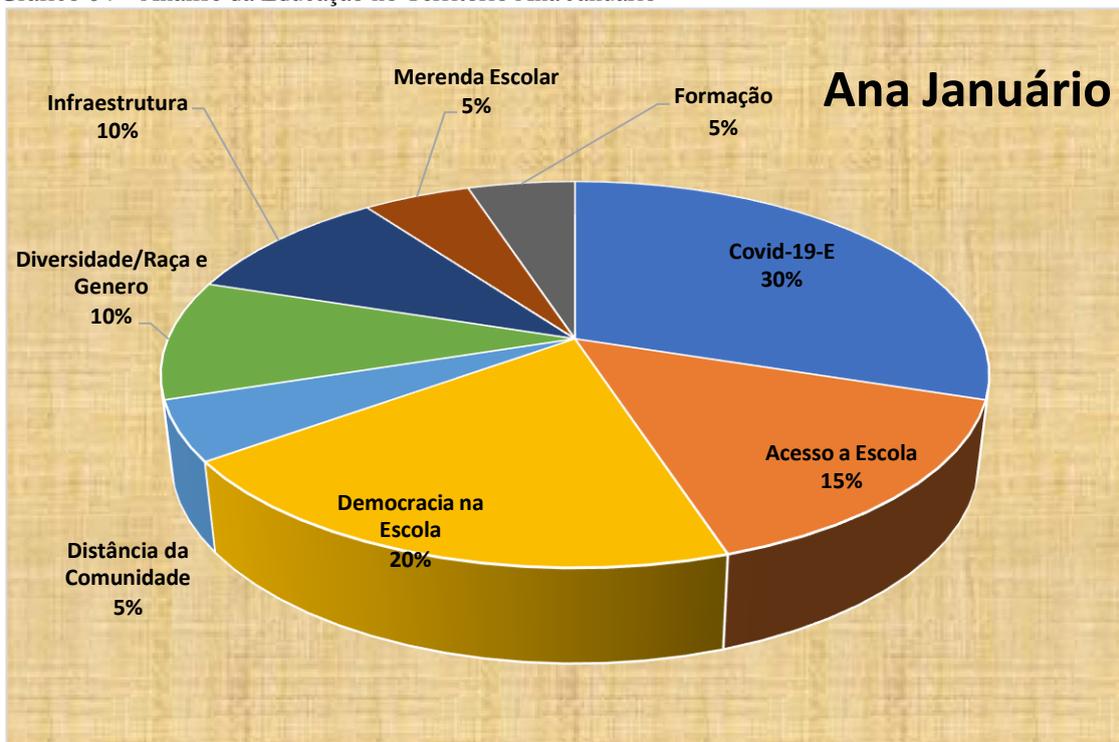
Fonte: Elaboração Própria a partir, 2021.

Gráfico 03 - Análise da variável Educação no Território Neném Ramiro.



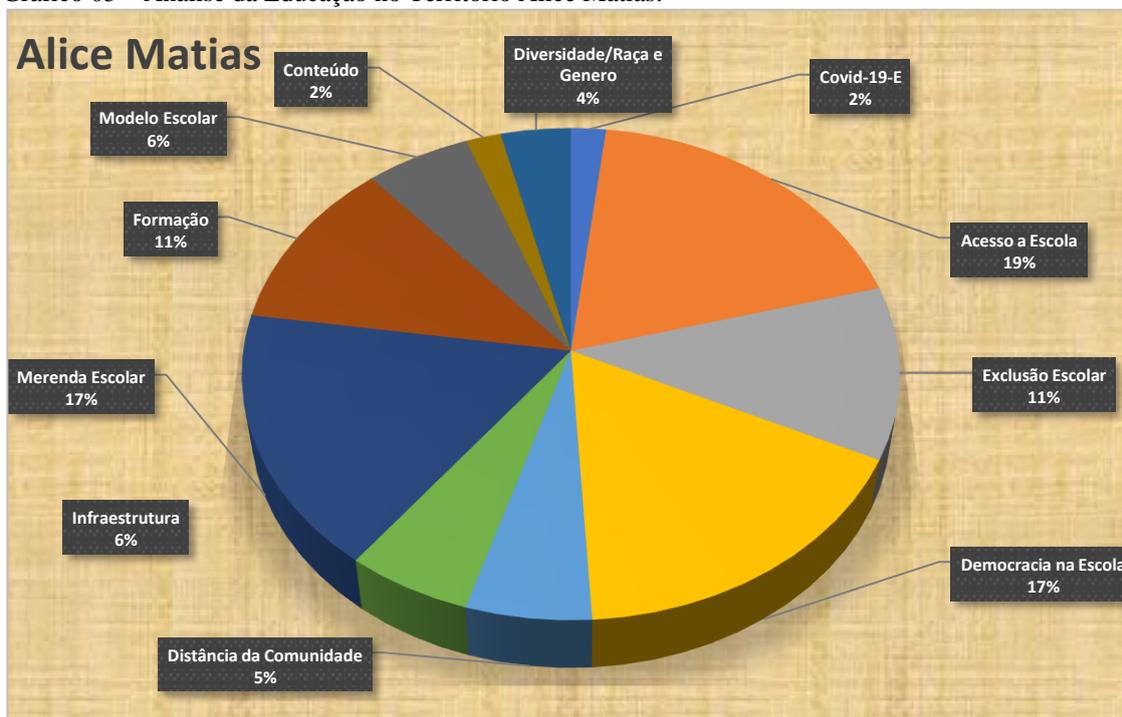
Fonte: Elaboração Própria a partir, 2021.

Gráfico 04 – Análise da Educação no Território Ana Januário



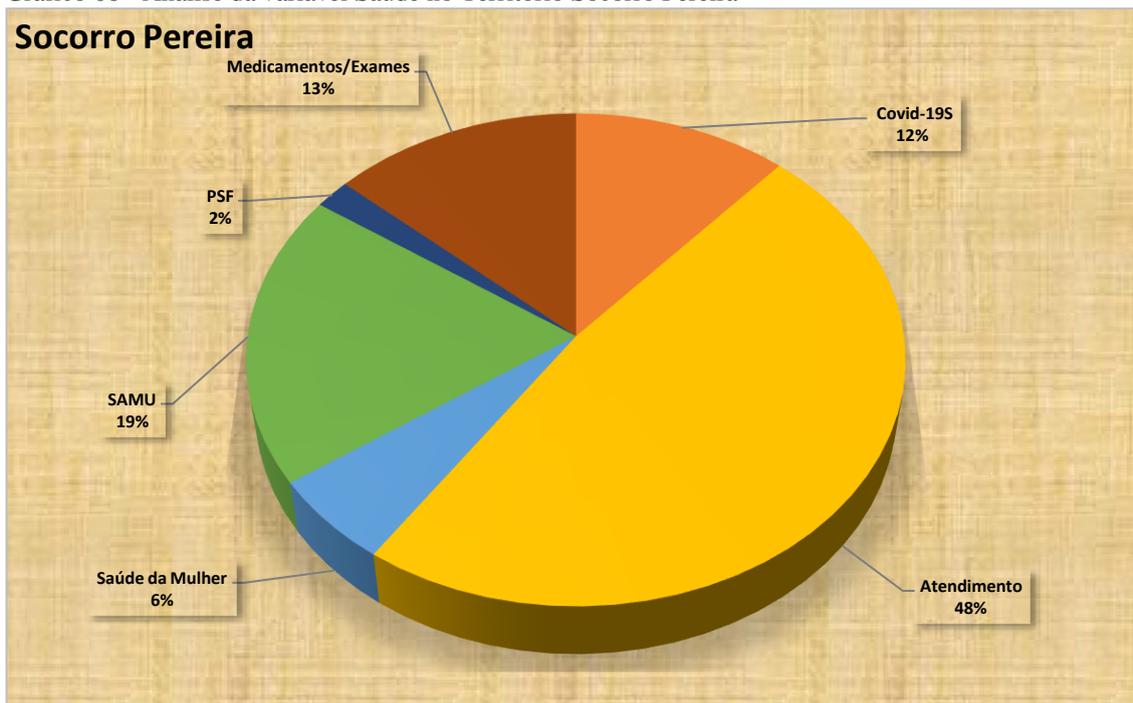
Fonte: Elaboração Própria a partir, 2021.

Gráfico 05 – Análise da Educação no Território Alice Matias.



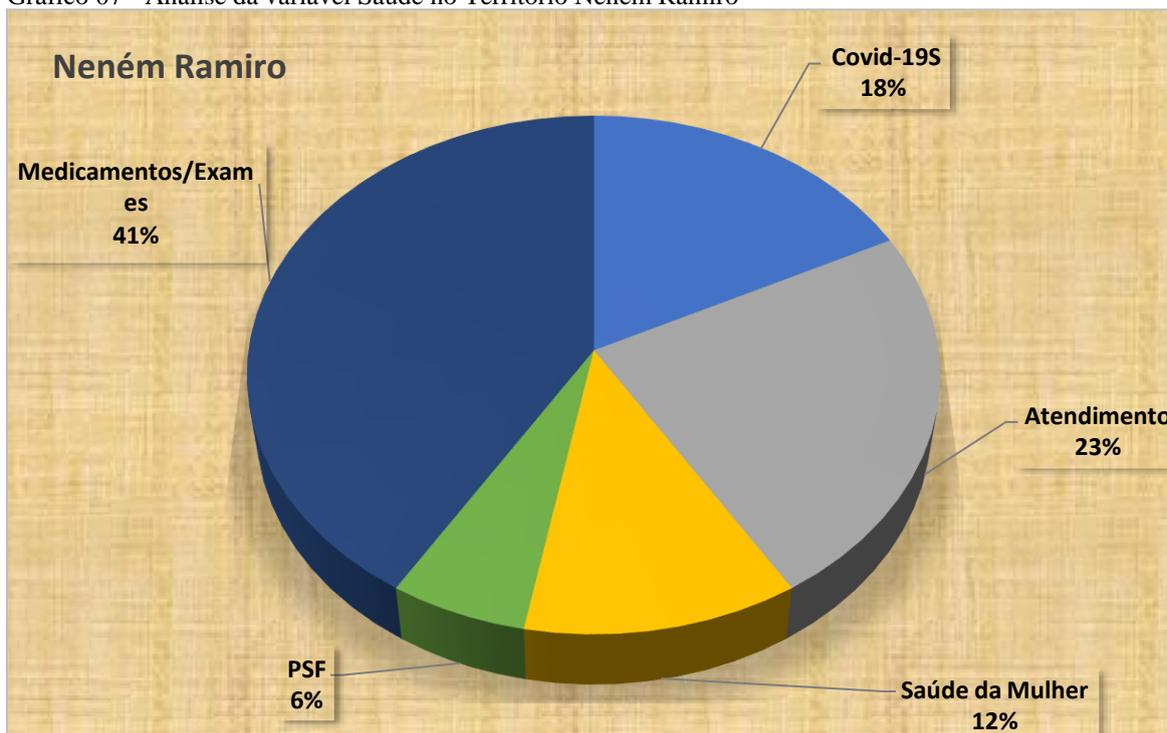
Fonte: Elaboração Própria a partir, 2021.

Gráfico 06 - Análise da variável Saúde no Território Socorro Pereira



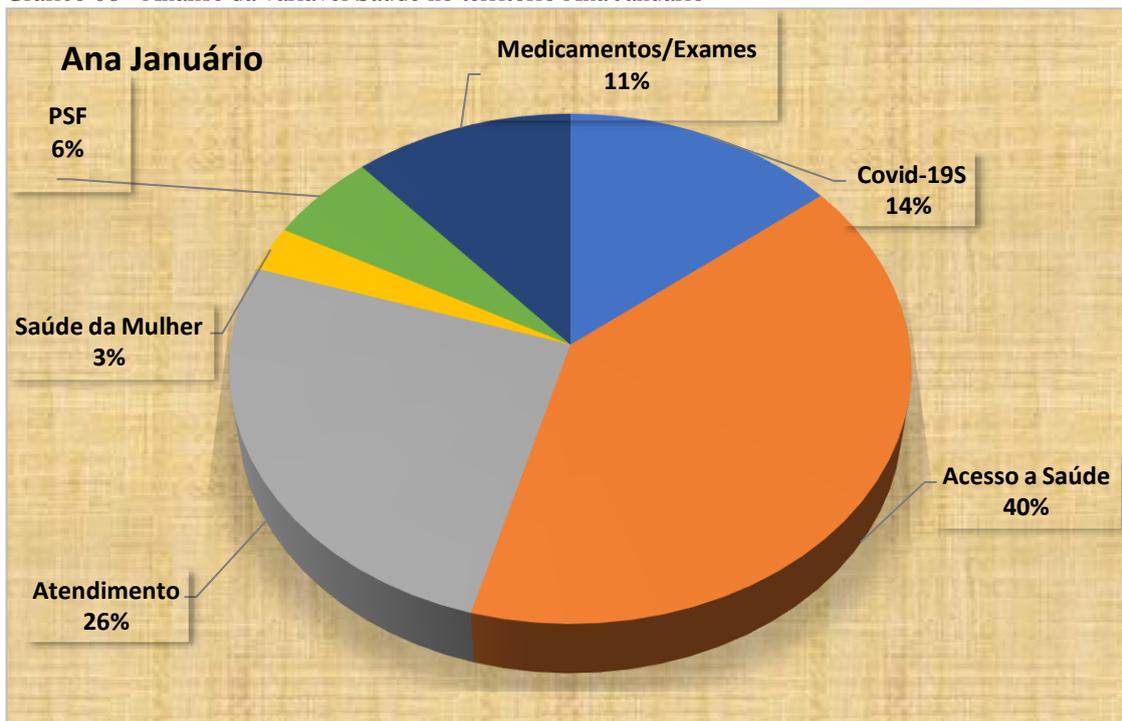
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 07 - Análise da variável Saúde no Território Neném Ramiro



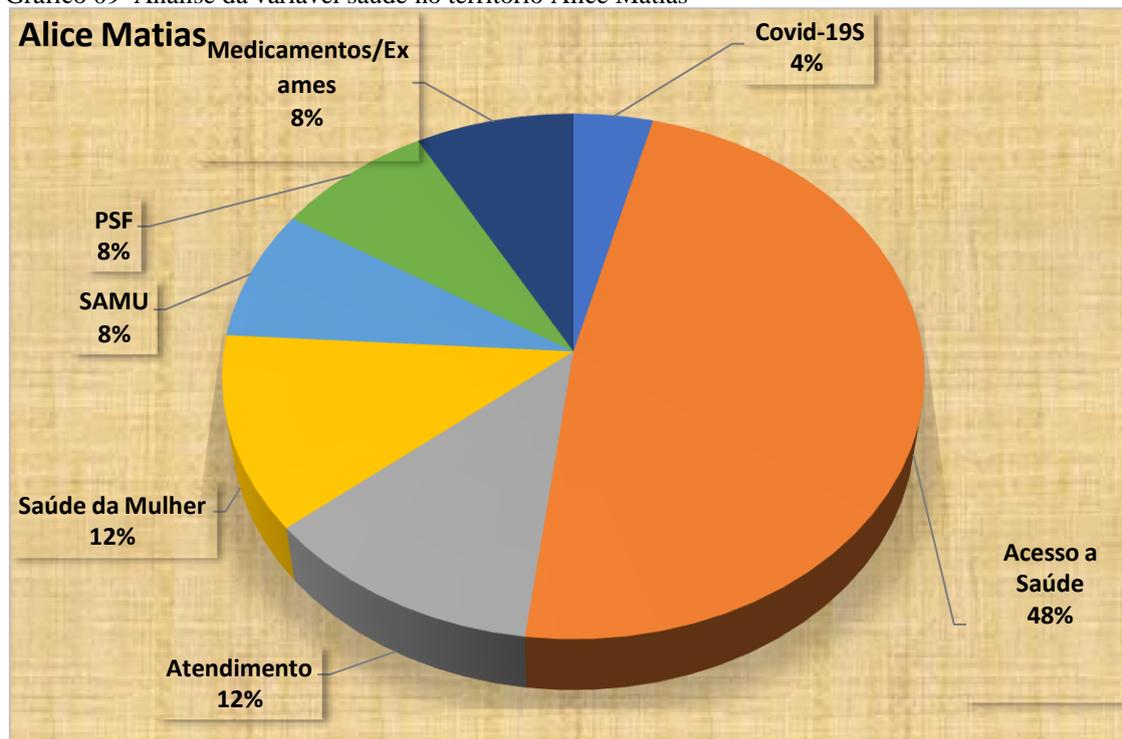
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 08 - Análise da variável Saúde no território Ana Januário



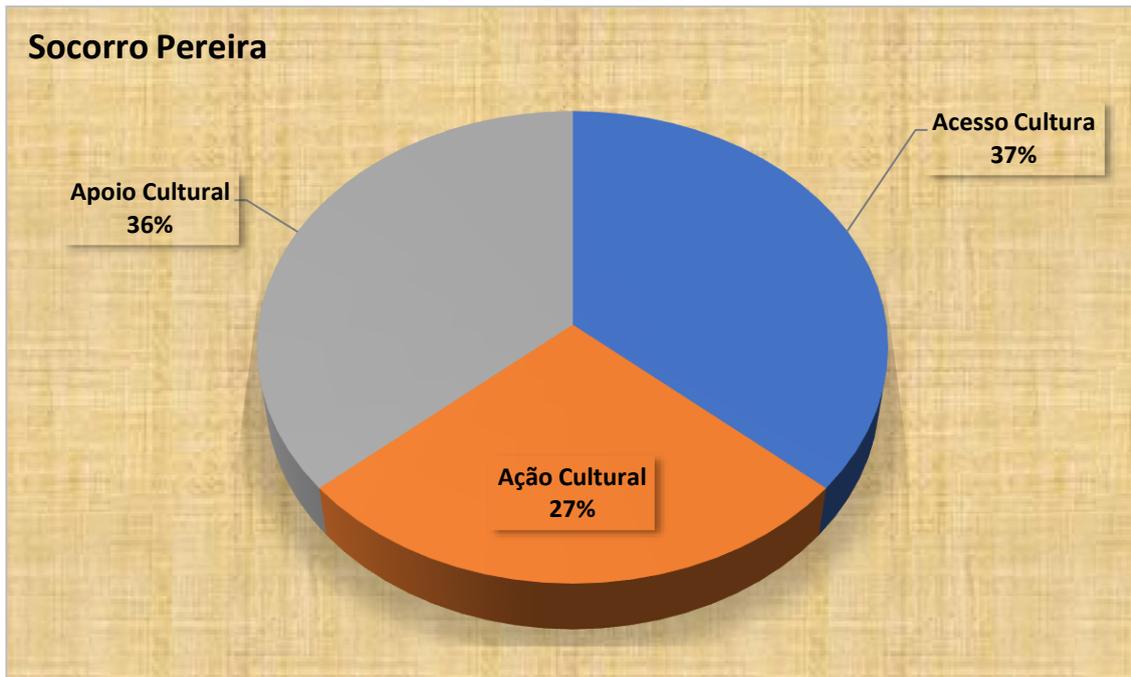
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 09 Análise da variável saúde no território Alice Matias



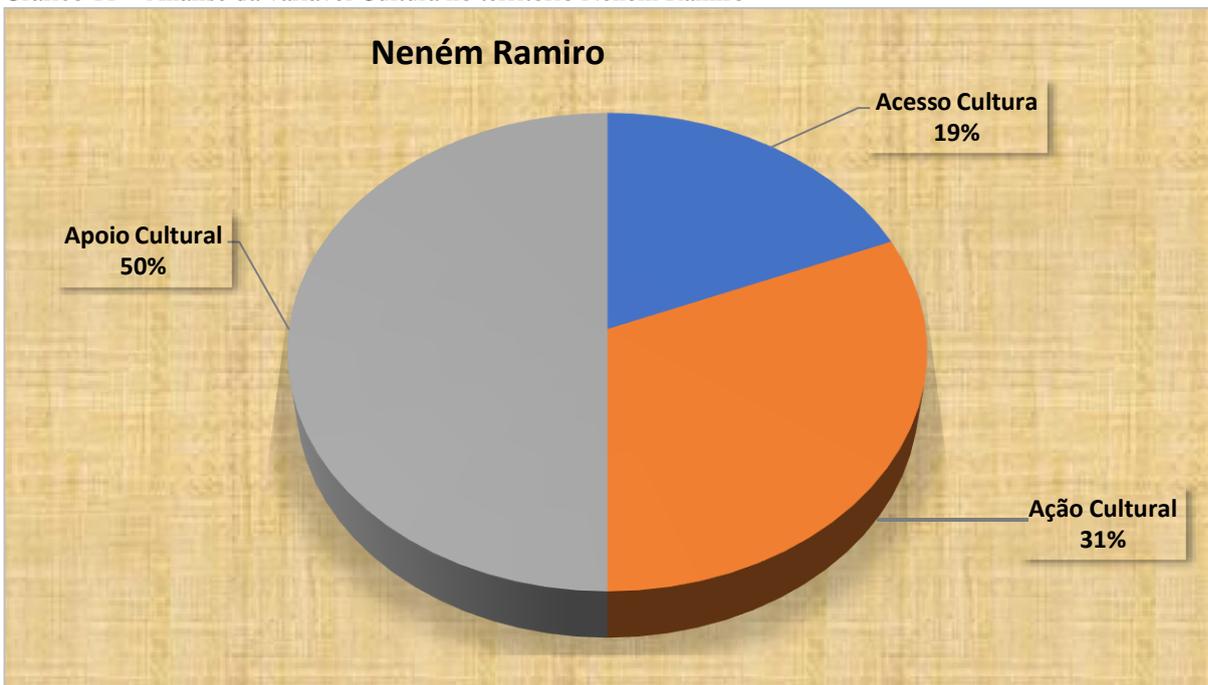
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 10 - Análise da variável Cultura no território Socorro Pereira



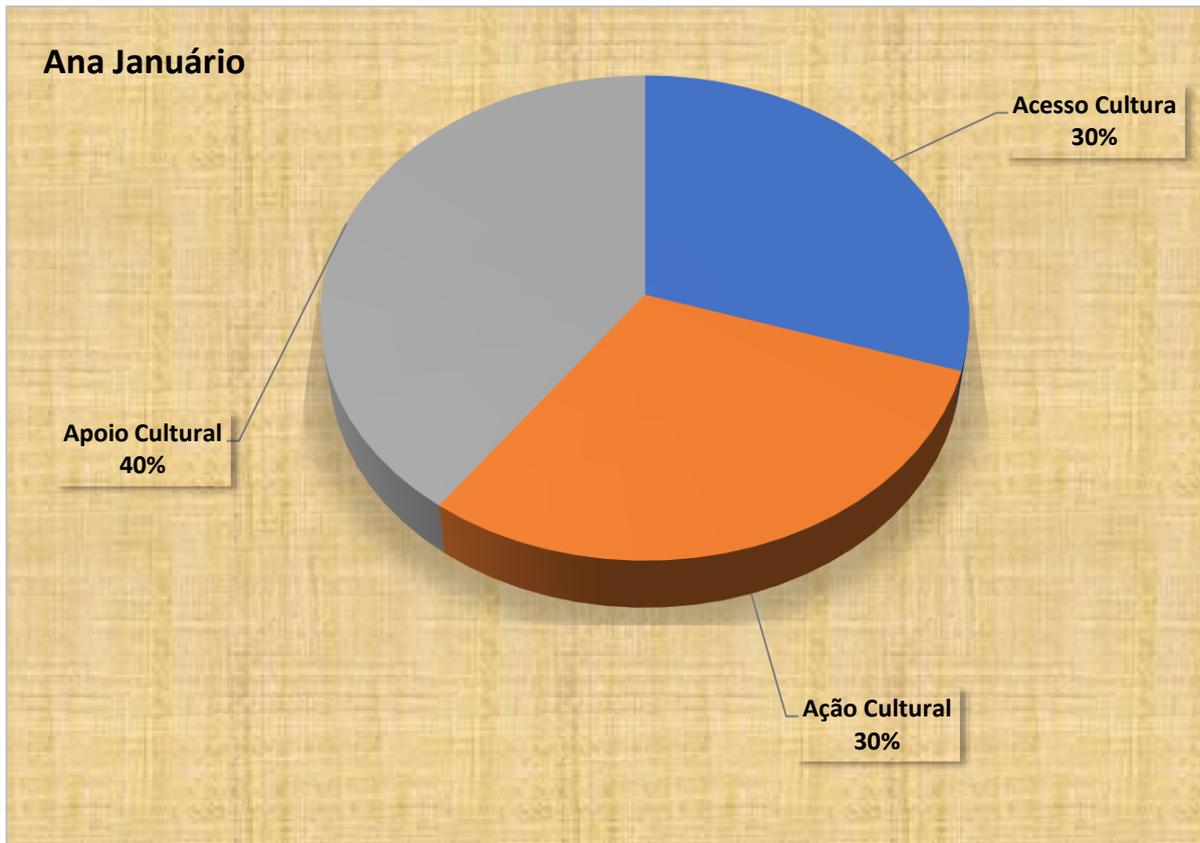
Fonte: Elaboração própria, a partir do MaxQda2018

Gráfico 11 - Análise da variável Cultura no território Neném Ramiro



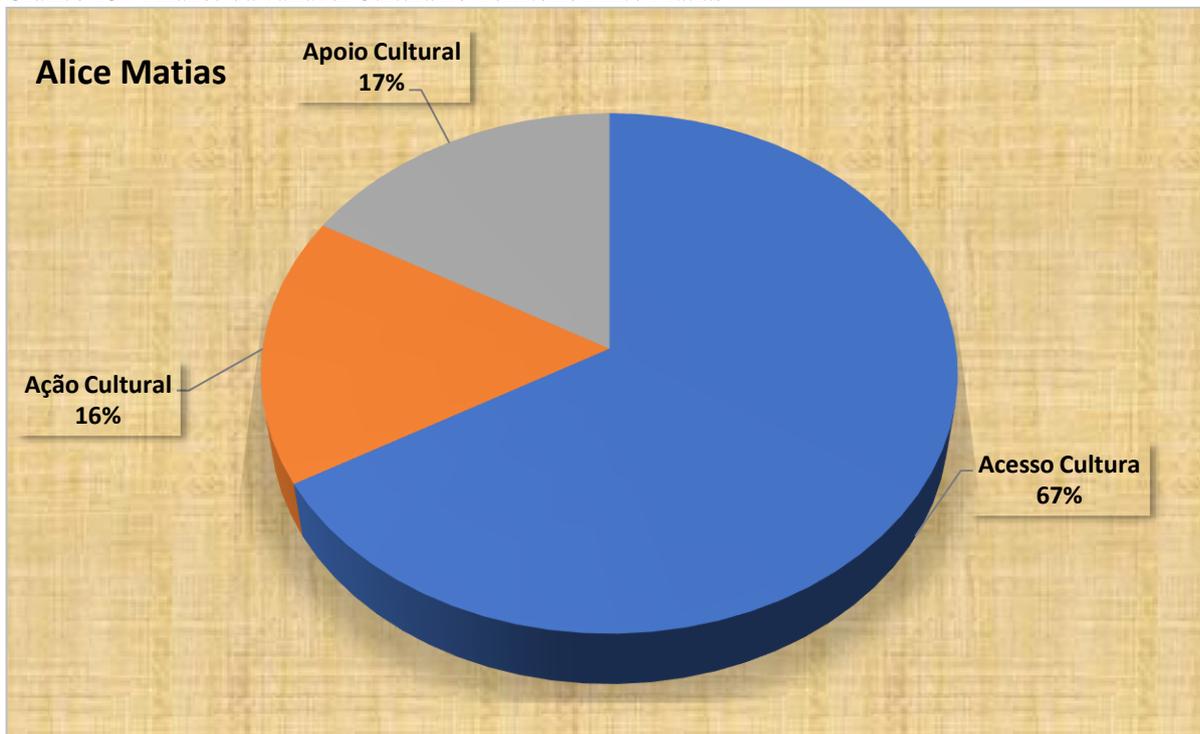
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 12 - Análise da variável Cultura no território Ana Januário



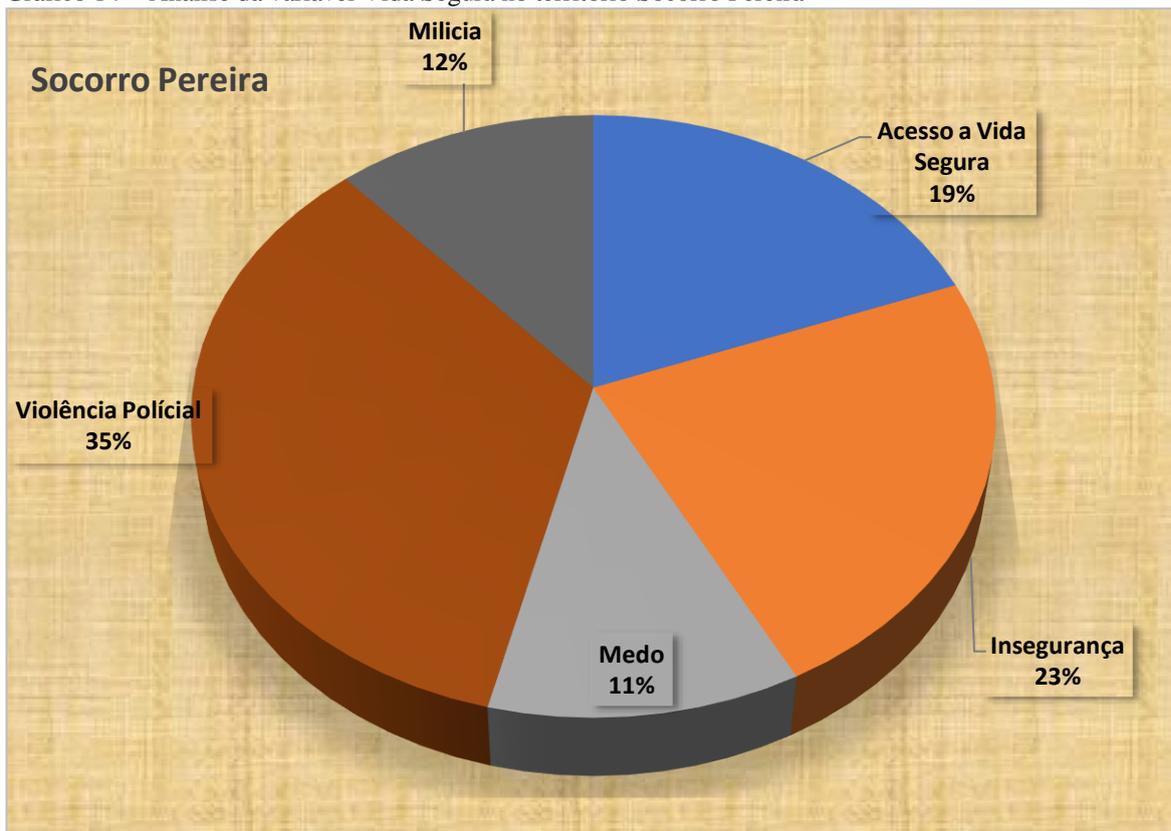
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 13 - Análise da variável Cultura no Território Alice Matias



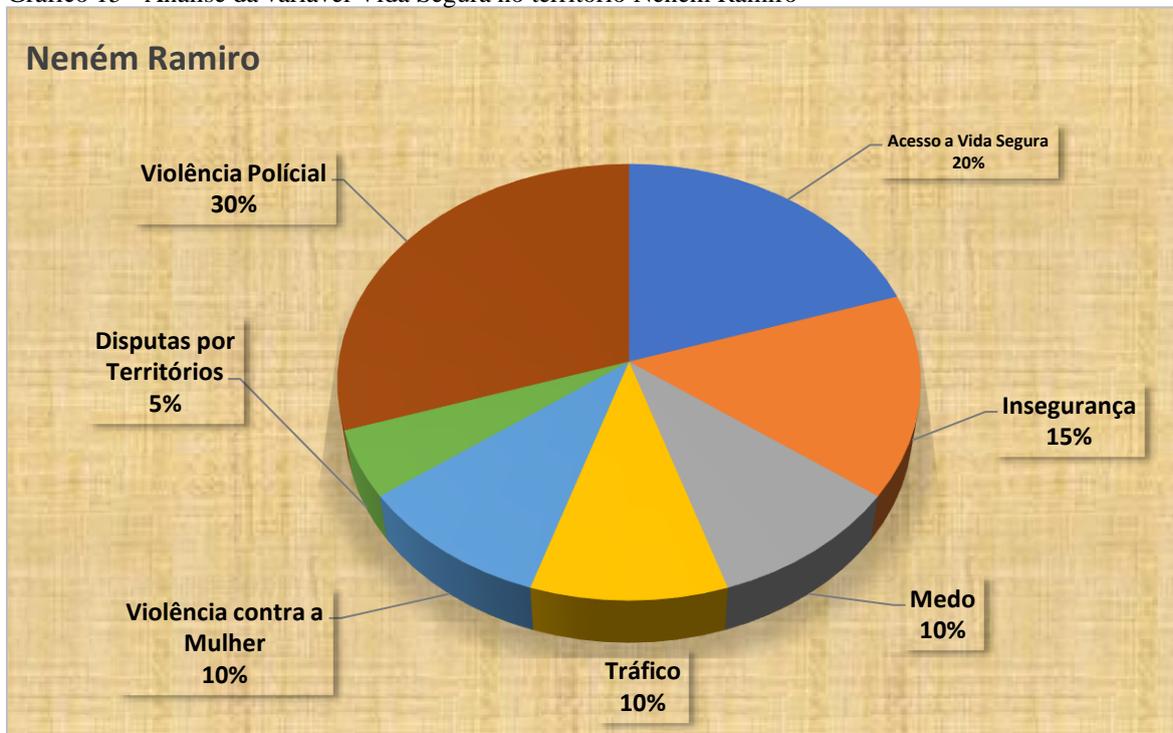
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 14 - Análise da variável Vida Segura no território Socorro Pereira



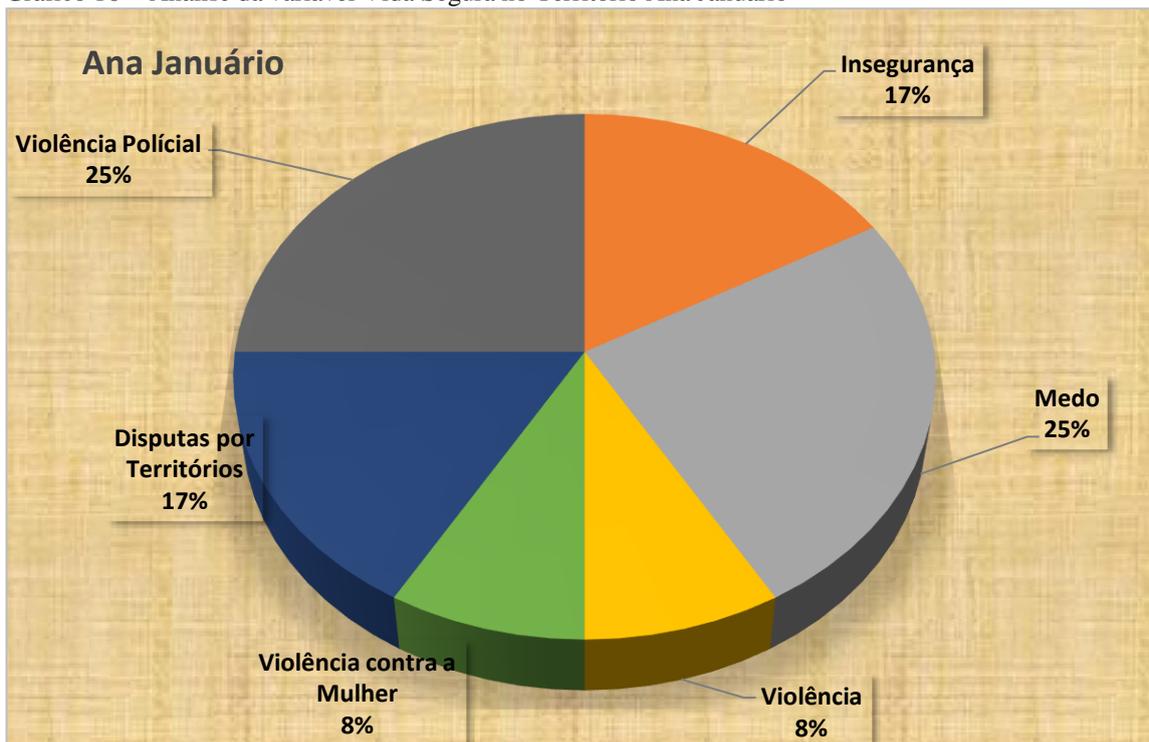
Fonte: Elaboração própria, a partir do MaxQda2018

Gráfico 15 - Análise da variável Vida Segura no território Neném Ramiro



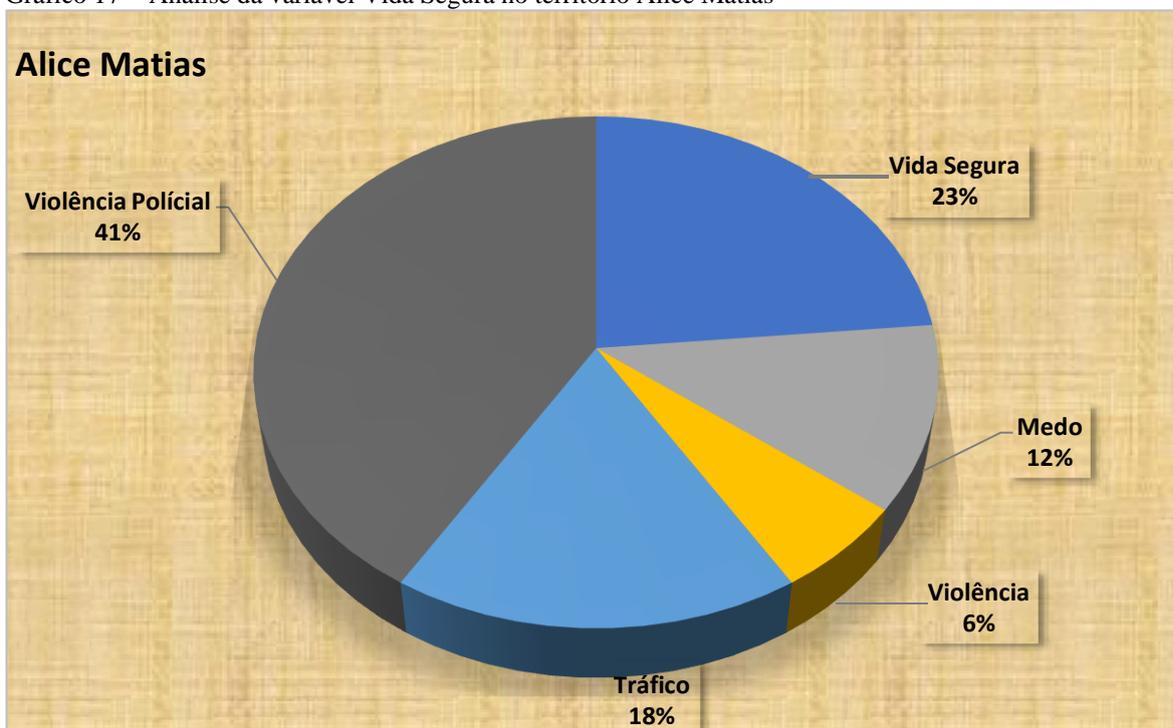
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 16 - Análise da variável Vida Segura no Território Ana Januário



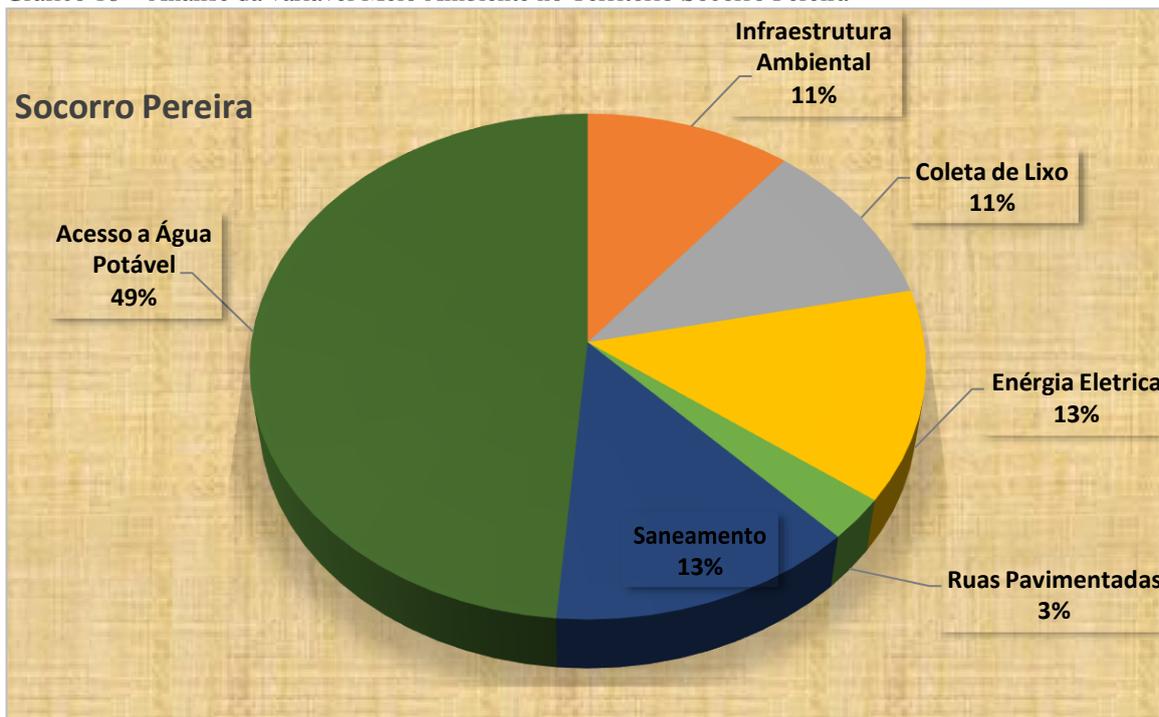
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 17 - Análise da variável Vida Segura no território Alice Matias



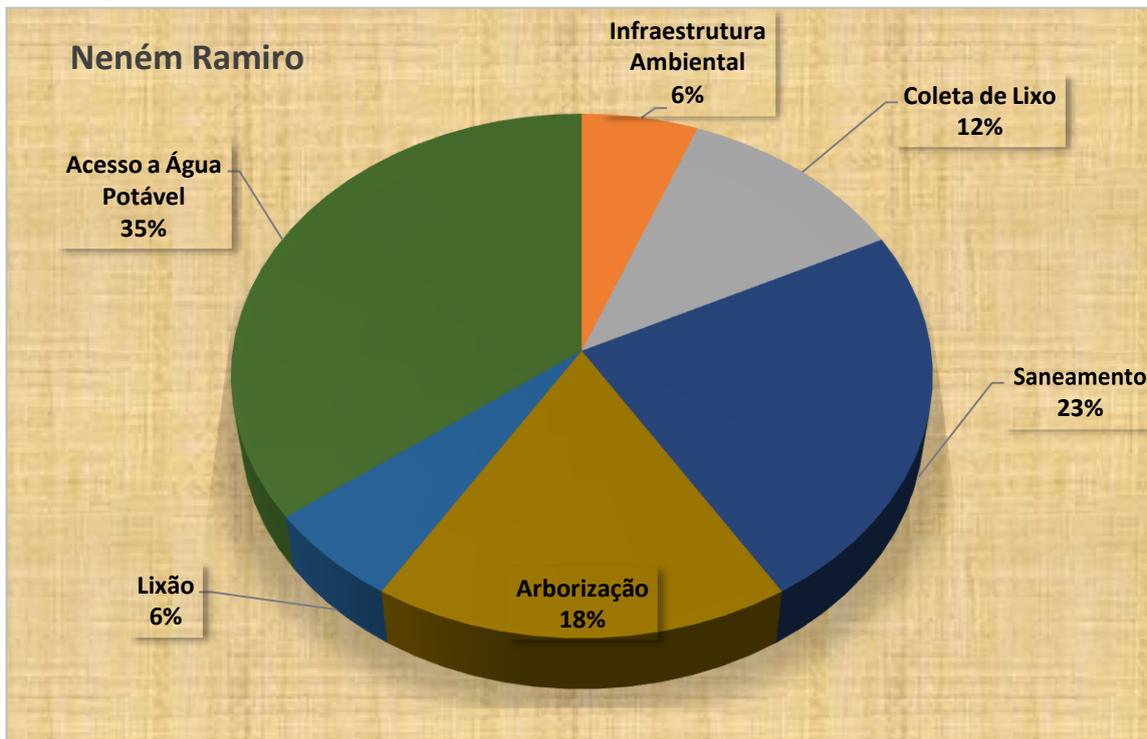
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 18 - Análise da variável Meio Ambiente no Território Socorro Pereira



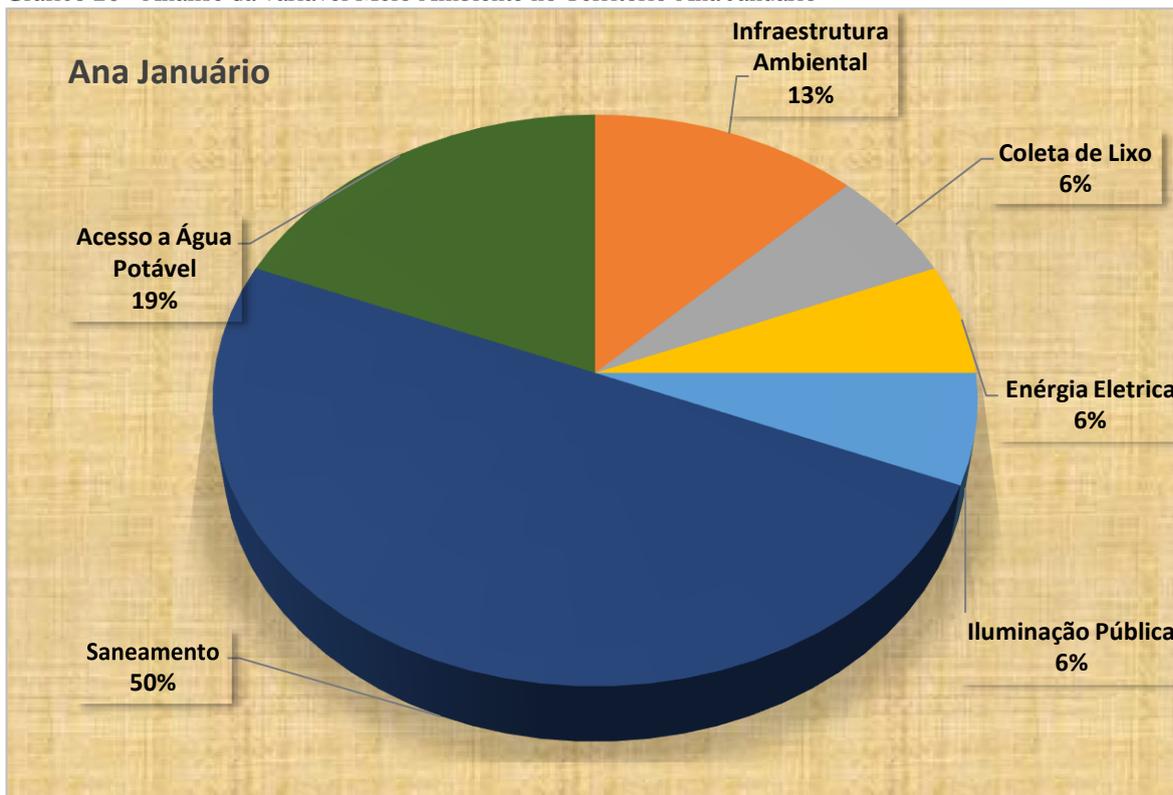
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 19 - Análise da variável Meio Ambiente no Território Neném Ramiro



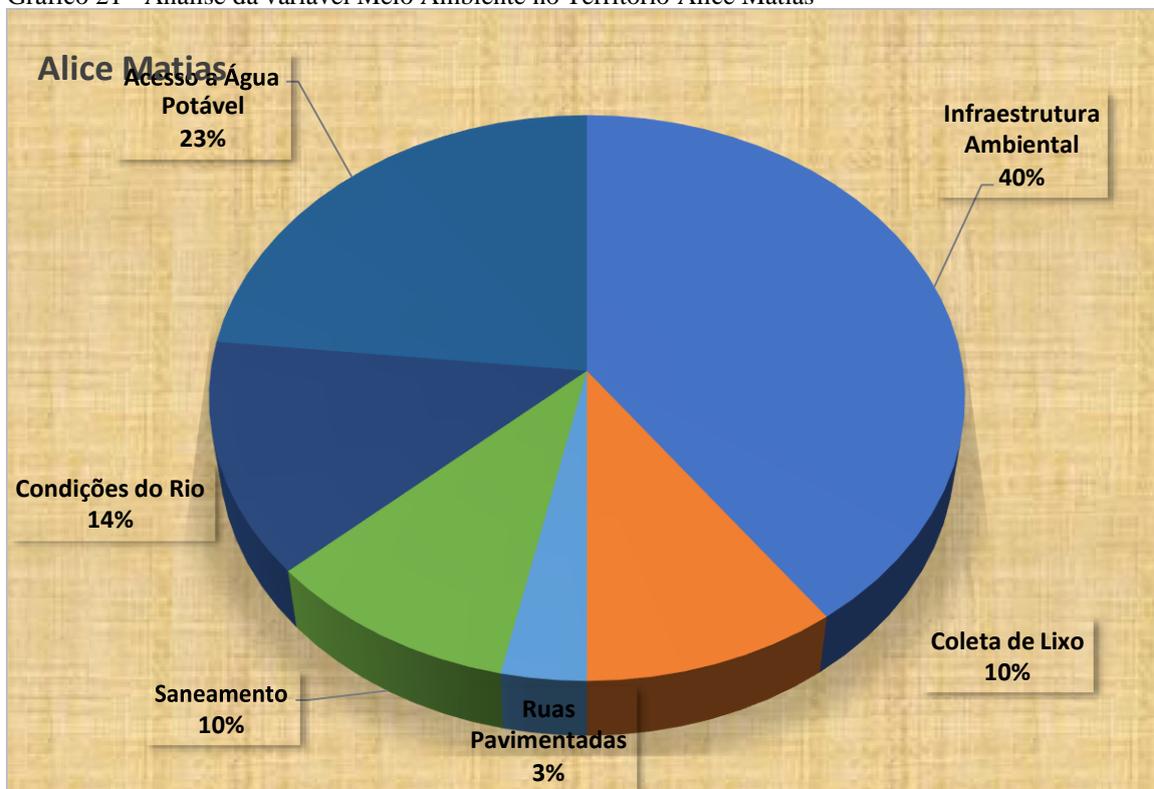
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 20 - Análise da variável Meio Ambiente no Território Ana Januário



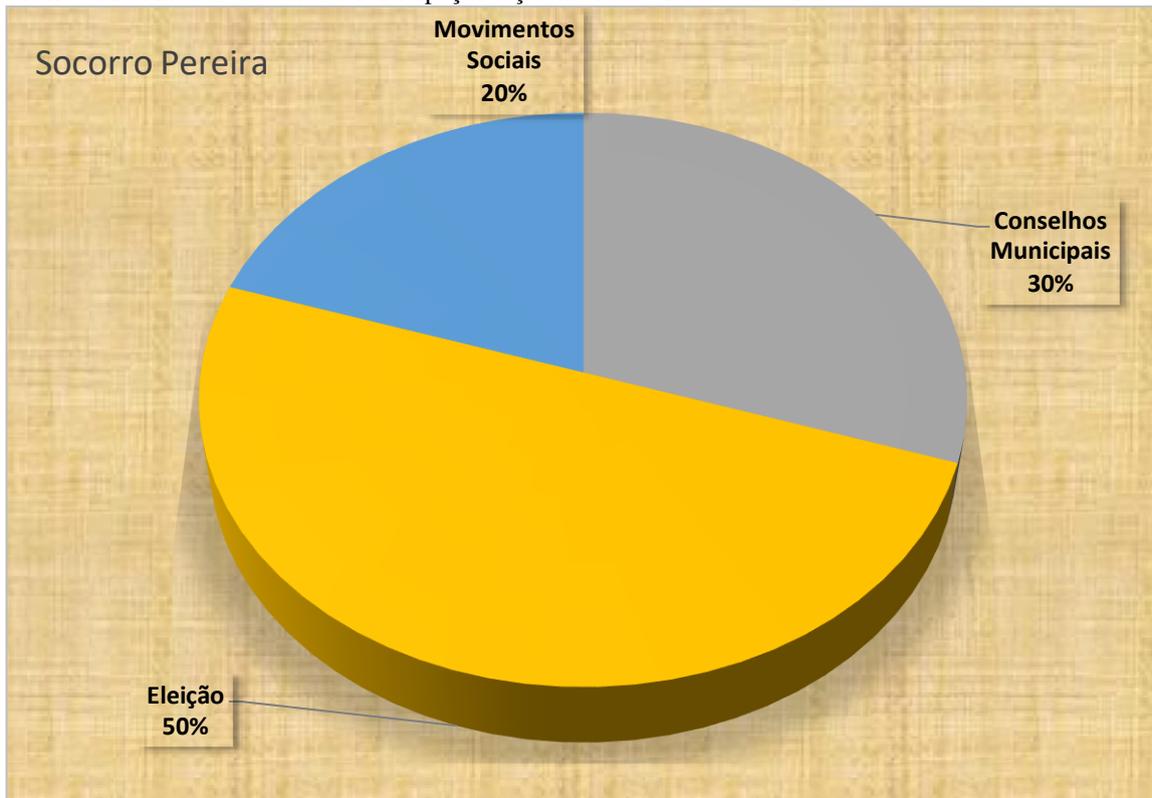
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 21 - Análise da variável Meio Ambiente no Território Alice Matias



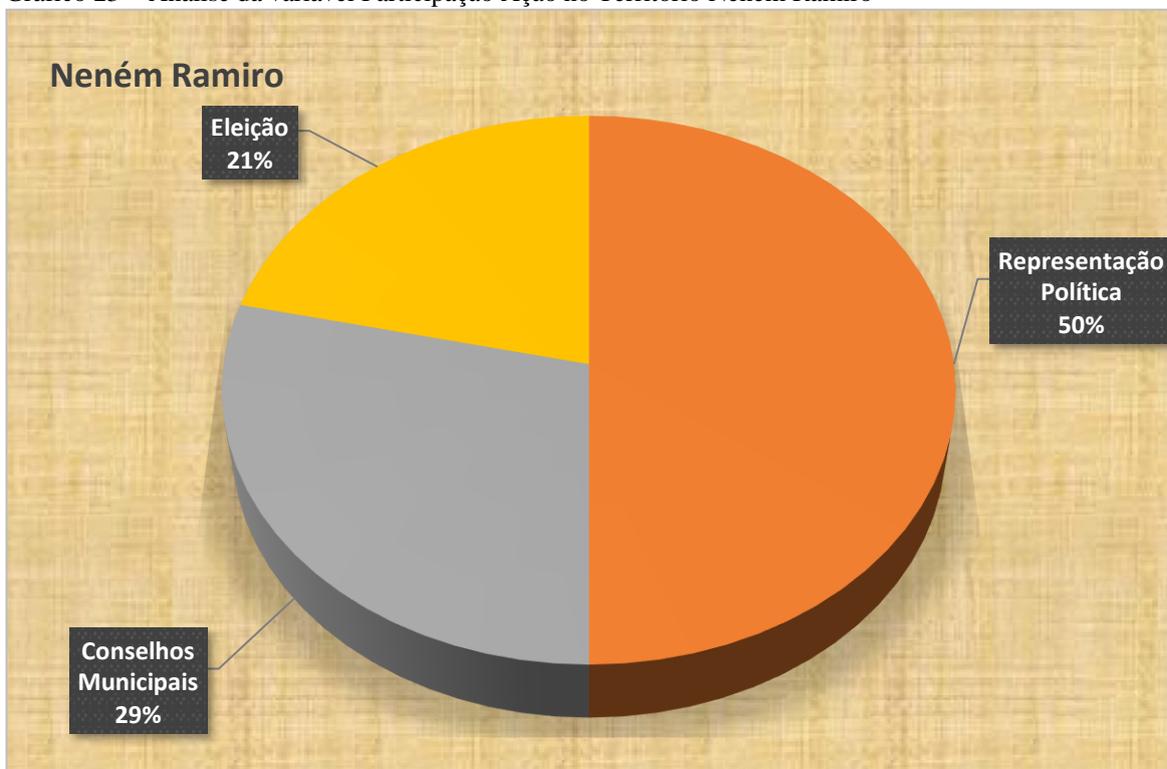
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 22 - Análise da variável Participação Ação no Território Socorro Pereira



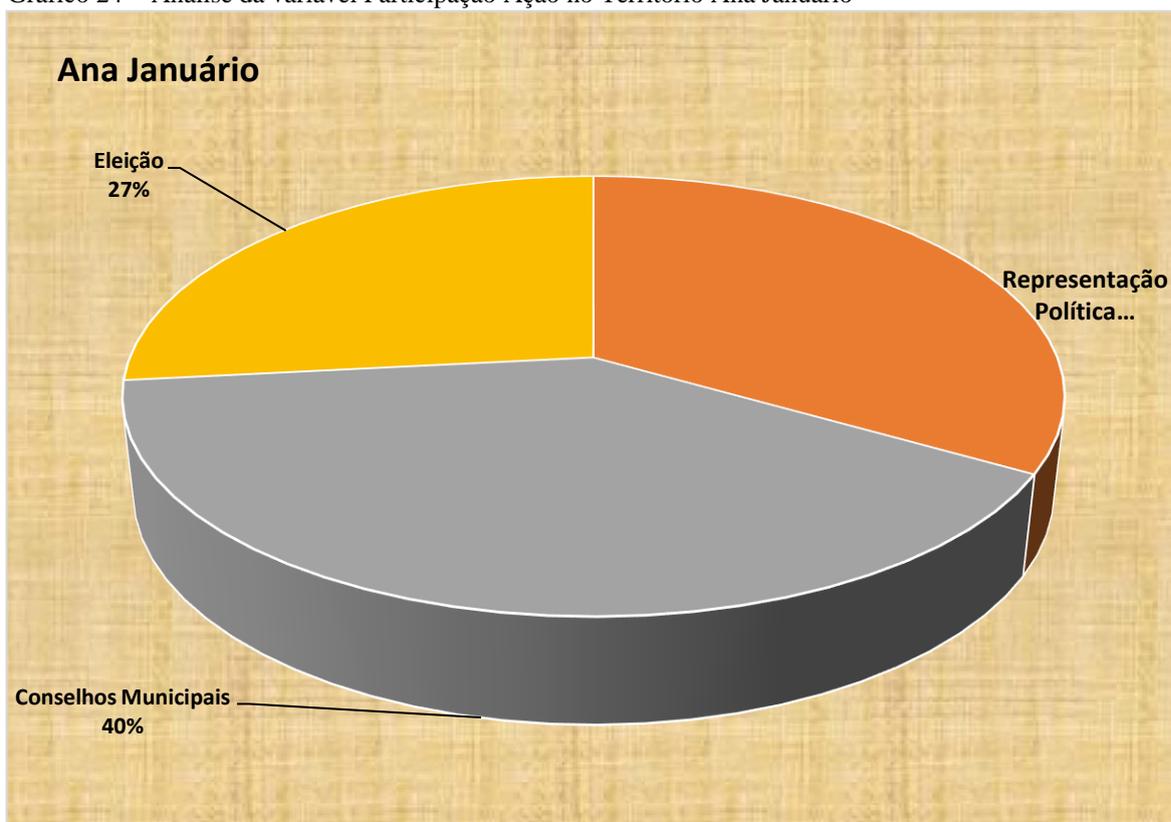
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 23 - Análise da variável Participação Ação no Território Neném Ramiro



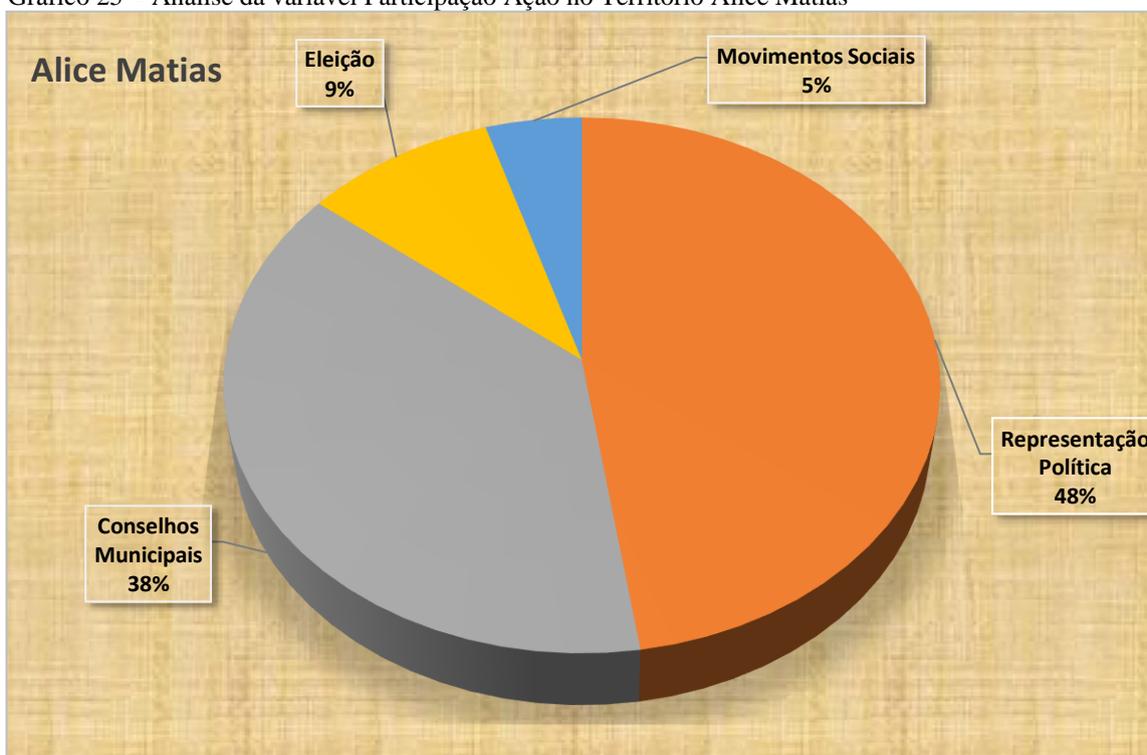
Fonte: Elaboração própria, a partir do MaxQda2018

Gráfico 24 - Análise da variável Participação Ação no Território Ana Januário



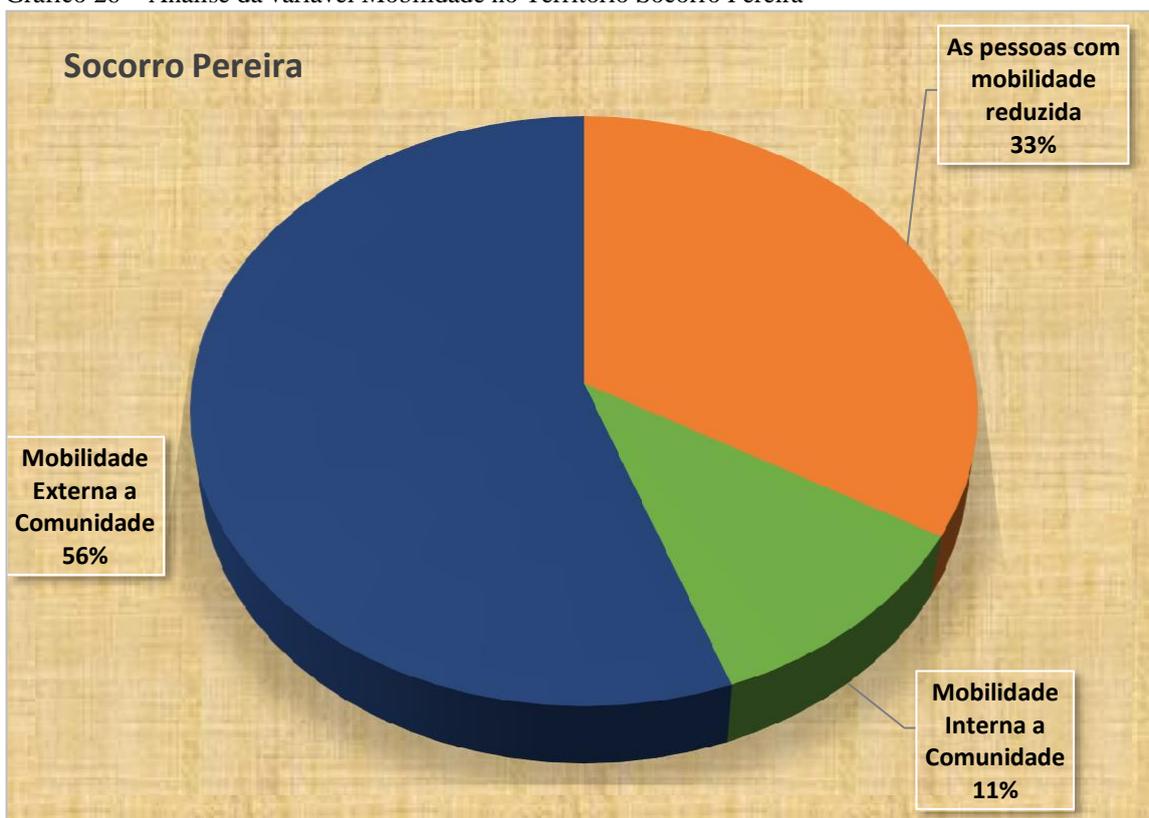
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 25 - Análise da variável Participação Ação no Território Alice Matias



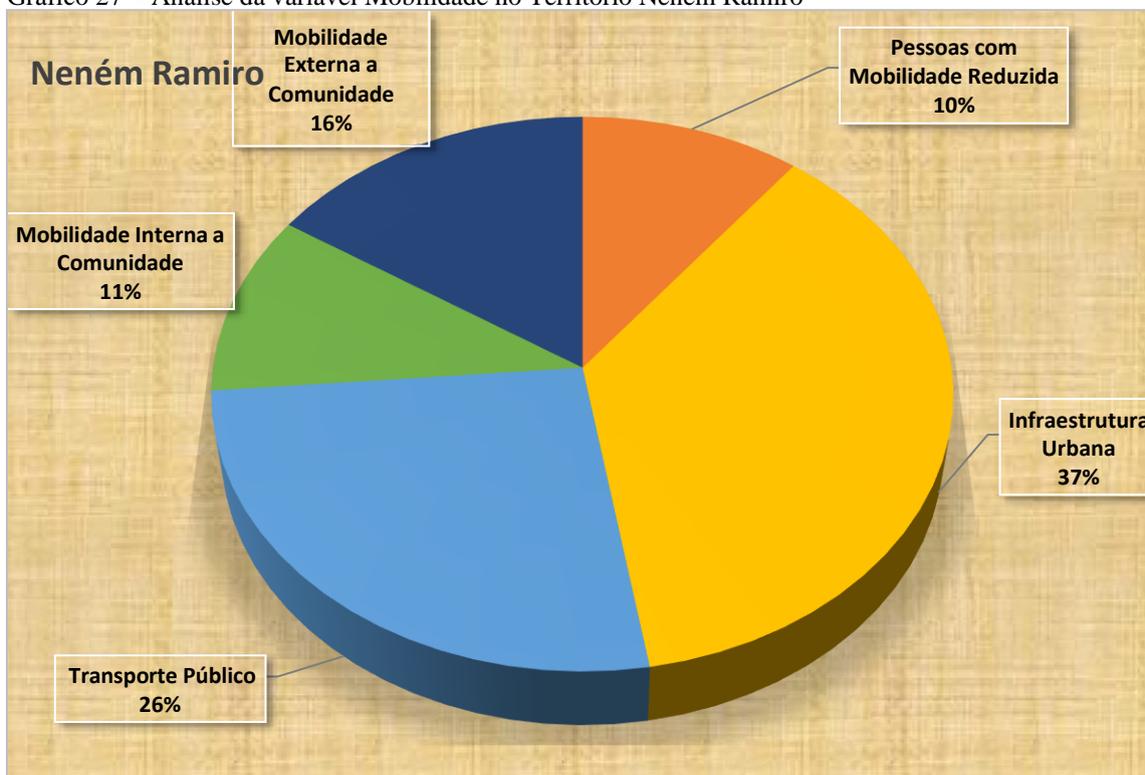
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 26 - Análise da variável Mobilidade no Território Socorro Pereira



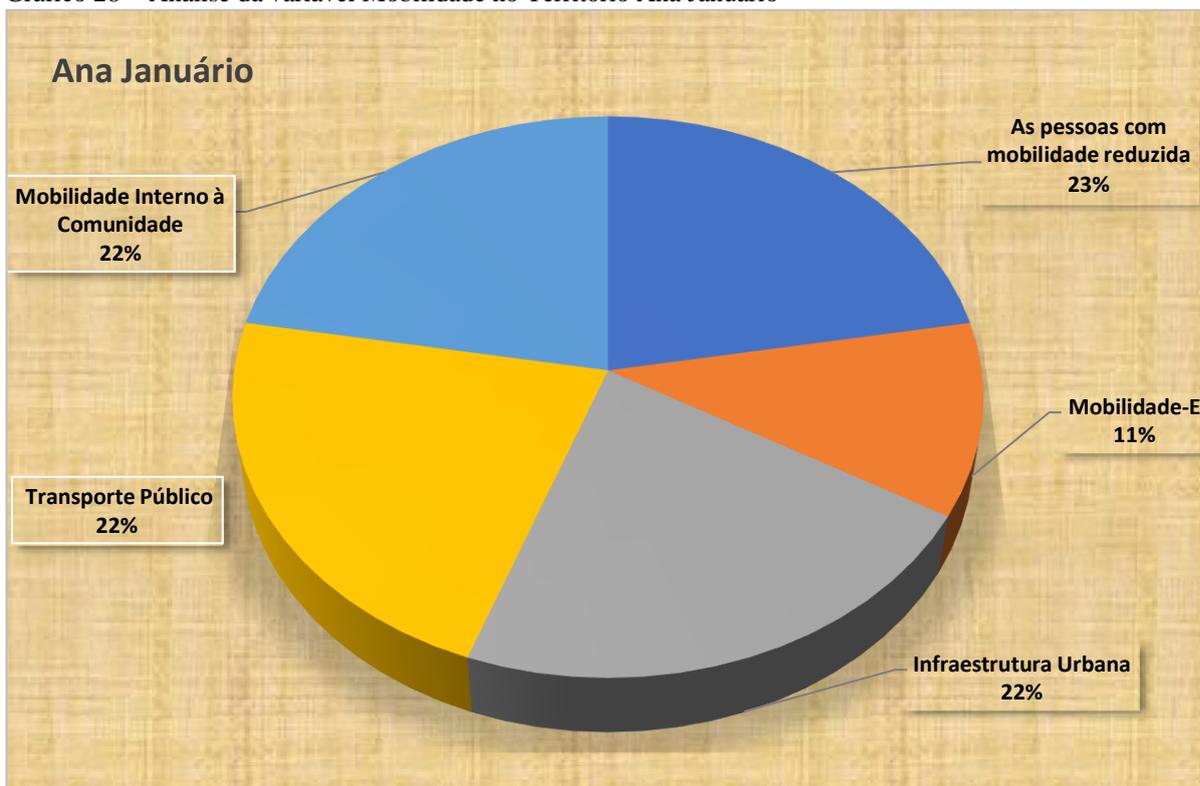
Fonte: Elaboração própria, a partir do MaxQda2018

Gráfico 27 - Análise da variável Mobilidade no Território Neném Ramiro



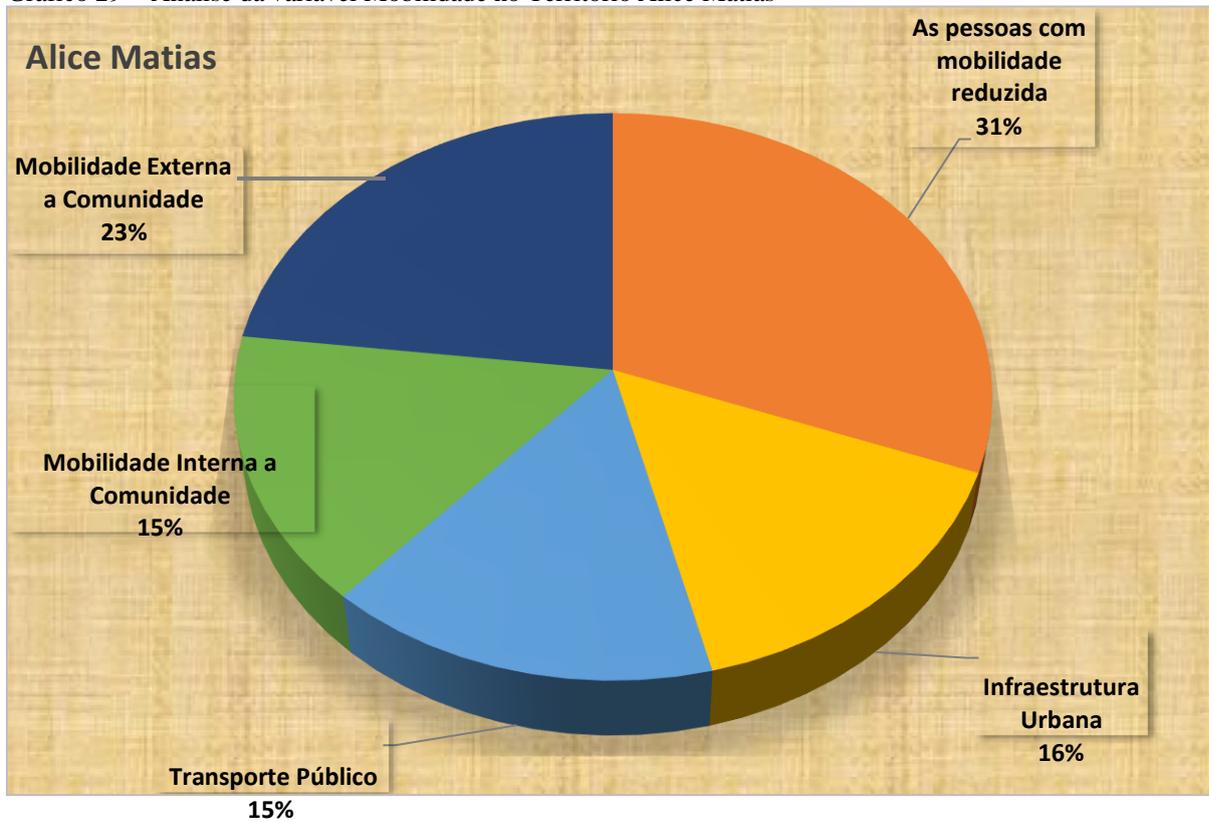
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 28 - Análise da variável Mobilidade no Território Ana Januário



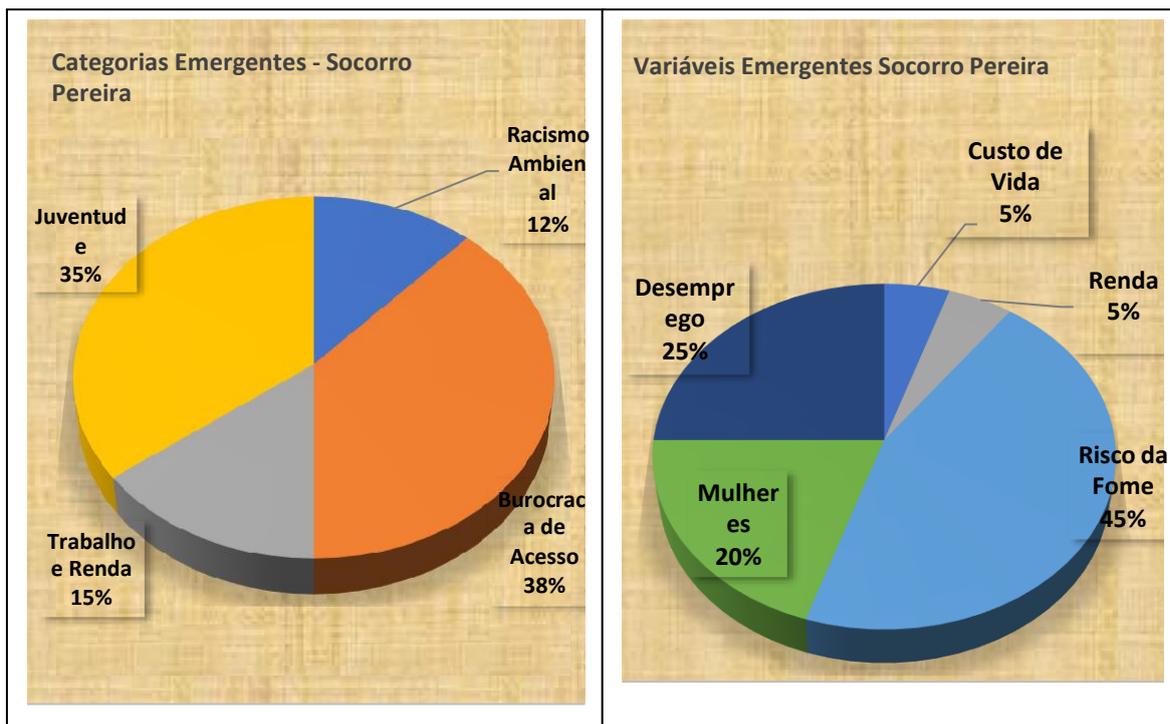
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 29 - Análise da variável Mobilidade no Território Alice Matias



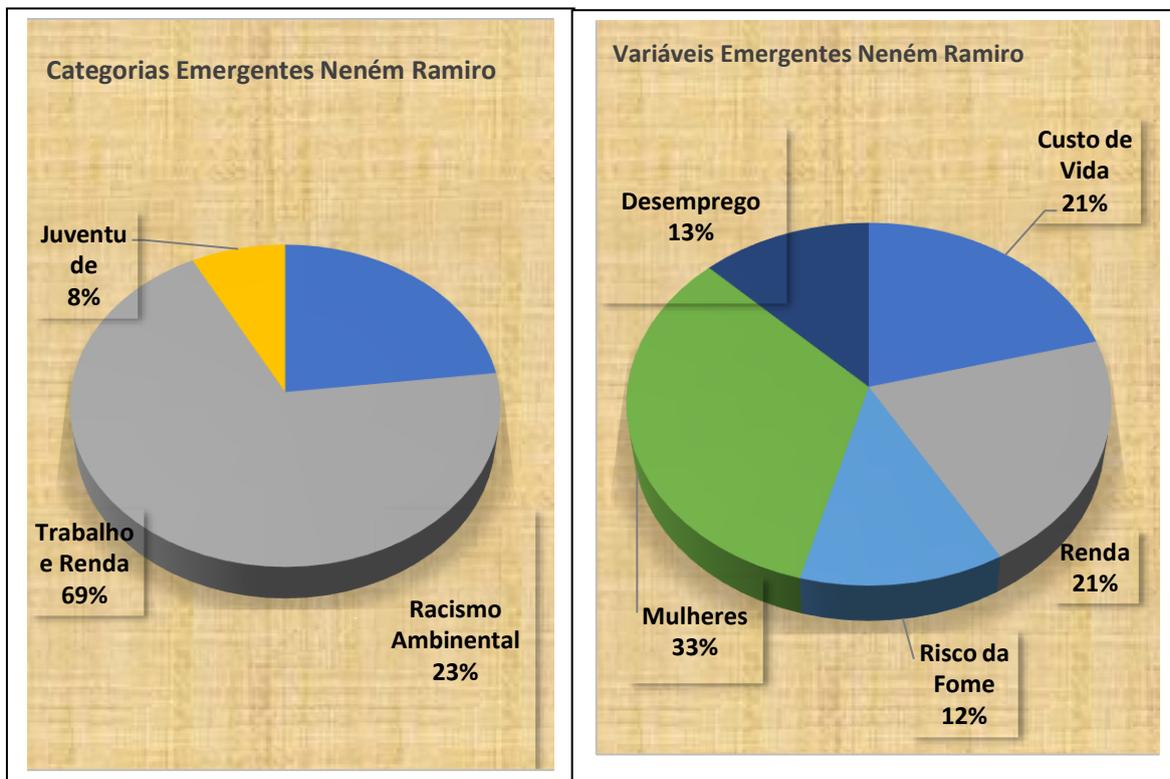
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 30 - Análise das Categorias e das Variáveis Emergentes no Território Socorro Pereira



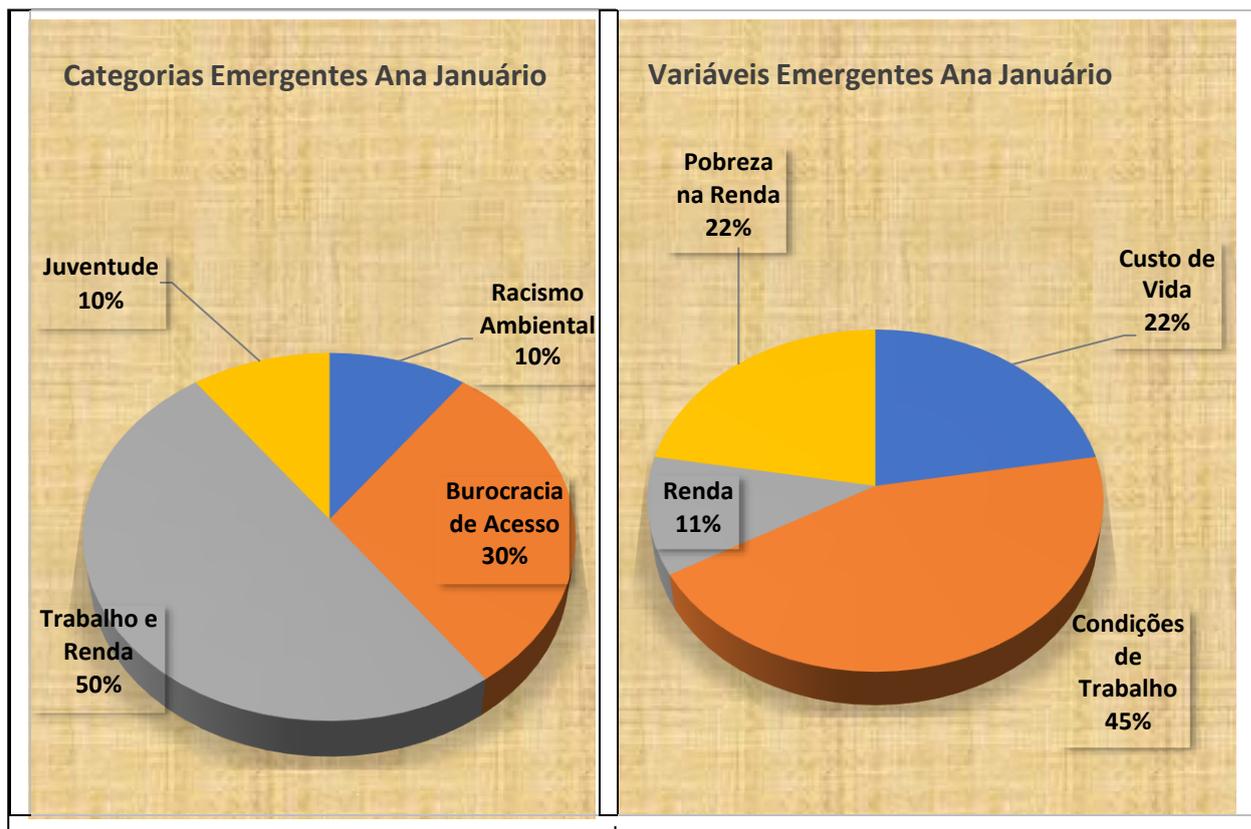
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 31 - Análise das Categorias e das Variáveis Emergentes no Território Neném Ramiro



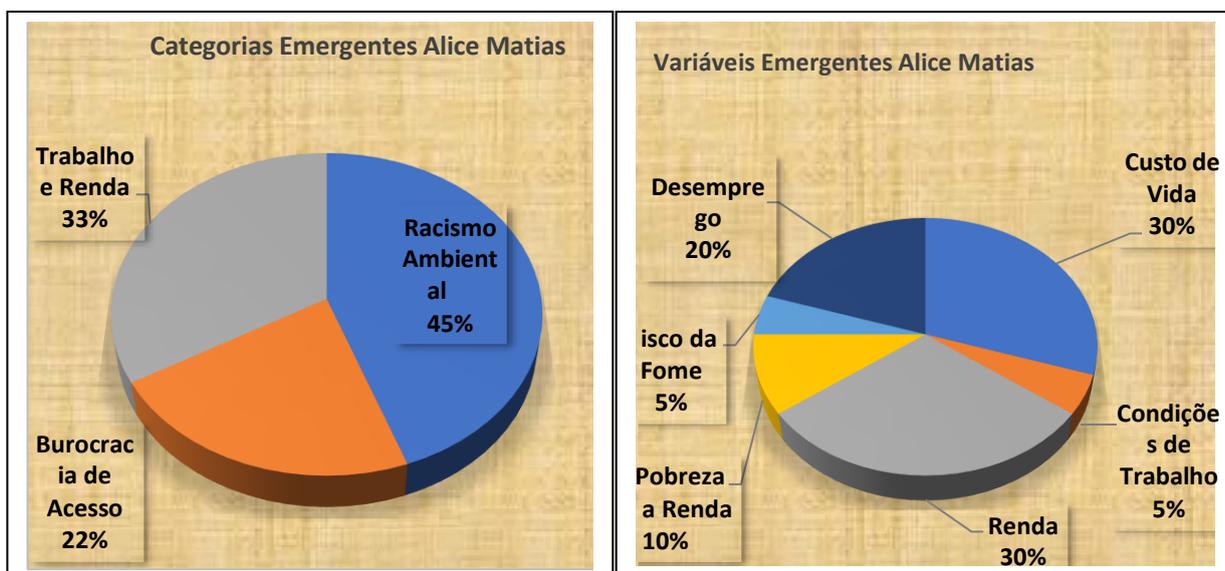
Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 32 - Análise das variáveis Emergentes no Território Ana Januário



Fonte: Elaboração própria, 2021

Gráfico 33 - Análise das Categorias e das Variáveis Emergentes no Território Alice Matias



Fonte: Elaboração própria, 2021

Anexo II

MAPAS DA DINÂMICA SOCIAL DA

POBREZA NOS TERRITÓRIOS

Mapa 11 Dinâmica Social da Pobreza no território Socorro Pereira segundo a percepção dos sujeitos



Fonte: Elaboração Própria, 2021

Mapa 12 Dinâmica Social da Pobreza no território Neném Ramiro segundo a percepção os sujeitos



Fonte: : Elaboração Própria, 2021

Mapa 13 Dinâmica Social da Pobreza no território Ana Januário segundo a percepção os sujeitos



Fonte: : Elaboração Própria, 2021

Mapa 14 Dinâmica Social da Pobreza no território Alice Matias segundo a percepção os sujeitos



Fonte: : Elaboração Própria, 2021

